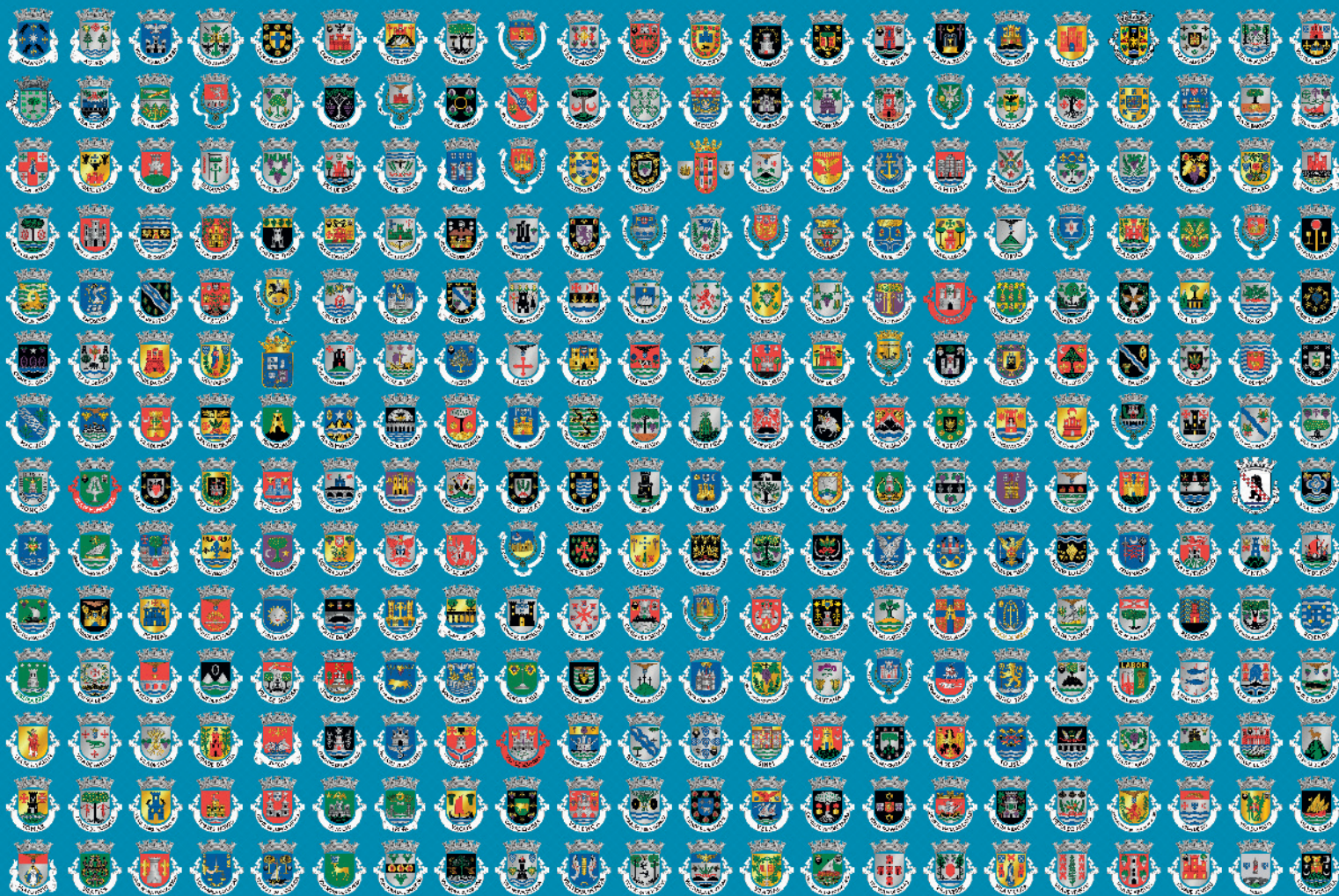


Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

2015



Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2015



IPCA
INSTITUTO POLITÉCNICO
DO CÁVADO E DO AVE

CI
CF

Centro de Investigação em
Contabilidade e Fiscalidade
Research Centre on Accounting and Taxation

Centro reconhecido pela **FCT**



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política

Ficha Técnica

Autores

João Baptista da Costa Carvalho
Maria José da Silva Fernandes
Pedro Jorge Sobral Camões
Susana Margarida Faustino Jorge

Colaboradores

Ana Teixeira e Ana Rita Abreu

Edição

Ordem dos Contabilistas Certificados, novembro de 2016

Coordenação

Roberto Ferreira, Ordem dos Contabilistas Certificados

Capa e paginação

Duarte Camacho, Ordem dos Contabilistas Certificados

Impressão: SOGAPAL, SA

ISSN: 2182-5564

Depósito Legal: 228599/05

Edição digital de 30 de novembro de 2016

Um Homem, uma visão, uma estratégia...

A publicação do 12.º Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses representa um sentimento duplo, de alegria e tristeza. De alegria porque expõe a continuidade de um projeto que se iniciou há mais de uma década e cujo sucesso é inquestionável. Mas também padece de tristeza e alguma nostalgia pois é o 1º Anuário que não conta com a presença física do seu grande impulsionador, António Domingues de Azevedo, Bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Este é um projeto essencialmente seu, e a ele devemos a sua projeção e impacto na esfera política e profissional.

Foi a sua visão, a sua estratégia que permitiu estarmos, agora, na 12ª publicação e com o sucesso amplamente reconhecido, colocando as contas públicas na agenda política e dos cidadãos.

O seu humanismo e valores superiores de amizade e de respeito profissional elevaram a Ordem ao seu máximo estatuto que hoje representa. A sua coragem e determinação foram, em devido tempo, fundamentais para o sucesso que todos hoje partilhamos.

O Coordenador do Anuário Financeiro

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de caráter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Ao Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Vítor Caldeira;
- À Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Dra. Filomena Moreira
- Ao Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Ernesto Cunha;
- Ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro José Tavares;
- Ao Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Dr. Fernando Flor de Lima;
- À Subdiretora-Geral da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, Dra. Mafalda Morbey;
- Aos Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Municipais que enviaram as contas para o Centro de Investigação

em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA;

- Aos colaboradores do CICF/IPCA, Maria José de Jesus e Renaldo Marques;

- Aos colaboradores do Departamento de Comunicação e Imagem da OCC, Roberto Ferreira e Duarte Camacho.

A elaboração do Anuário contou com a colaboração de Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, a quem é devida uma referência especial de agradecimento.

Entendemos ser nosso dever de continuar a realçar o papel fundamental da Ordem dos Contabilistas Certificados em todo este processo, que desde 2007, ano em que terminou o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, passou a ser o suporte financeiro para a recolha de dados e todas as tarefas subjacente permitindo a continuação de um projeto de extrema relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral, e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

O coordenador do Anuário Financeiro
João Baptista da Costa Carvalho

Índice

Ficha Técnica	2
Um Homem, uma visão, uma estratégia...	3
Agradecimentos	4
Índice	5
Índice de quadros, gráficos e rankings	8
Glossário	16
Introdução	17
CAPÍTULO 1: O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	19
1.1. Setor Local	19
1.2. Freguesias	19
1.3. Municípios	20
1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu	24
1.5. Grupos Municipais	26
1.6. Alterações Administrativas versus Finanças Locais	27
1.7. Recuperação Financeira Municipal: Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Fundo de Apoio Municipal (FAM)	29
1.8. Independência financeira	33
CAPÍTULO 2: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	45
2.1. Introdução	45
2.2. Receitas Municipais	46
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	46
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos	62
2.2.2.2. Distribuição da Receita Cobrada de acordo com a dimensão dos municípios e desagregada por natureza económica	71
2.2.2.3. Evolução do nível de inflacionamento da receita por natureza económica	75
2.2.2.4. Impacto dos Impostos Municipais na Receita Municipal	77
2.2.2.5. Impacto, na Receita Municipal, dos Contratos de Financiamento com o Estado com vista ao reequilíbrio financeiros das autarquias.	99
2.3. Despesas Municipais	103
2.3.1. Classificação económica das Despesas	103
2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa	103
2.3.2.1. Evolução das diferentes componentes do Orçamento da Despesa	103
2.3.2.2. Grau de Execução do Orçamento da Despesa	108
2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica	111
2.3.4. Despesas por natureza económica	125

2.3.4.1. Despesas com Pessoal	126
2.3.4.2. Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Corrente	133
2.3.4.3. Despesas com Investimentos	136
2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios	141
2.3.4.5. Amortização de empréstimos: passivos financeiros	145
2.3.4.6. Despesas com juros e outros encargos financeiros	150
2.4. Situação Orçamental Global	154
2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	154
2.4.2. Equilíbrio Orçamental	166
2.4.3. Saldos Orçamentais	170
CAPÍTULO 3: ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS	175
3.1. Introdução	175
3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	176
3.3. Ativo	177
3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos	188
3.5. Passivo	190
3.5.1. Composição, estrutura e variação do passivo	190
3.5.2. O passivo exigível dos municípios – Dívidas a Pagar	195
3.5.3. Endividamento das Autarquia	207
3.5.3.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013	207
3.5.3.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do Artigo 52.º, Lei 73/2013	208
3.5.4. Prazo Médio de Pagamentos	217
3.6. Custos, Proveitos e Resultados económicos	225
3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos	225
3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos	227
CAPÍTULO 4: OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS E O SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	237
Nota introdutória	237
4.1 Serviços Municipalizados	237
4.1.1. Estrutura do Ativo	238
4.1.2. Passivo dos SMs	241
4.1.4. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados	244
4.1.4.1. Custos dos SMs	244
4.1.4.2. Proveitos dos SMs	246
4.1.4.3. Resultados económicos dos SMs	249
4.2. Setor Empresarial Local	252
4.2.1. Introdução	252

4.2.2. Grandes Agregados do Balanço das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EELs) e Empresas Municipais (EMs)	254
4.2.2.1. Estrutura e Evolução do Ativo Não Corrente	255
4.2.2.2. Estrutura e Evolução do Ativo Corrente	260
4.2.2.3. Estrutura e Evolução do Capital Próprio	263
4.2.2.4. Estrutura e Evolução do Passivo	264
4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL	271
4.2.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas	271
4.2.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais	273
4.2.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto	277
CAPÍTULO 5: RANKING GLOBAL	281
5.1. Enquadramento e Metodologia	281
5.2. Indicadores do Ranking Global	281
5.3. Ranking Global dos municípios	286
CAPÍTULO 6: RESUMO E CONCLUSÕES	293
6.1. Independência Financeira	293
6.2. Receita Autárquica	293
6.3. Despesa Autárquica	295
6.3.1. Evolução da despesa	295
6.3.2. Saldos Orçamentais e Equilíbrio Orçamental	296
6.4. Análise patrimonial e económico-financeira	296
6.4.1. Em relação ao Ativo há a destacar:	296
6.4.2. Em relação ao Passivo releva-se:	297
6.4.3. Endividamento das Autarquias.	297
6.4.3.1. Limite à dívida total	297
6.4.3.2. Indicadores de alerta, para o risco de incumprimento do Artigo 52.º, Lei 73/2013	297
6.4.4. Em relação ao prazo médio de pagamentos (PMP)	298
6.4.5. Sobre custos, proveitos e resultados	298
6.5. Entidades do Setor Empresarial Local:	299
6.5.1. Serviços Municipalizados	299
6.5.2. Setor Empresarial Local	299
6.6. Ranking Global	300
ANEXO I: DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2015	303
ANEXO II: EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO	317
ERRATA	395

Índice de quadros, gráficos e rankings

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes	22
Figura 2 – Distribuição geográfica dos municípios que recorreram ao PAEL	32
Figura 3 – Ranking Global dos 5 melhores municípios por Distrito/RA	291
Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II	21
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções	25
Gráfico 1.03 – Evolução da Estrutura Financeira dos 308 Municípios	34
Gráfico 1.03.A – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores	35
Gráfico 1.03.M – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira	35
Gráfico 1.04 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Grande Dimensão	36
Gráfico 1.05 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Média Dimensão	36
Gráfico 1.06 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão	37
Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2006 a 2015)	37
Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas	47
Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. dos Açores	49
Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. da Madeira	49
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2015	65
Gráfico 2.02.A – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2015	66
Gráfico 2.02.M – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2015	66
Gráfico 2.03 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios	69
Gráfico 2.04 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2015	82
Gráfico 2.04.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. dos Açores entre 2006 e 2015	82
Gráfico 2.04.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. da Madeira entre 2006 e 2015	83
Gráfico 2.04 – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, entre 2006 e 2015	106
Gráfico 2.04.A – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2015	106
Gráfico 2.04.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2015	107
Gráfico 2.05 – Taxas de Execução das Despesas – 2006 a 2015	109
Gráfico 2.05.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. dos Açores – 2006 a 2015	110
Gráfico 2.05.M – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. da Madeira – 2006 a 2015	110
Gráfico 3.06 – Estrutura da despesa paga em 2006 e 2015	125
Gráfico 2.07 – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2015	157
Gráfico 2.07.A – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, de 2006 a 2015	157
Gráfico 2.07.M – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, de 2006 a 2015	157
Gráfico 2.08 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2015	158

Gráfico 2.08.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores, 2015	158
Gráfico 2.08.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira, 2015	158
Gráfico 2.09 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos	173
Gráfico 2.09.A – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. dos Açores	173
Gráfico 2.09.M – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. da Madeira	173
Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias	217
Gráfico 3.06 – Evolução das componentes dos Custos	226
Gráfico 3.10 – Evolução dos Resultados Económicos	231
Gráfico 4.01 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	238
Gráfico 4.02 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados	242
Gráfico 4.03 – Comparação da dívida e do ativo circulante, entre SMs e Municípios c/ SMs	243
Gráfico 4.04 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	244
Gráfico 4.05 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados	246
Gráfico 4.06 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	247
Gráfico 4.07 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados	248
Gráfico 4.08 – Evolução dos Resultados Económicos	250
Gráfico 4.09 – Evolução dos grandes agregados do Balanço	254
Gráfico 4.10 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2015	255
Gráfico 4.11 – Estrutura do Capital Próprio entre 2011 e 2015	263
Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios	21
Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada	24
Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local	26
Quadro 1.04 – Municípios com contratos visados pelo Tribunal de Contas ao abrigo do PAEL	30
Quadro 1.05 – Independência Financeira em 2015	38
Quadro 1.06 – Outros indicadores relevantes para os Municípios	39
Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita municipal	46
Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total	46
Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)	47
Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita	47
Quadro 2.05 – Comparação da Receita municipal em 2015 com os valores médios entre 2006/2014	48
Quadro 2.06 – Evolução da Receita Cobrada por natureza económica	62
Quadro 2.06.A – Estrutura da Receita Cobrada por natureza económica	63
Quadro 2.07 – Variação da Receita cobrada por natureza económica, entre 2006 e 2015 em valores absolutos	63
Quadro 2.07.A – Variação da Receita cobrada por natureza económica, entre 2006 e 2015 – taxa de variação	64
Quadro 2.07.B – Estrutura das principais receitas	65
Quadro 2.07.B – Evolução das principais receitas	65
Quadro 2.08 – Transferências Correntes e de Capital	67

Quadro 2.08.A – Estrutura das Transferências Correntes e de Capital	67
Quadro 2.09 – Variação do volume de Transferências Correntes e de Capital	67
Quadro 2.09.A – Taxa de variação do volume de Transferências Correntes e de Capital	68
Quadro 2.10 – Principais transferências recebidas pelos municípios	68
Quadro 2.11 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios	69
Quadro 2.12 – Evolução das componentes da receita fiscal cobrada entre 2006 e 2015	70
Quadro 2.12.A – Diferença entre a receita fiscal orçada e cobrada em 2015	70
Quadro 2.13 – Grau de execução orçamental da receita cobrada, por rubrica económica e por dimensão do município, em 2015	72
Quadro 2.14.A – Estrutura das Receitas Previstas para o ano de 2015, por grupos de municípios	73
Quadro 2.14.B – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2015, por grupos de municípios	73
Quadro 2.15 – Excedente das receitas previstas sobre a receita cobrada, no ano de 2015, por grupos de municípios	74
Quadro 2.16 – Nível de inflacionamento da Receita Cobrada	76
Quadro 2.17 – Evolução dos montantes de excedente orçamental (valores inflacionados) em relação às receitas cobradas.	76
Quadro 2.18 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2015	80
Quadro 2.19 – Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2015	81
Quadro 2.20 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	96
Quadro 2.21 – Peso do IMT cobrado nas despesas correntes pagas	96
Quadro 2.22 – Municípios com Contratos de Financiamento Visados pelo Tribunal de Contas no âmbito do PAEL e peso nos passivos financeiros de 2015	100
Quadro 2.23 – Municípios com maior montante de PAEL contratado e não utilizado	102
Quadro 2.24 – Classificação económica da Despesa municipal	103
Quadro 2.25 – Orçamento e Execução da Despesa Total	104
Quadro 2.26 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	104
Quadro 2.27 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	104
Quadro 2.28 – Diferentes Graus de Execução da Despesa Global Autárquica	108
Quadro 2.28. A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores	109
Quadro 2.28. M – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios da Madeira	110
Quadro 2.29 – Despesa Comprometida	112
Quadro 2.30 – Despesa Paga	112
Quadro 2.31 – Taxas de Variação dos Compromissos Assumidos	113
Quadro 2.32 – Taxas de Variação da Despesa Paga	113
Quadro 2.33 – Estrutura dos Compromissos Assumidos	114
Quadro 2.34 – Estrutura da Despesa Paga	114
Quadro 2.35 – Peso da Despesa Paga nos Compromissos Assumidos	115
Quadro 2.36 – Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2015	155
Quadro 2.37 – Excesso da Despesa sobre a Receita	156
Quadro 2.38 – Indicadores da Despesa e da Receita	159
Quadro 2.39 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	160
Quadro 2.40 – Equilíbrio orçamental	166

Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos pagamentos)	171
Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)	172
Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica	176
Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço	178
Quadro 3.03 – Componentes dos investimentos financeiros	181
Quadro 3.04 – Municípios com aumento de valor superior a 1M€ em títulos de participação	182
Quadro 3.05 – Composição das Dívidas a Receber	183
Quadro 3.06 – Municípios com maior volume de Dívidas a Receber em 2015	184
Quadro 3.07 – Municípios com maior descida do volume de Dívidas a Receber no biénio 2014/ 2015	185
Quadro 3.08 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos a terceiros	186
Quadro 3.09 – Disponibilidades e disponibilidades reais	188
Quadro 3.10.A – Variação das Disponibilidades em valores absolutos	188
Quadro 3.10.B – Variação das Disponibilidades em percentagem	188
Quadro 3.11 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)	189
Quadro 3.12 – Variação das componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido)	189
Quadro 3.13 – Componentes do Passivo	191
Quadro 3.14.A – Variação das Componentes do Passivo em valor absoluto	191
Quadro 3.14.B – Taxas de variação das componentes do Passivo	192
Quadro 3.15 – Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)	193
Quadro 3.16 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo	194
Quadro 3.18 – Limite à dívida total	208
Quadro 3.19 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	208
Quadro 3.20 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	209
Quadro 3.21 – Variação do PMP de 2008 a 2015	218
Quadro 3.22 – Prazos Médios de Pagamento entre 2008 e 2015	218
Quadro 3.23 – Evolução dos Custos, no período de 2006 a 2015	225
Quadro 3.24 – Evolução dos Proveitos, no período de 2006 a 2015	228
Quadro 3.25 – Evolução dos Resultados Económicos, no período de 2006 a 2015	230
Quadro 3.26 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2015	231
Quadro 3.27 – Distribuição dos valores dos Resultados Líquidos	232
Quadro 4.00 – Mapa dos SMS e respetivas competências	238
Quadro 4.01 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	238
Quadro 4.02 – Evolução do ATIVO dos Serviços Municipalizados	239
Quadro 4.03 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que corresponde	240
Quadro 4.04 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados	240
Quadro 4.05 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	241
Quadro 4.06 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados	241
Quadro 4.07 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados	243

Quadro 4.08 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	244
Quadro 4.09 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados	245
Quadro 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	246
Quadro 4.11 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados	248
Quadro 4.12 – Informação sobre estrutura económica	249
Quadro 4.13 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	249
Quadro 4.14 – Serviços Municipalizados com Resultados Económicos positivos	251
Quadro 4.15 – Serviços Municipalizados com Resultados Económicos negativos	251
Quadro 4.16 – Entidades sem informação financeira disponível em 2015	252
Quadro 4.17 – Entidades que se dissolveram ou se fundiram em 2015	253
Quadro 4.18 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2015	254
Quadro 4.19 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 185 entidades do SEL em 2015	255
Quadro 4.20 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das Entidades Empresariais	256
Quadro 4.21 – Entidades que apresentam valores no “Ativos Fixos Tangíveis” superiores a 50M€ em 2015	256
Quadro 4.22 – Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 20M€ em 2015	257
Quadro 4.23 – Entidades com Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2015	257
Quadro 4.24 – Entidades com registo em Outras Participações Financeiras em 2015	258
Quadro 4.26 – Entidades com diminuição dos valores inscritos na rubrica “Outros ativos financeiros” em 2015	259
Quadro 4.27 – Evolução do ACTIVO CORRENTE das Entidades Empresariais	260
Quadro 4.28 – Entidades Empresariais com variações positivas superiores a 1M€ em Caixa e Depósitos bancários de 2014 para 2015	261
Quadro 4.29 – Entidades Empresariais com variações negativas superiores a 1M€ em dívidas de “Clientes”, de 2014 para 2015	262
Quadro 4.30 – Entidades Empresariais com variações negativas superiores a 1M€ em “Outras Contas a Receber”, de 2014 para 2015	262
Quadro 4.31 – Entidades com valores inscritos em “Ativos não correntes detidos para venda” em 2015	263
Quadro 4.32 – Evolução do Capital Próprio	264
Quadro 4.35 – Entidades que aumentaram os financiamentos obtidos de MLP entre 2014 e 2015	266
Quadro 4.37 – Entidades com maior diminuição na rubrica financiamentos obtidos de curto prazo entre 2014 e 2015	268
Quadro 4.38 – Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais	272
Quadro 4.39 – Total dos Rendimentos e Gastos antes dos impostos das Entidades Empresariais	273
Quadro 4.40 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais	273
Quadro 4.41 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local	274
Quadro 4.43 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	279
Quadro 4.44 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	279
Quadro 4.45 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)	280
Quadro 4.46 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)	280
Quadro 4.47 – Entidades cujo resultado operacional, diminuído das amortizações e depreciações, foi negativo nos últimos 3 anos (alínea c)	280
Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios	282
Quadro 5.02 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global	287

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2015	41
R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2015	42
R3.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores	44
R3.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira	44
R3 – Municípios com maior grau de execução da receita cobrada, em 2015	51
R3.A – Grau de execução da receita cobrada em 2015 dos Municípios da R.A. dos Açores	54
R3.M – Grau de execução da receita cobrada em 2015 dos Municípios da R.A. da Madeira	54
R4 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50%, em 2015	55
R5 – Municípios com maior volume da receita cobrada, em 2015 (sem saldo gerência anterior)	57
R5.A – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2015 (sem saldo gerência anterior)	58
R5.M – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2015 (sem saldo gerência anterior)	59
R6 – Municípios com menor volume da receita cobrada, em 2015 (sem saldo gerência anterior)	61
R7 – Municípios, que em 2015, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas, na receita total cobrada	78
R7.A – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas provenientes de impostos e taxas nos Municípios da R.A. dos Açores, em 2015	79
R7.M – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas provenientes de impostos e taxas nos Municípios da R.A. da Madeira, em 2015	80
R8 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2015	84
R8.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2015	85
R8.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2015	86
R9 – Municípios com diminuição de IMI em 2015	87
R10 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2015	89
R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2015	90
R11.A – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2015	91
R11.M – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2015	92
R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2015	93
R13 – Municípios com maior aumento de IMT em 2015	94
R14 – Municípios com maior diminuição de IMT em 2015	95
R15 – Municípios com maior peso do IMT nas despesas correntes	97
R16 – Municípios com menor peso do IMT nas despesas correntes	98
R17 – Municípios que apresentam maior volume de compromissos assumidos em 2015	117
R18 – Municípios que apresentam menor volume de compromissos assumidos em 2015	119
R18.A – Volume de despesas assumidas pelos municípios da R.A. dos Açores em 2015	120
R18.M – Volume de despesas assumidas dos municípios da R.A. da Madeira em 2015	121
R19 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2015	122
R20 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2015	124
R21 – Municípios que apresentam maior peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais	127
R22 – Municípios que apresentam menor peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais	129
R22.A – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. dos Açores	130
R22.M – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. da Madeira	130

R23 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em pessoal no ano de 2015	131
R24 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga ao pessoal em 2015	132
R25 – Municípios que apresentam maior volume de despesa assumida em aquisição de bens e serviços em 2015	134
R26 – Municípios que apresentam menor volume de despesa assumida em aquisição de bens e serviços em 2015	135
R27 – Municípios que apresentam maior volume de investimentos assumidos (aquisições assumidas de bens de capital) em 2015	137
R28 – Municípios que apresentam menor volume de investimentos assumidos (aquisição de bens de capital) em 2015	139
R29 – Municípios com maior investimento assumido por habitante no decénio 2006-2015	140
R30 – Municípios que apresentam maior volume de despesas assumidas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2015	142
R31 – Municípios que apresentam menor volume de despesas assumidas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2015	143
R32 – Municípios que apresentam maior volume de subsídios e transferências totais assumidas em 2015 e respetivos pagamentos	144
R33 – Municípios que apresentam maior volume de pagamento de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2015	146
R33.A – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. dos Açores, em 2015	148
R33.M – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. da Madeira, em 2015	148
R34 – Municípios que apresentam menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2015	149
R35 – Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2015	151
R36 – Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2015	153
R37 – Municípios com maior diferença entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas	161
R37.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores	162
R37.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira	162
R38 – Municípios com Grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao Grau de execução de receitas liquidadas	163
R39 – Municípios com maior equilíbrio orçamental	167
R40 – Municípios com menor equilíbrio orçamental	168
R41 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º da LFL	169
R42 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo inferior a 5% das receitas correntes	169
R41 – Municípios com menor passivo exigível, ordenados pelo valor de 2015	196
R42 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), ordenados pelo valor de 2015	198
R42.A – Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores, ordenados pelo valor de 2015	200
R42.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2015	200
R43 – Municípios com aumento do Passivo Exigível, em 2015	202
R44 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2015	204
R44.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores em 2015	206
R44.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira em 2015	206
R45 – Municípios com melhor índice de dívida total	210
R46 – Municípios com maior índice de dívida total	212
R46.A – Índice de dívida total dos municípios da R.A. dos Açores	214
R46.M – Índice de dívida total dos municípios da R.A. da Madeira	214
R47 – Municípios que mais melhoraram o índice de dívida total.	215
R48 – Municípios que mais pioraram o índice de dívida total.	216

R50 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos	221
R51 – Municípios que mais melhoraram o Prazo Médio de Pagamentos	223
R53 – Municípios com Maiores Resultados Económicos (valores absolutos)	233
R57 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível (dívidas) em 2015	269
R58 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2015	270
R59 – Entidades com MELHORES Resultados Económicos em 2015	275
R60 – Entidades com PIORES Resultados Económicos, em 2015	276
R.61.A – 10 municípios com melhor índice de liquidez	283
R.61.B – 10 municípios com melhor Resultado Operacional	283
R.61.C – 10 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo	284
R.61.D – 10 municípios com menor Passivo por habitante	284
R.61.E – 10 municípios com melhor grau de cobertura das despesas	284
R.61.F – 10 municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos	285
R.61.G – 10 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	285
R.61.G – 10 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	286
R.61.G – 10 municípios com melhor índice de impostos por habitante	286
R.61.G – 10 municípios com menor índice de dívida total	286
R61.B – Ranking Global dos 25 melhores municípios de média dimensão	287
R61.C – Ranking Global dos 35 melhores municípios de pequena dimensão	288
R62.A – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Aveiro	288
R62.B – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Beja	288
R62.C – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Braga	288
R62.D – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Bragança	288
R62.E – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Castelo Branco	289
R62.F – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Coimbra	289
R62.G – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Évora	289
R62.H – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Faro	289
R62.I – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Guarda	289
R62.J – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Leira	289
R62.K – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Lisboa	289
R62.L – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Portalegre	289
R62.M – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Porto	290
R62.N – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Santarém	290
R62.O – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Setúbal	290
R62.P – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Viana do Castelo	290
R62.Q – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Vila Real	290
R62.R – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Viseu	290
R62.S – Ranking Global dos 5 melhores municípios da Região Autónoma dos Açores	290
R62.T – Ranking Global dos 5 melhores municípios da Região Autónoma da Madeira	290

Glossário

CRP – Constituição da República Portuguesa

EEL – Entidades Empresariais Locais

M€ – Milhões de euros

MLP – Médio e Longo Prazo

NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro

PAEL – Programa de Apoio à Economia Local

PIB – Produto Interno Bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM – Região Autónoma da Madeira

SATAPOCAL – Serviço de Apoio Técnico à Implementação do POCAL

SEE – Setor Empresarial do Estado

SEL – Setor Empresarial Local

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SPA – Setor Público Administrativo

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos municípios relativas ao exercício económicos de 2015.

O Anuário continua a incluir uma análise detalhada do setor empresarial local e mais uma vez, com a preciosa colaboração do Tribunal de Contas e das próprias empresas, foi possível recolher informação relativamente à quase totalidade do Setor Local de 188 empresas.

Com esta publicação concretiza-se o décimo segundo anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2015, envolvendo dois mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses resulta de um trabalho em equipa que envolve atualmente dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho.

Entre 2004 e 2007 o Anuário era um dos outputs de um projeto de investigação aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia intitulado "A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos dos Municípios Portugueses. Fim do projeto, e considerando que o Anuário se afirmou como uma publicação de referência a nível nacional, contribuindo, decisivamente, para o aumento e transparência da informação contabilística pública autárquica, entenderam os autores continuar com a sua publicação, agora com apoio financeiro exclusivo da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Este 12.º Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2015 analisa as contas de 308 municípios, 185 empresas municipais, e

25 serviços municipalizados. De referir que os dados foram obtidos através da consulta dos websites das entidades, onde nos termos da lei devem ser disponibilizados, e a consulta da plataforma do Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental.

O Anuário encontra-se organizado em seis capítulos.

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios, e uma breve análise à Recuperação Financeira Municipal no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores.

- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios apresentando-se a sua evolução nos últimos 10 anos. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor.

- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial, dos serviços municipalizados e das empresas do setor empresarial local, estabelecendo-se comparações com os anos de 2011 a 2014. É ainda apresentado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao triénio em análise.

· No CAPÍTULO 5, é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 10 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global.

· No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões às contas dos municípios e do setor empresarial local para os exercícios económicos de 2015.

O presente documento termina com uma secção composta por dois anexos:

· ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2015

· ANEXO II – Evolução da situação financeira por município (entre 2008 e 2015), com a apresentação de um gráfico considerando diversas variáveis (orçamento, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas, despesas pagas, saldo efetivo (base dos compromissos), dívidas a pagar totais e resultado líquido).

CAPÍTULO 1

O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1.1. Setor Local

O setor público português assegura a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos através de vários subsetores, ou formas organizacionais, com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais. O Setor Público Administrativo (SPA) – o Estado no sentido lato – corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos.

A organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), desenvolvendo-se as coordenadas em que aquele se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe "Poder Local". Assim, *"a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais"* (art.º 235.º), definindo-as como *"pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas"* (art.º 236.º), especificando ainda que, *"no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas"*, enquanto *"as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios"*¹.

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de transferência de atribuições e competências (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), por um conjunto de princípios que garantem um considerável grau de autonomia na prossecução dos seus ob-

jetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP preconiza, no seu art.º 6.º, o princípio da autonomia do poder local e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o no art.º 3.º como a "capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, e sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos". As autarquias locais são responsáveis, perante diversos destinatários, pela gestão dos recursos públicos locais, visando os interesses das respetivas populações.

1.2. Freguesias

A freguesia é a autarquia local de menor dimensão que, mediante órgãos representativos eleitos, visa a prossecução de interesses próprios da população residente numa subdivisão do concelho (circunscrição concelhia). Não obstante a sua grande importância histórica, a relevância do ponto de vista político, económico, administrativo e financeiro da freguesia não equivale à do município. A notoriedade da freguesia diminuiu muito com a reorganização administrativa territorial autárquica, aprovada pela Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que, na verdade, resultou num processo de extinção e/ou fusão pela criação de uniões de freguesias, em que desapareceram cerca de mil das 4.159 até então existentes. Legalmente, *"a freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas"* (art.º 9.º, nº2).

Atualmente, existem em Portugal 3 091 freguesias dos quais 2 882 no Continente, 155 nos Açores e 54 na Madeira². As fregue-

¹ Considerando que as regiões administrativas ainda não foram criadas, as autarquias locais em Portugal Continental são compostas da mesma forma que nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, compreendendo apenas as freguesias e os municípios.

² <https://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico/Home.aspx>.

sias possuem atribuições nas seguintes domínios (art.º 7.º, n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

A mesma lei (art.º 5.º) define que os órgãos de governo da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia corresponde ao órgão deliberativo, ou seja, o órgão que toma as grandes decisões e define as orientações relativas à freguesia. Entre outras, compete-lhe acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 9.º).

A Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos seus assuntos. Entre outras funções compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 16.º).

1.3. Municípios

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia mediante órgãos representativos por ela eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais.

Atualmente os municípios possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 23.º da Lei n.º 75/13³, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se releva o princípio da subsidiariedade (art.º 4º), ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades,⁴ o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios.

Nesse sentido, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar

³ Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição,

⁴ Artigo 4.º (Princípios gerais)- "A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado."

a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º).

A Câmara Municipal é o órgão de execução das políticas públicas decididas pela assembleia municipal. Entre outras funções e para além de executar as deliberações do órgão deliberativo, elabora e executa as opções do plano e o orçamento e é responsável pela elaboração e apresentação à Assembleia Municipal do relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e por Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores do respetivo município.

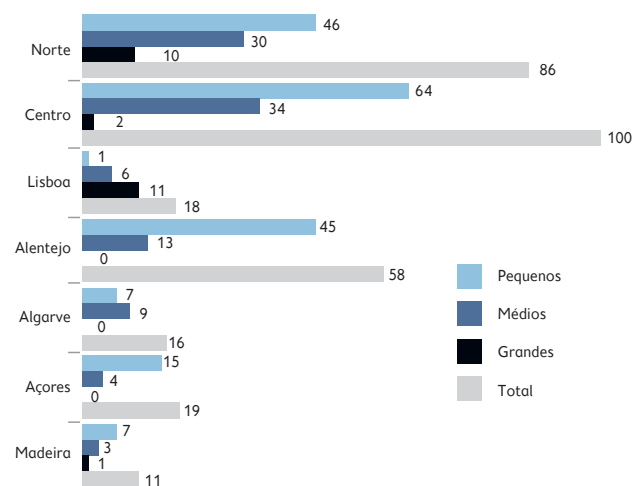
Analogamente ao que ocorre na Administração Central, na Administração Local coexiste um setor administrativo com outros subsectores, como os serviços municipalizados e, mais recentemente, o Setor Empresarial Local (SEL). Este último é composto essencialmente por empresas públicas municipais e intermunicipais que são sociedades comerciais de direito privado (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é ainda o que tem em conta o número de habitantes. Tal como nas edições anteriores, para efeitos de realização deste Anuário, os municípios portugueses são agrupados em três categorias distintas quanto à sua dimensão medida em número de habitantes:

- Municípios Pequenos – com população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
 - Municípios Médios – com população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
 - Municípios Grandes – com população superior a 100 000 habitantes.
- Considerando esta categorização, o número de municípios portugueses em 2015 distribuiu-se da seguinte forma:

Pequenos < 20 000	Médios >20 000 <100 000	Grandes > 100 000
185 Municípios	99 Municípios	24 Municípios
Corvo (459 habit.)		Lisboa (509 312 habit.)

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II



Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios

%	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	64%	6%	78%	44%	79%	64%
Médios	35%	34%	33%	22%	56%	21%	27%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

A análise conjunta dos Gráfico 1.01 e Quadro 1.01, permite verificar que é no Alentejo e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm um maior peso relativo. De facto, 64% (7 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 79% (15 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são pequenos, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo. A Região Centro concentra 63% (64 em 100) de pequenos municípios do total daquela região. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região.

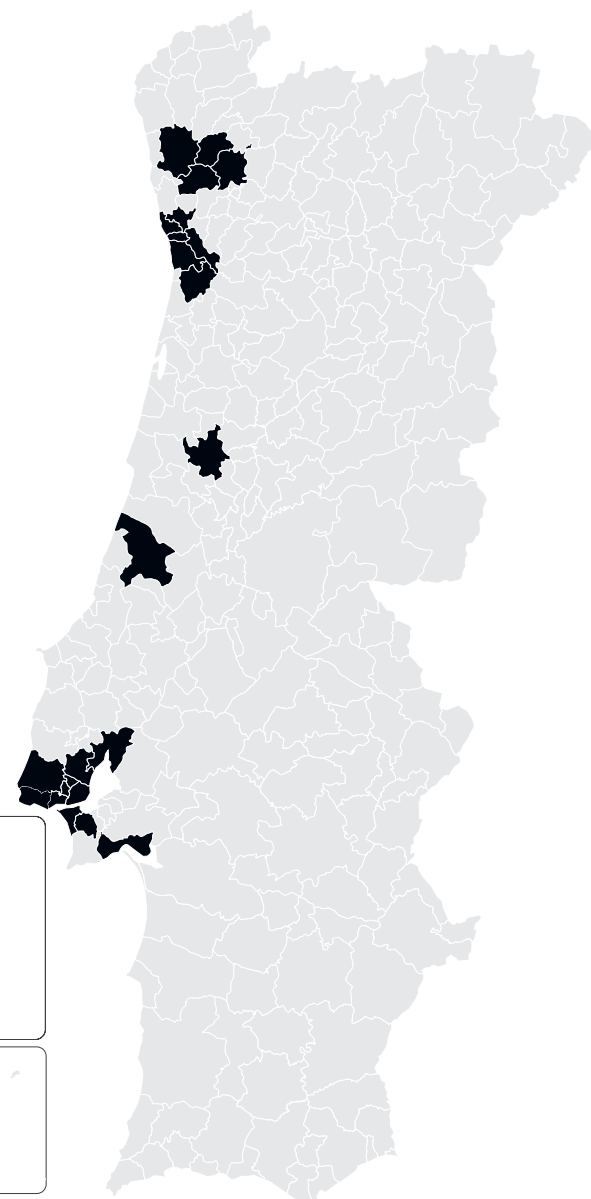
Na Figura 1 apresenta-se a tipologia dos municípios distribuídos por todo o país.

GRANDE DIMENSÃO

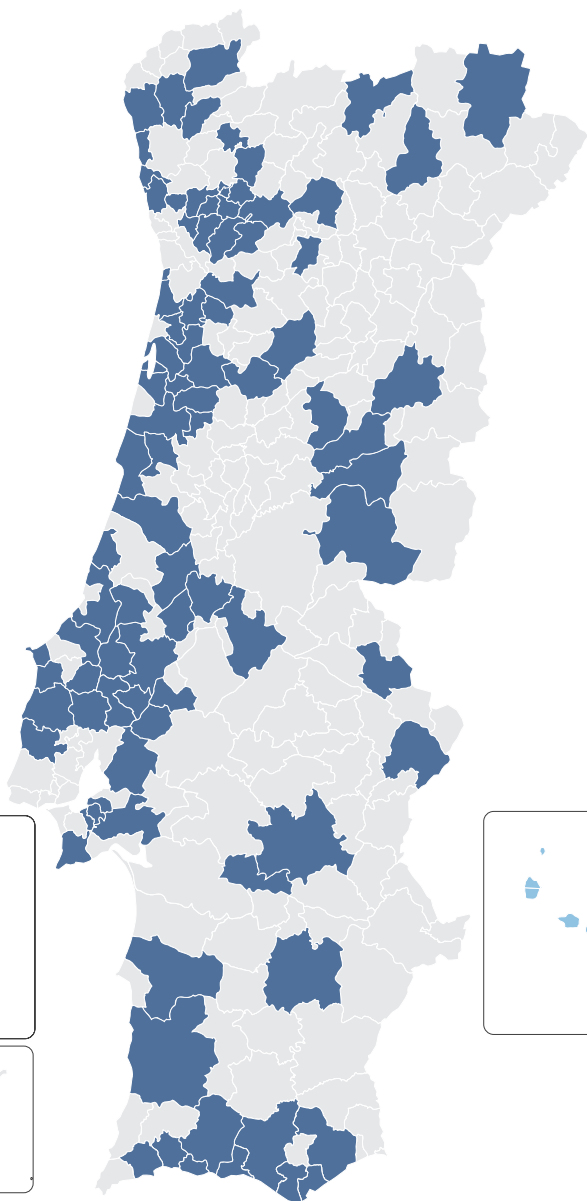
Mais de 100 000 habitantes

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes

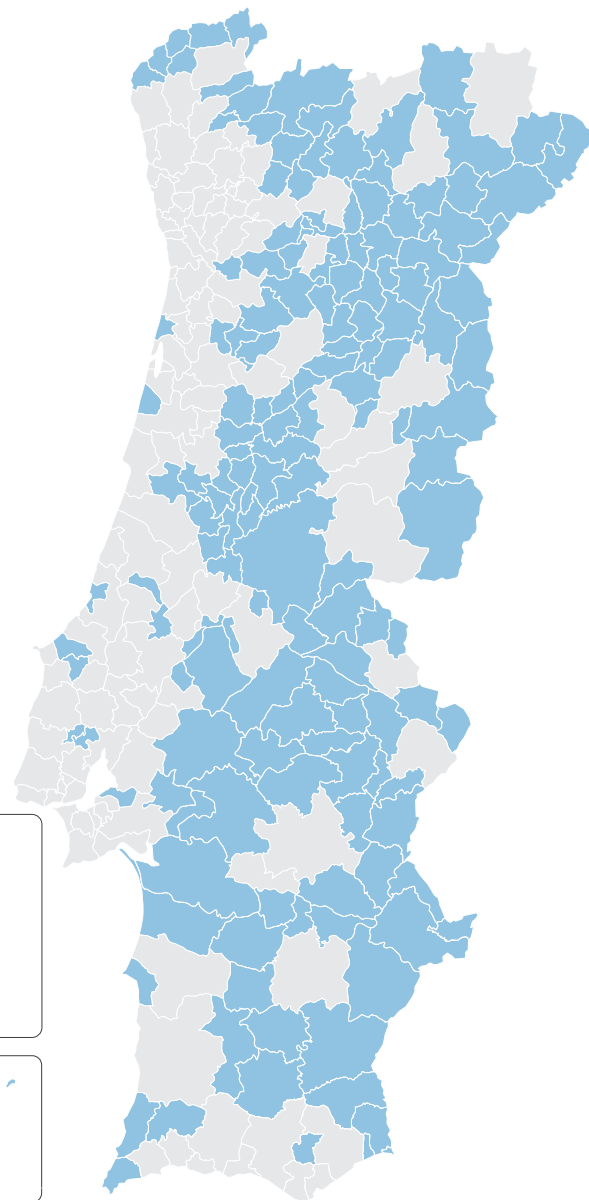
Abrantes	Cinfães	Monção	Santa Maria da Feira
Águeda	Coimbra	Monchique	Santa Marta de Penaguião
Aguiar da Beira	Condeixa-a-Nova	Mondim de Basto	Santana
Alandroal	Constância	Monforte	Santarém
Albergaria-a-Velha	Coruche	Montalegre	Santiago do Cacém
Albufeira	Corvo	Montemor-o-Novo	Santo Tirso
Alcácer do Sal	Covilhã	Montemor-o-Velho	São Brás de Alportel
Alcanena	Crato	Montijo	São João da Madeira
Alcobaça	Cuba	Mora	São João da Pesqueira
Alcochete	Elvas	Mortágua	São Pedro do Sul
Alcoutim	Entroncamento	Moura	São Roque do Pico
Alenquer	Espinho	Mourão	São Vicente
Alfândega da Fé	Esposende	Murça	Sardoal
Alijó	Estarreja	Murtosa	Sátão
Aljezur	Estremoz	Nazaré	Seia
Aljustrel	Évora	Nelas	Seixal
Almada	Fafe	Nisa	Sernancelhe
Almeida	Faro	Nordeste	Serpa
Almeirim	Felgueiras	Óbidos	Sertão
Almodôvar	Ferreira do Alentejo	Odemira	Sesimbra
Alpiarça	Ferreira do Zêzere	Odivelas	Setúbal
Alter do Chão	Figueira da Foz	Oeiras	Sever do Vouga
Alvalázere	Figueira de Castelo Rodrigo	Oleiros	Silves
Alvito	Figueiró dos Vinhos	Olhão	Sines
Amadora	Fornos de Algodres	Oliveira de Azeméis	Sintra
Amarante	Freixo de Espada à Cinta	Oliveira de Frades	Sobral de Monte Agraço
Amares	Fronteira	Oliveira do Bairro	Soure
Anadia	Funchal	Oliveira do Hospital	Sousel
Angra do Heroísmo	Fundão	Ourém	Tábua
Ansião	Gavião	Ourique	Tabuaço
Arcos de Valdevez	Góis	Ovar	Tarouca
Arganil	Golegã	Paços de Ferreira	Tavira
Armamar	Gondomar	Palmela	Terras de Bouro
Arouca	Gouveia	Pampilhosa da Serra	Tomar
Arraiolos	Grândola	Paredes	Tondela
Arronches	Guarda	Paredes de Coura	Torre de Moncorvo
Arruda dos Vinhos	Guimarães	Pedrógão Grande	Torres Novas
Aveiro	Horta	Penacova	Torres Vedras
Avis	Idanha-a-Nova	Penafiel	Trancoso
Azambuja	Ílhavo	Penalva do Castelo	Trofa
Baião	Lagoa (Algarve)	Penamacor	Vagos
Barcelos	Lagoa (R.A.A.)	Penedono	Vale de Cambra
Barrancos	Lagos	Penela	Valença
Barreiro	Lajes das Flores	Peniche	Valongo
Batalha	Lajes do Pico	Peso da Régua	Valpaços
Beja	Lamego	Pinhel	Velas
Belmonte	Leiria	Pombal	Vendas Novas
Benavente	Lisboa	Ponta Delgada	Viana do Alentejo
Bombarral	Loulé	Ponta do Sol	Viana do Castelo
Borba	Loures	Ponte da Barca	Vidigueira
Botlicas	Lourinhã	Ponte de Lima	Vieira do Minho
Braga	Lousã	Ponte de Sor	Vila da Praia da Vitória
Bragança	Lousada	Portalegre	Vila de Rei
Cabeceiras de Basto	Mação	Portel	Vila do Bispo
Cadaval	Macedo de Cavaleiros	Portimão	Vila do Conde
Caldas da Rainha	Machico	Porto	Vila do Porto
Calheta (R. A. A.)	Madalena	Porto de Mós	Vila Flor
Calheta (R. A. M.)	Mafra	Porto Moniz	Vila Franca de Xira
Câmara de Lobos	Maia	Porto Santo	Vila Franca do Campo
Caminha	Mangualde	Póvoa de Lanhoso	Vila Nova da Barquinha
Campo Maior	Manteigas	Póvoa de Varzim	Vila Nova de Cerveira
Cantanhede	Marco de Canaveses	Povoação	Vila Nova de Famalicão
Carrazeda de Ansiães	Marinhã Grande	Proença-a-Nova	Vila Nova de Foz Côa
Carregal do Sal	Marvão	Redondo	Vila Nova de Gaia
Cartaxo	Matosinhos	Reguengos de Monsaraz	Vila Nova de Paiva
Cascais	Mechada	Resende	Vila Nova de Poiares
Castanheira de Pêra	Meda	Ribeira Brava	Vila Pouca de Aguiar
Castelo Branco	Melgaço	Ribeira de Pena	Vila Real
Castelo de Paiva	Mértola	Ribeira Grande	VR Santo António
Castelo de Vide	Mesão Frio	Rio Maior	Vila Velha de Ródão
Castro Daire	Mira	Sabrosa	Vila Verde
Castro Marim	Miranda do Corvo	Sabugal	Vila Viçosa
Castro Verde	Miranda do Douro	Salvaterra de Magos	Vimioso
Celorico da Beira	Mirandela	Santa Comba Dão	Vinhais
Celorico de Basto	Mogadouro	Santa Cruz	Viseu
Chamusca	Moimenta da Beira	Santa Cruz da Graciosa	Vizela
Chaves	Moita	Santa Cruz das Flores	Vouzela



MÉDIA DIMENSÃO
Até 100 000 habitantes



PEQUENA DIMENSÃO
Até 20 000 habitantes



1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu

Como se mostra no Quadro 1.02, a dimensão média dos municípios portugueses não é inferior à da maioria dos países europeus. Em

termos de população, a média portuguesa (34,5 mil habitantes) é aproximada aos valores da Grécia, Suécia e Holanda e apenas é largamente ultrapassada pelos da Dinamarca, Lituânia e Reino Unido.

Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada

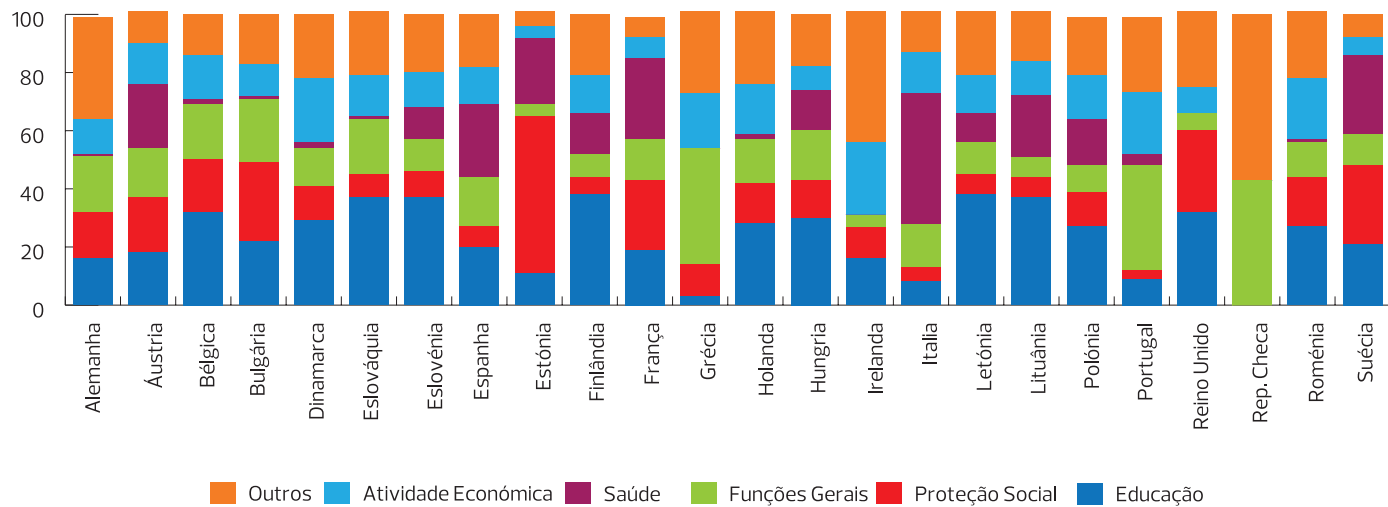
País	População Média	% Municípios ≤ 5,000 hab.	N.º de unidades (1º Nível)	N.º de unidades (2º Nível)	Despesa Local (% Despesa Pública)	Despesa Capital Local (% Despesa Capital)	Receita Local (% Receita Pública)
Áustria	3 550	91	2 357	9	35%	77%	35%
Bélgica	18 320	14	589	10	42%	84%	45%
Bulgária	28 670	11	264		44%	74%	45%
República Checa	1 680	96	6 250	14	5%	17%	5%
Dinamarca	56 345	3	98	5	27%	52%	30%
Estónia	5 930	80	226		64%	68%	66%
Finlândia	15 610	52	342	2	25%	35%	25%
França	1 760	95	36 682	100	41%	65%	42%
Alemanha	6 765	77	12 104	301	21%	70%	24%
Grécia	34 650	53	325	13	6%	22%	8%
Hungria	3 155	91	3 177	19	24%	46%	25%
Irlanda	39 190	37	114		16%	70%	22%
Itália	7 445	71	8 094	110	32%	73%	35%
Letónia	18 950	91	119		29%	63%	33%
Lituânia	55 655	2	60		24%	42%	30%
Holanda	38 435	2	430	12	34%	70%	37%
Polónia	15 390	25	2 479	379	33%	60%	37%
Portugal	34 520	20	308	2	15%	66%	17%
Roménia	6 750	35	3 180	41	25%	42%	29%
Eslováquia	1 850	95	2 928	8	17%	61%	19%
Eslovénia	9 720	48	210		21%	55%	22%
Espanha	5 660	85	8 116	52	53%	72%	63%
Suécia	32 210	4	290	20	48%	55%	48%
Reino Unido	152 200	0	406	28	28%	51%	35%
Média	24 767	49	3 715	47	29%	58%	32%

Fonte: CCRE/CEMR. EU Subnational Governments: 2010 Key Figures. 2011/2012 Edition.

A análise do Quadro 1.02 salienta uma outra característica relevante da Administração Local portuguesa em perspetiva comparada: o elevado grau de centralização financeira do Setor Público Administrativo (três últimas colunas). As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 15% do total das despesas públicas e as receitas locais correspondem a 17% do total das receitas públicas, valores que são dos mais baixos quando comparados com a média europeia (29% e 32% respetivamente). Portugal (66%) apresenta apenas um valor superior à média europeia (58%) no que diz respeito ao peso das despesas de capital locais no total das despesas de capital, o que sugere claramente uma maior intervenção, face aos homólogos europeus, dos municípios portugueses nas atividades de investimento público.

O Gráfico 1.02 mostra a composição funcional das despesas locais do mesmo grupo de países, o que permite perceber as áreas de atividade local com mais peso nas despesas locais. No que diz respeito à função de educação que, na média europeia, corresponde a cerca de um quarto das despesas locais (23%), o peso em Portugal é muito inferior (9%). De forma ainda mais acentuada, o mesmo se passa com as despesas em proteção social e saúde (15% e 11% de média europeia respetivamente), em que praticamente não existe intervenção dos municípios portugueses (3% e 4% respetivamente). Ao invés, no caso das despesas relacionadas com as atividades económicas, o peso em Portugal é claramente superior à média. Finalmente, quase dois terços das despesas municipais portuguesas são consumidos com funções gerais (36%) e outras (26%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso destas duas funções em conjunto não atinge os 40%.

Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções



Fonte: CCRE/CEMR, EU Subnational Governments: 2010 Key Figures, 2011/2012 Edition.

1.5. Grupos Municipais

A tendência de reformas do setor público no sentido de impor critérios de eficiência implicou um conjunto de reconfigurações nas formas organizacionais de prestação de serviços públicos. Um dos aspetos mais salientes dessa tendência foi a transferência da prestação de bens e serviços para outras entidades do setor público. Tal tendência também se verificou ao nível da Administração Local, com a pro-fusão de atividades autárquicas transferidas para o SEL. Apresentam-se, no Quadro 1.03, o número de autarquias que tinham, à data de 2015, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados.

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local

	Total	Serviços Municipalizados*			Empresas Municipais						Empresas Intermunicipais				
		0	1	2	0	1	2	3	4	5	0	1	2	3	4
Municípios Pequenos	185	184	1	0	147	33	3	1	1	0	90	64	25	6	0
Municípios Médios	99	83	16	0	57	20	15	5	1	1	34	46	13	6	0
Municípios Grandes	24	14	10	0	7	4	6	1	5	1	12	9	3	0	0
Total de municípios	308	281	27	0	211	57	24	7	7	2	136	119	41	12	0
Total de Empresas e SMs	213	25			164						24				

* Existem dois Serviços Intermunicipalizados pertencente aos municípios de Loures e Odivelas e Oeiras e Amadora

Pela análise do Quadro 1.03 verifica-se que 57 municípios têm serviços descentralizados apenas numa empresa municipal, 24 em duas empresas e 40 municípios em duas ou mais empresas municipais, sendo que apenas 9 detêm 4 ou mais. Ao mesmo tempo, 172 municípios participam pelo menos numa empresa intermunicipal (119 apenas numa, 41 em duas e 12 em três). No cômputo geral, a maioria dos municípios tem apenas uma empresa municipal e, ou, participam em apenas uma empresa intermunicipal.

Ao invés, 211 municípios (147 pequenos, 57 médios e 7 grandes) não possuem empresas municipais, 136 municípios (90 pequenos, 34 médios e 12 grandes) não participam em empresas intermunicipais e uma larga maioria de municípios (281) não possuem serviços municipalizados (184 pequenos, 83 médios e 14 grandes).

A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) impõe, no seu art.º 75º, que os municípios apresentem contas consolidadas⁵ com as entidades detidas ou participadas, sendo

eles a entidade mãe ou consolidante. É ainda referido que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, definindo-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

Do exposto, verificamos que em 2015 existiam 219 potenciais "grupos autárquicos", nos quais o município era a designada "entidade-mãe", isto ainda sem considerar a participação dos municípios em Fundações, Associações e outras entidades de direito público ou privado, que não estejam incluídas no SEL.

O tema dos "Grupos Municipais" será retomado no Capítulo 4 deste Anuário, aquando da análise das contas do SEL.

⁵ À data de elaboração deste relatório ainda não estavam disponíveis nem aprovadas as Contas Consolidadas pelo que a análise das mesmas não será, ainda, objeto deste Anuário

1.6. Alterações Administrativas versus Finanças Locais

No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, em 2012 foram introduzidas diversas reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses. Algumas dessas alterações resultaram diretamente do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, em cujos memorandos de entendimento consta a menção explícita da necessidade de reorganizar as Administrações Local e Regional e a prestação de serviços da administração a nível local. Relativamente à Administração Local, o PAEF impunha um conjunto de compromissos que a seguir se resumem:

- Reduzir, em pelo menos 175 milhões de euros, as transferências para as Administrações Local e Regional, no âmbito do contributo deste subsector para a consolidação orçamental;
- Submeter à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei das Finanças Locais, com vista a promover a sua adaptação aos princípios e normas adotadas pela nova Lei do Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que se refere (i) à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro das Administrações Local e Regional; (ii) ao enquadramento plurianual das regras de despesa, saldos orçamentais e regras de endividamento, e de orçamentação de programas; e (iii) à interação com as funções do Conselho das Finanças Públicas;
- Preparar uma avaliação abrangente da estrutura de tarifas das empresas públicas, incluindo das do SEL, a fim de reduzir o grau de subsidiação, bem como rever o seu nível do serviço público prestado;
- Avaliar os planos em curso de redução de custos operacionais, até ao final de 2011, em pelo menos 15% em média face a 2009, propondo cortes específicos por empresa pública, incluindo nas do SEL, que sejam consistentes com uma avaliação económica e financeira realista;
- Aplicar limites de endividamento mais restritos ao Setor Empresarial do Estado (SEE), extensíveis ao SEL;
- Elaborar um plano para reforçar a governação do SEE e do SEL, de acordo com as melhores práticas internacionais, que inclua uma avaliação da função acionista, dotando o Ministério das Finanças e da Administração Pública de um papel decisivo quanto a questões de ordem financeira do SEE.

de ordem financeira do SEE.

Diplomas com alterações legislativas de maior impacto na organização administrativa e do sistema financeiro dos municípios, no triénio 2012/2014:

- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;
- Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto – Aprova o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (*vulgo* Lei das Finanças Locais – LFL);
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (*vulgo* Lei das Autarquias Locais);
- Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal.

Do ponto de vista da atividade financeira do setor público local, a mais importante reforma foi a publicação do Novo Regime Financeiro (Lei n.º 73/2013), que revoga a Lei n.º 2/2007, cujo objetivo é “ajustar o paradigma das receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, bem como dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a Administração Central e Local, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade financeira” (Preâmbulo da Lei). O Novo Regime Financeiro aprovado em 2013 procura, assim, intervir fundamentalmente sobre o controlo e prevenção do desequilíbrio financeiro.

Dado que a autonomia financeira municipal deve ser exercida no contexto do equilíbrio financeiro global do setor público, os princípios constantes da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 41/2014, de 10 de julho), na sua mais recente revisão, passaram a estar também plasmados na nova LFL (art.º 3.º); princípios: da estabilidade orçamental; da solidariedade nacional recíproca; da transparência orçamental; da equidade intergeracional; além dos princípios da legalidade, da tutela inspetiva, da autonomia finan-

ceira e da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais.

Neste âmbito, merece destaque ainda o princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado (art.º 11.º), a realizar através de um Conselho de Coordenação Financeira (CCF) (art.º 12º), que prevê a audição dos municípios antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento de Estado. Esta coordenação estabelece-se tendo por base um quadro orçamental plurianual (art.º 44.º) que defina os limites, elaborados numa base móvel e atualizados anualmente, para a despesa e as projeções da receita do município no médio prazo. Este documento deverá ser elaborado em "articulação com as Grandes Opções do Plano", submetido à Assembleia Municipal e ter natureza vinculativa.

O Novo Regime Financeiro introduz ainda mecanismos que se destinam a garantir o alerta precoce de desvios sinalizados por indicadores financeiros (art.º 56.º) e, se necessário, de recuperação financeira municipal (art.º 57.º). Entre outros instrumentos de regularização financeira, prevê-se a participação dos municípios num Fundo de Apoio Municipal (FAM), com contribuição obrigatória dos municípios (através do Fundo de Equilíbrio Financeiro – FEF), bem como do Governo Central, e que se traduz num mecanismo de solidariedade e co-responsabilidade financeira por parte da totalidade dos municípios.

Finalmente, o Novo Regime Financeiro introduz também alterações no sentido da redução da base de receitas próprias locais, como é o caso da extinção do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) (art.º 81º).

Em 2012 foi também alterado o enquadramento do SEL. A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando o anterior regime que datava de 2006⁶. Em termos gerais, é substancialmente alterada a configuração jurídica do SEL, passando a ser inserido na agora designada "atividade empresarial autárquica". O diploma legal atualmente em vigor:

- i. Estabelece o regime geral aplicável aos serviços municipalizados;

- ii. Regula a atividade das empresas locais, que são genericamente as sociedades sujeitas à influência dominante dos municípios e das associações de municípios (ambos designados por "entidades públicas participantes"); e

- iii. Disciplina a aquisição e detenção de participações locais, que se traduzem nas participações sociais detidas pelas entidades públicas participantes noutras sociedades comerciais e, bem assim, a aquisição de outras participações, tais como em Fundações, em Cooperativas ou em Associações de direito privado.

· Em primeiro lugar, introduz-se a imposição de significativos deveres de informação institucional e económico-financeira das entidades públicas participantes à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). O incumprimento destes deveres de informação é sancionado com a retenção de 10% do duodécimo (sendo de 20% em caso de reincidência) das transferências correntes do Fundo Geral Municipal, no caso dos municípios, sendo sancionado com a suspensão imediata e automática das transferências financeiras do Estado se o incumprimento for por parte de associações de municípios (art.ºs 42º e 44º).

Em segundo lugar, passam a estar sujeitos ao controlo prévio do Tribunal de Contas, quaisquer atos de constituição ou de participação em empresas locais, assim como de aquisição de participações sociais, pelas entidades públicas participantes. A fiscalização prévia do Tribunal de Contas incidirá, ainda, sobre quaisquer processos de fusão de empresas locais (art.ºs 54º e 56º).

Em terceiro lugar, passa a prever-se a possibilidade de integração de empresas locais em serviços municipalizados, assim como de fusão de empresas locais, bem como a mera internalização da atividade destas empresas nos serviços das respetivas entidades públicas participantes (art.ºs 64º e 65º).

Por último, destaca-se a criação de novas regras de dissolução das empresas locais, com a obrigatoriedade de extinção das mesmas, sempre que, nos últimos três anos, i) as respetivas vendas e prestações de serviços não cubram, pelo menos, 50% dos custos totais dos correspondentes exercícios; ii) o peso contributivo dos subsídios à exploração tenha sido superior a 50% das receitas; iii) o valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e depreciações tenha sido negativo; ou ainda

⁶ Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

quando iv) o resultado líquido tenha sido negativo. O prazo para a deliberação de dissolução é de seis meses a contar da verificação de uma destas situações elencadas (art.º 62º).

Em alternativa à decisão de dissolução da empresa local, poderão as entidades públicas participantes alienar integralmente as respetivas participações detidas nas empresas locais. Quando se trate de meras participações locais, a alienação das participações, nos casos supra descritos, é obrigatória (art.º 66º).

A referida lei entrou em vigor a 1 de setembro de 2012, sendo que as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior e sob a influência dominante das entidades públicas participantes, a par das sociedades comerciais participadas já existentes, ficaram obrigadas a adequar os seus estatutos no prazo de seis meses⁷ a contar daquele dia. É também de seis meses o prazo para as entidades públicas participantes determinarem a dissolução das empresas locais, ou, em alternativa, procederem à alienação integral das participações sociais que detenham nessas empresas, quando ocorram as circunstâncias enunciadas acima (art.º 62º).

1.7. Recuperação Financeira Municipal: Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Fundo de Apoio Municipal (FAM)

Seguindo também as recomendações dos memorandos de entendimento, no sentido de introduzir mecanismos de controlo e restrição dos pagamentos em atraso pelo setor público, no ano de 2012 foi implementada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho). Embora a regulamentação se destinasse igualmente a todo o setor público, teve efeitos muito significativos no setor municipal.

No essencial, este novo regime procura disciplinar os pagamentos em atraso, por via do controlo apertado da assunção de novos compromissos pelo limite dos fundos disponíveis a 90 dias, que passaram a ser apurados. Foi também introduzida a co-respon-

⁷ Não existe divulgado, até à data, qualquer avaliação sobre o nível de cumprimento destas directrizes. Pode-se concluir das alterações ocorridas através da comparação entre as empresas existentes em 2014 e as existentes em 2012 (Capítulo 4 deste anuário)

sabilização dos fornecedores do setor público, o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de informação, bem como o aprofundamento dos regimes de responsabilidade civil, criminal e financeira dos agentes públicos que autorizam despesa pública sem a existência de fundos disponíveis⁸.

Nos termos do art.º 16º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, os municípios com pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2011 teriam de apresentar à DGAL, num prazo de 90 dias, um plano de liquidação de pagamentos.

Neste âmbito da racionalização financeira, foi aprovado também o Programa de Apoio à Economia Local – PAEL (Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto), para a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na DGAL à data de 31 de março de 2012. Este programa com a dotação de 1 000 milhões de euros, permitia aos municípios elegíveis estabelecerem contratos de empréstimos com o Estado, aprovados pelas respetivas assembleias municipais e apresentados no Tribunal de Contas para fiscalização prévia, destinados exclusivamente ao pagamento da dívida de curto prazo a fornecedores. Tratava-se, na continuidade dos programas implementados em 2008 e 2009 – PPTH e PREDE – proceder à substituição de dívida comercial por dívida financeira de médio e longo prazo.

Os municípios em situação de aderir ao PAEL tinham que apresentar um Plano de Ajustamento Financeiro que, nos termos do art.º 6º da Lei n.º 43/2012, continha “um conjunto de medidas específicas e quantificadas, que evidenciavam o restabelecimento da situação financeira do município, tendo em conta os seguintes objetivos:

- a) Redução e racionalização da despesa corrente e de capital;

⁸ Artigo 5.º Fundos disponíveis 1 – Consideram-se fundos disponíveis as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos: a) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes; b) As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes; c) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; d) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes; e) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei; f) As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; g) Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA.

- b) Existência de regulamentos de controlo interno;
- c) Otimização da receita própria;
- d) Intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL."

Nos termos do art.º 3.º, relativamente aos prazos e montantes de financiamento, distinguem-se:

- Programa I – relativo aos municípios que estejam abrangidos por um plano de reequilíbrio financeiro e se encontrassem em situação de desequilíbrio estrutural a 31 de dezembro de 2011;
- Programa II – que integra os restantes municípios.

O Quadro 1.04 apresenta os 103 municípios que em 2015 tinham aderido ao PAEL, que já ascende a um valor global de cerca de 625,4 milhões de euros. Este conjunto de municípios inclui principalmente pequenos (49) e médios (51) municípios e apenas 3 de grande dimensão (Funchal, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia).

Ao abrigo do Programa I o financiamento visado foi de aproximadamente 268 milhões de euros, sendo que ao abrigo do Programa II o financiamento visado foi de 357,5 milhões de euros. Dos 103 municípios que recorreram ao PAEL, 25 estão abrangidos pelo Programa I, dos quais 12 são de pequena dimensão e 13 são de média dimensão.

Os maiores valores de financiamento foram concedidos, por ordem decrescente, aos seguintes municípios: Fundão (36,78 milhões de euros), Évora (32,17 milhões de euros), Funchal (28,41 milhões de euros), Santarém (24,58 milhões de euros), Vila Real de Santo António (24,47 milhões de euros) e Vila Nova de Gaia (22,75 milhões de euros).

Por seu turno, os menores valores de financiamento foram concedidos, por ordem decrescente, aos seguintes municípios: Alfândega da Fé (0,69 milhões de euros), Vila Nova de Paiva (0,59 milhões de euros), Monforte (0,50 milhões de euros), Oliveira de Frades (0,49 milhões de euros), Ferreira do Alentejo (0,46 milhões de euros) e Sardoal (0,44 milhões de euros).

Quadro 1.04 – Municípios com contratos visados pelo Tribunal de Contas ao abrigo do PAEL

	Município	Dim.	Financiamento visado	Programa
1	Albufeira	M	16 678 726	I
2	Alcobaça	M	4 435 817	II
3	Alenquer	M	1 149 795	II
4	Alfândega da Fé	P	694 457	I
5	Alijó	P	4 424 691	I
6	Aljustrel	P	1 332 329	II
7	Almeirim	M	694 480	II
8	Alvaiázere	P	1 718 333	II
9	Ansião	P	2 233 967	I
10	Armamar	P	987 994	II
11	Arruda dos Vinhos	P	2 441 431	II
12	Azambuja	M	3 139 294	II
13	Barreiro	M	10 201 380	II
14	Borba	P	4 886 116	I
15	Calheta (R. A. M.)	P	4 232 882	II
16	Câmara de Lobos	M	5 815 459	II
17	Caminha	P	2 281 969	II
18	Cartaxo	M	17 667 910	I
19	Chamusca	P	4 323 839	II
20	Chaves	M	7 873 427	II
21	Covilhã	M	2 815 021	II
22	Entroncamento	M	3 219 263	II
23	Espinho	M	8 176 751	I
24	Estremoz	P	2 710 733	II
25	Évora	M	32 166 373	I
26	Faro	M	16 710 900	I
27	Ferreira do Alentejo	P	458 617	II
28	Freixo de Espada à Cinta	P	4 346 736	I
29	Funchal	G	28 414 336	II
30	Fundão	M	36 777 846	I
31	Gouveia	P	754 338	II
32	Grândola	P	1 477 120	II
33	Guarda	M	14 091 560	II
34	Ílhavo	M	8 794 812	II

	Município	Dim.	Financiamento visado	Programa
35	Lagoa (Algarve)	M	4 000 000	II
36	Lagos	M	9 508 131	II
37	Lamego	M	11 826 491	II
38	Loulé	M	14 506 376	II
39	Lourinhã	M	972 627	II
40	Lousã	P	880 772	II
41	Mangualde	P	4 001 682	II
42	Melgaço	P	2 130 366	II
43	Miranda do Douro	P	2 031 709	II
44	Moimenta da Beira	P	2 412 487	I
45	Monforte	P	504 812	II
46	Montemor-o-Velho	M	745 634	I
47	Montijo	M	846 737	II
48	Mourão	P	1 174 765	I
49	Nelas	P	1 635 611	I
50	Nordeste	P	7 611 777	I
51	Óbidos	P	3 839 744	II
52	Olhão	M	4 083 540	II
53	Oliveira de Azeméis	M	1 216 473	II
54	Oliveira de Frades	P	485 614	II
55	Ourém	M	3 365 330	II
56	Paços de Ferreira	M	7 137 212	II
57	Paredes	M	19 755 872	II
58	Paredes de Coura	P	2 881 120	II
59	Penafiel	M	1 736 014	II
60	Penela	P	2 313 528	II
61	Peniche	M	3 202 576	II
62	Peso da Régua	P	5 106 130	II
63	Ponte da Barca	P	846 752	II
64	Porto Santo	P	2 452 015	I
65	Póvoa de Lanhoso	M	2 469 210	II
66	Póvoa de Varzim	M	7 498 180	II
67	Praia da Vitória	M	1 953 335	II
68	Reguengos de Monsaraz	P	4 675 556	II
69	Ribeira de Pena	P	2 041 244	II

	Município	Dim.	Financiamento visado	Programa
70	Ribeira Grande	M	2 049 782	II
71	Rio Maior	M	962 061	II
72	Santa Comba Dão	P	3 362 156	I
73	Santa Cruz	M	16 848 866	I
74	Santa Maria da Feira	G	12 899 357	II
75	Santarém	M	24 581 767	I
76	Santo Tirso	M	1 730 000	II
77	São Pedro do Sul	P	2 873 609	II
78	Sardoal	P	444 793	II
79	Seia	M	2 768 065	I
80	Sertã	P	2 130 877	II
81	Sesimbra	M	8 912 069	II
82	Sines	P	3 548 273	II
83	Sobral de Monte Agraço	P	1 053 287	II
84	Soure	P	1 695 316	II
85	Tábua	P	2 443 240	II
86	Tavira	M	1 165 078	II
87	Torres Novas	M	6 795 454	II
88	Trancoso	P	3 583 677	II
89	Trofa	M	16 597 188	I
90	Vagos	M	3 553 788	II
91	Vale de Cambra	M	2 145 858	II
92	Valença	P	1 000 000	II
93	Valongo	M	16 263 896	II
94	Valpaços	P	2 649 478	II
95	Viana do Castelo	M	2 903 596	II
96	Vieira do Minho	P	3 056 978	II
97	Vila do Conde	M	10 928 221	I
98	Vila Nova da Barquinha	P	741 247	II
99	Vila Nova de Gaia	G	22 751 431	II
100	Vila Nova de Paiva	P	586 130	II
101	Vila Real de Santo António	P	24 466 151	I
102	Vila Verde	M	10 438 783	II
103	Vizela	M	7 733 509	I
Total			625 642 103	-

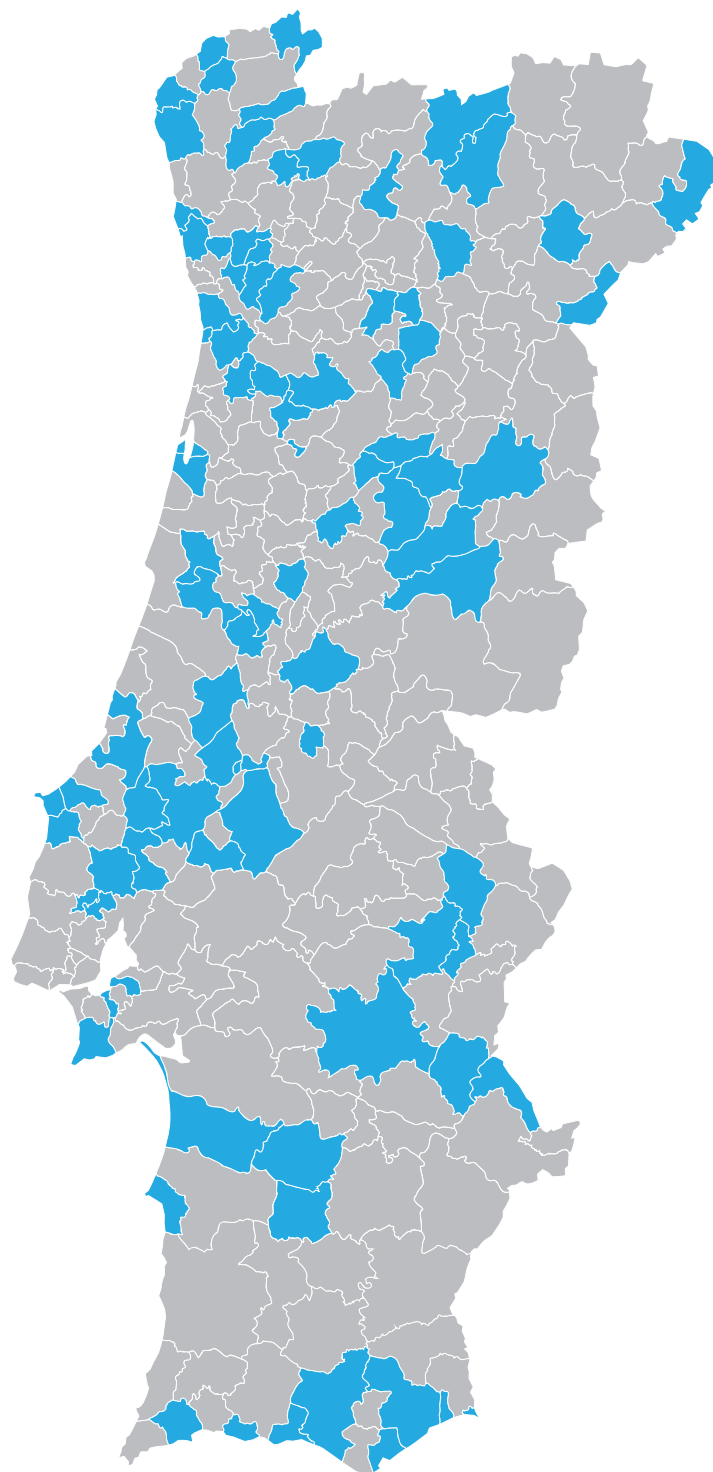
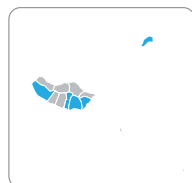
Figura 2 — Distribuição geográfica dos municípios que recorreram ao PAEL

Albufeira
 Alcobaca
 Alenquer
 Alfândega da Fé
 Alijó
 Aljustrel
 Almeirim
 Alvaiázere
 Ansião
 Armamar
 Arruda dos Vinhos
 Azambuja
 Barreiro
 Borba
 Calheta (R. A. M.)
 Câmara de Lobos
 Caminha
 Chamusca
 Chaves
 Covilhã
 Entroncamento
 Espinho
 Estremoz
 Évora
 Faro
 Ferreira do Alentejo
 Freixo de Espada à Cinta
 Funchal
 Fundão
 Gouveia
 Grândola
 Guarda
 Ílhavo
 Lagoa (Algarve)
 Lagos
 Lamego
 Loulé
 Lourinhã
 Lousã
 Mangualde
 Melgaço
 Miranda do Douro
 Moimenta da Beira
 Monforte
 Montemor-o-Velho
 Montijo
 Mourão
 Nelas
 Nordeste
 Óbidos
 Olhão
 Oliveira de Azeméis
 Oliveira de Frades
 Ourém
 Paços de Ferreira
 Paredes

Paredes de Coura
 Penafiel
 Penela
 Peniche
 Peso da Régua
 Ponte da Barca
 Porto Santo
 Póvoa de Lanhoso
 Póvoa de Varzim
 Reguengos de Monsaraz
 Ribeira de Pena
 Ribeira Grande
 Rio Maior
 Santa Cruz
 Santa Maria da Feira
 Santarém
 Santo Tirso
 São Pedro do Sul
 Sardoal
 Seia
 Sertã
 Sesimbra
 Sines

Sobral de Monte Agraço
 Soure
 Tábua
 Távora
 Torres Novas
 Trancoso
 Trofa
 Vagos
 Vale de Cambra
 Valença
 Valongo
 Valpaços
 Viana do Castelo
 Vieira do Minho
 Vila da Praia da Vitória
 Vila do Conde
 Vila Nova da Barquinha
 Vila Nova de Gaia
 Vila Nova de Paiva
 Vila Real de Santo António
 Vila Verde

 Municípios com PAEL



Também com o propósito de controlar o endividamento excessivo foi aprovado, em 2014, um novo regime jurídico de recuperação financeira municipal (Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto), que prevê os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam a um município atingir e respeitar o limite de dívida total, e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM) ao qual terão que recorrer os municípios⁹ que se encontrem em situação de rutura financeira.

De acordo com a referida lei, conjugada com o preconizado na LFL (Lei n.º 73/2013), caso a sua dívida total se situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal; caso o rácio de endividamento seja superior a 3, o município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal. De acordo com as prestações de contas dos municípios, havia, no final de 2015, 7¹⁰ municípios na primeira situação e 13 em rutura financeira, números que são inferiores aos registados no final de 2014 (12 e 16, respetivamente).

1.8. Independência financeira¹¹

No presente Anuário mantém-se a análise do **rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais** para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. **Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias¹² representam, pelo menos, 50% das receitas totais.**

⁹ Embora o instrumento financeiro do FAM não tivesse sido disponibilizado a tempo dos municípios usufruírem do mesmo, ainda em 2014, dois municípios devido à grave situação financeira em que se encontravam, com estrangulamento de tesouraria, beneficiaram, ainda em 2014, de uma antecipação deste programa a título de situação de emergência: Aveiro com 7 M€ e Vila Nova de Poiares com 0,5 M€

¹⁰ No capítulo 3 referimos que apenas 12 estavam nesta situação em 2014, de acordo com a análise das contas recolhidas junto do TC, sem a consolidação dos grupos autárquicos.

¹¹ Este conceito não deve ser confundido com o de Autonomia Financeira, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Autonomia financeira refere-se ao princípio de que os municípios dispõem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

¹² Tal como nas edições anteriores do Anuário, considera-se que receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

Para melhor compreender a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparada para os dez anos compreendidos entre 2006 e 2015 e por grupos de municípios, o peso nas receitas totais das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros. A análise é feita considerando os respetivos valores cobrados.

O valor médio do nível de independência financeira, nos termos apresentados neste Anuário, no período 2006 a 2015 foi de 34,8% para o universo dos municípios, tendo, pelas razões apontadas, crescido em 2014 cerca de 5% e estabilizado em 2015. O ano de 2009 aparece assim como um ano crítico, já que as receitas próprias e as transferências apresentam os valores mais baixos no período considerado, atingindo os passivos financeiros o valor mais elevado (11%).

Analisando a evolução deste indicador por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumem um maior peso relativo nos municípios de grande dimensão (Gráfico 1.04)¹³; representando estas, no período de 2006 a 2015, um valor médio de 63,7% das receitas totais, isto é, mais 29 pontos percentuais (pp) do que a média global. O aumento do nível de independência financeira em 2014 e manutenção em 2015 está associado essencialmente à descida de receita proveniente de transferências e à diminuição das receitas creditícias, conforme se poderá constatar pela leitura dos dados apresentados no capítulo 2 deste anuário.

Nos municípios de média dimensão (Gráfico 1.05), neste período as transferências do Estado e as receitas próprias contribuíram, quase em partes iguais para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 48,7% e 45,6%. Neste grupo de municípios, o aumento do peso das receitas próprias, de 7pp entre 2013 e 2015, esteve mais associado à descida das receitas creditícias tendo, neste equilíbrio de pesos influenciado menos a descida do montante de transferências do Estado.

Os recursos financeiros dos municípios de pequena dimensão (Gráfico 1.06) dependem significativamente das transferências rece-

¹³ Peso justificado pelo maior volume de receita fiscal auferida, nomeadamente, a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Releva-se, ainda, o peso significativo, nos grandes municípios, do produto das cobranças das derramas lançadas sobre o lucro tributável das empresas (através do IRC).

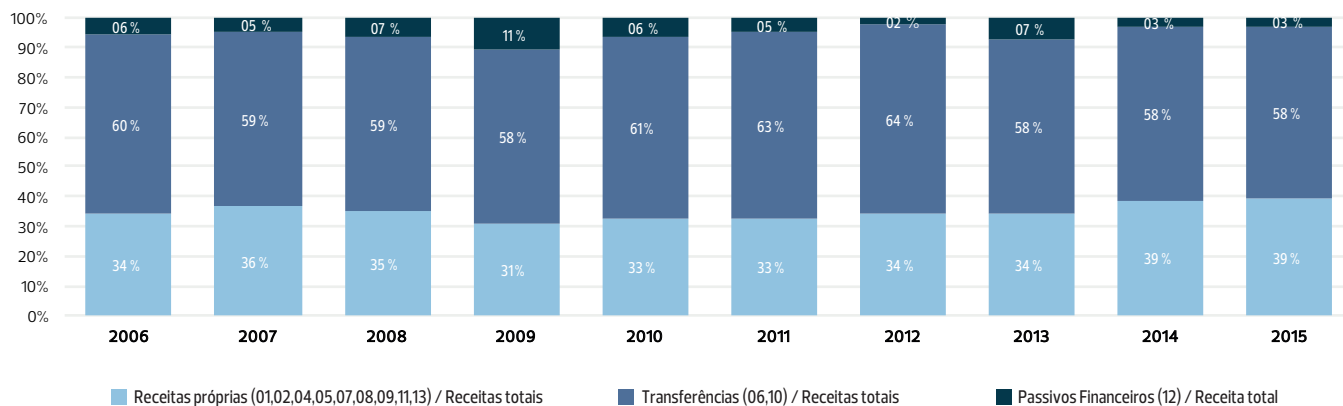
bidadas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)¹⁴ as quais representam neste período, em média, 69,7% das receitas totais. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais foi apenas de 24,9%, o que significa apenas cerca de ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. Em 2015, este indicador de independência (29%) diminuiu 1pp em relação a 2014, ano que se registou um crescimento de 4pp face a 2013. As razões fundamen-

tais do aumento de importância relativa das receitas próprias neste grupo de municípios, foram as mesmas que apontadas para a globalidade dos municípios: forte descida das transferências do Estado e diminuição do volume global dos empréstimos de médio e longo prazo.

No que concerne aos municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a sua independência financeira é relativamente baixa, dado predominarem os municípios de pequena dimensão. No período em análise, na Região Autónoma dos Açores a média foi de 20% e na Região Autónoma da Madeira 30%.

¹⁴ Transferências do OE e provenientes da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios (nos termos do art.º 25.º da LFL, Lei nº 73/2013), cujo objetivo, é exatamente providenciarem, através de subvenção criteriosa, o equilíbrio financeiro horizontal e vertical entre o exercício do poder central e dos poderes locais.

Gráfico 1.03 – Evolução da Estrutura Financeira dos 308 Municípios¹⁵



¹⁵ Os valores percentuais são arredondados ao valor inteiro. Por essa razão, em alguns casos a soma das três parcelas pode não ser 100%.

Gráfico 1.03.A – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores

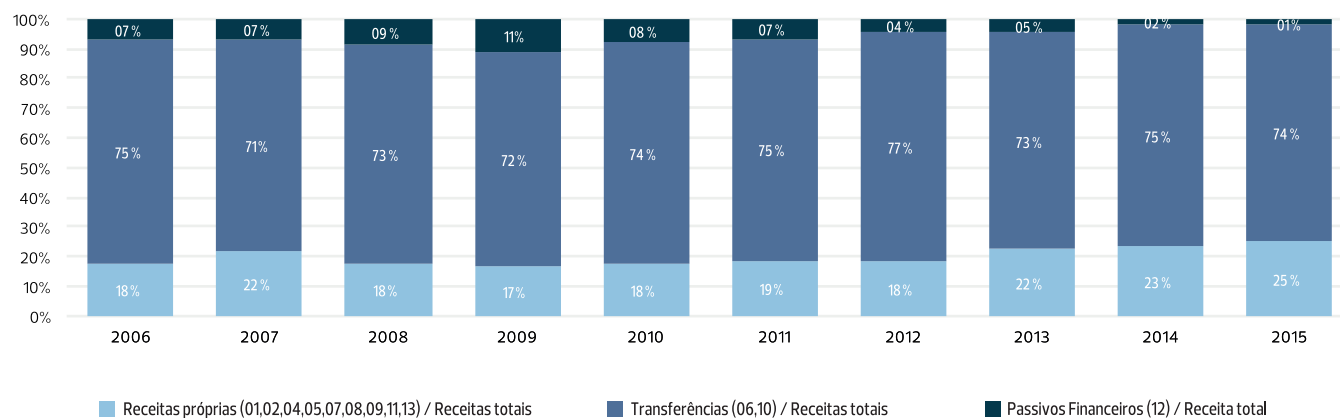


Gráfico 1.03.M – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira

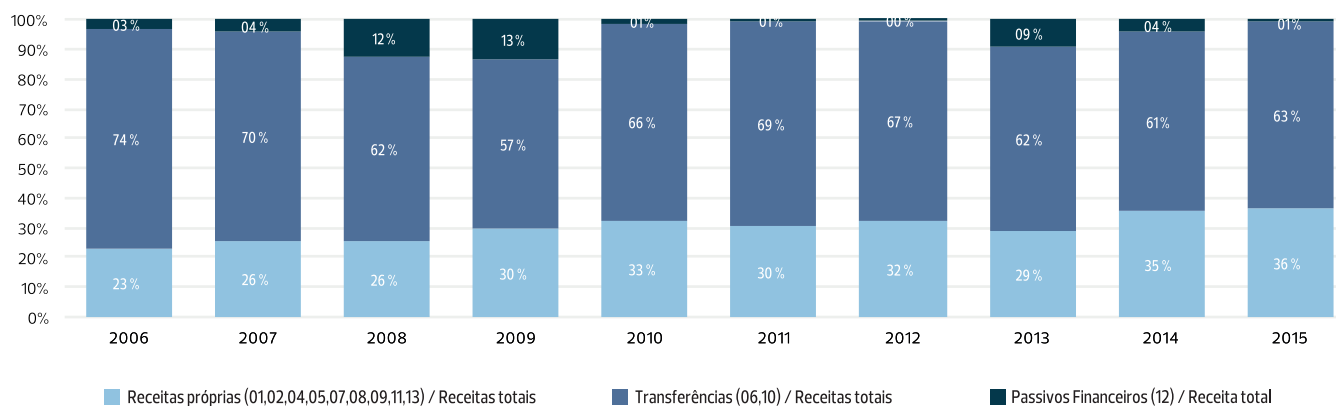


Gráfico 1.04 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

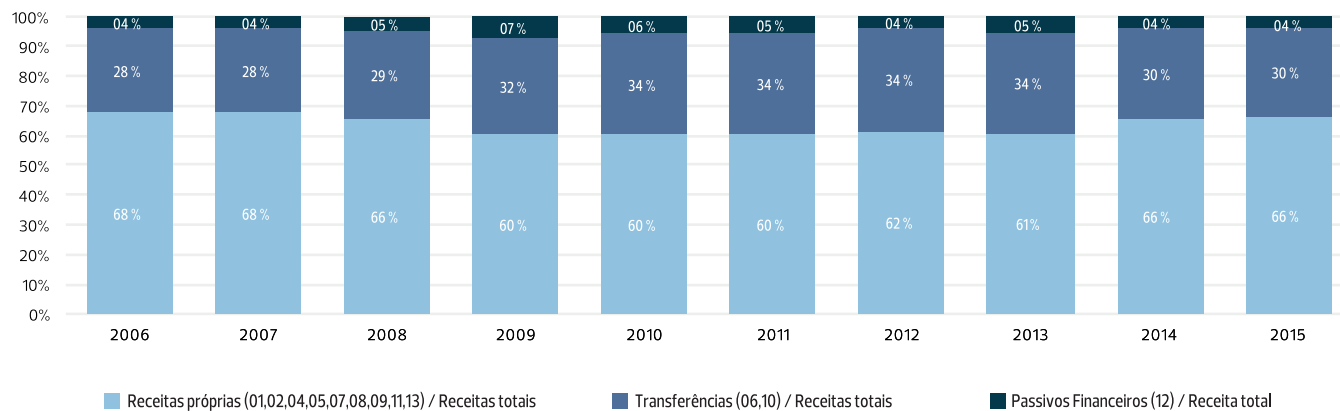


Gráfico 1.05 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Média Dimensão

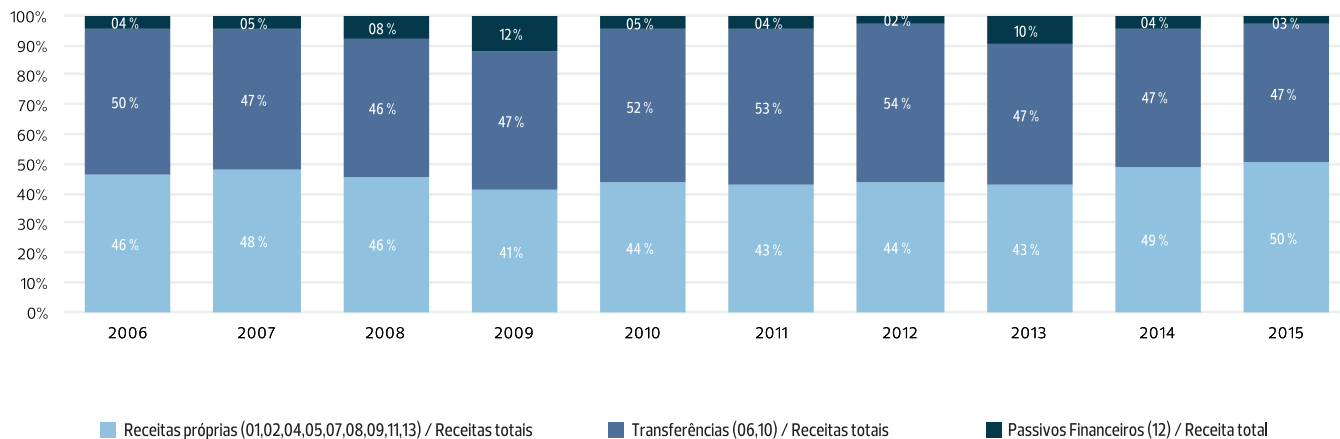


Gráfico 1.06 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão

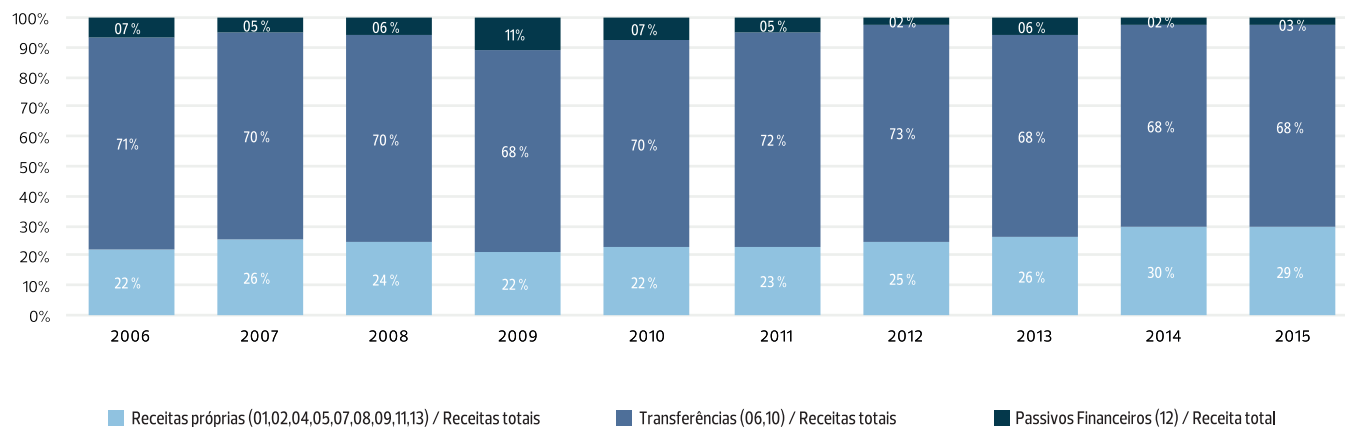
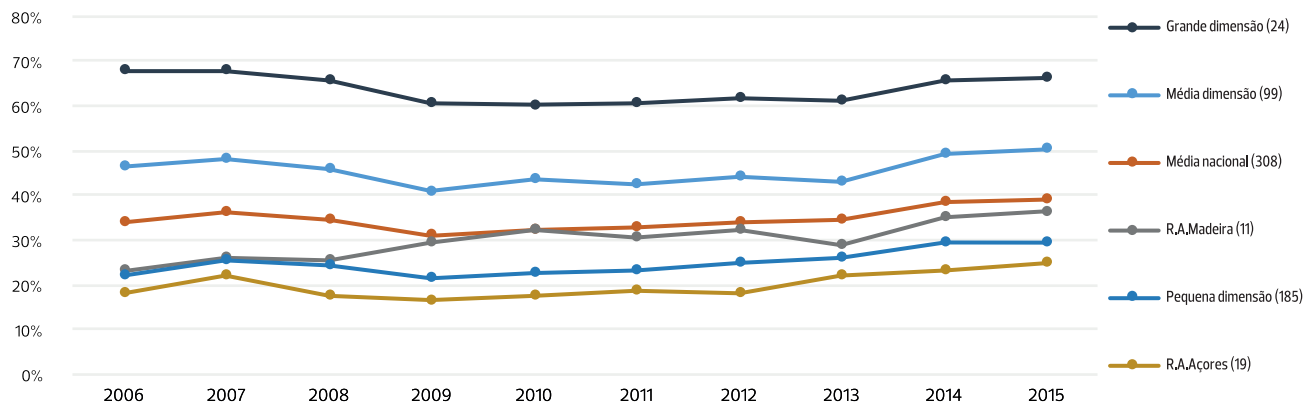


Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2006 a 2015)



Em 2015, o peso do recurso ao crédito (passivos financeiros) nas receitas totais da totalidade dos municípios estabilizou nos 3%, isto após a diminuição de 4pp em 2014 face a 2013, o que corresponde a uma compensação quase total do aumento de 5% que se verificou em 2013 relativamente a 2012. O maior contributo para esta diminuição deveu-se principalmente ao grupo dos municípios médios, com uma redução de 7pp entre 2013 e 2015.

O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica no período de 2006 a 2015, por

grupo de municípios. O valor do rácio médio da independência financeira cresce após 2013 devido, fundamentalmente, às razões já explicitadas de descida das transferências do Estado e à descida do montante utilizado, no ano económico, de empréstimos de médio e longo-prazo.

Atento às razões apresentadas para a variação global do indicador da independência financeira, no Quadro 1.05, descrimina-se, por grupos de municípios, a amplitude de variação dos níveis de independência financeira em 2015.

Quadro 1.05 – Independência Financeira em 2015

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nº de municípios existentes	185	99	24	308
Nº de municípios analisados	185	99	24	308
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	29%	50%	66%	39%
% Mínima Corvo	3%	26%	44%	3%
	Praia da Vitória	Barcelos		
% Máxima Vila Real Sto. António	81%	89%	87%	89%
	Albufeira	Lisboa		
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
Média dos 308 municípios	68%	47%	30%	58%
% Mínima Vila Real Sto. António	19%	11%	6%	6%
	Albufeira	Lisboa		
% Máxima Corvo	97%	71%	56%	97%
	Angra do Heroísmo	Barcelos		
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	3%	3%	4%	3%
% Mínima	0%	0%	0%	0%
% Máxima Alfândega da Fé	57%	39%	15%	57%
	Cartaxo	Setúbal		

- Da análise conjunta do quadro anterior e do Quadro 1.06, verifica-se que em 2015 são 74 (71 em 2014) os municípios que apresentam uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 22 são municípios de grande dimensão, 38 de média dimensão e 14 de pequena dimensão.
- Em 2015 verificou-se um acréscimo no número de municípios de média (+3) e uma estabilização nos de pequena e grande dimensão que apresentam independência financeira igual ou superior a 50%. Pelas razões já aduzidas, verifica-se também uma estabilização, com ligeiro aumento nos municípios de pequena dimensão (+3), do número de pequenos municípios com transferências superiores a 80% das receitas totais.

A observação do Quadro 1.06 permite confirmar, em relação ao ano económico de 2015, a estabilização dos indicadores do peso

das receitas próprias e das transferências de estado e da diminuição da utilização de empréstimos financeiros.

- 35 municípios (+2 do que em 2014) têm receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo todos de pequena dimensão.
- Os municípios com maior dependência das transferências para equilíbrio do seu orçamento (valor superior a 80% das receitas totais) foram na sua totalidade (27) municípios de pequena dimensão.
- Em 2015 há menos 3 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (-4 municípios de pequena dimensão, +3 municípios de média dimensão e -2 municípios de grande dimensão).

Quadro 1.06 – Outros indicadores relevantes para os Municípios

	Dimensão	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenos	7	11	13	5	9	7	8	9	14	14
	Médios	36	44	41	27	30	28	29	29	35	38
	Grandes	22	22	20	17	17	19	22	19	22	22
	Total	65	77	74	49	56	54	59	57	71	74
Nº de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	98	74	90	97	89	81	64	54	33	35
	Médios	1	2	1	5	3	4	2	3	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	99	76	91	102	92	85	66	57	33	35
Nº de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	43	55	53	42	61	82	99	102	134	130
	Médios	26	26	19	16	31	36	47	37	56	59
	Grandes	5	9	6	4	6	3	5	7	12	10
	Total	74	90	78	62	98	121	151	146	202	199
Nº de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenos	46	37	47	35	50	56	57	37	25	27
	Médios	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	47	38	48	35	50	57	57	37	25	27

No *Ranking R1* são apresentados os 50 municípios com maior peso relativo de independência financeira no ano de 2015, mostrando também o valor do indicador para os sete anos anteriores. São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias, onde os impostos e taxas têm papel central, e onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.

Ao confrontar este ranking com os apresentados no capítulo da receita nomeadamente R7, R8 e R11, verifica-se que se trata de municípios que apresentam maior peso das receitas fiscais na receita total municipal e ou apresentaram maior receita de IMI e IMT. São também municípios que, em 2015, ou viram as suas receitas de IMT e IMI aumentar de volume ou as receitas provenientes das transferências de Estado e empréstimos bancários baixarem significativamente.

Em 2015, o município Albufeira voltou a liderar o *ranking*, com o rácio de independência financeira de 89,5% (Oeiras em 2009, Vila Real de Santo António em 2010, Albufeira em 2011, Lisboa em 2012, Oeiras novamente 2013 e Lagoa (Algarve) 2014).

Centrando a observação em 2015, verifica-se que 8 novos municípios integraram este grupo de 50 (Caldas da Rainha, Castelo de Paiva, Castro Marim, Faro, Moita, Santa Cruz, Seixal e Vila Real de Santo António) e outros 8 saíram do mesmo (Figueira da Foz, Lourinhã, Machico, Óbidos, Peniche, Torres Vedras, Vila Nova de Famalicão e Viseu).

Pela observação do *ranking* verificam-se outros municípios com variações significativas do valor deste indicador entre 2014 e 2015, dos quais se destacam: de forma positiva, Vila Real de Santo António (+59,7%), Castelo de Paiva (+28,2%), Faro (+27,3%), Santa Cruz (+26,5%) e Seixal (+25%); de forma negativa, Maia (-10,5%) e Setúbal (-9,9%).

No *Ranking R2* figuram os 50 municípios com menor independência financeira, ou seja, com menos captação de receitas próprias, nomeadamente impostos e taxas, e mais dependentes das transferências do Estado. Tratam-se maioritariamente de municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos, o que implica também que os empréstimos bancários, quando utilizados, apresentem peso relevante na estrutura financeira, pese embora em

termos de volume tenham menor relevância. Desde 2008 este *ranking* tem sido liderado pelo Corvo, que apresentando em 2015 o valor de apenas 2,6% de independência financeira.

Face a alterações na estrutura da receita dos municípios, fruto do aumento de receitas próprias ou da diminuição drástica das receitas creditícias ou, ainda, da variação no valor das transferências, de 2014 para 2015, saíram deste *ranking* 14 municípios e entraram outros 14. Saíram: Alandroal, Alijó, Arraiolos, Castelo de Vide, Figueira de Castelo Rodrigo, Marvão, Nisa, Povoação, Ribeira Brava, Santa Cruz da Graciosa, Sousel, Vila do Porto, Vila Real de Santo António e Vizela. Entraram: Belmonte, Gavião, Idanha-a-Nova, Manteigas, Meda, Murça, Oleiros, Portel, Porto Moniz, Santa Marta de Penaguião, São Roque do Pico, Tabuaço, Vila Flor e Vila Nova de Paiva.

Analisada a estrutura da receita dos municípios destacados neste *ranking* verifica-se, ainda em 2015, que em alguns casos a independência financeira baixou abruptamente, designadamente em Alfândega da Fé, Belmonte, Santa Marta de Penaguião e Oleiros.

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, o município com maior índice de independência financeiramente em 2015 foi Ponta Delgada (50,2%), que tem liderado o ranking desde 2008, com valores entre 39,7% (2008) e 50,4% (2009). O maior crescimento ocorreu no município de Lajes do Pico, com um aumento em 8,2pp face a 2014.

Na Região Autónoma da Madeira, o líder do ranking em 2015 foi o Funchal (78,2%), cuja independência financeira cresceu 5pp face a 2014. De 2014 para 2015 a maior subida ocorreu em Santa Cruz, que quase duplicou o índice da sua independência financeira passando de 34,1% para 60,6%.

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2015

	Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Albufeira	M	85,8%	84,9%	85,6%	69,7%	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%
2	Lagoa (Algarve)	M	76,5%	79,9%	82,1%	78,8%	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%
3	Lisboa	G	87,1%	86,8%	86,2%	71,9%	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%
4	Cascais	G	79,1%	79,7%	79,5%	69,9%	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%
5	Lagos	M	74,7%	77,6%	83,4%	67,9%	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%
6	Portimão	M	68,4%	76,3%	63,2%	55,8%	73,3%	77,0%	76,1%	77,3%	80,6%	82,7%
7	VR Santo António	P	75,6%	68,4%	74,9%	60,2%	86,7%	77,9%	74,5%	69,4%	21,4%	81,1%
8	Seixal	G	78,8%	81,7%	70,2%	73,3%	77,5%	72,1%	79,2%	81,3%	55,8%	80,8%
9	Sesimbra	M	82,1%	85,2%	81,0%	73,2%	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%
10	Loulé	M	75,2%	85,7%	81,7%	67,3%	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%
11	Oeiras	G	79,2%	80,8%	74,8%	80,9%	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%
12	Palmela	M	76,9%	77,9%	73,9%	60,1%	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%
13	Funchal	G	62,8%	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%
14	Alcochete	P	65,9%	71,3%	71,1%	56,5%	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%
15	Porto	G	77,1%	77,6%	78,7%	72,2%	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%
16	Mafra	M	72,3%	82,2%	75,7%	75,9%	55,6%	68,4%	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%
17	Almada	G	72,6%	76,5%	71,8%	71,2%	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%
18	Aveiro	M	65,4%	69,8%	33,4%	54,7%	76,2%	65,4%	67,9%	68,2%	60,4%	71,6%
19	Faro	M	65,1%	67,6%	59,4%	52,6%	60,8%	67,8%	64,6%	63,6%	44,2%	71,5%
20	Barreiro	M	62,7%	65,7%	57,3%	62,8%	66,5%	68,2%	69,3%	53,2%	71,4%	71,3%
21	Coimbra	G	67,8%	61,1%	65,9%	62,3%	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%	72,5%	71,3%
22	Vila Franca de Xira	G	63,6%	67,6%	63,5%	62,8%	61,2%	58,5%	56,7%	58,3%	64,0%	68,9%
23	Marinha Grande	M	65,6%	66,4%	58,0%	63,6%	61,2%	62,0%	57,9%	55,8%	66,1%	68,1%
24	Sintra	G	67,3%	63,8%	64,9%	59,5%	45,5%	60,1%	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%
25	Setúbal	G	69,6%	74,0%	77,4%	75,0%	71,6%	68,4%	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%
26	Tavira	M	66,3%	69,5%	63,3%	56,7%	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%
27	Vila do Bispo	P	48,9%	58,7%	59,4%	42,8%	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%
28	Odivelas	G	67,7%	69,0%	64,7%	63,7%	56,6%	59,6%	62,1%	60,2%	67,2%	65,5%
29	Vila do Conde	M	74,4%	72,5%	70,0%	49,2%	58,3%	53,9%	53,7%	35,3%	63,8%	65,1%
30	Valongo	M	63,3%	62,2%	63,8%	47,8%	49,2%	56,2%	63,4%	41,3%	64,5%	65,1%
31	Montijo	M	68,7%	66,8%	70,4%	57,3%	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%
32	Leiria	G	58,1%	64,2%	52,6%	49,1%	55,9%	58,0%	56,6%	61,0%	63,1%	65,0%
33	Silves	M	54,3%	62,8%	66,8%	44,5%	57,8%	58,6%	60,9%	61,7%	64,5%	64,9%
34	Póvoa de Varzim	M	69,3%	73,0%	60,7%	53,2%	71,0%	68,2%	67,7%	56,7%	67,1%	64,5%

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
35 Vila Nova de Gaia	G	63,3%	51,6%	68,6%	61,7%	61,5%	63,0%	54,5%	52,9%	60,3%	64,3%
36 Óbidos	P	67,9%	68,0%	72,1%	61,8%	58,8%	68,5%	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%
37 Porto Santo	P	34,5%	35,3%	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%
38 Loures	G	72,8%	76,5%	72,9%	54,7%	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%
39 Matosinhos	G	69,3%	75,7%	62,4%	60,4%	55,2%	50,0%	53,9%	57,5%	64,1%	63,3%
40 Castro Marim	P	42,5%	51,3%	45,9%	43,6%	62,1%	56,2%	61,5%	51,1%	55,9%	62,6%
41 Ílhavo	M	68,2%	70,9%	60,4%	54,9%	57,7%	41,2%	41,4%	65,2%	65,3%	62,5%
42 Benavente	M	57,0%	72,1%	70,2%	55,0%	58,4%	57,3%	54,8%	62,6%	61,1%	62,5%
43 Moita	M	50,4%	58,3%	49,7%	54,9%	57,4%	55,5%	56,2%	62,9%	55,8%	62,4%
44 Amadora	G	69,8%	67,4%	67,4%	55,3%	55,9%	55,4%	60,6%	57,0%	59,9%	61,3%
45 Ovar	M	58,4%	60,2%	54,7%	65,5%	63,2%	57,7%	47,5%	58,1%	64,9%	60,7%
46 Santa Cruz	M	38,9%	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%
47 Castelo de Paiva	P	25,9%	22,9%	28,7%	14,6%	22,5%	14,0%	31,0%	26,8%	32,4%	60,6%
48 Maia	G	72,9%	71,7%	76,6%	61,8%	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%
49 Grândola	P	44,1%	50,8%	55,3%	57,6%	65,3%	45,1%	50,5%	52,5%	59,8%	59,3%
50 Caldas da Rainha	M	51,8%	52,0%	57,4%	43,6%	49,5%	54,1%	52,8%	56,2%	48,9%	59,0%

R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2015

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 Corvo	P	4,0%	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%
2 Santa Cruz das Flores	P	2,5%	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%
3 Barrancos	P	6,8%	5,9%	6,3%	4,8%	5,4%	8,7%	8,3%	9,2%	9,5%	8,7%
4 Lajes das Flores	P	5,9%	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%
5 Alfândega da Fé	P	11,8%	11,3%	10,7%	7,8%	6,2%	17,6%	18,2%	8,7%	21,2%	10,1%
6 Pampilhosa da Serra	P	10,0%	11,8%	15,9%	8,0%	8,6%	7,8%	8,5%	10,1%	13,2%	10,2%
7 Alcoutim	P	14,4%	13,2%	7,6%	9,8%	10,1%	9,8%	10,9%	9,8%	10,4%	10,6%
8 Santana	P	7,3%	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%
9 Arronches	P	11,7%	15,0%	12,9%	13,8%	14,5%	12,3%	14,4%	18,2%	17,8%	13,7%
10 Monforte	P	10,0%	11,9%	10,9%	8,9%	11,7%	10,1%	10,6%	11,5%	15,6%	13,8%
11 Cinfães	P	10,9%	14,6%	16,0%	10,9%	8,5%	9,9%	10,7%	13,9%	14,6%	14,3%
12 Nordeste	P	18,5%	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%
13 Vimioso	P	5,6%	6,0%	6,2%	7,1%	6,2%	13,0%	11,2%	13,9%	14,8%	14,4%
14 Vinhais	P	19,2%	9,8%	10,8%	11,2%	10,2%	12,7%	9,3%	16,5%	16,3%	15,4%
15 São Vicente	P	5,6%	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
16	Freixo de Espada à Cinta	P	11,7%	18,1%	8,9%	6,7%	8,0%	7,8%	9,8%	6,8%	13,7%	16,5%
17	Vila de Rei	P	15,1%	13,6%	13,5%	10,0%	11,1%	9,5%	15,9%	16,1%	17,3%	16,7%
18	Ourique	P	19,1%	18,1%	16,3%	10,2%	11,7%	15,2%	16,0%	15,1%	19,3%	16,9%
19	Carrzeda de Ansiães	P	11,2%	16,5%	13,5%	9,2%	19,2%	14,7%	12,4%	16,9%	19,1%	16,9%
20	Penedono	P	11,9%	20,6%	16,9%	13,6%	12,6%	14,2%	14,7%	16,7%	14,3%	17,0%
21	Mondim de Basto	P	10,8%	10,4%	11,7%	10,3%	4,0%	10,9%	13,8%	15,8%	18,7%	18,1%
22	Santa Marta de Penaguião	P	23,7%	24,0%	18,8%	16,6%	19,6%	21,4%	22,9%	28,8%	26,5%	18,2%
23	Mértola	P	11,6%	11,7%	10,6%	8,9%	11,1%	10,3%	12,9%	14,4%	17,0%	18,3%
24	Murça	P	13,5%	13,1%	12,2%	11,2%	10,2%	9,2%	15,8%	17,0%	23,5%	18,5%
25	Almodôvar	P	13,6%	15,1%	15,4%	10,3%	14,4%	15,9%	14,3%	15,7%	16,2%	18,6%
26	Calheta (R. A. A.)	P	9,4%	7,8%	12,3%	5,8%	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%
27	Manteigas	P	11,1%	14,1%	12,7%	20,2%	16,1%	19,0%	16,2%	17,6%	24,5%	18,6%
28	Alvito	P	16,9%	18,7%	16,9%	11,9%	12,2%	12,5%	13,7%	18,0%	18,5%	18,7%
29	Penamacor	P	13,1%	16,4%	12,9%	12,8%	15,1%	15,8%	18,1%	18,3%	18,8%	19,1%
30	Portel	P	14,5%	15,1%	12,8%	15,7%	12,9%	16,2%	18,9%	16,5%	22,5%	19,5%
31	São Roque do Pico	P	9,0%	15,4%	13,6%	8,6%	9,7%	11,0%	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%
32	Vila Flor	P	21,9%	18,3%	13,6%	19,5%	19,3%	16,4%	15,9%	18,6%	24,0%	19,6%
33	Mogadouro	P	11,8%	14,4%	15,7%	12,5%	13,0%	12,2%	14,8%	19,8%	21,9%	19,7%
34	Belmonte	P	22,0%	29,9%	23,1%	22,2%	16,4%	18,3%	25,5%	26,2%	28,5%	19,7%
35	Oleiros	P	9,6%	24,4%	27,5%	18,4%	17,4%	16,2%	20,5%	25,4%	27,9%	20,0%
36	Vila Nova de Paiva	P	14,9%	20,0%	18,6%	15,5%	18,5%	16,6%	17,4%	19,1%	22,3%	20,1%
37	Terras de Bouro	P	13,8%	13,8%	18,8%	14,6%	16,3%	16,9%	19,5%	22,0%	20,6%	20,2%
38	Avis	P	11,8%	17,3%	16,2%	16,1%	17,5%	15,7%	14,7%	20,4%	19,0%	20,3%
39	Tabuaço	P	10,1%	10,3%	10,1%	8,9%	9,0%	10,4%	18,0%	22,7%	23,4%	20,6%
40	Trancoso	P	13,4%	21,5%	15,6%	16,7%	12,4%	15,5%	17,5%	15,0%	16,7%	20,7%
41	Fronteira	P	16,7%	33,0%	20,8%	24,4%	17,7%	14,3%	20,4%	16,6%	20,8%	21,1%
42	Monchique	P	19,4%	16,9%	20,9%	17,6%	18,9%	18,0%	18,9%	21,6%	21,7%	21,2%
43	Meda	P	11,9%	11,9%	10,9%	8,3%	11,9%	12,1%	19,0%	13,5%	22,5%	21,5%
44	Gavião	P	15,7%	15,6%	12,1%	19,2%	19,8%	25,3%	18,9%	21,0%	23,1%	21,6%
45	Madalena	P	10,8%	13,0%	14,0%	12,5%	17,6%	19,0%	19,8%	23,1%	19,4%	21,6%
46	Mourão	P	13,4%	22,7%	13,9%	6,5%	17,1%	16,5%	16,8%	17,7%	19,2%	21,7%
47	Lajes do Pico	P	8,2%	10,8%	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%
48	Porto Moniz	P	6,2%	8,3%	10,1%	9,4%	7,8%	9,8%	14,7%	12,8%	22,1%	21,9%
49	Idanha-a-Nova	P	17,6%	16,4%	18,9%	12,5%	17,9%	16,9%	21,0%	22,4%	22,8%	22,0%
50	Paredes de Coura	P	13,8%	23,8%	16,1%	16,9%	16,5%	15,3%	15,0%	15,2%	20,7%	22,1%

R3.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 Ponta Delgada	M	43,8%	49,0%	39,7%	50,4%	48,4%	49,9%	45,0%	49,3%	46,0%	50,2%
2 Lagoa (R.A.A)	P	39,6%	42,3%	35,8%	27,1%	31,7%	25,2%	30,9%	38,4%	42,7%	45,2%
3 Ribeira Grande	M	23,3%	27,1%	20,6%	16,5%	19,7%	27,5%	25,4%	37,7%	37,4%	37,2%
4 Vila Franca do Campo	P	32,2%	44,4%	19,6%	32,2%	28,2%	11,3%	15,7%	30,9%	36,2%	35,5%
5 Horta	P	21,9%	33,3%	29,8%	24,3%	29,1%	30,4%	32,8%	31,5%	29,3%	35,1%
6 Angra do Heroísmo	M	24,3%	28,4%	24,6%	22,8%	22,2%	19,5%	29,6%	31,9%	32,7%	28,9%
7 Povoação	P	11,4%	46,7%	20,6%	17,0%	13,2%	31,1%	20,3%	28,9%	22,0%	26,7%
8 Vila do Porto	P	11,2%	17,0%	17,7%	13,2%	14,7%	16,8%	15,4%	20,9%	20,5%	26,2%
9 Praia da Vitória	M	30,8%	22,7%	25,8%	16,4%	20,9%	27,6%	16,6%	25,8%	29,8%	25,6%
10 Santa Cruz da Graciosa	P	19,2%	12,6%	14,1%	13,9%	11,6%	13,2%	11,3%	18,3%	18,1%	23,2%
11 Velas	P	13,8%	20,4%	15,0%	14,1%	12,3%	18,8%	15,7%	17,8%	24,0%	22,8%
12 Lajes do Pico	P	8,2%	10,8%	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%
13 Madalena	P	10,8%	13,0%	14,0%	12,5%	17,6%	19,0%	19,8%	23,1%	19,4%	21,6%
14 São Roque do Pico	P	9,0%	15,4%	13,6%	8,6%	9,7%	11,0%	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%
15 Calheta (R. A. A.)	P	9,4%	7,8%	12,3%	5,8%	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%
16 Nordeste	P	18,5%	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%
17 Lajes das Flores	P	5,9%	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%
18 Santa Cruz das Flores	P	2,5%	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%
19 Corvo	P	4,0%	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%

R3.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 Funchal	G	62,8%	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%
2 Porto Santo	P	34,5%	35,3%	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%
3 Santa Cruz	M	38,9%	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%
4 Machico	M	27,6%	31,9%	24,1%	37,7%	40,2%	29,6%	32,1%	30,1%	61,0%	32,7%
5 Câmara de Lobos	M	25,7%	28,4%	27,3%	33,9%	35,0%	37,0%	27,0%	15,1%	23,4%	30,1%
6 Ribeira Brava	P	15,0%	11,8%	15,4%	13,1%	24,2%	21,5%	20,9%	19,4%	20,8%	29,6%
7 Calheta (R. A. M.)	P	17,1%	23,2%	16,3%	22,5%	25,4%	20,2%	21,8%	20,4%	27,7%	27,3%
8 Ponta do Sol	P	13,5%	24,1%	16,9%	21,6%	29,2%	25,5%	31,5%	28,9%	34,2%	27,1%
9 Porto Moniz	P	6,2%	8,3%	10,1%	9,4%	7,8%	9,8%	14,7%	12,8%	22,1%	21,9%
10 São Vicente	P	5,6%	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%
11 Santana	P	7,3%	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1. Introdução

No presente capítulo¹⁶ pretende-se evidenciar a execução orçamental dos Municípios¹⁷, apresentando referenciais económicos e financeiros reportados a 2015 para o universo dos 308 Municípios portugueses. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução, privilegiando-se para o efeito, o período entre 2006 e 2015.

No presente Anuário manteve-se, no essencial, a metodologia

¹⁶ Este anuário surge no exato momento em que todos os municípios e a administração pública se encontram a discutir a forma como irão implementar o novo quadro de contabilização das receitas e despesas públicas, os seus gastos e os seus réditos, no quadro da aprovação do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. Com este diploma foi promulgada a maior reforma contabilística para as administrações públicas dotando, conforme vem referido no preâmbulo da lei “as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional.”

Embora a implementação deste novo modelo contabilístico, designado por Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e apresentado sob a sigla SNC-AP, implique um processo de transição, certo é que, o diploma dá como início da produção de efeitos do mesmo a data de 1 de janeiro de 2017. Mais indica que, entidades piloto, entre elas Municípios, iniciarão em 2016 a implementação deste sistema. Assim, embora no próximo Anuário referente a 2016, ainda se analisem as contas e a informação económico financeira produzida com o POCAL, poderá ser útil que distinguir a informação produzida pelos Municípios piloto, no âmbito do SNC- AP e no âmbito do POCAL.

Outro diploma fundamental para a reforma estrutural da contabilidade pública com reflexo incontornável na gestão dos dinheiros públicos, é a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) aprovada em 11 de Setembro e 2015 que entrou em vigor no dia seguinte à sua promulgação. É nosso entendimento que se terá refletido fortemente na formulação dos orçamentos municipais de 2016 e na sua própria execução, facto, contudo só verificável aquando da apresentação do próximo anuário.

¹⁷ A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira e económica desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira e económica do sector empresarial local e outras entidades afins. Essa informação constará de capítulo autónomo, capítulo 4, e aparecerá agregada num quadro geral, Anexo I que apresenta informação económico-financeira referente aos municípios e suas participadas.

adotada nos últimos anuários pelo que, em relação à receita, se analisam a previsão orçamental, a liquidação¹⁸, a cobrança, bem como os saldos orçamentais.

Relativamente à despesa os factos financeiros objeto de análise e de comparação são as despesas previstas¹⁹, os compromissos assumidos (no exercício e para exercícios futuros), os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

Os montantes foram examinados globalmente para os 308 municípios e por natureza económica, tanto no que respeita à receita como à despesa, com especial atenção para a respetiva estrutura e evolução em termos absolutos e em termos relativos.

Sempre que possível será prestada informação organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios adotados nos anteriores relatórios de subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão²⁰. Também e sempre que a situação o justifique, apresenta-se informação discriminada relativa a conjuntos de municípios hierarquizados de acordo com critério apresentado ou indicador disponível para análise.

Com as listagens hierarquizadas de municípios (*rankings*) relativas a rácios e indicadores da receita e despesa pretende-se essencialmente, facilitar o conhecimento de diferentes problemáticas do sector municipal, através de elementos concretos e mais analíticos.

¹⁸ Corresponde à receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra, através de uma nota de liquidação ou de cobrança).

¹⁹ Mais correntemente referidas como Despesas Orçadas

²⁰ Conforme catalogados no Capítulo 1 do presente Anuário.

2.2. Receitas Municipais

A inscrição orçamental e contabilística da receita municipal obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, sendo agrupada de acordo com

a sua natureza económica em: **receitas correntes**, **receitas de capital** e **outras receitas**. Em cada um destes grupos a receita é classificada por capítulos, como se apresenta no Quadro 2.01.

Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita municipal

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01- Impostos diretos	09- Venda de bens de investimento	15- Reposições não abatidas nos pagamentos
02- Impostos indiretos	10- Transferências de capital	16- Saldo da gerência anterior
04- Taxas, multas e outras penalidades	11- Ativos Financeiros	17- Operações extraorçamentais
05- Rendimentos de propriedade	12- Passivos Financeiros	
06- Transferências correntes	13- Outras receitas de capital	
07- Venda de bens e serviços correntes		
08- Outras receitas correntes		

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.02 apresentam-se os montantes globais de receita prevista, liquidada e cobrada pelo universo total dos municípios entre 2006 e 2015.

Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total²¹

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas previstas (a)	11123,6	11215,2	11572,3	13001,9	12995,1	12595,6	11674,3	10823,7	9323,9	8784,0
Receitas liquidadas (b)	7256,4	7770,5	8463,7	8899,5	8092,9	8021,8	7885,3	7992,3	7688,0	8014,5
Receitas por cobrar no início do ano (c)	398,8	542,6	558,8	612,9	651,3	713,5	789,2	778,4	750,1	857,4
Receitas cobradas (d)	7001,0	7541,6	7746,9	8198,0	7859,5	7771,6	7683,4	7774,8	7337,2	7518,4
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	4122,6	3673,6	3825,4	4803,9	5135,6	4824,1	3990,8	3048,8	1986,8	1265,5
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a-b)	3867,2	3444,7	3108,6	4102,4	4902,2	4573,8	3789,0	2831,4	1636,0	769,5
Receita por cobrar no final do ano (b-d)	255,3	228,9	716,8	701,5	233,4	250,2	201,8	217,4	350,8	496,0
Receitas cobradas/receitas liquidadas (d/b)	96,5%	97,1%	91,5%	92,1%	97,1%	96,9%	97,4%	97,3%	95,4%	93,8%
Receitas liquidadas/receitas previstas (b/a)	65,2%	69,3%	73,1%	68,4%	62,3%	63,7%	67,5%	73,8%	82,5%	91,2%
Grau de execução da receita cobrada do ano (d/a)	62,9%	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,8%	78,7%	85,6%

Nos Quadros 2.03 e 2.04 apresentam-se as variações das receitas supra referidas para o período em análise.

²¹ Os valores apresentados para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior. Essa informação será incluída aquando da comparação entre a receita obtida e despesa gasta.

Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)

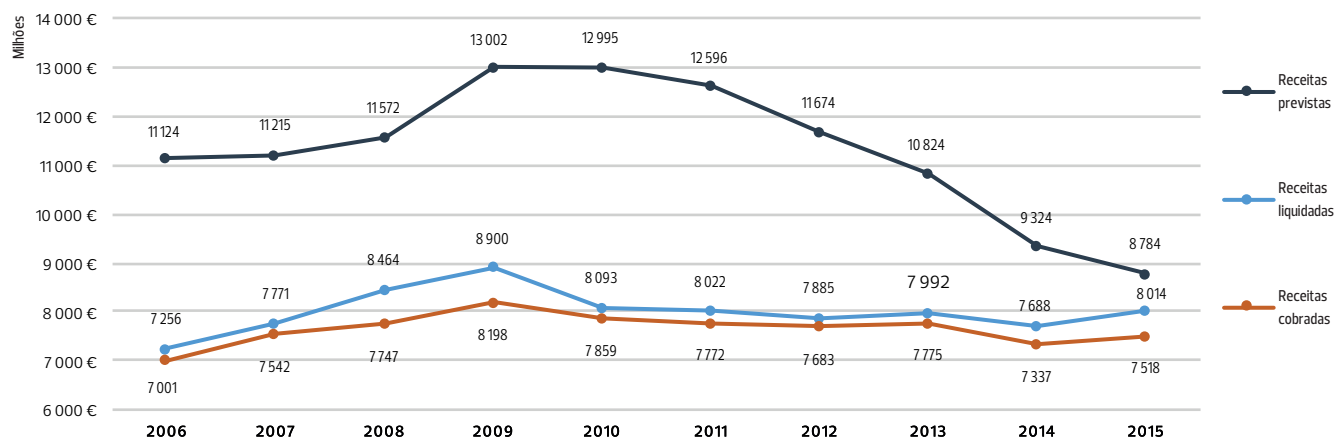
Unidade: milhões de euros

Variação das Receitas	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15
Variação das Receitas previstas	91,6	357,1	1429,6	-6,8	-399,4	-921,4	-850,6	-1499,7	-540,0
Variação das Receitas liquidadas	514,1	693,2	435,8	-806,6	-71,1	-136,5	107,0	-304,3	326,5
Variação das Receitas cobradas	540,6	205,3	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	91,4	-437,7	181,3

Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15
Receitas previstas	0,8%	3,2%	12,4%	-0,1%	-3,1%	-7,3%	-7,3%	-13,9%	-5,8%
Receitas liquidadas	7,1%	8,9%	5,1%	-9,1%	-0,9%	-1,7%	1,4%	-3,8%	4,2%
Receitas cobradas	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%	-5,6%	2,5%

O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos quadros supra, permitindo uma melhor compreensão da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2006 e 2015.

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas²²

Apresenta-se ainda o Quadro 2.05, onde se comparam as Receitas Municipais de 2015 com os valores médios do período entre 2006 e 2014

²² Não incluem o saldo da gerência anterior.

Quadro 2.05 – Comparação da Receita municipal em 2015 com os valores médios entre 2006/2014

Unidade: milhões de euros

Receitas	Valores médios 2006/2014	2015	Desvio do valor médio	Varição 2014-2015
Receitas previstas (a)	11 591,7	8 784,0	-2 807,8	-540,0
Receitas liquidadas (b)	8 007,8	8 014,5	6,7	326,5
Receitas por cobrar no início do ano (c)	644,0	857,4	213,4	107,3
Receitas cobradas (d)	7 657,1	7 518,4	-138,7	181,3
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	3 934,6	1 265,5	-2 669,1	-721,3
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a-b)	3 583,9	769,5	-2 814,4	-866,5
Receita por cobrar no final do ano (b-d)	350,7	496,0	145,3	145,2
Receitas cobradas/receitas liquidadas (d/b)	95,7%	93,8%	-1,9%	-1,6%
Receitas liquidadas/receitas previstas (b/a)	69,5%	91,2%	21,7%	8,8%
Grau de execução da receita cobrada do ano (d/a)	66,5%	85,6%	19,1%	6,9%

Da observação dos quadros e gráficos anteriores pode-se concluir que no ano económico de 2015 os municípios, na sua globalidade, apresentaram o melhor comportamento orçamental ao nível da receita dos últimos oito anos, com realce para os seguintes indicadores:

- **O montante global da previsão de receita**, que já tinha demonstrado no ano anterior uma forte redução, **continuou a baixar apresentando uma diminuição de 24,2% em relação à média verificada nos últimos oito anos e, menos 540 milhões de euros que o estimado em 2014**²³.
- **Assim, o montante de 8 784 milhões de euros de orçamento**

²³ Este enorme combate à receita inflacionada terá como fundamentos: os sucessivos diplomas regulamentares de controlo da receita, tanto ao nível de elaboração dos orçamentos como ao nível da sua execução, justificando-a com base nos critérios restritivos de acesso aos créditos bancários; a implementação da lei dos compromissos exigindo o apertado controlo dos mesmos e a melhoria significativa das práticas de gestão autárquica deliberadamente assumidas pelos executivos. Na verdade, se por um lado aqueles sucessivos diplomas regulamentares e as mais recentes alterações à Lei das finanças locais foram elementos dissuasores da inflação das receitas, pela inutilidade das mesmas e pelo reflexo negativo nos correspondentes indicadores de execução, a análise do comportamento financeiro das autarquias e a leitura dos seus relatórios conta, permitem concluir pela vontade expressa dos Executivos Autárquicos em abandonar a prática antiga de orçamentos inflacionados e adequar a sua gestão económico financeira às boas práticas de gestão pública, pese embora as fortes restrições ao crédito e a forte quebra de receita sentida nos últimos anos.

de receita, apresentado em 2015 pelo conjunto dos municípios, foi o menor valor apresentado desde que se elabora o anuário dos municípios demonstrando o enorme esforço das autarquias em adequar a sua atividade aos recursos financeiros disponíveis, pese embora o acréscimo de competências e maior amplitude de responsabilidades funcionais perante os seus municípios.

- Confirmando o exposto, verifica-se que **a diferença entre a receita prevista e a receita liquidada baixou 78,5% em relação à média do período entre 2006 e 2014, passando esse diferencial médio de 3,6 mil milhões de euros para apenas 769,5 milhões de euros em 2015.**
- **Em 2015, a receita municipal cobrada ultrapassou pela primeira vez a fásquia dos 80%, apresentando um grau de execução em relação à receita orçada 85,6%**²⁴, isto é, superior em 19,1 pp que o verificado nos últimos nove anos.
- É de assinalar que **a diferença entre a receita prevista e a recei-**

²⁴ Será a primeira vez na história deste anuário que não se chama a atenção para o excesso de expectativa de receita municipal – inflação da receita estimada versus baixo grau de execução da mesma – a qual tinha por finalidade a manutenção de compromissos municipais em níveis superiores aos recursos financeiros possíveis de captar e que alimentou uma dívida comercial que se foi transformando em dívida de médio e longo prazo face prolongamento sucessivo de prazos de pagamento. Tal situação de insustentável controlo financeiro obrigou os municípios a recorrerem a linhas de crédito especial num quadro de saneamento financeiro. O sucesso de tais medidas está plasmado no atual grau de execução de receita e na descida da dívida de curto prazo como se observará aquando da análise do endividamento autárquico.

ta arrecadada tenha sido de 1,3 mil milhões de euros face à média de 3,9 mil milhões de euros apresentados nos últimos 9 anos, baixando 67,8% (-2,7mil milhões de euros)

Efetivamente o excedente de receita orçada sobre a arrecadada, em 2015, foi de apenas 10,2% (a média verificada para o período entre 2006 e 2014 foi de 46,7%). Este indicador reforça, o maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um maior cumprimento pelas regras orçamentais da previsão da receita, pois de outra forma não seria possível reduzir, tão drasticamente, a dife-

rença entre a receita prevista e a receita arrecada²⁵.

Os Gráficos 2.01.A e 2.01.M mostram a evolução da receita orçada, liquidada e cobrada no período entre 2006 e 2015, permitindo apreciar a evolução destes indicadores nas Regiões Autónomas.

²⁵ Esta diminuição drástica de excedente orçamental da receita, já iniciada em 2012 com uma redução de 834 M€ preconiza um novo período de vida na gestão financeira municipal, com maior atenção dada à sustentabilidade financeira e com esforço de redução de um dos principais fatores indutores do desequilíbrio da mesma – a inflação do orçamento.

Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. dos Açores

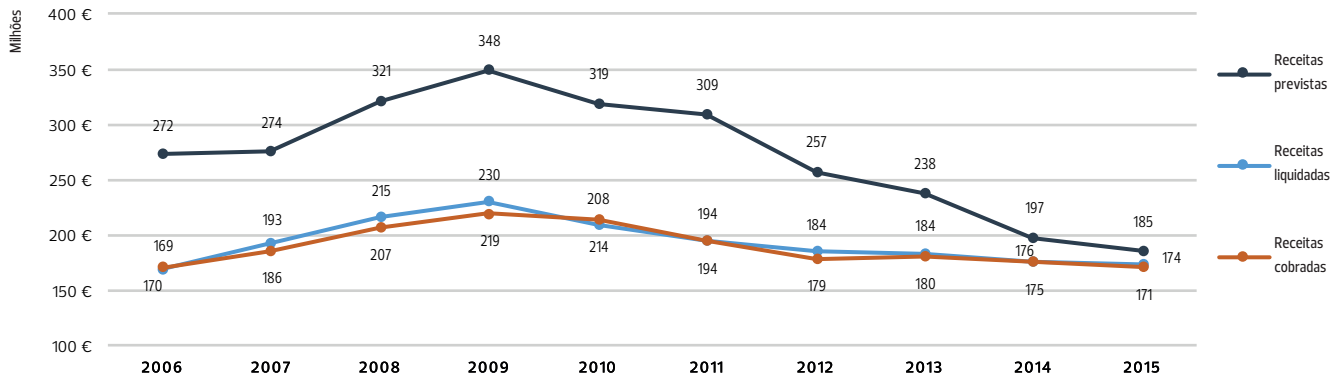
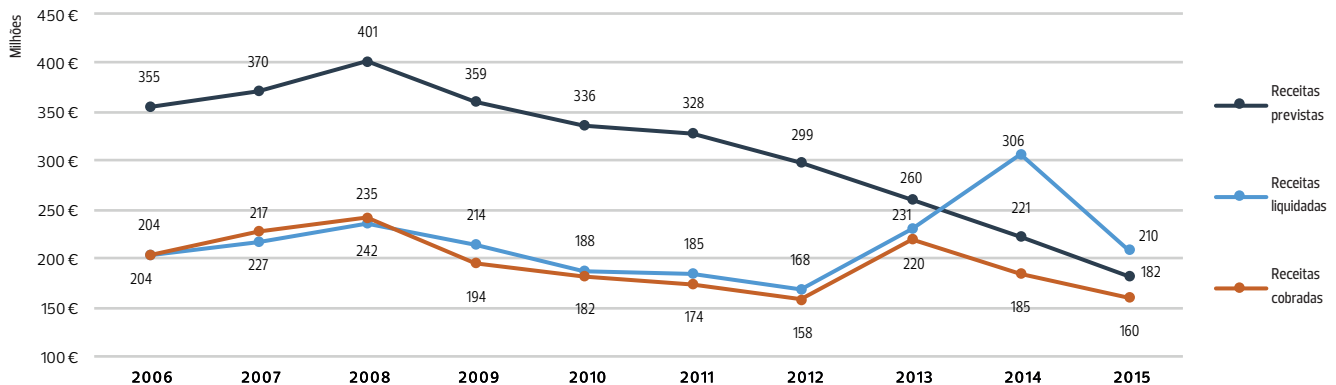


Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da R.A. da Madeira



O Gráfico 2.01.A mostra a Região Autónoma dos Açores como um exemplo de ajustamento da previsão das receitas à real capacidade de cobrança e obtenção das mesmas. O montante de receita prevista em 2015 continua a aproximar-se extraordinariamente do montante que efetivamente foi liquidado, o qual, por sua vez, foi praticamente coincidente com o montante arrecadado²⁶.

O mesmo se poderá concluir em relação à Região Autónoma da Madeira, pois o Gráfico 2.01.M é bem demonstrativo do esforço da Região em ajustar a previsão das receitas à capacidade de cobrança das mesmas. Mais se anota que devido ao facto de o município de Santa Cruz não ter incluído na receita orçada a previsão das liquidações que efetuou a título de ocupação da via pública à Empresa de Electricidade da Madeira e ao Instituto de Águas da Madeira, fez com que a linha das liquidações no ano de 2014 excedesse extraordinariamente a linha das previsões de receita e que esta se mantivesse ainda, superior àquela, em 2015²⁷.

Importará, nesta fase de acentuada mudança na gestão autárquica e prestes a iniciar-se outro ciclo de tratamento de informação económico-financeira que permitirá obter, seguramente, novos elementos informativos²⁸, comparar a evolução dos principais indicadores orçamentais²⁹ da receita, nos últimos dez anos.

Em 10 anos o que mudou, na estrutura financeira das autarquias com reflexos na sua forma de gestão? A comparação de indicadores disponíveis nos anuários apresentados desde 2006 permite sugerir algumas respostas.

Assim, **analise-se como evoluíram as receitas autárquicas entre**

²⁶ Isto no pressuposto que os municípios registam a liquidação no momento do direito a receber.

²⁷ Devido ao valor elevado, as empresas recusaram-se a pagar e a situação está em análise, podendo esta receita vir a ser anulada ou reformulada de acordo com a nova tabela de taxas em elaboração.

²⁸ Mais abrangentes que os atualmente obtidos, nomeadamente no que se refere à agregação de indicadores orçamentais provenientes de entidades que fazendo parte do Grupo Autárquico, não dispõem de contabilidade orçamental e utilizam na sua gestão financeira uma contabilidade diversa do POCAL. A uniformização contabilística que vigorará a partir de 2017 permitirá alcançar indicadores e comparabilidades até à data impossíveis de obter.

²⁹ Em relação aos indicadores atualmente existentes é indiscutível a sua atualidade e fiabilidade na área orçamental pese embora estejam limitados ao sector autárquico, *stricto sensu*.

2006 e 2015, nomeadamente a orçamentação e a cobrança das mesmas:

- **O montante da Receita Orçada baixou 2,3 mil milhões de euros, isto é -21%** (em 2006 foi de 11,1 mil milhões de euros e em 2015 de 8,7 mil milhões de euros). **Esta variação demonstra uma enorme mudança estrutural na gestão económico financeira das autarquias ao adotar uma política de deflacionamento das receitas.**

- **A Receita Cobrada em 2015 no total de 7,5 mil milhões de euros representou uma recuperação que traduz apenas um aumento de 7,4% em relação à receita cobrada em 2006.** Efetivamente as sucessivas descidas das cobranças municipais, que culminou com a maior quebra de receita verificada no ano económico de 2014, fez então baixar a coleta para níveis muito próximos do valor auferido em 2006. O aumento de receita verificado em 2015 em +2,5% ainda foi insuficiente para o restabelecimento do desfogo mínimo financeiro necessário para o setor autárquico, mesmo num cenário de forte contenção da despesa.

- Assim, verifica-se que **a receita cobrada em 2015 se manteve, ainda, inferior à receita auferida pelas autarquias entre 2006 e 2013, período cuja receita média foi de 7,7 mil milhões de euros.** Esta situação constrangedora do desenvolvimento da atividade autárquica compeliu os municípios a adotarem estratégias de gestão mais eficazes para manterem o nível de prestação de serviços exigido pelos munícipes e até mesmo ampliá-lo com a assunção de novas competências, respondendo, simultaneamente, às exigências da modernização administrativa.

- **Continuando a observar a receita autárquica dos últimos anos, verifica-se que o valor mais alto cobrado em 2009 de 8,2 mil milhões de euros, comparado com a receita auferida em 2015 de 7,5 mil milhões de euros revelou uma perda de rendimento autárquico de 680 milhões de euros (-8,3%).**

- **Tendo como referencia o ano de 2006 pode-se constatar que o montante de Receita Cobrada aumentou apenas 7,4%, em 10 anos de gestão municipal. As autarquias pouco têm aproveitado do aumento de impostos estaduais, agravando-se a desigualdade da partilha dos mesmos.**

- **Contudo, o grau médio de execução da receita aumentou 22,7%,**

passando dos 62,9% reconhecido em 2006³⁰ para 85,6% verificado em 2015. A alteração deste indicador é outro sinal da mudança estrutural da gestão económico-financeira, das autarquias e refletir-se-á, essencialmente, na diminuição da dívida comercial.

• Como corolário das situações anteriores, a diferença entre a receita orçada e a receita cobrada baixou, em dez anos 69,3%, passando de um diferencial de 4,1 mil milhões de euros em 2006 para 1,3 mil milhões de euros em 2015. Apesar deste excedente de previsão de receita ainda ser elevado, a mudança positiva de critérios de gestão municipal, está bem plasmada na evolução que se acaba de apresentar.

• Embora em 2015, o excedente de receita orçada ainda represente 10,2% da receita cobrada, o mesmo indicador foi de 55,2% em 2006. Isto é, o montante de receita orçada e não cobrada representou, em 2006, mais de metade da receita cobrada, enquanto, em 2015, representou cerca de um décimo dessa mesma receita.

³⁰ Excluindo do cômputo os saldos da gerência anterior

• Finalmente será de relevar a melhoria de registo da receita líquida a qual representou em 2015 um aumento de 10,4% em relação a 2006. Sabendo-se que este será um ponto fraco do registo de informação orçamental (devido à falta de instrumentos e regras contabilísticos claras e inequívocas³¹), este aumento percentual bastante superior ao aumento da receita cobrada no mesmo período, mostra uma melhoria significativa na capacidade das autarquias se fazerem pagar pelo que lhes é devido.

Seguindo a metodologia dos anteriores anuários, apresenta-se a listagem ordenada dos 50 municípios com maior grau de execução da cobrança de receita reportada a 2015, ranking R3. Nesta listagem mostram-se, ainda, os correspondentes graus de execução em anos anteriores.

³¹ A implementação do SNC-AP virá resolver este problema com a implementação da norma NCP26, que estrutura o registo e todas as fases da receita, nomeadamente conhecer as liquidações as quais devem ser registados no momento de reconhecimento do direito.

R3 – Municípios com maior grau de execução da receita cobrada, em 2015

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1	Albufeira	M	99,3%	117,7%	96,3%	72,8%	58,5%	60,1%	55,2%	86,7%	107,3%	117,7%
2	Loulé	M	66,6%	76,3%	60,0%	47,8%	49,0%	50,0%	58,8%	84,7%	98,6%	113,0%
3	Lagoa (Algarve)	M	91,4%	96,4%	86,8%	64,5%	59,0%	63,0%	72,4%	96,0%	107,0%	110,3%
4	Anadia	M	66,0%	79,0%	72,7%	59,8%	57,6%	75,9%	64,4%	73,5%	95,7%	106,6%
5	Marco de Canaveses	M	90,4%	84,7%	90,0%	86,8%	77,1%	94,7%	90,5%	101,0%	97,0%	106,4%
6	Leiria	G	43,2%	55,7%	59,7%	57,9%	50,1%	59,4%	63,1%	86,5%	91,2%	106,0%
7	Mafra	M	102,4%	111,4%	86,7%	84,4%	74,5%	78,7%	83,1%	75,9%	76,8%	104,8%
8	Castanheira de Pera	P	33,2%	31,6%	35,5%	30,3%	31,8%	48,9%	71,3%	97,8%	99,6%	104,1%
9	Abrantes	M	81,2%	90,9%	80,6%	66,2%	70,3%	59,3%	65,2%	65,3%	89,2%	103,9%
10	Velas	P	67,4%	60,4%	61,8%	61,1%	57,4%	72,0%	73,7%	88,9%	100,6%	103,5%
11	Ansião	P	42,0%	47,5%	77,7%	55,9%	46,6%	54,3%	65,5%	95,6%	101,7%	103,3%
12	Almada	G	86,2%	99,3%	91,7%	81,0%	95,4%	99,1%	93,1%	97,2%	94,1%	103,0%
13	Sintra	G	69,9%	73,9%	68,9%	59,4%	79,1%	67,1%	92,1%	101,8%	101,0%	102,9%
14	Olhão	M	45,5%	78,0%	60,4%	65,2%	54,5%	52,1%	52,7%	69,0%	77,7%	102,3%
15	Marinha Grande	M	64,3%	66,7%	66,3%	56,3%	64,6%	68,2%	71,2%	80,7%	86,7%	102,3%

	Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
16	Vila Franca de Xira	G	82,4%	94,5%	87,1%	85,5%	86,3%	94,5%	94,8%	97,2%	100,9%	102,3%
17	Aljezur	P	59,2%	77,5%	79,8%	78,0%	64,5%	66,5%	75,8%	73,7%	82,4%	102,2%
18	Porto	G	83,2%	94,7%	71,5%	90,5%	87,0%	90,1%	77,6%	98,1%	99,1%	102,0%
19	Ribeira Grande	M	51,7%	60,2%	58,9%	64,4%	66,2%	59,9%	69,4%	91,7%	106,4%	102,0%
20	Calheta (R.A.A.)	P	41,1%	49,9%	35,4%	79,4%	77,4%	78,1%	84,2%	52,6%	98,7%	101,5%
21	Valongo	M	55,6%	57,6%	50,2%	50,7%	46,6%	58,3%	60,3%	92,0%	98,2%	101,2%
22	Vila Franca do Campo	P	46,5%	45,9%	60,5%	59,6%	53,7%	49,0%	77,1%	90,7%	87,4%	101,0%
23	Salvaterra de Magos	M	75,6%	86,3%	84,2%	88,2%	81,2%	73,6%	82,8%	92,0%	95,0%	100,9%
24	Seia	M	40,5%	45,4%	53,2%	47,5%	50,5%	89,0%	77,9%	91,0%	95,1%	100,8%
25	Tavira	M	72,8%	77,1%	60,9%	57,7%	61,5%	54,4%	62,2%	87,3%	92,4%	100,7%
26	Póvoa de Varzim	M	73,5%	77,2%	63,9%	71,1%	68,1%	64,3%	76,4%	92,4%	93,6%	100,5%
27	Montijo	M	82,7%	97,8%	77,2%	72,0%	81,9%	67,8%	74,9%	84,7%	87,2%	100,1%
28	Lagos	M	77,9%	79,3%	66,4%	54,8%	47,3%	58,3%	55,5%	67,4%	90,2%	100,0%
29	Alvito	P	86,8%	81,5%	89,1%	68,1%	68,0%	83,8%	79,2%	88,7%	94,5%	99,8%
30	Nordeste	P	58,4%	52,5%	49,0%	41,9%	42,8%	32,1%	40,6%	77,2%	104,7%	99,8%
31	Alcúcutim	P	73,5%	58,9%	74,8%	59,3%	52,0%	68,3%	70,8%	78,1%	62,4%	99,6%
32	Póvoa de Lanhoso	M	72,9%	70,9%	76,9%	67,5%	69,8%	70,1%	72,8%	94,4%	89,8%	99,4%
33	Castelo de Vide	P	77,4%	75,4%	94,2%	86,0%	83,7%	85,9%	86,9%	84,4%	96,7%	99,4%
34	Valpaços	P	48,3%	48,0%	49,2%	56,3%	56,0%	59,2%	67,5%	84,9%	98,7%	99,2%
35	Vendas Novas	P	59,4%	58,6%	67,6%	55,7%	52,3%	55,0%	61,0%	79,7%	94,3%	99,1%
36	Faro	M	47,5%	46,4%	49,3%	48,8%	34,3%	44,8%	44,1%	46,7%	88,2%	98,8%
37	Mondim de Basto	P	53,3%	48,8%	46,1%	42,5%	74,2%	69,5%	54,9%	86,5%	90,8%	98,7%
38	Cantanhede	M	63,0%	60,7%	58,9%	46,8%	72,2%	64,0%	69,5%	94,0%	95,8%	98,7%
39	Ovar	M	60,8%	64,3%	64,3%	61,1%	67,0%	73,9%	80,6%	90,2%	87,2%	98,4%
40	Cuba	P	81,4%	79,9%	87,9%	88,7%	67,6%	74,4%	89,5%	85,9%	92,0%	98,3%
41	Oleiros	P	65,6%	79,5%	78,0%	72,0%	70,5%	87,4%	75,9%	75,4%	86,6%	98,2%
42	Chamusca	P	47,1%	47,2%	50,0%	55,2%	48,3%	49,1%	43,5%	82,7%	95,2%	98,1%
43	Alfândega da Fé	P	49,2%	52,6%	50,5%	58,3%	77,4%	72,6%	70,4%	91,9%	88,4%	98,0%
44	Vouzela	P	53,8%	42,9%	75,4%	62,9%	77,3%	80,4%	92,9%	90,1%	89,1%	97,6%
45	São Roque do Pico	P	75,7%	67,3%	58,2%	61,0%	69,6%	60,0%	61,5%	62,9%	100,4%	97,6%
46	Oeiras	G	67,8%	74,3%	70,6%	70,6%	60,6%	64,4%	71,2%	82,1%	93,8%	97,3%
47	Moita	M	77,0%	87,5%	90,1%	81,2%	84,1%	81,8%	87,6%	93,7%	102,7%	97,0%
48	Arraiolos	P	51,7%	52,2%	72,1%	62,4%	56,6%	54,9%	69,8%	82,9%	91,2%	96,9%
49	Azambuja	M	97,6%	91,8%	98,4%	78,6%	64,7%	65,3%	68,5%	90,9%	103,8%	96,9%
50	Mealhada	M	76,0%	98,7%	91,3%	84,0%	86,6%	93,0%	97,4%	102,2%	84,0%	96,9%

- Para além dos 50 municípios listados no ranking anterior, mais 85 apresentaram um grau de execução da receita superior ou igual a 90% totalizando 135 municípios com esta prestação. Em 2014 já tinham apresentado este nível de execução 85 municípios, enquanto em 2013, 2012 e 2011 apenas estiveram nesta situação, respetivamente, 45, 18 e 10 municípios.
- Na continuidade do referido no anuário de 2014, a melhoria deste indicador continuou mais a dever-se à diminuição dos montantes previsionais que ao aumento de volume de receita arrecadada pela globalidade dos municípios. Será, pois, legítimo concluir que há uma mudança assinalável no comportamento dos municípios na área de gestão financeira, com uma franca melhoria nas práticas de elaboração dos orçamentos.
- Assim, pese embora a urgente consolidação financeira do sector público seja uma necessidade reconhecida por todos e, por isso, o grau de execução da receita não se deva afastar dos 90% de realização, devendo tender para os 100% considerando a receita liquidada, não se pode deixar de fazer referência ao número de autarquias que têm aumentado a execução das suas cobranças para níveis superiores a 75%³². Assim, em 2015 atingiram esse objetivo 258 Municípios (84%), em 2014, 72% dos municípios, sendo que em 2013, apenas 56% cumpriram este desiderato. Em anos anteriores, este indicador apresentou níveis muito mais limitados: em 2012 apenas 30% dos municípios executaram mais de 75% da previsão das receitas e em 2011 só 19% dos municípios conseguiram atingir aquele nível de cobrança.

Autonomiza-se de seguida, a mesma informação para as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, anotando-se:

- Na Região dos Açores, doze em dezanove municípios apresentam grau de execução superior a 90% e que apenas dois apresentam graus de execução inferior a 80%. Tal situação revela uma excelente performance financeira da região ao nível do controlo e execução das receitas. A melhoria da execução orçamental nas Regiões Autónomas que já tinha sido percecionada em 2013, consolidou-se em 2014 e 2015 ultrapassando a média das cobranças a nível nacional.
- Será de acompanhar o controlo orçamental de dois dos municípios: Madalena e Vila do Porto, pois os seus níveis de execução de receita são inferiores a 80%, situação que se agrava em relação ao último município e que pode traduzir a manutenção de um inflacionamento insustentável da previsão das receitas. A análise das respetivas contas permitiu concluir que este facto se deveu à fraca execução das receitas da Venda de Bens de Investimento (1,5% no caso de Madalena e 0% no caso do município de Vila do Porto) e das Transferências de Capital (62,1% no caso de Madalena e de 21,2% no caso do município de Vila do Porto).

³² A conjugação da nova Lei e Enquadramento Orçamental, Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro com a implementação do novo Sistema de Contabilidade Pública (SNC-AP), nomeadamente as normas NCP26 e NCP 27, permitirão um maior controlo das dotações orçamentais e uma mensuração dos custos e avaliação dos resultados que se refletirão na orçamentação dos anos subsequentes. Por outro, a obrigatoriedade de orçamentos plurianuais para a receita como para a despesa, obrigará a maior rigor na estimativa da receita o que implicará maior grau de execução da mesma. De igual modo, o controlo dos sinais de alerta previstos na nova Lei das Finanças Locais e o cumprimento das regras e equilíbrio orçamental nela exigida, complementam o quadro de controlo orçamental que ajustará as dotações orçamentais da receita aprovadas pelos órgãos legislativos aos recursos realmente disponíveis e, aos possíveis de obter de acordo com os quadros macroeconómicos previstos para o país que em cada caso deverão ser ratificados de acordo com a região de implantação do município em causa.

R3.A – Grau de execução da receita cobrada em 2015 dos Municípios da R.A. dos Açores

Município		Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Velas	P	67,4%	60,4%	61,8%	61,1%	57,4%	72,0%	73,7%	88,9%	100,6%	103,5%
2	Ribeira Grande	M	51,7%	60,2%	58,9%	64,4%	66,2%	59,9%	69,4%	91,7%	106,4%	102,0%
3	Calheta (R.A.A.)	P	41,1%	49,9%	35,4%	79,4%	77,4%	78,1%	84,2%	52,6%	98,7%	101,5%
4	Vila Franca do Campo	P	46,5%	45,9%	60,5%	59,6%	53,7%	49,0%	77,1%	90,7%	87,4%	101,0%
5	Nordeste	P	58,4%	52,5%	49,0%	41,9%	42,8%	32,1%	40,6%	77,2%	104,7%	99,8%
6	São Roque do Pico	P	75,7%	67,3%	58,2%	61,0%	69,6%	60,0%	61,5%	62,9%	100,4%	97,6%
7	Angra do Heroísmo	M	65,7%	78,1%	66,0%	56,1%	73,4%	77,3%	81,8%	84,4%	86,7%	96,5%
8	Lagoa (R.A.A.)	P	64,9%	69,5%	64,9%	62,3%	57,5%	71,5%	76,5%	82,7%	86,1%	93,9%
9	Ponta Delgada	M	62,7%	72,6%	74,9%	76,7%	67,2%	64,3%	70,4%	71,7%	90,0%	91,9%
10	Praia da Vitória	M	83,0%	84,2%	75,4%	55,6%	74,2%	70,3%	69,0%	83,0%	89,8%	91,7%
11	Santa Cruz das Flores	P	77,7%	93,9%	85,6%	64,3%	85,5%	99,2%	91,2%	73,5%	90,0%	90,8%
12	Santa Cruz da Graciosa	P	58,6%	77,3%	81,1%	74,7%	77,4%	73,0%	79,9%	69,0%	91,4%	90,4%
13	Lajes das Flores	P	67,3%	79,7%	85,0%	64,8%	94,5%	85,2%	65,8%	54,9%	80,3%	86,6%
14	Corvo	P	67,5%	70,0%	70,6%	79,1%	72,8%	73,8%	80,8%	66,2%	97,4%	86,6%
15	Lajes do Pico	P	63,6%	66,7%	56,6%	35,3%	73,4%	64,8%	54,7%	82,5%	71,7%	83,9%
16	Horta	P	74,1%	71,1%	78,5%	69,8%	68,8%	65,5%	69,3%	67,5%	83,9%	83,4%
17	Povoação	P	59,3%	87,8%	52,2%	52,6%	67,8%	70,6%	61,9%	75,2%	77,4%	81,2%
18	Madalena	P	67,9%	79,6%	66,5%	76,9%	63,7%	55,2%	56,3%	62,1%	69,7%	78,4%
19	Vila do Porto	P	89,7%	78,0%	73,4%	83,0%	87,3%	73,9%	92,9%	95,1%	99,4%	71,5%

R3.M – Grau de execução da receita cobrada em 2015 dos Municípios da R.A. da Madeira

Município		Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Ponta do Sol	P	63,0%	46,1%	64,6%	51,0%	52,6%	62,7%	73,1%	93,4%	87,0%	94,4%
2	São Vicente	P	62,0%	61,1%	52,3%	52,4%	51,8%	47,2%	54,0%	56,6%	70,5%	94,1%
3	Santana	P	63,9%	76,7%	76,6%	82,1%	58,9%	54,4%	63,2%	83,0%	100,5%	92,3%
4	Machico	M	54,2%	54,4%	64,7%	46,2%	46,2%	46,5%	35,8%	90,0%	93,6%	92,3%
5	Funchal	G	64,1%	75,2%	70,1%	68,5%	72,8%	71,8%	66,9%	97,4%	89,1%	88,7%
6	Ribeira Brava	P	68,2%	51,9%	39,8%	47,2%	32,2%	31,4%	37,2%	49,7%	62,8%	80,2%
7	Calheta (R.A.M.)	P	38,4%	52,7%	54,7%	46,7%	48,0%	48,3%	43,7%	74,9%	90,7%	80,0%
8	Santa Cruz	M	55,9%	54,2%	62,9%	47,4%	47,3%	45,9%	48,0%	74,5%	64,8%	74,9%
9	Porto Moniz	P	44,8%	36,9%	35,5%	33,2%	52,4%	57,2%	52,3%	85,0%	76,5%	72,4%
10	Câmara de Lobos	M	49,8%	49,5%	52,8%	40,3%	41,4%	34,2%	34,2%	72,5%	101,6%	69,5%
11	Porto Santo	P	48,3%	82,5%	64,8%	44,7%	36,1%	55,8%	52,7%	85,0%	81,3%	67,1%

Da observação do ranking R3.M, releva-se:

- **A taxa média de execução do orçamento da receita, em 2015, para municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de 83,5%**, apresentando um comportamento médio inferior em -1,1% ao verificado em 2014 mas superior à média das execuções apresentadas pelos municípios na sua globalidade.
- **Anota-se a existência de dois municípios a executar menos que 70% da receita prevista e outros dois a executar menos de 75%**, devendo-se tal situação: (i) no caso de Porto Santo à fraca execução das receitas da Venda de Bens de Investimento (0%); (ii) no caso de Câmara de Lobos à fraca execução das receitas de rendimentos de propriedade (13,3%), de impostos indiretos (57,2%) e de transferências de capital (63,3%); (iii) no caso de Porto Moniz à baixa execução da receita prevista de impostos diretos (22,3%) e (iv) no caso de Santa Cruz à execução de apenas 30% dos passivos financeiros.

A importância que o grau de execução da receita cobrada assume na sustentabilidade financeira dos municípios, tem sido reiterada neste e nos anteriores anuários pelo que, importará apresentar a listagem dos municípios com grau de execução igual ou inferior a 50% da receita orçada (ranking R4). Tais situações poderão traduzir uma maior dificuldade de cobertura da despesa e um aumento crítico da dívida de curto prazo.

Em 2015 nove municípios ainda apresentaram uma execução da

receita inferior a 50% do valor orçado, sendo que em 2014 estiveram nessa situação, dez municípios (menos seis que em 2013), um número, contudo, manifestamente inferior ao verificado em anos anteriores³³. Anota-se que desde 2011 não consta desta lista nenhum município de grande dimensão³⁴.

Em relação a esta matéria não se pode deixar de anotar a situação de três municípios:

- Aveiro e Évora já com níveis baixos de execução de receita em anos anteriores, baixaram extraordinariamente mais em 2015. No primeiro caso devido ao inflacionamento da previsão de Passivos Financeiros e, no segundo caso, devido ao inflacionamento da previsão de Outras Receitas Correntes.
- Nazaré, que apesar de ainda manter um nível de execução inferior a 50%, conseguiu sair da média dos 22,7% apresentados em 2014 e, passar para 48,6% em 2015.

³³ Em 2011 foram 52 municípios que apresentaram um nível de execução de receita inferior a 50% e em 2012 foram 41 municípios, pelo que pode considerar-se que houve uma melhoria significativa dos municípios no que se refere ao comportamento deste indicador.

³⁴ Os municípios de grande dimensão que apresentaram um grau de execução da receita inferior a 50% foram: Leira em 2006 (43,2%) e V.N Gaia em 2006 (47,8%), em 2009 (46,4%) e em 2010 (40,3%).

R4 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50%, em 2015

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 Portimão	M	58,8%	66,7%	59,2%	40,8%	28,2%	23,8%	21,0%	22,5%	24,5%	26,3%
2 Celorico da Beira	P	41,0%	43,0%	39,6%	35,9%	55,4%	41,7%	45,2%	28,6%	28,5%	29,6%
3 Montemor-o-Velho	M	55,2%	51,0%	42,1%	73,2%	58,7%	51,4%	57,0%	30,0%	28,4%	35,2%
4 Paços de Ferreira	M	64,5%	64,2%	71,8%	67,1%	57,0%	62,2%	45,9%	68,5%	30,5%	42,2%
5 Alandroal	P	52,9%	48,8%	52,9%	43,3%	64,4%	42,1%	46,1%	42,6%	39,7%	44,3%
6 Aveiro	M	29,8%	24,4%	42,0%	33,4%	36,2%	36,3%	55,4%	59,2%	58,2%	45,1%
7 Évora	M	72,0%	73,6%	66,5%	57,3%	59,9%	58,3%	40,0%	62,8%	50,8%	46,9%
8 Nazaré	P	40,6%	45,7%	38,7%	42,2%	39,0%	28,9%	29,6%	25,2%	22,7%	48,6%
9 Ourique	P	33,2%	42,0%	43,4%	65,6%	43,7%	41,8%	50,2%	54,2%	49,3%	49,6%

Antes de se passar para a análise da estrutura da receita desagregando-a pelas suas diferentes componentes orçamentais, dada a forte discrepância do montante de receita recebida entre os municípios de grande dimensão e os restantes, bem como o elevado diferencial entre o município de Lisboa e os outros municípios **apresenta-se o quadro R5 relativo aos 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2015**, com informação comparativa com os anos anteriores. Nesta listagem encontram-se todos os municípios de grande dimensão.

Poder-se-á afirmar, reportando ao ranking R5 e relativamente ao ano de 2015:

- A amplitude da receita recebida entre o primeiro e o trigésimo quinto município foi de mais de 665 milhões de euros. **O trigésimo quinto município deste ranking – Município de Paredes – recebeu 6,4% da receita auferida por Lisboa e 26,7% da receita auferida pelo Porto.**
- **A diferença de receita cobrada entre o primeiro município (Lisboa) e o segundo (Porto) foi superior a 541 milhões de euros**, sendo que Porto cobrou no total um valor equivalente a 23,9% das cobranças auferidas por Lisboa.
- A amplitude de receita entre o segundo e o trigésimo quinto município foi de 124,2 milhões de euros.
- **A receita de Lisboa correspondeu a 10% da receita global dos municípios.**
- **Mais de 89% dos municípios portugueses (274) auferiram uma receita inferior a 6,5% da receita do Município de Lisboa.**

R5 – Municípios com maior volume da receita cobrada, em 2015 (sem saldo gerência anterior)

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Δ 14-15 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	570 444 921	554 807 046	528 448 107	669 602 387	600 698 240	579 701 291	832 666 402	546 365 853	623 142 075	710 672 378	14,0%
2 Porto	G	192 260 121	199 337 978	198 578 614	204 290 585	193 838 411	190 929 393	164 847 332	189 546 233	176 337 104	169 516 522	-3,9%
3 Sintra	G	134 012 234	166 903 062	142 231 815	152 564 279	201 524 211	160 095 417	167 535 394	157 458 501	147 526 734	155 295 805	5,3%
4 Cascais	G	143 172 030	148 980 778	145 129 468	142 716 141	159 762 402	153 953 892	142 244 106	129 649 858	143 391 161	149 473 597	4,2%
5 VN Gaia	G	117 779 650	170 265 141	141 079 572	138 828 159	119 690 440	133 914 620	123 619 408	138 673 073	129 121 724	123 231 383	-4,6%
6 Oeiras	G	121 047 506	124 541 306	135 191 666	130 106 832	113 261 373	111 162 197	109 570 322	107 509 349	116 634 387	119 639 044	2,6%
7 Matosinhos	G	84 109 765	85 533 463	95 040 902	107 260 324	105 491 076	117 087 294	110 137 105	101 641 884	86 592 708	108 244 567	25,0%
8 Loulé	M	90 874 915	106 783 087	98 619 778	105 059 899	97 991 915	89 377 818	91 120 229	111 290 200	95 727 486	105 481 768	10,2%
9 Loures	G	93 104 072	118 591 431	119 859 086	128 572 351	107 313 332	103 021 209	109 517 801	104 454 727	100 216 564	104 619 446	4,4%
10 Albufeira	M	62 953 700	78 431 293	73 443 721	76 463 197	61 213 140	58 974 432	61 037 177	78 750 705	79 429 527	87 033 773	9,6%
11 Guimarães	G	65 425 717	68 185 284	70 228 478	83 238 717	85 554 241	101 099 635	91 654 325	78 095 383	76 515 936	86 156 289	12,6%
12 Braga	G	69 650 692	76 107 191	80 946 856	96 847 915	92 572 702	87 573 099	84 166 068	99 302 205	86 282 035	85 646 061	-0,7%
13 Almada	G	74 839 926	80 868 147	79 355 981	76 217 778	88 612 752	82 854 306	78 593 908	77 445 956	76 922 784	83 085 546	8,0%
14 Setúbal	G	55 425 289	62 083 617	64 488 214	62 419 209	57 809 844	61 968 623	66 324 518	63 932 384	64 507 413	81 429 935	26,2%
15 Seixal	G	70 853 376	80 793 452	92 444 556	82 570 434	81 606 977	74 581 783	79 245 204	80 835 117	110 988 443	81 133 474	-26,9%
16 Coimbra	G	81 654 818	94 165 790	86 571 821	96 230 562	88 310 921	97 785 788	94 017 940	87 122 861	78 971 387	77 996 805	-1,2%
17 Amadora	G	92 619 164	80 030 126	80 992 275	87 620 203	84 784 404	90 626 292	84 526 479	74 200 232	77 341 786	76 357 139	-1,3%
18 Maia	G	62 531 989	85 575 806	77 279 694	77 407 007	68 355 866	61 814 950	61 200 579	55 655 128	55 563 240	74 488 712	34,1%
19 VN Famalicão	G	64 714 758	72 229 440	76 698 456	78 322 402	82 949 392	82 439 666	86 571 160	63 124 314	71 988 888	71 680 267	-0,4%
20 Funchal	G	81 003 340	94 284 401	91 245 473	78 650 681	83 147 721	77 748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	-3,4%
21 Odivelas	G	53 523 372	63 223 761	57 737 666	63 311 077	69 343 358	64 281 981	61 892 911	57 892 182	65 176 852	65 748 421	0,9%
22 Leiria	G	54 671 925	60 437 522	75 197 755	68 262 538	57 562 353	61 070 182	57 981 088	60 475 151	63 505 479	64 474 204	1,5%
23 Gondomar	G	84 410 144	60 577 165	74 550 180	81 796 116	72 476 247	86 729 131	70 390 999	77 240 134	58 023 031	63 815 799	10,0%
24 Viana do Castelo	M	42 440 586	47 761 670	50 425 389	55 259 419	54 048 327	54 695 299	50 757 348	55 543 588	48 329 520	61 076 345	26,4%
25 Santa Maria Feira	G	54 961 996	59 362 879	72 325 127	68 511 958	61 896 612	63 978 681	57 386 848	76 760 634	63 821 043	58 896 465	-7,7%
26 Mafra	M	50 918 633	53 220 624	47 606 916	53 300 862	55 236 080	49 095 697	50 240 535	47 542 538	51 999 270	56 340 133	8,3%
27 VF Xira	G	58 500 133	71 365 638	70 573 092	66 487 758	69 433 941	69 109 435	67 718 373	64 142 072	59 538 460	54 441 425	-8,6%
28 Barcelos	G	54 275 001	54 747 558	54 383 745	52 931 857	59 373 748	53 357 653	56 165 224	60 971 630	59 187 087	54 261 876	-8,3%
29 Torres Vedras	M	41 212 297	43 981 068	48 469 257	51 475 098	41 730 185	51 879 386	46 661 223	44 720 680	41 019 870	54 005 995	31,7%
30 Aveiro	M	45 316 597	46 600 406	75 856 521	57 740 719	46 797 981	39 058 422	40 175 129	42 909 858	48 046 087	52 805 662	9,9%
31 Portimão	M	43 488 715	51 786 717	59 445 409	56 410 806	46 740 761	45 596 590	38 730 473	42 996 870	45 033 466	51 033 342	13,3%
32 Viseu	M	45 702 863	44 648 296	52 434 088	47 537 271	60 943 713	53 955 169	48 789 993	49 488 083	45 360 314	48 166 438	6,2%
33 Lagos	M	46 795 247	51 924 580	44 641 062	45 604 601	37 314 055	37 825 225	40 264 512	49 549 992	42 215 573	46 629 202	10,5%
34 Vila do Conde	M	52 249 181	57 404 422	58 578 364	58 605 764	52 103 951	53 998 517	46 032 984	82 965 538	47 090 983	46 416 134	-1,4%
35 Paredes	M	36 388 227	35 653 506	45 035 343	52 291 618	44 924 378	62 155 994	51 763 983	74 479 865	43 368 997	45 282 790	4,4%

Da análise do ranking supra pode-se ainda concluir:

- Dos 35 municípios seriados apenas 34,3% apresentaram decréscimo de receita em relação a 2014. Assim a maioria dos municípios deste ranking apresentaram aumento de receita, situação que poderá refletir numa melhoria de situação económico-financeiro dos municípios.
- 11 Municípios apresentaram um crescimento da receita igual ou superior a 10%, sendo que 5 deles apresentaram um aumento de receita superior a 20% relativamente ao ano anterior.
- Apenas um município apresentou uma descida de receita percentualmente relevante: Seixal que viu diminuir as suas receitas em 27% (-29,8 milhões de euros) devido à inexistência de passivos financeiros em 2015, rubrica que tinha apresentado em 2014 o montante de 33,3 M€.
- A seguir ao Seixal, em termos de descida de volume de receita apa-

rece o Município do Porto com -6,8³⁵ milhões de euros, tendo, contudo, este valor representado uma diminuição de receita de -3,9% em esta relação ao ano anterior. Anota-se, porém, que este município já tinha apresentado um decréscimo de receita em 2014, na ordem dos 13,2³⁶ milhões de euros que se traduziu numa descida de -7%. Seguindo a metodologia adotada já no último anuário apresenta-se autonomamente a situação equivalente dos municípios das Regiões Autónomas.

³⁵ Devido à diminuição de IMT (-5,3M€), de Derrama (-3,9M€) e de Venda de Bens de Investimento (-4,8M€), balanceada pelo aumento de Impostos Indiretos (taxas municipais aplicáveis a empresas) em +1,3M€, e de Transferências de Capital em +3,9M€.

³⁶ Devido à diminuição de receita de 10M€ de ativos financeiros recebidos em 2013 por alienação de partes de capital, diminuição de transferências de capital em -5M€ e de passivos financeiros em -4,5M€. Estas descidas foram, em parte, contrariadas pelos acréscimos de receita fiscais em +12,1M€ (IMT).

R5.A – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2015 (sem saldo gerência anterior)

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Δ 14-15 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Ponta Delgada	M	31996353	35951581	40665605	42904296	35689580	33147869	33694117	31748683	34236559	33108780	-3,3%
2 Ribeira Grande	M	16913707	23937606	28007872	32471637	29062571	21460188	20386492	17795784	18629750	20382617	9,4%
3 Angra do Heroísmo	M	16368769	19328027	18391288	17766888	21468923	19098785	16878471	17363073	17296146	19404607	12,2%
4 Praia da Vitória	M	13379663	14119986	16968019	17696566	23608549	14195835	11383376	12207504	10409738	11523037	10,7%
5 Horta	P	12675543	9963445	11235993	13349415	10914913	10562819	9193258	10319075	11639617	10433501	-10,4%
6 Lagoa (R.A.A)	P	8494175	9173377	13687420	12906117	11932821	13586149	11266521	9441816	9589844	9918050	3,4%
7 Vila Franca do Campo	P	8217076	9257466	18052595	8130274	7145897	21528256	21664464	9517390	8652197	9211891	6,5%
8 Madalena	P	6652382	7592558	7750984	8851625	6200271	5910486	5317535	6923218	7192593	6870391	-4,5%
9 Velas	P	5709408	5906845	6226326	6504304	6471109	5682203	5300271	5061339	5650309	6030869	6,7%
10 Povoação	P	5888988	8697590	5444255	6075509	7181076	7447351	5015673	5796545	6511186	5978985	-8,2%
11 Lajes do Pico	P	5677330	5660092	6430949	5196457	12686312	5232151	5845914	9991931	7105046	5628008	-20,8%
12 Calheta (R.A.A.)	P	4906519	6561635	5348421	11100366	4674843	4094239	3853750	4057999	4751019	5525414	16,3%
13 Vila do Porto	P	7959970	4885398	5290482	7052794	5135706	4875758	5155353	4817965	5502319	5422055	-1,5%
14 Nordeste	P	8017781	7319274	5699928	6774162	6793037	5116734	5666058	15888935	8273802	5159304	-37,6%
15 São Roque do Pico	P	4118530	4170252	4508568	7316243	7747663	6139237	3980574	4161828	4027472	4493405	11,6%
16 SC Graciosa	P	3565040	5036929	4389904	4836117	5413398	5555483	5331475	4649323	4757998	3868861	-18,7%
17 Lajes das Flores	P	2826520	3115098	3910560	5453166	6473194	3344670	3633699	4995508	5031119	2995512	-40,5%
18 Santa Cruz das Flores	P	4670651	3187045	2714472	3292258	3787483	3650257	2777221	3259363	4108749	2963327	-27,9%
19 Corvo	P	1890091	1888255	1871189	1660471	1732211	3225308	2474129	2436674	1996330	1937375	-3,0%

Da análise ao quadro do *ranking* R5.A, verifica-se:

- Na totalidade, a receita dos municípios dos Açores baixou 4,5 milhões de euros (-2,6%), sendo que em 2014 já tinha apresentado uma descida de 5,1 milhões de euros (-2,8%).
- Todavia, houve municípios cujas receitas baixaram extraordinariamente mais, como aconteceu aos municípios: Lajes das Flores³⁷ (-40,5%), Santa Cruz das Flores³⁸ (-27,9%), Nordeste³⁹ (-37,6%) e

Lajes do Pico⁴⁰ (-20,8%).

- Já os municípios da Calheta, Angra do Heroísmo, São Roque do Pico, Praia da Vitória, Ribeira Grande, Velas, Vila Franca do Campo e Lagoa apresentam taxas de crescimento da receita respetivamente de +16,3%, +12,2, +11,6%, 10,7%, 9,4%, 6,7%, 6,5% e 3,4%.

³⁷ Descida de transferências de capital em 1,5M€

³⁸ Descida de transferências de capital em 1,2 M€

³⁹ Descida de transferências de capital em 1,5 M€ e de passivos financeiros em -1,5M€

⁴⁰ Descida de transferências de capital em 1,8M€

R5.M – Volume da receita cobrada dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2015 (sem saldo gerência anterior)

Unidades: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Δ 14-15%
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Funchal	G	81003340	94284401	91245473	78650681	83147721	77748406	74229100	112045280	72875418	70363786	-3,4%
2 Santa Cruz	M	19786009	21866542	32905549	19885038	19813548	17515589	17220539	18344290	32902855	20236621	-38,5%
3 Câmara de Lobos	M	20256357	21777763	26498020	18282193	18651019	13852328	11960007	23488586	16142877	12772572	-20,9%
4 Calheta (R.A.M.)	P	9864879	12270398	15384436	8550408	9081274	10502044	9687450	13907407	10535260	11812304	12,1%
5 Machico	M	15275602	14621183	21334697	12520729	11992574	14474197	10877578	11091147	16282812	9442406	-42,0%
6 Ponta do Sol	P	8991726	7140472	10031233	6921284	6838762	7130649	5479942	6243218	5428654	7058393	30,0%
7 Ribeira Brava	P	12812343	15898025	14388602	16138936	8581231	9360217	7169777	8822929	8599404	6764956	-21,3%
8 Santana	P	11474181	11125218	8154256	12310656	7068672	7061092	6222041	6619184	6961512	6278542	-9,8%
9 São Vicente	P	9902003	8743875	9079052	10104417	5769083	5714182	6766456	5432329	5361290	6081231	13,4%
10 Porto Moniz	P	6879085	7319113	5577956	5443128	6435301	5501838	4488553	5451984	4649765	4849741	4,3%
11 Porto Santo	P	7611504	11857682	7207271	5430597	4810763	5512045	4315548	8641445	4841989	4785945	-1,2%

Quanto ao ranking R5.M relativo à Região da Madeira haverá a referir:

- A receita global dos municípios da Madeira baixou de 24,1 milhões de euros (-13,1%), sendo que em 2014 já tinha apresentado uma descida de 35,5 milhões de euros (-16,1%).
- Concorreram para esta descida de receita sete municípios madeirenses, sendo que quatro deles de forma mais significativa: Machico⁴¹ (-42% de receita), Santa Cruz⁴² (-38,5% de receita), Câmara de Lobos⁴³ (-20,9% de receita) e Ribeira Brava⁴⁴ (-21,3% de receita)
- Todavia, houve municípios cujas receitas cresceram de forma significativa, como aconteceu aos municípios: Ponta do Sol (+30%), São Vicente (+13,4%) e Calheta (R.A.M.) (+12,1%).
- A descida de receita do município do Funchal, em 2015, foi pouco significativa (-3,4%, -2,5 milhões de euros) embora a mesma se acumule à verificada em 2014, essa sim, com um peso significativo de -35% (-39 milhões de euros)
- Apresentam-se no Ranking R6 os 35 municípios com menor volume de receita arrecadada em 2015, com referência aos montantes arrecadados nos nove anos anteriores.
- Como se poderá verificar são todos municípios de pequena dimensão e o município que auferir menor receita cobrou um montante que representou, apenas, 0,3% do montante coletado pelo maior município do País. O município deste ranking com maior volume de receita chegou aos 0,9% da receita de Lisboa.
- Anota-se que 15 municípios constantes deste ranking apresentaram, em 2015, diminuição de receita. As descidas mais significativas em termos percentuais, foram protagonizadas por municípios das Regiões Autónomas e já foram objeto de referência em parágrafos anteriores. Contudo anota-se a descida de receita do município de Penedono que apresentou um decréscimo de receita superior a 847 milhares de euros (-13,8%).

⁴¹ Descida de rendimentos de propriedade em 7,2 M€

⁴² Descida de passivos financeiros em -13,1M€

⁴³ Descida de transferências de capital em 3,2 M€

⁴⁴ Descida de transferências de capital em 2 M€

R6 – Municípios com menor volume da receita cobrada, em 2015 (sem saldo gerência anterior)

Unidades: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Δ 14-15 %
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Corvo	P	1890 091	1888 255	1871189	1660 471	1732 211	3 225 308	2 474 129	2 436 674	1996 330	1937 375	-3,0%
2 Santa Cruz das Flores	P	4 670 651	3 187 045	2 714 472	3 292 258	3 787 483	3 650 257	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	-27,9%
3 Lajes das Flores	P	2 826 520	3 115 098	3 910 560	5 453 166	6 473 194	3 344 670	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	-40,5%
4 Barrancos	P	3 721 547	5 169 724	4 616 334	5 459 700	5 070 890	4 018 765	3 571 423	3 735 480	3 522 046	3 760 321	6,8%
5 Santa Cruz da Graciosa	P	3 565 040	5 036 929	4 389 904	4 836 117	5 413 398	5 555 483	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	-18,7%
6 Alvito	P	3 942 578	4 008 312	4 675 893	5 470 263	4 875 876	5 814 518	4 614 460	4 255 170	4 240 368	4 466 326	5,3%
7 São Roque do Pico	P	4 118 530	4 170 252	4 508 568	7 316 243	7 747 663	6 139 237	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	11,6%
8 Castanheira de Pêra	P	5 720 742	4 885 707	5 277 855	4 648 745	4 613 140	8 045 361	8 825 154	4 324 786	4 372 517	4 565 782	4,4%
9 Fronteira	P	6 462 202	6 033 069	6 057 902	5 456 359	5 501 315	6 694 000	5 036 169	5 382 803	5 238 131	4 744 481	-9,4%
10 Porto Santo	P	7 611 504	11 857 682	7 207 271	5 430 597	4 810 763	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	-1,2%
11 Porto Moniz	P	6 879 085	7 319 113	5 577 956	5 443 128	6 435 301	5 501 838	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4,3%
12 Marvão	P	5 102 665	5 088 062	6 269 269	6 080 112	5 806 644	7 246 552	5 736 877	4 979 928	4 905 966	4 907 469	0,0%
13 Nordeste	P	8 017 781	7 319 274	5 699 928	6 774 162	6 793 037	5 116 734	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	-37,6%
14 Mesão Frio	P	5 323 057	5 016 365	4 585 237	5 631 423	11 737 501	6 227 663	6 703 842	5 272 943	4 936 438	5 204 366	5,4%
15 Penedono	P	5 166 089	5 389 307	5 217 609	5 537 497	5 585 694	6 511 136	5 249 414	5 641 789	6 158 095	5 310 597	-13,8%
16 Mourão	P	5 804 317	5 275 961	5 843 056	11 240 757	5 679 307	4 651 168	4 840 155	6 314 851	5 216 331	5 329 835	2,2%
17 Constância	P	6 588 777	5 766 656	5 620 133	5 904 846	7 063 577	6 797 557	7 510 150	6 225 364	5 091 034	5 345 900	5,0%
18 Vila do Porto	P	7 959 970	4 885 398	5 290 482	7 052 794	5 135 706	4 875 758	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	-1,5%
19 Vila de Rei	P	6 466 449	5 690 591	6 506 404	7 333 360	6 025 904	7 715 221	5 207 575	5 084 308	5 205 686	5 479 296	5,3%
20 Calheta (R.A.A.)	P	4 906 519	6 561 635	5 348 421	11 100 366	4 674 843	4 094 239	3 853 750	4 057 999	4 751 019	5 525 414	16,3%
21 Pedrógão Grande	P	5 380 820	4 943 101	7 422 255	6 602 035	5 857 701	7 552 753	6 590 592	5 391 756	5 864 007	5 538 342	-5,6%
22 Lajes do Pico	P	5 677 330	5 660 092	6 430 949	5 196 457	12 686 312	5 232 151	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	-20,8%
23 Monforte	P	5 482 739	5 494 764	6 407 570	7 750 549	5 673 278	6 388 276	5 488 490	5 923 579	5 386 874	5 672 819	5,3%
24 Castelo de Vide	P	6 356 402	5 183 688	5 924 874	5 567 254	5 570 177	6 134 772	5 971 015	5 491 663	6 183 475	5 744 243	-7,1%
25 Fornos de Algodres	P	Si	6 427 945	7 418 678	6 689 876	40 089 622	7 100 310	5 794 570	6 241 513	5 405 984	5 757 730	6,5%
26 Cuba	P	5 482 216	4 827 581	5 916 207	6 157 248	6 160 196	6 055 557	6 027 925	5 037 066	4 904 064	5 815 323	18,6%
27 Gavião	P	6 154 794	6 302 917	9 116 603	6 825 833	6 635 559	7 496 752	6 539 592	6 196 285	6 271 001	5 961 609	-4,9%
28 Povoação	P	5 888 988	8 697 590	5 444 255	6 075 509	7 181 076	7 447 351	5 015 673	5 796 545	6 511 186	5 978 985	-8,2%
29 Alpiarça	P	6 797 462	6 863 971	6 691 772	8 723 417	7 307 100	13 260 438	5 934 148	6 998 668	5 734 120	6 009 273	4,8%
30 Velas	P	5 709 408	5 906 845	6 226 326	6 504 304	6 471 109	5 682 203	5 300 271	5 061 339	5 650 309	6 030 869	6,7%
31 São Vicente	P	9 902 003	8 743 875	9 079 052	10 104 417	5 769 083	5 714 182	6 766 456	5 432 329	5 361 290	6 081 231	13,4%
32 Sardoal	P	5 678 136	4 826 522	5 354 058	7 027 444	5 620 640	5 925 535	6 178 406	6 306 285	5 645 216	6 098 024	8,0%
33 Alter do Chão	P	6 972 460	6 929 543	6 339 769	6 896 572	5 769 605	7 439 703	7 483 201	5 773 928	5 876 246	6 135 963	4,4%
34 Santana	P	11 474 181	11 125 218	8 154 256	12 310 656	7 068 672	7 061 092	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	-9,8%
35 Carregal do Sal	P	7 248 701	8 444 440	7 278 308	7 861 369	8 268 015	7 297 968	7 626 270	7 351 705	6 251 028	6 519 260	4,3%

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos

No ponto anterior, ao analisar-se a evolução das receitas municipais em termos globais, verificou-se que a receita total cobrada apresentou, em 2015, uma recuperação de 2,5% após a maior descaída do período apresentada em 2014. Efetivamente em 2014 a receita baixou 5,6% ficando inferior ao montante auferido em 2007. Importará agora observar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, por natureza económica, tendo em atenção o

seu peso no cômputo total da receita autárquica, taxas de variação mais significativas e pontos de inflexão nos montantes arrecadados das receitas mais significativas.

Os Quadros 2.06 e 2.06.A apresentam a receita cobrada entre 2006 e 2015, por rúbricas económicas e o respetivo peso na receita total. Nos Quadros 2.07 e 2.07.A apresentam-se as correspondentes variações dos montantes de receita cobrada para o mesmo período.

Quadro 2.06 – Evolução da Receita Cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Var. 06–15 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Impostos e taxas	2 500,2	2 878,6	2 739,1	2 537,6	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 452,1	2 716,5	2 876,4	15,0%
Rendimentos de propriedade	159,9	189,9	238,7	252,2	258,4	259,5	266,3	250,2	271,1	253,5	59%
Transferências correntes	1 577,5	1 843,2	1 960,9	2 182,0	2 228,9	2 137,3	2 071,8	2 393,5	2 411,9	2 501,8	59%
Vendas de bens e serviços	664,9	692,1	724,2	709,4	710,2	704,7	738,6	749,8	752,2	809,6	22%
Outras receitas correntes	52,5	49,7	67,1	64,6	67,0	62,0	62,0	62,3	63,1	75,1	43%
Total receitas correntes	4 955,0	5 653,4	5 730,0	5 745,8	5 824,8	5 645,6	5 564,3	5 907,9	6 214,8	6 516,4	32%
Venda de bens duradouros	211,4	143,7	134,9	92,1	117,1	84,2	68,8	52,1	81,2	108,4	-49%
Transferências de capital	1 506,7	1 298,0	1 289,1	1 323,8	1 359,7	1 522,6	1 512,3	977,4	604,7	585,8	-61%
Ativos financeiros	15,0	43,0	33,6	31,8	10,8	14,0	18,6	15,7	5,1	11,5	-23%
Passivos financeiros	278,4	357,4	528,8	965,0	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	-5%
Outras receitas de capital	28,8	34,3	19,0	33,5	21,5	17,8	290,4	32,0	29,8	22,5	-22%
Total receitas de capital	2 040,2	1 876,5	2 005,3	2 446,2	2 025,5	2 112,9	2 110,2	1 853,5	1 113,6	991,9	-51%
Reposições ñ abatidas aos pagamentos	5,8	11,7	11,6	6,0	9,2	13,1	9,0	13,5	8,8	10,1	74%
Receita total	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7%
Receita total efetiva	6 707,6	7 141,2	7 184,5	7 201,1	7 332,3	7 283,2	7 444,7	6 982,8	6 939,3	7 243,2	8%
Receita total efetiva–municípios dos Açores	167,9	157,7	179,9	192,2	193,8	171,9	161,3	166,7	171,8	167,0	-1%
Receita total efetiva–municípios da Madeira	214,1	197,7	204,4	165,5	176,0	169,5	154,8	176,7	169,9	158,9	-26%

Quadro 2.06.A – Estrutura da Receita Cobrada por natureza económica

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Var. 06-15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Impostos e taxas	35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	2,5%
Rendimentos de propriedade	2,3%	2,5%	3,1%	3,1%	3,3%	3,3%	3,5%	3,2%	3,7%	3,4%	1,1%
Transferências correntes	22,5%	24,4%	25,3%	26,6%	28,4%	27,5%	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	10,7%
Vendas de bens e serviços	9,5%	9,2%	9,3%	8,7%	9,0%	9,1%	9,6%	9,6%	10,3%	10,8%	1,3%
Outras receitas correntes	0,8%	0,7%	0,9%	0,8%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	1,0%	0,2%
Total receitas correntes	70,8%	75,0%	74,0%	70,1%	74,1%	72,6%	72,4%	76,0%	84,7%	86,7%	15,9%
Venda de bens duradouros	3,0%	1,9%	1,7%	1,1%	1,5%	1,1%	0,9%	0,7%	1,1%	1,4%	-1,6%
Transferências de capital	21,5%	17,2%	16,6%	16,1%	17,3%	19,6%	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	-13,7%
Ativos financeiros	0,2%	0,6%	0,4%	0,4%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	-0,1%
Passivos financeiros	4,0%	4,7%	6,8%	11,8%	6,6%	6,1%	2,9%	10,0%	5,4%	3,5%	-0,5%
Outras receitas de capital	0,4%	0,5%	0,2%	0,4%	0,3%	0,2%	3,8%	0,4%	0,4%	0,3%	-0,1%
Total receitas de capital	29,1%	24,9%	25,9%	29,8%	25,8%	27,2%	27,5%	23,8%	15,2%	13,2%	-15,9%
Reposições ñ abatidas aos pagamentos	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	--
Receita total efetiva	95,8%	94,7%	92,7%	87,8%	93,3%	93,7%	96,9%	89,8%	94,6%	96,3%	0,5%

Quadro 2.07 – Variação da Receita cobrada por natureza económica, entre 2006 e 2015 em valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	
Impostos e taxas	378,3	-139,5	-201,5	22,8	-78,4	-56,3	26,4	264,4	159,9	
Rendimentos de propriedade	29,9	48,8	13,5	6,2	1,2	6,8	-16,1	20,9	-17,6	
Transferências correntes	265,7	117,7	221,1	46,8	-91,6	-65,5	321,7	18,5	89,9	
Vendas de bens e serviços	27,2	32,1	-14,8	0,8	-5,5	33,8	11,2	2,4	57,4	
Outras receitas correntes	-2,9	17,4	-2,5	2,4	-4,9	-0,1	0,4	0,8	12,0	
Total receitas correntes	698,4	76,6	15,8	79,0	-179,2	-81,3	343,6	306,9	301,7	
Venda de bens duradouros	-67,7	-8,8	-42,8	25,0	-32,9	-15,4	-16,7	29,1	27,2	
Transferências de capital	-208,6	-9,0	34,7	35,9	162,9	-10,3	-534,9	-372,6	-18,9	
Ativos financeiros	28,0	-9,4	-1,8	-21,0	3,2	4,6	-2,9	-10,7	6,5	
Passivos financeiros	79,0	171,3	436,3	-448,7	-42,1	-254,2	556,2	-383,5	-129,1	
Outras receitas de capital	5,6	-15,4	14,5	-12,0	-3,7	272,6	-258,5	-2,2	-7,3	
Total receitas de capital	-163,7	128,8	440,9	-420,7	87,4	-2,7	-256,7	-739,9	-121,7	
Reposições ñ abatidas pagamentos	5,9	-0,1	-5,6	3,2	3,9	-4,1	4,6	-4,7	1,2	
Total	540,6	205,2	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	91,4	-437,7	181,3	
Receita total efetiva	433,6	43,3	16,6	131,2	-49,0	161,5	-461,9	-43,5	303,9	

Quadro 2.07.A – Variação da Receita cobrada por natureza económica, entre 2006 e 2015 – taxa de variação

Receitas	Taxa de variação da receita								
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15
Impostos e taxas	15,1%	-4,8%	-7,4%	0,9%	-3,1%	-2,3%	1,1%	10,8%	5,9%
Rendimentos de propriedade	18,7%	25,7%	5,6%	2,5%	0,4%	2,6%	-6,1%	8,3%	-6,5%
Transferências correntes	16,8%	6,4%	11,3%	2,1%	-4,1%	-3,1%	15,5%	0,8%	3,7%
Vendas de bens e serviços	4,1%	4,6%	-2,0%	0,1%	-0,8%	4,8%	1,5%	0,3%	7,6%
Outras receitas correntes	-5,5%	35,1%	-3,8%	3,7%	-7,3%	-0,1%	0,6%	1,2%	19,1%
Total receitas correntes	14,1%	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%	6,2%	5,2%	4,9%
Venda de bens duradouros	-32,0%	-6,1%	-31,7%	27,1%	-28,1%	-18,3%	-24,2%	55,8%	33,5%
Transferências de capital	-13,8%	-0,7%	2,7%	2,7%	12,0%	-0,7%	-35,4%	-38,1%	-3,1%
Ativos financeiros	187,0%	-21,8%	-5,3%	-66,0%	29,9%	32,9%	-15,6%	-67,9%	127,8%
Passivos financeiros	28,4%	47,9%	82,5%	-46,5%	-8,2%	-53,6%	252,7%	-49,4%	-32,9%
Outras receitas de capital	19,3%	-44,7%	76,3%	-35,7%	-17,1%	1529,8%	-89,0%	-6,9%	-24,5%
Total receitas de capital	-8,0%	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%	-12,2%	-39,9%	-10,9%
Reposições ã abatidas pagamentos	101,7%	-1,1%	-48,1%	52,8%	42,6%	-31,6%	50,8%	-34,5%	14,1%
Total	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%	-5,6%	2,5%
Receita total efetiva	6,5%	0,6%	0,2%	1,8%	-0,7%	2,2%	-6,2%	-0,6%	4,4%

Da observação dos dois quadros antecedentes conclui-se:

- Em 2015 manteve-se a tendência de crescimento da receita corrente representando 86,7% do volume global da receita arrecadada (em 2013 o peso da mesma foi 76% e em 2014, 84,7%) totalizando um volume de 6,5 mil M€.
- Em 2015, o aumento de receita corrente em +301,7 M€ só foi anulado, em parte (em 40,3%), pela descida da receita de capital no montante de -121,7 M€, pelo que, a receita global das autarquias neste ano económico cresceu 2,5% (+181,3M€).
- Anota-se que apesar da receita total entre 2006 e 2015 ter crescido apenas 7,4%, o crescimento da receita corrente neste mesmo período foi de 31,5%, contribuindo para um maior equilíbrio orçamental.
- Em contrapartida a receita de capital entre 2006 e 2015 baixou 51,4%, efetivamente a receita de capital em 2015 atingiu o mínimo histórico no intervalo destes 10 anos, descendo abaixo da fasquia dos mil milhões de euros ao apresentar a coleta de 992 milhões de euros.
- Assim, a receita de capital das autarquias em 2015 representou, apenas, 13% da receita total, quando no período entre 2006 e 2014 o peso desta receita na receita total, foi em média de 25,5%.
- A receita efetiva em 2015 representou 96,3% da receita total tendo, entre 2006 e 2014, representado em média 93,3%. O aumento de

peso da receita efetiva deveu-se, essencialmente, à diminuição do peso dos passivos financeiros (empréstimos utilizados) em 2015 em 3 pp. Entre 2006 e 2014, o peso médio dos passivos financeiros foi de 6,5%, com picos de representatividade em 2009 (11,8%) e 2013 (10%).

· A receita efetiva cresceu 4,4% (+303,9M€) em 2015 tendo o montante arrecadado de 7,2 mil milhões de euros representado um acréscimo de 8% (+535,6M€) em relação a 2006. Observando o Quadro 2.07 verifica-se que a receita efetiva cresceu mais 1,9pp que a receita total dos municípios devido essencialmente ao aumento da receita fiscal que superou a descida do montante de empréstimos financeiros. Não será de desvalorizar o aumento conjunto da receita proveniente das transferências e da venda de bens e serviços, a qual foi também superior à descida dos passivos financeiro.

· O comportamento das receitas na sua globalidade compreender-se-á melhor pela análise mais particularizada das suas componentes económicas.

a) Principais grandes grupos de receita

Agregando as receitas correntes e de capital da mesma natureza económica, obtém-se o seguinte quadro evolutivo das mesmas, assim como a sua variação no quadro subsequente.

Quadro 2.07.B – Evolução das principais receitas

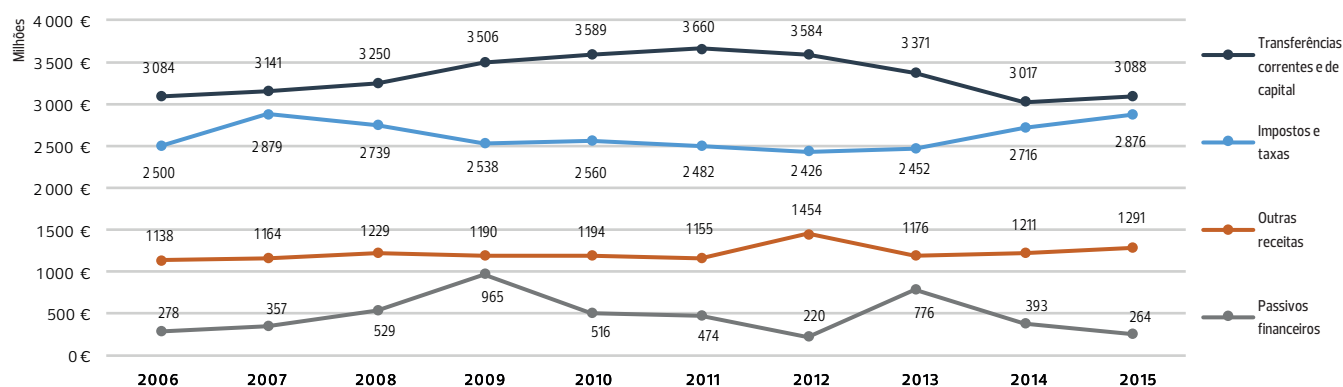
Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Variação 06–15 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Receitas Fiscais	2 500,2	2 878,6	2 739,1	2 537,6	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 452,1	2 716,5	2 876,4	15,0%
Transferências Totais	3 084,1	3 141,3	3 250,0	3 505,8	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 370,9	3 016,7	3 087,6	0,1%
Passivos Financeiros	278,4	357,4	528,8	965,0	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	-5,3%
Outras Receitas	1 138,3	1 164,4	1 229,0	1 189,5	1 194,1	1 155,4	1 453,6	1 175,6	1 211,2	1 290,7	13,4%
Total	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7,4%

Quadro 2.07.B – Estrutura das principais receitas

Receitas	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Variação do peso médio 06–15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Receitas Fiscais	35,7%	38,2%	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	2,5%
Transferências Totais	44,1%	41,7%	42,0%	42,8%	45,7%	47,1%	46,6%	43,4%	41,1%	41,1%	-3,0%
Passivos Financeiros	4,0%	4,7%	6,8%	11,8%	6,6%	6,1%	2,9%	10,0%	5,4%	3,5%	-0,5%
Outras Receitas	16,3%	15,4%	15,9%	14,5%	15,2%	14,9%	18,9%	15,1%	16,5%	17,2%	0,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0,0%

Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2015



Da observação dos quadros e gráfico anterior constata-se que em 2015 os volumes de receita provenientes de transferências e passivos financeiros se assemelham às auferidas em 2006, verificando-se, contudo, muitas variações no intervalo destes dez anos que a seguir se referirão na análise individualizada de cada componente. Efetivamente as transferências cresceram bastante entre 2006 e 2011, mas a partir deste último ano apresentarem sucessivas descidas, a mais acentuada em 2014, que se traduziu na perda significativa de receita para os municípios, entre 2011 e 2014, de - 643,2M€. De igual modo o peso dos passivos financeiros (empréstimos ob-

tidos) em 2015 foi muito semelhante ao verificado em 2006 não demonstrando as grandes alterações verificadas nos anos intermédios, nomeadamente os grandes acréscimos em 2009 e 2013 e a grande descida de volume de utilização de receita creditícia, em 2012. Em cada um dos dez anos em apreço o volume de empréstimos utilizados pelo conjunto dos municípios foi sempre inferior ao volume arrecadado de qualquer outro grupo de receita municipal. Conforme metodologia adotada no Anuário antecedente, apresenta-se desagregada por natureza económica a receita das Regiões Autónomas, através dos gráficos 2.02-A e 2.02-M.

Gráfico 2.02.A – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2015

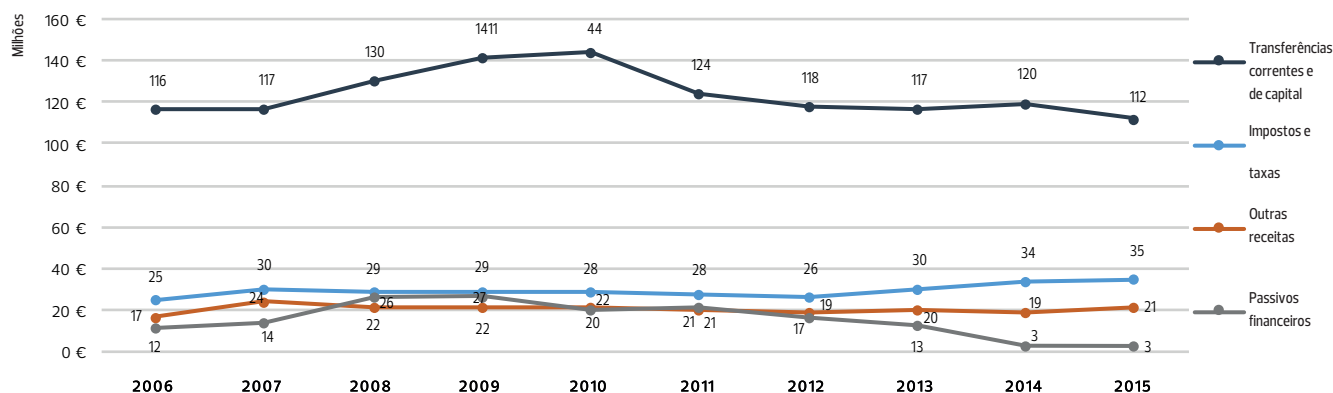
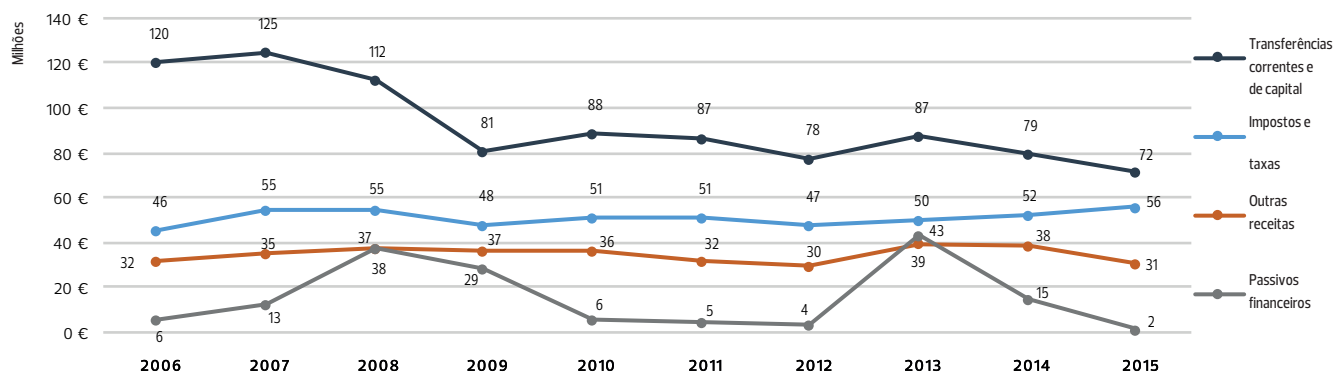


Gráfico 2.02.M – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2015



Os gráficos relativos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Gráficos 2.02A e 2.02M) mostram a similitude da evolução das componentes da receita com a evolução apresentada pelos municípios em geral.

- Diminuição das transferências do Orçamento de Estado
 - Ligeiro crescimento das receitas fiscais próprias da região
 - Forte diminuição dos empréstimos bancários na Região da Madeira e manutenção de níveis reduzidos de utilização nos Açores.
- A variação das transferências e receita fiscal será particularizada alíneas seguintes e a análise dos financiamentos efetuar-se-á no Capítulo 3, aquando da análise do endividamento. Dedicar-se-á, ainda uma alínea no presente capítulo à

receita proveniente da venda de bens e serviços correntes e de capital

b) Transferências

Reconhecendo-se que as Transferências continuam a ser a receita mais representativa na estrutura da receita municipal, justifica-se analisar, com mais pormenor, a decomposição deste tipo de receita pela sua natureza económica – transferências correntes e de capital e ainda pela sua origem.

Os Quadros 2.8 e 2.8.A permitem analisar a repartição das transferências entre correntes e de capital nos orçamentos municipais e respetivo peso na receita total.

Quadro 2.08 – Transferências Correntes e de Capital

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Var. 06-15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
06 – Transferências correntes	1 577,5	1 843,2	1 960,9	2 182,0	2 228,9	2 137,3	2 071,8	2 393,5	2 411,9	2 501,8	58,6%
10 – Transferências de capital	1 506,7	1 298,0	1 289,1	1 323,8	1 359,7	1 522,6	1 512,3	977,4	604,7	585,8	-61%
Total de transferências	3 084,1	3 141,3	3 250,0	3 505,8	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 370,9	3 016,7	3 087,6	0%
Receita Total	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7%

Quadro 2.08.A – Estrutura das Transferências Correntes e de Capital

Receitas	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Var. 06-15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
06 – Transferências correntes	22,5%	24,4%	25,3%	26,6%	28,4%	27,5%	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	10,7%
10 – Transferências de capital	21,5%	17,2%	16,6%	16,1%	17,3%	19,6%	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	-13,7%
Total de transferências	44,1%	41,7%	42,0%	42,8%	45,7%	47,1%	46,6%	43,4%	41,1%	41,1%	-3,0%
Receita Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	--

Os Quadros 2.09 e 2.09.A mostram a evolução das transferências correntes e de capital.

Quadro 2.09 – Variação do volume de Transferências Correntes e de Capital

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	
06 – Transferências correntes	265,7	117,7	221,1	46,8	-91,6	-65,5	321,7	18,5	89,9	
10 – Transferências de capital	-208,6	-9,0	34,7	35,9	162,9	-10,3	-534,9	-372,6	-18,9	
Total transferências	57,1	108,8	255,8	82,8	71,3	-75,9	-213,2	-354,2	70,9	

Quadro 2.09.A – Taxa de variação do volume de Transferências Correntes e de Capital

Receitas	Taxa de variação da receita								
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15
06 – Transferências correntes	16,8%	6,4%	11,3%	2,1%	-4,1%	-3,1%	15,5%	0,8%	3,7%
10 – Transferências de capital	-13,8%	-0,7%	2,7%	2,7%	12,0%	-0,7%	-35,4%	-38,1%	-3,1%
Total transferências	1,9%	3,5%	7,9%	2,4%	2,0%	-2,1%	-5,9%	-10,5%	2,4%

Numa análise, global, da estrutura da receita municipal, importa referir o elevado peso das Transferências. Entre 2006 e 2013 representaram, em média, 44% da receita total dos municípios evidenciando a considerável dependência financeira destes, em relação às mesmas. Qualquer alteração do seu valor influenciará de forma relevante o desenvolvimento das políticas públicas locais, planeadas e aprovadas pelos órgãos executivos municipais.

Em 2015 o montante global das transferências cresceu 2,4%, fruto do aumento das transferências correntes em +3,7%, uma vez que, as transferências de capital, que diminuíram drasticamente em 2013 e 2014, continuaram a diminuir embora em menor percentagem (-3,1%) em 2015.

Entre 2006 e 2015 o volume de transferências⁴⁵ recebidas pelos municípios apresentou variações consideráveis atingindo o valor mais alto em 2011 (3,6 mil milhões de euros). Contudo, face às descidas abruptas do valor de transferências de capital em 2013

e 2014, respetivamente - 35,4% e -38,1%, as transferências totais recebidas pelos municípios em 2014 foram inferiores às recebidas em 2006. Assim, o acréscimo verificado em 2015 serviu apenas para repor o valor das transferências ao nível do montante recebido em 2006, como se constata no Quadro 2.08.

Sendo as transferências essencialmente compostas por transferências do Orçamento de Estado (OE) e por Fundos Comunitários, entende-se pertinente apresentar o desdobramento destas duas componentes, analisar a sua evolução e respetivas taxas de variação. O Quadro 2.10 mostra a evolução das Transferências do Orçamento de Estado e as Comunitárias entre 2008⁴⁶ e 2015, sendo que o mapa subsequente, Quadro 2.11, mostra as respetivas variações. Porque não se conhece a decomposição destas transferências para o ano de 2005, neste caso não se efetuará a correspondente comparação.

⁴⁵ Incluindo transferências comunitárias

⁴⁶ Não se dispõem de informação desagregada para os anos de 2006 e 2007

Quadro 2.10 – Principais transferências recebidas pelos municípios

Unidade: milhões de euros

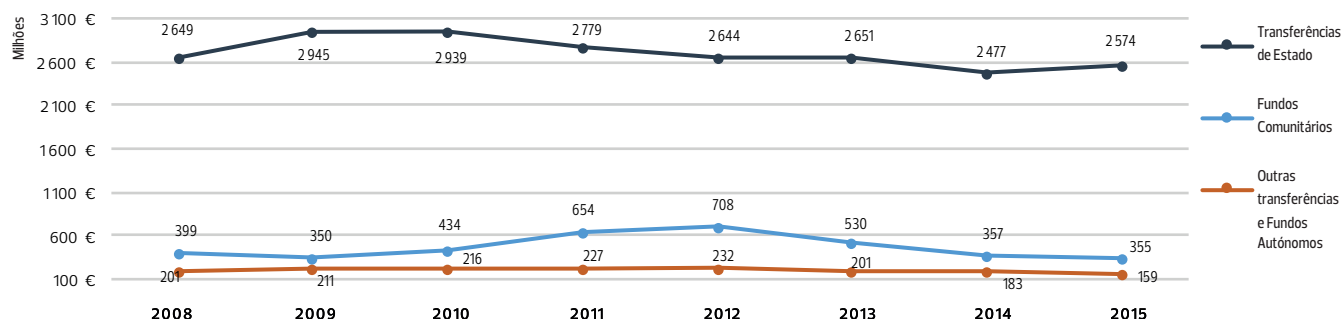
Transferências Totais*	Montantes Recebidos (M€)								Variação 08-15
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Transferências de Estado	2 649,5	2 945,0	2 938,6	2 779,0	2 644,0	2 650,6	2 477,0	2 574,2	-2,8%
Fundos Comunitários	399,1	350,2	434,0	653,5	707,9	530,2	357,1	354,6	-11,2%
Fundos Autónomos	74,4	88,4	84,8	77,1	66,5	64,1	72,3	58,0	-22,0%
Outras transferências	127,0	122,3	131,3	150,1	165,6	126	110,3	100,8	-20,6%
Total Transferências	3 250,0	3 505,8	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 370,9	3 016,7	3 087,6	-5,0%

* Cada subcapítulo inclui receitas correntes e de capital

Quadro 2.11 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios

Transferências de capital	Variação da receita em M€							Taxa de variação da receita						
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15
Transferências de Estado	295,5	-6,4	-159,3	-135,2	6,5	-173,5	97,2	11,2%	-0,2%	-5,4%	-4,9%	0,2%	-6,5%	3,9%
Fundos Comunitários	-48,9	83,8	219,5	54,4	-177,8	-173,1	-2,5	-12,3%	23,9%	50,6%	8,3%	-25,1%	-32,6%	-0,7%
Fundos Autónomos	14,0	-3,6	-7,7	-10,6	-2,4	8,2	-14,2	18,8%	-4,1%	-9,1%	-13,7%	-3,6%	12,8%	-19,7%
Outras transferências	-4,7	9,0	18,8	15,5	-28,4	-26,9	-9,5	-3,7%	7,3%	14,3%	10,3%	-17,1%	-19,6%	-8,6%

Gráfico 2.03 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios



Em relação aos quadros supra pode-se concluir:

- As transferências do Orçamento de Estado (OE) na sua globalidade apresentaram uma forte descida em 2011 (-5,4%), em 2012 (-4,9%) e em 2014 (-6,5%). Em 2015 apresentou um crescimento de 3,9%, permanecendo, no entanto, um valor ainda inferior em -2,8% ao recebido em 2008.
- As transferências provenientes dos Fundos Comunitários que baixaram extraordinariamente em 2013 e 2014, respetivamente -25,1% e -32,6%, em 2015 continuaram a baixar, embora a uma taxa muito inferior (-0,7%). Em relação a esta matéria verificou-se que a média de transferências anuais para as autarquias, em pleno desenvolvimento dos quadros de apoio comunitário, têm sido superiores a 550 milhões de euros, pelo que, anualmente o sector autárquico encontra-se a perder mais de 220 milhões de euros por falta da completa ativação do novo quadro comunitário de apoio. Assim, só nos anos 2014 e 2015 os municípios, por condi-

cionalismos estranhos à sua vontade perderam na totalidade mais de 440 milhões de euros.

- As restantes transferências provenientes essencialmente de fundos autónomos e que estarão associadas a projetos municipais subsidiários das competências do Estado, diminuíram em 2015 em 19,7% revelando as dificuldades de transferência de verbas da administração central para a local com vista à promoção da descentralização das funções do Estado.

c) Receita Fiscal

Sendo a Receita Fiscal, para a globalidade dos municípios, a segunda maior receita autárquica, importará, também verificar como se comportam as suas principais variáveis, sendo que, em pontos subsequentes deste anuário, procederemos à análise da evolução dos impostos diretos que mais contribuem financeiramente para a atividade municipal.

O quadro a seguir apresentado Quadro 2.12, mostra a evolução das receitas fiscais desagregadas pelas suas três componentes: impostos diretos⁴⁷; impostos indiretos⁴⁸ e taxas multas e outras penalidades. O quadro 2.12-A revela o valor da diferença entre o montante orçado e o cobrado, em 2015, nas três rubricas económicas que compõem a receita fiscal.

⁴⁷ Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Impostos Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Derrama, Impostos abolidos e Impostos diretos diversos.

⁴⁸ Impostos indiretos específicos das autarquias locais tais como mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, caniços, publicidade, saneamento, utilização da rede viária municipal e arrendamento urbano.

Quadro 2.12 – Evolução das componentes da receita fiscal cobrada entre 2006 e 2015

Unidade: milhões de euros

Receitas fiscal cobrada	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Variação 06–15 (%)
	2006	2008	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Impostos diretos	2 059,2	2 400,3	2 278,8	2.167,9	2.177,5	2.113,7	2.088,9	2.144,5	2 424,2	2 566,0	24,6%
Impostos indiretos	208,0	240,2	229,5	162,5	158,4	134,1	134,9	128,0	107,1	121,6	-41,5%
Taxas, multas e outras penalidades	233,0	238,1	230,7	207,2	224,5	234,2	201,9	179,6	185,1	188,7	-19,0%
Total	2 500,2	2 878,6	2 739,1	2.537,6	2.560,4	2.482,0	2.425,7	2.452,1	2 716,5	2 876,4	15,0%

Quadro 2.12.A – Diferença entre a receita fiscal orçada e cobrada em 2015

Unidade: milhões de euros

Receita fiscal	Receita prevista	Receita cobrada	Diferença	Grau de execução	
Impostos diretos		2 428,1	2 566,0	-138,0	105,7%
Impostos indiretos		137,2	121,6	15,6	88,6%
Taxas, multas e outras penalidades		204,7	188,7	16,0	92,2%
Total		2 769,9	2 876,4	-106,4	103,8%

- Começando por referir o quadro que compara os valores orçados com os valores cobrados, verifica-se que em relação aos impostos diretos a coleta foi superior ao valor orçado⁴⁹, sendo o excesso de orçamentação irrelevante nos outros impostos autárquicos.
- Apesar de apresentarem uma orçamentação superior à coleta, tanto os Impostos Indiretos como as Taxas, em 2015 apresentaram uma performance excelente crescendo respetivamente 13,5% e 2%
- Os impostos diretos que já tinham apresentado um aumento de 13% em 2014, em 2015 voltaram a crescer 5,8%, passando para

uma coleta global de 2,6 mil milhões de euros

- Observando o peso da receita fiscal no quadro global da receita municipal verifica-se que entre 2006 e 2014 contribuiu, em média, para 33,9% da receita municipal. Contudo, esse contributo, em 2015, passou para 38% da receita total.
- Em relação a 2006 as receitas fiscais das autarquias cresceram 15%. Em 2006 o valor coletado foi de 2,5 mil milhões de euros, isto é, menos 376 milhões de euros que em 2015.
- Mais se verificou que neste período de 10 anos só em 2009, 2011 e 2012 as receitas fiscais apresentaram uma quebra na coleta, sendo que, a mesma, só teve relevância em termos e valor absoluto em 2009. Nesse ano, esta receita baixou 201,5 milhões de euros (-7,4%).

⁴⁹ Situação verificada nos anos anteriores devido à conjugação das regras de orçamentação impostas pelo POCAL e pela reforma do sistema do IMI.

d) Venda de bens e serviços.

Outra receita autárquica com significado material no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da venda de bens e serviços⁵⁰ e da venda de bens duradouros. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, constitui o montante arrecadado com mais significado, apresentando um valor total superior ao dos passivos financeiros, representando, em média, no período entre 2006 e 2015, cerca de 11% da receita global e um valor médio de cobrança de 835 M€.

- Em 2015 o conjunto do valor destas duas rubricas orçamentais cresceu 10% e passou a representar 12% da receita total, graças à venda de 918 milhões de euros de bens e serviços.
- Embora a componente essencial no conjunto destas duas receitas, seja a Venda de bens e serviços, será de referir, tanto relativamente ao ano de 2014 como ao ano de 2015, o crescimento da venda de bens de investimento, respetivamente em 55,8% e 33,5%. Até 2014, com exceção do ano de 2010, a venda de bens duradouros tinha apresentado, sempre, decréscimo de valor.
- Será de salientar que a venda de bens e serviços correntes, embora sendo a receita mais elevada no conjunto destas duas receitas, tem apresentado pouca variação não refletindo o crescimento da produção de bens e serviços que os municípios prestam às populações. Infere-se como razão para este facto, a transferência deste setor de negócio para as empresas municipais ou afins. Efetivamente em dez anos (entre 2006 e 2015) o produto da Venda de Bens e Serviços correntes registado nas contas da autarquia apenas cresceu 22% (+144,8 milhões de euros). Sabendo-se o forte investimento autárquico em equipamento produtor de serviços, nomeadamente na área da cultura, desporto e de lazer, deveria estar refletido no orçamento autárquico, rendimentos financeiros mais elevados que adviriam do funcionamento desse equipamento⁵¹

⁵⁰ Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e por isso na produção de bens e serviços realizados pelos serviços municipais, não se reflete nesta estrutura da receita, o valor da produção e venda de bens e serviços realizados pelas estruturas municipais desconcentradas, isto é, pelo sector empresarial local.

⁵¹ Volta-se a reafirmar o facto de para os sucessivos anuários não ter sido possível isolar e avaliar o impacto que para o grupo municipal poderia ter um aumento de receita adveniente do funcionamento de equipamento cultural, desportivo e de lazer

- A Venda de Bens Duradouros que tem apresentado grandes oscilações entre 2006 e 2015, apresentou no período de dez anos uma quebra de 103 milhões de euros (-49%). Em 2015, a receita desta rubrica orçamental foi de 108 milhões de euros e em 2006 tinha já sido de 211,4 milhões de euros.

e) Passivos Financeiros (empréstimos obtidos)

Relativamente a outra componente da receita autárquica – as receitas creditícias, vulgo passivos financeiros – que durante um largo período de anos apresentou elevado peso nas receitas totais das autarquias, apenas se apresentam, agora, breves referências uma vez que será um tema a explorar aquando da análise do endividamento no Capítulo 3 deste Anuário. Assim:

- Em 2015 os passivos financeiros, no montante de 263,7 milhões de euros, representaram apenas 70% do valor utilizado em 2009, ano em que esta receita apresentou o valor mais alto.
- O montante utilizado de empréstimos financeiros já tinha iniciado uma descida abrupta em 2010 com -46,5% de financiamento bancário, prosseguindo nos anos subsequentes o decréscimo de utilização de receitas creditícias com a seguinte cadência: em 2012 com -53,6%; em 2014 com -49,4% e em 2015 com -32,9%.

2.2.2.2. Distribuição da Receita Cobrada de acordo com a dimensão dos municípios e desagregada por natureza económica

Importará, dada a classificação dos municípios em três grandes grupos, conhecer o grau de execução das receitas municipais por cada um desses grupos de municípios. Pela observação do Quadro 2.13, verifica-se que os níveis de execução dos diferentes tipos de receitas divergem significativamente entre os três grupos de municípios, demonstrando quais os que, em 2015, em sede de elaboração do orçamento, apresentaram estimativas mais inflacionadas e, por isso, mais baixo grau de execução de receita.

Quadro 2.13 – Grau de execução orçamental da receita cobrada, por rubrica económica e por dimensão do município, em 2015

Receitas	2015			
	Pequenos	Médios	Grandes	Total
01 – Impostos diretos	101,4%	105,4%	106,8%	105,7%
02 – Impostos indiretos	72,3%	84,2%	94,0%	88,6%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	95,3%	92,1%	91,3%	92,2%
05 – Rendimentos de propriedade	83,0%	82,2%	65,1%	75,6%
06 – Transferências correntes	96,3%	95,3%	98,9%	96,5%
07 – Venda de bens e serviços	88,0%	95,5%	80,6%	88,2%
08 – Outras receitas correntes	23,9%	22,3%	57,4%	33,5%
Subtotal das receitas correntes	92,5%	95,3%	97,0%	95,3%
09 – Venda de bens de investimento	42,2%	30,3%	134,8%	79,1%
10 – Transferências de capital	60,6%	64,1%	53,8%	60,9%
11 – Ativos Financeiros	50,9%	106,6%	11,8%	35,4%
12 – Passivos Financeiros	60,5%	21,5%	54,7%	38,7%
13 – Outras Receitas de capital	20,8%	16,0%	20,7%	19,2%
Subtotal das receitas de capital	56,0%	43,0%	60,6%	51,4%
Total Receitas corrente e de capital	82,9%	82,4%	91,2%	85,6%
Total Receitas cobradas*	82,5%	82,0%	90,7%	85,2%

*Inclui receita do ano cobrada no ano, receita de anos anteriores cobrada no ano, e ainda saldo de gerência.

Observando o quadro supra conclui-se em relação a 2015:

- Os municípios, independentemente da sua dimensão, apresentaram um elevado nível de execução de receita corrente (média de 95,3%). Já o grau de execução de receita de capital foi bastante inferior, com uma média de 51,4%, mas, ainda assim, superior em 11,2 pp, à verificada em 2014.
 - Foram os municípios de menor dimensão que, na globalidade, apresentaram menor execução da receita corrente – menos 2,7 pp que a média do universo dos municípios e, foram os municípios de média dimensão que apresentaram menor execução das receitas de capital, com –8,4 pp que a média global das autarquias.
- Os Quadros 2.14.A, 2.14.B mostram o peso da receita de cada rubrica económica respetivamente na receita prevista e na receita cobrada em cada grupo de municípios revelando a importância que cada natureza de despesa reveste para cada grupo de municípios.

O Quadro 2.15 mostra o excedente orçado⁵² por rubrica económica permitindo concluir, por grupos de municípios, quais as receitas que preferencialmente foram inflacionadas, sendo que, como foi constatado em ponto anterior, em 2015 os municípios repudiaram, na sua maioria, o inflacionamento das receitas.

⁵² Diferença entre a receita orçada e a receita cobrada.

Quadro 2.14.A – Estrutura das Receitas Previstas para o ano de 2015, por grupos de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Total	
Impostos e taxas	302,6	13,5%	1016,6	29,3%	1450,8	47,3%	2769,9	31,5%
Rendimentos de propriedade	78,9	3,5%	122,9	3,5%	133,6	4,4%	335,4	3,8%
Transferências correntes	1004,7	44,7%	1015,4	29,2%	572,6	18,7%	2592,7	29,5%
Vendas de bens e serviços	205,0	9,1%	368,1	10,6%	344,5	11,2%	917,7	10,4%
Outras receitas correntes	61,6	2,7%	94,2	2,7%	68,7	2,2%	224,5	2,6%
Total de Receitas Correntes	1652,8	73,6%	2617,2	75,4%	2570,2	83,9%	6840,3	77,9%
Venda de bens de investimento	29,4	1,3%	47,0	1,4%	60,6	2,0%	137,1	1,6%
Transferências de capital	392,2	17,5%	410,7	11,8%	158,5	5,2%	961,4	10,9%
Ativos financeiros	0,8	0,0%	7,8	0,2%	24,1	0,8%	32,6	0,4%
Passivos financeiros	116,2	5,2%	350,1	10,1%	215,7	7,0%	682,0	7,8%
Outras receitas de capital	53,9	2,4%	38,6	1,1%	24,4	0,8%	116,9	1,3%
Total de Receitas de Capital	592,5	26,4%	854,2	24,6%	483,3	15,8%	1930,0	22,0%
Reposições não abatidas aos pagamentos	0,7	0,0%	1,9	0,1%	11,1	0,4%	13,7	0,2%
Total de Receitas	2246,0	100%	3473,3	100%	3064,7	100%	8784,0	100%
Saldo da Gerência anterior	149,9		260,5		218,4		628,8	
Total	2395,9		3733,8		3283,1		9412,8	

Quadro 2.14.B – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2015, por grupos de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Total	
Impostos e taxas	300,8	16,1%	1053,5	36,8%	1522,1	54,5%	2876,4	38,3%
Rendimentos de propriedade	65,5	3,5%	101,0	3,5%	87,0	3,1%	253,5	3,4%
Transferências correntes	967,7	51,9%	967,9	33,8%	566,1	20,3%	2501,8	33,3%
Vendas de bens e serviços	180,4	9,7%	351,6	12,3%	277,6	9,9%	809,6	10,8%
Outras receitas correntes	14,7	0,8%	21,0	0,7%	39,4	1,4%	75,1	1,0%
Total de Receitas Correntes	1529,1	82,1%	2495,0	87,1%	2492,3	89,3%	6516,4	86,7%
Venda de bens de investimento	12,4	0,7%	14,2	0,5%	81,8	2,9%	108,4	1,4%
Transferências de capital	237,5	12,7%	263,1	9,2%	85,2	3,1%	585,8	7,8%
Ativos financeiros	0,4	0,0%	8,3	0,3%	2,8	0,1%	11,5	0,2%
Passivos financeiros	70,3	3,8%	75,3	2,6%	118,1	4,2%	263,7	3,5%
Outras receitas de capital	11,2	0,6%	6,2	0,2%	5,1	0,2%	22,5	0,3%
Total de Receitas de Capital	331,9	17,8%	367,1	12,8%	293,0	10,5%	991,9	13,2%
Reposições não abatidas aos pagamentos	2,2	0,1%	2,5	0,1%	5,4	0,2%	10,1	0,1%
Total de Receitas	1863,2	100%	2864,6	100%	2790,7	100%	7518,4	100%
Saldo da Gerência anterior	113,5		198,6		188,3		500,4	
Total	1976,7		3063,2		2978,9		8018,8	

Quadro 2.15 – Excedente das receitas previstas sobre a receita cobrada, no ano de 2015, por grupos de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Impostos e taxas	1,8	0,6%	-36,9	-3,6%	-71,3	-4,9%	-106,4	-3,8%
Rendimentos de propriedade	13,4	17,0%	21,9	17,8%	46,6	34,9%	81,9	24,4%
Transferências correntes	37,0	3,7%	47,5	4,7%	6,5	1,1%	91,0	3,5%
Vendas de bens e serviços	24,6	12,0%	16,5	4,5%	66,9	19,4%	108,0	11,8%
Outras receitas correntes	46,8	76,1%	73,2	77,7%	29,3	42,6%	149,3	66,5%
Total de Receitas Correntes	123,7	7,5%	122,2	4,7%	77,9	3,0%	323,8	4,7%
Venda de bens de investimento	17,0	57,8%	32,8	69,7%	-21,1	-34,8%	28,7	20,9%
Transferências de capital	154,7	39,4%	147,6	35,9%	73,3	46,2%	375,6	39,1%
Ativos financeiros	0,4	49,1%	-0,5	-6,6%	21,2	88,2%	21,1	64,6%
Passivos financeiros	45,9	39,5%	274,8	78,5%	97,7	45,3%	418,3	61,3%
Outras receitas de capital	42,7	79,2%	32,4	84,0%	19,3	79,3%	94,4	80,8%
Total de Receitas de Capital	260,6	44,0%	487,1	57,0%	190,3	39,4%	938,1	48,6%
Reposições não abatidas aos pagamentos	-1,6	-233,6%	-0,6	-29,0%	5,7	51,5%	3,6	26,4%
Total de Receitas	382,8	17,0%	608,8	17,5%	274,0	8,9%	1265,5	14,4%
Saldo da Gerência anterior	36,4		61,9		30,1		128,5	
Total	415,0		674,9		304,1		1394,0	

Antes de se apresentar algumas reflexões suscitadas pelos três quadros anteriores convém recordar que pelos critérios adotados neste anuário da classificação dos municípios em grupos com homólogos resulta:

- 24 Municípios de Grande Dimensão (7,8% dos municípios)
- 99 Municípios de média dimensão (32,1% dos municípios)
- 185 Municípios de pequena dimensão (60,1% dos municípios)
- Analisando os dados constantes dos quadros, verifica-se que da receita total autárquica, em 2015:
 - Os 24 maiores municípios obtiveram 37,1%
 - Os 99 municípios de média dimensão obtiveram 38,1%.
 - E os 185 municípios de pequena dimensão obtiveram 24,8%.

Analisando o quadro que apresenta a estrutura da receita cobrada, conclui-se:

- A principal receita dos municípios de pequena dimensão foram⁵³

⁵³ Quase se pode afirmar que são a principal receita dos municípios de pequena dimensão, face à constância do peso das transferências ao longo dos anos em que se foram realizando este anuário.

as transferências correntes e de capital que, no seu conjunto, representaram em 2015, 65% da receita cobrada. Para estes municípios a receita fiscal representou, apenas, 16,1% do valor total arrecadado.

- Embora para os municípios de média dimensão, o conjunto das transferências tenha representado o maior volume de receita arrecadada (43%), o volume de impostos foi já muito representativo contribuindo para 36,8% das cobranças efetuadas.
- Relativamente aos municípios de grande dimensão foram, indiscutivelmente, as receitas resultantes da coleta de impostos que mais contribuem para a receita cobrada ao representarem 54,5% da mesma. Logo a seguir, foi o montante global das transferências que apresentou maior peso na receita total, representando 23% da mesma.
- Tanto no conjunto dos municípios de pequena dimensão como nos de média dimensão, o volume de empréstimos bancários utilizados esteve sensivelmente ao nível da receita de rendimentos de propriedade.
- A Venda de Bens e Serviços correntes teve maior representati-

dade nos municípios de média dimensão ao contribuir para a receita total em 12,3% do valor da mesma⁵⁴. O peso desta receita nos municípios de pequena dimensão e de grande dimensão foi sensivelmente o mesmo: 9,7% no primeiro caso e 9,9% no segundo.

Analisando o quadro de excedente orçamental da receita orçada, conclui-se, ainda:

- O excesso de orçamentação do setor autárquico no montante de 1,3 mil milhões de euros resultou em 48,1% do valor do inflacionamento das contas dos municípios de média dimensão e em 21,7% (cerca de 279 milhões de euros) do inflacionamento dos orçamentos dos grandes municípios. O total dos municípios de pequena dimensão contribuíram para o inflacionamento da receita autárquica em 30,2% do seu valor.
- Nos municípios de pequena dimensão a rubrica orçamental mais inflacionada foi a das transferências de capital (+155 milhões de euros que o previsto)⁵⁵.
- Nos municípios de média dimensão as receitas mais inflacionadas foram os passivos financeiros (+275 milhões de euros) e as transferências de capital (+150 milhões de euros).
- Em relação aos municípios de grande dimensão verifica-se que foi o conjunto das receitas de capital que apresentou maior inflacionamento (+190 milhões de euros), destacando-se, contudo, os passivos financeiros e as transferências de capital, como rubricas sobre dotadas.

⁵⁴ Não tem sido avaliado no Anuário, por falta de informação homóloga, situação que se prevê seja ultrapassada com a implementação do SNC-AP, o impacto das receitas transferidas das autarquias para as empresas municipais ou para empresas afins, com a transferência de competências ou concessão das mesmas na área de prestação e serviços, não se pode concluir sobre o volume total de receita produzida pela oferta de serviços garantidos pelo município, independentemente da forma organizacional como os executa.

⁵⁵ A fragilidade dos orçamentos dos municípios de pequena dimensão reside essencialmente no excesso de estimativa das transferências de capital e dos passivos financeiros.

2.2.2.3. Evolução do nível de inflacionamento da receita por natureza económica

Apesar de já se ter referido que desde 2014 os municípios estão a alterar profundamente a sua política de orçamentação, fazendo baixar de forma drástica as dotações orçamentais, não se pode deixar de mostrar esse esforço plasmado no Quadro 2.16, por grandes grupos de classificação económica, ao verificar-se o baixo montante de excedente de receita prevista em relação à receita cobrada⁵⁶ em 2015.

A análise do Quadro 2.16 deverá ser complementada com a observação do quadro subsequente, Quadro 2.17 que revela os montantes de dotações orçamentais não compromissadas (excedentes orçamentais) nos últimos cinco anos, revelando a mudança de política orçamental já várias vezes perçecionada em parágrafos anteriores.

⁵⁶ Excedente este que, pela persistência e volume mantidos ao longo dos anos, acabou por se transformar num problema estrutural da gestão municipal, originando, em muitos municípios, uma situação de desequilíbrio financeiro permanente ou de rutura financeira, dado que foram sendo comprometidas despesas sempre tendo por base a receita prevista superior à efetivamente executada.

Quadro 2.16 – Nível de inflacionamento da Receita Cobrada

Unidade: milhões de euros

Receitas	Previsão (a)		Execução (b)		Receitas inflacionadas	
	2015	%	2015	%	Valor (a-b)	(a-b)/a (%)
Impostos e taxas	2 769,9	31,5%	2 876,4	38,3%	-106,4	-3,8%
Rendimentos de propriedade	335,4	3,8%	253,5	3,4%	81,9	24,4%
Transferências correntes	2 592,7	29,5%	2 501,8	33,3%	91,0	3,5%
Vendas de bens e serviços	917,7	10,4%	809,6	10,8%	108,0	11,8%
Outras receitas correntes	224,5	2,6%	75,1	1,0%	149,3	66,5%
Venda de bens duradouros	137,1	1,6%	108,4	1,4%	28,7	20,9%
Transferências de capital	961,4	10,9%	585,8	7,8%	375,6	39,1%
Ativos financeiros	32,6	0,4%	11,5	0,2%	21,1	64,6%
Passivos financeiros	682,0	7,8%	263,7	3,5%	418,3	61,3%
Outras receitas de capital	116,9	1,3%	22,5	0,3%	94,4	80,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	13,7	0,2%	10,1	0,1%	3,6	26,4%
Total	8 784,0	100%	7 518,4	100%	1 265,5	14,4%

Quadro 2.17 – Evolução dos montantes de excedente orçamental (valores inflacionados) em relação às receitas cobradas.

Unidade: milhões de euros

Receitas	Excedente da previsão em relação à cobrança									
	2011		2012		2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos e taxas	318,5	11,4%	285,5	10,5%	202,9	7,6%	-102,2	-3,9%	-106,4	-3,8%
Rendimentos de propriedade	207,8	44,5%	239,6	47,4%	102,4	29,0%	66,7	19,7%	81,9	24,4%
Transferências correntes	256,7	10,7%	241,2	10,4%	105,6	4,2%	104,8	4,2%	91,0	3,5%
Vendas de bens e serviços	219,7	23,8%	235,8	24,2%	136,6	15,4%	151,1	16,7%	108,0	11,8%
Outras receitas correntes	139,4	69,2%	92,2	59,8%	80,3	56,3%	101,0	61,6%	149,3	66,5%
Venda de bens duradouros	1621,3	95,1%	1240,4	94,7%	808,9	93,9%	649,7	88,9%	28,7	20,9%
Transferências de capital	1534,8	50,2%	1306,3	46,3%	894,0	47,8%	580,5	49,0%	375,6	39,1%
Ativos financeiros	48,6	77,6%	125,2	87,0%	118,0	88,2%	7,7	60,4%	21,1	64,6%
Passivos financeiros	422,9	47,1%	433,1	66,3%	543,4	41,2%	361,4	47,9%	418,3	61,3%
Outras receitas de capital	61,7	77,6%	-217,4	-297,9%	50,3	61,2%	59,3	66,6%	94,4	80,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	-7,2	-122,2%	8,9	50,0%	6,3	31,7%	6,8	43,6%	3,6	26,4%
Total	4 824,1	38,3%	3 990,8	34,2%	3 048,8	28,2%	1 986,8	21,3%	1 265,5	14,4%

Com a observação dos quadros anteriores pretende-se realçar os aspetos que mais mudaram em política de orçamentação nos últimos oito anos, já que a implementação do novo sistema de contabilidade a partir de 2017⁵⁷, com a exigência de orçamentos plurianuais ao nível da receita e da despesa, com as orçamentações desta última sustentada em análises de custos funcionais e a orçamentação da receita em demonstrações financeiras de origem de fundos, tornará materialmente impraticável a manutenção de orçamentos sobredotados.

Todavia, nesta matéria, pretende-se relevar alguns aspetos do atual estado de controlo e gestão económica – financeira das autarquias, pois é da atual contabilização e recentes opções financeiras que se está a prestar informação.

- Considerando mais o volume de receita não executada nas diferentes rubricas económicas e, menos o peso do mesmo no valor orçado, não se pode deixar de anotar que a Venda de Bens Duradouros Transferências de Capital e Passivos Financeiros foram liderando as dotações sobreavaliadas, nos últimos dez anos⁵⁸.
- Todavia, face ao esforço de deflacionamento das receitas desenvolvido pela maior parte dos municípios, verificou-se que o valor do montante inflacionado de bens duradouros e de transferências de capital, entre 2011 e 2015, baixou 87,2%. Por outro lado, em 2015, o peso do excedente orçamental destas duas rubricas no total orçado, foi respetivamente de 20,9% e de 39,1% quando as médias homólogas, entre 2011 e 2014, tinham sido de 93,2% e de 48,3%.
- Só em 2014 o nível de inflacionamento da receita corrente, em relação à receita prevista, se reduziu drasticamente passando para a percentagem quase insignificante de 5,2%. Esta tendência consolidou-se em 2015, passando a média geral de inflação das dotações orçamentais para, o índice ainda mais baixo, de 5% – situação indutora da diminuição da dívida comercial.

⁵⁷ SNC-AP

⁵⁸ Também a prática constante da sobre orçamentação de algumas rubricas correntes no período anterior a 2014, nomeadamente, rendimentos de propriedade, outras receitas correntes e venda de bens e serviços, tornou relevante, em termos absolutos, o somatório dos respetivos excedentes orçamentais, como factor indutor de assunção de despesa para a qual as autarquias nunca viriam a ter cobertura financeira

2.2.2.4. Impacto dos Impostos Municipais na Receita Municipal

Face ao forte impacto na receita municipal do valor dos impostos municipais, continua a dedicar-se um ponto deste Anuário à análise mais detalhada destas receitas, desagregando-as de acordo com a sua origem e por grupos de municípios.

O Ranking R7 hierarquiza os 35 municípios que, em 2015, apresentaram maior peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças na receita total cobrada.

R7 – Municípios, que em 2015, apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas, na receita total cobrada⁵⁹

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 Cascais	G	66,9%	71,5%	71,3%	61,3%	61,1%	57,9%	57,4%	70,1%	75,7%	81,2%
2 Loulé	M	63,4%	74,2%	67,3%	55,0%	54,1%	55,8%	55,2%	51,6%	68,7%	67,7%
3 Portimão	M	60,4%	68,8%	56,1%	47,0%	51,8%	54,8%	60,2%	64,3%	67,2%	64,9%
4 Oeiras	G	65,8%	69,1%	61,2%	69,3%	66,5%	66,0%	61,6%	67,7%	67,7%	62,9%
5 Seixal	G	55,1%	63,6%	53,6%	53,8%	62,0%	56,4%	63,1%	63,7%	43,2%	62,3%
6 Porto Santo	P	26,0%	28,5%	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%
7 Albufeira	M	60,4%	67,0%	63,7%	49,2%	47,8%	48,8%	46,3%	43,6%	52,6%	60,3%
8 Sintra	G	64,8%	59,7%	61,3%	55,6%	43,6%	54,7%	50,8%	53,5%	56,7%	59,8%
9 Coimbra	G	47,1%	44,6%	47,6%	45,0%	48,7%	45,5%	43,9%	49,7%	57,8%	58,8%
10 Lisboa	G	59,2%	69,2%	69,8%	57,2%	68,5%	63,4%	42,0%	52,8%	58,5%	58,8%
11 Porto	G	54,4%	59,8%	60,9%	51,4%	55,2%	54,2%	56,9%	51,6%	61,9%	58,7%
12 Lagos	M	55,9%	57,3%	61,3%	40,4%	44,5%	50,5%	54,3%	42,2%	58,5%	57,9%
13 Faro	M	48,2%	53,4%	45,6%	39,6%	51,7%	45,0%	53,0%	51,6%	38,1%	57,1%
14 Lagoa (Algarve)	M	53,0%	57,7%	54,8%	49,4%	51,5%	53,5%	52,6%	41,3%	50,7%	55,7%
15 Vila Nova de Gaia	G	49,2%	39,6%	41,2%	40,4%	51,1%	44,6%	46,3%	43,4%	49,8%	54,8%
16 Palmela	M	60,4%	61,6%	59,1%	43,2%	46,4%	48,6%	45,5%	48,9%	55,6%	54,7%
17 Alcochete	P	49,5%	52,7%	53,9%	39,0%	48,9%	35,8%	37,5%	44,4%	46,6%	54,5%
18 Almada	G	58,0%	56,2%	54,6%	51,0%	45,7%	49,4%	52,1%	51,7%	55,7%	53,8%
19 Mafra	M	50,8%	59,3%	58,2%	41,5%	41,7%	44,9%	45,1%	42,4%	51,4%	53,6%
20 Vila do Conde	M	43,7%	48,0%	44,6%	36,7%	36,0%	42,8%	37,8%	25,1%	50,4%	52,6%
21 Odivelas	G	62,8%	58,0%	57,0%	55,6%	49,8%	51,8%	48,4%	53,2%	49,5%	52,2%
22 Setúbal	G	50,4%	56,1%	56,8%	51,8%	48,8%	45,9%	46,1%	52,6%	58,8%	52,0%
23 Aveiro	M	48,8%	51,4%	28,6%	32,5%	43,2%	53,2%	48,4%	48,8%	46,5%	51,9%
24 Tavira	M	55,4%	58,7%	51,8%	35,7%	50,1%	40,7%	47,5%	45,5%	51,3%	51,9%
25 Matosinhos	G	58,6%	66,6%	52,2%	44,7%	46,2%	40,5%	43,8%	47,7%	50,3%	51,7%
26 Maia	G	62,0%	54,4%	58,4%	53,6%	56,0%	57,9%	62,2%	61,2%	59,9%	51,6%
27 VR Santo António	P	40,0%	40,7%	27,7%	26,3%	17,4%	33,1%	41,4%	48,1%	13,4%	50,9%
28 Leiria	G	47,1%	52,7%	40,0%	39,1%	44,1%	43,7%	44,6%	46,8%	50,0%	50,4%
29 Montijo	M	58,7%	58,7%	59,7%	42,2%	47,7%	47,9%	50,1%	48,5%	49,6%	49,1%
30 Sesimbra	M	51,7%	56,8%	50,1%	47,4%	48,7%	41,8%	36,5%	33,0%	45,1%	48,1%
31 Barreiro	M	41,9%	46,5%	41,4%	43,5%	46,4%	46,4%	46,7%	34,8%	49,0%	47,9%
32 Loures	G	61,3%	62,6%	58,8%	43,5%	53,1%	48,4%	44,6%	45,4%	48,5%	47,9%
33 Valongo	M	46,2%	48,7%	48,8%	35,5%	35,9%	41,7%	45,9%	28,1%	47,5%	47,9%
34 Funchal	G	35,3%	34,5%	35,4%	37,5%	38,9%	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%
35 Benavente	M	42,9%	47,0%	52,6%	40,9%	45,1%	39,9%	39,2%	46,5%	46,4%	47,3%

⁵⁹ Há um conjunto que, embora constem do Ranking R5 como municípios com maior volume de receita cobrada, não constam deste Ranking, o que se deve ao facto das suas receitas estarem dependentes da receita dos impostos em menos de 47,3%.

- Do ranking anterior há que anotar para o município de Cascais o aumento de peso manifestamente excecional da coleta de impostos, em 2015 (com um aumento cumulativo da receita de IMI em +2,2 M€ e de IMT em +8,7 M€).
- Outra observação que merece reparo em relação ao ranking anterior é a de que o município de Oeiras tem mantido, desde 2008, elevados índices de coleta de impostos em relação à sua receita total (tem-se mantido sempre acima dos 60%).
- De igual modo, o município de Portimão desde 2012 apresenta aumento do peso da coleta de impostos no total da receita arrecadada (mais de 60%) distanciando-se positivamente da situação dos restantes grandes municípios. O município de Loulé acompanha Portimão no crescimento do peso desta receita desde 2014, com um crescimento súbito de +17,1pp, nesse ano.
- Verifica-se que, em 2015 aumentou para 28 o número de municípios cujas receitas fiscais (mais seis municípios que em 2014 e mais dezoito que em 2013) ultrapassaram o peso de 50% nas receitas totais.

Os quadros seguintes mostram para nas Regiões Autónomas o peso da coleta dos impostos na restante receita autárquica. A listagem R7-A refere-se aos municípios Açorianos e a lista R7 M, aos municípios Madeirenses.

- Em relação aos municípios açorianos verifica-se que a receita municipal, na sua generalidade depende muito pouco das receitas de impostos, pois o peso destes só no município de Ponta Delgada se aproxima do índice nacional. O peso da receita de impostos em todos os restantes municípios desta região ficou bastante aquém do peso médio nacional.
- Relativamente à Madeira há um município cujo valor de impostos ultrapassa o peso dos 60% no total da receita arrecadada. Trata-se do município de Porto Santo, sendo que o município de Funchal aumentou bastante esta representatividade a partir de 2013 passando do nível de 26,5%, para 42,6% em 2014 e para 47,6% em 2015.

R7.A – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas provenientes de impostos e taxas nos Municípios da R.A. dos Açores, em 2015

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 Ponta Delgada	M	36,0%	37,4%	29,1%	32,5%	36,4%	38,2%	33,4%	38,0%	37,9%	38,3%
2 Vila Franca do Campo	P	16,5%	14,0%	11,9%	17,3%	13,8%	5,8%	5,8%	17,7%	21,5%	21,9%
3 Horta	P	12,1%	18,1%	17,5%	13,4%	15,1%	16,4%	17,7%	17,4%	18,2%	21,2%
4 Angra do Heroísmo	M	17,1%	15,4%	17,7%	16,7%	15,2%	15,0%	21,1%	19,2%	21,7%	20,7%
5 Praia da Vitória	M	12,1%	11,7%	9,2%	8,8%	6,8%	11,8%	12,7%	15,4%	22,0%	20,5%
6 Lagoa (R.A.A)	P	23,6%	27,6%	13,0%	14,5%	15,9%	12,1%	15,1%	19,1%	18,7%	19,5%
7 Ribeira Grande	M	9,2%	14,1%	10,0%	7,8%	9,3%	11,8%	9,0%	16,3%	16,7%	16,6%
8 Santa Cruz da Graciosa	P	7,0%	5,7%	6,1%	5,9%	5,6%	6,7%	5,5%	10,3%	11,6%	15,3%
9 Vila do Porto	P	5,4%	6,6%	8,9%	5,4%	6,3%	8,3%	7,6%	12,2%	11,8%	13,0%
10 Nordeste	P	2,2%	3,0%	4,7%	3,6%	3,5%	4,9%	4,6%	2,6%	6,9%	13,0%
11 Madalena	P	5,4%	5,7%	5,2%	5,3%	7,6%	8,1%	8,7%	9,4%	10,2%	11,8%
12 Povoação	P	4,9%	7,0%	9,8%	8,2%	5,7%	5,7%	8,7%	11,9%	10,9%	11,7%
13 São Roque do Pico	P	4,6%	6,1%	5,9%	4,6%	3,9%	4,6%	7,4%	10,3%	12,5%	10,6%
14 Calheta (R.A.A.)	P	3,5%	3,2%	4,7%	2,0%	5,6%	5,7%	7,2%	10,7%	11,4%	10,6%
15 Velas	P	5,3%	6,9%	5,5%	5,8%	5,9%	7,2%	6,3%	9,5%	9,3%	10,5%
16 Lajes do Pico	P	2,6%	3,7%	2,9%	4,9%	1,4%	5,5%	4,0%	3,9%	6,4%	8,4%
17 Santa Cruz das Flores	P	2,0%	3,4%	5,3%	4,8%	5,3%	5,2%	6,0%	5,7%	5,4%	6,7%
18 Lajes das Flores	P	1,5%	1,6%	1,7%	1,2%	1,3%	2,8%	2,0%	2,9%	2,8%	5,4%
19 Corvo	P	0,3%	1,1%	0,8%	0,6%	0,8%	0,5%	0,6%	1,2%	1,3%	1,4%

R7.M – Peso, em relação à receita total cobrada, de receitas provenientes de impostos e taxas nos Municípios da R.A. da Madeira, em 2015

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1	Porto Santo	P	26,0%	28,5%	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%
2	Funchal	G	35,3%	34,5%	35,4%	37,5%	38,9%	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%
3	Santa Cruz	M	26,3%	31,1%	20,3%	31,6%	29,9%	32,6%	37,1%	36,2%	20,9%	38,7%
4	Câmara de Lobos	M	14,3%	16,3%	15,4%	17,8%	19,1%	18,9%	22,6%	12,3%	19,2%	25,5%
5	Machico	M	16,4%	17,4%	13,5%	19,9%	19,8%	16,6%	25,8%	25,9%	13,9%	23,4%
6	Ribeira Brava	P	9,2%	6,1%	7,9%	6,4%	12,6%	11,5%	14,2%	14,6%	15,0%	21,9%
7	Ponta do Sol	P	8,6%	12,4%	10,2%	13,3%	17,8%	15,1%	19,6%	15,7%	21,0%	16,7%
8	Calheta (R.A.M.)	P	11,8%	18,7%	12,5%	15,8%	13,0%	13,1%	13,7%	11,3%	16,0%	16,4%
9	Santana	P	4,8%	5,4%	9,0%	4,5%	9,1%	8,0%	11,5%	10,3%	11,1%	12,5%
10	São Vicente	P	4,2%	6,6%	5,2%	4,2%	8,2%	8,3%	7,5%	12,1%	13,4%	12,4%
11	Porto Moniz	P	3,8%	5,7%	4,1%	3,0%	2,8%	3,3%	4,6%	4,9%	7,7%	7,8%

Face ao peso que nas receitas autárquicas é imputável aos impostos diretos, apresenta-se no Quadro 2.18 a evolução da cobrança de cada uma das suas componentes entre 2006 e 2015.

Quadro 2.18 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2015

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Variaç. 14–15 %	Variaç. 06–15 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	856,0	973,8	1081,6	1049,9	1108,4	1167,9	1229,2	1297,3	1467,1	1533,2	4,5%	62,6%
IMT (Imposto Municipal s/ trans. onerosas Imóv.)	649,0	881,2	763,4	610,0	616,1	501,5	385,9	379,3	487,7	583,0	19,5%	-8,6%
IUC (Imposto Único de Circulação)	132,4	138,1	139,0	160,8	170,2	183,8	207,9	258,5	248,5	240,5	-3,2%	77,8%
Derrama	281,6	312,7	250,5	320,1	267,9	251,7	261,2	205,7	212,3	208,4	-1,8%	-29,2%
Impostos abolidos	138,7	91,8	40,4	23,2	13,5	7,3	3,4	3,2	8,1	0,8	-90,2%	-341,2%
Impostos diretos diversos	1,7	2,6	3,8	3,9	1,7	1,1	0,7	0,5	0,6	0,1	-77,6%	-40,5%
Total Impostos diretos	2 059,3	2 400,3	2 278,8	2 167,9	2 177,8	2 113,2	2 088,3	2 144,5	2 424,2	2 566,0	5,8%	22,2%
IMT/ IMI	75,8%	90,5%	70,6%	58,1%	55,6%	42,9%	31,4%	29,2%	33,2%	38,0%		
IMI / Total Impostos Diretos	41,6%	40,6%	47,5%	48,4%	50,9%	55,3%	58,9%	60,5%	60,5%	59,7%		
IMT / Total Impostos Diretos	31,5%	36,7%	33,5%	28,1%	28,3%	23,7%	18,5%	17,7%	20,1%	22,7%		
(IUC + IMT + Derrama + outros) / Total Imp. Diretos	58,4%	59,4%	52,5%	51,6%	49,1%	44,7%	41,1%	39,5%	39,5%	40,3%		

No Quadro 2.19 apresenta-se, apenas para o ano de 2015 o peso destas componentes no total da receita fiscal para cada grupo de municípios.

Quadro 2.19 – Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2015

Impostos cobrados	Pequenos	Médios	Grandes	Total
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	67,4%	66,6%	53,4%	59,7%
IUC (Imposto Único de Circulação)	11,9%	9,7%	8,7%	9,4%
IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)	16,4%	18,0%	27,3%	22,7%
Derrama	4,3%	5,6%	10,6%	8,1%
Total	100%	100%	100%	100%

Da observação dos quadros antecedentes confirma-se:

- Em 2015, o peso da receita proveniente do IMI no conjunto das receitas fiscais, tanto nos pequenos como nos municípios de média dimensão ultrapassou os 65%, distanciando-se significativamente da restante receita fiscal. Embora o peso do IMI no total da receita fiscal tivesse sido inferior nos municípios de grande dimensão, ainda assim representou mais de metade da mesma (53,4%).
- Conjugando a informação do quadro 2.19 com a informação apresentada no quadro 2.18, verifica-se que o valor do IMI cresceu 62,6%, entre 2006 e 2015, tendo mantido ao longo dos últimos dez anos um permanente aumento de coleta.
- Embora o volume de IMT tenha baixado 8,6% entre 2006 e 2015, certo é que ainda é uma receita relevante para os municípios, nomeadamente para os municípios de grande dimensão ao representar, em média em 2015, 22,7% do montante de impostos diretos cobrados.
- Assim, estando previsto por lei a extinção do IMT já em 2017, face ao peso desta receita no total dos impostos arrecadados, os municípios carecerão de ser compensados por aquela futura perda de receita, através de formas alternativas de cobrança ou de repartição de impostos estaduais.
- No que se refere à coleta do IUC e da Derrama, poder-se-á dizer que houve uma inversão de peso destas receitas no total da recei-

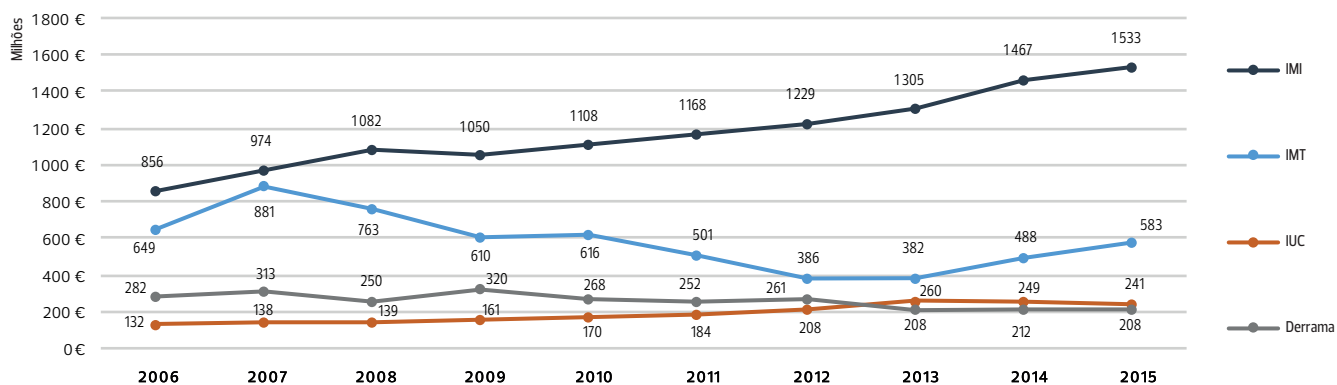
ta fiscal desde 2013. Embora ambas as receitas sejam de montantes muito próximos a Derrama até 2013, apresentou sempre maior valor de coleta. Ora a partir daquele ano, a cobrança global do IUC passou a ser superior à cobrança total da Derrama. Verificou-se, pois, que entre 2006 e 2015 o valor da Derrama baixou 29,2% enquanto o montante de IUC cresceu 77,8%.

· Observando-se a distribuição da receita do IUC e da Derrama pelos três grupos de municípios, constata-se que o IUC tem tido maior peso nas receitas dos pequenos municípios, que beneficiaram com o crescimento desta coleta e que o valor da Derrama tem tido mais significado para os municípios de grande dimensão, representando para estes, em 2015, 10,6% da receita fiscal, enquanto neste mesmo ano, para os restantes municípios esse peso foi de 4,3% nos de pequena dimensão e de 5,6% nos de média dimensão.

a) IMI

A importância da receita dos Impostos Diretos leva a que se apresente também o Gráfico 2.04 que permitirá uma melhor perceção da evolução destas receitas. O traçado das linhas deste gráfico ilustra bem o crescimento do IMI, a descida acentuada do IMT entre 2007 e 2013 e a sua ligeira recuperação a partir de 2014 com prosseguimento da tendência em 2015, o aumento do IUC e a sua quase estagnação desde 2014 e descida em 2015, bem como as diferentes flutuações da Derrama e a sua descida em 2014 e 2015.

Gráfico 2.04 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2015



Relativamente às Regiões Autónomas a evolução das receitas fiscais apresentou, com exceção do IMI, tendências diversas às verificadas no Continente e mesmo, entre as duas regiões. Situações ilustradas nos Gráficos 2.04.A e 2.04.M.

Gráfico 2.04.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. dos Açores entre 2006 e 2015

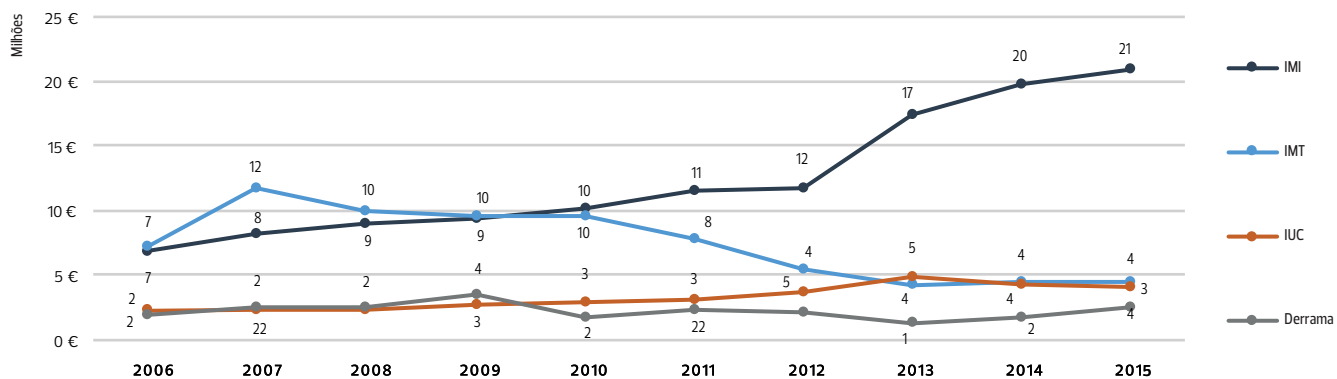
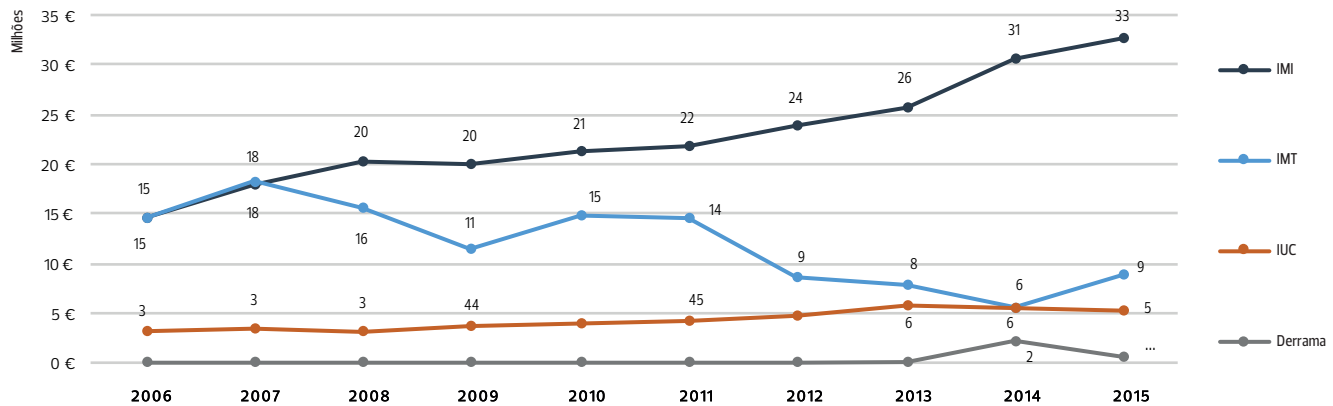


Gráfico 2.04.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da R.A. da Madeira entre 2006 e 2015



Da observação dos gráficos anteriores pode-se concluir em relação ao ano económico de 2015:

- O montante de IMI em ambas as regiões continuou a crescer embora a um ritmo inferior ao de 2013 e 2014.
- A coleta de IMT voltou a crescer em ambas as regiões, mas muito mais significativamente na Região da Madeira, pois a subida verificada no conjunto dos municípios dos Açores é muito pouco significativa.
- Quanto à Derrama, o seu valor voltou a descer na Região da Madeira depois duma ligeira subida verificada em 2014 e nos Açores continuou a crescer significativamente.
- A receita do IUC manteve-se estável tanto na Madeira como nos Açores.
- Face ao peso do IMI nas receitas municipais apresentam-se no Ranking R8 os 35 municípios com maior volume desta receita em 2015, apresentando-se, para cada caso, o peso do IMI na receita total do município e a taxa de variação desta coleta de 2014 para 2015.

R8 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI										IMI / Rec. total	Δ 14-15 %
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1 Lisboa	G	74 998 512	84 471 307	99 780 693	101 507 452	104 660 321	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	16,3%	4,1%
2 Sintra	G	35 596 888	41 813 989	41 908 666	42 979 344	46 697 127	48 442 202	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	34,1%	3,2%
3 Cascais	G	29 991 344	37 080 483	42 006 657	35 104 226	41 138 667	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	34,3%	4,5%
4 Vila Nova Gaia	G	25 027 617	29 848 046	33 354 344	30 837 957	32 702 835	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	35,6%	2,8%
5 Porto	G	34 211 954	39 402 947	45 153 973	39 763 922	42 691 507	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	25,8%	0,1%
6 Loulé	M	21 193 553	26 725 736	25 098 993	25 445 391	26 498 629	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	33,2%	-1,2%
7 Oeiras	G	22 673 504	24 905 226	27 118 813	26 740 266	28 118 775	30 015 085	31 671 424	28 376 284	31 207 701	32 016 641	26,8%	2,6%
8 Almada	G	16 550 376	19 282 318	21 388 159	22 255 714	24 163 983	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	37,3%	3,6%
9 Albufeira	M	14 115 223	17 271 507	18 368 852	19 821 059	18 377 385	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	34,6%	8,8%
10 Matosinhos	G	17 664 917	19 865 251	21 330 894	20 670 614	22 299 327	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	27,2%	15,7%
11 Loures	G	19 263 473	22 812 998	27 011 369	23 926 445	26 084 067	27 064 278	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	27,6%	2,7%
12 Coimbra	G	14 928 200	17 281 809	19 382 156	20 774 716	22 261 426	24 377 807	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	35,4%	-5,8%
13 Seixal	G	12 404 114	14 766 441	16 908 105	17 297 807	18 454 661	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	33,5%	8,3%
14 Setúbal	G	10 993 216	12 961 735	15 030 680	14 314 476	14 194 649	15 639 409	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	31,1%	3,5%
15 Portimão	M	12 898 645	14 595 396	16 111 331	13 889 328	14 069 339	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	47,3%	5,6%
16 Amadora	G	15 466 436	16 847 740	19 173 866	17 815 107	19 296 332	19 549 027	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	29,2%	13,8%
17 Braga	G	14 501 986	16 174 167	17 637 509	17 462 569	18 490 034	19 724 557	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	25,7%	2,5%
18 Maia	G	14 266 919	16 006 038	17 823 969	16 375 193	17 978 038	19 105 995	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	28,5%	1,6%
19 Odivelas	G	12 782 944	14 079 437	16 798 420	16 444 871	16 942 149	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	30,5%	7,0%
20 Leiria	G	9 447 565	10 917 679	12 257 886	11 885 242	11 968 815	12 961 418	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	30,6%	4,4%
21 Guimarães	G	10 609 519	12 312 726	13 342 821	12 986 916	14 131 554	15 600 068	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	22,6%	4,1%
22 Mafra	M	7 098 329	8 500 401	9 464 422	8 903 078	9 775 602	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	34,3%	17,1%
23 Funchal	G	9 110 500	11 103 568	11 930 012	11 901 406	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	25,5%	6,5%
24 Aveiro	M	7 697 879	8 074 478	9 162 457	8 417 520	8 774 438	9 704 525	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	33,2%	38,8%
25 S. Maria Feira	G	10 022 368	11 124 459	12 338 471	11 341 176	12 137 580	12 975 905	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	28,6%	2,2%
26 Vila do Conde	M	7 024 103	7 806 127	8 685 138	7 911 404	8 247 618	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	33,8%	7,5%
27 VNFamalicão	G	7 485 939	8 090 506	8 779 145	9 773 569	10 391 139	11 042 787	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	20,2%	4,9%
28 VF Xira	G	11 387 472	12 830 646	15 198 327	13 864 731	14 441 375	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	26,5%	5,1%
29 Gondomar	G	12 482 202	12 844 386	14 462 936	13 777 143	14 783 110	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	22,3%	1,9%
30 Faro	M	6 446 158	6 771 047	7 639 697	8 298 354	8 635 287	9 934 121	10 273 009	9 958 005	13 213 650	13 993 742	36,9%	5,9%
31 Lagos	M	8 179 524	7 919 264	8 695 947	8 409 395	8 783 690	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	29,3%	4,1%
32 Torres Vedras	M	5 742 212	6 403 177	7 001 341	6 656 732	7 546 045	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	24,8%	8,5%
33 Sesimbra	M	6 451 527	7 079 562	7 886 539	8 006 951	8 488 929	8 877 510	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	31,8%	6,9%
34 Palmela	M	6 554 611	7 926 752	8 674 890	8 293 540	8 273 936	8 951 376	8 939 030	10 989 435	12 866 198	12 947 665	31,7%	0,6%
35 Viseu	M	6 650 440	7 037 624	9 931 426	9 162 907	8 770 272	10 068 514	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	26,5%	4,1%

Deste Ranking de 35 municípios com maior coleta de IMI, pode-se concluir para 2015:

- Em média, para este conjunto de municípios o valor do IMI representou 30,5% da receita total por eles auferida. Foi exceção Lisboa para quem o montante do IMI apenas representou, em 2016, 16,3% da receita total. Anote-se que há municípios, neste ranking, para os quais a receita do IMI representou um valor muito significativo dos recursos auferidos. Portimão e Faro, são municípios para os quais a coleta de IMI representou, respetivamente 47,3% e 36,9% da receita total. São, por isso, municípios com uma estrutura financeira excepcionalmente sensível à variação desta coleta.
- Em 2015, só dois municípios apresentaram descida de IMI: Loulé recebendo -1,2% e Coimbra com uma recolha de receita inferior em 5,8%, ao montante recebido no ano anterior.

- Em termos relativos, quatro municípios – Aveiro, Mafra, Matosinhos e Amadora – apresentaram um aumento significativo do valor do IMI com taxas de crescimento respetivamente de: +38,8% (+4,9 milhões de euros), +17,1% (+2,8 milhões de euros), +15,7% (+3,9 milhões de euros) e +13,8% (+2,7 milhões de euros).

- Para além dos municípios referidos no ponto anterior não se pode deixar de apontar municípios que apresentaram um aumento relevante de IMI, em termos absolutos, embora percentualmente não tivessem chegado ao aumento de 10%. Estiveram nesta situação os seguintes municípios: Lisboa com +4.6 milhões de euros, Albufeira com +2,4 milhões de euros, Cascais com +2,2 milhões de euros e Seixal com +2,1 milhões de euros.

As listagens R8.A e R8.M ilustram a variação da coleta do IMI nos municípios das Regiões Autónomas, entre 2006 e 2015

R8.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI										IMI / Rec. total	Δ 14-15 %	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015			
1	Ponta Delgada	M	2 874 042	3 700 949	4 112 068	4 206 673	4 927 407	5 264 034	5 281 957	6 678 746	7 089 651	7 094 669	21,4%	0,1%
2	Angra do Heroísmo	M	925 572	832 799	944 921	1 018 937	1 135 771	1 175 041	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	12,6%	5,0%
3	Ribeira Grande	M	432 625	629 227	648 335	659 479	648 194	805 658	872 283	1 536 470	1 838 000	1 933 246	9,5%	5,2%
4	Praia da Vitória	M	554 777	420 069	459 740	480 922	541 763	593 216	632 155	1 126 690	1 354 210	1 457 394	12,6%	7,6%
5	V. Franca do Campo	P	240 427	337 012	383 788	380 296	345 579	591 916	652 178	1 080 781	1 178 963	1 425 647	15,5%	20,9%
6	Horta	P	510 622	604 843	693 674	677 393	726 792	785 477	831 749	1 059 428	1 201 277	1 272 170	12,2%	5,9%
7	Lagoa (R.A.A.)	P	579 389	639 524	593 318	614 868	718 196	715 574	734 137	952 076	1 154 929	1 259 824	12,7%	9,1%
8	Madalena	P	121 404	127 610	152 173	163 419	194 435	210 178	209 650	420 255	401 552	530 653	7,7%	32,2%
9	Nordeste	P	70 435	66 009	74 018	86 575	90 782	99 102	102 911	234 827	416 017	509 569	9,9%	22,5%
10	Povoação	P	111 290	124 885	137 553	171 261	153 583	174 595	188 659	387 278	465 266	494 323	8,3%	6,2%
11	Vila do Porto	P	79 500	120 657	152 253	194 030	133 705	175 040	203 598	330 576	422 255	454 294	8,4%	7,6%
12	Calheta (R.A.A.)	P	24 053	88 331	84 026	108 549	116 563	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	7,6%	6,2%
13	Sta. Cruz Graciosa	P	60 998	108 642	78 743	97 437	111 752	160 038	133 520	309 385	368 748	402 611	10,4%	9,2%
14	Lajes do Pico	P	47 944	55 831	59 288	66 663	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	6,2%	11,7%
15	Velas	P	125 710	142 634	132 348	145 268	113 964	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	5,4%	5,8%
16	São Roque do Pico	P	85 699	117 820	142 133	165 450	117 081	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	7,0%	5,9%
17	Sta. Cruz das Flores	P	40 091	39 942	43 992	48 591	51 256	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	4,4%	2,8%
18	Lajes das Flores	P	14 305	19 192	21 972	24 789	29 372	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	3,4%	2,2%
19	Corvo	P	3 132	5 715	6 505	6 286	6 320	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	0,8%	0,3%

R8.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI										IMI / Rec. total	Δ 14-15 %
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1 Funchal	G	9 110 500	11 103 568	11 930 012	11 901 406	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	25,5%	6,5%
2 Santa Cruz	M	1 598 054	1 968 374	2 613 469	2 524 286	2 595 435	2 916 293	3 273 161	3 277 296	4 111 432	4 558 287	22,5%	10,9%
3 Porto Santo	P	633 147	1 083 538	1 450 696	1 211 513	1 345 702	1 308 842	1 326 218	1 871 528	2 178 770	2 395 552	50,1%	9,9%
4 Câmara de Lobos	M	1 053 815	1 247 192	1 737 176	1 500 161	1 451 405	1 384 948	1 452 891	1 708 983	2 116 570	2 223 324	17,4%	5,0%
5 Machico	M	870 112	902 407	918 106	1 012 624	1 043 760	1 100 375	1 297 069	1 588 475	1 683 370	1 688 938	17,9%	0,3%
6 Calheta (R.A.M.)	P	356 371	366 999	420 040	487 130	541 547	610 863	628 146	809 514	986 771	1 021 061	8,6%	3,5%
7 Ribeira Brava	P	338 321	430 925	401 563	405 532	478 031	496 425	439 928	619 702	790 608	872 029	12,9%	10,3%
8 Ponta do Sol	P	229 993	287 739	379 063	325 099	515 757	417 630	430 641	455 784	645 174	700 794	9,9%	8,6%
9 Santana	P	198 561	256 556	276 673	295 088	327 635	315 233	393 046	435 626	520 927	537 129	8,6%	3,1%
10 São Vicente	P	134 656	162 022	184 411	175 855	182 912	208 132	239 631	360 921	473 985	486 038	8,0%	2,5%
11 Porto Moniz	P	48 389	51 011	48 757	65 058	68 407	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	5,4%	9,6%

A propósito da hierarquização dos municípios das regiões autónomas relativamente à coleta do IMI, refere-se:

A globalidade dos municípios dos Açores apresentou crescimento da receita do IMI. Contudo, há três municípios que apresentaram uma taxa de crescimento muito superior aos restantes: Madalena (+32,2%); Nordeste (+22,5%); Vila Franca do Campo (+20,9%) e Lages do Pico (+11,7%)

De igual modo a totalidade dos municípios da Madeira apresentaram aumento do montante do IMI sendo de realçar o crescimento igual ou superior a 10% dos municípios: Santa Cruz (+10,9%); da Ribeira Brava (+10,3%) e do Porto Santo (+9,9%).

Face ao reconhecimento do eventual impacto negativo na gestão financeira dos municípios a descida da coleta do IMI, apresenta-se uma listagem autónoma, ranking⁶⁰ R9 com a totalidade dos municípios que apresentaram esse decréscimo em 2015. Em 2015 estão nessa situação 44 municípios, quando em 2014 apenas 13 foram referenciados. Anota-se, contudo, que há valores de descida pouco significativa em relação ao volume total de receita arrecadada.

⁶⁰ A referência ranking, neste caso, admitimos que não seja a mais feliz, mas decimos manter a terminologia adotada em Anuários anteriores.

R9 – Municípios com diminuição de IMI em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI										Δ 14-15 (M€)	Δ 14-15 %
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1 Coimbra	G	14 928 200	17 281 809	19 382 156	20 774 716	22 261 426	24 377 807	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	-1708 278	-5,8%
2 Alcácer do Sal	P	804 308	948 335	907 271	928 919	995 656	1151 793	1094 028	1536 086	1938 334	1420 764	-517 570	-26,7%
3 Ourém	M	2 631 934	2 914 494	3 076 228	3 113 555	3 669 939	4 116 083	4 577 440	5 836 555	6 891 224	6 422 449	-468 775	-6,8%
4 Loulé	M	21 193 553	26 725 736	25 098 993	25 445 391	26 498 629	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	-434 116	-1,2%
5 Benavente	M	2 910 863	3 409 119	4 040 575	3 448 564	3 567 388	3 744 628	3 808 089	4 470 824	5 014 214	4 612 991	-401 223	-8,0%
6 Montalegre	P	656 853	675 952	806 037	733 390	679 683	803 472	786 677	904 947	1 316 815	1 053 653	-263 162	-20,0%
7 Batalha	P	852 388	913 095	1 156 362	1 087 880	1 166 842	1 210 342	1 327 287	1 604 502	2 007 102	1 761 398	-245 704	-12,2%
8 Mortágua	P	353 926	469 449	421 030	421 047	435 306	599 507	664 690	867 476	1 014 416	809 256	-205 160	-20,2%
9 Coruche	P	1 193 067	1 343 312	1 581 415	436 116	1 318 950	1 394 761	1 372 493	1 637 605	1 782 708	1 592 290	-190 418	-10,7%
10 Estarreja	M	14 309 900	14 569 680	15 918 760	15 329 240	18 598 840	18 398 860	18 467 750	24 407 463	27 466 110	25 604 450	-185 661	-6,8%
11 Armamar	P	331 111	328 631	299 649	349 312	348 565	448 563	428 476	559 201	671 467	534 617	-136 849	-20,4%
12 Esposende	M	2 033 985	2 322 841	2 537 868	2 768 805	2 951 284	3 249 967	3 405 369	3 991 998	4 639 368	4 515 450	-123 918	-2,7%
13 Aljustrel	P	302 504	354 193	356 944	395 167	440 533	471 381	471 703	660 352	760 853	645 778	-115 075	-15,1%
14 Alcobça	M	4 568 661	5 287 479	5 870 486	5 426 675	5 690 624	5 882 280	6 149 879	6 835 399	7 779 421	7 678 671	-100 750	-1,3%
15 Entroncamento	M	1 765 675	2 006 997	2 188 688	2 022 161	2 280 713	2 295 777	2 442 714	2 407 114	2 628 546	2 539 679	-88 867	-3,4%
16 R. Monsaraz	P	758 562	741 329	804 044	734 137	782 207	849 396	891 022	1 041 337	1 315 464	1 235 321	-80 143	-6,1%
17 Oleiros	P	138 002	182 586	184 563	216 888	188 980	198 049	205 977	349 963	466 430	391 189	-75 241	-16,1%
18 Lousada	M	1 995 033	2 305 083	2 488 964	2 334 523	2 353 121	2 508 050	2 608 205	2 644 481	2 908 220	2 836 680	-71 540	-2,5%
19 Montemor-o-Novo	P	894 633	932 974	1 026 352	1 030 753	1 029 050	1 105 990	1 151 397	1 216 161	1 234 385	1 173 012	-61 372	-5,0%
20 Pombal	M	2 843 148	3 533 897	3 771 930	4 203 556	4 151 466	4 371 930	4 526 822	5 791 943	6 523 803	6 467 984	-55 819	-0,9%
21 Sines	P	1 520 388	1 850 202	1 996 294	1 787 873	1 924 464	1 904 435	1 958 559	1 943 038	2 271 141	2 215 727	-55 414	-2,4%
22 Rio Maior	M	1 641 584	1 782 622	1 731 420	1 885 479	1 854 877	1 921 905	1 988 192	2 431 207	2 915 515	2 867 229	-48 286	-1,7%
23 Vila Viçosa	P	339 728	368 963	481 108	530 341	499 599	505 949	505 273	600 246	694 866	647 951	-46 915	-6,8%
24 Ribeira de Pena	P	165 416	170 269	197 304	179 945	196 378	220 722	236 204	345 852	597 951	552 762	-45 189	-7,6%
25 Melgaço	P	311 459	431 388	449 201	387 872	400 353	514 118	505 337	915 437	1 077 912	1 034 000	-43 912	-4,1%
26 Sever do Vouga	P	580 914	520 938	621 666	680 730	687 400	727 379	735 976	1 010 398	1 112 505	1 072 740	-39 765	-3,6%
27 Pampilhosa da Serra	P	136 513	162 340	176 277	204 018	205 477	228 426	229 569	373 477	423 411	391 567	-31 844	-7,5%
28 São João da Madeira	M	2 309 787	2 578 699	2 840 376	2 813 523	2 812 234	2 814 302	3 043 632	2 793 296	3 198 173	3 167 607	-30 566	-1,0%
29 Arganil	P	651 271	717 703	813 773	799 597	875 181	900 798	958 817	1 189 491	1 359 250	1 328 787	-30 463	-2,2%
30 Valença	P	1 130 807	866 474	884 043	921 577	960 505	1 016 504	1 385 998	1 373 963	1 579 179	1 558 987	-20 192	-1,3%
31 Gouveia	P	472 552	794 676	921 668	862 715	898 090	917 157	968 372	1 206 751	1 381 771	1 364 268	-17 503	-1,3%

Município	Dim.	IMI										Δ 14-15 (M€)	Δ 14-15 %	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015			
32	Oliveira do Bairro	M	1099 620	1297 503	1607 934	1924 745	2 030 818	2 105 722	2 429 446	2 664 422	2 946 223	2 932 537	-13 686	-0,5%
33	Bragança	M	2 374 034	2 522 043	2 814 114	2 765 006	2 984 499	3 107 659	3 256 217	3 947 697	4 494 401	4 481 060	-13 342	-0,3%
34	Cabeceiras de Basto	P	428 557	595 732	798 066	756 407	643 418	718 458	718 037	949 553	1 076 500	1 064 885	-11 615	-1,1%
35	Grândola	P	1 628 583	2 266 392	2 741 890	2 304 368	2 454 561	2 650 038	2 855 537	3 220 384	3 324 841	3 313 297	-11 544	-0,3%
36	Castelo de Paiva	P	291 635	346 195	360 943	422 664	316 720	324 064	351 604	696 940	804 388	794 429	-9 959	-1,2%
37	Fronteira	P	109 653	141 286	170 085	158 298	180 432	190 047	196 706	223 771	251 232	241 907	-9 325	-3,7%
38	Gavião	P	149 458	178 288	218 757	203 964	208 392	216 696	224 113	281 320	302 354	296 161	-6 193	-2,0%
39	Boticas	P	192 511	187 683	200 007	173 799	113 711	182 672	183 159	355 177	463 893	457 735	-6 158	-1,3%
40	Tábua	P	377 822	466 793	472 696	519 934	525 197	563 439	606 987	835 879	861 259	856 796	-4 463	-0,5%
41	Moura	P	546 362	554 413	627 412	605 632	727 001	645 392	658 682	824 389	873 593	870 647	-2 946	-0,3%
42	S. João da Pesqueira	P	295 226	407 686	372 645	374 331	360 680	365 453	346 972	454 841	471 490	469 750	-1 740	-0,4%
43	Monchique	P	525 724	560 469	496 655	478 056	464 390	376 473	395 401	564 285	601 581	599 987	-1 594	-0,3%
44	Belmonte	P	359 700	367 178	348 149	396 627	382 743	448 297	410 989	497 448	529 964	529 271	-694	-0,1%

Em relação à listagem anterior (R9) pouco haverá para salientar para além do que é observável na própria listagem hierarquizada dos municípios com maior de redução do IMI, a não ser que:

- A descida do valor do IMI no município de Coimbra, embora só tenha representado -5,8% da coleta total foi bastante relevante em termos absolutos ao totalizar mais de 1,7 milhões de euros. Por outro lado, é o único município de grande dimensão com redução desta receita.
- Quatro municípios (Alcácer do Sal, Montalegre, Mortágua e Armamar) apresentaram uma descida igual ou superior a 20% da coleta do IMI o que se repercutiu, necessariamente, na sua atividade autárquica.
- 70% Dos municípios com diminuição de IMI foram municípios de pequena dimensão.

No Ranking R10, a seguir apresentado, listam-se os 35 municípios com menor receita cobrada de IMI em 2015.

- São municípios de pequena dimensão, com uma receita de IMI inferior a meio milhão de euros e cujo peso médio, na sua receita

total (excluindo Corvo), foi de apenas 4,7%.

- Para além destes 35 municípios com uma receita de IMI inferior a 1M€, existem mais 84 municípios, totalizando assim 119 municípios nesta situação.
- Apenas três dos municípios dos elencados apresentaram, em 2015, uma descida de receita de IMI: Oleiros (-16,1%); Fronteira (-3,7%) e Gavião (-2%).

b) IMT

Sendo o IMT outra das receitas fiscais com impacto significativo na receita municipal, apesar do acentuado decréscimo sentido nos últimos anos, conforme se constatou em parágrafos anteriores, apresentam-se de seguida quadros e rankings com informação que se considera relevante assinalar. Assim, começa-se por indicar (R11) os 35 municípios com maior receita cobrada de IMT, em 2015.

R10 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI									IMI / Rec. total	Δ 14-15 %		
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014			2015	
1	Corvo	P	3 132	5 715	6 505	6 286	6 320	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	0,8%	0,3%
2	Lajes das Flores	P	14 305	19 192	21 972	24 789	29 372	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	3,4%	2,2%
3	Barrancos	P	31 045	46 777	38 178	49 730	38 186	40 305	40 345	94 652	104 240	108 138	2,9%	3,7%
4	Sta. Cruz das Flores	P	40 091	39 942	43 992	48 591	51 256	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	4,4%	2,8%
5	Arronches	P	123 637	137 758	126 645	143 659	119 014	129 799	131 200	169 574	180 414	185 411	2,8%	2,8%
6	Alvito	P	61 388	76 422	94 112	87 839	98 111	102 444	105 724	166 221	192 283	200 168	4,5%	4,1%
7	Mourão	P	138 142	169 264	152 557	149 347	137 245	151 281	167 481	201 350	218 790	227 990	4,3%	4,2%
8	Monforte	P	116 792	115 767	88 824	86 627	86 265	97 802	91 229	186 001	196 186	230 712	4,1%	17,6%
9	Fronteira	P	109 653	141 286	170 085	158 298	180 432	190 047	196 706	223 771	251 232	241 907	5,1%	-3,7%
10	Alcoutim	P	201 650	191 006	187 598	208 360	222 049	231 613	241 616	228 822	242 699	254 804	3,1%	5,0%
11	Porto Moniz	P	48 389	51 011	48 757	65 058	68 407	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	5,4%	9,6%
12	Cuba	P	143 168	150 482	175 191	204 304	196 697	209 887	221 127	235 159	255 357	262 717	4,5%	2,9%
13	Penedono	P	50 541	59 871	66 804	81 681	81 804	100 237	89 224	229 728	256 464	266 013	5,0%	3,7%
14	Mesão Frio	P	92 691	117 134	127 173	153 421	153 328	151 639	156 394	195 104	209 386	272 570	5,2%	30,2%
15	Avis	P	192 796	202 626	207 803	230 908	221 383	239 268	238 050	268 395	277 727	279 456	3,6%	0,6%
16	Manteigas	P	75 382	115 927	108 108	119 779	132 714	132 828	128 369	241 628	279 008	292 530	3,6%	4,8%
17	Gavião	P	149 458	178 288	218 757	203 964	208 392	216 696	224 113	281 320	302 354	296 161	5,0%	-2,0%
18	Alter do Chão	P	184 343	183 214	194 499	207 000	228 735	240 539	238 963	276 831	293 443	298 038	4,9%	1,6%
19	Crato	P	162 303	174 761	219 756	244 517	155 764	167 259	138 589	256 994	289 647	300 465	4,1%	3,7%
20	Marvão	P	114 184	152 664	168 993	195 201	180 885	154 059	194 982	265 456	294 648	301 021	6,1%	2,2%
21	Vila de Rei	P	107 681	107 955	106 439	135 731	138 488	142 787	172 701	279 887	290 849	303 771	5,5%	4,4%
22	São Roque do Pico	P	85 699	117 820	142 133	165 450	117 081	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	7,0%	5,9%
23	Sardoal	P	168 370	200 399	232 427	229 469	237 318	241 627	250 054	308 245	310 036	316 093	5,2%	2,0%
24	Velas	P	125 710	142 634	132 348	145 268	113 964	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	5,4%	5,8%
25	Castelo de Vide	P	178 708	216 965	208 466	208 611	213 400	228 042	267 487	297 526	328 952	342 364	6,0%	4,1%
26	Lajes do Pico	P	47 944	55 831	59 288	66 663	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	6,2%	11,7%
27	Sta. Marta Penaguião	P	187 914	202 987	211 185	201 986	214 302	231 626	243 093	389 421	347 747	349 196	3,7%	0,4%
28	Mora	P	219 691	216 496	233 471	212 810	210 208	242 156	241 157	317 679	348 751	353 653	4,5%	1,4%
29	Portel	P	179 345	197 853	261 954	255 940	246 209	254 842	245 592	324 400	348 553	359 658	4,1%	3,2%
30	Vimioso	P	82 890	101 442	108 322	122 660	123 006	139 889	142 480	330 856	357 631	361 272	4,0%	1,0%
31	Murça	P	268 426	316 151	278 332	232 605	223 944	244 506	253 586	327 826	361 567	373 658	4,9%	3,3%
32	Constância	P	252 618	254 224	282 347	265 911	287 245	308 348	299 868	258 662	272 623	378 424	7,1%	38,8%
33	Freixo Espada à Cinta	P	76 006	93 160	97 736	99 382	102 455	107 639	108 799	268 170	237 070	387 402	5,2%	63,4%
34	Vila Velha de Ródão	P	174 069	204 039	208 719	210 800	218 975	219 047	237 026	351 808	381 523	390 543	5,7%	2,4%
35	Oleiros	P	138 002	182 586	184 563	216 888	188 980	198 049	205 977	349 963	466 430	391 189	3,8%	-16,1%

R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT									IMT / Rec. total	Δ 14-15 %	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014			2015
1 Lisboa	G	88 311 738	108 452 369	111 800 123	90 871 592	100 214 768	86 171 239	62 977 020	70 299 382	119 373 175	174 508 596	24,6%	46,2%
2 Cascais	G	35 108 188	40 389 237	34 790 231	30 451 137	36 487 844	30 945 600	17 341 612	21 974 950	32 304 094	40 987 996	27,4%	26,9%
3 Porto	G	24 606 472	27 266 133	21 687 209	21 244 815	30 011 321	23 831 732	18 354 224	19 379 598	31 433 398	26 145 320	15,4%	-16,8%
4 Loulé	M	27 565 761	46 559 457	34 849 063	26 612 401	20 561 954	16 756 549	12 658 328	16 067 544	21 996 208	25 804 936	24,5%	17,3%
5 Albufeira	M	12 703 467	26 637 067	21 363 241	12 214 448	8 156 207	7 646 737	5 619 023	5 820 095	9 173 408	17 808 068	20,5%	94,1%
6 Sintra	G	19 714 939	24 571 652	19 198 511	13 359 251	16 012 707	10 077 943	8 958 727	12 503 016	11 130 201	14 289 693	9,2%	28,4%
7 Oeiras	G	18 069 784	26 024 888	23 299 520	28 760 142	17 038 355	11 565 083	8 599 763	7 846 639	22 309 700	12 443 476	10,4%	-44,2%
8 Vila Nova de Gaia	G	12 508 986	17 068 155	9 802 930	12 704 278	13 666 370	11 143 366	6 155 843	7 218 703	7 050 266	9 205 187	7,5%	30,6%
9 Lagos	M	12 982 328	17 223 999	14 286 361	7 578 293	6 623 672	4 975 358	5 650 021	4 958 230	7 379 083	9 028 693	19,4%	22,4%
10 Setúbal	G	7 112 204	10 247 095	8 918 410	8 452 478	6 228 319	4 201 597	4 737 137	2 903 077	3 300 884	8 872 922	10,9%	168,8%
11 Lagoa (Algarve)	M	7 396 527	11 899 734	8 496 113	4 739 615	5 444 065	4 086 713	5 829 393	3 631 845	4 774 288	8 313 366	24,5%	74,1%
12 Loures	G	17 020 390	23 189 571	19 158 622	15 054 601	13 661 145	9 491 880	6 878 707	6 559 549	8 765 870	8 021 707	7,7%	-8,5%
13 Matosinhos	G	13 223 566	14 745 671	14 992 605	7 635 603	10 116 175	8 740 257	7 646 927	4 418 524	4 640 808	6 639 469	6,1%	43,1%
14 Funchal	G	9 156 343	10 229 413	8 581 836	7 025 127	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	9,2%	78,3%
15 Almada	G	9 865 484	14 052 895	9 843 446	7 776 880	7 973 305	6 754 363	5 144 343	5 846 959	4 918 637	6 265 744	7,5%	27,4%
16 Coimbra	G	10 359 483	12 678 526	11 006 584	9 820 063	9 318 844	8 104 170	6 620 486	6 838 587	7 186 105	6 201 261	8,0%	-13,7%
17 Braga	G	7 332 541	12 015 470	9 448 859	9 571 038	8 816 146	7 773 343	5 805 864	6 116 182	5 121 598	6 101 040	7,1%	19,1%
18 Odivelas	G	10 076 521	12 511 510	9 206 977	8 331 548	9 343 234	5 291 686	3 343 941	3 405 046	4 926 068	5 516 979	8,4%	12,0%
19 Portimão	M	8 449 753	15 325 603	11 245 350	6 977 503	6 810 761	6 703 328	4 172 835	3 887 343	3 627 159	5 495 571	10,8%	51,5%
20 Amadora	G	12 013 204	10 089 319	11 928 458	7 292 385	4 914 906	2 949 903	5 967 185	2 906 478	4 223 829	5 046 829	6,6%	19,5%
21 Maia	G	8 468 503	12 207 406	7 878 298	6 072 411	5 889 920	4 610 306	4 557 612	3 365 476	2 784 297	4 711 048	6,3%	69,2%
22 Seixal	G	8 448 477	11 172 589	9 371 242	6 395 657	7 199 900	4 786 389	3 487 992	7 036 226	3 150 812	4 315 472	5,3%	37,0%
23 Tavira	M	6 344 721	8 252 728	5 709 142	4 254 764	6 137 045	2 082 200	2 838 242	2 517 369	3 201 475	4 311 076	16,4%	34,7%
24 Vila Franca de Xira	G	6 740 630	10 119 722	9 849 139	5 787 493	8 731 740	4 397 404	3 558 597	4 055 508	4 230 796	4 103 762	7,5%	-3,0%
25 Leiria	G	4 201 103	9 099 516	6 953 756	5 279 962	5 342 565	5 447 770	3 716 014	3 119 808	3 622 634	4 057 815	6,3%	12,0%
26 Guimarães	G	4 076 561	6 995 730	7 664 315	6 594 514	5 583 612	4 084 173	3 676 223	2 633 597	3 331 594	3 725 203	4,3%	11,8%
27 Grândola	P	933 656	1 673 860	3 230 870	6 177 798	2 125 046	1 422 803	2 169 090	3 357 559	4 754 862	3 499 610	18,9%	-26,4%
28 Vila do Conde	M	5 423 027	9 034 978	5 954 830	5 419 362	5 494 817	8 564 304	2 911 985	3 628 624	3 632 728	3 393 067	7,3%	-6,6%
29 V. Nova Famalicão	G	3 259 703	5 063 089	6 034 276	4 672 095	4 650 382	4 025 621	3 126 223	2 462 125	2 857 780	3 375 620	4,7%	18,1%
30 Faro	M	5 086 302	6 760 663	5 619 930	3 866 335	3 368 891	3 931 683	2 617 330	1 874 408	4 055 857	3 287 791	8,7%	-18,9%
31 Sesimbra	M	4 945 841	7 387 388	5 565 961	4 057 685	6 861 900	3 292 223	2 364 111	3 376 598	3 207 611	3 135 047	7,7%	-2,3%
32 Mafra	M	7 904 900	9 899 858	7 730 208	5 638 385	6 231 604	4 151 611	3 576 049	2 287 755	2 248 741	3 115 582	5,5%	38,5%
33 Aveiro	M	4 710 819	6 819 234	5 550 515	4 316 288	5 233 471	4 442 137	3 816 310	3 218 922	2 788 612	3 034 417	5,7%	8,8%
34 Viseu	M	4 365 183	4 867 912	6 170 849	4 382 250	3 633 726	3 713 408	2 244 090	2 257 599	2 533 158	2 996 497	6,2%	18,3%
35 Palmela	M	5 322 613	5 848 282	5 914 363	5 936 000	5 730 523	2 491 787	2 992 628	3 355 855	3 476 877	2 728 342	6,7%	-21,5%

- Verifica-se que embora este lote de municípios sejam os que apresentaram maior volume de receita de IMT, a mesma, em média, em 2015 representou apenas 10,9% da receita total. Um peso manifestamente inferior ao apresentado pela receita de IMI.
- Em 2015 dez dos municípios com maior receita de IMT apresentaram descida da mesma, sendo que em algumas situações essa descida foi bastante representativa ao ser superior a 20%. Estiveram nesta situação: Oeiras com -44,2% (-9,9M€), Grândola com -26,4% (- 1,3 M€) e Palmela com -21,5% (-0,8 M€). Atendendo ao montante em causa, será de anotar a descida de IMT no município do Porto (-5,3 M€).
- A exceção do município de Lisboa não pode deixar de ser aqui assinalada, pois apresentou um aumento desta receita na ordem dos 46,2% (+55,2 M€). Só o aumento da receita de IMT do município de Lisboa foi superior ao valor recebido pelo município

que mais dele se aproxima, Cascais, que, também, apresentou um aumento de 26,9% de IMT, tendo recebido na totalidade a coleta de 40,9 M€

- Apontam-se outros municípios com crescimento percentual relevante da receita de IMT: Setúbal com +168,8% (+5,6 M€), Albufeira com +94,1% (+8,6M€), Funchal com +78,3% (+2,8M€) e Maia com +69,2% (+1,9 M€).

Os rankings R11.A e R11.M permitem ver como variaram as receitas de IMT dos municípios de cada uma das Regiões Autónomas, sendo que o valor total desta receita determinou a forma da curva atrás apresentada nos Gráficos 2.03, com uma ligeira subida global nos Açores (+1,1%,) e um grande crescimento desta receita na Madeira, traduzido em +58, 3% isto é +3,3 M€.

R11.A – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. dos Açores, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT										IMT / Rec. total	Δ 14-15 %	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015			
1	Ponta Delgada	M	2 674 033	4 797 013	3 709 956	4 431 148	4 413 114	3 656 656	2 152 944	2 107 998	2 024 265	1 597 912	4,8%	-21,1%
2	Ribeira Grande	M	830 378	1 749 230	1 322 055	939 370	1 230 346	974 949	222 728	564 878	457 527	691 590	3,4%	51,2%
3	Angra do Heroísmo	M	1 022 877	1 065 819	1 205 594	922 941	1 132 084	732 784	1 342 719	0	251 111	487 541	2,5%	94,2%
4	Lagoa (R.A.A)	P	686 447	1 321 319	671 127	784 618	597 093	466 972	519 486	443 156	244 431	266 197	2,7%	8,9%
5	Praia da Vitória	M	586 985	732 328	636 434	614 770	527 526	530 967	253 032	177 309	300 395	232 369	2,0%	-22,6%
6	Horta	P	290 410	564 195	555 162	438 259	414 314	332 228	165 671	125 561	213 206	190 294	1,8%	-10,7%
7	V. Franca do Campo	P	387 495	360 572	614 823	338 926	223 090	208 070	223 177	203 198	181 436	188 141	2,0%	3,7%
8	Velas	P	86 933	151 265	101 850	128 051	161 116	131 474	41 812	81 180	57 782	180 126	3,0%	211,7%
9	Madalena	P	95 580	170 579	136 266	196 747	156 316	149 808	114 968	62 101	172 754	111 899	1,6%	-35,2%
10	Vila do Porto	P	241 269	74 489	180 485	85 575	75 140	109 771	45 899	62 967	67 446	98 255	1,8%	45,7%
11	Povoação	P	60 280	315 393	267 790	199 101	124 899	104 301	105 940	150 810	115 182	86 798	1,5%	-24,6%
12	Nordeste	P	56 117	85 290	133 531	82 831	92 132	71 846	57 573	76 115	77 303	84 308	1,6%	9,1%
13	Calheta (R.A.A.)	P	77 952	60 351	112 100	50 125	70 230	29 090	28 858	42 287	39 610	73 897	1,3%	86,6%
14	São Roque do Pico	P	42 595	72 596	58 193	110 182	120 117	79 433	66 354	52 968	98 465	65 219	1,5%	-33,8%
15	Sta. Cruz Graciosa	P	77 137	97 103	92 962	81 053	76 888	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	1,1%	18,8%
16	Lajes do Pico	P	31 813	86 227	34 747	126 842	37 256	46 474	26 650	26 437	53 912	39 950	0,7%	-25,9%
17	Lajes das Flores	P	12 906	14 781	25 363	19 671	20 847	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	1,0%	220,5%
18	Sta. Cruz das Flores	P	28 671	40 879	72 949	77 076	79 049	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	0,7%	-49,1%
19	Corvo	P	585	4 823	472	174	2 532	5 167	0	3 979	530	298	0,0%	-43,8%

R11.M – Receita cobrada de IMT dos Municípios da R.A. da Madeira, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT										IMT / Rec. total	Δ 14-15 %	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015			
1	Funchal	G	9 156 343	10 229 413	8 581 836	7 025 127	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	9,2%	78,3%
2	Santa Cruz	M	1 907 943	2 480 182	2 259 117	1 982 962	1 578 651	919 842	963 469	624 728	681 254	967 851	4,8%	42,1%
3	Calheta (R.A.M)	P	460 624	1 532 179	1 155 721	536 359	390 105	472 159	234 303	336 231	281 021	492 778	4,2%	75,4%
4	Câmara de Lobos	M	611 024	686 404	871 577	429 615	417 090	228 608	275 508	224 552	250 911	271 258	2,1%	8,1%
5	Porto Santo	P	692 935	1 685 413	1 129 379	575 123	396 005	446 411	627 259	337 599	340 857	240 656	5,0%	-29,4%
6	Ribeira Brava	P	588 849	272 481	253 352	257 877	206 016	192 377	188 521	151 298	113 714	215 983	3,2%	89,9%
7	São Vicente	P	120 036	239 494	110 378	67 516	98 590	63 956	58 210	55 641	55 472	84 844	1,4%	52,9%
8	Ponta do Sol	P	324 618	281 496	357 060	244 972	263 195	191 908	167 151	98 445	91 300	68 833	1,0%	-24,6%
9	Santana	P	182 256	188 276	203 928	110 178	137 410	73 104	61 359	35 263	50 743	33 434	0,5%	-34,1%
10	Porto Moniz	P	35 450	32 599	55 976	27 015	33 641	25 901	46 649	35 727	11 266	17 666	0,4%	56,8%
11	Machico	M	484 378	666 349	680 683	230 324	320 956	425 394	877 006	583 174	92 509	0	0,0%	-100,0%

Os quadros supra referentes à evolução do IMT nas regiões autónomas permitem concluir:

- Em relação aos Açores anota-se que o município de Angra de Heroísmo não cobrou IMT em 2013 e apresentou em 2015 uma coleta cujo crescimento em relação a 2014 foi de 94,2%, ainda que o montante cobrado se tivesse mantido bastante inferior ao dos anos anteriores. Também o município do Corvo que tem apresentado uma receita de IMT muito irregular, não tendo obtido qualquer cobrança em 2012, em 2015 apresentou uma quebra significativa da coleta deste imposto traduzido em -43,8%.
- Dos dezanove municípios dos Açores, nove apresentaram em 2015 descida do IMT sendo de assinalar como mais relevante a diminuição verificada no município de Ponta Delgada com -426 M€ de coleta.
- Em relação aos municípios da Madeira anota-se a descida, com pouco significado material, da receita de IMT dos municípios de Porto Santo, Ponta do Sol e Santana, relevando-se o facto de Machico não ter cobrado qualquer valor de IMT em 2015.
- Os restantes municípios madeirenses aumentaram significativamente o seu volume de receita de IMT, com subidas percentuais bastante relevantes, tendo sido exceção a Câmara de Lobos que

apresentou um crescimento mais ligeiro.

No Ranking R12 que se segue apresentam-se os 35 municípios com menor cobrança de IMT em 2015.

Importará agora, para melhor conhecimento sobre a evolução desta receita fiscal, apresentar os Rankings R13 e R14, que hierarquizam os 35 primeiros municípios respetivamente com maior aumento e maior descida de IMT.

Ambos os quadros R13 e R14 exprimem o que foi já referido sobre a variação da coleta de IMT na análise associada aos quadros de municípios respetivamente com maior e menor coleta desta receita fiscal.

R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT										IMI / Rec. total	Δ 14-15 %	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015			
1	Alter do Chão	P	87 506	121993	116 854	128 374	56 522	126 288	287 851	84 429	95 783	0	0,0%	-100,0%
2	Machico	M	484 378	666 349	680 683	230 324	320 956	425 394	877 006	583 174	92 509	0	0,0%	-100,0%
3	Corvo	P	585	4 823	472	174	2 532	5 167	0	3 979	530	298	0,0%	-43,8%
4	Barrancos	P	26 604	59 260	63 098	12 855	10 666	20 637	5 510	28 808	9 198	6 684	0,2%	-27,3%
5	Crato	P	98 977	198 344	83 053	70 479	343 235	466 605	75 234	170 285	41 483	11 364	0,2%	-72,6%
6	Porto Moniz	P	35 450	32 599	55 976	27 015	33 641	25 901	46 649	35 727	11 266	17 666	0,4%	56,8%
7	Santa Cruz das Flores	P	28 671	40 879	72 949	77 076	79 049	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	0,7%	-49,1%
8	Lajes das Flores	P	12 906	14 781	25 363	19 671	20 847	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	1,0%	220,5%
9	Penedono	P	33 598	70 175	51 152	41 115	42 003	71 713	30 057	48 866	15 498	30 879	0,6%	99,2%
10	Murça	P	0	0	9 302	91 095	76 925	91 742	45 379	82 747	50 222	33 122	0,4%	-34,0%
11	Santana	P	182 256	188 276	203 928	110 178	137 410	73 104	61 359	35 263	50 743	33 434	0,5%	-34,1%
12	Sardoal	P	87 751	89 840	93 412	81 005	53 580	92 751	126 021	66 068	67 294	33 782	0,6%	-49,8%
13	Pampilhosa da Serra	P	146 765	78 763	158 645	77 102	55 060	84 348	58 907	26 133	28 561	34 460	0,3%	20,7%
14	Sernancelhe	P	89 901	47 728	110 380	80 001	44 093	54 448	41 279	65 062	67 317	34 849	0,4%	-48,2%
15	Manteigas	P	28 782	23 419	18 913	23 088	26 943	54 606	22 295	19 752	56 687	38 160	0,5%	-32,7%
16	Lajes do Pico	P	31 813	86 227	34 747	126 842	37 256	46 474	26 650	26 437	53 912	39 950	0,7%	-25,9%
17	Castelo de Vide	P	103 917	122 554	80 176	70 885	86 512	140 605	36 388	40 563	28 941	40 199	0,7%	38,9%
18	Vinhais	P	59 150	179 281	93 449	66 776	71 201	50 109	41 304	42 151	58 056	40 225	0,3%	-30,7%
19	Vila de Rei	P	66 152	64 340	53 409	90 760	57 221	60 252	37 640	35 232	31 756	42 027	0,8%	32,3%
20	Sta. Cruz da Graciosa	P	77 137	97 103	92 962	81 053	76 888	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	1,1%	18,8%
21	Boticas	P	43 445	99 900	98 874	63 547	100 947	78 688	49 048	29 496	62 316	42 931	0,5%	-31,1%
22	Fronteira	P	130 300	705 873	148 417	280 779	60 552	64 449	103 340	40 909	22 821	44 215	0,9%	93,7%
23	Castanheira de Pêra	P	49 744	50 114	35 900	50 407	36 687	43 003	25 257	31 737	67 947	46 115	1,0%	-32,1%
24	Mesão Frio	P	44 833	216 039	80 438	136 579	226 055	115 312	43 112	132 948	30 442	47 391	0,9%	55,7%
25	Gavião	P	22 571	63 349	118 123	89 465	192 531	233 407	53 937	41 885	19 946	49 800	0,8%	149,7%
26	Constância	P	84 671	164 329	127 368	157 886	62 474	224 119	48 230	148 541	37 552	50 093	0,9%	33,4%
27	Vila Nova de Paiva	P	61 524	56 381	80 659	48 634	75 102	59 096	38 589	89 690	37 097	51 215	0,7%	38,1%
28	Almeida	P	45 522	155 827	126 099	76 790	89 505	71 226	40 803	63 129	43 063	52 233	0,5%	21,3%
29	Miranda do Douro	P	77 681	122 332	143 351	129 363	119 047	99 666	84 731	95 363	75 580	52 258	0,5%	-30,9%
30	Alcoutim	P	44 502	124 148	38 234	41 099	63 101	44 219	22 615	23 981	40 722	54 086	0,7%	32,8%
31	Vila Velha de Ródão	P	35 620	70 936	42 013	65 168	41 078	206 400	168 591	140 139	96 098	56 641	0,8%	-41,1%
32	Freixo Espada à Cinta	P	226 952	131 177	54 537	135 889	48 098	57 268	30 139	25 683	44 057	57 307	0,8%	30,1%
33	Monforte	P	27 465	130 184	211 348	77 836	145 359	124 753	58 278	51 720	200 524	57 806	1,0%	-71,2%
34	Aguiar da Beira	P	60 692	68 961	69 881	73 193	83 973	59 776	90 651	48 328	40 185	60 637	0,8%	50,9%
35	Oleiros	P	42 197	77 604	63 465	110 224	68 881	54 012	44 992	34 665	40 222	62 633	0,6%	55,7%

R13 – Municípios com maior aumento de IMT em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT										Variação 14-15
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	88 311 738	108 452 369	111 800 123	90 871 592	100 214 768	86 171 239	62 977 020	70 299 382	119 373 175	174 508 596	55 135 420
2 Cascais	G	35 108 188	40 389 237	34 790 231	30 451 137	36 487 844	30 945 600	17 341 612	21 974 950	32 304 094	40 987 996	8 683 902
3 Albufeira	M	12 703 467	26 637 067	21 363 241	12 214 448	8 156 207	7 646 737	5 619 023	5 820 095	9 173 408	17 808 068	8 634 660
4 Setúbal	G	7 112 204	10 247 095	8 918 410	8 452 478	6 228 319	4 201 597	4 737 137	2 903 077	3 300 884	8 872 922	5 572 038
5 Loulé	M	27 565 761	46 559 457	34 849 063	26 612 401	20 561 954	16 756 549	12 658 328	16 067 544	21 996 208	25 804 936	3 808 728
6 Lagoa (Algarve)	M	7 396 527	11 899 734	8 496 113	4 739 615	5 444 065	4 086 713	5 829 393	3 631 845	4 774 288	8 313 366	3 539 078
7 Sintra	G	19 714 939	24 571 652	19 198 511	13 359 251	16 012 707	10 077 943	8 958 727	12 503 016	11 130 201	14 289 693	3 159 492
8 Funchal	G	9 156 343	10 229 413	8 581 836	7 025 127	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	2 831 309
9 Vila Nova de Gaia	G	12 508 986	17 068 155	9 802 930	12 704 278	13 666 370	11 143 366	6 155 843	7 218 703	7 050 266	9 205 187	2 154 921
10 Matosinhos	G	13 223 566	14 745 671	14 992 605	7 635 603	10 116 175	8 740 257	7 646 927	4 418 524	4 640 808	6 639 469	1 998 661
11 Maia	G	8 468 503	12 207 406	7 878 298	6 072 411	5 889 920	4 610 306	4 557 612	3 365 476	2 784 297	4 711 048	1 926 751
12 Portimão	M	8 449 753	15 325 603	11 245 350	6 977 503	6 810 761	6 703 328	4 172 835	3 887 343	3 627 159	5 495 571	1 868 412
13 Lagos	M	12 982 328	17 223 999	14 286 361	7 578 293	6 623 672	4 975 358	5 650 021	4 958 230	7 379 083	9 028 693	1 649 610
14 Almada	G	9 865 484	14 052 895	9 843 446	7 776 880	7 973 305	6 754 363	5 144 343	5 846 959	4 918 637	6 265 744	1 347 107
15 Seixal	G	8 448 477	11 172 589	9 371 242	6 395 657	7 199 900	4 786 389	3 487 992	7 036 226	3 150 812	4 315 472	1 164 660
16 Tavira	M	6 344 721	8 252 728	5 709 142	4 254 764	6 137 045	2 082 200	2 838 242	2 517 369	3 201 475	4 311 076	1 109 602
17 Braga	G	7 332 541	12 015 470	9 448 859	9 571 038	8 816 146	7 773 343	5 805 864	6 116 182	5 121 598	6 101 040	979 441
18 Mafra	M	7 904 900	9 899 858	7 730 208	5 638 385	6 231 604	4 151 611	3 576 049	2 287 755	2 248 741	3 115 582	866 841
19 Alcochete	P	2 433 300	2 038 837	2 523 477	2 451 634	2 716 577	984 365	576 649	959 750	642 702	1 489 827	847 124
20 Amadora	G	12 013 204	10 089 319	11 928 458	7 292 385	4 914 906	2 949 903	5 967 185	2 906 478	4 223 829	5 046 829	823 000
21 Olhão	M	3 462 138	4 685 275	3 722 691	2 463 616	4 478 818	2 102 130	1 895 434	1 723 926	1 792 122	2 610 847	818 726
22 Torres Vedras	M	5 716 989	6 560 796	5 850 013	6 927 618	3 992 180	3 267 522	2 912 392	3 592 016	1 731 752	2 441 392	709 640
23 Alcácer do Sal	P	1 256 714	1 953 824	2 146 272	954 705	534 254	701 320	434 761	1 674 911	595 360	1 296 062	700 702
24 Odivelas	G	10 076 521	12 511 510	9 206 977	8 331 548	9 343 234	5 291 686	3 343 941	3 405 046	4 926 068	5 516 979	590 911
25 Oliveira Azeméis	M	1 352 241	1 983 454	2 230 202	1 302 304	1 820 279	1 411 901	995 115	1 044 317	709 715	1 268 995	559 279
26 Entroncamento	M	882 187	1 962 309	1 392 420	784 818	1 149 333	667 789	886 052	605 743	144 327	702 838	558 511
27 Santarém	M	3 738 490	4 413 659	3 676 018	2 300 084	2 429 997	2 231 523	2 270 066	1 452 741	1 074 537	1 622 191	547 654
28 Évora	M	4 333 937	5 723 716	3 841 652	2 157 058	2 725 351	2 308 923	1 967 870	2 006 988	1 473 696	2 011 399	537 703
29 V. Nova Famalicão	G	3 259 703	5 063 089	6 034 276	4 672 095	4 650 382	4 025 621	3 126 223	2 462 125	2 857 780	3 375 620	517 840
30 Tondela	M	626 182	753 364	1 102 648	1 102 648	823 153	760 134	320 978	385 660	238 837	751 317	512 480
31 Salvaterra Magos	M	444 500	1 189 098	840 000	851 687	653 859	454 589	256 132	313 216	254 203	762 715	508 512
32 Vila Verde	M	922 916	1 341 578	998 962	1 125 514	1 056 262	1 064 412	595 749	636 371	821 631	1 328 786	507 154
33 Nazaré	P	1 052 887	1 839 024	1 817 719	744 706	995 063	1 251 759	795 005	595 742	622 559	1 108 279	485 720
34 Viseu	M	4 365 183	4 867 912	6 170 849	4 382 250	3 633 726	3 713 408	2 244 090	2 257 599	2 533 158	2 996 497	463 339
35 Viana do Castelo	M	3 762 343	5 046 147	2 802 775	3 360 900	3 194 466	2 669 240	2 028 447	1 837 657	1 506 204	1 966 228	460 024

R14 – Municípios com maior diminuição de IMT em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	IMT										Variação 14-15	
		Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1	Oeiras	G	18 069 784	26 024 888	23 299 520	28 760 142	17 038 355	11 565 083	8 599 763	7 846 639	22 309 700	12 443 476	-9 866 224
2	Porto	G	24 606 472	27 266 133	21 687 209	21 244 815	30 011 321	23 831 732	18 354 224	19 379 598	31 433 398	26 145 320	-5 288 077
3	Figueira da Foz	M	2 664 586	3 967 695	3 158 098	2 437 915	2 373 981	2 122 289	1 466 719	1 025 584	3 573 627	1 574 823	-1 998 804
4	Óbidos	P	2 993 640	6 640 594	5 318 061	4 501 383	2 267 188	1 862 262	1 655 407	1 389 483	3 081 835	1 555 738	-1 526 097
5	Barreiro	M	2 920 161	3 436 653	2 781 326	2 921 278	3 917 033	2 099 440	1 563 215	1 864 953	2 367 919	847 161	-1 520 759
6	Grândola	P	933 656	1 673 860	3 230 870	6 177 798	2 125 046	1 422 803	2 169 090	3 357 559	4 754 862	3 499 610	-1 255 251
7	Torres Novas	M	1 807 778	1 799 098	3 422 196	2 013 520	10 115 94	10 714 99	6 158 94	4 914 34	1 686 589	5 719 65	-1 114 623
8	Coimbra	G	10 359 483	12 678 526	11 006 584	9 820 063	9 318 844	8 104 170	6 620 486	6 838 587	7 186 105	6 201 261	-984 844
9	Beja	M	1 782 788	2 880 790	1 932 745	2 418 713	1 623 551	1 334 683	862 937	881 788	1 656 425	789 147	-867 278
10	Alcobaça	M	2 537 852	3 621 544	4 669 042	2 834 235	2 304 660	2 184 847	1 692 366	1 364 193	2 653 466	1 835 047	-818 419
11	Faro	M	5 086 302	6 760 663	5 619 930	3 866 335	3 368 891	3 931 683	2 617 330	1 874 408	4 055 857	3 287 791	-768 066
12	Palmela	M	5 322 613	5 848 282	5 914 363	5 936 000	5 730 523	2 491 787	2 992 628	3 355 855	3 476 877	2 728 342	-748 535
13	Loures	G	17 020 390	23 189 571	19 158 622	15 054 601	13 661 145	9 491 880	6 878 707	6 559 549	8 765 870	8 021 707	-744 163
14	Benavente	M	2 584 930	3 694 404	3 686 501	2 681 206	2 199 833	1 772 681	1 166 859	2 062 153	1 483 379	824 528	-658 851
15	Ílhavo	M	2 973 862	2 941 025	1 849 819	2 476 258	1 477 188	1 495 144	897 896	1 244 337	1 641 852	1 052 681	-589 171
16	Marinha Grande	M	1 176 222	2 278 854	2 361 085	1 216 982	1 447 234	1 150 569	837 565	798 922	1 473 287	902 940	-570 347
17	Vila do Bispo	P	2 331 622	3 620 063	2 567 118	1 192 303	1 791 222	1 318 271	646 729	829 825	2 239 619	1 714 541	-525 078
18	Barcelos	G	2 435 129	2 911 241	3 909 144	3 157 567	3 196 050	3 207 659	1 933 942	2 340 627	2 752 603	2 321 983	-430 620
19	Ponta Delgada	M	2 674 033	4 797 013	3 709 956	4 431 148	4 413 114	3 656 656	2 152 944	2 107 998	2 024 265	1 597 912	-426 354
20	Valongo	M	3 572 019	4 431 963	4 109 163	3 043 092	2 499 301	2 897 468	1 623 332	1 569 147	2 049 709	1 623 805	-425 904
21	Ovar	M	2 046 712	3 159 627	2 376 463	2 396 602	1 803 420	1 837 316	1 053 503	1 206 744	1 461 033	1 039 766	-421 266
22	S. Cacém	M	1 481 471	1 580 914	1 178 040	1 228 818	1 271 778	1 108 788	1 083 809	535 949	1 111 485	707 953	-403 532
23	Alenquer	M	2 542 340	2 626 720	2 564 620	1 578 266	2 692 902	1 499 947	1 083 869	1 308 132	1 557 827	1 185 327	-372 500
24	Espinho	M	932 086	1 459 484	1 442 451	1 006 162	1 025 284	657 154	786 969	491 214	879 552	564 850	-314 703
25	Portijo	M	4 103 912	5 304 372	4 376 626	2 597 522	4 683 840	2 679 070	3 339 152	1 854 727	1 604 462	1 293 835	-310 627
26	Portel	P	0	0	2 843	348 902	95 818	180 925	207 523	301 054	455 483	155 693	-299 790
27	Odemira	M	1 668 743	3 124 196	1 698 321	1 042 039	944 878	1 051 747	1 409 262	609 180	1 131 307	859 632	-271 676
28	Penafiel	M	1 455 742	2 143 650	1 872 728	1 651 209	1 800 121	1 487 927	1 253 713	1 084 282	1 241 647	975 922	-265 725
29	M.-o-Novo	P	667 462	1 356 243	728 986	714 150	766 396	612 162	702 036	618 752	757 371	504 567	-252 804
30	Vila do Conde	M	5 423 027	9 034 978	5 954 830	5 419 362	5 494 817	8 564 304	2 911 985	3 628 624	3 632 728	3 393 067	-239 661
31	Vila Flor	P	497 366	153 319	102 474	435 853	120 444	174 579	73 408	0	315 472	86 021	-229 451
32	Caminha	P	1 203 675	1 262 136	1 076 658	1 039 970	845 714	682 073	630 921	645 612	728 755	537 354	-191 400
33	Ponte de Lima	M	999 952	1 315 935	1 138 400	1 138 043	1 270 718	853 822	614 449	770 936	843 154	670 719	-172 436
34	S. J. Pesqueira	P	363 932	308 656	223 949	323 774	211 418	92 239	176 279	194 937	372 684	226 465	-146 219
35	Monforte	P	27 465	130 184	211 348	77 836	145 359	124 753	58 278	51 720	200 524	57 806	-142 718

A título de conclusão sobre a variação das duas principais receitas fiscais – IMI e IMT – apresenta-se o Quadro 2.20 com o número de municípios que apresentaram, entre 2011 e 2015, descida da coleta de IMI, IMT e descida conjugada destas duas receitas.

Quadro 2.20 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios				
	2011	2012	2013	2014	2015
Com diminuição do IMI	23	49	31	13	44
Com diminuição do IMT	188	228	180	152	121
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	17	36	19	6	16

Pela observação do quadro 2.20 confirmam-se tendências de evolução do IMI e do IMT que são de referenciar para 2015:

- O aumento do número de municípios que apresentaram descida da receita de IMI: mais 31 que em 2014.
- A diminuição do número de municípios (-31, -20,4%) que apresentam descida de receita de IMT, embora o número apresentado ainda fosse muito elevado.

· De igual modo aumentou de seis para dezasseis, o número de municípios que sofreram em simultâneo a diminuição de IMI e IMT. Tendo em consideração que o Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que veio substituir a anterior Lei das Finanças Locais, prevê no seu artigo 81º, n.º 2, a redução de um terço das taxas de IMT em 2016 e de dois terços em 2017 visando a extinção desta taxa em 2018, considerou-se relevante analisar a importância que nos últimos anos o IMT teve na cobertura de despesa, mais concretamente a percentagem das despesas correntes de valor equivalente ao montante arrecadado de IMT.

Da análise ao Quadro 2.21 verifica-se que o IMT tem representado, em média, 12% das despesas correntes. Significa isso que, caso não se pretenda fazer diminuir drasticamente a atividade dos municípios em oferta de serviços públicos aos seus cidadãos, a extinção da receita do IMT exigirá uma compensação que poderá passar pelo reequacionamento da repartição dos impostos estaduais pelas autarquias, com aumento da partilha efetuada a favor destas.

Quadro 2.21 – Peso do IMT cobrado nas despesas correntes pagas

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Var. 14-15	Média 06-15
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	649,0	881,2	763,4	610,0	616,1	501,5	385,9	379,3	487,7	583,0	95,3	585,7
Despesas correntes, pagas	4 220,9	4 592,9	4 932,6	5 259,6	5 037,2	5 032,7	4 800,8	5 147,2	5 122,4	5 098,5	-23,9	4 924,4
IMT / Despesas correntes	15,4%	19,2%	15,5%	11,6%	12,2%	10,0%	8,0%	7,4%	9,5%	11,4%	1,9%	12,0%

Como complemento às análises anteriores, apresentam-se listagens dos respetivos 35 municípios com maior ou menor peso de IMT nas despesas correntes. Tais informações constam dos quadros R15 e R16.

R15 – Municípios com maior peso do IMT nas despesas correntes

	Município	Dim.	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Loulé	M	47,8%	77,1%	52,0%	37,8%	31,5%	29,1%	20,0%	22,9%	38,1%	40,6%
2	Lisboa	G	22,5%	26,0%	25,4%	19,6%	22,8%	20,4%	15,8%	18,2%	27,0%	38,4%
3	Lagoa (Algarve)	M	34,0%	50,5%	33,5%	23,1%	25,9%	18,0%	23,8%	14,1%	22,2%	36,7%
4	Albufeira	M	26,7%	51,3%	35,5%	21,7%	16,4%	15,3%	10,4%	8,8%	16,2%	36,2%
5	Cascais	G	34,5%	40,8%	33,4%	26,7%	32,8%	27,8%	16,3%	21,5%	28,5%	32,5%
6	Lagos	M	40,6%	52,9%	38,6%	24,6%	22,5%	15,5%	16,9%	12,0%	20,9%	25,3%
7	Tavira	M	40,1%	46,1%	31,0%	21,9%	30,2%	11,5%	16,1%	14,1%	18,9%	24,0%
8	Grândola	P	7,8%	13,1%	23,4%	39,1%	13,0%	9,3%	15,4%	22,4%	31,0%	22,7%
9	Porto	G	20,8%	21,1%	16,4%	16,2%	24,0%	18,4%	15,6%	15,9%	26,0%	21,2%
10	Vila do Bispo	P	33,9%	52,3%	31,5%	16,1%	22,4%	17,3%	8,5%	11,2%	24,7%	19,8%
11	Oeiras	G	25,3%	32,9%	30,1%	33,0%	21,5%	14,6%	11,3%	10,3%	29,2%	15,7%
12	Setúbal	G	16,0%	21,6%	17,4%	16,6%	13,6%	9,2%	10,6%	6,5%	6,2%	15,6%
13	Óbidos	P	32,0%	64,5%	48,4%	35,5%	17,9%	16,3%	13,5%	10,4%	25,1%	14,6%
14	Olhão	M	19,0%	21,2%	19,0%	11,0%	19,8%	9,2%	10,1%	8,1%	9,5%	14,4%
15	Sintra	G	21,4%	22,4%	16,9%	12,5%	14,6%	8,3%	7,0%	10,5%	10,6%	13,8%
16	Portimão	M	29,7%	42,0%	28,6%	15,4%	18,7%	17,1%	12,3%	11,5%	10,7%	13,6%
17	Aljezur	P	24,1%	31,8%	21,1%	13,6%	8,9%	7,9%	7,0%	5,2%	7,7%	12,9%
18	Alcochete	P	26,3%	19,2%	22,3%	20,5%	23,5%	10,0%	6,0%	9,5%	6,1%	12,3%
19	Caldas da Rainha	M	29,2%	37,1%	27,4%	14,9%	15,5%	12,6%	13,4%	9,7%	11,2%	12,1%
20	Faro	M	21,2%	28,0%	21,7%	14,6%	14,1%	12,9%	10,5%	8,5%	10,5%	12,0%
21	Leiria	G	11,1%	21,3%	15,0%	11,3%	13,3%	12,8%	9,3%	8,0%	9,8%	11,8%
22	Funchal	G	17,2%	18,8%	13,1%	12,7%	20,9%	22,3%	10,8%	7,2%	6,3%	11,5%
23	Maia	G	22,7%	29,5%	16,9%	12,2%	13,9%	10,5%	11,3%	8,4%	7,0%	11,5%
24	Vila Nova de Gaia	G	16,1%	20,0%	10,1%	13,0%	16,8%	14,1%	8,8%	9,4%	8,5%	11,3%
25	Coimbra	G	16,2%	18,4%	16,7%	13,8%	14,2%	12,4%	10,8%	11,1%	12,0%	11,2%
26	Silves	M	22,1%	29,0%	25,7%	13,6%	11,3%	9,5%	9,8%	8,3%	10,4%	10,6%
27	Odivelas	G	25,8%	29,5%	20,8%	18,5%	19,3%	11,5%	6,9%	7,4%	9,3%	10,6%
28	Vila do Conde	M	15,6%	22,7%	15,3%	12,3%	14,9%	23,2%	9,0%	7,3%	10,9%	10,3%
29	Almada	G	18,9%	25,3%	17,5%	13,1%	13,8%	12,3%	9,7%	10,4%	8,5%	10,2%
30	Nazaré	P	13,4%	22,3%	20,9%	5,4%	10,0%	13,8%	9,5%	4,9%	7,1%	10,2%
31	Aveiro	M	16,4%	22,6%	11,3%	12,4%	15,2%	15,1%	16,0%	12,9%	10,3%	10,1%
32	Sesimbra	M	19,2%	26,1%	19,3%	13,5%	23,1%	11,4%	8,4%	9,2%	10,3%	10,1%
33	Braga	G	22,1%	32,7%	23,4%	20,3%	18,5%	15,9%	11,7%	10,2%	8,9%	9,8%
34	Vila Franca de Xira	G	19,6%	26,7%	24,3%	13,6%	20,3%	10,4%	8,4%	9,6%	10,1%	9,7%
35	Alcobaça	M	15,6%	20,9%	24,8%	14,3%	11,4%	9,5%	6,6%	6,2%	12,4%	9,6%

R16 – Municípios com menor peso do IMT nas despesas correntes

	Município	Dim.	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Alter do Chão	P	2,42%	3,11%	2,77%	2,73%	1,24%	2,73%	6,97%	2,03%	1,97%	0,00%
2	Machico	M	6,64%	8,07%	6,95%	2,63%	3,43%	5,08%	12,57%	9,07%	0,69%	0,00%
3	Corvo	P	0,05%	0,39%	0,04%	0,02%	0,27%	0,60%	0,00%	0,49%	0,06%	0,03%
4	Barrancos	P	0,87%	1,88%	1,95%	0,36%	0,30%	0,61%	0,18%	0,97%	0,30%	0,21%
5	Crato	P	2,63%	4,89%	1,89%	1,33%	6,89%	9,08%	1,63%	3,18%	0,81%	0,22%
6	Pampilhosa da Serra	P	3,86%	1,70%	3,07%	1,32%	0,91%	1,27%	0,87%	0,36%	0,37%	0,45%
7	Vinhais	P	0,91%	2,64%	1,31%	0,91%	0,96%	0,67%	0,53%	0,54%	0,70%	0,48%
8	Porto Moniz	P	1,12%	Si	1,91%	0,88%	1,29%	0,97%	1,67%	1,12%	0,37%	0,53%
9	Manteigas	P	0,83%	0,69%	0,51%	0,56%	0,76%	1,66%	0,74%	0,59%	1,64%	0,56%
10	Sabugal	P	1,09%	1,35%	1,22%	1,34%	1,09%	0,84%	0,79%	0,84%	1,18%	0,58%
11	Sernancelhe	P	2,52%	1,34%	2,79%	1,94%	1,01%	1,04%	0,85%	1,25%	1,30%	0,65%
12	Murça	P	0,00%	0,00%	0,25%	1,77%	1,67%	1,40%	0,92%	1,71%	1,05%	0,67%
13	Miranda do Douro	P	1,41%	2,10%	2,22%	1,60%	1,77%	1,38%	1,26%	0,96%	1,02%	0,71%
14	Sardoal	P	2,10%	2,38%	2,34%	1,87%	1,23%	2,06%	2,63%	1,35%	1,42%	0,73%
15	Boticas	P	0,98%	2,11%	1,91%	1,18%	1,80%	1,47%	0,96%	0,61%	1,12%	0,75%
16	Almeida	P	0,76%	2,37%	1,88%	1,08%	1,11%	0,86%	0,55%	0,88%	0,65%	0,79%
17	Penedono	P	1,27%	2,47%	1,63%	1,42%	1,35%	2,04%	0,83%	1,28%	0,39%	0,84%
18	Terras de Bouro	P	0,00%	3,15%	3,37%	2,67%	2,07%	2,25%	1,38%	1,28%	1,54%	0,86%
19	Ribeira de Pena	P	0,84%	1,45%	1,53%	1,01%	0,81%	1,05%	1,08%	0,72%	0,58%	0,88%
20	Mértola	P	2,51%	1,73%	2,56%	1,26%	1,25%	1,70%	0,92%	0,64%	0,53%	0,91%
21	Alcoutim	P	1,06%	2,83%	0,81%	0,82%	1,14%	0,86%	0,46%	0,46%	0,78%	0,94%
22	Castelo de Vide	P	2,66%	3,05%	1,96%	1,62%	2,03%	3,62%	0,96%	0,95%	0,70%	0,97%
23	Oleiros	P	1,10%	1,75%	1,35%	2,30%	1,33%	1,08%	0,89%	0,65%	0,72%	0,99%
24	Penamacor	P	0,89%	2,15%	1,78%	1,08%	2,00%	3,71%	4,58%	1,62%	1,59%	1,00%
25	Mogadouro	P	2,32%	3,45%	1,84%	2,10%	2,23%	2,95%	1,15%	1,47%	0,73%	1,00%
26	Montalegre	P	1,36%	1,83%	1,57%	2,63%	1,50%	1,66%	1,86%	0,90%	0,77%	1,01%
27	Proença-a-Nova	P	1,58%	2,14%	2,57%	2,57%	1,53%	1,54%	0,95%	0,95%	0,82%	1,02%
28	Santana	P	4,49%	4,58%	4,04%	1,45%	2,60%	1,50%	1,77%	0,95%	1,20%	1,03%
29	Melgaço	P	0,97%	1,60%	2,01%	1,18%	1,50%	1,52%	0,82%	0,97%	2,12%	1,04%
30	Castro Daire	P	2,27%	2,65%	3,22%	1,60%	2,13%	1,92%	1,77%	1,36%	1,17%	1,04%
31	Vila de Rei	P	2,15%	2,12%	1,61%	2,42%	1,56%	1,56%	1,00%	0,92%	0,84%	1,06%
32	Freixo de Espada à Cinta	P	4,93%	2,78%	1,09%	2,39%	0,88%	1,16%	0,64%	0,36%	0,63%	1,08%
33	Fronteira	P	3,91%	18,10%	3,80%	7,38%	1,62%	1,86%	3,10%	1,11%	0,58%	1,09%
34	Vila Velha de Ródão	P	0,90%	1,77%	1,08%	1,38%	0,90%	4,60%	3,96%	3,17%	2,01%	1,11%
35	Alfândega da Fé	P	2,65%	3,74%	1,50%	1,57%	0,93%	1,92%	2,40%	0,93%	0,81%	1,11%

Da análise das listagens R15 e R16 conclui-se:

- Dos 35 municípios listados em R15, 32 apresentam um peso do IMT superior a 10% da sua despesa corrente, sendo que para 9 deles esse peso foi igual ou superior a 20%. Trata-se de municípios que ainda mantêm uma grande dependência financeira desta receita pelo que as opções das suas políticas públicas estarão provavelmente condicionadas ao recebimento desta coleta e a extinção da mesma poderá ter repercussões negativas na continuidade de atividades desenvolvidas em benefício dos seus municípios.
- Em relação aos municípios cuja receita de IMT pouco peso representa no montante da sua despesa corrente (municípios listados em R16) será mais fácil adequar a reformulação das políticas públicas municipais à ausência desta receita. São municípios que já verificamos em quadros anteriores dependem essencialmente das transferências do Estado
- Para além dos municípios elencados em R15, muitos outros municípios cujo peso percentual na cobertura da despesa corrente sendo inferior a 10%, em termos absolutos, a receita de IMT é relevante na estrutura de fundos disponíveis.

2.2.2.5. Impacto, na Receita Municipal, dos Contratos de Financiamento com o Estado com vista ao reequilíbrio financeiros das autarquias.

Embora tenha tido pouco impacto na estrutura da receita autárquica no ano e 2015 os financiamentos do estado para equilíbrio financeiro das contas municipais, nomeadamente o que se refere a empréstimos para pagamento de dívida comercial, decidiu-se manter neste anuário o mapa dos empréstimos do PAEL⁶¹ para conclusão da informação prestada sobre este processo, abstenendo-nos de observações adicionais às realizadas no Anuário precedente pois o enfoque da utilização destes financiamentos foram essencialmente os anos de 2013 e 2014.

Os Quadros subsequentes: Quadro 2.22 e 2.23 desagregam por município beneficiado o valor contratualizado ao abrigo do PAEL, os montantes utilizados, em que anos económicos e o peso deste

financiamento na receita total de cada município e nos respetivos passivos financeiros.

Da observação dos mesmos pode-se concluir:

- Conforme já tinha sido apresentado no Anuário de 2014, o volume de empréstimos, aprovado no âmbito do PAEL, foi de 625,6 M€ e abrangeu 103 municípios, sendo apenas cinco da Madeira (Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Calheta e Porto Santo) e três dos Açores (Nordeste, Ribeira Grande e Vila Praia da Vitória).
- Do total aprovado nos 103 contratos celebrados ao abrigo do PAEL foram utilizados 13,6 M€ em 2012, 468,2 M€ em 2013, 124,8 M€ em 2014 e 13,2 M€ em 2015. No final do ano económico de 2015 ficou por utilizar 11,3 M€.
- No quadro 2.22 apresenta-se o peso do financiamento PAEL no volume de empréstimos utilizados pelos municípios em 2015

⁶¹ Programa de Apoio à Economia Local criado para a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, conforme referido no ponto 1.7 do capítulo 1.

Quadro 2.22 – Municípios com Contratos de Financiamento Visados pelo Tribunal de Contas no âmbito do PAEL e peso nos passivos financeiros de 2015

Município		Financiamento visado	Tranches				Receita cobrada: Passivos MLP 2015	Peso PAEL nos passivos MLP de 2015
			2012	2013	2014	2015		
1	Fundão	36 777 846	0	36 770 699	0	0	0	-
2	Évora	32 166 373	0	25 733 099	6 433 275	0	0	-
3	Funchal	28 414 336	0	28 410 797	0	0	0	-
4	Santarém	24 581 767	0	14 749 060	9 168 411	0	802 829	-
5	Vila Real de Santo António	24 466 151	0	0	24 334 084	0	0	-
6	Vila Nova de Gaia	22 751 431	0	15 926 002	6 273 459	0	446 706	-
7	Paredes	19 755 872	0	19 690 777	0	0	0	-
8	Cartaxo	17 667 910	0	0	10 600 746	6 373 686	8 350 905	76%
9	Santa Cruz	16 848 866	0	0	13 479 093	0	1 556 310	-
10	Faro	16 710 900	0	0	16 710 900	0	0	-
11	Albufeira	16 678 726	0	10 007 235	6 388 834	0	0	-
12	Trofa	16 597 188	0	9 958 313	6 603 252	0	0	-
13	Valongo	16 263 896	0	16 263 896	0	0	0	-
14	Loulé	14 506 376	0	14 506 376	0	0	0	-
15	Guarda	14 091 560	0	12 754 235	193 778	857 548	8 200 000	10%
16	Santa Maria da Feira	12 899 357	0	12 553 555	0	0	0	-
17	Lamego	11 826 491	0	11 816 203	0	0	0	-
18	Vila do Conde	10 928 221	0	10 928 221	0	0	0	-
19	Vila Verde	10 438 783	0	10 438 783	0	0	0	-
20	Barreiro	10 201 380	0	10 201 380	0	0	0	-
21	Lagos	9 508 131	0	9 118 416	0	0	0	-
22	Sesimbra	8 912 069	0	8 912 069	0	0	0	-
23	Ílhavo	8 794 812	6 156 369	1 404 247	0	0	0	-
24	Espinho	8 176 751	0	8 176 751	0	0	0	-
25	Chaves	7 873 427	0	7 852 817	0	0	0	-
26	Vizela	7 733 509	0	0	4 640 105	3 093 404	5 352 978	58%
27	Nordeste	7 611 777	0	6 089 422	1 520 987	0	0	-
28	Póvoa de Varzim	7 498 180	0	7 380 944	0	0	0	-
29	Paços de Ferreira	7 137 212	0	7 076 475	0	0	0	-
30	Torres Novas	6 795 454	0	6 778 372	0	0	0	-
31	Câmara de Lobos	5 815 459	0	5 815 459	0	0	0	-
32	Peso da Régua	5 106 130	0	4 961 948	0	0	529 707	-
33	Borba	4 886 116	0	4 886 116	0	0	0	-
34	Reguengos de Monsaraz	4 675 556	0	4 649 883	0	0	0	-
35	Alcobaça	4 435 817	3 105 072	1 279 392	0	0	0	-
36	Aljô	4 424 691	0	0	2 654 815	1 769 876	1 769 876	100%
37	Freixo de Espada à Cinta	4 346 736	0	2 608 041	1 619 187	0	0	-
38	Chamusca	4 323 839	0	4 323 830	0	0	0	-

	Município	Financiamento visado	Tranches				Receita cobrada: Passivos MLP 2015	Peso PAEL nos passivos MLP de 2015
			2012	2013	2014	2015		
39	Calheta (R.A.M.)	4 232 882	0	4 232 882	0	0	0	-
40	Olhão	4 083 540	0	4 066 208	0	0	0	-
41	Manguade	4 001 682	0	3 952 939	0	0	0	-
42	Lagoa (Algarve)	4 000 000	0	4 000 000	0	0	0	-
43	Óbidos	3 839 744	0	3 839 744	0	0	0	-
44	Trancoso	3 583 677	0	2 508 574	1 012 714	0	0	-
45	Vagos	3 553 788	0	3 551 943	0	0	0	-
46	Sines	3 548 273	0	3 528 273	0	0	2 930 000	-
47	Ourém	3 365 330	0	3 348 153	0	0	0	-
48	Santa Comba Dão	3 362 156	0	0	2 017 294	672 431	2 098 733	32%
49	Entroncamento	3 219 263	0	3 181 878	0	0	232 048	-
50	Peniche	3 202 576	0	2 241 803	940 976	0	398 659	-
51	Azambuja	3 139 294	0	3 139 294	0	0	0	-
52	Vieira do Minho	3 056 978	0	3 056 978	0	0	2 000 000	-
53	Viana do Castelo	2 903 596	0	2 809 410	0	0	3 640 185	-
54	Paredes de Coura	2 881 120	0	2 881 120	0	0	0	-
55	São Pedro do Sul	2 873 609	0	2 850 609	0	0	0	-
56	Covilhã	2 815 021	0	2 815 021	0	0	0	-
57	Seia	2 768 065	0	1 660 839	1 098 026	0	0	-
58	Estremoz	2 710 733	0	2 710 733	0	0	0	-
59	Valpaços	2 649 478	0	2 649 478	0	0	0	-
60	Póvoa de Lanhoso	2 469 210	0	2 469 210	0	0	1 961 650	-
61	Porto Santo	2 452 015	0	1 471 209	0	0	0	-
62	Tábua	2 443 240	0	1 710 268	732 972	0	0	-
63	Arruda dos Vinhos	2 441 431	0	2 441 431	0	0	0	-
64	Moimenta da Beira	2 412 487	0	1 447 492	964 995	0	0	-
65	Penela	2 313 528	1 619 470	623 585	0	0	0	-
66	Caminha	2 281 969	0	2 281 969	0	0	0	-
67	Ansião	2 233 967	0	2 231 033	0	0	0	-
68	Vale de Cambra	2 145 858	0	2 145 858	0	0	0	-
69	Sertã	2 130 877	0	2 130 877	0	0	0	-
70	Melgaço	2 130 366	0	2 105 126	0	0	0	-
71	Ribeira Grande	2 049 782	1 434 848	572 466	0	0	1 152 001	-
72	Ribeira de Pena	2 041 244	0	2 033 926	0	0	0	-
73	Miranda do Douro	2 031 709	0	2 029 129	0	0	0	-
74	Praia da Vitória	1 953 335	1 367 334	586 000	0	0	0	-
75	Penafiel	1 736 014	0	1 736 014	0	0	0	-
76	Santo Tirso	1 730 000	0	1 730 000	0	0	0	-

Município	Financiamento visado	Tranches				Receita cobrada: Passivos MLP 2015	Peso PAEL nos passivos MLP de 2015	
		2012	2013	2014	2015			
77	Alvaiázere	1718 333	0	1718 333	0	0	0	-
78	Soure	1695 316	0	1695 316	0	0	0	-
79	Nelas	1635 611	0	1625 515	0	0	8 508 880	-
80	Grândola	1477 120	0	1477 043	0	0	0	-
81	Aljustrel	1332 329	0	932 630	295 246	0	0	-
82	Oliveira de Azeméis	1216 473	0	851 531	364 942	0	0	-
83	Mourão	1174 765	0	704 859	469 906	0	0	-
84	Tavira	1165 078	0	1165 078	0	0	0	-
85	Alenquer	1149 795	0	804 856	344 938	0	0	-
86	Sobral de Monte Agraço	1053 287	0	1053 287	0	0	0	-
87	Valença	1000 000	0	1000 000	0	0	0	-
88	Armamar	987 994	0	987 994	0	0	0	-
89	Lourinhã	972 627	0	972 490	0	0	0	-
90	Rio Maior	962 061	0	895 929	0	0	0	-
91	Lousã	880 772	0	880 772	0	0	38 333	-
92	Ponte da Barca	846 752	0	846 752	0	0	102 123	-
93	Montijo	846 737	0	846 737	0	0	0	-
94	Gouveia	754 338	0	754 338	0	0	2 062	-
95	Montemor-o-Velho	745 634	0	0	0	447 380	447 380	100%
96	Vila Nova da Barquinha	741 247	0	731 491	0	0	0	-
97	Almeirim	694 480	0	687 703	0	0	0	-
98	Alfândega da Fé	694 457	0	416 674	270 175	0	11879 406	-
99	Vila Nova de Paiva	586 130	0	548 573	0	0	0	-
100	Monforte	504 812	0	504 812	0	0	124 172	-
101	Oliveira de Frades	485 614	0	485 614	0	0	450 000	-
102	Ferreira do Alentejo	458 617	0	393 742	0	0	0	-
103	Sardoal	444 793	0	444 793	0	0	0	-
Total	625 642 103	13 683 092	468 221 147	119 133 108	13 214 325	62 974 944	21%	

Quadro 2.23 – Municípios com maior montante de PAEL contratado e não utilizado

Município	Financiamento visado	Transferência PAEL	Financiamento não utilizado	% do PAEL não utilizada
Santa Cruz	16 848 866	13 479 093	3 369 773	20%
Ílhavo	8 794 812	7 560 616	1 234 197	14%
Porto Santo	2 452 015	1 471 209	980 806	40%
Cartaxo	17 667 910	16 974 432	693 478	4%
Santa Comba Dão	3 362 156	2 689 725	672 431	20%
Total	49 125 760	42 175 074	6 950 685	14%

2.3. Despesas Municipais

2.3.1. Classificação económica das Despesas

Com o presente capítulo pretende-se analisar e comparar informação disponível sobre a execução e evolução da despesa global no universo dos 308 municípios, bem como a situação de cada rubrica da classificação económica e sua variação, considerando o período entre 2006 e 2015, distando 10 anos do ano económico em apreço e correspondendo a 3 mandatos consecutivos (2006–2009; 2010–2013; 2014–2017).

Comparar-se-ão os valores de 2014 com 2015, apreciando a evolução dos diversos indicadores e componentes orçamentais e sempre que se considere pertinente, individualizar-se-ão situações de municípios que ilustrem a influência nas dinâmicas em apreço, ou resultem das mesmas.

Continuar-se-á a apresentar, à semelhança do que se fez para o ponto 2.2 – Receitas Municipais, e seguindo a metodologia dos anteriores Anuários, listagens hierarquizadas (rankings) de municípios para cada tipo de despesa municipal, de modo a evidenciar as contribuições⁶² mais ou menos representativas para cada situação em análise.

A análise particularizada das despesas incidirá sobre o agrupamento das mesmas por natureza económica em despesas correntes e despesas de capital, segundo a denominação exigida no classificador legal.

⁶²Normalmente referenciam-se os primeiros 35 municípios para cada situação em apreço

Quadro 2.24 – Classificação económica da Despesa municipal

Despesas correntes	Despesas de capital	Outras despesas
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital	12 – Operações extra-orçamentais
02 – Aquisições de bens e serviços	08 – Transferências de capital	
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros	
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros	
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital	
06 – Outras despesas correntes		

2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa

2.3.2.1. Evolução das diferentes componentes do Orçamento da Despesa

O Quadro 2.25 apresenta a evolução da despesa global municipal entre 2006 e 2015 nas suas diferentes fases. Os quadros subsequentes 2.26 e 2.27 completam esta informação com as taxas de variação da despesa orçada, comprometida e paga, bem como os valores absolutos dessa variação.

Quadro 2.25 – Orçamento e Execução da Despesa Total

Unidade: milhões de euros

Despesas	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Varia. 06–15 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Despesas previstas (a)	11 309,9	11 439,3	11 898,3	13 237,5	13 187,6	12 832,9	11 991,2	11 225,5	9 817,1	9 402,2	-16,9%
Compromissos do exercício (b)*	9 320,4	9 581,9	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 403,6	8 512,1	8 219,4	-11,8%
Despesas pagas – exercício e exerc. anteriores (c)	6 992,1	7 410,3	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 698,6	7 218,8	7 230,9	3,4%
Compromissos do exercício por pagar (d) = (b–c)	2 328,3	2 171,6	2 175,5	2 776,9	2 827,5	2 761,4	2 217,8	1 705,0	1 293,2	988,5	-57,5%
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e)**	1 601,8	1 655,3	1 891,7	2 927,3	3 167,9	4 042,8	4 912,8	5 810,2	6 153,1	6 796,6	324,3%
Grau de execução da despesa comprometida (b/a)	82,4%	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	5%
Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos (c/b)	75,0%	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	13%
Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista (c/a)	61,8%	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	68,6%	73,5%	76,9%	15,1%

* De acordo com o POCAL, deverão incluir os compromissos não pagos que transitaram de exercícios anteriores.

** Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida, mas apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos contratuais ainda não faturados.

Quadro 2.26 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)								
	06–07	07–08	08–09	09–10	10–11	11–12	12–13	13–14	14–15
Despesas previstas (a)	129,3	459,0	1 339,2	-49,9	-354,7	-841,6	-765,8	-1 408,4	-414,9
Compromissos do exercício (b)	261,5	469,5	1 083,6	-435,4	-218,0	-676,7	-401,3	-891,6	-292,6
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (c)	418,2	465,6	482,2	-486,0	-151,9	-133,1	111,6	-479,8	12,0
Compromissos do exercício por pagar (d)	-156,7	3,9	601,5	50,6	-66,1	-543,6	-512,8	-411,7	-304,7
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e)	53,5	236,5	1 035,5	240,6	874,9	870,0	897,5	342,9	643,5

Quadro 2.27 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (%)								
	06–07	07–08	08–09	09–10	10–11	11–12	12–13	13–14	14–15
Despesas previstas	1,1%	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,7%	-6,6%	-6,4%	-12,5%	-4,2%
Compromissos do exercício (despesa realizada)	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%	-9,5%	-3,4%
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%	-6,2%	0,2%
Compromissos do exercício por pagar*	-6,7%	0,2%	27,6%	1,8%	-2,3%	-19,7%	-23,1%	-24,1%	-23,6%
Compromissos para exercícios futuros	3,3%	14,3%	54,7%	8,2%	27,6%	21,5%	18,3%	5,9%	10,5%

* Compromissos que se previa fossem pagos no exercício e que não se pagaram.

Da observação dos três quadros anteriores pode-se concluir:

- Num espaço de 10 anos o volume de despesa orçada baixou 16,9% passando do montante de 11,3 mil milhões de euros em 2006 para 9,4 mil milhões de euros em 2015⁶³.
- A descida de valor de despesa orçada começou a sentir-se a partir de 2010 apresentando a sua maior redução em 2014 e o seu valor mais baixo em 2015. Anota-se que nos últimos dez anos a despesa orçada apresentou o maior valor em 2009, com uma orçamentação de 13,2 mil milhões de euros, superior em 40,3% (+3,8 mil milhões de euros) ao valor orçado em 2015.
- O montante de compromissos assumidos⁶⁴ em 2015 representou um valor 11,8% inferior ao assumido em 2006. Foi em 2015, que o setor autárquico assumiu o menor volume de despesa ao realizar apenas 8,2 milhões de euros de compromissos contra os 9,3 milhões de euros verificados em 2006.
- A tendência para a diminuição do volume global de encargos assumidos verificou-se, de igual modo, a partir de 2010 atingindo o maior índice de variação negativa em 2014, ano em que o seu decréscimo foi de 9,6%.
- Também de anotar a flagrante diferença entre os compromissos por pagar apresentados em 2006 e em 2015. No período de 10 anos este indicador de despesa baixou 57,5%. Em 2006 o montante apresentado era de 2,3 mil milhões de euros e em 2015 foi de apenas 988,5 milhões de euros. Embora o valor apresentado seja, ainda, relativamente elevado face à frágil capacidade financeira da maior parte dos municípios, a constatação de uma forte diminuição de encargos a pagar, não só traduz um maior rigor de registo contabilístico dos contratos e de outros compromissos assumidos como, uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos procurando garantir a sua cobertura financeira e um maior enquadramento da despesa pública quanto à sua eficácia e eficiência⁶⁵.
- Em 2015 o volume da despesa paga no total de 7,2 mil milhões de euros, embora apresentando um ligeiro aumento (+0,2%) em

⁶³ O deflacionamento da receita atuou diretamente sobre a orçamentação da despesa fazendo baixar drasticamente a sua previsão desde 2010.

⁶⁴ Despesa realizada

⁶⁵ Não se pode deixar de associar a descida significativa do montante de compromissos do exercício por pagar à significativa diminuição dos compromissos do exercício, demonstrada nos quadros e gráficos deste capítulo.

relação a 2014, manteve-se longe da média anual de pagamentos efetuados entre 2006 e 2013 (7,7 mil milhões de euros), resultante da diminuição conjugada de encargos e de receita auferida⁶⁶.

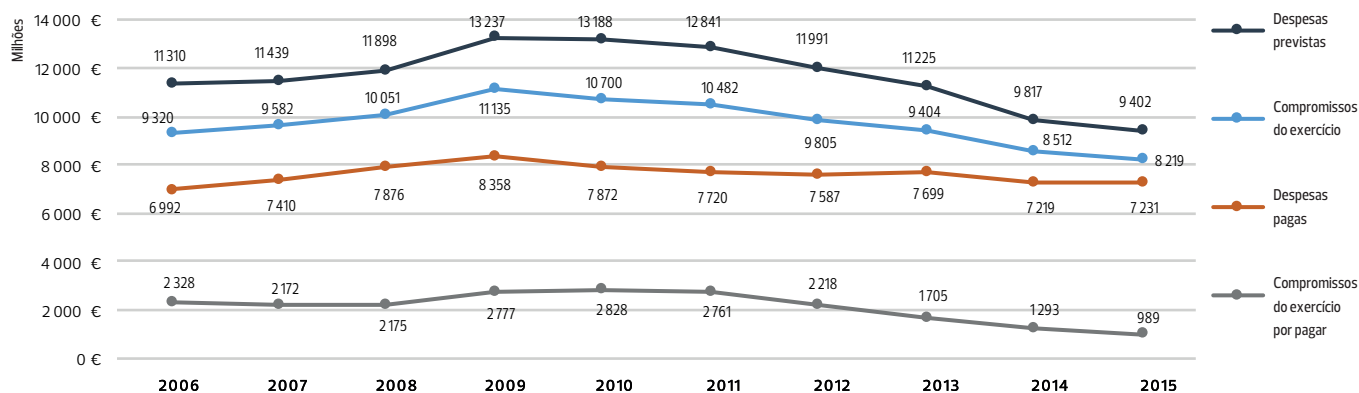
- Comparando, ainda, a evolução dos pagamentos efetuados pelos municípios entre 2006 e 2015, constata-se que neste ano⁶⁷, pese embora os encargos por pagar tivessem diminuído significativamente, apenas se verificou um acréscimo de 3,4% (+239 mil euros) em relação a 2006.
- Face ao exposto, não se pode deixar de anotar que a dinâmica dos recentes anos desenvolvida pelos municípios, carecerá de uma análise diferente daquela para a qual está vocacionado este anuário⁶⁸ pois, a articulação que a gestão municipal vem realizando de situações tendencialmente opostas, como a diminuição do volume de compromissos, a diminuição dos encargos a pagar e a progressiva intensificação das políticas públicas municipais, com maior quantidade e variedade de serviços prestados às populações é indutiva do exercício de um modelo ou modelos de maior eficiência e eficácia da atividade autárquica. Da variação dos encargos assumidos entre 2006 e 2015, pode-se concluir que, ao fim destes 10 anos os Municípios apresentam mais serviço público, mais competências e menor volume de despesa.
- O Gráfico que se segue permite visualizar a evolução dos diferentes contadores da despesa, mostrando a descida da orçamentação, dos compromissos e a ligeira subida de pagamentos em 2015, relativamente ao ano anterior.

⁶⁶ Em 2009, os municípios conseguiram obter receita que lhes permitiu pagar, nesse ano 8,3 mil milhões de euros de despesa compromissada. O volume de receita cobrada em 2015 foi inferior em 680M€ ao montante cobrado em 2009.

⁶⁷ Anota-se que a atividade dos municípios se vem intensificando nos últimos anos, prestando cada vez maior quantidade e variedade de serviços à sua população, com menos despesa.

⁶⁸ Apresentação de informação numérica, ainda que fornecida por diferentes elementos financeiros e por diferentes indicadores que concorrerem para uma análise articulada da variação das componentes orçamentais e para uma análise económico-financeira da gestão municipal, nas suas tendências globais. No anuário não são abordadas outras dinâmicas relacionadas com opções de políticas públicas e com alterações de natureza subjetiva ou sociológica.

Gráfico 2.04 – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, entre 2006 e 2015



Especificando a análise para os municípios das Regiões Autónomas apresentam-se os Gráficos 2.04. A e 2.04.M que mostram a evolução das diversas componentes da despesa

Gráfico 2.04.A – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. dos Açores, entre 2006 e 2015

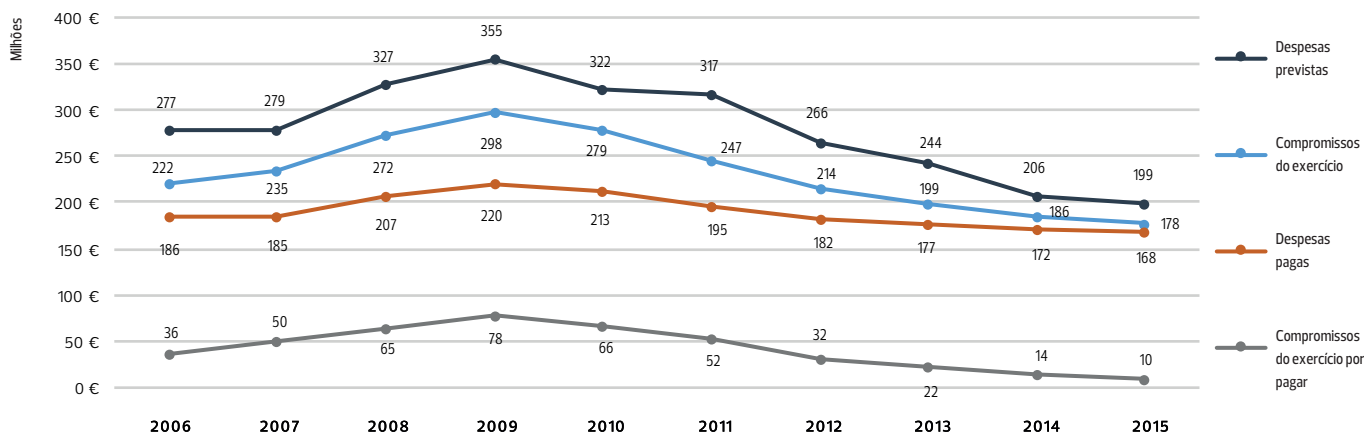
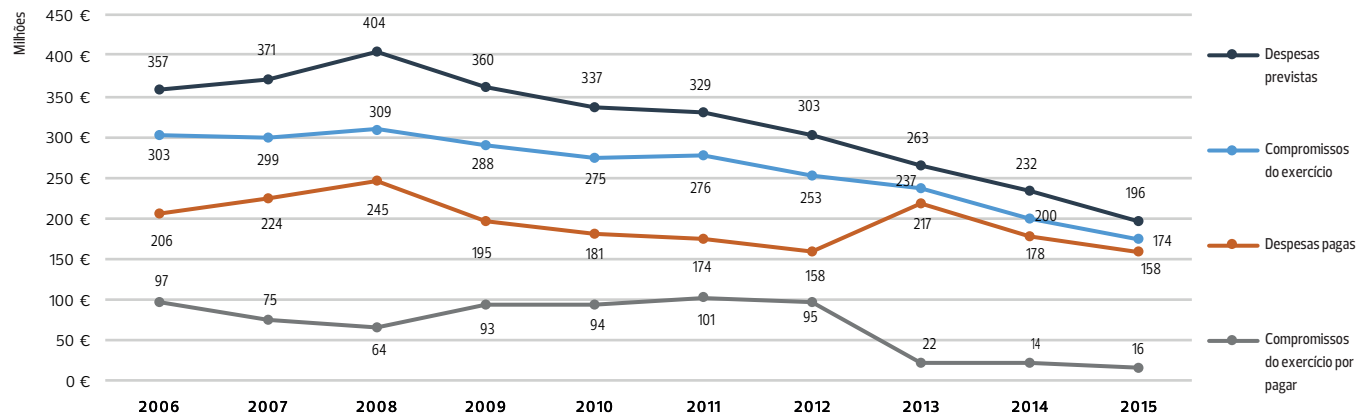


Gráfico 2.04.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da R.A. da Madeira, entre 2006 e 2015



Pela observação dos gráficos antecedentes constata-se em relação ao comportamento financeiro dos municípios da R.A.A:

- Na globalidade dos municípios a despesa orçada continuou a descer (-3,5%) embora a um ritmo inferior ao verificado em 2014 (-15,3%), ano em que a descida foi abrupta. Todavia, como é visível pelo gráfico correspondente, a despesa orçada apresentou diminuição progressiva desde 2010, tendo a maior descida sido verificada em 2012 (-16%).
- Acompanhando a descida da despesa orçada, o montante de compromissos desceu também de forma significativa, apresentando um decréscimo de 28,3% entre 2006 e 2015. Mais significativa foi, no entanto, a descida do montante comprometido em relação ao ano de 2009 (ano económico com maior valor de encargos assumidos) em 40,3%.
- Os cortes sucessivos na realização de despesa fizeram com que, a partir de 2014, o montante de compromissos assumidos se aproximasse bastante do valor da despesa orçada, provocando uma diminuição drástica do montante de encargos por pagar, os quais entre 2006 e 2015 baixaram de valor em 73,7% e entre 2009 e 2015 diminuíram 87,8%
- De igual modo, é de relevar o comportamento da despesa paga

a qual embora tenha diminuído (-23,4%, isto é, -51,4 M€) entre 2009 (ano de maior valor pago) e 2015, baixou muito menos que o montante de compromissos no mesmo período, verificando-se um notável esforço, no biénio 2014 e 2015, de aproximação do valor dos pagamentos ao montante de compromissos ao pagar-se 94,6% dos mesmos.

Reportando a análise ao gráfico relativo ao comportamento financeiro dos municípios da R.A.M., constata-se:

- Os municípios da R.A.M. apresentaram, também, uma descida substancial dos montantes da despesa orçada entre 2006 e 2015 (-160,6 M€, - 45%), devido aos decréscimos verificados anualmente a partir de 2009 e mais acentuadamente em 2015 (-35,7 M€, -15,4%).
- Apresentaram também uma grande diminuição da despesa assumida, -42,6% (-129,2 M€) entre 2006 e 2015, com maior descida em 2014 (-15,6%) e em 2015 (-13,1%), como se verifica pelos traçados das respetivas curvas do gráfico 2.04M.
- Relativamente ao comportamento dos pagamentos, na globalidade dos municípios da Madeira, verificou-se um acréscimo excepcional do valor dos mesmos em 2013 (+37%), sendo que a descida detetada nos anos posteriores de 2014 e 2015 se deveu, essen-

cialmente, à descida dos correspondentes montantes de compromissos, verificando-se que a curva dos encargos por pagar quase toca o eixo das abcissas atingindo, em 2015, o valor mais baixo de 15,7 M€.

· Anota-se que em 2015, não só os montantes de despesa paga desceram menos que os montantes de compromissos (a diminuição da despesa paga foi de -11,1% enquanto a diminuição do valor de compromissos foi de -13,1%), como o montante dos compromissos por pagar desceu 83,8% em relação a 2006 e 28,8% em relação a 2014.

2.3.2. 2. Grau de Execução do Orçamento da Despesa

Importa neste ponto do Anuário e no seguimento da análise do comportamento dos três tipos de despesas orçamental -orçada, compromissada e paga-, avaliar o grau de execução de cada um deles⁶⁹, antes de se passar à análise discriminada da despesa por natureza económica.

Assim, no Quadro 2.28 destacam-se os correspondentes graus de execução da despesa considerando respetivamente o peso da despesa assumida e da despesa paga na despesa orçada nos anos económicos entre 2006 e 2015.

Nos Quadros 2.28.A e 2.28.M apresenta-se a informação homóloga ao quadro 2.28 para as regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No Gráfico 2.05 visualiza-se a evolução dos graus de execução das diferentes fases da despesa nos últimos anos considerando o universo dos municípios. Observação homóloga se pode fazer nos Gráficos 2.05.A e 2.05.M relativamente à evolução dos graus de execução da despesa respetivamente para os municípios Açorianos e Madeirenses.

Quadro 2.28 – Diferentes Graus de Execução da Despesa Global Autárquica

	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Grau de execução da despesa										
Compromissos do exercício / Despesa prevista	82,4%	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%
Despesa paga / Despesa prevista	61,8%	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	68,6%	73,5%	76,9%
Despesa paga / Despesa comprometida	75,0%	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%

⁶⁹ Apesar de os mapas de controlo da despesa aprovados com o POCAL e que constam da documentação da prestação de contas dos municípios, referenciem o grau de execução da despesa, ao peso da despesa paga na despesa orçada, é nosso entendimento, dado o elevado nível de inflacionamento dos orçamentos municipais, que será mais razoável e que traduzirá melhor a realidade financeira dos municípios, determinar e comparar outros dois tipos de grau de execução da despesa: (i) peso da despesa paga na despesa comprometida e (ii) peso da despesa comprometida na despesa orçada.

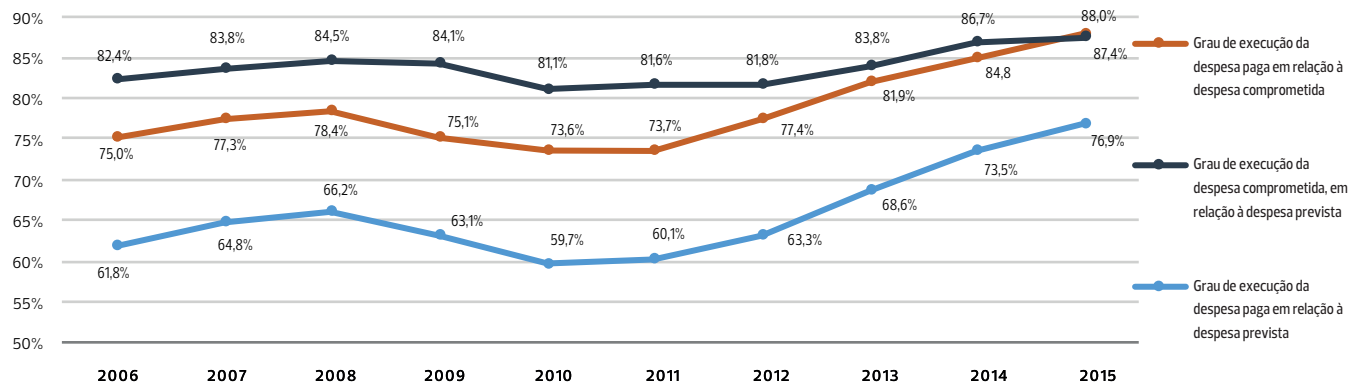
Da observação do quadro anterior há a realçar:

- O peso da despesa paga na despesa prevista (grau de execução da despesa paga⁷⁰) cresceu 15,1%, entre 2006 e 2015, fruto essencialmente da deflação do orçamento de despesa e da descida dos encargos assumidos pois o montante de despesa paga apenas cresceu, no mesmo período, 3,4pp.

- De assinalar, entre 2006 e 2015, o aumento em 13pp do peso das despesas pagas nos compromissos assumidos. Efetivamente em 2006 só foram pagos 75% dos encargos assumidos enquanto em 2015 foram pagos 88% dos mesmos. Apesar desta grande melhoria de performance financeira das autarquias, ainda ficaram por pagar 12% dos compromissos assumidos em 2015 os quais se traduziram em dívida comercial.

O Gráfico infra mostra a evolução favorável do grau da execução da despesa paga tanto em relação aos compromissos assumidos como em relação à despesa orçada e ilustra bem as conclusões registadas com a análise dos quadros anteriores

Gráfico 2.05 – Taxas de Execução das Despesas – 2006 a 2015



Os Quadros seguintes (2.28.A e 2.28.B) mostram comportamento dos diferentes graus de execução da despesa nas Regiões Autónomas.

Quadro 2.28. A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores

Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Despesa paga / Despesa prevista	66,9%	66,2%	63,3%	62,0%	66,2%	61,5%	68,5%	72,8%	83,4%	84,6%
	Despesa paga / Despesa comprometida	83,7%	78,6%	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%

⁷⁰ Nos termos solicitados nos mapas de execução orçamental do POCAL

Quadro 2.28. M – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios da Madeira

	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Grau de execução da despesa										
Compromissos do exercício / Despesa prevista	84,9%	80,5%	76,5%	80,1%	81,6%	83,9%	83,5%	90,0%	86,2%	88,6%
Despesa paga / Despesa prevista	57,8%	60,2%	60,7%	54,2%	53,6%	53,1%	52,2%	82,4%	76,7%	80,6%
Despesa paga / Despesa comprometida	68,0%	74,8%	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%

Assim:

- Verifica-se o excelente grau de execução das despesas na Região do Açores com os municípios a pagarem, em média, 94,6% da despesa comprometida.
- Na Região da Madeira, apesar do nível de pagamento dos compromissos ser de 91%, menos 4,6pp que na R.A.A, ainda assim, a

generalidade dos municípios apresenta um grau de execução das despesas 3 pp superior à média dos municípios do Continente, passando a barreira dos 90%

A observação dos Gráficos 2.05.A e 2.05.M reforçam o esforço das regiões autónomas em ajustarem a despesa ao nível de receita cobrada, face ao elevado grau de pagamento dos encargos assumidos.

Gráfico 2.05.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. dos Açores – 2006 a 2015

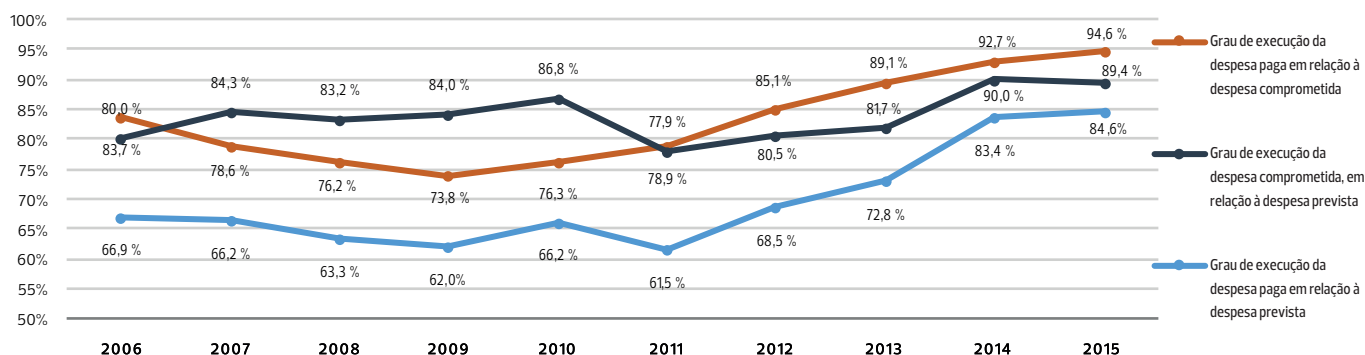
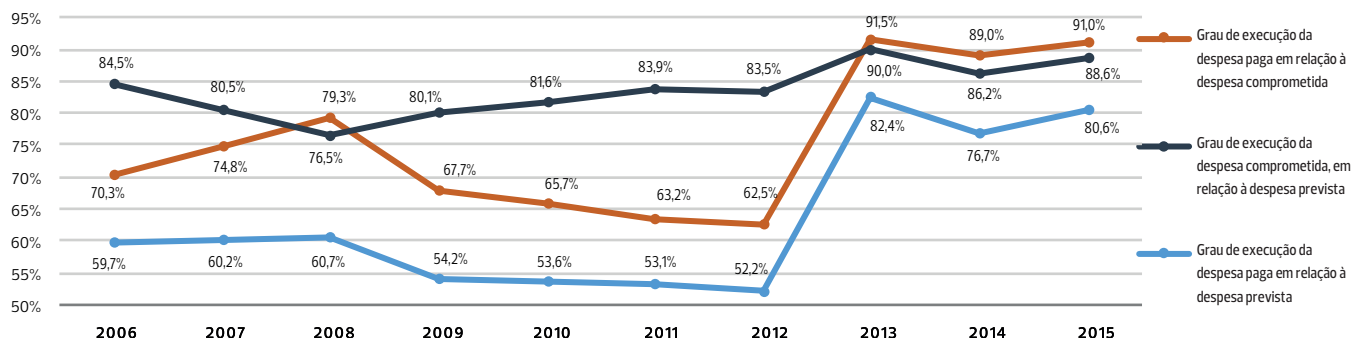


Gráfico 2.05.M – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da R.A. da Madeira – 2006 a 2015



2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2006 e 2015, por rubrica económica e nas suas diferentes fases de execução: despesa compromissada ou compromissos do exercício⁷¹, despesa paga⁷² e compromissos por pagar.

⁷¹ De acordo com o ponto 2.6.1 do POCAL, com o encerramento das contas, dever-se-ia fazer transitar para “Compromissos – exercícios futuros”, os compromissos assumidos no ano que não se concretizaram, isto é, que não originaram obrigações. Acontece que nem sempre esta operação é realizada, o que implica manterem-se no mapa de execução da despesa compromissos que não são do ano económico em causa, mas de anos económicos seguintes. Esta incorreção no registo orçamental da despesa, embora não altere o volume dos compromissos assumidos, falseia a informação relativa ao montante em dívida no fim do ano e também o valor da despesa realizada, conforme a definimos no início deste Anuário. Verifica-se, ainda, que não se tem forma de, com a informação constante nos Mapas de Execução Orçamental, detetar este erro ou omissão, pois a fase de registo da obrigação (com a receção das faturas), não se reflete na contabilidade orçamental, mas sim na patrimonial e de custos. Ora, será o total da faturação recebida no ano acrescida da transitada dos anos anteriores, por pagar, que constituirá o volume de despesa realizada (compromissos realmente assumidos, para o ano económico em questão).

Só a confrontação dos compromissos por pagar refletidos no Mapa de Execução Orçamental, com o passivo de curto prazo expresso no Balanço, permitirá concluir sobre a materialidade e fiabilidade da informação constante dos Mapas de Execução Orçamental e sobre compromissos assumidos para o exercício e não pagos. Acontece, porém, que, face à natureza informativa do Balanço, no passivo constarão, também, montantes que não representarão dívida orçamental. Estão nesta situação, entre outros, os valores de terceiros à guarda dos municípios, cuja contrapartida se encontra registada no ativo, em disponibilidades. São valores que não podem ser considerados como dívida do município, pese embora o seu registo como passivo nos respetivos Balanços municipais. São exemplo desta situação: as garantias de clientes ou fornecedores, cauções e os impostos retidos a favor do Estado. Expurgando-se do passivo de curto prazo estas situações, poder-se-á obter a análise da conformidade da informação prestada nos mapas orçamentais, com a informação prestada em Balanço. Contudo, para a elaboração deste Anuário e das edições anteriores, não tem sido possível obter informação que permita destacar do Balanço, o passivo que não se reflete em dívida orçamental, pelo que não se pode testar a realização, cabal, das operações orçamentais, de final do período. Assim, optou-se por considerar o montante apresentado na coluna de “Compromissos assumidos e não pagos” no Mapa de Execução Orçamental, como o provável valor máximo de dívida orçamental de curto prazo. Contudo, não se poderá deixar de anotar que há capítulos económicos relativamente aos quais os compromissos por pagar deveriam ser zero. São eles: Despesas com Pessoal; Ativos Financeiros e Passivos Financeiros. A existência de compromissos por pagar nestas situações, estará claramente associada à falta de regularização contabilística dos saldos das contas de encargos previsionalmente assumidos, que não se concretizaram. Não será fácil admitir-se que um município possa deixar de liquidar os montantes contratualizados de amortizações de empréstimos, ou que, no fim do ano económico, mantenha remunerações, suplementos ou outras despesas com pessoal em dívida.

⁷² O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas dos exercícios anteriores.

Nos Quadros 2.29 e 2.30 apresenta-se a evolução da despesa compromissada e da despesa paga por rubrica de classificação económica e nos Quadro 2.31 e 2.32 são apresentadas as correspondentes taxas de variação dos compromissos assumidos e da despesa paga, permitindo observar quais as rubricas económicas mais sujeitas a variação.

No Quadros 2.33 e 2.34 apresentam-se a estrutura dos compromissos assumidos e da despesa paga e no Quadro 2.35 o peso da despesa paga nos compromissos assumidos.

A análise conjunta dos quadros antecedentes permite verificar, por natureza económica quais as despesas autárquicas mais representativas na despesa total, constatando-se que o seu peso se altera conforme se trate da estrutura de despesas assumidas ou da estrutura de despesas pagas. Essa mesma alteração ocorre quando se observa a desagregação por natureza económica da despesa orçada.

Mas será a comparação do peso diversificado que as principais rubricas económicas podem assumir na estrutura da despesa, conforme se esteja perante os compromissos ou perante os pagamentos, que interessará observar.

As referências que se consideraram pertinentes após a leitura dos quadros que se seguem constam no final da sua apresentação.

Quadro 2.29 – Despesa Comprometida

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Variação 06–15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
01 – Despesas com pessoal	2 059,8	2 094,7	2 184,3	2 429,4	2 485,7	2 396,1	2 124,7	2 276,4	2 252,5	2 238,5	8,7%
02 – Aquisição de bens e serviços	1 910,4	2 126,4	2 323,7	2 517,2	2 507,7	2 606,3	2 602,1	2 635,6	2 528,2	2 460,3	28,8%
03 – Juros e outros encargos	141,3	203,8	244,6	218,4	134,1	186,7	192,1	165,4	171,2	141,5	0,1%
04 – Transferências correntes	454,0	524,6	550,2	597,2	583,3	570,3	548,1	568,3	574,5	590,1	30,0%
05 – Subsídios	146,1	151,5	171,7	208,5	225,8	238,8	223,2	195,5	158,2	94,7	-35,2%
06 – Outras despesas correntes	113,5	105,5	130,3	132,5	114,8	112,8	110,4	115,8	109,1	106,2	-6,5%
Total de despesas correntes	4 825,0	5 206,5	5 604,8	6 103,2	6 051,3	6 111,1	5 800,7	5 957,0	5 793,8	5 631,2	16,7%
07 – Aquisição de bens de capital	3 633,9	3 460,8	3 496,4	3 832,0	3 443,7	3 187,7	2 614,0	2 354,3	1 663,9	1 524,3	-58,1%
08 – Transferências de capital	425,9	445,0	500,8	547,9	497,7	464,6	390,4	362,1	280,9	253,3	-40,5%
09 – Ativos financeiros	45,7	36,6	37,7	53,8	40,6	42,9	34,1	30,4	31,4	73,0	59,7%
10 – Passivos financeiros	349,6	400,3	357,5	466,0	582,6	626,3	905,9	666,9	704,0	704,4	101,5%
11 – Outras despesas de capital	40,1	32,7	54,2	132,0	83,6	49,0	59,8	33,0	38,0	33,2	-17,4%
Total de despesas de capital	4 495,3	4 375,4	4 446,6	5 031,8	4 648,2	4 370,5	4 004,2	3 446,7	2 718,2	2 588,2	-42,4%
Total da Despesa	9 320,4	9 581,9	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 403,6	8 512,1	8 219,4	-11,8%
Total municípios R.A. Açores	221,9	234,9	271,6	298,0	279,0	246,5	214,0	199,0	185,6	177,9	-19,8%
Total municípios R.A. Madeira	302,9	299,1	309,5	287,9	274,8	275,6	252,9	236,9	199,8	173,7	-42,6%

Quadro 2.30 – Despesa Paga

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Variação 06–15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
01 – Despesas com pessoal	2 029,8	2 073,5	2 154,5	2 398,9	2 451,2	2 365,0	2 089,7	2 246,9	2 227,4	2 216,5	9,2%
02 – Aquisição de bens e serviços	1 419,3	1 627,0	1 782,5	1 855,0	1 731,1	1 789,4	1 852,3	2 060,0	2 037,9	2 052,3	44,6%
03 – Juros e outros encargos	128,5	181,5	224,8	192,0	104,7	141,5	148,5	127,1	131,8	112,0	-12,8%
04 – Transferências correntes	420,0	482,0	506,5	537,4	500,0	477,8	467,6	494,4	526,6	549,1	30,7%
05 – Subsídios	117,7	133,6	143,8	157,3	149,0	163,5	149,2	117,5	101,7	74,3	-36,8%
06 – Outras despesas correntes	105,7	95,3	120,7	119,0	101,2	95,5	93,4	101,3	97,0	93,6	-11,5%
Total de despesas correntes	4 220,9	4 592,9	4 932,6	5 259,6	5 037,2	5 032,7	4 800,8	5 147,2	5 122,4	5 097,7	20,8%
07 – Aquisição de bens de capital	1 993,0	1 986,8	2 089,5	2 063,9	1 782,3	1 670,2	1 535,6	1 597,4	1 140,5	1 175,9	-41,0%
08 – Transferências de capital	355,7	375,4	425,6	432,1	369,2	335,2	284,6	279,3	221,5	204,5	-42,5%
09 – Ativos financeiros	39,3	32,6	31,2	42,9	38,3	30,1	20,6	11,9	18,6	58,0	47,6%
10 – Passivos financeiros	344,1	395,7	353,3	459,5	577,2	615,0	890,3	634,2	679,1	666,0	93,6%
11 – Outras despesas de capital	39,1	26,8	43,7	100,0	67,8	37,0	55,1	28,7	36,7	28,7	-26,6%
Total de despesas de capital	2 771,2	2 817,4	2 943,3	3 098,5	2 834,8	2 687,5	2 786,2	2 551,4	2 096,4	2 133,1	-23,0%
Total da Despesa	6 992,1	7 410,3	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 698,6	7 218,8	7 230,9	3,4%
Total municípios R.A. Açores	185,6	184,5	206,9	219,8	212,8	194,5	182,1	177,4	172,1	168,4	-9,3%
Total municípios R.A. Madeira	206,0	223,6	245,4	194,9	180,5	174,3	158,2	216,8	177,8	158,0	-23,3%

Quadro 2.31 – Taxas de Variação dos Compromissos Assumidos

DESPESAS	Variação dos Compromissos Assumidos (%)								
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15
01 – Despesas com pessoal	1,7%	4,3%	11,2%	2,3%	-3,6%	-11,3%	7,1%	-1,0%	-0,6%
02 – Aquisição de bens e serviços	11,3%	9,3%	8,3%	-0,4%	3,9%	-0,2%	1,3%	-4,1%	-2,7%
03 – Juros e outros encargos	44,3%	20,0%	-10,7%	-38,6%	39,2%	2,9%	-13,9%	3,5%	-17,4%
04 – Transferências correntes	15,5%	4,9%	8,6%	-2,3%	-2,2%	-3,9%	3,7%	1,1%	2,7%
05 – Subsídios	3,7%	13,3%	21,4%	8,3%	5,8%	-6,5%	-12,4%	-19,1%	-40,2%
06 – Outras despesas correntes	-7,1%	23,6%	1,7%	-13,4%	-1,7%	-2,1%	4,8%	-5,7%	-2,7%
Total de despesas correntes	7,9%	7,6%	8,9%	-0,9%	1,0%	-5,1%	2,7%	-2,7%	-2,8%
07 – Aquisição de bens de capital	-4,8%	1,0%	9,6%	-10,1%	-7,4%	-18,0%	-9,9%	-29,3%	-8,4%
08 – Transferências de capital	4,5%	12,6%	9,4%	-9,2%	-6,7%	-16,0%	-7,2%	-22,4%	-9,8%
09 – Ativos financeiros	-20,1%	3,0%	42,9%	-24,6%	5,8%	-20,6%	-10,8%	3,4%	132,3%
10 – Passivos financeiros	14,5%	-10,7%	30,4%	25,0%	7,5%	44,6%	-26,4%	5,6%	0,1%
11 – Outras despesas de capital	-18,4%	65,4%	143,6%	-36,6%	-41,4%	22,0%	-44,8%	15,1%	-12,7%
Total de despesas de capital	-2,7%	1,6%	13,2%	-7,6%	-6,0%	-8,4%	-13,9%	-21,1%	-4,8%
Total da Despesa	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%	-9,5%	-3,4%

Quadro 2.32 – Taxas de Variação da Despesa Paga

DESPESAS	Variação das Despesas Pagas (%)								
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15
01 – Despesas com pessoal	2,2%	3,9%	11,3%	2,2%	-3,5%	-11,6%	7,5%	-0,9%	-0,5%
02 – Aquisição de bens e serviços	14,6%	9,6%	4,1%	-6,7%	3,4%	3,5%	11,2%	-1,1%	0,7%
03 – Juros e outros encargos	41,2%	23,9%	-14,6%	-45,5%	35,2%	4,9%	-14,4%	3,7%	-15,0%
04 – Transferências correntes	14,8%	5,1%	6,1%	-7,0%	-4,4%	-2,1%	5,7%	6,5%	4,3%
05 – Subsídios	13,6%	7,6%	9,4%	-5,2%	9,7%	-8,7%	-21,3%	-13,5%	-26,9%
06 – Outras despesas correntes	-9,9%	26,6%	-1,4%	-14,9%	-5,7%	-2,1%	8,5%	-4,3%	-3,5%
Total de despesas correntes	8,8%	7,4%	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%	7,2%	-0,5%	-0,5%
07 – Aquisição de bens de capital	-0,3%	5,2%	-1,2%	-13,6%	-6,3%	-8,1%	4,0%	-28,6%	3,1%
08 – Transferências de capital	5,5%	13,4%	1,5%	-14,6%	-9,2%	-15,1%	-1,9%	-20,7%	-7,7%
09 – Ativos financeiros	-17,1%	-4,3%	37,6%	-10,8%	-21,4%	-31,5%	-42,1%	56,2%	211,2%
10 – Passivos financeiros	15,0%	-10,7%	30,1%	25,6%	6,6%	44,8%	-28,8%	7,1%	-1,9%
11 – Outras despesas de capital	-31,5%	63,2%	128,6%	-32,2%	-45,4%	48,8%	-48,0%	28,2%	-21,8%
Total de despesas de capital	1,7%	4,5%	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%	-8,4%	-17,8%	1,8%
Total da Despesa	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%	-6,2%	0,2%

Quadro 2.33 – Estrutura dos Compromissos Assumidos

DESPESAS	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
01 - Despesas com pessoal	22,1%	21,9%	21,7%	21,8%	23,2%	22,9%	21,7%	24,2%	26,5%	27,2%
02 - Aquisição de bens e serviços	20,5%	22,2%	23,1%	22,6%	23,4%	24,9%	26,5%	28,0%	29,7%	29,9%
03 - Juros e outros encargos	1,5%	2,1%	2,4%	2,0%	1,3%	1,8%	2,0%	1,8%	2,0%	1,7%
04 - Transferências correntes	4,9%	5,5%	5,5%	5,4%	5,5%	5,4%	5,6%	6,0%	6,7%	7,2%
05 - Subsídios	1,6%	1,6%	1,7%	1,9%	2,1%	2,3%	2,3%	2,1%	1,9%	1,2%
06 - Outras despesas correntes	1,2%	1,1%	1,3%	1,2%	1,1%	1,1%	1,1%	1,2%	1,3%	1,3%
Total de despesas correntes	51,8%	54,3%	55,8%	54,8%	56,6%	58,3%	59,2%	63,3%	68,1%	68,5%
07 - Aquisição de bens de capital	39,0%	36,1%	34,8%	34,4%	32,2%	30,4%	26,7%	25,0%	19,5%	18,5%
08 - Transferências de capital	4,6%	4,6%	5,0%	4,9%	4,7%	4,4%	4,0%	3,9%	3,3%	3,1%
09 - Ativos financeiros	0,5%	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%	0,9%
10 - Passivos financeiros	3,8%	4,2%	3,6%	4,2%	5,4%	6,0%	9,2%	7,1%	8,3%	8,6%
11 - Outras despesas de capital	0,4%	0,3%	0,5%	1,2%	0,8%	0,5%	0,6%	0,4%	0,4%	0,4%
Total de despesas de capital	48,2%	45,7%	44,2%	45,2%	43,4%	41,7%	40,8%	36,7%	31,9%	31,5%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.34 – Estrutura da Despesa Paga

DESPESAS	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
01 - Despesas com pessoal	29,0%	28,0%	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%
02 - Aquisição de bens e serviços	20,3%	22,0%	22,6%	22,2%	22,0%	23,2%	24,4%	26,8%	28,2%	28,4%
03 - Juros e outros encargos	1,8%	2,4%	2,9%	2,3%	1,3%	1,8%	2,0%	1,7%	1,8%	1,5%
04 - Transferências correntes	6,0%	6,5%	6,4%	6,4%	6,4%	6,2%	6,2%	6,4%	7,3%	7,6%
05 - Subsídios	1,7%	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	2,1%	2,0%	1,5%	1,4%	1,0%
06 - Outras despesas correntes	1,5%	1,3%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%
Total de despesas correntes	60,4%	62,0%	62,6%	62,9%	64,0%	65,2%	63,3%	66,9%	71,0%	70,5%
07 - Aquisição de bens de capital	28,5%	26,8%	26,5%	24,7%	22,6%	21,6%	20,2%	20,7%	15,8%	16,3%
08 - Transferências de capital	5,1%	5,1%	5,4%	5,2%	4,7%	4,3%	3,8%	3,6%	3,1%	2,8%
09 - Ativos financeiros	0,6%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,8%
10 - Passivos financeiros	4,9%	5,3%	4,5%	5,5%	7,3%	8,0%	11,7%	8,2%	9,4%	9,2%
11 - Outras despesas de capital	0,6%	0,4%	0,6%	1,2%	0,9%	0,5%	0,7%	0,4%	0,5%	0,4%
Total de despesas de capital	39,6%	38,0%	37,4%	37,1%	36,0%	34,8%	36,7%	33,1%	29,0%	29,5%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.35 – Peso da Despesa Paga nos Compromissos Assumidos

DESPESAS	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Varição	Varição
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	14–15	06–15
01 – Despesas com pessoal	98,5%	99,0%	98,6%	98,7%	98,6%	98,7%	98,4%	98,7%	98,9%	99,0%	0,1%	0,5%
02 – Aquisição de bens e serviços	74,3%	76,5%	76,7%	73,7%	69,0%	68,7%	71,2%	78,2%	80,6%	83,4%	2,8%	9,1%
03 – Juros e outros encargos	90,9%	89,0%	91,9%	87,9%	78,1%	75,8%	77,3%	76,8%	77,0%	79,2%	2,2%	-11,8%
04 – Transferências correntes	92,5%	91,9%	92,1%	90,0%	85,7%	83,8%	85,3%	87,0%	91,7%	93,0%	1,4%	0,5%
05 – Subsídios	80,5%	88,2%	83,7%	75,4%	66,0%	68,5%	66,8%	60,1%	64,3%	78,5%	14,3%	-2,0%
06 – Outras despesas correntes	93,1%	90,3%	92,6%	89,8%	88,2%	84,6%	84,6%	87,5%	88,9%	88,1%	-0,7%	-5,0%
Total de despesas correntes	87,5%	88,2%	88,0%	86,2%	83,2%	82,4%	82,8%	86,4%	88,4%	90,5%	2,1%	3,0%
07 – Aquisição de bens de capital	54,8%	57,4%	59,8%	53,9%	51,8%	52,4%	58,7%	67,9%	68,5%	77,1%	8,6%	22,3%
08 – Transferências de capital	83,5%	84,4%	85,0%	78,9%	74,2%	72,1%	72,9%	77,1%	78,8%	80,7%	1,9%	-2,8%
09 – Ativos financeiros	86,0%	89,2%	82,9%	79,8%	94,4%	70,1%	60,5%	39,3%	59,3%	79,5%	20,2%	-6,5%
10 – Passivos financeiros	98,4%	98,9%	98,8%	98,6%	99,1%	98,2%	98,3%	95,1%	96,5%	94,6%	-1,9%	-3,9%
11 – Outras despesas de capital	97,5%	81,9%	80,8%	75,8%	81,1%	75,5%	92,2%	86,8%	96,7%	86,6%	-10,1%	-10,9%
Total de despesas de capital	61,6%	64,4%	66,2%	61,6%	61,0%	61,5%	69,6%	74,0%	77,1%	82,4%	5,3%	20,8%
Total da Despesa	75,0%	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	3,2%	13,0%
Total municípios dos Açores	83,7%	78,6%	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	1,9%	11,0%
Total municípios da Madeira	68,0%	74,8%	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	2,0%	23,0%

Da observação dos quadros anteriores pode-se afirmar:

- A estrutura da despesa assumida apresentou uma relevante alteração a partir de 2013. Entre 2006 e 2013 a despesa assumida repartiu-se, em média, entre 55,8% de despesa corrente e 44,2% de despesa de capital. Entre 2013 e 2015, 66,6% dos consumos orçamentais foram para despesas correntes e 33,4% para despesas de Capital.
- A estrutura da despesa paga entre 2006 e 2015, considerando a sua natureza económica, tem sido sempre diferente da estrutura da despesa assumida. Esta diferença deveu-se ao facto de, em sede de pagamentos, os municípios na sua generalidade, privilegiarem a liquidação de despesas de certa natureza em detrimento de outras.
- Assim, entre 2006 e 2012 a despesa paga repartiu-se, em média, entre 62,9% para despesa corrente e 37,1% para despesa de capital. Quer dizer: pagavam-se mais as despesas correntes e menos as de capital, ficando essencialmente estas em dívida.
- Entre 2013 e 2015 apresentou-se reforçado o peso dos paga-

mentos correntes no total da despesa paga, passando a representar em média 69,4% da mesma. Esta alteração resultou, quase exclusivamente da diminuição do volume de compromissos em despesas de capital, nomeadamente em despesas de investimento.

- Efetivamente, entre 2006 e 2012 as despesas de investimento autárquico representaram, em média, 33,4% do total das despesas assumidas. Em 2013 a situação alterou-se drasticamente com o decréscimo significativo das despesas em investimento passando as mesmas, nesse ano, para 25% da despesa total assumida. No biénio 2014 / 2015 a alteração estrutural da despesa municipal reafirmou-se com o peso do investimento a descer sucessivamente para os níveis de 19,5% e 18,5% da despesa total autárquica.
- Observando o Quadro 2.35 – Peso da Despesa Paga nos Compromissos Assumidos, verifica-se que em 2015 foram pagos 88% dos encargos assumidos tendo sido pagos 90,5% de encargos corrente e 82,4% de encargos de capital, quando entre 2006 e 2013 as médias homólogas de pagamentos foram respetivamente de

85,5% e 63,7%. Isto é, fruto da melhor gestão financeira das autarquias⁷³ foi possível aumentar significativamente a percentagem de pagamento dos encargos, tanto correntes como de capital.

· Observando, ainda, a estrutura do peso dos pagamentos nas despesas compromissadas verifica-se que embora todas as despesas, independentemente da sua natureza económica, apresentem maior índice de pagamento, há duas que têm sido preteridas em termos de pagamento: despesas de investimento e subsídios. Efetivamente, em 2015 só foi pago 77,1% da despesa de investimento⁷⁴ e 78,5% do montante assumido em subsídios⁷⁵, pese embora, em relação a 2014, os respetivos pagamentos tivessem crescido 8,6 pp e 14,3 pp.

· A evolução do volume de despesa assumida nas diferentes rubricas orçamentais, nomeadamente a partir de 2013, revela mudança de estratégia na gestão autárquica, a qual se consolidou no biénio 2014 e 2015, demonstrando o esforço de adequação da atividade municipal⁷⁶ à falta de meios financeiros. Assim, enquanto entre 2006 e 2012 as rubricas orçamentais com maior volume de compromissos foram, por ordem decrescente: a aquisição de bens de capital (despesas de investimento), a aquisição de bens e serviços, e as despesas com pessoal; em 2013, as opções municipais mostram uma inflexão na importância destes gastos, baixando as despesas de investimento para 2,35 mil milhões de euros, mantendo-se as despesas com aquisição de bens e serviços no mon-

tante de 2,6 mil milhões de euros e passando a despesa de pessoal para 2,28 mil milhões de euros⁷⁷, isto é: a despesa com a aquisição de bens e serviços passou para primeiro lugar, seguida da despesa de investimento, mantendo-se em terceira posição a despesa com pessoal.

· A consolidação da alteração de estrutura financeira dos municípios relativa à assunção de compromissos aconteceu em 2014 e foi reforçada em 2015, com uma muito maior descida da despesa em investimentos. Os compromissos assumidos nesta rubrica orçamental em 2014 e 2015 foram sucessivamente de 1,6 mil milhões de euros e de 1,5 mil milhões de euros. O investimento deixa de ser a rubrica de maior consumo de compromissos e os encargos com aquisição de bens e serviços passam a liderar a despesa municipal, cujo volume de compromissos, em 2015, desceu para 2,46 mil milhões de euros. Como segunda despesa em volume de compromissos surgem as despesas com pessoal, com uma descida de valor de 14 M€ em 2015, apresentando o montante de encargos de 2,2 mil milhões de euros, inferior em 17,4 M€, à média dos últimos nove anos.

· Concluindo esta análise e considerando o período entre 2006 e 2015, os encargos assumidos baixaram na totalidade 11,8% (-1,1 mil milhões de euros) e os pagamentos cresceram no global 3,4% (+239 M€), tendo o montante de pagamentos correntes aumentado 20,8% (+876,9 M€). A despesa corrente, em termos de assunção de encargos, aumentou 16,7% (+806 M€) e os encargos com despesa de capital baixaram 42,4% (-1,9 mil milhões de euros).

· Antes de se passar à análise detalhada das principais rubricas orçamentais atendendo à sua natureza económica e seguindo a metodologia adotada nos anteriores anuários, apresentam-se listagens hierarquizadas dos 35 primeiros municípios com maior volume de despesas assumidas em 2015, (Ranking R17) e de outros 35 municípios com menor volume de compromissos no exercício (Ranking R18), mantendo a informação das despesas desses mesmos municípios nos nove anos anteriores.

⁷³ Com penalização para os investimentos

⁷⁴ O diferencial não pago, a não ser que haja erro de contabilização ou de determinação do saldo de encerramento das contas, traduzirá sempre a dívida comercial das autarquias.

⁷⁵ De acordo com a legislação em vigor, os subsídios não realizados até ao final do ano económico, não se transformam em dívida pois as autorizações do executivo para este tipo de despesa vigoram apenas para o ano económico em causa, salvo se essa autorização foi sustentada por contratos em que se preveja a plurianualidade desses subsídios e a parte não realizada se transfira para o ano subsequente. Mesmo assim não será dívida, mas sim encargos a transitar para anos futuros. Outras rubricas também deveriam ser consideradas pagas a 100% pois, das mesmas não pode resultar dívida. Trata-se de rubrica de juros, amortização de passivos financeiros e pessoal.

⁷⁶ A atividade municipal ao invés dos recursos financeiros tem tido um desenvolvimento extraordinário nos últimos dez anos, face ao reforço de competências e ao mais amplo exercício da mesma. Tal facto tem sido sucessivamente constatado na leitura dos respetivos relatórios de gestão

⁷⁷ Fruto das políticas restritivas impostas no OE relativas à contratação de pessoal e aos fortes cortes salariais à função pública.

R17 – Municípios que apresentam maior volume de compromissos assumidos em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Receita líquida – Despesa assumida
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	783 385 860	616 339 609	569 301 559	730 202 051	716 790 522	650 982 695	890 270 312	662 953 437	695 182 343	661 046 360	106 000 869
2 Porto	G	211 803 017	206 989 256	200 712 847	209 749 637	206 404 277	191 527 399	159 025 526	187 562 967	160 650 010	178 415 020	45 163 236
3 Cascais	G	156 863 308	151 872 450	170 382 049	212 646 422	192 449 391	187 430 920	177 644 046	165 902 636	161 217 551	163 650 925	-9 648 924
4 Sintra	G	183 829 049	216 409 675	193 894 947	216 962 690	227 379 921	200 795 084	191 880 951	157 756 830	134 730 624	158 224 336	31 259 453
5 VN Gaia	G	197 095 298	249 592 631	235 664 105	245 631 558	214 289 146	217 920 589	206 212 389	179 554 268	166 135 947	150 721 947	-25 204 254
6 Matosinhos	G	96 192 253	101 078 061	120 872 982	140 755 805	163 545 770	164 367 048	130 645 711	111 466 922	94 042 801	115 282 675	-9 560 024
7 Oeiras	G	139 235 238	139 026 085	157 530 949	156 693 264	147 264 245	136 894 142	115 919 322	112 377 565	125 201 031	114 859 868	16 234 809
8 Setúbal	G	81 809 935	81 007 901	79 490 858	81 497 442	93 958 590	103 844 033	114 173 117	117 101 908	116 094 531	113 278 308	-17 843 892
9 Loures	G	136 252 079	140 902 323	150 763 919	166 626 892	129 755 927	141 317 097	130 421 821	120 459 009	115 407 691	110 975 581	48 307 848
10 Portimão	M	59 119 845	72 919 153	96 506 194	134 292 741	160 119 775	172 653 512	185 699 218	191 329 985	182 282 768	96 416 810	-44 953 077
11 Loulé	M	122 421 488	124 201 621	142 479 146	195 083 359	169 894 380	158 696 265	129 420 329	122 159 575	105 294 884	96 145 469	28 885 846
12 Coimbra	G	114 764 154	116 224 330	109 429 581	120 121 407	109 240 695	119 963 170	103 567 705	100 220 187	86 341 208	96 047 941	-3 963 232
13 Guimarães	G	80 281 975	82 204 378	87 508 706	109 208 179	112 202 363	129 605 487	105 925 342	77 651 243	85 341 441	90 226 745	8 431 452
14 Braga	G	84 461 308	84 944 740	92 884 995	105 131 042	97 664 153	91 470 717	100 634 730	114 585 184	93 021 652	89 400 246	-3 177 636
15 Almada	G	72 769 623	77 162 920	88 986 363	109 346 693	81 577 179	77 051 679	79 997 363	78 481 659	77 103 077	86 797 396	11 422 253
16 Seixal	G	92 924 298	98 820 984	115 418 405	119 355 275	114 775 159	105 094 616	84 486 305	104 542 531	110 880 917	78 340 535	14 858 090
17 Aveiro	M	97 647 920	126 353 828	128 092 696	114 132 160	88 652 129	94 779 215	58 258 820	66 605 277	77 707 406	77 490 819	-13 561 224
18 Amadora	G	86 194 285	87 326 004	87 910 709	109 468 900	97 092 006	97 389 379	87 343 126	89 187 156	82 026 752	76 889 918	1 249 303
19 VN Famalicão	G	66 637 789	73 349 633	84 835 729	87 317 481	89 937 765	90 420 302	86 652 660	75 414 357	74 592 631	76 278 480	-385 561
20 Funchal	G	111 916 746	110 534 019	109 330 475	100 906 934	109 359 516	102 264 430	98 407 792	113 588 256	80 514 819	75 910 402	378 896
21 Évora	M	54 153 280	53 957 140	50 807 086	74 222 874	64 473 050	57 557 306	87 696 185	94 159 374	80 934 479	73 692 652	-30 024 981
22 Maia	G	102 047 521	116 009 576	104 803 577	100 373 861	82 620 707	75 788 829	60 056 835	60 611 743	63 108 968	73 293 308	4 969 851
23 Viana do Castelo	M	53 952 552	57 073 827	64 766 377	72 838 340	71 652 792	67 573 999	66 357 637	67 930 135	59 399 423	72 284 155	3 143 473
24 Odivelas	G	62 553 484	75 880 679	81 418 568	93 644 928	97 655 431	86 055 074	77 406 214	68 032 511	71 503 136	70 909 068	-5 406 703
25 Gondomar	G	91 184 732	74 060 601	86 575 060	103 574 049	91 505 430	100 102 164	76 930 012	77 511 646	67 184 462	66 478 165	-1 562 134
26 Albufeira	M	67 920 813	76 186 704	94 847 656	122 876 020	94 359 230	91 896 372	95 842 725	83 517 358	80 928 178	65 766 784	35 540 721
27 Leiria	G	84 971 710	86 355 255	96 924 200	89 853 539	83 001 475	80 942 001	59 718 809	60 906 462	65 251 304	58 945 089	22 062 263
28 Santa Maria Feira	G	85 050 191	100 119 820	107 054 919	110 200 253	102 905 976	103 068 663	92 000 312	91 173 949	65 823 622	58 653 675	1 274 122
29 Vila Franca de Xira	G	65 068 364	68 347 259	80 797 154	79 917 534	79 311 548	67 488 925	70 962 982	73 696 601	62 331 635	58 466 813	14 671 204
30 Paredes	M	31 429 365	50 506 282	59 914 235	82 504 587	99 984 992	115 437 171	111 779 494	93 723 719	65 896 567	56 582 689	-9 256 692
31 Paços Ferreira	M	32 609 222	47 277 865	44 289 672	56 187 163	48 405 016	49 127 266	52 072 711	50 458 685	58 489 026	56 457 330	-32 408 331
32 Torres Vedras	M	46 115 150	47 850 626	53 815 699	60 520 010	59 076 455	69 072 632	58 260 813	49 931 104	46 988 697	56 258 641	-2 214 565
33 Barcelos	G	74 423 730	69 161 980	71 114 633	76 406 813	75 684 924	70 861 891	67 744 637	67 665 343	62 480 754	55 868 868	1 431 384
34 Mafra	M	58 097 069	57 256 669	60 130 893	61 597 888	77 542 503	66 431 430	63 516 469	57 654 378	56 103 422	53 551 305	6 142 181
35 Viseu	M	49 869 913	50 490 887	56 361 815	66 632 228	69 690 691	61 282 245	49 840 794	54 653 463	49 705 935	52 494 294	11 372 341

- Dos 35 municípios constantes do ranking R17, onde se apresentam as autarquias com maior volume de compromissos assumidos em 2015, 24 são municípios de grande dimensão e os restantes de média dimensão.
- Ao apresentar-se a diferença entre as receitas liquidadas e os compromissos assumidos no ano de 2015, pretende-se associar ao volume de despesa realizada o indicador fundamental de gestão autárquica que é o equilíbrio orçamental⁷⁸. Isto é: o volume de despesa assumida tem que ser menor ou igual ao volume de receita realizada, sendo esta reconhecida como receita liquidada – direito a receber⁷⁹. Assim na listagem R17 faz-se sobressair os municípios que apresentaram esta diferença negativa. Foram os que apresentaram uma situação de desequilíbrio orçamental ex-post traduzida num défice de exercício no valor da referida diferença.
- Observando a variação da receita destes municípios em 2015, constata-se que a maioria (23 em 35 municípios) apresentou decréscimo de despesa autárquica confirmando-se a tendência para o ajustamento da despesa aos recursos disponíveis e o impacto da aplicação da LCPA.
- Os compromissos assumidos por Lisboa, no total de 661 M€, representaram 9,1% do total compromissado pelas autarquias em 2015 e 370,5% do valor compromissado pelo Porto, segundo município com maior volume de compromissos assumidos.
- Os quatro municípios a seguir a Lisboa na listagem de maiores consumos comprometeram, cada um, entre 2,5% e 2,1% do total compromissado pelo setor autárquico sendo que, a partir do 25.º lugar, cada município utilizou menos que 1% das despesas totais realizadas pelo setor autárquico
- Como se acabou de verificar por este ranking dos municípios com maior despesa compromissada, o Porto, o segundo município da lista, comprometeu um montante equivalente a 27% do valor assumido por Lisboa, ao apresentar um total de despesa de

178,4 M€. A diferença entre o valor utilizado de dotações orçamentais entre Lisboa e Porto foi de 483 M€.

- Como nota complementar ao Ranking R17, anota-se que em 2015, apresentaram défice de exercício 164 municípios, isto é: apresentaram um volume de receita liquidada, incluindo o saldo de exercícios anteriores, inferior ao volume de despesa comprometida.

Apresenta-se de seguida o Ranking R18 que hierarquiza, por ordem crescente, os municípios com menor volume de compromissos assumidos em 2015.

⁷⁸ Em termos de despesa compromissada.

⁷⁹ Contudo, a LCPA implementada em 2012 pela Lei n.º 8 /2012 de 21 de fevereiro, exige que a assunção dos compromissos seja realizada em função da receita cobrada e não em função da liquidada, sendo certo que os municípios poderiam sempre, fazendo uso de um artigo de excecionalidade sustentar compromissos com receita a receber, desde que comprovado esse direito. Realmente será a receita liquidada a referência para a assunção de encargos

R18 – Municípios que apresentam menor volume de compromissos assumidos em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Receita liquidada
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	– Despesa assumida
1 Corvo	P	2 395 345	2 431 138	2 718 290	1 965 891	2 188 896	3 661 725	2 677 458	2 671 803	1 884 081	2 261 439	164 549
2 Santa Cruz das Flores	P	5 127 155	3 386 676	2 769 867	3 763 201	4 595 131	3 741 388	2 977 722	3 765 696	4 252 277	2 458 909	981 597
3 Lajes das Flores	P	3 137 874	3 360 968	3 984 887	7 248 021	6 570 893	4 807 305	6 282 630	5 806 206	5 555 145	3 059 741	241 620
4 Barrancos	P	5 158 343	6 713 699	7 229 544	6 889 020	6 034 288	4 749 493	3 861 871	3 899 978	3 725 080	3 683 299	126 068
5 Sta. Cruz da Graciosa	P	4 775 074	5 413 939	4 385 173	4 621 272	5 913 276	5 471 871	5 501 923	5 141 931	4 525 239	4 045 825	238 446
6 Alvito	P	4 051 373	5 251 114	5 801 000	7 798 199	7 236 418	6 528 395	4 472 782	4 176 678	4 432 660	4 225 363	1 090 631
7 Porto Moniz	P	12 132 088	9 112 388	7 917 033	11 479 542	10 353 864	7 841 934	6 034 821	5 539 778	4 112 111	4 460 782	509 429
8 São Roque do Pico	P	4 117 408	4 084 183	4 315 508	8 641 231	8 740 636	6 488 238	4 410 252	4 440 846	4 098 763	4 542 821	657 051
9 Castanheira de Pêra	P	13 733 051	12 862 858	13 550 462	13 278 055	13 257 846	12 724 368	9 408 194	3 654 310	4 744 154	4 783 220	1 095 035
10 Santana	P	11 336 381	10 938 928	12 957 506	13 619 642	7 943 984	10 249 744	8 831 054	7 544 780	6 580 748	4 931 449	1 347 093
11 Calheta (R. A. A.)	P	11 096 159	11 778 618	12 568 681	12 947 508	5 811 654	4 870 301	4 513 211	4 255 342	4 760 791	4 941 083	1 000 773
12 Pedrógão Grande	P	6 562 906	7 594 686	8 189 100	8 003 131	7 453 285	7 651 877	6 016 387	7 080 780	6 286 284	5 017 918	785 135
13 Fronteira	P	7 492 523	5 944 094	6 764 043	6 655 239	6 962 054	6 645 110	5 864 250	6 108 803	5 692 537	5 126 706	-176 428
14 Vila do Porto	P	8 515 427	5 645 257	6 213 741	7 388 548	5 525 207	5 782 345	5 330 102	4 614 488	5 749 626	5 178 677	663 630
15 Nordeste	P	10 250 963	8 607 073	8 643 092	11 777 557	14 880 214	14 975 093	13 661 451	18 298 762	6 994 338	5 452 107	1 253 797
16 Marvão	P	7 005 652	6 192 965	6 079 547	6 495 270	6 908 357	7 497 735	5 142 520	6 015 938	5 565 805	5 478 821	1 324 154
17 Velas	P	7 297 785	8 213 122	9 149 238	9 484 825	8 860 111	6 873 154	5 453 015	4 959 161	5 132 794	5 484 519	1 929 321
18 Castelo de Vide	P	6 999 448	6 096 183	5 635 300	6 152 861	5 784 304	6 118 634	6 216 804	6 639 708	6 243 740	5 525 325	841 562
19 Constância	P	6 472 131	5 729 304	6 557 510	8 293 262	7 412 778	7 822 244	7 937 183	6 424 528	5 476 061	5 666 109	-25 179
20 Vila de Rei	P	10 179 610	9 551 228	10 882 780	11 348 083	9 821 808	8 531 015	5 681 086	5 692 809	5 064 101	5 713 882	-204 078
21 Fornos de Algodres	P	Si	15 828 764	10 324 557	6 953 126	40 079 273	7 327 111	6 029 469	6 555 381	5 638 240	5 874 227	-60 101
22 Mesão Frio	P	9 087 561	8 356 272	8 432 036	10 509 816	12 541 844	7 771 771	7 673 371	6 126 897	6 047 291	5 891 239	-633 031
23 Cuba	P	6 273 505	5 517 423	7 026 719	6 722 637	7 613 415	7 715 697	6 598 687	5 311 724	5 474 626	6 127 894	-6 172
24 Monforte	P	9 022 193	8 875 459	9 063 729	9 304 390	7 039 876	7 786 299	6 196 952	6 215 745	5 588 383	6 180 862	-363 707
25 Lajes do Pico	P	8 268 374	8 434 962	8 347 375	9 318 056	13 355 370	8 880 716	9 450 739	12 134 787	7 574 058	6 199 117	-358 533
26 Alter do Chão	P	9 658 837	8 233 816	7 169 370	7 757 763	7 872 976	10 995 090	8 397 697	6 363 198	7 082 310	6 266 000	408 223
27 Porto Santo	P	11 425 727	11 828 023	7 388 040	10 148 078	9 383 074	8 574 026	7 284 613	8 633 751	4 082 910	6 346 324	-1 560 379
28 São Vicente	P	15 478 940	12 700 892	13 394 596	13 775 953	9 096 594	10 567 849	9 789 421	7 996 046	5 928 387	6 392 402	-308 553
29 Alpiarça	P	11 330 295	10 379 774	11 596 133	12 675 472	12 565 737	12 715 791	7 516 902	8 139 121	6 743 570	6 538 378	-493 342
30 Gavião	P	7 403 900	6 631 837	10 269 103	7 827 993	7 412 152	7 657 758	7 034 502	7 616 703	7 177 234	6 595 974	-70 974
31 Ponta do Sol	P	13 761 213	12 448 659	13 692 235	12 007 503	11 382 244	9 792 679	6 534 652	6 025 657	5 516 492	6 676 356	2 254 925
32 Penedono	P	4 405 613	4 521 177	4 991 043	5 115 147	5 109 932	6 391 651	6 867 686	8 018 074	7 525 031	6 754 012	-1 385 145
33 Povoação	P	9 072 145	9 237 572	8 388 851	10 408 492	10 571 077	9 464 180	6 959 054	6 967 513	7 671 312	6 838 138	-694 374
34 Murtosa	P	9 160 078	11 229 422	9 908 515	11 728 864	9 565 253	10 783 258	10 452 286	7 769 579	7 592 969	6 964 479	1 609 529
35 Carregal do Sal	P	7 493 921	7 753 721	9 698 957	9 366 660	8 699 250	7 510 595	7 873 684	7 462 203	6 736 289	7 081 550	1 679 468

A propósito da observação do Ranking R18 anota-se:

- Os municípios que apresentaram menor volume de despesa compromissada em 2015 foram todos de pequena dimensão, apresentando, na sua maioria (90 municípios), uma tendência para a diminuição de volume de despesa em 2015 em relação a 2014.
- Um número significativo de municípios de pequena dimensão (110 municípios) apresentou, também, um total de despesa assu-

mida superior à receita liquidada, subtraindo-se à regra de equilíbrio orçamental ex-post exigida pela aplicação da LCPA.

As listagens R18.A e R18.M hierarquizam respetivamente os municípios da Região dos Açores e da Região da Madeira, de acordo com a ordem descendente do volume de compromissos assumidos em 2015

R18.A – Volume de despesas assumidas pelos municípios da R.A. dos Açores em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		Receita liquidada – Despesa assumida
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Ponta Delgada	M	40 818 252	42 188 887	50 345 833	50 778 063	44 793 216	40 097 945	36 172 803	35 540 491	37 016 719	34 742 626	299 760
2 Ribeira Grande	M	24 631 746	33 925 202	45 720 626	49 380 863	40 761 737	30 187 747	25 058 163	19 363 095	17 391 308	22 287 877	1 853 384
3 Angra do Heroísmo	M	19 396 889	20 501 580	20 425 934	22 629 878	24 341 771	20 848 717	19 287 775	16 592 099	20 307 295	20 878 122	1 232 316
4 Praia da Vitória	M	15 558 891	16 300 622	22 662 834	30 308 921	31 437 880	19 060 835	14 681 108	12 986 356	11 946 545	12 272 616	-737 318
5 Horta	P	14 861 195	11 951 081	13 031 655	15 815 467	13 272 322	12 129 865	11 104 563	12 235 959	12 465 960	10 597 330	-605 134
6 Lagoa (R.A.A)	P	10 913 597	11 685 867	18 997 136	18 861 194	16 696 088	15 708 371	13 093 141	11 187 935	10 128 764	10 168 217	-77 617
7 Vila Franca do Campo	P	14 581 789	19 510 746	19 734 947	12 419 296	12 878 703	26 632 819	21 458 375	10 077 937	9 561 763	9 167 332	1 116 141
8 Madalena	P	7 069 771	8 272 360	9 205 745	10 193 167	7 807 891	6 864 666	5 959 567	7 956 790	8 564 967	7 345 844	-174 779
9 Povoação	P	9 072 145	9 237 572	8 388 851	10 408 492	10 571 077	9 464 180	6 959 054	6 967 513	7 671 312	6 838 138	-694 374
10 Lajes do Pico	P	8 268 374	8 434 962	8 347 375	9 318 056	13 355 370	8 880 716	9 450 739	12 134 787	7 574 058	6 199 117	-358 533
11 Velas	P	7 297 785	8 213 122	9 149 238	9 484 825	8 860 111	6 873 154	5 453 015	4 959 161	5 132 794	5 484 519	1 929 321
12 Nordeste	P	10 250 963	8 607 073	8 643 092	11 777 557	14 880 214	14 975 093	13 661 451	18 298 762	6 994 338	5 452 107	1 253 797
13 Vila do Porto	P	8 515 427	5 645 257	6 213 741	7 388 548	5 525 207	5 782 345	5 330 102	4 614 488	5 749 626	5 178 677	663 630
14 Calheta (R. A. A.)	P	11 096 159	11 778 618	12 568 681	12 947 508	5 811 654	4 870 301	4 513 211	4 255 342	4 760 791	4 941 083	1 000 773
15 São Roque do Pico	P	4 117 408	4 084 183	4 315 508	8 641 231	8 740 636	6 488 238	4 410 252	4 440 846	4 098 763	4 542 821	657 051
16 Sta. Cruz da Graciosa	P	4 775 074	5 413 939	4 385 173	4 621 272	5 913 276	5 471 871	5 501 923	5 141 931	4 525 239	4 045 825	238 446
17 Lajes das Flores	P	3 137 874	3 360 968	3 984 887	7 248 021	6 570 893	4 807 305	6 282 630	5 806 206	5 555 145	3 059 741	241 620
18 Santa Cruz das Flores	P	5 127 155	3 386 676	2 769 867	3 763 201	4 595 131	3 741 388	2 977 722	3 765 696	4 252 277	2 458 909	981 597
19 Corvo	P	2 395 345	2 431 138	2 718 290	1 965 891	2 188 896	3 661 725	2 677 458	2 671 803	1 884 081	2 261 439	164 549

Da observação da listagem anterior conclui-se que os municípios dos Açores seguiram a mesma tendência da globalidade dos municípios portugueses, ao baixarem as despesas compromissadas e ajustando o seu volume ao montante de receita cobrada, cumprindo o disposto pela LCPA.

Mais se verifica que também municípios Açorianos não respeitaram o equilíbrio orçamental, assumindo um valor de despesa superior ao montante de receita liquidada que, totalizaria o máximo de receita a cobrar no ano económico de 2015.

Relativamente aos municípios Madeirenses listados no ranking R18M a seguir apresentado verifica-se:

- Também seguiram, na generalidade, a tendência dos restantes municípios portugueses tendo feito baixar as despesas compromissadas.
- Quatro dos onze municípios apresentaram um montante de compromissos superior ao valor da receita liquidada no exercício de 2015, não cumprindo a regra do equilíbrio financeiros ex-post.

R18.M – Volume de despesas assumidas dos municípios da R.A. da Madeira em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Receita liquidada – Despesa assumida
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Funchal	G	111916746	110534019	109330475	100906934	109359516	102264430	98407792	113588256	80514819	75910402	378896
2 Santa Cruz	M	34005499	33941750	39406008	33867373	33751732	33224128	34487554	20322037	41653152	26622719	35939238
3 Câmara de Lobos	M	29257621	29675536	38974517	32777553	31158949	27281914	23517459	27038027	14822657	14747192	-1923112
4 Calheta (R. A. M.)	P	21908258	20667487	19017856	13410821	14337172	16474879	15185420	14321231	10051582	10515844	1460352
5 Machico	M	26000892	23251299	25461660	21883541	21973016	29460191	26248645	12203046	16739782	9158129	170485
6 Ribeira Brava	P	15668348	23951571	21943235	23983318	16067384	19864480	16593213	13656292	9833788	7969022	-1208096
7 Ponta do Sol	P	13761213	12448659	13692235	12007503	11382244	9792679	6534652	6025657	5516492	6676356	2254925
8 São Vicente	P	15478940	12700892	13394596	13775953	9096594	10567849	9789421	7996046	5928387	6392402	-308553
9 Porto Santo	P	11425727	11828023	7388040	10148078	9383074	8574026	7284613	8633751	4082910	6346324	-1560379
10 Santana	P	11336381	10938928	12957506	13619642	7943984	10249744	8831054	7544780	6580748	4931449	1347093
11 Porto Moniz	P	12132088	9112388	7917033	11479542	10353864	7841934	6034821	5539778	4112111	4460782	509429

Continuando a manter a metodologia adotada em anteriores Anuários apresenta-se de seguida uma listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de despesa paga em 2015 (Ranking R19) e os municípios com menor volume de despesa paga nesse mesmo ano (Ranking R20). Nestes rankings apresenta-se o peso dos pagamentos na despesa compromissada.

R19 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2015

Unidade: euros

Município	D.in.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		Despesa paga / Despesa comp.
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	583 720 364	547 241 378	544 570 816	634 009 913	629 990 505	582 668 079	833 555 985	544 333 264	640 000 249	597 776 675	90,4%
2 Porto	G	191 839 923	199 683 900	197 273 297	205 355 942	194 885 588	186 010 713	154 672 864	182 352 337	154 654 855	165 833 768	92,9%
3 Cascais	G	134 836 201	132 901 755	142 212 438	171 523 744	160 038 388	153 972 020	141 882 806	130 063 830	143 460 719	149 543 257	91,4%
4 Sintra	G	137 734 645	166 551 008	146 184 811	153 659 583	175 789 531	161 373 341	181 601 800	148 000 070	122 911 236	147 463 011	93,2%
5 VN Gaia	G	120 602 323	169 105 444	150 044 609	143 679 193	127 412 701	134 698 499	126 902 668	137 387 666	130 861 596	123 091 075	81,7%
6 Oeiras	G	123 822 407	123 786 547	135 745 181	129 788 341	114 936 238	110 331 788	103 392 070	103 054 125	108 812 708	106 311 161	92,6%
7 Loures	G	102 488 371	111 641 781	126 739 350	139 419 312	109 005 823	105 109 265	110 933 432	106 117 064	102 581 278	102 014 152	91,9%
8 Matosinhos	G	86 483 914	89 179 736	102 594 668	105 509 011	105 759 257	120 281 151	108 847 800	98 465 019	88 661 754	101 835 239	88,3%
9 Loulé	M	93 175 288	97 974 380	105 963 608	124 077 451	99 370 567	91 172 451	91 444 929	102 097 314	92 128 839	86 472 174	89,9%
10 Braga	G	75 231 538	76 597 420	81 768 686	96 565 226	92 487 656	84 297 180	87 260 723	99 120 469	87 136 871	85 429 759	95,6%
11 Almada	G	73 757 367	77 298 602	85 539 635	104 487 165	76 401 482	73 857 052	78 070 954	75 228 442	73 367 924	82 705 206	95,3%
12 Guimarães	G	67 441 931	68 435 407	69 734 486	84 566 282	85 682 636	101 745 628	92 687 224	63 003 509	72 794 510	78 567 063	87,1%
13 Setúbal	G	55 992 618	60 043 950	65 352 626	62 990 607	60 950 900	61 248 139	67 301 022	62 182 369	65 613 320	77 652 513	68,6%
14 Coimbra	G	81 940 914	96 214 353	87 843 523	97 426 767	88 262 956	99 067 893	93 242 765	83 769 203	71 173 341	77 545 590	80,7%
15 Seixal	G	69 775 714	80 674 481	92 500 408	84 134 180	80 041 502	74 579 870	79 191 317	79 998 309	108 617 095	75 637 901	96,6%
16 Funchal	G	81 942 559	94 727 015	91 253 752	78 792 627	82 576 492	77 237 983	73 869 441	110 516 842	74 125 736	70 579 811	93,0%
17 Amadora	G	70 214 450	71 824 783	73 422 220	91 914 751	85 751 307	88 405 219	76 573 653	79 962 825	74 619 402	70 301 881	91,4%
18 VNFamalicão	G	64 479 172	69 089 512	77 898 598	81 399 773	82 903 524	82 490 543	81 378 872	68 334 360	68 684 935	69 415 464	91,0%
19 Maia	G	62 487 254	86 305 490	75 510 429	81 532 558	70 015 526	62 102 736	56 388 539	56 266 483	59 462 432	67 135 282	91,6%
20 Gondomar	G	77 441 250	64 787 666	76 216 647	84 719 562	72 797 475	87 121 552	71 458 616	72 242 287	63 157 168	63 484 060	95,5%
21 Odiveelas	G	51 386 308	60 937 176	60 646 064	63 914 878	70 913 477	63 741 311	61 136 415	56 548 832	64 417 082	63 114 143	89,0%
22 Viana Castelo	M	42 625 278	47 629 230	49 716 992	56 242 717	53 935 671	55 118 426	51 017 454	55 761 648	48 617 066	61 142 316	84,6%
23 Albufeira	M	60 787 733	69 410 288	81 422 104	94 608 265	61 885 069	59 972 026	62 070 568	73 586 868	77 834 083	59 662 600	90,7%
24 VF Xira	G	58 157 462	58 857 255	70 895 604	70 072 116	71 440 592	61 709 934	59 526 537	69 873 884	59 116 731	55 296 775	94,6%
25 Leiria	G	56 955 170	60 074 652	74 456 361	66 864 550	61 220 266	62 750 261	55 773 101	55 212 680	57 243 922	54 140 383	91,8%
26 Torres Vedras	M	41 399 668	45 374 164	49 002 144	50 746 135	42 865 926	53 070 051	47 266 742	45 155 764	41 464 072	53 856 134	95,7%
27 Portimão	M	43 562 744	51 863 561	59 527 807	56 446 036	46 484 109	45 774 935	39 617 629	43 572 561	44 867 790	51 790 945	53,7%
28 Barcelos	G	55 012 615	55 194 125	55 045 878	55 233 260	58 899 452	54 118 752	56 082 948	61 285 264	58 579 955	51 733 847	92,6%
29 SM Feira	G	54 314 499	59 921 546	72 404 675	69 245 328	62 141 024	63 577 773	57 673 932	74 566 864	57 422 776	51 719 491	88,2%
30 Mafra	M	51 740 782	53 548 625	53 613 441	53 369 999	56 185 280	49 996 431	52 901 528	50 777 593	52 140 609	50 934 263	95,1%
31 Aveiro	M	44 650 727	48 040 248	69 846 858	57 556 362	49 995 308	44 262 156	40 897 204	39 931 518	44 831 326	48 268 605	62,3%
32 Vila do Conde	M	49 881 290	57 097 492	61 518 430	58 771 908	50 056 860	55 569 615	45 433 430	78 773 419	42 721 431	46 498 095	94,7%
33 Paredes	M	34 224 333	36 963 160	45 272 611	51 298 958	43 239 692	61 667 908	53 509 820	75 207 388	42 974 068	45 914 706	81,1%
34 Lagos	M	46 660 241	50 992 991	52 240 896	47 038 224	38 037 371	38 505 609	39 769 440	48 537 215	41 553 897	44 115 335	95,7%
35 Póvoa Varzim	M	44 047 580	50 483 471	48 199 723	50 787 651	46 155 380	42 924 007	40 282 417	45 529 171	40 017 777	43 113 681	99,0%

Da observação do ranking R19 permite-se referir:

- A maior parte dos municípios aumentaram o volume de pagamentos em 2015, seguindo aliás a tendência verificada na análise global que se efetuou à evolução das diferentes fases da despesa.
- É de relevar o facto de 28 destes 35 municípios terem apresentaram taxas superiores a 91% de pagamento das despesas compromissadas. Esta situação confirma a estratégia das autarquias em fazer diminuir a sua dívida comercial ou, pelo menos, não a deixar acumular como tinha acontecido em anos anteriores.
- Como complemento à informação prestada em R19 anota-se que 210 municípios apresentaram uma taxa de pagamento dos compromissos superior a 90%. No ponto 2.3.2 deste capítulo constatou-se que a taxa média de pagamento das despesas comprometidas, em 2015, foi de 88%

No ranking R20, na continuidade de anteriores anuários, apresenta-se a listagem ordenada, referente ao ano 2015, dos municípios com menor volume de despesa paga, bem como a taxa de pagamento das despesas compromissadas sabendo-se que a média da mesma em 2015 foi de 88%.

R20 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Despesa paga / Despesa comp.
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Corvo	P	1 825 251	1 755 993	2 132 975	1 601 319	1 761 175	3 185 036	2 414 276	2 474 895	1 776 445	1 747 264	77,3%
2 Santa Cruz das Flores	P	4 454 696	3 341 657	2 632 755	2 854 535	3 900 849	3 520 595	2 862 650	3 312 676	4 188 648	2 396 829	97,5%
3 Lajes das Flores	P	2 938 925	3 221 106	3 725 067	5 524 760	5 793 828	3 654 866	4 131 905	5 247 235	4 991 107	3 003 143	98,2%
4 Barrancos	P	3 700 884	5 049 503	4 766 559	5 495 838	5 060 418	3 951 156	3 589 018	3 709 953	3 639 534	3 593 952	97,6%
5 Sta. Cruz da Graciosa	P	4 767 184	5 387 467	4 371 919	4 598 067	5 743 750	5 469 515	5 417 787	4 607 162	4 483 071	3 985 410	98,5%
6 Porto Moniz	P	7 236 612	7 020 694	6 022 705	5 134 498	6 675 839	5 365 746	4 222 016	5 098 198	3 800 325	4 029 324	90,3%
7 Alvito	P	3 928 382	3 982 865	4 956 397	4 962 015	5 365 868	6 082 718	4 321 163	3 959 208	4 102 362	4 029 334	95,4%
8 São Roque do Pico	P	4 117 408	4 013 275	4 315 508	7 388 925	7 363 291	6 442 781	4 315 947	4 054 507	4 058 980	4 494 659	98,9%
9 Pedrógão Grande	P	5 633 989	6 490 445	7 431 462	6 613 887	5 774 834	7 485 776	5 753 589	6 183 940	5 927 544	4 603 951	91,8%
10 Fronteira	P	6 389 115	5 500 201	6 420 487	5 370 031	5 948 729	6 382 840	5 207 342	5 442 780	5 353 374	4 712 681	91,9%
11 Castanheira de Pêra	P	5 970 065	4 878 986	5 150 004	4 827 274	4 586 038	7 039 137	9 278 024	3 553 614	4 654 603	4 737 879	99,1%
12 Santana	P	10 953 381	10 194 544	9 267 920	12 445 807	6 939 567	7 582 997	6 228 480	6 644 990	6 395 436	4 845 776	98,3%
13 Calheta (R. A. A.)	P	5 073 412	6 225 188	5 634 475	10 647 246	4 377 843	3 919 653	4 319 646	4 125 360	4 527 920	4 896 569	99,1%
14 Vila do Porto	P	7 997 806	4 839 807	5 102 364	6 978 276	5 293 541	5 067 344	5 202 181	4 482 194	5 585 594	5 085 226	98,2%
15 Marvão	P	5 189 933	5 187 248	5 569 467	5 394 822	6 051 102	7 008 975	4 673 052	5 531 365	5 108 976	5 108 794	93,2%
16 Mesão Frio	P	5 146 201	5 062 345	4 743 863	5 611 288	11 299 331	6 726 834	6 694 172	5 293 468	4 989 859	5 203 729	88,3%
17 Mourão	P	5 617 973	5 013 209	5 941 951	10 826 377	6 091 724	4 880 531	4 686 399	6 394 302	5 016 501	5 204 673	70,9%
18 Constância	P	5 869 609	5 279 867	6 057 801	6 782 788	7 067 686	7 230 482	7 674 792	6 213 879	5 207 011	5 286 483	93,3%
19 Velas	P	5 712 145	5 894 859	6 241 595	6 490 053	6 486 157	5 729 818	5 087 254	4 501 878	4 439 284	5 357 741	97,7%
20 Castelo de Vide	P	6 174 576	5 435 410	5 508 156	5 794 674	5 419 105	5 551 642	6 020 702	6 015 318	5 915 153	5 373 842	97,3%
21 Vila de Rei	P	6 367 251	5 744 217	6 592 430	7 344 307	6 013 123	7 442 026	5 362 081	5 151 826	4 710 062	5 392 838	94,4%
22 Nordeste	P	7 932 924	7 423 024	5 625 635	6 836 088	6 704 198	5 195 610	5 666 138	15 729 068	6 928 266	5 393 405	98,9%
23 Alpiarça	P	7 128 489	6 774 366	6 835 466	8 764 821	7 275 624	11 808 750	6 928 619	7 542 316	5 871 745	5 566 905	85,1%
24 Fornos de Algodres	P	Si	6 403 907	7 486 031	6 574 590	40 049 969	7 312 672	5 723 508	6 305 757	5 439 094	5 579 781	95,0%
25 Lajes do Pico	P	5 654 164	5 698 107	6 441 087	5 228 775	10 961 196	6 004 637	6 719 575	10 077 631	7 030 978	5 740 522	92,6%
26 Monforte	P	5 468 627	5 424 651	6 412 569	7 792 234	5 681 033	6 151 826	5 726 633	5 931 464	5 303 638	5 777 081	93,5%
27 Cuba	P	5 463 567	4 773 688	6 111 485	5 973 505	6 412 022	5 845 003	6 200 673	4 957 802	4 952 975	5 790 391	94,5%
28 Gavião	P	6 515 654	5 888 078	9 308 155	6 928 172	6 469 797	6 676 535	6 408 491	6 842 577	6 413 072	5 912 031	89,6%
29 Alter do Chão	P	7 099 948	6 898 178	6 102 377	6 642 396	5 884 979	7 623 864	7 592 155	5 476 291	6 219 273	5 939 502	94,8%
30 Povoação	P	5 904 619	8 490 258	5 572 545	6 113 983	7 132 448	7 521 755	5 082 970	5 551 173	6 767 580	5 956 385	87,1%
31 Porto Santo	P	7 399 124	11 217 069	7 238 033	6 169 232	5 012 665	5 433 171	4 356 998	7 659 415	3 699 143	6 021 483	94,9%
32 Ponta do Sol	P	8 998 150	7 346 652	9 869 380	7 011 915	6 622 128	7 316 602	5 546 372	5 720 402	4 919 199	6 074 302	91,0%
33 Sardoal	P	5 644 663	4 859 240	5 345 447	6 925 232	5 739 577	5 929 284	6 102 647	6 367 800	5 745 709	6 101 354	85,4%
34 São Vicente	P	9 911 673	8 484 691	9 258 997	10 164 425	5 833 511	5 688 135	6 610 178	5 527 174	5 314 665	6 213 136	97,2%
35 Carregal do Sal	P	6 596 740	6 918 565	7 851 557	8 641 623	8 230 113	6 893 727	7 692 203	7 134 197	5 774 573	6 520 771	92,1%

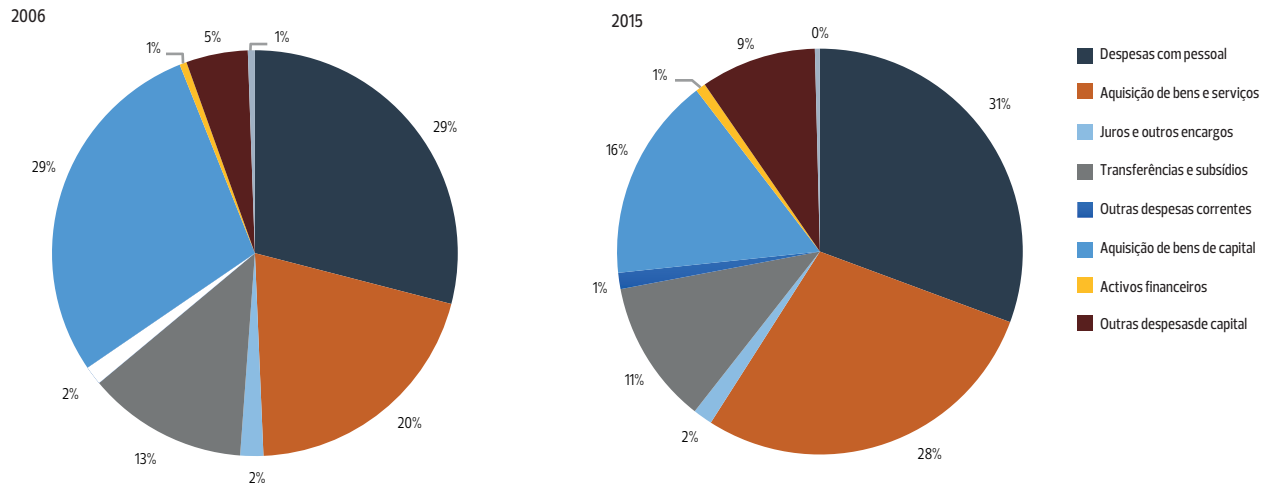
Desta listagem de municípios com menor volume de pagamentos constam exclusivamente municípios de pequena dimensão. Aconteceu que destes 35 municípios, 28 apresentaram taxas de pagamento de compromissos superiores a 90%, sendo muitas delas superiores a 95%. Trata-se de uma excelente performance financeira.

Da listagem em apreço, dezassete municípios aumentaram os montantes de pagamentos. As descidas de pagamentos devem-se à conjugação, na maior parte dos casos, da diminuição dos encargos do exercício com a diminuição de receita.

2.3.4. Despesas por natureza económica

A estrutura da despesa municipal, considerando o peso das diferentes rúbricas na despesa global e sua evolução entre 2006 e 2015, foi o tema central do ponto precedente –ponto 2.3.3– deste Anuário. O gráfico seguinte sintetiza a estrutura da despesa paga em 2006 e em 2015.

Gráfico 3.06 – Estrutura da despesa paga em 2006 e 2015



Passar-se-á, agora, a apresentar com maior detalhe particularidades relativas às principais rúbricas económicas da despesa municipal, especialmente um conjunto de *rankings* que relacionarão os municípios com as mesmas. Nas análises em apreço estarão presentes tanto o volume de compromissos assumidos como o volume das despesas pagas. Entende-se que os valores correspondentes aos compromissos assumidos⁸⁰ darão a real dimensão da despesa efetuada já que os montantes pagos só, excepcionalmente, coincidirão com as despesas assumidas. Será exceção a esta análise o tratamento dado às despesas com juros e outros encargos financeiros bem como às amortizações de empréstimos⁸¹ os quais se reportarão apenas a pagamentos efetuados por se entender que nestas rubricas económicas não poderão existir montantes em débito no final do ano económico.

As rubricas económicas que pela sua materialidade foram consideradas de interesse isolar e analisar autonomamente são: Despesas com Pessoal, Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes e Despesas de Investimentos.

Pelo significado económico que revestem apresentam-se, também, detalhadas as seguintes despesas: Despesas com Transferências e Subsídios, Despesas com juros e outros encargos financeiros e Amortização de empréstimos- Passivos Financeiros

2.3.4.1. Despesas com Pessoal

Tendo em atenção a natureza desta despesa da qual não poderá resultar encargos por pagar no final do ano económico, analisar-se-á, fundamentalmente, esta despesa na ótica dos pagamentos. Como se pode observar pelos quadros 2.30 e 2.35 as Despesas com Pessoal foram a despesa com maior volume de pagamentos. Mais se verifica:

- Depois da queda abrupta das despesas com pessoal em 2012, face aos cortes nos salários e nos subsídios da função pública, a mesma apresentou uma ligeira subida em 2013 devido à reposição do subsídio de Natal. Em 2014 e em 2015, ano em análise, esta despesa volta a apresentar sucessivas descidas, respetivamente, -0,9% e -0,5% (ver quadro 2.32).

- Face ao decréscimo simultâneo dos encargos com pessoal e do montante global de pagamentos, o peso da despesa com pessoal na estrutura de pagamentos aumentou 1,8pp no biénio 2014 / 2015, passando a representar no último ano destes dois anos 30,7% dos pagamentos totais.

- Comparando a despesa paga a pessoal entre 2006 e 2015 verifica-se que a mesma aumentou, nestes 10 anos, 9,2% (+187,6 M€). Seguindo a tradição dos anuários anteriores, apresentam-se Rankings com posicionamento dos municípios quanto à despesa com pessoal. Os rankings R 21 e R22 apresentam, respetivamente, os 35 municípios com maior e menor peso das despesas pagas a pessoal na despesa total. Apresentam-se rankings homólogos para as Regiões Autónomas.

⁸⁰ Despesa Realizada

⁸¹ Cujas rubrica orçamental se denomina Passivos Financeiros

R21 – Municípios que apresentam maior peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais⁸²

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 Mourão	P	43,1%	50,8%	45,0%	42,4%	51,7%	57,6%	55,0%	42,8%	60,4%	55,4%
2 Montijo	M	43,0%	39,7%	41,9%	50,2%	42,3%	52,4%	47,8%	51,5%	52,7%	51,7%
3 Barrancos	P	57,1%	38,4%	41,3%	38,6%	42,9%	52,6%	51,3%	51,9%	50,2%	51,4%
4 Alvito	P	48,2%	45,3%	37,9%	42,0%	39,6%	35,3%	45,4%	51,0%	48,4%	50,5%
5 Alcochete	P	49,8%	50,4%	51,5%	48,2%	51,8%	55,4%	49,8%	52,9%	54,6%	48,5%
6 Grândola	P	37,8%	42,5%	39,0%	40,8%	31,1%	43,5%	44,1%	43,6%	44,4%	47,5%
7 Alpiarça	P	38,9%	38,2%	39,0%	36,3%	42,6%	32,0%	45,5%	36,9%	46,0%	47,0%
8 Ferreira do Alentejo	P	38,7%	38,3%	36,3%	40,0%	40,0%	44,3%	41,2%	42,4%	43,1%	46,1%
9 Redondo	P	38,7%	47,0%	40,5%	37,8%	41,6%	40,5%	43,9%	50,5%	48,4%	45,5%
10 Moita	M	45,4%	46,1%	50,3%	53,4%	47,1%	45,7%	44,4%	45,6%	46,1%	45,0%
11 Sardoal	P	54,4%	52,5%	48,6%	39,3%	54,4%	55,5%	47,1%	45,9%	48,1%	44,4%
12 Alcácer do Sal	P	40,8%	37,4%	35,1%	39,7%	38,3%	35,8%	34,2%	35,7%	44,0%	44,2%
13 Vendas Novas	P	37,5%	43,0%	44,3%	43,7%	44,3%	46,8%	38,8%	38,4%	46,7%	43,7%
14 Castelo de Vide	P	43,2%	48,7%	49,0%	49,0%	52,6%	44,6%	38,2%	41,0%	40,3%	43,7%
15 Seixal	G	42,7%	39,4%	36,1%	41,0%	44,3%	47,7%	38,4%	40,8%	30,2%	43,4%
16 Alter do Chão	P	30,2%	33,4%	38,8%	38,9%	43,9%	35,5%	31,9%	47,8%	42,5%	43,0%
17 Palmela	M	41,7%	43,6%	39,9%	37,3%	45,4%	45,7%	39,8%	45,4%	46,1%	43,0%
18 Terras de Bouro	P	23,5%	23,8%	29,5%	33,6%	38,5%	37,2%	35,2%	41,7%	43,0%	42,8%
19 Tarouca	P	26,4%	34,4%	32,5%	40,4%	27,5%	36,3%	39,9%	47,9%	46,0%	42,8%
20 Monforte	P	43,7%	47,8%	40,8%	36,2%	48,9%	43,2%	42,5%	44,3%	47,0%	42,6%
21 Avis	P	41,2%	40,4%	41,5%	46,2%	40,2%	41,9%	38,3%	40,7%	45,5%	42,4%
22 São Pedro do Sul	P	39,1%	36,8%	25,0%	39,0%	38,6%	44,9%	41,6%	33,4%	38,2%	41,9%
23 Évora	M	31,6%	32,3%	37,1%	33,6%	42,0%	45,8%	41,0%	29,8%	34,6%	41,9%
24 Borba	P	35,7%	37,7%	21,5%	31,0%	46,0%	44,7%	31,7%	19,4%	41,4%	41,6%
25 Santiago do Cacém	M	39,8%	42,2%	43,4%	37,8%	46,1%	42,5%	42,0%	41,8%	41,9%	41,6%
26 Funchal	G	34,0%	29,9%	31,7%	39,6%	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%
27 Sesimbra	M	40,3%	39,5%	43,2%	40,6%	46,7%	45,6%	36,8%	35,3%	40,5%	41,4%
28 Portel	P	40,9%	42,7%	34,0%	34,9%	42,0%	43,7%	35,7%	31,8%	42,0%	41,1%
29 Resende	P	31,4%	28,5%	34,1%	28,4%	35,4%	34,6%	34,3%	41,8%	44,2%	41,1%
30 Alenquer	M	23,7%	27,8%	32,0%	38,1%	39,4%	38,1%	37,7%	42,0%	37,7%	40,6%
31 Machico	M	24,1%	25,6%	18,1%	31,7%	33,7%	27,1%	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%
32 Santa Cruz das Flores	P	18,2%	24,9%	33,9%	32,9%	27,1%	32,2%	34,9%	33,2%	24,1%	40,4%
33 Ourique	P	45,9%	46,1%	48,7%	39,7%	52,2%	45,4%	41,0%	40,5%	40,3%	40,3%
34 Tomar	M	28,9%	29,7%	30,6%	26,6%	33,4%	27,6%	31,7%	39,0%	38,5%	39,9%
35 Salvaterra de Magos	M	38,5%	40,4%	32,1%	30,1%	38,7%	35,9%	30,7%	34,6%	30,2%	39,1%

⁸² Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, mas apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

Da listagem (R21) supra há anotar:

- Dos 35 municípios apontados com maior peso de pagamentos, dez deles são de média dimensão sendo os restantes de pequena dimensão.
- Todos os municípios elencados apresentaram um peso médio de despesas com pessoal bastante superior ao peso médio de 30,7% determinado para 2015, revelando uma elevada concentração de despesa nesta rubrica económica.
- Considerando o universo total dos municípios, verificou-se que, em 2015, 45,1% dos mesmos (139) apresentaram um peso médio de pagamentos de encargos com pessoal superior a 30,7% da despesa total paga.
- Poderá ser preocupante, para o desenvolvimento da atividade municipal nos diversos domínios das suas competências, a situação dos municípios que afetam mais de metade dos seus recursos financeiros a despesas com pessoal. Estiveram nesta situação em 2015, os quatro primeiros municípios elencados no ranking R21.

Do Ranking R22 apresentado a seguir resulta a seguinte apreciação relativamente ao ano económico de 2015:

- Só um dos 35 municípios com menor peso de despesa com pessoal é de grande dimensão. Trata-se do município de Cascais cujo peso das despesas com pessoal foi de 21,6%.
- Para dezassete municípios portugueses as despesas com pessoal foram inferiores a 20% da despesa total, sendo que para quatro destes municípios, todos de pequena dimensão, essa despesa foi menor que 15% da despesa total.

Nos quadros seguintes R22.A e R22.M apresentam-se hierarquizados os municípios por ordem crescente do peso da despesa com pessoal, respetivamente nas Regiões dos Açores e da Madeira.

Da observação aos Rankings R22.A e R22.M conclui-se em relação ao ano de 2015:

- O peso médio dos encargos com pessoal nas despesas totais dos municípios foi de 30,1% na R.A.A. e de 30% na R.A.M. Todavia, se na Região Autónoma dos Açores o peso das despesas com pessoal variou aproximadamente entre 23,1% e 40,4% e na Região da Madeira variou entre 20,6% e 41,5%.

- Oito dos municípios Açorianos e cinco Madeirenses apresentaram um peso da despesa com pessoal na despesa total, superior à média global verificada em 2015.

Apresentam-se, de seguida, os Rankings (R23 e R24) dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa com pessoal paga em 2015, considerando o universo total dos municípios.

Da observação do Quadro R23 relava-se em relação ao ano de 2015:

- Cinco destes 35 municípios apresentaram aumento relevante de despesa com pessoal: Porto com +2,2M€; Vila Nova de Famalicão com +1,9M€; Almada com +1,7 M€; Sintra com +1,6 M€ e Oeiras com +1,5 M€.
- Lisboa com um volume de pagamentos a pessoal de 213,3 M€, apresentou uma descida desta despesa de 3,2 M€ (-1,5%). À semelhança das outras despesas municipais do município de Lisboa, esta distancia-se significativamente das despesas homólogas dos restantes municípios de grande dimensão. Anota-se que o segundo município da lista – o município do Porto – apresentou um montante de encargos com pessoal de 58,5M€, isto é, 27,4% da despesa homóloga paga por Lisboa. Em 2015 a despesa com pessoal do município de Lisboa representou 9,7% do total pago pelo setor autárquico nesta rubrica orçamental.
- Desta listagem dos 35 municípios com maior volume de despesa com pessoal, destaca-se o município do Funchal com uma descida da mesma no montante de -1,1 M€, tendo-se igualmente verificado uma diminuição de 2014 para 2015 de 25 trabalhadores.

Relativamente ao ranking R24 que apresenta os 35 municípios com menor volume de encargos com pessoal, verifica-se:

- São todos municípios de pequena dimensão, sendo que 23 deles apresentaram descida de encargos com pessoal. O aumento do montante de encargos com pessoal apresentado pelos restantes 12 municípios foi pouco relevante em termos absolutos, salientando-se, contudo, os aumentos relativos dos seguintes: Santana; Ribeira Brava; Vila do Porto e Sernancelhe.

R22 – Municípios que apresentam menor peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 Nazaré	P	38,3%	43,1%	46,8%	28,1%	42,9%	42,0%	32,7%	25,7%	25,7%	12,9%
2 Alfândega da Fé	P	28,2%	25,9%	26,4%	22,3%	16,6%	31,3%	27,8%	10,9%	31,7%*	13,0%
3 Alcanena	P	25,9%	29,1%	31,6%	25,8%	33,9%	23,8%	24,2%	25,9%	27,6%	13,6%
4 Alvaiázere	P	20,7%	21,5%	21,0%	23,6%	18,8%	16,3%	15,6%	15,9%	19,9%	14,2%
5 Nelas	P	33,0%	32,9%	35,0%	33,3%	26,6%	43,9%	35,0%	29,2%	34,5%	15,2%
6 Manteigas	P	25,8%	26,9%	22,5%	23,0%	22,9%	26,1%	21,0%	24,0%	25,4%	15,4%
7 Belmonte	P	20,5%	18,8%	17,3%	14,9%	15,3%	18,4%	17,2%	15,6%	18,8%	16,0%
8 S. João da Pesqueira	P	12,9%	13,4%	13,9%	12,4%	14,2%	18,1%	16,7%	18,1%	16,1%	17,0%
9 Mogadouro	P	17,0%	20,9%	24,3%	21,1%	23,8%	17,0%	16,2%	23,6%	22,3%	17,0%
10 Penamacor	P	21,2%	23,1%	22,6%	20,9%	22,7%	20,5%	19,0%	26,6%	23,8%	17,3%
11 Lamego	M	22,1%	18,1%	14,3%	16,9%	21,2%	18,4%	16,0%	11,5%	21,3%	17,6%
12 Castelo de Paiva	P	31,3%	28,2%	28,3%	17,1%	31,1%	19,8%	31,4%	30,4%	32,4%	17,9%
13 Batalha	P	21,2%	20,6%	18,8%	18,5%	16,2%	15,0%	16,2%	18,6%	20,7%	18,4%
14 Elvas	M	22,8%	28,1%	20,8%	21,7%	30,5%	28,3%	21,7%	22,5%	20,8%	18,5%
15 Pombal	M	20,6%	18,7%	19,5%	20,1%	17,8%	17,4%	16,7%	13,4%	17,1%	19,6%
16 Alijó	P	33,6%	26,5%	24,6%	20,2%	32,3%	27,6%	28,2%	28,3%	13,2%	19,9%
17 Arouca	M	20,0%	18,5%	18,2%	22,0%	18,7%	21,9%	15,9%	21,1%	23,4%	19,9%
18 Sta. Marta Penaguião	P	23,6%	20,0%	19,2%	21,2%	25,1%	23,3%	28,1%	29,3%	31,6%	20,0%
19 Oliveira de Frades	P	31,7%	29,5%	29,0%	28,3%	32,5%	28,8%	23,1%	24,3%	23,0%	20,0%
20 Santo Tirso	M	25,3%	24,7%	26,7%	26,6%	25,8%	23,5%	23,8%	21,7%	23,6%	20,3%
21 Castro Marim	P	Si	18,8%	16,5%	25,1%	22,3%	24,7%	23,9%	22,2%	21,6%	20,3%
22 Ílhavo	M	22,0%	22,5%	24,1%	18,7%	22,6%	24,7%	19,4%	21,0%	21,8%	20,5%
23 São Vicente	P	12,2%	15,8%	14,7%	13,6%	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%
24 Castelo Branco	M	15,2%	14,2%	8,7%	16,5%	18,7%	17,6%	13,4%	12,4%	20,4%	20,7%
25 Sernancelhe	P	25,3%	22,1%	21,3%	30,2%	20,7%	19,6%	18,9%	21,1%	23,8%	20,8%
26 Penacova	P	22,2%	21,9%	21,8%	18,7%	22,2%	25,3%	21,7%	24,7%	22,0%	21,1%
27 Cantanhede	M	23,1%	22,6%	23,0%	27,6%	19,7%	27,8%	24,7%	24,5%	25,4%	21,3%
28 Ansião	P	23,8%	16,4%	13,0%	23,8%	23,9%	20,3%	18,9%	16,1%	22,6%	21,4%
29 Santa Comba Dão	P	34,4%	28,2%	28,3%	22,3%	34,5%	34,6%	23,6%	34,7%	33,8%	21,4%
30 Lagoa (Algarve)	M	24,6%	22,6%	21,1%	29,2%	27,5%	27,0%	22,5%	23,8%	25,5%	21,5%
31 Caldas da Rainha	M	17,9%	16,0%	17,3%	16,7%	19,3%	22,9%	23,5%	23,4%	19,6%	21,6%
32 Cascais	G	22,7%	22,9%	22,3%	19,5%	21,4%	21,5%	20,6%	24,2%	22,7%	21,6%
33 Fundão	M	20,2%	16,4%	18,1%	17,0%	21,4%	18,3%	17,1%	8,4%	23,0%	21,7%
34 Vieira do Minho	P	25,2%	25,7%	20,6%	27,2%	28,4%	23,7%	16,7%	18,3%	21,7%	21,7%
35 Covilhã	M	17,2%	8,9%	14,0%	21,3%	21,6%	21,6%	18,0%	18,1%	24,2%	21,8%

* O aumento do peso da despesa com pessoal acentuado em 2014, seguido por uma diminuição equivalente em 2015 deve-se ao facto de em 2013 e em 2015, a despesa com passivos financeiros ter sido extraordinariamente alta no município de Alfândega da Fé, representando 55% e 60% do total da despesa, respetivamente. Consequentemente, com um acréscimo tão elevado das despesas totais, o peso da despesa com pessoal nestes anos foi significativamente inferior.

R22.A – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. dos Açores

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1	Ribeira Grande	M	27,2%	20,0%	16,0%	14,0%	16,7%	23,2%	21,6%	26,9%	29,6%	23,1%
2	São Roque do Pico	P	24,1%	23,1%	24,8%	13,4%	13,9%	16,1%	21,7%	27,0%	28,5%	23,2%
3	Angra do Heroísmo	M	24,4%	22,2%	23,4%	23,3%	20,8%	23,1%	20,6%	31,0%	26,6%	24,4%
4	Vila Franca do Campo	P	26,6%	24,1%	14,0%	28,5%	34,9%	12,1%	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%
5	Nordeste	P	22,2%	23,2%	31,7%	27,2%	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%
6	Lagoa (R.A.A)	P	25,9%	24,3%	17,3%	19,7%	22,0%	17,6%	19,1%	24,9%	28,3%	26,6%
7	Corvo	P	42,8%	46,5%	36,2%	43,9%	35,7%	18,3%	21,7%	20,7%	27,8%	27,5%
8	Sta. Cruz da Graciosa	P	26,5%	22,7%	28,8%	27,9%	22,9%	21,6%	19,8%	25,1%	25,9%	28,0%
9	Lajes do Pico	P	27,1%	27,6%	24,0%	30,4%	16,3%	24,4%	19,3%	16,8%	24,6%	28,5%
10	Praia da Vitória	M	29,3%	25,1%	20,1%	20,1%	15,4%	24,7%	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%
11	Velas	P	32,3%	28,7%	28,2%	26,9%	27,7%	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%
12	Madalena	P	23,2%	21,5%	23,3%	20,7%	30,8%	31,7%	33,5%	31,2%	31,5%	31,5%
13	Horta	P	25,1%	36,6%	32,3%	27,0%	31,7%	33,0%	33,7%	33,8%	29,4%	31,9%
14	Calheta (R. A. A.)	P	33,7%	25,8%	27,9%	28,6%	42,4%	44,4%	36,5%	41,9%	37,4%	33,7%
15	Povoação	P	33,2%	23,9%	38,2%	36,4%	32,1%	32,0%	49,3%	46,0%	40,7%	33,9%
16	Ponta Delgada	M	28,7%	26,8%	24,5%	24,3%	31,7%	32,3%	29,9%	35,5%	34,8%	36,0%
17	Vila do Porto	P	23,1%	39,7%	37,0%	28,7%	35,7%	35,0%	31,1%	39,4%	31,9%	36,8%
18	Lajes das Flores	P	31,8%	28,4%	26,0%	17,3%	17,8%	29,7%	25,0%	19,7%	22,1%	37,1%
19	Santa Cruz das Flores	P	18,2%	24,9%	33,9%	32,9%	27,1%	32,2%	34,9%	33,2%	24,1%	40,4%

R22.M – Peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais dos municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1	São Vicente	P	12,2%	15,8%	14,7%	13,6%	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%
2	Ribeira Brava	P	12,8%	10,4%	12,0%	11,3%	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%
3	Ponta do Sol	P	16,4%	20,2%	16,3%	24,2%	26,2%	22,2%	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%
4	Calheta (R. A. M.)	P	21,2%	20,6%	12,8%	25,2%	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%
5	Câmara de Lobos	M	19,3%	18,6%	16,0%	25,1%	23,4%	29,5%	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%
6	Porto Moniz	P	15,3%	Si	18,5%	24,3%	17,9%	22,4%	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%
7	Santa Cruz	M	30,4%	28,2%	19,6%	34,4%	35,1%	36,5%	36,4%	36,0%	20,2%	31,2%
8	Santana	P	15,7%	16,5%	18,2%	14,5%	26,3%	21,2%	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%
9	Porto Santo	P	24,0%	15,4%	23,1%	27,6%	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%
10	Machico	M	24,1%	25,6%	18,1%	31,7%	33,7%	27,1%	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%
11	Funchal	G	34,0%	29,9%	31,7%	39,6%	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%

R23 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em pessoal no ano de 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		Varia. 14-15	Nº trab. 2015
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1 Lisboa	G	254 291 961	242 851 693	240 428 199	256 441 320	255 372 940	242 755 702	208 623 845	227 899 869	216 512 163	213 264 687	-1,5%	7 406
2 Porto	G	65 739 194	65 353 711	65 597 491	63 055 103	61 045 501	58 249 917	50 567 299	56 993 588	56 303 553	58 505 841	3,9%	2 945
3 Sintra	G	33 014 542	32 935 719	34 011 116	35 156 858	46 255 384	45 289 295	41 065 997	43 622 288	45 871 474	47 471 815	3,5%	2 871
4 Loures	G	30 135 420	30 453 179	31 683 955	40 045 125	40 387 084	38 172 285	34 940 433	38 272 874	38 008 151	38 666 786	1,7%	2 083
5 Vila Nova de Gaia	G	30 670 229	29 931 323	30 606 215	31 127 441	32 207 564	33 146 276	29 458 504	33 177 657	34 354 474	35 123 005	2,2%	1 896
6 Oeiras	G	32 329 835	32 449 898	33 338 006	34 868 100	34 931 602	34 361 676	30 822 274	33 460 085	33 125 802	34 650 282	4,6%	2 307
7 Seixal	G	29 765 774	31 779 789	33 429 777	34 501 567	35 467 413	35 604 507	30 395 964	32 664 712	32 811 186	32 827 140	0,0%	1 528
8 Cascais	G	30 566 847	30 496 769	31 676 931	33 451 607	34 299 528	33 138 642	29 242 029	31 525 130	32 494 974	32 331 722	-0,5%	1 436
9 Almada	G	26 064 546	26 476 115	26 516 150	28 531 622	28 984 188	27 958 489	25 021 957	27 639 772	28 169 770	29 833 061	5,9%	1 516
10 Matosinhos	G	18 994 156	20 131 254	24 160 793	32 168 406	32 660 589	31 147 123	28 300 088	29 748 856	29 702 028	29 687 470	0,0%	1 881
11 Funchal	G	27 847 914	28 288 363	28 940 558	31 231 103	31 005 139	29 822 565	28 947 972	31 180 527	30 407 728	29 270 676	-3,7%	1 603
12 Amadora	G	22 105 465	22 600 396	22 426 130	28 804 424	28 825 565	28 008 606	24 805 860	26 947 613	26 644 145	27 249 877	2,3%	1 692
13 Loulé	M	21 595 408	22 634 496	24 522 409	26 849 182	29 960 895	28 902 427	25 552 196	25 897 673	25 771 146	26 027 320	1,0%	1 482
14 Coimbra	G	28 993 926	29 512 120	29 261 552	29 407 120	30 092 982	28 282 050	25 108 042	26 615 284	26 111 049	25 737 994	-1,4%	1 231
15 Setúbal	G	25 153 885	26 351 616	26 738 600	27 404 227	26 688 588	26 114 814	22 919 094	25 073 071	24 222 936	25 121 947	3,7%	1 266
16 Braga	G	17 708 700	19 073 422	19 380 342	26 069 234	27 095 643	26 211 997	23 648 923	25 186 802	24 503 120	23 723 998	-3,2%	1 400
17 Odivelas	G	18 046 367	18 522 939	19 496 408	19 733 142	23 113 696	22 760 094	21 147 636	22 652 739	22 733 104	23 642 979	4,0%	1 167
18 Guimarães	G	15 673 418	16 261 455	17 045 957	24 109 933	24 485 256	25 014 198	22 696 154	23 474 583	23 350 740	22 895 238	-2,0%	1 510
19 Gondomar	G	15 461 318	16 436 262	17 188 346	23 398 362	24 758 445	25 183 764	24 254 927	23 769 940	22 214 723	22 666 666	2,0%	1 567
20 V. Nova Famalicão	G	17 047 662	17 537 018	18 120 930	19 145 557	19 512 800	18 733 411	16 265 023	17 509 951	18 039 739	19 977 548	10,7%	1 291
21 Albufeira	M	17 225 655	18 040 983	18 750 522	22 516 606	23 375 044	22 749 447	19 779 010	20 860 863	20 124 778	19 859 464	-1,3%	1 090
22 Maia	G	15 119 813	16 116 900	17 760 639	18 867 993	19 295 370	19 373 082	17 575 332	19 098 164	18 567 367	18 535 977	-0,2%	994
23 Évora	M	14 290 608	15 061 910	15 416 156	18 835 495	20 419 703	19 050 623	16 879 562	18 020 985	18 166 398	17 711 101	-2,5%	1 021
24 Palmela	M	17 389 470	17 462 365	18 310 610	20 007 486	19 562 922	18 281 770	16 347 521	18 416 307	17 606 604	17 265 660	-1,9%	900
25 Sesimbra	M	14 680 004	15 780 704	17 361 973	18 046 176	18 766 838	17 683 894	15 760 272	19 042 086	17 414 285	16 724 431	-4,0%	858
26 Vila Franca de Xira	G	15 631 930	16 083 569	17 339 857	18 442 810	18 257 801	17 072 464	14 831 475	16 279 784	16 306 625	16 264 790	-0,3%	790
27 Viana do Castelo	M	10 751 204	11 131 053	11 705 378	15 204 092	16 173 109	16 883 363	14 845 260	16 016 733	15 793 297	15 869 957	0,5%	852
28 Vila do Conde	M	15 776 033	14 983 058	15 466 803	18 670 816	17 451 301	17 529 929	15 700 288	18 028 995	15 614 976	15 283 219	-2,1%	1 061
29 Portimão	M	11 398 957	11 883 504	12 181 038	15 656 349	15 713 844	15 780 331	13 152 074	14 489 922	14 009 673	14 627 444	4,4%	856
30 Barreiro	M	15 085 263	15 188 435	15 304 581	15 970 920	16 505 508	15 549 317	13 800 040	16 705 341	14 642 960	14 239 909	-2,8%	663
31 Mafra	M	10 020 076	10 260 846	10 991 442	12 347 104	14 454 464	14 463 606	13 552 392	14 364 693	13 929 910	14 055 555	0,9%	908
32 Moita	M	13 393 872	13 385 450	16 955 357	14 820 388	14 305 220	13 816 971	13 148 463	13 936 007	13 950 877	13 888 064	-0,5%	720
33 Sta. Maria da Feira	G	11 448 670	12 335 721	14 373 418	15 869 889	16 035 225	15 451 775	11 889 146	13 985 525	13 831 434	13 801 191	-0,2%	781
34 Santarém	M	10 632 814	11 010 882	13 393 394	14 882 585	15 175 490	14 027 288	12 784 889	14 257 268	13 938 809	13 701 242	-1,7%	741
35 Barcelos	G	11 638 773	12 494 354	12 968 710	13 788 442	13 671 900	13 335 500	11 878 919	13 524 811	14 458 009	13 691 542	-5,3%	620

R24 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga ao pessoal em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		Varia. 14-15	N° trab. 2015
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1 Corvo	P	781412	816375	772319	702501	628278	581778	522768	511744	493276	481035	-2,5%	27
2 Sta. Cruz das Flores	P	808672	830678	893080	937852	1056277	1135170	1000115	1100754	1010373	968094	-4,2%	51
3 São Roque do Pico	P	992457	927546	1072101	991542	1025053	1039671	938406	1094686	1156062	1040696	-10,0%	50
4 Lajes das Flores	P	934773	914443	969132	956754	1030038	1085234	1034086	1033572	1102795	1113489	1,0%	47
5 Sta. Cruz da Graciosa	P	1263117	1220353	1261237	1283903	1317601	1179384	1075305	1155502	1160977	1116069	-3,9%	57
6 Belmonte	P	1225322	1157928	1152457	1194382	1233241	1188363	972664	1029865	1148520	1123877	-2,1%	52
7 Porto Moniz	P	1106317	1087651	1116728	1247754	1196202	1200440	1066589	1164688	1255543	1215396	-3,2%	66
8 São Vicente	P	1208441	1340996	1363695	1378059	1483839	1404194	1184472	1297266	1287078	1279222	-0,6%	64
9 Manteigas	P	1576566	1503887	1504442	1586887	1477923	1410486	1217600	1433558	1300145	1304790	0,4%	63
10 Castanheira de Pera	P	1700415	1674098	1623045	1602004	1529680	1638218	1336878	1428271	1371009	1316919	-3,9%	70
11 Nordeste	P	1761612	1723681	1784813	1859706	1818260	1673403	1515060	1540762	1505856	1391709	-7,6%	76
12 Pedrógão Grande	P	1682494	1698853	1720929	1927778	1991745	1818738	1521923	1575605	1433592	1442871	0,6%	77
13 Penedono	P	1357998	1374051	1404882	1448174	1529711	1522888	1424391	1677001	1669857	1455933	-12,8%	78
14 Alvaiázere	P	1457105	1710407	1662378	1902709	1785425	1627854	1508164	1608990	1541059	1458588	-5,4%	91
15 Ponta do Sol	P	1476527	1484766	1604988	1694430	1736952	1623824	1414507	1577338	1524456	1504900	-1,3%	79
16 Santana	P	1716080	1681731	1689107	1810189	1826319	1607598	1320598	1468916	1431385	1559163	8,9%	90
17 S. João da Pesqueira	P	1240942	1297525	1286234	1381978	1622590	1807604	1608048	1696805	1690135	1578821	-6,6%	72
18 Velas	P	1846065	1694657	1757998	1745254	1798025	1661166	1373489	1541250	1581875	1596176	0,9%	80
19 Lajes do Pico	P	1534994	1571615	1546672	1588823	1781572	1462193	1296556	1697714	1729303	1638591	-5,2%	83
20 Marvão	P	1946500	1913442	1956346	2064463	2091489	1905403	1630015	1757230	1736929	1639610	-5,6%	92
21 Calheta (R. A. A.)	P	1712193	1606757	1573124	3043227	1854045	1741342	1575204	1730067	1693438	1651451	-2,5%	96
22 Fronteira	P	1518690	1622973	1642811	1686168	1781764	1684564	1512868	1617032	1654836	1689243	2,1%	81
23 Ribeira Brava	P	1635723	1651271	1716367	1833093	1910347	1675162	1473241	1473691	1591994	1698809	6,7%	86
24 Murtosa	P	1970406	1948561	1944268	2167169	1997283	1777789	1529814	1649845	1734600	1750778	0,9%	73
25 Arronches	P	1304803	1385508	1595360	1931729	1890857	1704073	1557864	1763010	1790710	1766276	-1,4%	93
26 Fornos de Algodres	P	0	1559206	1743350	1862133	2131489	1720458	1567948	1717392	1730587	1774666	2,5%	91
27 Sernancelhe	P	1794321	1759334	1777015	1988503	1781049	1760530	1507066	1647531	1727674	1820626	5,4%	84
28 Barrancos	P	2113636	1941363	1968772	2119777	2169383	2076578	1840869	1924514	1827295	1846856	1,1%	90
29 Vila do Porto	P	1843967	1920815	1886024	1999456	1889190	1771464	1616642	1767309	1782401	1870830	5,0%	96
30 Constância	P	1786017	1826660	1918333	2058686	2111829	2094052	1912775	2107421	2110978	1877761	-11,0%	102
31 Penamacor	P	2118290	2287809	2216659	2293754	2236940	2091247	1844804	2038044	2041741	1894715	-7,2%	94
32 Penalva do Castelo	P	1836484	1876603	1920068	2075681	2099582	2150013	1842673	2071947	2250644	1920559	-14,7%	103
33 Aguiar da Beira	P	1779363	1817779	1872086	1925715	1978975	1865634	1658053	1804810	1975710	1933848	-2,1%	95
34 Penela	P	1929694	1979352	2041981	2102630	2017550	2036481	1908785	1941754	1921622	1937005	0,8%	102
35 Sever do Vouga	P	1889643	2155869	2255131	2442657	2266571	2092536	1849810	1958639	2018710	1959340	-2,9%	107

2.3.4.2. Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Corrente

Em relação à despesa com aquisição de bens e serviços correntes, verificando-se a manutenção, em 2015, de um volume significativo de encargos por pagar, apresentam-se os rankings relativos ao volume de encargos assumidos em detrimento do volume de pagamentos efetuados.

Entende-se por bem salientar relativamente a esta despesa:

- No ponto 2.3.3 deste capítulo constatou-se que a despesa com aquisição de bens e serviços correntes tem sido a despesa que, desde 2013, apresenta maior volume de encargos assumidos, pese embora em 2014 e 2015, o mesmo, tivesse baixado sucessivamente, 4,1% e 2,7%.
- Entre 2006 e 2015 os encargos assumidos com aquisição de bens e serviços aumentaram 28,7% (+549M€) tendo os respetivos pagamentos aumentado, significativamente mais, ao apresentarem uma taxa de crescimento de 44,5% (+632M€).
- Em 2015, o peso dos encargos assumidos com aquisição de bens e serviços no total da despesa autárquica foi de 29,9% e traduziu o valor de 2 460 M€. Deste montante foi pago 83,4%, isto é, 2 052 M€, tendo esta cobertura financeira sido a maior 2006 e 2015. Contudo, ficaram por pagar 408 M€.
- Em 2015, 123 municípios apresentaram diminuição de encargos com aquisição de bens e serviços.

Apresentam-se de seguida os Rankings (R25 e R26) dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa assumida em aquisição de bens e serviços correntes, em 2015.

- Os encargos assumidos por Lisboa, em 2015, representaram 6% do total dos encargos assumidos, nesta rubrica orçamental, pelo setor autárquico municipal⁸³ e traduziram uma variação negativa com pouca relevância material. Comparando o valor dos encargos assumidos pelo segundo município desta listagem – Cascais – verifica-se que, o mesmo, apresentou uma despesa cujo valor foi 55,8% do valor apresentado por Lisboa.
- Relativamente à listagem destes 35 municípios com maior des-

pensa em aquisição de bens e serviços correntes, apontam-se os municípios com crescimento desta despesa acima dos 10%, relevando-se aqui os que apresentaram maior volume de crescimento: Cascais com +7,5 M€, Santo Tirso com +6,2 M€ e Loulé com +3,5M€.

- Foi também relevante a descida de despesa, desta rubrica orçamental, apresentada por Portimão (-17,6 M€) e por Seixal (-14,8 M€).

No Quadro R26 são ordenados por ordem crescente de valor os municípios com menor volume de encargos em aquisição de bens e serviços.

⁸³ De referir que Lisboa representa 4,9% da população de Portugal.

R25 – Municípios que apresentam maior volume de despesa assumida em aquisição de bens e serviços em 2015⁸⁴

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Varia. 14–15
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	124 353 506	128 114 669	124 655 444	145 765 138	151 367 236	134 801 488	111 757 298	137 822 011	146 819 507	146 803 550	0,0%
2 Cascais	G	61 059 966	47 546 510	52 502 406	63 914 260	59 261 043	63 007 658	68 531 172	68 850 265	74 344 786	81 849 362	10,1%
3 Porto	G	33 062 533	40 348 147	40 980 960	43 403 210	45 645 663	47 642 838	46 769 753	50 633 402	51 060 774	53 677 444	5,1%
4 VN Gaia	G	61 495 966	69 398 759	76 053 764	84 639 898	58 475 191	55 101 397	55 010 238	44 016 410	48 849 168	48 143 226	-1,4%
5 Sintra	G	27 742 948	29 135 867	31 802 633	30 607 749	29 796 935	40 998 688	44 551 431	32 921 406	40 818 575	43 139 854	5,7%
6 Setúbal	G	19 558 979	23 578 046	24 355 552	24 954 380	26 102 787	31 270 968	39 022 149	43 347 431	47 389 727	41 195 449	-13,1%
7 Loures	G	43 675 023	43 908 242	45 705 135	47 866 620	43 706 405	53 951 539	48 556 965	42 161 274	42 279 688	39 485 152	-6,6%
8 Évora	M	8 903 902	12 326 692	12 774 885	22 976 203	15 620 672	15 703 458	38 887 807	42 754 877	39 965 616	36 339 390	-9,1%
9 Oeiras	G	31 636 296	35 187 141	42 275 218	53 075 364	46 276 878	46 530 840	42 989 369	37 535 010	38 188 668	36 045 081	-5,6%
10 Loulé	M	31 473 390	34 904 125	38 253 948	41 221 568	42 354 637	42 903 016	41 777 114	41 031 165	31 256 490	34 762 953	11,2%
11 Matosinhos	G	26 027 997	31 018 587	36 169 487	37 541 411	43 294 141	46 890 139	40 912 658	33 279 741	27 963 510	28 948 487	3,5%
12 Odivelas	G	14 240 243	24 086 612	24 037 060	26 176 263	27 148 640	27 026 526	27 840 706	24 577 329	28 882 207	28 379 557	-1,7%
13 VNFamalicão	G	17 201 913	18 156 278	19 457 117	19 810 777	22 113 599	24 036 336	24 368 271	23 869 631	26 200 388	27 751 820	5,9%
14 Albufeira	M	27 654 769	28 968 258	38 253 476	36 112 120	37 540 896	43 029 628	57 441 814	49 380 877	30 349 677	27 212 626	-10,3%
15 Amadora	G	31 085 021	30 003 083	33 528 176	34 153 362	34 521 404	37 070 864	35 159 327	35 925 643	32 275 105	26 364 594	-18,3%
16 Funchal	G	26 114 103	24 588 106	32 801 543	21 889 391	21 475 341	19 054 429	24 529 138	40 235 334	27 396 324	24 786 873	-9,5%
17 Guimarães	G	15 673 055	17 107 348	18 615 328	20 453 324	22 055 708	23 548 518	21 321 694	21 111 409	26 047 863	24 785 171	-4,8%
18 Almada	G	20 105 590	21 731 808	22 228 439	22 927 377	20 624 597	20 454 096	21 298 922	22 057 210	23 171 074	24 534 583	5,9%
19 Coimbra	G	25 539 518	28 042 111	26 013 396	28 613 594	29 054 957	28 375 002	26 986 090	27 181 718	25 163 341	24 402 751	-3,0%
20 Gondomar	G	15 671 197	18 025 916	18 501 806	19 942 410	20 628 490	20 667 482	20 010 183	21 529 998	21 913 346	23 054 643	5,2%
21 Lagos	M	16 395 501	17 129 305	19 841 661	15 317 711	16 930 359	22 092 057	27 184 235	22 762 989	18 908 439	21 623 555	14,4%
22 Mafra	M	12 787 217	14 646 651	17 099 092	20 402 253	21 612 162	22 097 543	22 376 982	19 325 064	24 034 720	21 439 614	-10,8%
23 VF Xira	G	13 111 985	14 437 664	16 398 825	17 563 949	18 742 794	17 492 138	20 033 573	19 646 603	19 998 395	21 128 459	5,7%
24 Braga	G	8 493 164	9 224 324	11 108 069	12 164 553	12 766 801	15 021 793	16 332 499	17 919 247	18 818 365	20 892 954	11,0%
25 P Ferreira	M	4 936 194	5 469 226	5 882 540	6 880 449	7 919 746	8 406 868	14 909 825	14 464 644	19 798 846	20 591 661	4,0%
26 Portimão	M	13 665 426	17 657 954	25 041 364	35 783 365	38 510 214	36 416 936	41 317 095	38 662 001	37 461 827	19 813 605	-47,1%
27 Seixal	G	9 665 713	12 833 475	17 012 398	18 659 837	20 879 251	14 753 748	14 992 016	36 560 961	33 991 388	19 180 517	-43,6%
28 Aveiro	M	26 187 757	30 430 183	35 311 965	21 140 564	19 217 927	19 986 838	9 952 959	11 266 399	17 942 758	18 832 442	5,0%
29 SM Feira	G	20 555 886	22 931 525	24 928 102	24 984 742	25 816 209	27 359 175	26 444 607	26 858 402	19 262 960	18 600 245	-3,4%
30 Santo Tirso	M	7 385 623	7 462 437	8 748 921	10 129 092	10 371 507	9 383 781	9 556 947	9 706 451	12 120 851	18 404 000	51,8%
31 Maia	G	16 354 413	17 674 325	19 162 748	20 546 706	17 764 482	17 228 310	16 818 130	15 527 029	16 593 837	17 687 279	6,6%
32 Leiria	G	21 883 372	25 411 860	25 127 908	22 519 911	20 390 112	23 540 161	20 533 889	17 836 029	15 951 119	17 558 463	10,1%
33 Viseu	M	8 167 690	9 737 211	11 247 883	13 954 604	13 147 854	13 033 362	13 199 486	14 341 656	15 197 242	16 846 276	10,9%
34 Barcelos	G	11 346 070	13 282 464	14 149 958	13 868 428	15 817 547	17 448 876	15 690 658	16 238 445	16 484 549	16 671 400	1,1%
35 Paredes	M	7 358 826	11 435 301	12 231 800	14 445 167	13 580 327	16 259 506	20 093 186	19 459 624	18 475 633	16 624 779	-10,0%

⁸⁴ Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município, excluindo, portanto, as entidades do SEL.

R26 – Municípios que apresentam menor volume de despesa assumida em aquisição de bens e serviços em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		Varia. 14-15	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1	Corvo	P	380 231	386 459	372 052	322 196	291 543	254 284	253 451	297 247	343 613	411 390	19,7%
2	Barrancos	P	646 718	962 265	981 756	1 050 201	1 122 570	1 017 169	591 807	553 336	509 504	516 299	1,3%
3	Sta. Cruz das Flores	P	411 847	429 387	514 776	571 952	539 011	537 141	519 030	498 114	548 208	578 784	5,6%
4	Calheta (R. A. A.)	P	1 606 605	1 574 208	1 302 298	1 610 771	1 024 499	833 071	778 131	723 082	653 802	670 189	2,5%
5	Nordeste	P	925 255	794 984	926 482	969 872	1 189 588	1 077 227	865 813	1 140 436	834 858	799 271	-4,3%
6	Lajes das Flores	P	728 285	757 648	833 841	994 371	982 545	923 996	904 130	829 097	684 817	859 952	25,6%
7	Sta Cruz da Graciosa	P	676 298	705 938	690 284	750 175	880 266	735 955	795 086	793 876	813 617	940 225	15,6%
8	Povoação	P	825 145	808 001	889 250	1 023 709	979 077	1 101 212	833 814	839 898	817 709	982 429	20,1%
9	São Roque do Pico	P	484 691	557 789	585 843	670 005	726 252	727 076	760 135	717 092	907 526	1 020 076	12,4%
10	Lajes do Pico	P	1 019 576	1 123 532	1 262 592	1 001 157	1 461 934	918 219	1 028 804	999 080	950 342	1 039 129	9,3%
11	Castanheira de Pêra	P	1 361 448	1 546 727	1 973 089	2 186 151	2 471 891	2 521 351	2 270 043	1 057 231	1 012 932	1 089 084	7,5%
12	Velas	P	859 038	811 580	944 026	988 768	993 459	1 060 088	1 143 896	970 815	1 189 571	1 107 453	-6,9%
13	Alvito	P	764 373	801 221	873 839	876 399	1 157 729	1 094 138	992 894	1 052 693	1 077 616	1 139 587	5,8%
14	Santana	P	1 736 648	1 940 885	2 560 793	2 482 273	2 172 460	2 668 669	1 674 523	1 650 252	1 657 556	1 213 221	-26,8%
15	Arronches	P	1 094 455	1 122 643	1 464 196	1 432 373	1 127 200	1 178 009	1 459 333	1 467 384	1 349 402	1 291 841	-4,3%
16	Monforte	P	1 523 516	1 557 105	1 566 347	1 894 059	1 698 997	1 554 519	1 283 994	1 374 560	1 267 393	1 395 864	10,1%
17	Vila do Porto	P	859 627	985 629	1 056 633	1 210 248	1 226 515	1 017 146	994 961	1 310 518	1 401 806	1 479 500	5,5%
18	Marvão	P	1 092 051	1 182 909	1 225 181	1 262 007	1 429 729	1 419 830	1 401 578	1 482 282	1 452 737	1 506 980	3,7%
19	Castelo de Vide	P	1 020 089	1 162 123	1 114 492	1 372 129	1 211 631	1 203 768	1 301 512	1 551 799	1 452 691	1 521 762	4,8%
20	Fornos de Algodres	P	Si	2 967 005	1 674 178	1 452 236	4 593 820	2 119 731	1 971 516	2 201 828	1 655 608	1 529 331	-7,6%
21	Cuba	P	1 628 735	1 675 099	1 683 306	1 837 125	2 020 011	1 957 423	1 501 794	1 432 195	1 569 285	1 607 030	2,4%
22	Praia da Vitória	M	2 535 356	2 056 927	2 269 017	1 999 854	1 653 001	1 596 122	1 402 721	1 537 898	1 668 684	1 653 165	-0,9%
23	Vila de Rei	P	1 405 066	1 241 327	1 711 823	1 680 277	1 569 377	1 378 471	1 432 318	1 607 572	1 603 565	1 672 531	4,3%
24	Mesão Frio	P	1 180 387	1 276 249	1 268 188	1 610 944	1 676 866	1 134 723	1 440 008	1 511 622	1 613 001	1 674 583	3,8%
25	São Vicente	P	1 341 151	1 769 573	1 915 468	2 485 855	2 048 429	1 960 964	1 496 431	1 600 364	1 649 156	1 747 493	6,0%
26	Penedono	P	988 926	1 005 330	1 100 038	1 033 098	1 236 901	1 585 395	1 804 355	1 835 538	1 829 915	1 755 377	-4,1%
27	Monchique	P	1 562 446	1 551 770	1 702 579	1 717 794	1 863 524	2 364 276	2 274 474	2 161 760	1 992 667	1 790 232	-10,2%
28	Penalva do Castelo	P	1 439 828	1 457 290	1 517 643	1 506 051	1 571 350	1 608 893	1 735 177	1 929 597	2 262 095	1 791 628	-20,8%
29	Ribeira Brava	P	2 087 310	2 379 989	2 526 608	4 683 596	4 047 452	5 599 371	3 931 382	4 430 644	1 509 589	1 800 793	19,3%
30	Alpiarça	P	2 827 859	2 872 366	3 504 326	3 637 654	3 260 064	3 416 607	2 144 041	2 043 073	1 833 024	1 815 446	-1,0%
31	Sousel	P	1 454 552	1 616 725	1 792 118	1 864 690	1 696 828	1 798 560	1 705 476	1 962 453	1 636 108	1 854 511	13,3%
32	Constância	P	1 301 231	1 232 704	1 359 992	1 342 127	1 466 515	1 561 084	1 661 293	1 758 198	1 746 213	1 857 110	6,4%
33	Madalena	P	1 061 050	880 952	906 632	914 836	849 237	1 012 522	1 178 645	1 035 911	1 422 968	1 874 030	31,7%
34	Machico	M	4 455 153	5 427 930	7 149 830	7 784 835	7 463 459	12 214 931	11 889 785	2 309 374	8 240 235	1 876 923	-77,2%
35	Porto Moniz	P	2 521 981	Si	1 745 939	2 251 425	1 919 989	1 996 861	2 034 655	1 430 027	1 560 065	1 880 392	20,5%

Da observação do Ranking R26 anota-se:

- Dos 35 municípios com menor volume de encargos em aquisição de bens e serviços correntes, apenas consta um município de média dimensão. Todos os restantes são municípios de pequena dimensão.
- Dos onze municípios, constantes desta listagem, que apresentaram descida de encargos, chama-se a atenção para o município de Machico que apresentou uma descida de 77,2% equivalente a -6,4 M€.
- Os restantes 25 municípios apresentaram acréscimo de despesa com pouca relevância material, assinalando-se, apenas, o aumento demonstrado pelos municípios da Madalena (+451M€) e de Porto Moniz (+320M€).

2.3.4.3. Despesas com Investimentos

No ponto 2.3.3 já foram referidas as questões consideradas relevantes que se ofereciam dizer em relação às despesas de investimento. Todavia, como neste ponto se vão apresentar listagens hierarquizadas dos municípios, pelo volume de despesa assumida nesta rubrica orçamental, entende-se relevar os seguintes aspectos, da mesma, em relação ao ano de 2015.

Em 2015 o total de encargos assumidos pelos municípios, nesta rubrica orçamental, foi de 1 522 M€ dos quais foi pago 1 174 M€, isto é 77,1% da despesa assumida, tendo ficado por pagar 348 M€. Entre 2006 e 2013 o valor médio dos pagamentos desta despesa tinha sido de 57,1%, ficando, então, por pagar quase metade da despesa assumida.

E evolução positiva dos pagamentos dos encargos de investimento deveu-se, essencialmente, à forte descida dos compromissos assumidos com esta despesa municipal. Entre 2006 e 2015 o decréscimo de encargos assumidos com investimento foi de 58,1%, significando uma quebra de 2,1 mil milhões de euros.

Em 10 anos de gestão autárquica (2006-2015) o total de investimento assumido foi de 29,2 mil milhões de euros, ou seja, 2 765 euros por habitante, excluindo-se as transferências da capital para as freguesias.

Finalmente anota-se que o investimento municipal, na sua globalidade, embora tenha vindo a decrescer sucessivamente desde

2010, apresentou a sua maior quebra, em termos absolutos e relativos, em 2014 com uma diminuição de valor de 690M€ (-29,3%), sendo que em 2012 a descida também foi significativa baixando o investimento direto dos municípios em - 573,7 M€ (-18%).

Nos Rankings R27 e R28 apresentam-se respetivamente 35 municípios com maior ou menor volume de investimento realizado em 2015⁸⁵.

⁸⁵ Dada a profusão de empresas municipais que executam, por delegação de competências, investimentos em substituição dos municípios e, ainda, o facto de existirem juntas de freguesia às quais foram, também, delegadas competências para executarem investimentos da responsabilidade dos municípios, tem-se entendido que a real dimensão do investimento direto dos municípios resultaria da soma do valor das transferências de capitais com as despesas de investimento. Ora a falta de informação nos relatórios das autarquias que nos permitam testar este entendimento levou-nos a decidir que neste anuário não se apresentariam os quadros com as respetivas somas de valores.

R27 – Municípios que apresentam maior volume de investimentos assumidos (aquisições assumidas de bens de capital) em 2015⁸⁶

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Varia. 14–15
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	254 262 178	107 313 086	43 317 932	84 871 171	117 304 505	70 274 902	90 586 646	134 292 937	97 010 075	99 062 142	2,1%
2 Matosinhos	G	28 412 835	27 576 975	36 694 244	38 694 029	57 482 364	57 944 453	32 684 125	22 971 709	15 421 466	34 397 287	123,0%
3 Oeiras	G	53 700 202	49 206 354	63 251 366	49 426 043	47 135 842	41 145 536	28 689 614	25 809 960	36 204 501	25 823 673	-28,7%
4 Setúbal	G	25 061 346	18 469 686	14 549 740	15 433 862	25 354 627	30 522 429	34 667 152	31 083 182	26 528 140	25 266 076	-4,8%
5 Coimbra	G	25 699 338	25 004 848	21 351 526	24 785 982	22 003 282	25 929 659	16 889 943	19 617 228	12 650 633	24 554 268	94,1%
6 Porto	G	12 462 639	7 507 335	8 860 813	8 378 556	31 094 439	7 116 111	6 397 422	47 498 289	14 049 857	24 155 337	71,9%
7 Maia	G	47 698 034	48 135 545	37 060 611	34 423 718	25 158 279	18 299 118	7 738 585	8 645 607	12 728 125	23 480 695	84,5%
8 Viana do Castelo	M	26 137 927	26 227 097	29 534 395	31 015 443	29 306 586	18 747 213	21 718 823	19 803 663	11 445 299	21 173 841	85,0%
9 Pombal	M	15 900 021	15 828 279	14 875 875	21 210 147	23 780 983	25 657 852	31 792 528	44 353 401	27 971 434	20 137 030	-28,0%
10 Vila Nova de Gaia	G	52 704 562	90 304 242	49 479 252	56 279 004	46 763 566	61 307 467	59 272 917	39 869 474	27 993 246	19 266 665	-31,2%
11 Loulé	M	50 682 776	48 661 603	57 389 846	104 427 506	80 233 061	64 360 812	41 385 918	29 954 650	22 844 834	19 135 711	-16,2%
12 Penafiel	M	35 623 509	33 729 760	29 565 132	33 837 617	32 180 614	23 490 182	28 372 854	25 062 014	23 737 896	19 077 706	-19,6%
13 Nazaré	P	10 558 617	10 908 630	11 987 650	16 116 009	16 808 395	20 120 817	19 753 829	19 308 183	17 864 684	18 552 549	3,9%
14 Aveiro	M	33 177 529	55 151 678	47 880 966	43 800 406	21 774 183	34 705 751	14 534 036	18 690 425	17 351 592	18 415 884	6,1%
15 Cascais	G	27 721 762	29 845 373	38 458 895	61 193 255	44 068 049	34 197 025	26 636 466	21 809 147	16 932 772	17 677 712	4,4%
16 Castelo Branco	M	20 509 207	26 125 929	49 930 625	27 920 258	25 543 653	23 332 617	33 121 890	28 153 283	12 652 392	16 530 461	30,7%
17 Almada	G	14 970 769	15 646 010	26 233 012	42 626 857	16 672 834	16 766 330	11 565 306	14 017 582	11 930 672	14 035 429	17,6%
18 Guimarães	G	26 045 755	17 410 287	21 382 932	28 824 247	37 093 046	53 730 264	35 573 956	8 888 780	14 611 024	13 541 564	-7,3%
19 Santa Maria da Feira	G	37 940 368	48 258 346	49 817 272	46 741 263	41 569 747	41 387 028	35 091 368	32 133 246	20 061 236	13 333 145	-33,5%
20 Torres Vedras	M	9 435 075	10 521 452	11 575 007	13 947 896	14 889 123	15 781 227	10 596 557	7 982 570	4 870 752	13 070 241	168,3%
21 Águeda	M	8 122 189	8 540 302	6 581 673	9 264 783	12 100 808	12 159 871	19 906 690	16 082 079	11 939 936	13 020 411	9,0%
22 Paços de Ferreira	M	15 836 067	27 453 275	23 837 241	28 308 600	24 112 846	24 919 414	15 854 715	14 775 814	13 947 755	12 508 395	-10,3%
23 Leiria	G	20 635 085	17 530 366	27 323 021	19 105 390	20 055 845	18 888 976	6 657 971	8 911 457	15 306 881	12 188 564	-20,4%
24 Lousada	M	11 116 002	14 421 997	7 155 428	12 816 576	19 802 009	17 395 715	10 511 613	4 189 382	7 875 601	11 558 247	46,8%
25 Paredes	M	9 492 235	23 329 519	28 851 028	45 982 197	63 032 103	75 866 070	68 967 310	48 716 586	21 001 838	10 964 809	-47,8%
26 Ílhavo	M	19 003 047	18 540 564	19 970 448	25 919 024	22 446 380	19 685 913	16 864 608	7 270 276	8 263 090	10 665 214	29,1%
27 V Nova de Famalicão	G	10 116 604	11 211 695	15 314 758	16 948 127	21 001 545	21 331 490	22 805 487	15 419 399	13 652 524	10 634 313	-22,1%
28 Póvoa de Varzim	M	23 428 554	24 731 685	34 429 028	30 657 183	23 910 905	20 746 138	15 300 878	12 857 983	9 165 497	10 567 988	15,3%
29 Mafra	M	28 881 648	26 132 473	25 029 971	20 668 296	33 590 843	23 360 633	19 989 794	13 695 425	10 056 255	10 190 824	1,3%
30 Santo Tirso	M	14 402 278	12 028 771	11 524 807	17 957 482	16 923 429	25 303 781	21 537 213	20 414 676	12 748 874	9 939 176	-22,0%
31 Sintra	G	47 081 019	43 163 363	37 774 317	45 952 190	47 349 900	27 057 882	11 450 592	18 248 741	7 008 851	9 924 610	41,6%
32 Peso da Régua	P	10 043 339	10 104 897	9 741 352	14 935 107	17 682 312	18 452 931	11 820 100	12 467 913	10 117 872	9 869 043	-2,5%
33 Vila Franca de Xira	G	23 166 601	23 702 875	32 745 047	27 711 046	26 793 211	20 136 229	21 581 362	25 828 420	15 036 151	9 543 659	-36,5%
34 Gondomar	G	37 554 565	24 341 305	34 811 093	43 724 145	29 794 593	38 204 564	16 231 933	18 494 268	12 369 130	9 423 892	-23,8%
35 Tomar	M	17 990 012	14 426 177	11 087 056	16 566 551	18 715 402	23 843 597	13 817 303	14 695 642	12 371 746	9 370 298	-24,3%

⁸⁶ Não inclui o investimento realizado pelo sector empresarial local.

Da observação do Ranking R27 é de assinalar, relativamente a 2015:

- À semelhança dos rankings anteriores é Lisboa que lidera a listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de investimento direto municipal, com o montante de 99,1 M€, isto é, +2,1% que o investido no ano anterior. O valor aplicado por Lisboa em investimento direto do município representou 6,5% do total investido pela globalidade dos municípios. O investimento em 10 anos foi de 1 098 milhões de euros, correspondendo a uma média de 2 005€ por habitantes, quando a média nacional foi de 2 765€.
- O segundo município desta listagem, Matosinhos, investiu diretamente em formação bruta de capital 34,4 M€, que representou 34,7% do investimento efetuado por Lisboa. Anota-se, ainda, que o município de Matosinhos em 2015 apresentou um acréscimo de investimento de +123% (+19 M€).
- Serão ainda de assinalar, desta listagem, os acréscimos de investimento direto decididos pelos municípios de: Coimbra (+94,1%, +11,9M€); Maia (+84,5%, +10,8 M€); Porto (+71,9%, +10,1 M€); Viana do Castelo (+85%, +9,7M€) e Torres Vedras (+168,3%, +8,2M€).
- Também se assinalam os municípios que apresentam maior quebra de investimento em termos de valor: Oeiras (-10,4 M€, -28,7%); Paredes (-10M€, -47,8%); Vila Nova de Gaia (-8,7M€, -31,2%); Pombal (-7,8M€, -28%) e Santa Maria da Feira (-6,7M€, -33,5%).

Da observação do Ranking R28 é de assinalar, relativamente a 2015:

- À semelhança dos rankings anteriores, os municípios constantes de listagens hierarquizados relativas ao menor volume de encargos de qualquer rubrica orçamental, são normalmente municípios de pequena dimensão e este ranking não foi exceção a essa regra. Apenas consta do mesmo um município de média dimensão- Machico.
- Destes 35 municípios com menor volume de investimento direto, seis apresentam acréscimo do mesmo, sendo de salientar dois deles pela taxa de variação envolvida: Porto Santo (+995,6%, +226 mil euros) e Fornos de Algodres (+168%, +254 mil euros).

- Apresentaram, neste ranking, descida significativa de investimento os seguintes municípios: Lajes das Flores (-2,3 M€, -78%); Arraiolos (-2M€, -67,6%); Santa Cruz das Flores (-1,9M€, -84%) e Terras de Bouro (-1,2M€, -56,3%).

Apresenta-se em seguida o Ranking R29 com os municípios que apresentam maior investimento por habitante nos últimos 10 anos.

R28 – Municípios que apresentam menor volume de investimentos assumidos (aquisição de bens de capital) em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Varia. 14–15	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1	Barrancos	P	1 867 991	2 859 831	3 187 482	2 186 822	908 255	482 146	303 542	321 782	176 413	82 372	-53,3%
2	Mourão	P	2 374 704	2 028 378	3 154 834	2 911 271	587 957	306 435	232 985	268 586	146 033	97 112	-33,5%
3	Alpiarça	P	4 620 246	3 738 630	3 900 662	4 218 849	4 050 969	3 747 424	738 590	1 575 927	189 519	125 300	-33,9%
4	Castanheira de Pera	P	9 380 457	7 989 262	8 015 206	7 863 607	7 691 523	7 035 912	3 972 326	158 748	146 631	159 278	8,6%
5	Porto Santo	P	6 829 713	6 929 096	1 703 718	4 620 861	3 524 646	3 067 505	1 581 145	1 540 543	22 744	249 196	995,6%
6	Alvito	P	876 829	2 035 568	2 312 534	4 125 747	3 216 714	2 653 344	954 008	494 007	639 038	309 086	-51,6%
7	Sta. Cruz das Flores	P	3 430 361	1 557 152	843 290	1 772 912	2 479 412	1 484 081	777 570	1 710 120	2 261 585	361 291	-84,0%
8	Porto Moniz	P	7 929 628	Si	4 092 314	6 999 815	5 619 093	2 912 876	1 554 576	1 483 112	418 524	368 084	-12,1%
9	Fornos de Algodres	P	Si	9 080 559	4 542 428	1 683 644	15 148 001	2 121 920	678 745	472 468	151 143	405 127	168,0%
10	Borba	P	5 748 636	8 921 331	15 858 413	10 036 402	5 567 172	5 475 041	6 924 402	9 340 854	759 032	433 046	-42,9%
11	Murça	P	3 370 183	3 606 153	2 994 365	4 267 284	5 241 936	4 638 974	1 622 639	1 271 611	492 462	440 489	-10,6%
12	Monforte	P	4 127 332	3 861 653	3 719 643	3 376 631	1 097 138	2 202 665	951 040	770 346	360 055	451 871	25,5%
13	Santana	P	7 127 227	6 625 520	6 933 815	5 354 225	2 124 437	3 664 846	3 222 188	2 106 906	817 551	456 163	-44,2%
14	Ferreira do Alentejo	P	1 980 649	2 464 832	2 089 969	3 783 980	2 636 746	2 503 441	2 433 600	2 111 004	1 367 972	478 500	-65,0%
15	Fronteira	P	2 973 203	1 225 726	2 100 657	2 343 128	2 664 412	2 698 068	2 023 606	1 887 989	1 175 002	497 433	-57,7%
16	Pedrógão Grande	P	2 763 161	3 513 519	3 538 664	3 158 445	2 777 162	3 306 058	2 003 670	1 881 110	1 064 154	499 857	-53,0%
17	Nordeste	P	6 041 709	3 960 566	3 797 307	6 997 278	10 146 841	10 573 147	9 817 121	10 027 413	1 335 798	582 701	-56,4%
18	Constância	P	2 481 428	1 741 568	2 124 084	3 624 068	2 668 406	2 966 367	3 254 601	1 228 659	481 637	586 077	21,7%
19	Mesão Frio	P	4 137 927	3 026 530	2 652 270	3 985 288	5 789 493	3 355 079	3 212 178	1 525 347	865 936	609 427	-29,6%
20	Lajes das Flores	P	1 064 424	1 015 447	1 396 513	4 329 026	3 703 876	2 302 221	3 831 374	3 558 002	2 999 319	659 071	-78,0%
21	Vila do Porto	P	5 162 832	2 011 224	2 464 307	3 307 145	1 093 057	1 437 175	1 359 675	670 180	1 598 803	681 994	-57,3%
22	Vendas Novas	P	3 380 466	3 157 829	2 786 769	4 588 791	4 301 060	3 588 565	2 579 774	1 898 560	601 135	732 073	21,8%
23	Sobral Monte Agraço	P	2 462 199	2 175 223	1 105 889	2 756 404	1 987 242	2 323 238	992 953	616 870	916 522	764 610	-16,6%
24	Bombarral	P	7 054 745	6 720 868	4 816 857	5 033 238	4 815 961	5 752 388	4 909 657	3 911 124	1 550 268	800 526	-48,4%
25	Machico	M	16 875 772	12 925 766	13 223 798	8 305 176	8 093 709	10 828 691	7 755 868	3 888 665	1 567 535	817 038	-47,9%
26	Sardoal	P	2 227 885	1 635 393	2 363 881	2 369 637	1 296 596	1 211 155	880 238	897 852	484 804	869 004	79,2%
27	Alter do Chão	P	5 174 406	3 398 684	2 303 347	2 065 681	2 095 684	5 074 249	3 273 837	945 995	1 312 028	881 867	-32,8%
28	Figueiró dos Vinhos	P	4 527 442	3 533 687	2 871 176	3 800 617	3 623 162	3 063 467	2 001 227	863 325	988 305	904 655	-8,5%
29	Sta. Cruz da Graciosa	P	1 965 282	2 716 307	1 605 352	1 797 849	2 820 048	2 705 006	2 693 538	2 360 244	1 666 573	932 024	-44,1%
30	Terras de Bouro	P	8 432 775	6 282 527	4 992 644	6 709 568	4 594 888	3 508 410	2 865 525	2 556 097	2 169 804	948 283	-56,3%
31	Arraiolos	P	8 518 158	8 719 763	7 941 101	4 893 783	4 203 539	3 792 580	2 394 629	3 475 899	2 937 635	952 375	-67,6%
32	Castelo de Vide	P	2 688 504	1 495 409	990 377	1 138 609	1 128 256	1 712 717	2 122 584	1 845 993	1 811 116	957 888	-47,1%
33	Sabrosa	P	5 920 308	6 365 688	6 865 523	9 988 169	8 488 963	4 012 054	2 065 452	2 504 295	1 645 358	969 727	-41,1%
34	Avis	P	3 610 346	3 263 428	3 145 609	3 104 198	3 464 153	3 390 842	2 883 932	2 030 689	1 395 015	1 006 565	-27,8%
35	Góis	P	3 875 118	3 153 543	2 608 473	3 325 675	2 756 658	2 992 790	3 553 787	1 771 963	1 380 223	1 040 676	-24,6%

R29 – Municípios com maior investimento assumido por habitante no decénio 2006–2015

	Município	Dim.	Investimento 2006–2015	Nº habitantes (censos 2011)	Investimento por habitante
1	Corvo	P	13 414 181	430	31 196
2	Lajes das Flores	P	24 859 275	1 504	16 529
3	Castanheira de Pera	P	52 412 949	3 191	16 425
4	Alcoutim	P	41 870 998	2 917	14 354
5	Nordeste	P	63 279 879	4 937	12 817
6	Freixo de Espada à Cinta	P	46 893 356	3 780	12 406
7	Pampilhosa da Serra	P	55 550 642	4 481	12 397
8	Tabuaço	P	76 400 134	6 350	12 032
9	Alandroal	P	69 486 251	5 843	11 892
10	Vila de Rei	P	40 516 758	3 452	11 737
11	Porto Moniz	P	31 378 021	2 711	11 574
12	Nazaré	P	161 979 363	15 158	10 686
13	Alfândega da Fé	P	52 972 791	5 104	10 379
14	Meda	P	53 734 845	5 202	10 330
15	Fundão	M	298 239 600	29 213	10 209
16	Alvaiázere	P	74 297 672	7 287	10 196
17	Vimioso	P	47 232 358	4 669	10 116
18	São Vicente	P	57 667 039	5 723	10 076
19	Mértola	P	71 986 146	7 274	9 896
20	Penamacor	P	55 842 706	5 682	9 828
21	Vila do Bispo	P	51 053 788	5 258	9 710
22	Ribeira de Pena	P	63 527 377	6 544	9 708
23	Arronches	P	30 587 365	3 165	9 664
24	Lajes do Pico	P	44 830 091	4 711	9 516
25	Borba	P	69 064 328	7 333	9 418
26	Montalegre	P	96 224 139	10 537	9 132
27	Paredes de Coura	P	80 961 006	9 198	8 802
28	Sines	P	125 266 239	14 238	8 798
29	Almeida	P	63 578 679	7 242	8 779
30	Vila Pouca de Aguiar	P	114 385 416	13 187	8 674
31	Calheta (R. A. A.)	P	32 506 940	3 773	8 616
32	Vila Nova de Poiares	P	62 666 725	7 281	8 607
33	Vila Velha de Ródão	P	30 250 032	3 521	8 591
34	Penela	P	51 257 696	5 983	8 567
35	Manteigas	P	29 222 486	3 430	8 520

2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios

Como se verificou no ponto 2.3.3 deste anuário (quadro 2.32.) trata-se de duas despesas em relação às quais, no final de cada ano económico, se tem registado encargos por pagar, pese embora se reconheça alteração significativa na gestão destes encargos com o aumento progressivo da percentagem de pagamento dos mesmos. Entendeu-se, contudo, mais adequada à realidade, a análise comparativa dos municípios tendo base o volume de encargos assumidos e não os pagamentos efetuados.

Em 2015, apenas 22 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes comprometidas e 105 as transferências de capital, também comprometidas nesse ano. No que respeita aos subsídios, 129 municípios apresentaram valor em subsídios comprometidos, mas apenas 71 pagaram a totalidade dos mesmos.

Em 2015 o grau de pagamento dos subsídios atribuídos aumentou 14,4%, o das transferências correntes aumentou 1,4% e o das transferências de capital aumentou 8,6%. Todavia, só foram pagos 78,7% dos subsídios atribuídos e 77,1% das transferências de capital, aprovadas. A taxa de pagamento das transferências correntes foi bastante superior atingindo, em média, para a globalidade dos municípios 93% das mesmas.

Em 2015, o montante aprovado de Transferências de Capital foi de 256 M€ e o montante pago foi de 206M€. Quanto às transferências correntes foram aprovadas 589 M€ e pagas 548M€. Relativamente aos subsídios, o valor assumido foi de 106M€ e o pago foi de 94M€.

Comparando a evolução entre 2006 e 2015, verifica-se que em 10 anos o volume de despesa assumida em transferências de capital baixou 42% (-150 M€) e em transferências correntes aumentou 30,6% (+128,4 M€). Quanto ao montante de encargos assumidos com subsídios, o mesmo baixou 36,3% (-42,7 M€)

Apresentam-se de seguida tendo como referência o ano de 2015, os Rankings (R30 e R31) dos 35 municípios com maior e menor volume de transferências correntes e de capital, acrescidos dos encargos com subsídios⁸⁷.

⁸⁷ Nos anuários precedentes as listagens relativas às transferências foram apresentadas separadamente das listagens de encargos com subsídios

Observando o Ranking R30 e tendo em atenção os valores globais apresentados no ponto 2.3.3 deste anuário, conclui-se em relação a 2015:

- O montante global de encargos com transferências e subsídios assumidos pelo município de Lisboa representou 13,1% do valor de encargos da mesma natureza assumido por todos os municípios portugueses⁸⁸. Mais se anota que Lisboa apresentou um crescimento deste conjunto de despesas de 12,4%.
- Portimão⁸⁹ – o município que apareceu em segundo lugar na lista de municípios com maior volume de encargos desta natureza – assumiu despesa equivalente a 24,5% da assumida por Lisboa e apresentou uma descida de valor de 56,5% (-39,4 M€). Mesmo assim só pagou deste conjunto de encargos 11,2 M€, deixando por pagar 19,1 M€, situação que se tem verificado nos últimos anos afetando negativamente o seu grau de execução da despesa.
- Para além de Portimão é de referenciar o município de Sintra que fez baixar o montante global das despesas de transferências e subsídios, em 6,4M€. Com descidas relativas relevantes, neste conjunto de despesas, apontam-se ainda: Leiria (-31,7%, -3,3 M€); Seixal (-33,1%, -2,5 M€) e Felgueiras (-25,4%, -1,9 M€)

Observando o ranking R31 conclui-se em relação a 2015:

- Dos 35 municípios apresentados apenas três são de média dimensão, sendo todos os restantes de pequena dimensão.
- Será, ainda, de anotar os seguintes municípios constantes deste ranking que apresentaram elevadas taxas de variação negativa do conjunto destas despesas: Armamar (-64,9%), Alijó (-53,2%), Alter do Chão (-47,7%), Bombarral (-39,4%) e Vila Franca do Campo (-29,4%).

O Ranking R32 a seguir apresentado complementa o R30 ao permitir comparar os montantes comprometidos pelos municípios com os valores pagos.

⁸⁸ Conforme já foi referido, a população do município de Lisboa representa 4,9% da população total de Portugal.

⁸⁹ Este município há anos que apresentava elevado valor de encargos nesta rubrica nunca os conseguindo satisfazer

R30 – Municípios que apresentam maior volume de despesas assumidas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		Varia. 14-15
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	85 254 860	68 396 635	93 426 896	81 563 249	63 999 773	79 505 616	95 014 293	76 864 001	109 986 130	123 624 032	12,4%
2 Portimão	M	10 639 917	19 029 616	26 325 323	48 290 686	58 755 814	65 995 224	73 240 911	75 285 490	69 694 413	30 332 346	-56,5%
3 Braga	G	20 963 958	20 789 433	23 136 475	25 680 775	27 589 285	24 180 056	23 458 449	24 532 021	17 193 487	22 005 029	28,0%
4 Cascais	G	30 215 659	40 600 347	41 727 364	50 493 551	43 982 710	38 854 177	35 192 833	27 624 632	21 882 542	20 368 105	-6,9%
5 Sintra	G	62 049 799	82 971 616	77 624 291	83 076 847	83 056 415	64 385 433	51 013 956	49 090 345	26 672 113	20 230 589	-24,2%
6 Porto	G	59 422 796	69 043 089	51 356 841	58 080 701	48 369 152	57 321 005	36 962 074	12 135 460	15 268 369	16 242 911	6,4%
7 Loures	G	14 690 881	15 948 596	19 842 283	21 242 139	18 983 272	18 690 216	16 855 704	16 764 690	14 213 721	14 817 225	4,2%
8 Matosinhos	G	14 282 666	14 384 170	16 275 476	19 514 211	17 381 722	19 713 135	18 545 397	13 753 873	13 421 764	14 648 050	9,1%
9 Vila Nova de Gaia	G	33 072 077	35 786 212	42 306 233	44 030 687	45 461 335	35 225 157	28 297 095	27 614 810	17 602 270	14 634 799	-16,9%
10 Viseu	M	12 926 673	18 914 633	18 184 488	18 318 722	15 292 427	13 678 495	14 284 712	16 368 545	13 589 187	14 207 379	4,5%
11 Barcelos	G	9 785 354	14 002 457	14 362 131	16 988 765	18 083 909	18 420 585	16 070 935	16 945 955	14 356 944	13 665 411	-4,8%
12 Coimbra	G	25 431 693	24 194 111	23 683 891	27 445 192	16 643 083	18 972 223	16 515 635	16 853 028	15 618 177	13 428 365	-14,0%
13 Viana do Castelo	M	6 788 957	7 814 721	9 753 689	10 272 524	8 255 250	8 709 164	9 327 059	11 458 269	10 782 180	11 653 223	8,1%
14 Guimarães	G	11 124 516	19 417 058	21 270 136	24 925 627	19 965 045	19 050 525	17 001 510	15 720 368	13 770 062	11 463 270	-16,8%
15 Aveiro	M	10 402 256	9 146 505	11 133 848	13 790 306	16 410 874	13 909 200	7 065 875	9 097 700	9 713 866	11 438 336	17,8%
16 Oeiras	G	15 651 877	18 171 073	13 158 993	13 947 011	13 824 168	10 849 809	9 374 109	8 907 772	11 176 628	10 874 230	-2,7%
17 Torres Vedras	M	10 493 264	10 707 825	13 581 492	14 312 191	13 772 483	14 521 597	12 021 979	9 611 776	8 887 358	10 451 884	17,6%
18 Amadora	G	9 741 115	11 675 575	10 404 305	11 287 025	11 664 898	15 576 085	11 644 584	9 786 368	9 637 526	9 931 248	3,0%
19 Loulé	M	12 865 074	12 742 614	15 531 397	15 667 310	12 054 913	10 873 397	9 772 665	10 355 480	7 205 653	9 723 673	34,9%
20 Almada	G	7 241 256	8 161 234	8 736 064	8 929 959	9 732 019	8 022 071	8 000 695	9 142 151	8 515 313	9 078 798	6,6%
21 Odivelas	G	10 525 525	8 999 872	9 890 676	11 279 661	12 441 949	10 793 025	9 875 234	8 681 069	9 534 413	8 018 937	-15,9%
22 V Nova de Famalicão	G	9 550 455	11 046 365	15 368 782	14 758 006	11 626 187	10 269 617	10 672 828	11 306 654	8 157 434	7 504 724	-8,0%
23 Leiria	G	17 674 783	18 371 941	19 201 285	22 673 799	18 693 733	15 364 890	10 786 568	11 768 861	10 498 045	7 173 207	-31,7%
24 Vila Franca de Xira	G	9 490 816	11 044 175	10 890 084	12 654 656	12 426 296	9 266 410	10 792 849	8 167 411	7 028 838	7 136 800	1,5%
25 Fafe	M	2 345 765	6 544 402	8 165 080	8 673 487	7 647 761	7 658 537	7 937 925	6 495 378	5 352 230	7 109 648	32,8%
26 Maia	G	11 225 379	12 219 563	16 218 595	15 393 708	9 751 503	9 138 351	8 246 771	7 539 305	4 882 301	6 843 553	40,2%
27 Paços de Ferreira	M	5 075 565	6 558 956	6 525 903	7 854 479	5 869 090	4 725 469	4 004 269	4 038 340	6 762 587	6 647 793	-1,7%
28 Santa Maria da Feira	G	9 699 231	9 978 805	10 450 968	11 777 642	10 122 636	10 688 950	10 229 744	9 596 123	5 758 928	6 471 408	12,4%
29 Ponte de Lima	M	2 864 466	3 691 922	5 241 471	9 017 855	7 045 695	6 762 927	7 449 289	9 451 264	5 896 748	6 150 766	4,3%
30 Castelo Branco	M	6 626 063	4 438 629	7 171 921	6 743 845	5 879 937	7 115 498	8 118 491	9 535 219	6 952 423	5 945 851	-14,5%
31 Gondomar	G	14 731 759	8 451 778	9 282 038	10 267 389	7 069 388	6 635 961	6 413 812	7 925 500	6 127 156	5 916 556	-3,4%
32 Pombal	M	3 674 484	4 609 426	5 647 595	5 394 888	5 827 052	6 077 617	6 622 008	5 693 562	5 811 744	5 856 713	0,8%
33 Felgueiras	M	3 292 389	2 691 395	4 038 850	5 110 246	5 152 702	5 048 470	4 706 118	5 943 972	7 735 581	5 773 733	-25,4%
34 Setúbal	G	5 727 679	6 529 650	7 037 444	6 304 337	7 800 901	7 224 266	6 385 514	6 685 295	6 762 005	5 741 973	-15,1%
35 Seixal	G	5 942 574	6 028 491	6 453 599	8 616 461	7 479 365	6 822 102	5 682 077	8 347 866	7 598 174	5 085 712	-33,1%

R31 – Municípios que apresentam menor volume de despesas assumidas com transferências correntes e de capital e subsídios em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		Varia. 14-15	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1	Corvo	P	37 728	61 941	59 288	33 282	39 370	34 680	63 839	41 118	27 057	39 365	45,5%
2	Calheta (R. A. A.)	P	424 110	308 425	277 063	199 034	139 643	90 905	58 195	151 176	55 119	49 760	-9,7%
3	Fornos de Algodres	P	Si	622 208	370 702	326 170	1 260 295	110 837	52 220	125 163	79 581	97 551	22,6%
4	Vila Nova de Poiares	P	340 619	340 529	154 211	267 699	213 289	482 409	307 600	207 423	120 587	125 591	4,1%
5	Lajes das Flores	P	240 717	535 122	578 763	721 333	543 983	118 064	136 832	132 172	118 733	171 530	44,5%
6	Porto Santo	P	1 241 819	1 371 070	2 029 797	1 910 263	1 936 750	1 413 723	1 348 773	837 829	168 426	177 251	5,2%
7	Santa Cruz	M	841 188	853 696	715 484	1 070 992	827 966	691 630	497 459	365 940	215 924	182 224	-15,6%
8	Machico	M	502 885	622 520	646 714	599 977	726 712	600 877	474 410	270 409	231 050	204 362	-11,6%
9	Armamar	P	578 293	627 716	484 924	474 018	471 884	705 332	992 003	1 093 689	589 549	206 778	-64,9%
10	Mesão Frio	P	988 026	1 135 773	1 150 279	1 272 651	1 453 385	235 548	281 966	266 637	171 746	208 349	21,3%
11	Mora	P	338 833	266 705	389 286	393 552	353 621	231 679	274 560	549 183	350 865	291 010	-17,1%
12	Sta. Cruz das Flores	P	148 250	268 533	229 072	255 193	248 819	358 257	308 342	178 215	251 136	304 058	21,1%
13	Bombarral	P	919 786	1 052 900	686 711	758 129	887 058	1 008 989	743 458	804 096	524 127	317 534	-39,4%
14	Mourão	P	655 457	591 744	586 819	782 214	784 584	586 737	670 289	865 419	366 941	328 250	-10,5%
15	Castanheira de Pêra	P	501 786	470 166	522 547	473 844	516 768	655 331	659 760	316 510	360 135	338 296	-6,1%
16	Borba	P	319 476	347 566	408 923	458 123	698 712	792 621	1 282 855	376 152	285 244	354 386	24,2%
17	Entroncamento	M	991 454	964 255	442 077	405 139	496 342	447 319	738 986	710 715	378 546	371 782	-1,8%
18	Ferreira do Zêzere	P	554 812	522 389	490 899	904 455	822 452	559 987	424 978	376 508	386 317	377 541	-2,3%
19	Castelo de Vide	P	207 984	231 884	281 762	237 399	194 824	184 160	170 696	599 747	463 729	399 444	-13,9%
20	Alvito	P	306 935	366 848	436 976	399 610	488 960	390 630	316 493	386 950	510 576	403 315	-21,0%
21	V. Franca do Campo	P	920 670	3 220 769	2 654 214	1 323 810	1 401 622	3 756 266	2 121 724	795 860	572 908	404 506	-29,4%
22	Alpiarça	P	278 850	206 069	230 528	255 456	278 603	384 558	194 686	461 214	432 444	409 706	-5,3%
23	Sardoal	P	144 947	156 252	171 850	214 437	326 584	255 699	219 860	290 361	298 302	413 893	38,7%
24	Marvão	P	241 305	221 559	339 108	381 111	307 016	263 125	382 915	434 097	489 020	417 389	-14,6%
25	Vila de Rei	P	258 259	212 719	261 540	365 328	322 812	353 451	353 944	335 388	366 721	440 976	20,2%
26	Vila Nova de Paiva	P	634 063	756 956	766 029	899 786	859 868	805 381	750 287	733 978	418 570	442 683	5,8%
27	Golegã	P	372 623	546 052	606 605	518 333	480 989	576 740	428 145	395 077	409 219	443 848	8,5%
28	Oliveira de Frades	P	370 918	527 013	578 876	865 456	764 319	507 241	333 912	422 107	583 508	445 433	-23,7%
29	Alter do Chão	P	432 718	454 341	632 836	1 066 640	930 115	824 637	562 922	735 892	862 971	451 699	-47,7%
30	Fronteira	P	166 718	485 745	366 088	218 878	225 924	278 421	296 836	355 482	488 450	456 514	-6,5%
31	Sernancelhe	P	276 206	454 543	431 267	582 944	369 479	610 300	527 398	500 964	379 649	458 007	20,6%
32	Freixo Espada à Cinta	P	636 011	800 716	686 766	1 628 395	524 855	506 778	483 312	596 726	375 781	460 394	22,5%
33	Alijó	P	1 325 691	1 147 286	1 211 794	2 385 906	1 314 335	1 314 550	1 061 518	1 224 831	986 510	462 052	-53,2%
34	Nisa	P	1 084 014	1 323 654	1 140 862	1 800 500	1 441 923	1 271 926	1 219 026	1 123 825	571 943	467 689	-18,2%
35	Ribeira Brava	P	688 098	677 068	697 253	853 727	752 616	1 035 028	873 166	322 796	381 582	469 933	23,2%

R32 – Municípios que apresentam maior volume de subsídios e transferências totais assumidas em 2015 e respetivos pagamentos

Unidade: euros

Município	Dim.	2013		2014		2015				
		Assumido	Pago	Assumido	Pago	Assumido	Δ 14-15	Pago	Δ 14-15	Pago / / Assumido
1 Lisboa	G	76 864 001	57 854 590	109 986 130	98 739 955	123 624 032	12,4%	117 379 914	18,9%	94,9%
2 Portimão	M	75 285 490	8 205 165	69 694 413	8 218 672	30 332 346	-56,5%	11 199 691	36,3%	36,9%
3 Braga	G	24 532 021	21 189 499	17 193 487	15 924 198	22 005 029	28,0%	20 683 643	29,9%	94,0%
4 Cascais	G	27 624 632	21 761 587	21 882 542	18 349 485	20 368 105	-6,9%	18 272 804	-0,4%	89,7%
5 Sintra	G	49 090 345	48 225 335	26 672 113	24 998 246	20 230 589	-24,2%	19 639 452	-21,4%	97,1%
6 Porto	G	12 135 460	11 874 057	15 268 369	14 887 844	16 242 911	6,4%	14 550 547	-2,3%	89,6%
7 Loures	G	16 764 690	16 239 131	14 213 721	13 849 971	14 817 225	4,2%	14 689 617	6,1%	99,1%
8 Matosinhos	G	13 753 873	11 019 815	13 421 764	13 260 143	14 648 050	9,1%	14 407 462	8,7%	98,4%
9 Vila Nova de Gaia	G	27 614 810	22 401 551	17 602 270	12 415 465	14 634 799	-16,9%	7 937 894	-36,1%	54,2%
10 Viseu	M	16 368 545	11 901 038	13 589 187	10 734 192	14 207 379	4,5%	9 501 107	-11,5%	66,9%
11 Barcelos	G	16 945 955	16 184 654	14 356 944	13 872 210	13 665 411	-4,8%	13 477 554	-2,8%	98,6%
12 Coimbra	G	16 853 028	14 979 768	15 618 177	13 613 658	13 428 365	-14,0%	11 827 562	-13,1%	88,1%
13 Viana do Castelo	M	11 458 269	8 060 685	10 782 180	6 861 178	11 653 223	8,1%	8 409 655	22,6%	72,2%
14 Guimarães	G	15 720 368	9 945 772	13 770 062	12 629 292	11 463 270	-16,8%	10 692 692	-15,3%	93,3%
15 Aveiro	M	9 097 700	6 095 113	9 713 866	4 260 231	11 438 336	17,8%	3 133 140	-26,5%	27,4%
16 Oeiras	G	8 907 772	8 309 081	11 176 628	11 005 646	10 874 230	-2,7%	10 328 167	-6,2%	95,0%
17 Torres Vedras	M	9 611 776	8 573 512	8 887 358	7 692 578	10 451 884	17,6%	9 649 274	25,4%	92,3%
18 Amadora	G	9 786 368	9 325 381	9 637 526	9 026 153	9 931 248	3,0%	9 509 249	5,4%	95,8%
19 Loulé	M	10 355 480	9 235 292	7 205 653	6 282 913	9 723 673	34,9%	7 995 649	27,3%	82,2%
20 Almada	G	9 142 151	8 790 491	8 515 313	8 311 284	9 078 798	6,6%	8 802 585	5,9%	97,0%
21 Odivelas	G	8 681 069	8 634 530	9 534 413	9 414 446	8 018 937	-15,9%	7 992 441	-15,1%	99,7%
22 Vila Nova de Famalicão	G	11 306 654	10 350 379	8 157 434	7 547 057	7 504 724	-8,0%	7 135 313	-5,5%	95,1%
23 Leiria	G	11 768 861	11 067 849	10 498 045	9 923 237	7 173 207	-31,7%	6 725 308	-32,2%	93,8%
24 Vila Franca de Xira	G	8 167 411	7 609 616	7 028 838	6 797 717	7 136 800	1,5%	6 791 295	-0,1%	95,2%
25 Fafe	M	6 495 378	6 443 023	5 352 230	5 294 985	7 109 648	32,8%	7 073 868	33,6%	99,5%
26 Maia	G	7 539 305	6 884 241	4 882 301	4 596 249	6 843 553	40,2%	6 459 269	40,5%	94,4%
27 Paços de Ferreira	M	4 038 340	2 893 462	6 762 587	1 709 125	6 647 793	-1,7%	2 132 964	24,8%	32,1%
28 Santa Maria da Feira	G	9 596 123	9 441 569	5 758 928	5 717 467	6 471 408	12,4%	6 141 030	7,4%	94,9%
29 Ponte de Lima	M	9 451 264	8 161 950	5 896 748	4 330 437	6 150 766	4,3%	4 753 945	9,8%	77,3%
30 Castelo Branco	M	9 535 219	8 666 810	6 952 423	6 259 055	5 945 851	-14,5%	5 200 273	-16,9%	87,5%
31 Gondomar	G	7 925 500	7 235 828	6 127 156	5 791 753	5 916 556	-3,4%	5 600 639	-3,3%	94,7%
32 Pombal	M	5 693 562	5 018 449	5 811 744	5 213 794	5 856 713	0,8%	4 871 821	-6,6%	83,2%
33 Felgueiras	M	5 943 972	5 117 768	7 735 581	6 993 684	5 773 733	-25,4%	4 764 762	-31,9%	82,5%
34 Setúbal	G	6 685 295	5 300 077	6 762 005	5 381 690	5 741 973	-15,1%	5 021 737	-6,7%	87,5%
35 Seixal	G	8 347 866	5 527 945	7 598 174	7 345 163	5 085 712	-33,1%	5 016 764	-31,7%	98,6%

Da observação deste quadro pode-se concluir:

Em média, este grupo de municípios procedeu ao pagamento de 90% dos compromissos com transferências e subsídios apresentando uma elevada taxa de cobertura financeira dos mesmos.

Anotam-se, como apresentando baixíssimas taxas de pagamento desta despesa, para além do município de Portimão em relação ao qual já se fez referência, os seguintes municípios: Aveiro (com uma taxa de pagamento de 27,4%), Paços de Ferreira (com uma taxa de pagamento de 32,1%) e Vila Nova de Gaia (com uma taxa de pagamento de 54,2%).

2.3.4.5. Amortização de empréstimos: passivos financeiros

À semelhança da análise efetuada para a despesa com juros e encargos financeiros, a despesa com amortização de empréstimos será apresentada em rankings que hierarquizam os municípios pelo montante de despesa paga pois, também em relação a estes encargos, os municípios não poderiam encerrar o ano económico com dívidas desta natureza⁹⁰.

Antes de se passar à apresentação de Rankings associados a esta despesa anotam-se algumas particularidades da mesma. Assim: Nos dez últimos anos o montante de amortização de empréstimos aumentou 93,6%, passando de 344,1M€ em 2006 para 666M€ em 2015 (Quadro 2.30).

Trata-se de uma despesa que cresceu bastante até 2012, ano em que assumiu o seu valor máximo com o pagamento de amortizações no montante global de 890M€, baixando em 2013 para 634M€ (-28,8%). Em 2014 apresentou uma ligeira subida de 7,1% e voltou a descer 2,1% em 2015 (Quadros 2.30 e 2.36).

145 Municípios contribuíram para a descida de pagamento de amortizações de empréstimos em 2015.

No Rankings R33 apresentam-se os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagos em 2015, os quais incluem os referentes a empréstimos bancários e programas de apoio tais como o PREDE, PPTH e PAEL.

⁹⁰ Em relação a esta rubrica orçamental considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga, resultará do facto de, em sede de prestação de contas, serem raros os municípios que procedem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores compromissados em relação à despesa efetivamente realizada, que, neste caso, será a despesa paga

R33 – Municípios que apresentam maior volume de pagamento de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Amortiz. PREDE e PAEL 2015
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	41 068 319	43 735 917	34 202 037	40 872 962	65 657 477	96 184 011	345 289 264	69 840 325	109 585 581	53 832 163	8 224 488
2 Sintra	G	7 236 354	21 194 613	6 014 469	14 405 379	16 244 800	17 725 679	38 902 681	11 052 664	11 833 658	34 552 005	776 074
3 Vila Nova de Gaia	G	8 496 457	11 713 945	14 167 703	15 374 628	23 752 421	23 816 969	22 767 098	25 008 507	25 759 097	24 285 366	3 630 218
4 Guimarães	G	4 285 989	4 206 515	4 248 578	4 682 077	5 114 335	5 137 313	5 090 494	6 012 517	5 799 338	14 119 362	0
5 Alfândega da Fé	P	669 227	296 080	787 758	949 865	2 029 306	1 212 065	1 262 172	14 270 124	600 721	12 602 133	394 866
6 Porto	G	12 850 490	12 784 106	11 577 555	11 350 757	11 608 708	12 062 885	9 542 841	10 144 116	10 266 274	11 575 317	0
7 Braga	G	4 832 884	5 423 348	9 169 254	10 592 656	11 319 398	9 348 221	9 340 830	11 488 739	14 440 751	11 288 210	360 650
8 Nelas	P	252 443	509 113	556 503	666 603	741 907	245 698	250 585	712 849	1 178 200	9 897 215	517 503
9 Setúbal	G	1 495 038	1 460 636	1 432 326	3 791 392	4 563 954	4 496 651	6 208 025	5 468 644	4 480 026	9 552 367	0
10 Aveiro	M	3 554 869	3 040 620	3 152 439	3 278 187	5 074 305	3 882 603	9 290 418	6 431 818	12 081 803	9 102 486	0
11 Loures	G	5 456 166	8 689 451	6 931 294	11 873 556	6 342 472	5 826 066	13 977 978	12 450 363	10 984 951	8 601 955	0
12 Vila do Conde	M	3 672 084	3 560 030	3 370 301	3 821 012	4 924 918	7 044 419	5 769 419	9 707 758	4 242 386	8 558 399	4 110 411
13 Castelo de Paiva	P	902 068	524 898	671 553	1 365 312	1 436 463	4 573 091	1 120 493	972 727	1 123 761	8 349 009	700 000
14 Figueira da Foz	M	2 223 104	3 287 974	4 099 891	3 369 133	4 496 938	4 092 660	4 170 932	6 289 954	6 325 796	8 262 257	865 985
15 Paredes	M	797 181	824 625	2 173 380	2 568 030	4 095 468	3 542 829	3 177 247	5 536 401	3 949 230	8 176 175	2 208 658
16 VN Famalicão	G	6 221 408	4 697 582	4 690 685	5 030 544	6 698 431	7 542 952	4 360 519	5 912 819	7 050 088	8 069 444	0
17 Funchal	G	2 119 656	5 711 840	2 599 178	6 386 433	10 046 274	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	2 629 343
18 Guarda	M	3 496 387	1 703 515	1 851 660	5 680 371	4 325 451	5 305 013	5 702 903	6 468 153	3 799 788	7 537 714	5 513 391
19 Leiria	G	4 882 889	5 077 578	4 594 631	5 185 756	6 197 674	6 214 628	7 723 131	8 121 134	8 444 190	6 770 798	849 353
20 Albufeira	M	1 245 287	1 206 713	1 271 285	1 378 793	1 504 488	2 155 450	2 976 744	2 541 189	19 156 051	6 487 951	0
21 Alcanena	P	340 665	127 038	305 391	1 118 403	1 383 703	1 975 994	1 502 313	1 791 842	2 024 813	6 269 295	234 801
22 Viana do Castelo	M	1 408 715	1 258 941	1 450 628	1 367 843	1 684 738	2 711 211	2 947 032	4 864 294	5 781 483	6 248 486	202 727
23 Covilhã	M	1 982 779	30 846 192	2 301 604	2 845 706	2 984 471	16 444 437	3 672 768	4 813 015	4 604 329	5 796 163	203 307
24 Seixal	G	3 398 659	2 588 949	2 636 472	4 047 813	3 468 128	1 886 423	6 000 924	5 121 655	3 477 092	5 440 477	0
25 Oliveira de Azeméis	M	2 551 708	1 914 559	2 555 025	4 371 584	3 158 051	2 450 020	5 596 126	5 756 173	4 898 187	5 428 446	162 586
26 Sines	P	861 125	661 375	1 157 878	1 045 482	2 655 867	2 821 477	2 349 072	2 145 090	2 453 808	5 297 346	3 960 479
27 Santarém	M	2 544 879	3 654 960	4 814 604	5 328 188	5 520 842	4 087 520	6 943 279	6 828 157	5 460 219	5 175 786	3 060 001
28 Cascais	G	5 071 821	2 205 890	2 441 925	1 412 400	8 544 413	12 495 160	11 728 341	11 569 023	12 593 098	5 164 031	0
29 Fundão	M	1 866 622	1 815 245	2 945 781	3 749 240	4 376 447	4 004 771	4 385 204	6 761 381	4 655 138	4 927 882	1 857 386
30 Évora	M	5 859 981	5 142 965	4 041 778	5 882 929	6 841 653	6 626 295	7 217 986	9 929 612	6 900 084	4 872 416	3 245 793
31 Coimbra	G	4 042 065	4 072 863	4 141 053	5 218 500	6 875 688	11 454 181	13 682 416	6 399 806	3 522 488	4 844 606	0
32 Santa Maria da Feira	G	3 812 815	4 223 456	4 676 313	7 020 005	6 707 442	6 165 029	5 890 991	6 029 947	4 673 177	4 836 365	15 399 97
33 Torres Vedras	M	673 230	515 200	717 936	1 354 675	1 580 778	7 599 974	4 141 403	4 648 079	4 018 507	4 776 976	0
34 Alcobaça	M	1 908 640	596 060	814 814	1 266 171	3 732 768	1 739 931	1 698 112	1 989 817	2 025 556	4 616 122	3 983 163
35 Faro	M	2 177 976	3 175 320	2 281 264	3 572 561	3 652 128	3 474 088	3 535 250	3 905 066	3 854 508	4 592 791	1 319 830

Da observação do Quadro R33 verifica-se:

- Lisboa embora seja o município com maior volume de amortizações a pagar, face à sua dimensão financeira, foi, também, o que apresentou maior diminuição do volume de encargos. Em 2015, o valor das amortizações baixou 50,9% isto é, -55,7 M€. Mais se verifica que 15,3% das amortizações efetuadas em 2015 se referem a amortizações da linha de financiamento PREDE.
- De igual modo, embora Vila Nova de Gaia tenha baixado 5,7% o volume de amortização, 14,9% da mesma referiu-se em 2015 a reembolsos de linhas de financiamento PREDE/PAEL.
- Para além de Lisboa, so seguintes municípios apresentaram relevante descida de encargos com amortizações: Albufeira (-66,1%, -12,7M€); Cascais (-59%, -7,4M€); Braga (-21,8%, -3,1M€); Aveiro (-24,7%, 3M€); Loures (-21,7%, -2,4M€) e Évora (-29,4%, -2M€).
- Sintra, o segundo município com maior volume de amortizações efetuadas em 2015, apresentou um aumento de pagamento destes encargos de 192%, + 22,7 M€.
- Salvo raras exceções, os municípios que apresentaram maior aumento de amortizações de empréstimos em 2015, foram municípios beneficiados com as linhas de financiamento do Estado designadas por PAEL ou PREDE⁹¹ e que se encontram, agora a proceder aos abatimentos parcelares desses empréstimos. Relevam-se nesta situação os seguintes municípios que apresentaram um peso de amortização de capital usufruído através destes programas perto ou superior a 50% do total amortizado: Vila do Conde (48%); Guarda (73,1%); Sines (com 74,8%) e Alcobaça (86,3%). Anota-se que apesar do volume de amortizações tenha baixado, há municípios cujo volume amortizado e capital referente aos financiamentos PREDE/PAEL, representaram mais de 50% do total amortizado. Apresentaram tal situação os municípios de Évora com estas amortizações a pesarem 66,6% do total e Santarém com o peso de 59,1%
- Contudo, há municípios que apresentam aumento de amortizações de outros empréstimos para além dos citados como se poderá observar no quadro supra.

Apresentam-se de seguida os rankings homólogos para as Regiões Autónomas dos Açores (R.A.A.) e da Madeira (R.A.M), com

a sinalização dos municípios que beneficiaram das linhas de financiamentos do Estado ao abrigo dos programas PAEL e PREDE

Da análise dos quadros R33-A e R33-M referentes à evolução dos encargos com amortizações das regiões autónomas, refere-se: Na generalidade dos municípios da Madeira que, em 2015, apresentaram maior aumento de amortizações de empréstimos foram, também, municípios beneficiados com as linhas de financiamento do Estado ao abrigo dos programas PAEL ou PREDE e que se encontram, agora a proceder aos abatimentos parcelares desses empréstimos. Destes, não se pode deixar de referir a elevada subida do valor das amortizações apresentada pelo município de Porto Santo.

Ainda relativamente aos municípios madeirenses anota-se a franca descida de encargos com amortizações do município do Funchal (-606 mil euros).

Dos nove municípios açorianos que apresentam maior aumento desta despesa apenas quatro foram abrangidos por aqueles programas de financiamento.

Relativamente, ainda aos municípios açorianos, anota-se a descida significativa dos encargos com amortizações dos municípios: Lajes das Flores (-60,6%, -308 mil euros) e Povoação (-23,7%, -205 mil euros).

No Ranking R34 apresentam-se os 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagos em 2015.

⁹¹Exaustivamente tratados no Anuário de 2014

R33.A – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. dos Açores, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Amortiz. PREDE e PAEL 2015
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Ponta Delgada	M	1021889	1026 003	1108 900	1358 034	1827 908	1955 738	1675 369	1803 183	3 053 243	2 981 043	0
2 Ribeira Grande	M	2 375 313	2 503 163	2 801 794	4 232 665	3 184 417	3 101 559	1 474 561	1 958 367	1 502 366	1 868 644	363 744
3 Praia da Vitória	M	885 462	681 452	1 196 261	1 144 376	2 893 129	1 816 718	1 352 774	1 315 698	1 083 854	1 706 988	141 074
4 V. Franca do Campo	P	1 180 378	1 028 908	1 240 760	808 870	948 400	7 688 388	9 520 898	1 398 578	1 335 319	1 423 749	0
5 Angra do Heroísmo	M	1 151 434	1 149 409	1 198 872	1 521 024	1 665 545	1 703 305	1 655 869	1 762 364	1 656 478	1 347 327	0
6 Nordeste	P	460 368	970 175	679 161	771 353	877 261	567 223	546 754	2 524 131	947 495	1 340 172	384 422
7 Calheta (R.A.A.)	P	584 892	496 535	542 937	593 902	257 887	517 603	698 862	933 508	975 642	1 127 801	0
8 Lagoa (R.A.A.)	P	962 289	898 680	910 737	601 344	1 274 296	1 253 718	1 479 084	1 133 094	1 076 119	1 092 267	0
9 Lajes do Pico	P	428 417	461 198	463 110	770 723	669 087	987 407	998 128	885 557	1 013 556	891 541	0
10 Velas	P	926 632	914 794	903 248	10 476 547	9 618 15	5 948 54	6 387 44	6 105 14	4 905 85	757 185	0
11 Madalena	P	457 402	510 454	467 573	6 915 59	6 119 90	5 571 51	5 792 13	1 535 11	4 412 63	742 818	0
12 Horta	P	899 562	865 651	954 562	10 325 48	12 049 34	11 995 38	12 091 18	5 580 31	5 355 48	713 026	27 377
13 Povoação	P	382 951	717 701	864 689	915 033	1 479 391	1 194 431	947 077	661 502	866 552	661 452	0
14 Sta. Cruz da Graciosa	P	143 541	133 205	133 924	138 024	142 146	216 509	353 144	277 506	261 265	387 547	0
15 Vila do Porto	P	146 979	180 038	216 852	208 018	197 554	176 453	118 512	159 659	211 694	219 836	0
16 Sta. Cruz das Flores	P	143 420	179 147	196 354	162 560	169 087	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	0
17 Lajes das Flores	P	81 854	82 018	117 661	154 553	253 691	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	0
18 Corvo	P	69 818	69 364	89 941	102 924	110 318	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	0
19 São Roque do Pico	P	1 042 205	602 295	654 760	2 164 257	1 782 084	707 440	329 891	550 947	130 714	85 480	0

R33.M – Montante de amortizações paga (passivos financeiros) pelos municípios da R.A. da Madeira, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Amortiz. PREDE e PAEL 2015
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Funchal	G	2 119 656	5 711 840	2 599 178	6 386 433	10 046 274	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	2 629 343
2 Santa Cruz	M	211 855	452 744	561 338	1 344 464	1 478 602	1 593 169	1 630 997	1 694 903	2 342 652	2 403 766	678 275
3 Porto Santo	P	93 627	160 339	184 381	205 085	221 815	222 181	301 186	335 788	392 401	1 662 823	1 397 648
4 Calheta (R.A.M.)	P	240 327	236 404	456 331	702 658	904 900	901 939	922 185	1 334 118	1 250 800	1 603 419	305 708
5 Machico	M	0	193 197	214 103	563 039	740 695	733 068	1 361 635	1 486 664	1 499 275	1 521 764	0
6 Câmara de Lobos	M	243 860	364 332	677 989	1 599 089	1 851 960	955 630	971 615	1 325 439	1 667 815	1 520 696	420 005
7 Ribeira Brava	P	216 394	228 025	219 181	467 140	676 259	734 525	748 738	1 425 898	1 448 092	1 433 122	0
8 Santana	P	123 420	137 475	696 394	458 273	454 398	1 014 763	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	0
9 São Vicente	P	33 868	151 607	154 039	446 727	500 346	863 943	896 761	623 223	612 141	604 563	0
10 Ponta do Sol	P	118 228	277 226	401 884	492 254	619 573	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	0
11 Porto Moniz	P	6 917	0	178 644	209 054	238 307	246 022	296 619	586 741	328 582	334 964	0

R34 – Municípios que apresentam menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros), em 2015

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Amortiz PREDE e PAEL 2015
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Mealhada	M	520 992	545 012	589 784	631 982	684 753	688 350	592 307	1797 883	0	0
3	Redondo	P	51133	52160	0	0	26 570	53 141	250 711	97 728	100 453	28 830
4	Campo Maior	P	311 209	178 564	114 839	125 191	117 407	110 216	105 875	49 246	49 914	50 179
5	Ponte de Sor	P	218 984	219 144	219 550	220 193	220 963	221 209	206 196	181 312	56 972	56 972
6	Pampilhosa da Serra	P	189 498	218 454	221 840	245 311	262 701	263 766	431 818	282 295	223 424	61 804
7	Alcácer do Sal	P	304 724	189 446	190 466	220 936	191 197	190 569	190 815	145 501	110 093	69 282
8	São Roque do Pico	P	1042 205	602 295	654 760	2 164 257	1 782 084	707 440	329 891	550 947	130 714	85 480
9	Viana do Alentejo	P	217 675	273 031	236 341	251 179	84 850	85 852	123 152	127 849	129 319	107 932
10	Corvo	P	69 818	69 364	89 941	102 924	110 318	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022
11	Cinfães	P	153 556	118 030	149 109	123 507	117 062	123 100	190 929	139 502	117 392	117 502
12	Vila Velha de Ródão	P	209 369	210 125	241 614	311 133	321 161	239 742	307 208	170 556	176 733	126 148
13	Meda	P	0	376 727	0	500 000	194 400	194 400	225 549	1165 078	128 486	131 428
14	Ponte de Lima	M	210 336	131 064	261 041	187 164	210 677	191 632	172 707	326 995	136 157	137 179
15	Marvão	P	22 074	91 058	50 566	54 846	89 988	113 118	112 944	115 652	149 187	146 687
16	Vila do Bispo	P	158 347	144 886	82 270	58 989	61 972	63 822	59 049	94 402	146 859	147 968
17	Alvito	P	182 582	166 186	167 949	173 082	198 737	200 936	178 273	174 203	164 643	152 829
18	Castelo de Vide	P	213 601	207 592	212 680	338 658	226 621	209 974	220 074	147 564	121 433	153 002
19	Vila de Rei	P	201 927	239 207	207 208	242 056	261 443	563 669	206 433	223 709	193 666	153 403
20	Elvas	M	127 729	123 462	126 034	130 483	151 507	175 769	153 287	158 290	159 990	161 474
21	Murtosa	P	80 532	76 782	77 542	95 660	100 970	157 102	162 398	165 468	165 912	167 265
22	Alter do Chão	P	491 305	503 828	112 615	93 615	160 278	206 080	185 729	169 533	171 445	173 832
23	Alcoutim	P	198 103	364 957	192 465	328 423	222 236	214 578	312 756	179 706	180 459	188 166
24	Arronches	P	72 588	0	99 924	122 727	160 474	160 803	249 070	134 190	135 307	188 792
25	Gavião	P	105 720	85 509	147 167	150 585	259 516	255 902	219 117	208 511	232 249	196 942
26	Mira	P	1 001 404	362 070	361 222	368 714	495 123	498 572	501 114	510 987	554 162	197 756
27	Lajes das Flores	P	81 854	82 018	117 661	154 553	253 691	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995
28	Sernancelhe	P	201 964	282 136	248 171	338 979	379 267	385 919	358 937	371 298	305 153	210 157
29	Mação	P	268 046	225 374	288 060	297 536	269 290	257 824	209 718	233 265	221 292	210 162
30	Sta Cruz das Flores	P	143 420	179 147	196 354	162 560	169 087	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437
31	Penalva do Castelo	P	450 032	460 503	495 023	565 082	589 137	578 312	461 021	479 280	334 125	216 967
32	Vila do Porto	P	146 979	180 038	216 852	208 018	197 554	176 453	118 512	159 659	211 694	219 836
33	Cadaval	P	218 535	158 060	174 860	211 348	272 563	287 836	190 763	199 139	244 156	221 266
34	Barrancos	P	63 195	60 060	106 426	321 830	551 455	200 269	202 403	215 671	218 160	221 512
35	Pedrógão Grande	P	198 062	177 320	191 633	195 650	267 455	276 444	279 252	278 691	266 057	253 030

Da observação da listagem dos municípios com menor volume e amortizações de empréstimos, verifica-se:

Dos 35 primeiros municípios hierarquizados com menores encargos de amortizações, quatro são de média dimensão e os restantes são de pequena dimensão.

Na generalidade, estes 35 municípios em 2015 apresentaram descida do volume de encargos com amortizações, sendo de relevar Mira (-64,3%, -356 mil euros) e Lajes das Flores (-60,6%, -308 mil euros).

Apresentam-se de seguida os Rankings R35 e R36, respetivamente, com os 35 municípios com maior ou menor volume de pagamento de juros e outros encargos financeiros, reportados a 2015.

2.3.4.6. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Conjugando a informação prestada no Quadro 2.29 com o Quadro 2.35, verifica-se que permanece registado contabilisticamente um excesso de despesa comprometida em relação à despesa paga na rúbrica económica relativa a juros e outros encargos. Sendo esta despesa uma das que os municípios não poderão deixar de liquidar na totalidade, em cada ano económico, não deveria haver compromissos por pagar no final do ano, como transparece nos mapas de execução e controlo de despesa dos municípios. Tal situação resultará do facto de, em sede de prestação de contas, raros municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente executada, ou seja, despesa paga⁹². Face ao exposto, analisar-se-á esta despesa em relação, apenas, aos pagamentos efetuados e sua evolução.

Resultante da informação constante no Quadro 2.30, verifica-se que o total de encargos pagos pelos municípios em 2015 respeitante a juros e outros encargos foi de 112,7 M€, menos 15,8 M€ (-12,3%) que em 2006.

Em 2015, apresentaram diminuição da despesa paga de juros e outros encargos 255 municípios, tendo o número homólogo sido: em 2012 de 158 municípios, em 2013 de 231 municípios e em 2014 de 204 municípios.

⁹² Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de variações de taxas de juro em relação às previsões efetuadas, traduzindo-se o saldo das mesmas na libertação de valores comprometidos, que não terão sido objeto de retificação em sede de encerramento de contas.

R35 – Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2015

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009				Mandato 2010-2013				Mandato 14-17		Varia. 14-15
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1	Lisboa	G	12 619 437	19 806 726	25 035 477	26 012 173	12 948 835	13 273 868	14 621 842	3 905 089	7 260 018	9 905 388	36,4%
2	Santa Cruz	M	139 176	642 700	858 721	690 148	281 989	1 030 434	441 498	680 106	2 952 564	4 523 306	53,2%
3	Vila Nova de Gaia	G	5 651 578	7 932 127	10 630 405	7 758 917	4 049 337	4 007 829	5 010 170	4 131 821	4 394 450	4 371 977	-0,5%
4	Portimão	M	471 776	689 369	1 095 560	1 436 553	1 620 573	3 594 039	4 689 736	4 118 447	4 399 457	4 070 019	-7,5%
5	VRS António	P	196 166	271 561	381 484	539 531	802 365	1 253 719	1 953 422	1 897 059	3 478 129	3 171 181	-8,8%
6	Évora	M	1 257 744	1 891 875	2 079 831	1 628 345	1 064 485	1 670 912	1 898 239	2 531 046	2 545 263	3 155 076	24,0%
7	Seixal	G	1 135 906	1 495 727	1 245 946	2 369 298	723 913	875 815	1 399 203	1 911 162	3 517 889	2 974 340	-15,5%
8	Chaves	M	489 252	837 539	796 841	698 341	326 625	540 871	494 135	680 923	1 813 530	2 815 579	55,3%
9	Seia	M	1 033 427	1 804 694	1 878 160	1 764 955	1 113 214	7 233 078	3 506 350	2 909 591	2 751 126	2 127 169	-22,7%
10	Porto	G	4 541 411	5 452 370	6 623 415	5 633 119	3 386 407	3 778 373	3 714 976	3 351 356	2 722 486	2 081 999	-23,5%
11	Santarém	M	981 121	1 481 692	2 019 999	1 754 246	804 106	1 365 686	1 418 080	2 312 329	2 860 198	2 065 139	-27,8%
12	Guarda	M	681 733	1 215 387	1 353 624	1 307 079	1 003 362	909 206	1 076 991	1 795 407	877 195	1 964 077	123,9%
13	Oeiras	G	676 850	798 727	1 273 753	721 966	420 323	779 592	728 737	2 636 266	2 445 695	1 907 933	-22,0%
14	Cartaxo	M	467 340	887 370	1 307 657	947 850	768 774	1 172 967	226 476	255 868	509 548	*1 799 317	253,1%
15	Guimarães	G	2 009 863	2 822 733	3 297 179	2 607 260	884 934	1 128 930	1 413 115	688 933	557 922	1 627 294	191,7%
16	Setúbal	G	2 385 066	2 962 489	3 177 208	1 641 308	1 202 800	898 462	957 836	764 264	1 895 454	1 565 630	-17,4%
17	Fundão	M	490 787	827 425	1 338 690	1 101 706	726 747	1 751 081	1 687 998	1 947 998	2 341 948	1 410 981	-39,8%
18	Vila do Conde	M	1 586 265	2 964 653	2 615 661	2 301 710	741 091	834 244	683 988	1 201 995	2 232 814	1 408 880	-36,9%
19	Nazaré	P	57 906	193 902	102 222	677 918	374 920	507 926	669 894	4 028 449	954 601	1 327 843	39,1%
20	Faro	M	1 353 509	1 750 891	2 015 138	1 265 557	814 578	1 241 180	1 455 592	1 351 053	2 012 498	1 285 919	-36,1%
21	Cascais	G	365 984	424 339	911 007	709 930	580 088	992 065	1 449 103	1 044 415	1 263 474	1 232 722	-2,4%
22	Aveiro	M	3 696 829	4 873 248	7 144 257	7 109 143	6 273 174	4 390 666	3 086 101	1 804 866	1 781 214	1 213 372	-31,9%
23	Ribeira Brava	P	133 774	206 058	478 314	1 978 359	355 672	966 292	806 773	743 558	1 176 060	1 173 031	-0,3%
24	Leiria	G	2 311 893	3 299 185	2 904 693	2 211 319	1 074 429	1 194 672	910 399	423 110	1 274 777	1 113 491	-12,7%
25	Figueira da Foz	M	1 297 213	1 967 348	2 141 537	1 449 155	1 163 262	2 271 148	3 356 177	2 091 588	1 826 181	1 077 227	-41,0%
26	Trofa	M	264 093	522 869	765 608	534 975	447 908	512 498	649 893	1 717 853	2 883 517	1 056 468	-63,4%
27	V. Franca do Campo	P	491 144	838 496	834 440	877 863	399 035	542 525	1 744 350	1 172 693	1 087 296	899 408	-17,3%
28	Alijó	P	152 448	199 507	331 874	373 015	422 169	491 747	444 335	239 203	837 574	846 016	1,0%
29	Paços de Ferreira	M	269 009	477 194	799 351	1 061 412	818 849	1 020 256	1 413 102	1 359 425	978 353	836 765	-14,5%
30	Lagos	M	343 011	498 833	661 979	523 007	239 027	914 335	780 112	952 545	1 080 179	831 440	-23,0%
31	Funchal	G	1 285 715	1 296 730	1 511 212	1 289 499	1 117 497	1 491 706	1 060 296	1 059 341	1 003 765	826 249	-17,7%
32	Alfândega da Fé	P	228 025	338 047	419 525	336 085	946 960	714 686	689 609	833 034	1 189 230	790 986	-33,5%
33	Vizela	M	49 114	88 590	158 118	276 466	204 172	91 440	104 243	133 990	436 196	786 945	80,4%
34	Paredes	M	282 561	296 034	355 885	251 485	228 527	395 561	604 446	816 078	840 472	772 717	-8,1%
35	Montemor-o-Velho	M	541 370	763 339	983 345	1 276 773	975 860	1 013 267	1 037 017	834 347	598 501	764 505	27,7%

* 7 1,46 milhões de euro dos 1,8 milhões de euros pagos em juros e outros encargos pelo município de Cartaxo em 2015, são relativos a exercícios anteriores.

Da observação do Ranking anterior anota-se:

Dada a sua dimensão financeira, a autarquia de Lisboa apresentou-se como o primeiro do ranking dos municípios com maior montante de pagamento de juros e outros encargos ao aplicar nesta rubrica 9,9M€, os quais representaram 8,8% do total de juros e outros encargos pagos pela globalidade dos municípios. Este valor traduziu, em 2015, um acréscimo de pagamento de juros de +36,4% (+ 2,6 M€), em relação ao ano precedente.

O segundo município da lista, Santa Cruz (um município de média dimensão), apresentou um volume muito significativo de aumento de encargos com juros (+53,2%, +1,6 M€) ao pagar 4,5 M€, isto é, cerca de 45,7% do valor pago por Lisboa. Em 2014 município de Santa Cruz tinha já apresentado um aumento no pagamento de juros e outros encargos financeiros de 2,2 M€.

Não se pode deixar de fazer referência a outros municípios que apresentaram uma elevada taxa de variação do crescimento desta despesa. Trata-se dos seguintes municípios: Cartaxo (+253,1%, +1,3 M€); Guimarães (+191,7%, +1,1 M€); Guarda (+123,9%, +1,1M€) e Chaves (+55,3%, +1M€), situações que se devem a um aumento do stock da dívida⁹³.

Dos municípios que neste ranking apresentaram descida desta despesa, anota-se pela excecionalidade o município da Trofa com uma descida de encargos com juros de 63,4% (- 1,8M€).

No ranking R36 a seguir apresentado, relativo aos municípios com menor despesa em juros e outros encargos financeiros, apresenta-se um único município, Penedono, sem despesa nesta rubrica nos últimos oito anos. Também o município da Mealhada, desde 2014 que não apresenta encargos nesta rubrica orçamental. Ambos os municípios não têm utilizado empréstimos bancários como se pode comprovar pelo Ranking R34.

93

Passivos Financeiros – Empréstimos utilizados				
Município	Dimensão	2013	2014	2015
Cartaxo	M	0	10 600 746	8 350 905
Guimarães	G	0	0	7 000 000
Guarda	M	12 754 235	193 778	8 200 000
Chaves	M	7 852 817	13 708 995	1700 000
Santa Cruz	M	0	14 674 908	1556 310

R36 – Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2015

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Varia. 14–15
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1	Mealhada	M	171453	226 697	241744	165 797	53 712	57 678	45 871	18 156	0	0	-
2	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
3	Pampilhosa da Serra	P	49 615	85 941	90 596	49 989	16 592	17 921	13 366	3 608	1 423	485	-65,9%
4	Redondo	P	2 358	2 865	0	329	4 867	11 280	14 178	4 206	2 245	1 261	-43,8%
5	Alvito	P	0	68 997	73 568	70 180	24 223	20 139	20 657	6 416	4 622	1 822	-60,6%
6	Vila do Porto	P	49 856	64 975	68 955	46 599	19 092	20 160	16 987	7 849	5 944	2 476	-58,3%
7	Castelo de Vide	P	54 280	72 436	89 144	48 756	16 439	17 182	15 596	5 494	4 460	2 658	-40,4%
8	Corvo	P	44 957	66 276	84 777	48 315	16 612	21 683	18 626	6 494	6 199	3 737	-39,7%
9	Ponta do Sol	P	85 406	656 048	431 973	138 157	40 482	401 631	200 517	16 731	10 218	4 254	-58,4%
10	Marvão	P	11 235	21 667	44 696	44 415	16 283	21 435	22 716	8 744	7 237	4 636	-35,9%
11	Vila Velha de Ródão	P	54 965	71 133	75 846	90 216	34 490	22 307	24 097	10 462	6 634	4 775	-28,0%
12	Ponte de Lima	M	58 051	45 270	104 458	60 167	18 850	20 932	19 583	16 192	6 478	4 788	-26,1%
13	Sta. Cruz das Flores	P	42 452	61 246	65 215	45 615	19 583	21 552	22 607	10 501	6 905	5 327	-22,9%
14	Lajes das Flores	P	30 256	33 888	39 105	37 456	27 976	31 404	22 186	8 547	12 990	5 510	-57,6%
15	Sátão	P	668 891	197 056	207 207	110 388	41 155	44 428	33 574	15 298	11 212	6 519	-41,9%
16	Murtosa	P	38 107	50 190	52 948	17 935	15 363	24 109	14 862	9 296	9 088	6 923	-23,8%
17	Benavente	M	108 268	141 507	146 058	107 226	59 484	74 085	66 453	20 571	12 610	7 314	-42,0%
18	Alcácer do Sal	P	47 329	55 226	56 172	46 616	16 905	103 429	47 888	19 771	24 941	8 591	-65,6%
19	Elvas	M	66 055	72 044	75 565	68 135	278 277	25 172	22 441	30 446	10 372	8 852	-14,7%
20	Penalva do Castelo	P	158 203	198 049	222 903	160 315	54 953	58 682	53 607	19 757	15 696	8 897	-43,3%
21	Boticas	P	122 302	144 377	189 961	128 855	57 716	60 509	82 100	36 799	20 788	9 594	-53,8%
22	Tondela	M	325 880	463 083	560 766	356 501	125 703	148 619	138 847	34 006	68 886	10 458	-84,8%
23	Monchique	P	134 062	131 614	183 184	177 997	90 248	103 438	142 625	54 908	23 101	10 882	-52,9%
24	Sernancelhe	P	89 861	148 957	169 695	153 785	50 187	54 607	49 868	22 632	15 643	11 303	-27,7%
25	Gavião	P	29 587	34 376	49 430	84 186	35 136	42 010	36 554	18 892	16 011	11 368	-29,0%
26	Arronches	P	36 584	42 399	65 237	115 290	29 160	32 658	30 351	12 217	11 997	11 751	-2,0%
27	Vila Flor	P	129 344	131 238	163 722	141 975	41 532	54 295	51 350	20 751	18 378	12 288	-33,1%
28	Proença-a-Nova	P	45 547	67 435	80 772	43 116	25 462	65 571	66 083	22 860	18 183	12 539	-31,0%
29	São Roque do Pico	P	71 194	88 067	85 108	61 400	18 988	26 268	31 328	18 407	15 312	12 555	-18,0%
30	Marinha Grande	M	278 184	364 635	395 748	290 645	74 106	118 825	118 525	27 539	21 998	13 427	-39,0%
31	Batalha	P	50 589	50 963	39 267	31 164	13 895	33 394	49 264	24 070	21 384	13 602	-36,4%
32	Mora	P	82 321	110 500	202 335	177 324	58 201	63 976	70 245	26 535	21 596	13 820	-36,0%
33	Montalegre	P	252 400	426 511	660 675	547 540	119 368	123 183	99 460	44 190	25 452	14 102	-44,6%
34	Mira	P	175 063	230 656	191 530	139 552	105 622	180 224	251 605	54 025	15 729	14 204	-9,7%
35	Sabrosa	P	70 742	126 976	167 471	130 698	93 727	126 831	105 387	126 392	20 696	14 587	-29,5%

Da análise do Ranking R36, verifica-se:

Da lista dos 35 municípios hierarquizados, só seis são de média dimensão. Todos os restantes são de pequena dimensão.

Relativamente a 2015, todos os municípios listados apresentaram uma descida nos valores da despesa paga em juros e outros encargos financeiros, não sendo, contudo, de relevar qualquer um face aos baixos valores em causa.

2.4. Situação Orçamental Global

2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Tem sido apresentado nos sucessivos Anuários um ponto dedicado à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais.

Mais se entende que, essa comparação se deverá efetuar entre a despesa assumida e a receita liquidada, se bem que a Lei dos Compromissos obriga ao equilíbrio entre a despesa assumida e a receita cobrada, admitindo excepcionalmente que sejam utilizadas como referências para a despesa, receitas certas a cobrar. Ora, entende-se que a receita liquidada é uma receita cujo direito a receber já se encontra constituído.

Pelo exposto, toda a análise efetuada neste ponto do anuário assentará prioritariamente na comparação entre a receita liquidada e a despesa assumida. Contudo, apresentar-se-á comparação entre a receita cobrada e a despesa paga, face à contabilidade de caixa ainda vigente na orçamentação pública, essencialmente, para cálculo dos saldos de gerência.

O Quadro 2.36 permite estabelecer as comparações supra referidas.

Quadro 2.36 – Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2015⁹⁴

Unidade: milhões de euros

	Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17		Variação 06–15	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
RECEITA	Prevista corrigida	11 318,2	11 443,7	11 908,0	13 295,2	13 161,8	12 857,3	12 008,4	11 245,1	9 825,3	9 412,8	596,9
	Variação	28,4%	1,1%	4,1%	11,6%	-1,0%	-2,3%	-6,6%	-6,4%	-12,6%	-4,2%	6,8%
	Liquidada	7 447,9	7 998,9	8 799,5	9 192,8	8 259,7	8 212,2	8 139,6	8 315,3	8 095,9	8 513,0	1 094,7
	Variação	0,4%	7,4%	10,0%	4,5%	-10,2%	-0,6%	-0,9%	2,2%	-2,6%	5,2%	14,8%
	Cobrada	7 195,6	7 769,7	8 082,6	8 491,1	8 026,2	7 962,0	7 937,7	8 094,2	7 745,1	8 018,8	713,1
	Variação	-1,5%	8,0%	4,0%	5,1%	-5,5%	-0,8%	-0,3%	2,0%	-4,3%	3,5%	9,8%
	Corrente	4 955,0	5 653,4	5 730,0	5 745,8	5 824,8	5 645,6	5 564,3	5 907,9	6 214,8	6 516,4	1 677,0
	Variação	2,4%	14,1%	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%	6,2%	5,2%	4,9%	34,7%
	De Capital	2 040,2	1 876,5	2 005,3	2 446,2	2 025,5	2 112,9	2 110,2	1 853,5	1 113,6	991,9	-1 290,1
	Variação	-10,6%	-8,0%	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%	-12,2%	-39,9%	-10,9%	-56,5%
	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas aos pagamentos	200,4	239,8	347,3	299,2	176,0	203,5	263,2	332,9	416,7	510,5	326,2
	Variação	8,8%	19,7%	44,9%	-13,9%	-41,2%	15,6%	29,4%	26,5%	25,2%	22,5%	177,0%
DESPESA	Prevista	11 309,9	11 439,3	11 898,3	13 237,5	13 187,6	12 840,7	11 991,2	11 225,5	9 817,1	9 402,2	-2 054,0
	Variação	-1,3%	1,1%	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,6%	-6,6%	-6,4%	-12,5%	-4,2%	-17,9%
	Assumida	9 320,4	9 581,9	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 403,6	8 512,1	8 219,4	-1 421,4
	Variação	-3,3%	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%	-9,5%	-3,4%	-14,7%
	Corrente Assumida	4 825,0	5 206,5	5 604,8	6 103,2	6 051,3	6 111,1	5 800,6	5 957,0	5 793,8	5 631,1	1 064,8
	Variação	5,7%	7,9%	7,6%	8,9%	-0,9%	1,0%	-5,1%	2,7%	-2,7%	-2,8%	23,3%
	De Capital Assumida	4 495,3	4 375,4	4 446,6	5 031,8	4 648,2	4 370,5	4 004,2	3 446,7	2 718,2	2 588,3	-2 486,2
	Variação	-11,4%	-2,7%	1,6%	13,2%	-7,6%	-6,0%	-8,4%	-13,9%	-21,1%	-4,8%	-49,0%
	Paga	6 992,1	7 410,3	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 698,6	7 218,8	7 230,9	341,6
	Variação	1,5%	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%	-6,2%	0,2%	5,0%
	Corrente Paga	4 220,9	4 592,9	4 932,6	5 259,6	5 037,2	5 032,7	4 800,8	5 147,2	5 122,4	5 098,5	1 138,7
	Variação	6,6%	8,8%	7,4%	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%	7,2%	-0,5%	-0,5%	28,8%
	De Capital Paga	2 771,2	2 817,4	2 943,3	3 098,5	2 834,8	2 687,5	2 786,2	2 551,4	2 096,4	2 132,4	-797,0
	Variação	-5,4%	1,7%	4,5%	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%	-8,4%	-17,8%	1,7%	-27,2%
	Corrente por pagar	604,2	613,6	672,2	843,6	1 014,1	1 078,4	999,8	809,7	671,4	532,6	-73,9
	Variação	-0,4%	1,6%	9,5%	25,5%	20,2%	6,3%	-7,3%	-19,0%	-17,1%	-20,7%	-12,2%
De Capital por pagar	1 724,1	1 558,0	1 503,3	1 933,3	1 813,4	1 683,0	1 218,0	895,2	621,8	455,9	-1 689,2	
Variação	-19,6%	-9,6%	-3,5%	28,6%	-6,2%	-7,2%	-27,6%	-26,5%	-30,5%	-26,7%	-78,7%	

Antes de se passar para os quadros subsequentes, interessa recordar as principais alterações das componentes orçamentais da receita e despesa autárquica entre 2006 e 2015 que por certo implicaram profundas alterações na gestão que, por sua vez, se repercutiram na estrutura financeira dos municípios.

⁹⁴ A receita prevista, liquidada e cobrada total inclui o saldo de gerência anterior.

Assim, sintetiza-se o que mais se alterou entre 2006 e 2015:

- Uma forte deflação das previsões orçamentais.
- A cobrança de receita aumentou ligeiramente (+11,4%), mas a receita de capital desceu fortemente (- 51,4%, -1048M€)
- O montante de compromissos assumidos diminuiu 11,8% (- 1101 M€) devido exclusivamente à descida da despesa de capital em 42,4% (- 1907 M€);
- O volume de despesa paga aumentou 3,4% (+238,8 M€).
- Consequentemente, o volume de encargos por pagar desceu significativamente. No total baixou 57,5%, assim distribuído: encargos correntes por pagar diminuíram 11,8% e encargos de capital por pagar baixam 73,6% (-1268 M€).

Face às alterações apresentadas entende-se apresentar um quadro que relaciona diretamente a receita com a despesa mostrando

a evolução dos excedentes de dotações orçamentais e do excesso de despesa compromissada sobre a receita cobrada.

Da observação do quadro a seguir releva-se:

- Em 2015, pela primeira vez, o volume de receitas liquidadas acrescidas dos saldos dos exercícios anteriores foi superior ao volume de despesas assumidas. Esta diferença foi de 295,4M€ na globalidade do setor autárquico;
- A diferença entre a receita cobrada e as despesas assumidas, embora ainda negativa, atingiu em 2015 o valor mais baixo com uma descida de 73,8%.

Os gráficos a seguir apresentados mostram em simultâneo as linhas evolutivas das diferentes fases da receita e da despesa, permitindo visualizar as comparações expressas nos pontos anteriores.

Quadro 2.37 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas*	Receitas previstas (a)	11123,6	11215,2	11572,3	13 001,9	12 995,1	12 595,6	11 674,3	10 823,7	9 323,9	8 784,0
	Receitas liquidadas (b)	7 256,4	7 770,5	8 463,7	8 899,5	8 092,9	8 021,8	7 885,3	7 992,3	7 688,0	8 014,5
	Receitas cobradas (c)	7 001,0	7 541,6	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4
	Receitas liquidadas por cobrar (créditos s/ terc.)	255,3	228,9	716,8	701,5	233,4	250,2	201,8	217,4	350,8	496,0
	Saldos do exercício anterior (d)	194,6	228,4	335,8	293,2	166,8	190,4	254,3	319,4	407,9	500,4
Despesas	Despesas previstas (e)	11309,9	11439,3	11898,3	13 237,5	13 187,6	12 832,9	11991,2	11225,5	9 817,1	9 402,2
	Compromissos do exercício (f)	9 320,4	9 581,9	10 051,4	11135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 403,6	8 512,1	8 219,4
	Despesas pagas no exercício (g)	6 992,1	7 410,3	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 698,6	7 218,8	7 230,9
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas liquidadas + Saldos do exercício anterior) – Despesas comprometidas ((b+d)-f)	-1869,4	-1583,0	-1251,9	-1942,3	-2 439,9	-2 269,4	-1665,3	-1091,9	-416,2	295,4
	(Receitas cobradas + Saldos do exercício anterior) – Despesas comprometidas ((c+d)-f)	-2 124,7	-1811,8	-1968,7	-2 643,8	-2 673,3	-2 519,6	-1867,1	-1309,4	-767,0	-200,6

* O valor apresentado em receitas previstas, liquidadas e cobradas não inclui o saldo de gerência anterior.

Gráfico 2.07 – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2015

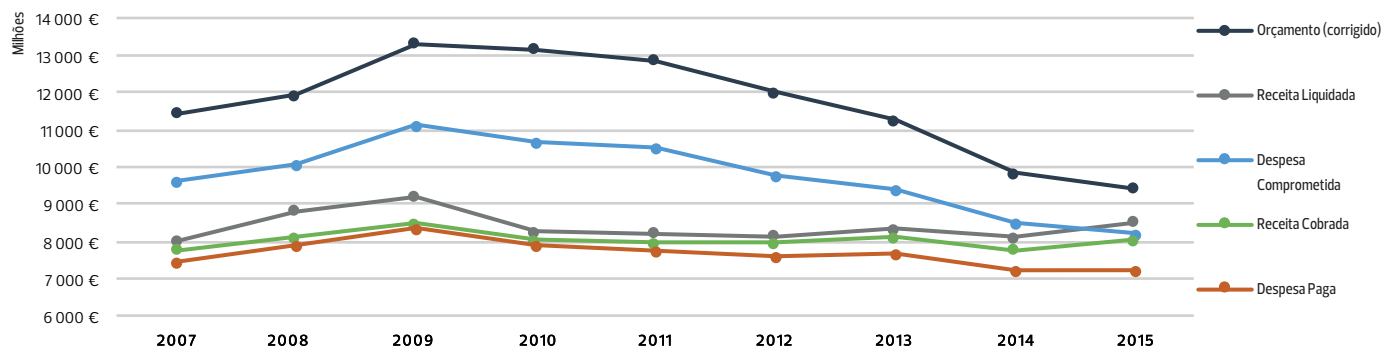


Gráfico 2.07.A – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, nos exercícios de 2006 a 2015

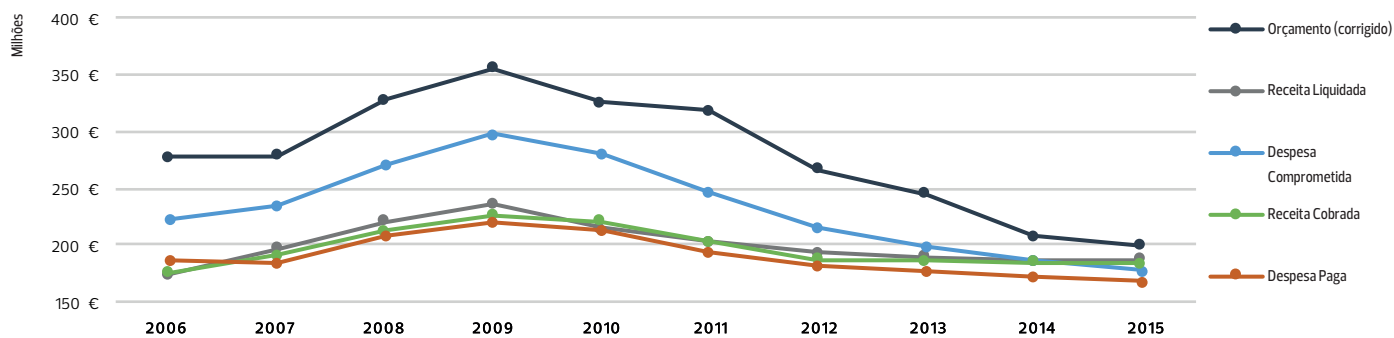


Gráfico 2.07.M – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, nos exercícios de 2006 a 2015

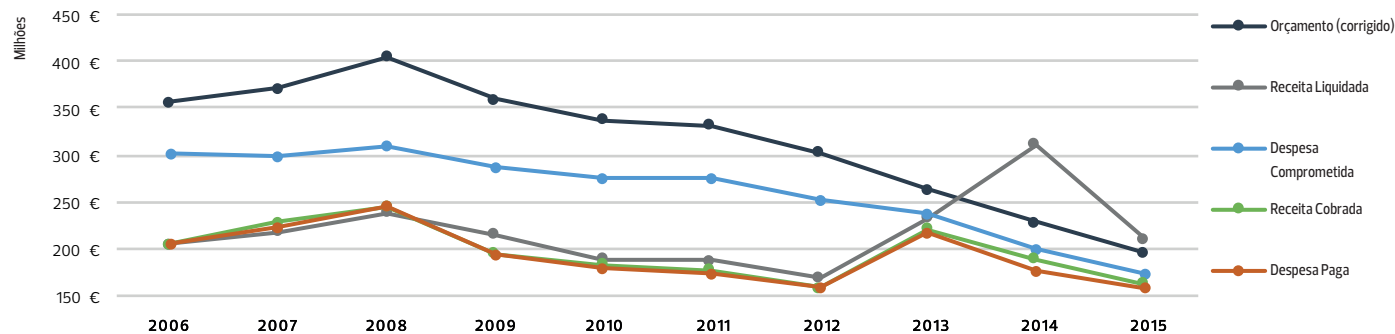


Gráfico 2.08 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2015

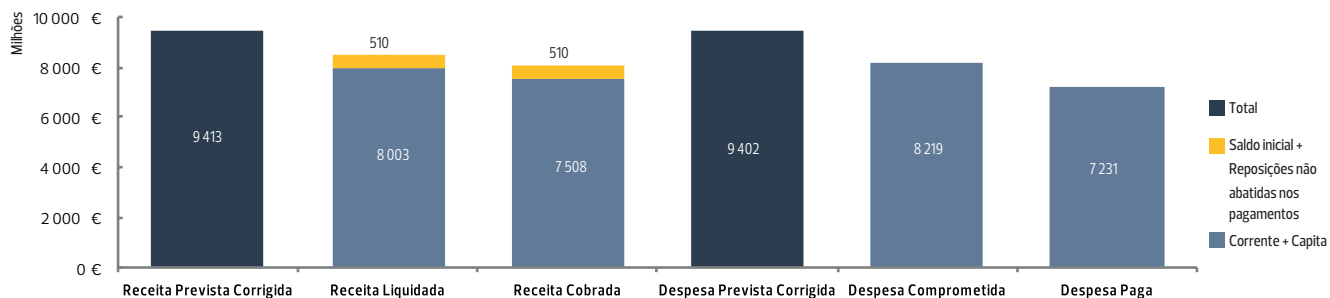


Gráfico 2.08.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores, 2015

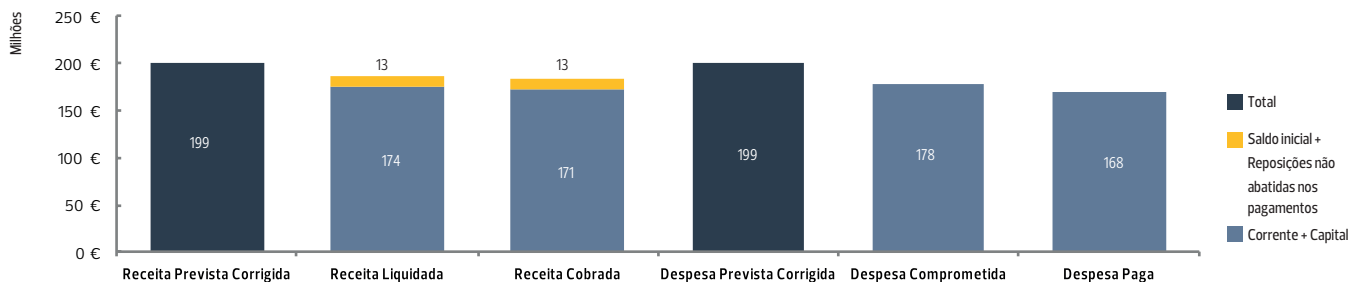
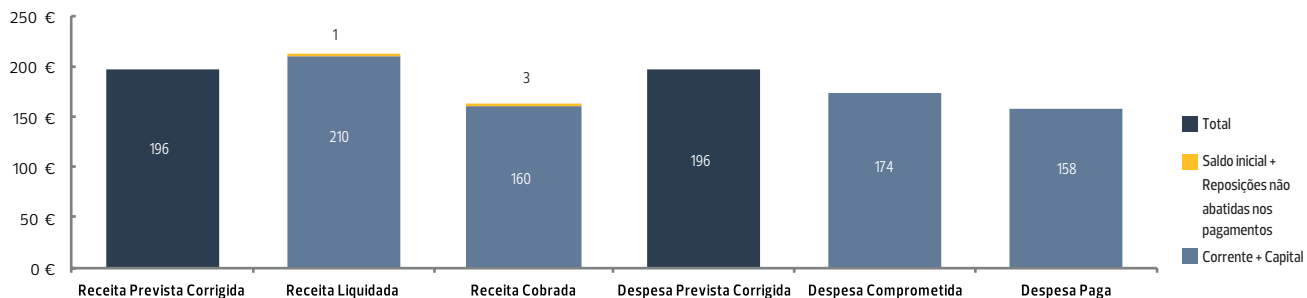


Gráfico 2.08.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira, 2015⁹⁵



⁹⁵ Conforme mapa de controlo orçamental da receita do município do Funchal, o montante de 1.83 M€ consta em receitas cobradas, mas não em receitas liquidadas, devendo-se a este facto a diferença de saldo inicial + reposições não abatidas nos pagamentos entre receitas liquidadas e receitas cobradas dos municípios da Região Autónoma da Madeira.

O Quadro 2.38, a seguir apresentado, mostra alguns indicadores relativos a despesas e receitas evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos, referenciando-se os municípios responsáveis pelos extremos. São rácios que comparam a receita cobrada com a receita prevista no que respeita à receita, e a despesa

paga com a despesa orçada no que se refere à despesa.

Reforçando as observações do Quadro 2.38, apresentam-se, no Quadro 2.39, para o período entre 2006 e 2015, os valores médios e extremos dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada.

Quadro 2.38 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Grau de execução da Despesa*	Mínimo	28%	25%	34%	28%	24%	24%	21%	19%	23%	27%
		Borba	Aveiro	Castanheira de Pera	Cartaxo	Portimão	Portimão	Portimão	Aveiro	Nazaré	Portimão
	Máximo	92%	99%	94%	92%	95,3%	94,9%	94%	96%	97%	100%
		Benavente	Pombal	Mealhada	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Funchal	S. Roque Pico	Aljezur
Médio	62%	65%	65%	63%	60%	60%	63%	69%	75%	80%	
Grau de execução da Receita**	Mínimo	28%	24%	35%	28%	28%	24%	21%	22%	23%	26%
		Borba	Aveiro	Guarda	Cartaxo	Trofa	Portimão	Portimão	Cartaxo	Nazaré	Portimão
	Máximo	102%	118%	100%	93%	96%	100%	103%	102%	107%	118%
		Mafra	Albufeira	Sobral Monte Agraço	Fornos de Algodres	S. João da Pesqueira	Aguiar da Beira	Marvão	Mealhada	Albufeira	Albufeira
Médio	64%	68%	67%	64%	61%	62%	66%	72%	81%	86%	
Receitas por cobrar / receitas liquidadas	Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Máximo	34%	53%	35%	44%	58%	60%	62%	56%	80%	48%
		Funchal	Funchal	Fundão	Fundão	Guarda	Guarda	Seixal	Aveiro	Santa Cruz	Seixal
Médio	8%	7%	4%	7%	9%	10%	10%	9%	6%	6%	
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	3%	3%	3%	2,8%	2,2%	0,7%	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%
		Coimbra	Porto	Cartaxo	Cartaxo	Albergaria-a-Velha	Ribeira de Pena	Borba	Loures	Porto Santo	Porto Santo
	Máximo	69%	69%	68%	55%	59%	54%	60%	62%	55%	53%
		São Vicente	Ribeira Brava	Castelo Branco	Ribeira Brava	Mondim de Basto	Murtosa	Murtosa	Corvo	Lajes das Flores	Alvaiázere
Médio	27%	28%	28%	25%	23%	22%	20%	21%	18%	18%	
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	12%	9%	9%	11%	5%	10%	10%	8%	10%	13%
		São Vicente	Covilhã	Castelo Branco	Ribeira Brava	Fornos de Algodres	Seia	Vila Franca do Campo	Fundão	V. Real Sto. António	Nazaré
	Máximo	64%	53%	58%	53%	55%	58%	55%	53%	60%	55%
		Barrancos	Sardoal	Alcochete	Moita	Campo Maior	Mourão	Mourão	Alcochete	Mourão	Mourão
Médio	31%	28%	29%	29%	31%	31%	27%	29%	32%	31%	

* Grau de execução da despesa conforme POCAL: valor pago/dotação previsional corrigida.

** Grau de execução da receita conforme POCAL: valor cobrado/montante previsional da receita (corrigido).

Quadro 2.39 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos (compromissos / despesa prevista)	Mínimo	39,8%	49,5%	50,3%	46,2%	46,6%	47,5%	42,4%	44,9%	41,7%	49,7%
	Máximo	100,0%	100,0%	100,0%	100,2%	99,2%	99,7%	99,9%	99,6%	99,7%	100,0%
	Médio	82,4%	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,6%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%
Grau de execução da receita ao nível das liquidações ((receita liquidada – liquidações anuladas) / receita prevista)	Mínimo	27,5%	24,4%	35,4%	28,4%	28,3%	23,1%	21,5%	21,9%	22,8%	26,5%
	Máximo	103,9%	121,6%	101,2%	93,8%	97,5%	109,3%	109,8%	103,7%	306,5%	119,2%
	Médio	65,8%	69,9%	73,9%	69,1%	62,8%	63,9%	67,8%	73,9%	82,4%	85,2%

Da análise do Quadro 2.39 confirma-se que a diferença entre os graus médios de execução da despesa e da receita diminuiu drasticamente passando de 16,6% em 2006 para 2,2% em 2015, face ao aumento do grau médio de execução da receita que cresceu 19,4% entre 2006 e 2015.

Apresenta-se de seguida o Ranking R37 que elenca os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas assumidas.

Da observação do ranking R36, verifica-se que, em 2015, só 34 municípios apresentaram uma diferença superior a 15%, entre o grau de execução da despesa e o grau de execução da receita. Mais se verificou pela informação prestada pelos municípios, que 187 municípios apresentaram uma diferença igual ou inferior a 5% entre o grau de execução da despesa e o da receita.

As listagens R37.A e R37.M, mostram a diferença entre o grau de execução da despesa assumida e da receita liquidada, respetivamente nos municípios das regiões dos Açores e da Madeira.

O Ranking R38 a seguir apresentado mostra os municípios que em 2015 apresentaram um grau de realização da despesa assumida, igual ou inferior ao da receita liquidada. Apresenta-se para os mesmos municípios informação relativa à situação homóloga nos dois anos anteriores.

Pela análise das contas do universo dos municípios, verificou-se que 144 municípios (+100 municípios que em 2014) apresentaram

um volume de despesa assumida igual ou inferior ao total de receita liquidada, revelando uma maior acuidade na adequação das despesas ao nível de cobrança das receitas, mostrando uma atitude de gestão contrária à constituição de dívida comercial.

R37 – Municípios com maior diferença entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas

Município	Dim.	2013			2014			2015		
		Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução
1 Paços de Ferreira	M	97,0%	41,7%	55,3%	79,5%	29,4%	50,1%	99,0%	42,2%	56,9%
2 Nazaré	P	87,7%	32,8%	55,0%	89,0%	22,8%	66,2%	93,7%	48,3%	45,4%
3 Cartaxo	M	68,8%	21,9%	46,9%	67,7%	34,1%	33,6%	97,0%	52,0%	45,0%
4 Montemor-o-Velho	M	49,1%	30,9%	18,2%	41,7%	28,5%	13,3%	82,2%	37,7%	44,4%
5 Vila Real de Santo António	P	89,9%	22,9%	67,0%	99,3%	95,5%	3,8%	96,3%	56,4%	39,9%
6 Celorico da Beira	P	95,8%	28,7%	67,1%	89,3%	28,6%	60,7%	66,7%	29,6%	37,1%
7 Évora	M	91,4%	62,9%	28,5%	83,1%	51,0%	32,2%	82,2%	46,6%	35,6%
8 Reguengos de Monsaraz	P	90,0%	62,5%	27,5%	88,9%	57,4%	31,5%	90,7%	60,3%	30,5%
9 Penafiel	M	82,4%	59,9%	22,6%	86,4%	57,6%	28,8%	91,4%	62,8%	28,6%
10 Santo Tirso	M	78,2%	55,5%	22,7%	84,8%	86,2%	-1,4%	96,6%	68,6%	28,0%
11 Peso da Régua	P	79,9%	52,2%	27,7%	83,5%	56,4%	27,1%	97,3%	72,5%	24,9%
12 Tabuaço	P	56,2%	31,4%	24,8%	96,9%	66,1%	30,8%	90,8%	66,0%	24,9%
13 Freixo de Espada à Cinta	P	87,8%	68,8%	19,0%	70,8%	60,1%	10,8%	91,6%	67,4%	24,1%
14 Portimão	M	99,6%	22,9%	76,6%	99,0%	24,9%	74,1%	49,7%	26,4%	23,4%
15 Tábua	P	98,4%	85,1%	13,4%	99,0%	81,2%	17,8%	94,9%	71,5%	23,3%
16 Porto Santo	P	84,2%	85,0%	-0,9%	68,7%	81,3%	-12,7%	89,4%	67,1%	22,2%
17 Setúbal	G	88,6%	50,7%	37,9%	92,2%	53,0%	39,2%	89,5%	67,9%	21,5%
18 Ponte da Barca	P	94,6%	71,0%	23,7%	87,2%	73,5%	13,7%	95,1%	73,9%	21,1%
19 Sines	P	79,1%	69,3%	9,7%	68,5%	49,3%	19,2%	89,4%	68,6%	20,8%
20 Carraceda de Ansiães	P	68,9%	75,4%	-6,6%	64,8%	78,7%	-14,0%	79,7%	59,4%	20,3%
21 Mourão	P	85,9%	62,7%	23,2%	87,6%	63,8%	23,8%	75,3%	55,4%	19,9%
22 Mogadouro	P	86,8%	90,8%	-4,0%	93,1%	72,0%	21,1%	89,7%	71,1%	18,6%
23 Ourique	P	81,0%	54,3%	26,8%	72,8%	49,4%	23,4%	68,1%	49,5%	18,5%
24 Tarouca	P	79,8%	68,9%	10,9%	79,7%	66,7%	13,1%	84,5%	66,8%	17,7%
25 Alijó	P	85,9%	31,3%	54,6%	89,4%	89,9%	-0,5%	86,2%	68,9%	17,3%
26 Tomar	M	82,7%	47,5%	35,2%	74,9%	47,7%	27,2%	76,2%	60,0%	16,3%
27 Alvaiázere	P	76,7%	61,3%	15,4%	83,9%	57,4%	26,6%	91,5%	75,3%	16,2%
28 Vila Nova de Gaia	G	90,5%	71,0%	19,5%	88,8%	70,6%	18,2%	91,8%	75,8%	16,0%
29 Felgueiras	M	79,2%	68,2%	11,0%	85,5%	62,2%	23,2%	85,9%	70,1%	15,8%
30 Aljustrel	P	83,1%	76,9%	6,3%	80,8%	68,4%	12,4%	89,9%	74,1%	15,8%
31 Trofa	M	85,8%	57,4%	28,3%	88,5%	64,3%	24,3%	81,4%	65,9%	15,5%
32 Fundão	M	95,3%	84,7%	10,7%	91,3%	86,4%	5,0%	97,7%	82,4%	15,3%
33 Sever do Vouga	P	93,2%	81,1%	12,1%	85,6%	96,8%	-11,3%	90,5%	75,3%	15,2%
34 Penedono	P	80,7%	56,9%	23,8%	86,0%	70,2%	15,8%	72,6%	57,6%	15,0%
35 Santa Comba Dão	P	91,1%	51,5%	39,6%	81,4%	62,8%	18,6%	99,5%	84,6%	14,9%

R37.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores

Município	Dim.	2013			2014			2015		
		Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução
1 Povoação	P	89,8%	75,8%	14,1%	87,8%	77,8%	10,0%	92,5%	83,0%	9,4%
2 Horta	P	79,1%	70,2%	8,9%	85,9%	69,1%	16,8%	80,5%	73,1%	7,3%
3 Praia da Vitória	M	87,4%	82,2%	5,2%	97,2%	88,2%	8,9%	97,0%	91,0%	6,0%
4 Lajes do Pico	P	98,7%	82,1%	16,6%	81,3%	66,0%	15,2%	90,0%	84,4%	5,7%
5 Ponta Delgada	M	80,3%	73,3%	7,0%	97,3%	88,3%	9,1%	96,4%	91,8%	4,6%
6 Madalena	P	71,3%	68,4%	2,9%	82,0%	64,7%	17,3%	82,5%	79,0%	3,6%
7 Lagoa (R.A.A)	P	97,9%	82,7%	15,3%	91,0%	86,2%	4,8%	95,2%	94,2%	1,0%
8 São Roque do Pico	P	65,3%	61,9%	3,4%	97,8%	100,4%	-2,6%	94,3%	97,7%	-3,4%
9 Ribeira Grande	M	96,5%	90,7%	5,8%	97,1%	103,6%	-6,5%	99,0%	103,5%	-4,5%
10 Angra do Heroísmo	M	75,3%	85,0%	-9,6%	85,2%	87,3%	-2,1%	92,2%	97,2%	-5,0%
11 Santa Cruz da Graciosa	P	75,5%	68,9%	6,6%	85,2%	91,2%	-6,0%	86,3%	91,4%	-5,1%
12 Corvo	P	70,0%	63,4%	6,6%	81,6%	97,0%	-15,4%	81,3%	87,2%	-5,9%
13 Lajes das Flores	P	57,8%	54,9%	2,9%	84,3%	80,4%	3,9%	80,3%	86,7%	-6,3%
14 Vila do Porto	P	88,4%	95,4%	-6,9%	95,8%	99,6%	-3,8%	63,6%	71,4%	-7,8%
15 Vila Franca do Campo	P	88,8%	91,8%	-3,0%	88,3%	89,4%	-1,0%	94,1%	104,8%	-10,8%
16 Calheta (R. A. A.)	P	51,6%	53,2%	-1,6%	94,7%	97,9%	-3,2%	84,0%	101,0%	-17,0%
17 Nordeste	P	88,7%	77,2%	11,5%	86,4%	104,7%	-18,3%	81,2%	99,8%	-18,7%
18 Velas	P	82,5%	91,1%	-8,7%	79,4%	105,0%	-25,6%	70,2%	94,8%	-24,6%
19 Santa Cruz das Flores	P	71,5%	73,5%	-2,0%	82,0%	90,0%	-8,0%	64,9%	90,8%	-25,9%

R37.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	2013			2014			2015		
		Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução
1 Porto Santo	P	84,2%	85,0%	-0,9%	68,7%	81,3%	-12,7%	89,4%	67,1%	22,2%
2 Ribeira Brava	P	77,7%	49,4%	28,3%	71,8%	62,7%	9,2%	94,4%	80,0%	14,4%
3 Câmara de Lobos	M	83,5%	72,6%	10,8%	80,8%	101,6%	-20,8%	80,2%	69,7%	10,5%
4 São Vicente	P	83,2%	56,6%	26,6%	78,0%	70,5%	7,5%	98,9%	94,2%	4,8%
5 Funchal	G	98,7%	87,4%	11,3%	94,4%	80,6%	13,8%	93,3%	89,5%	3,7%
6 Machico	M	98,0%	90,4%	7,5%	96,2%	94,2%	2,1%	89,3%	91,1%	-1,8%
7 Porto Moniz	P	86,4%	85,5%	0,9%	67,7%	76,9%	-9,2%	66,6%	73,2%	-6,6%
8 Calheta (R.A.M.)	P	73,1%	75,0%	-1,9%	77,0%	90,9%	-13,9%	71,2%	81,0%	-9,8%
9 Santana	P	94,6%	83,0%	11,6%	95,0%	100,5%	-5,5%	72,5%	92,3%	-19,8%
10 Ponta do Sol	P	90,2%	94,0%	-3,8%	82,5%	87,1%	-4,6%	76,0%	98,8%	-22,8%
11 Santa Cruz	M	80,8%	74,0%	6,8%	82,1%	306,5%	-224,4%	98,6%	231,7%*	-133,1%

* No caso de Santa Cruz, considerando que o montante de liquidações anuladas de 2015 é superior ao total de receitas liquidadas, optou-se por, neste ano, não excluir as liquidações anuladas das receitas liquidadas para efeitos de cálculo do grau de execução.

R38 – Municípios com Grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao Grau de execução de receitas liquidadas

	Município	Dim.	2013			2014			2015		
			Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução
1	Albufeira	M	87,3%	88,8%	-1,5%	96,8%	111,1%	-14,3%	77,6%	119,2%	-41,7%
2	Coruche	P	61,2%	82,9%	-21,7%	56,4%	86,5%	-30,2%	62,1%	96,1%	-34,1%
3	Mortágua	P	75,8%	88,8%	-13,0%	73,3%	100,5%	-27,2%	70,7%	100,3%	-29,6%
4	Leiria	G	87,1%	86,0%	1,2%	93,7%	94,1%	-0,5%	77,6%	106,0%	-28,5%
5	Lagoa (Algarve)	M	87,9%	97,6%	-9,7%	83,3%	107,4%	-24,1%	81,8%	109,0%	-27,2%
6	Marinha Grande	M	74,5%	79,3%	-4,8%	80,7%	89,6%	-8,8%	77,1%	103,2%	-26,1%
7	Anadia	M	81,8%	74,5%	7,3%	80,6%	96,0%	-15,4%	82,2%	108,1%	-25,9%
8	Santa Cruz das Flores	P	71,5%	73,5%	-2,0%	82,0%	90,0%	-8,0%	64,9%	90,8%	-25,9%
9	Velas	P	82,5%	91,1%	-8,7%	79,4%	105,0%	-25,6%	70,2%	94,8%	-24,6%
10	Arronches	P	61,8%	85,8%	-24,0%	50,1%	97,6%	-47,5%	69,7%	93,7%	-24,0%
11	Ponta do Sol	P	90,2%	94,0%	-3,8%	82,5%	87,1%	-4,6%	76,0%	98,8%	-22,8%
12	Tavira	M	82,2%	88,2%	-6,0%	80,5%	93,8%	-13,3%	79,3%	100,6%	-21,4%
13	Marco de Canaveses	M	92,4%	101,0%	-8,6%	88,3%	98,1%	-9,9%	86,2%	107,1%	-20,9%
14	Loulé	M	93,0%	85,6%	7,4%	95,5%	100,6%	-5,1%	88,5%	109,2%	-20,8%
15	Alvito	P	79,6%	89,4%	-9,8%	84,7%	95,2%	-10,4%	79,4%	99,9%	-20,4%
16	Almeida	P	90,1%	93,9%	-3,8%	72,9%	85,3%	-12,5%	66,5%	86,6%	-20,1%
17	Santana	P	94,6%	83,0%	11,6%	95,0%	100,5%	-5,5%	72,5%	92,3%	-19,8%
18	Vila Franca de Xira	G	82,2%	98,9%	-16,7%	81,9%	102,7%	-20,8%	82,9%	101,9%	-19,0%
19	Nordeste	P	88,7%	77,2%	11,5%	86,4%	104,7%	-18,3%	81,2%	99,8%	-18,7%
20	Carregal do Sal	P	77,3%	91,9%	-14,6%	83,6%	99,8%	-16,2%	77,4%	95,4%	-18,0%
21	Abrantes	M	73,5%	65,2%	8,3%	78,5%	89,9%	-11,4%	86,6%	104,4%	-17,7%
22	Murtosa	P	76,2%	83,5%	-7,2%	73,7%	79,6%	-5,9%	76,6%	94,3%	-17,7%
23	Marvão	P	73,7%	94,4%	-20,7%	75,8%	67,1%	8,7%	74,7%	92,3%	-17,6%
24	Porto	G	89,4%	97,7%	-8,3%	79,6%	100,1%	-20,5%	84,7%	102,2%	-17,5%
25	Calheta (R.A.A.)	P	51,6%	53,2%	-1,6%	94,7%	97,9%	-3,2%	84,0%	101,0%	-17,0%
26	Sintra	G	93,5%	101,4%	-7,9%	84,2%	101,4%	-17,2%	87,4%	103,8%	-16,4%
27	Redondo	P	62,5%	81,2%	-18,7%	76,8%	61,6%	15,3%	79,3%	94,8%	-15,5%
28	Ovar	M	76,3%	87,3%	-11,0%	75,4%	87,8%	-12,3%	85,8%	101,2%	-15,4%
29	Penalva do Castelo	P	74,9%	76,7%	-1,8%	77,4%	86,4%	-9,0%	76,6%	91,7%	-15,1%
30	Aguiar da Beira	P	74,7%	77,7%	-3,0%	81,0%	88,7%	-7,7%	80,0%	93,0%	-12,9%
31	Castelo de Vide	P	86,1%	84,4%	1,7%	90,4%	96,9%	-6,5%	86,3%	99,2%	-12,9%
32	Lisboa	G	68,1%	60,7%	7,4%	84,9%	75,0%	9,9%	87,2%	100,0%	-12,8%
33	Pedrogão Grande	P	82,7%	75,6%	7,1%	81,1%	78,5%	2,7%	81,2%	93,9%	-12,7%
34	Chamusca	P	85,2%	82,3%	3,0%	84,2%	95,4%	-11,2%	85,3%	97,7%	-12,3%
35	Viseu	M	82,1%	86,7%	-4,6%	83,0%	87,2%	-4,2%	83,3%	95,5%	-12,2%
36	Mértola	P	86,8%	93,5%	-6,7%	90,2%	96,4%	-6,2%	81,2%	93,3%	-12,0%
37	Ansião	P	93,7%	95,6%	-1,9%	94,5%	101,6%	-7,1%	93,1%	104,3%	-11,2%
38	Vila Franca do Campo	P	88,8%	91,8%	-3,0%	88,3%	89,4%	-1,0%	94,1%	104,8%	-10,8%
39	Oeiras	G	78,9%	85,3%	-6,3%	90,0%	94,5%	-4,5%	87,3%	97,9%	-10,6%
40	Oleiros	P	76,7%	75,5%	1,2%	86,9%	86,7%	0,3%	87,9%	98,2%	-10,4%
41	Benavente	M	94,8%	95,0%	-0,2%	91,0%	99,1%	-8,1%	83,8%	93,9%	-10,0%

Município	Dim.	2013			2014			2015		
		Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução
42 Calheta (R.A.M.)	P	73,1%	75,0%	-1,9%	77,0%	90,9%	-13,9%	71,2%	81,0%	-9,8%
43 Mafra	M	83,9%	76,6%	7,3%	80,3%	77,1%	3,2%	96,3%	105,9%	-9,6%
44 Crato	P	63,9%	79,6%	-15,7%	50,8%	72,0%	-21,2%	82,2%	91,8%	-9,6%
45 Almada	G	95,4%	94,7%	0,7%	94,3%	94,8%	-0,5%	93,8%	102,7%	-8,9%
46 Montijo	M	83,6%	85,4%	-1,8%	92,3%	89,6%	2,7%	92,9%	101,6%	-8,7%
47 Vila do Porto	P	88,4%	95,4%	-6,9%	95,8%	99,6%	-3,8%	63,6%	71,4%	-7,8%
48 Almodôvar	P	90,4%	89,6%	0,8%	76,0%	89,1%	-13,2%	78,2%	85,8%	-7,6%
49 Castanheira de Pera	P	83,3%	98,0%	-14,6%	89,8%	99,7%	-9,9%	97,0%	104,2%	-7,2%
50 Olhão	M	71,1%	67,5%	3,5%	76,3%	77,9%	-1,6%	95,7%	102,8%	-7,1%
51 Peniche	M	88,3%	83,9%	4,3%	89,4%	91,5%	-2,1%	84,1%	91,0%	-6,9%
52 Porto de Mós	M	88,8%	86,1%	2,7%	90,6%	98,8%	-8,2%	89,8%	96,7%	-6,9%
53 Valongo	M	95,0%	91,4%	3,6%	95,5%	99,1%	-3,6%	95,1%	101,8%	-6,8%
54 Albergaria-a-Velha	M	84,7%	79,0%	5,7%	88,5%	88,0%	0,5%	88,0%	94,8%	-6,8%
55 Guimarães	G	72,4%	75,5%	-3,1%	83,6%	79,4%	4,2%	86,5%	93,2%	-6,7%
56 Lagos	M	69,1%	67,5%	1,6%	87,0%	93,1%	-6,2%	91,4%	98,0%	-6,7%
57 Porto Moniz	P	86,4%	85,5%	0,9%	67,7%	76,9%	-9,2%	66,6%	73,2%	-6,6%
58 Penamacor	P	82,2%	80,5%	1,7%	89,9%	87,2%	2,7%	88,5%	95,0%	-6,5%
59 Lajes das Flores	P	57,8%	54,9%	2,9%	84,3%	80,4%	3,9%	80,3%	86,7%	-6,3%
60 Seixal	G	76,5%	64,3%	12,2%	90,7%	88,0%	2,7%	68,0%	74,2%	-6,2%
61 Figueira da Foz	M	87,6%	79,4%	8,2%	88,6%	86,4%	2,3%	88,2%	94,3%	-6,1%
62 Boticas	P	79,0%	76,2%	2,8%	85,0%	85,3%	-0,3%	86,3%	92,3%	-6,0%
63 Corvo	P	70,0%	63,4%	6,6%	81,6%	97,0%	-15,4%	81,3%	87,2%	-5,9%
64 Alcoutim	P	75,2%	78,2%	-3,0%	76,0%	62,8%	13,1%	93,8%	99,6%	-5,9%
65 Mondim de Basto	P	82,0%	86,3%	-4,3%	91,8%	90,9%	0,9%	92,9%	98,7%	-5,9%
66 Maia	G	82,4%	82,3%	0,1%	89,6%	90,1%	-0,6%	90,2%	96,0%	-5,8%
67 Ourém	M	95,9%	79,5%	16,4%	94,7%	88,4%	6,3%	89,3%	95,1%	-5,8%
68 Salvaterra de Magos	M	94,7%	94,3%	0,4%	93,5%	93,2%	0,3%	94,7%	100,5%	-5,8%
69 Mealhada	M	95,2%	103,7%	-8,5%	83,3%	87,1%	-3,8%	87,4%	93,1%	-5,7%
70 São Brás de Alportel	P	77,3%	79,6%	-2,3%	88,9%	92,0%	-3,1%	90,9%	96,2%	-5,3%
71 Silves	M	79,2%	80,5%	-1,3%	88,7%	89,4%	-0,7%	89,4%	94,6%	-5,2%
72 Santa Cruz da Graciosa	P	75,5%	68,9%	6,6%	85,2%	91,2%	-6,0%	86,3%	91,4%	-5,1%
73 Angra do Heroísmo	M	75,3%	85,0%	-9,6%	85,2%	87,3%	-2,1%	92,2%	97,2%	-5,0%
74 Góis	P	89,6%	87,2%	2,4%	90,3%	87,1%	3,3%	82,7%	87,6%	-4,9%
75 Arraiolos	P	93,1%	85,0%	8,1%	91,8%	90,1%	1,7%	90,8%	95,5%	-4,6%
76 Ribeira Grande	M	96,5%	90,7%	5,8%	97,1%	103,6%	-6,5%	99,0%	103,5%	-4,5%
77 Vendas Novas	P	90,8%	80,6%	10,2%	95,6%	91,0%	4,6%	95,9%	100,3%	-4,4%
78 Faro	M	87,8%	46,7%	41,0%	90,9%	88,1%	2,7%	94,6%	98,9%	-4,3%
79 Arcos de Valdevez	M	84,3%	81,6%	2,7%	88,7%	83,7%	5,1%	85,3%	89,4%	-4,1%
80 Vouzela	P	90,1%	90,3%	-0,2%	91,3%	90,0%	1,3%	93,5%	97,6%	-4,1%
81 Portel	P	82,6%	90,7%	-8,0%	83,0%	82,4%	0,6%	84,7%	88,8%	-4,1%
82 Cabeceiras de Basto	P	87,8%	80,6%	7,2%	77,7%	74,5%	3,2%	88,6%	92,4%	-3,9%

Município	Dim.	2013			2014			2015			
		Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	Execução Despesa Assumida	Execução Receita Liquidada	Diferença de execução	
83	Caldas da Rainha	M	67,5%	58,0%	9,5%	83,0%	68,9%	14,1%	92,5%	96,0%	-3,5%
84	Azambuja	M	96,2%	92,7%	3,4%	96,2%	104,8%	-8,6%	99,1%	102,5%	-3,4%
85	São Roque do Pico	P	65,3%	61,9%	3,4%	97,8%	100,4%	-2,6%	94,3%	97,7%	-3,4%
86	Oliveira do Hospital	M	74,5%	67,0%	7,5%	78,8%	70,4%	8,4%	75,9%	79,1%	-3,2%
87	Cantanhede	M	91,4%	93,8%	-2,4%	95,3%	96,5%	-1,3%	96,1%	99,2%	-3,1%
88	Santarém	M	90,7%	72,2%	18,5%	89,9%	87,2%	2,7%	86,3%	89,3%	-3,1%
89	Torres Novas	M	92,9%	76,2%	16,7%	94,8%	91,6%	3,1%	93,4%	96,4%	-3,0%
90	Aljezur	P	75,8%	74,4%	1,4%	87,9%	82,9%	5,0%	99,7%	102,7%	-3,0%
91	Barrancos	P	84,6%	83,5%	1,0%	89,9%	89,0%	1,0%	85,6%	88,6%	-2,9%
92	Vinhais	P	70,1%	62,1%	8,1%	73,9%	70,7%	3,2%	83,3%	86,2%	-2,9%
93	Celorico de Basto	P	74,0%	77,7%	-3,7%	77,0%	76,4%	0,6%	89,3%	92,1%	-2,7%
94	Valpaços	P	97,3%	84,8%	12,6%	98,7%	99,0%	-0,3%	97,6%	100,3%	-2,7%
95	Amarante	M	86,0%	76,6%	9,4%	91,3%	89,1%	2,2%	91,6%	94,1%	-2,5%
96	Vila Real	M	86,0%	74,5%	11,5%	91,7%	91,3%	0,4%	89,3%	91,7%	-2,4%
97	Ferreira do Zêzere	P	96,5%	90,1%	6,4%	95,9%	92,0%	3,9%	90,7%	93,0%	-2,3%
98	Lourinhã	M	89,6%	87,1%	2,5%	90,9%	86,1%	4,8%	93,4%	95,7%	-2,3%
99	Sabugal	P	89,4%	89,0%	0,3%	81,7%	85,4%	-3,7%	87,3%	89,5%	-2,3%
100	Pampilhosa da Serra	P	85,1%	88,4%	-3,2%	88,0%	91,8%	-3,8%	91,1%	93,2%	-2,1%
101	Cadaval	P	86,7%	83,7%	3,0%	92,0%	88,6%	3,3%	95,7%	97,7%	-2,1%
102	Seia	M	97,7%	91,6%	6,2%	98,3%	95,3%	3,0%	98,5%	100,5%	-2,1%
103	Machico	M	98,0%	90,4%	7,5%	96,2%	94,2%	2,1%	89,3%	91,1%	-1,8%
104	Nisa	P	76,1%	68,8%	7,3%	92,6%	87,6%	5,0%	86,1%	87,9%	-1,7%
105	Miranda do Douro	P	94,3%	89,4%	4,9%	93,5%	89,0%	4,5%	86,1%	87,8%	-1,7%
106	Póvoa de Lanhoso	M	98,3%	94,4%	3,9%	97,2%	91,3%	5,9%	98,7%	100,3%	-1,6%
107	Santa Maria da Feira	G	89,2%	76,4%	12,8%	88,4%	92,1%	-3,7%	80,4%	81,9%	-1,5%
108	Ferreira do Alentejo	P	77,6%	65,6%	11,9%	78,9%	72,2%	6,7%	79,2%	80,6%	-1,4%
109	Arganil	P	73,1%	73,4%	-0,3%	82,7%	80,2%	2,5%	75,5%	76,8%	-1,3%
110	Póvoa de Varzim	M	96,0%	92,0%	3,9%	96,6%	95,4%	1,2%	98,9%	100,3%	-1,3%
111	Vale de Cambra	M	89,0%	74,5%	14,5%	90,1%	79,1%	11,0%	89,2%	90,6%	-1,3%
112	Sobral de Monte Agraço	P	93,0%	88,7%	4,2%	92,9%	86,5%	6,4%	88,4%	89,5%	-1,1%
113	Moita	M	94,8%	94,1%	0,7%	94,0%	103,1%	-9,1%	94,8%	95,8%	-1,0%
114	Baião	P	96,5%	88,2%	8,3%	91,8%	83,5%	8,3%	93,6%	94,6%	-1,0%
115	Vila Nova da Barquinha	P	81,4%	77,7%	3,7%	80,2%	67,9%	12,3%	79,9%	80,8%	-0,9%
116	Arouca	M	74,2%	79,9%	-5,7%	91,2%	82,5%	8,7%	91,6%	92,5%	-0,9%
117	Amadora	G	87,1%	73,5%	13,6%	85,2%	81,8%	3,4%	83,4%	84,2%	-0,9%
118	Bragança	M	95,4%	90,8%	4,6%	90,5%	93,6%	-3,1%	80,4%	81,1%	-0,7%
119	Castro Verde	P	75,1%	78,4%	-3,4%	81,3%	77,2%	4,1%	92,0%	92,4%	-0,4%
120	Vila Nova de Paiva	P	86,9%	76,3%	10,6%	63,0%	61,1%	1,9%	96,6%	96,9%	-0,3%
121	Nelas	P	93,2%	91,9%	1,3%	96,3%	98,2%	-1,9%	95,9%	96,2%	-0,3%
122	Esposende	M	93,7%	84,5%	9,2%	91,2%	104,3%	-13,0%	86,9%	87,0%	-0,1%
123	Vizela	M	90,6%	36,7%	53,9%	89,8%	70,0%	19,8%	95,5%	95,6%	0,0%

2.4.2. Equilíbrio Orçamental⁹⁶

Um dos indicadores que permitirá verificar o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira é a comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente acrescida das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos do artigo 40.º da Lei 73/ 2013 de 30 de setembro, que atualiza o Regime Financeiro das Autarquias locais e das entidades intermunicipais.

⁹⁶ Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, artigo 40.º – Equilíbrio orçamental

1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 – Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Quadro 2.40 – Equilíbrio orçamental

Unidade: milhões de euros

		Pequenos	Médios	Grandes	Total
(a)	Receita corrente bruta cobrada	1 534,1	2 504,7	2 498,2	6 537,0
(b)	Despesa corrente paga	1 266,3	1 909,8	1 921,6	5 097,7
(c)	Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	112,2	176,0	161,6	449,9
(d) = (b)+(c)	Total da despesa acrescida das amortizações médias	1 378,6	2 085,8	2 083,3	5 547,6
(e) = (a)-(d)	Saldo corrente deduzido das amortizações	155,5	418,9	415,0	989,4

Da análise do Quadro 2.40 verifica-se que, em média, os municípios em 2015 apresentaram um valor francamente positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longos prazos (+989,4 M€), traduzindo, na globalidade, equilíbrio orçamental nos termos da Lei da Finanças Locais. Mais se verificou que o saldo corrente deduzido das amortizações médias foi maior no conjunto dos municípios de média dimensão e menor no grupo dos municípios de pequena dimensão.

No ranking R39 apresentam-se os 35 municípios com melhor equilíbrio orçamental, traduzido pela razão entre a despesa corrente acrescida do valor da média das amortizações e a receita corrente bruta cobrada.

No ranking R40, apresentam-se os 35 municípios que com mais baixo indicador de equilíbrio orçamental, isto é, municípios cujos saldos correntes deduzidos das amortizações médias de emprés-

timos de MLP, embora positivos, estiveram mais próximo de zero.

No ranking R41, apresentam-se os municípios cujo indicador de equilíbrio orçamental em apreço – saldo corrente deduzido das amortizações – embora negativo foi inferior a 5% da receita corrente. São municípios que embora em desequilíbrio orçamental se encontram dentro do parâmetro de sustentabilidade admitido pelo artigo 40.º da Lei das Finanças Locais.

No ranking R42, apresentam-se os 35 municípios em grave desequilíbrio orçamental. Isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido da média das amortizações é negativo e superior a 5% das receitas correntes. Encontraram-se nesta situação, em 2015 os 13 municípios elencados na lista R 42, sendo que, dois deles, apresentaram um valor de saldo corrente deduzido da média das amortizações, negativo e superior a 50% da receita corrente total: os municípios de Cartaxo e Manteigas.

R39 – Municípios com maior equilíbrio orçamental

Unidade: euros

Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40)				
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amortizações médias (b)	Saldo corrente – amortizações médias (c) = (a)–(b)	(Despesa corrente + amortizações médias) / receita corrente (d) = (b) / (a)	
1	Albufeira	M	86 083 977	51 924 384	34 159 594	60,3%
2	Castelo Branco	M	30 455 035	19 370 101	11 084 934	63,6%
3	Pombal	M	32 717 691	20 975 620	11 742 071	64,1%
4	Leiria	G	60 383 034	39 882 871	20 500 163	66,0%
5	Alvaiázere	P	6 712 588	4 457 718	2 254 870	66,4%
6	Murtosa	P	6 371 318	4 260 825	2 110 493	66,9%
7	Loulé	M	99 010 128	66 793 917	32 216 211	67,5%
8	Viana do Castelo	M	50 112 357	33 832 188	16 280 169	67,5%
9	Ribeira Grande	M	16 445 253	11 259 727	5 185 526	68,5%
10	Lagoa (Algarve)	M	33 732 142	23 261 553	10 470 589	69,0%
11	Santana	P	5 664 405	3 925 641	1 738 764	69,3%
12	Ílhavo	M	20 801 428	14 506 740	6 294 689	69,7%
13	Montalegre	P	15 847 263	11 059 746	4 787 517	69,8%
14	Anadia	M	15 847 609	11 171 835	4 675 774	70,5%
15	Corvo	P	1 411 822	997 266	414 556	70,6%
16	Sátão	P	8 468 891	6 020 143	2 448 748	71,1%
17	Oeiras	G	114 998 566	82 217 780	32 780 786	71,5%
18	Bragança	M	27 982 861	20 390 997	7 591 863	72,9%
19	Câmara de Lobos	M	10 755 362	7 872 747	2 882 616	73,2%
20	Oliveira do Bairro	M	14 717 817	10 775 331	3 942 486	73,2%
21	Sintra	G	151 906 285	111 374 469	40 531 816	73,3%
22	Penalva do Castelo	P	6 503 378	4 772 238	1 731 141	73,4%
23	Marinha Grande	M	20 998 321	15 457 430	5 540 891	73,6%
24	Mafra	M	52 167 497	38 547 381	13 620 117	73,9%
25	Valpaços	P	14 620 421	10 811 117	3 809 304	73,9%
26	Monção	P	13 950 898	10 326 156	3 624 742	74,0%
27	Alcobaça	M	27 126 426	20 168 646	6 957 780	74,4%
28	Barcelos	G	48 834 438	36 518 668	12 315 770	74,8%
29	Almeida	P	9 481 418	7 110 463	2 370 955	75,0%
30	Arcos de Valdevez	M	18 927 290	14 249 709	4 677 581	75,3%
31	Calheta (R. A. M.)	P	9 130 895	6 889 506	2 241 389	75,5%
32	Santa Maria da Feira	G	52 034 175	39 318 538	12 715 637	75,6%
33	Coruche	P	15 283 453	11 603 612	3 679 841	75,9%
34	São Roque do Pico	P	3 677 843	2 801 158	876 684	76,2%
35	Mortágua	P	7 645 049	5 869 013	1 776 036	76,8%

R40 – Municípios com menor equilíbrio orçamental

Unidade: euros

	Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40)				
			Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amortizações médias (b)	Saldo corrente – amortizações médias (c) = (a) – (b)	(Despesa + amortizações médias) / receita corrente (d) = (b) / (a)	(e) = (c) / (a)
1	Góis	P	6 183 302	6 182 308	993	100,0%	0,0%
2	Mesão Frio	P	4 258 687	4 254 522	4 164	99,9%	0,1%
3	Vila Nova de Poiares	P	6 817 248	6 802 874	14 374	99,8%	0,2%
4	Alpiarça	P	5 476 634	5 454 838	21 796	99,6%	0,4%
5	Porto Santo	P	4 649 470	4 611 844	37 626	99,2%	0,8%
6	Bombarral	P	8 389 563	8 308 501	81 062	99,0%	1,0%
7	Sines	P	15 121 111	14 960 926	160 185	98,9%	1,1%
8	Monforte	P	4 729 038	4 669 243	59 795	98,7%	1,3%
9	Barrancos	P	3 384 220	3 335 219	49 001	98,6%	1,4%
10	Figueiró dos Vinhos	P	6 168 785	6 074 725	94 060	98,5%	1,5%
11	Alandroal	P	7 748 389	7 605 918	142 471	98,2%	1,8%
12	Santa Cruz	M	18 035 722	17 679 604	356 117	98,0%	2,0%
13	Avis	P	6 593 975	6 455 504	138 472	97,9%	2,1%
14	Alijó	P	9 999 075	9 776 606	222 470	97,8%	2,2%
15	Castro Verde	P	8 304 264	8 091 430	212 834	97,4%	2,6%
16	Terras de Bouro	P	7 798 382	7 595 711	202 671	97,4%	2,6%
17	Sousel	P	5 541 797	5 391 474	150 323	97,3%	2,7%
18	Borba	P	6 556 814	6 370 451	186 363	97,2%	2,8%
19	Celorico de Basto	P	11 909 168	11 558 383	350 784	97,1%	2,9%
20	Redondo	P	7 280 487	7 056 530	223 957	96,9%	3,1%
21	Macedo de Cavaleiros	P	14 330 344	13 841 546	488 798	96,6%	3,4%
22	Óbidos	P	12 216 683	11 733 400	483 283	96,0%	4,0%
23	Seia	M	18 905 571	18 146 742	758 828	96,0%	4,0%
24	Constância	P	4 735 187	4 543 781	191 405	96,0%	4,0%
25	Alvito	P	3 774 104	3 610 357	163 747	95,7%	4,3%
26	Vila Verde	M	23 135 467	22 081 103	1 054 364	95,4%	4,6%
27	Tarouca	P	7 743 547	7 363 637	379 911	95,1%	4,9%
28	Alcácer do Sal	P	14 534 921	13 817 312	717 609	95,1%	4,9%
29	Alter do Chão	P	5 181 351	4 922 005	259 346	95,0%	5,0%
30	Armamar	P	6 958 412	6 609 119	349 293	95,0%	5,0%
31	Évora	M	37 299 505	35 407 760	1 891 746	94,9%	5,1%
32	Nordeste	P	4 719 056	4 477 805	241 251	94,9%	5,1%
33	Sobral de Monte Agraço	P	7 298 608	6 924 025	374 583	94,9%	5,1%
34	Portel	P	7 867 446	7 460 220	407 226	94,8%	5,2%
35	Santo Tirso	M	29 767 453	28 214 936	1 552 517	94,8%	5,2%

R41 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º da LFL

Unidade: euros

Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40)				
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa s/ amort. (c) = (a) – (b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	(e) = (c) / (a)
1 Figueira de Castelo Rodrigo	P	8 165 601	8 486 233	-320 632	103,9%	-3,9%
2 Freixo de Espada à Cinta	P	6 073 464	6 311 670	-238 206	103,9%	-3,9%
3 Fornos de Algodres	P	5 351 705	5 544 649	-192 944	103,6%	-3,6%
4 Vila Franca do Campo	P	7 250 673	7 395 278	-144 605	102,0%	-2,0%
5 Celorico da Beira	P	8 160 955	8 323 233	-162 278	102,0%	-2,0%
6 Alcanena	P	10 016 389	10 143 366	-126 977	101,3%	-1,3%
7 Fronteira	P	4 266 824	4 306 466	-39 642	100,9%	-0,9%
8 Belmonte	P	5 051 018	5 091 176	-40 158	100,8%	-0,8%
9 Cuba	P	4 254 441	4 265 502	-11 062	100,3%	-0,3%
10 Reguengos de Monsaraz	P	10 844 263	10 869 939	-25 676	100,2%	-0,2%
11 Elvas	M	16 246 509	16 282 801	-36 292	100,2%	-0,2%

R42 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo inferior a 5% das receitas correntes

Unidade: euros

Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40)				
		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa s/ amort. (c) = (a) – (b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	(e) = (c) / (a)
1 Cartaxo	M	12 196 465	18 491 494	-6 295 030	151,6%	-51,6%
2 Mantelgas	P	4 850 271	7 292 973	-2 442 702	150,4%	-50,4%
3 Nazaré	P	10 824 992	13 791 622	-2 966 630	127,4%	-27,4%
4 Alfândega da Fé	P	7 090 117	8 796 912	-1 706 794	124,1%	-24,1%
5 Vila Real de Santo António	P	19 685 873	23 439 062	-3 753 189	119,1%	-19,1%
6 Santa Comba Dão	P	7 198 302	8 498 660	-1 300 358	118,1%	-18,1%
7 Nelas	P	8 176 200	9 194 579	-1 018 379	112,5%	-12,5%
8 Mourão	P	4 887 993	5 417 587	-529 595	110,8%	-10,8%
9 Guarda	M	27 334 846	30 184 273	-2 849 426	110,4%	-10,4%
10 Vieira do Minho	P	9 309 290	10 227 935	-918 645	109,9%	-9,9%
11 Almodôvar	P	7 861 820	8 628 802	-766 982	109,8%	-9,8%
12 Castelo de Paiva	P	8 482 012	9 308 499	-826 487	109,7%	-9,7%
13 Arraiolos	P	6 388 904	6 749 867	-360 963	105,6%	-5,6%

2.4.3. Saldos Orçamentais

Quando se discute o défice público e a contribuição ou não para o mesmo por parte dos municípios, usa-se como referência o saldo global (saldo efetivo) da Administração Local, relacionado com as receitas efetivas⁹⁷ e despesas efetivas⁹⁸.

O saldo global ou efetivo⁹⁹ é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positiva, existe um excedente orçamental que se traduz na capacidade de financiamento da Administração Local. Caso seja negativo, então há défice, isto é, há necessidade de financiamento.

Há ainda outros dois indicadores que interessa reter pela importância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública – a despesa primária¹⁰⁰ e o saldo primário¹⁰¹.

Embora a informação do valor destes indicadores, na Base de Caixa, tenha sido a mais frequentemente utilizada nas análises da evolução da situação financeira do sector, face à manutenção generalizada de dívida de curto prazo a fornecedores, entende-se que estes saldos deverão ser também avaliados na base dos reais fluxos financeiros, isto é, na Base de Compromissos, obtendo-se o seu valor pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

⁹⁷ Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.

⁹⁸ Despesas efetivas = despesas corrente + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída das amortizações de empréstimos (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

⁹⁹ Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.

¹⁰⁰ Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros.

¹⁰¹ Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias, ou Saldo primário = saldo global + juros.

Assim, apresenta-se o Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa, mais a título informativo, apreciando-se, essencialmente, a informação prestada no Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos.

Observando-se o Quadro 2.42 verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2006 e 2015, tendo neste último ano, pela primeira vez, o conjunto dos municípios apresentado saldo efetivo e saldo orçamental positivos, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos. Assim:

O saldo corrente cresceu, neste período 270% (+1358 M€);

O saldo orçamental cresceu 2,2 mil milhões de euros ao passar do valor negativo de -1873 M€ para +294M€. O ano de 2015 é o primeiro ano em que, considerando a globalidade dos municípios, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos;

O saldo global ou saldo efetivo cresceu extraordinariamente ao passar de -1775 M€ em 2006, para +794M€ em 2015;

O saldo primário apresentou, também um enorme crescimento ao passar de -1634 M€ para +936 M€ entre 2006 e 2015.

Apresentam-se de seguida gráficos que permitem visualizar a evolução dos saldos enumerados supra, apresentando-se separadamente a situação dos mesmos, para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Quadro 2.41 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos pagamentos)

Unidade: milhões de euros

		Base de Caixa (recebimentos / pagamentos)									
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
(a)	Receitas correntes	4 955	5 653	5 730	5 746	5 825	5 646	5 564	5 908	6 215	6 516
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ã abatidas pagamentos	200	240	347	299	176	203	263	333	417	510
(c)	Despesas correntes	4 221	4 593	4 933	5 260	5 037	5 033	4 801	5 147	5 122	5 099
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	935	1300	1145	785	964	816	1027	1094	1509	1928
	N.º de municípios com corrente positivo	257	262	247	212	247	241	253	270	297	304
(e)	Receitas de capital	2 040	1 877	2 005	2 446	2 025	2 113	2 110	1 853	1 114	992
(f)	Despesas de capital	2 771	2 817	2 943	3 098	2 835	2 688	2 786	2 551	2 096	2 132
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-731	-941	-938	-652	-809	-575	-676	-698	-983	-1140
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	7 196	7 770	8 083	8 491	8 026	7 962	7 938	8 094	7 745	8 019
(c)+(f)	Despesas totais	6 992	7 410	7 876	8 358	7 872	7 720	7 587	7 699	7 219	7 231
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	204	359	207	133	154	242	351	396	526	788
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	220	244	198	214	215	232	248	235	249	259
(i)	Ativos financeiros (receitas)	15	43	34	32	11	14	19	16	5	12
(j)	Ativos financeiros (despesas)	39	33	31	43	38	30	21	12	19	58
(k)	Passivos financeiros (receitas)	278	357	529	965	516	474	220	776	393	264
(l)	Passivos financeiros (despesas)	344	396	353	460	577	615	890	634	679	665
(m)	Receitas – AF – PF	6 902	7 369	7 520	7 494	7 499	7 474	7 699	7 302	7 347	7 744
(n)	Despesas – AF – PF	6 609	6 982	7 491	7 856	7 257	7 075	6 676	7 053	6 521	6 508
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	294	387	29	-361	243	399	1023	250	826	1236
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	128	181	225	192	105	142	148	127	132	113
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	422	569	254	-169	347	540	1171	377	958	1348
	N.º de municípios com saldo primário positivo	205	231	206	154	245	263	296	229	291	295

Quadro 2.42 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

		Receita liquidada e Despesa realizada									
		Mandato 2006–2009				Mandato 2010–2013				Mandato 14–17	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
(a)	Receitas correntes	5 127	5 881	6 392	6 382	6 003	5 845	5 761	6 098	6 548	6 983
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pagamentos	201	236	348	305	176	205	264	338	419	510
(c)	Despesas correntes	4 825	5 207	5 605	6 103	6 051	6 111	5 801	5 957	5 794	5 631
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	504	910	1145	584	127	-61	224	480	1173	1862
	N.º de municípios com corrente positivo	177	191	173	129	122	126	157	217	270	284
(e)	Receitas de capital	2 119	1 882	2 060	2 506	2 081	2 162	2 115	1 879	1 129	1 020
(f)	Despesas de capital	4 495	4 375	4 447	5 032	4 648	4 371	4 004	3 447	2 718	2 588
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-2 376	-2 493	-2 387	-2 526	-2 567	-2 208	-1 890	-1 568	-1 590	-1 568
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	7 448	7 999	8 800	9 193	8 260	8 212	8 140	8 315	8 096	8 513
(c)+(f)	Despesas totais	9 320	9 582	10 051	11 135	10 700	10 482	9 805	9 404	8 512	8 219
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	-1 873	-1 583	-1 242	-1 942	-2 440	-2 269	-1 665	-1 088	-416	294
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	37	34	46	21	22	37	68	73	98	144
(i)	Ativos financeiros (receitas)	17	38	34	31	11	16	19	16	5	12
(j)	Ativos financeiros (despesas)	46	37	38	54	41	43	34	30	31	73
(k)	Passivos financeiros (receitas)	281	358	528	965	516	472	220	798	393	264
(l)	Passivos financeiros (despesas)	350	400	358	466	583	626	906	667	704	704
(m)	Receitas – AF – PF	7 150	7 602	8 238	8 197	7 733	7 724	7 901	7 501	7 698	8 237
(n)	Despesas – AF – PF	8 925	9 145	9 656	10 615	10 076	9 812	8 865	8 706	7 777	7 443
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	-1 775	-1 543	-1 419	-2 418	-2 344	-2 088	-964	-1 205	-78	794
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	141	204	245	218	134	187	192	165	171	142
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	-1 634	-1 339	-1 174	-2 199	-2 210	-1 902	-772	-1 040	93	936
	N.º de municípios com saldo primário positivo	36	60	48	29	28	53	103	113	176	215

Gráfico 2.09 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos

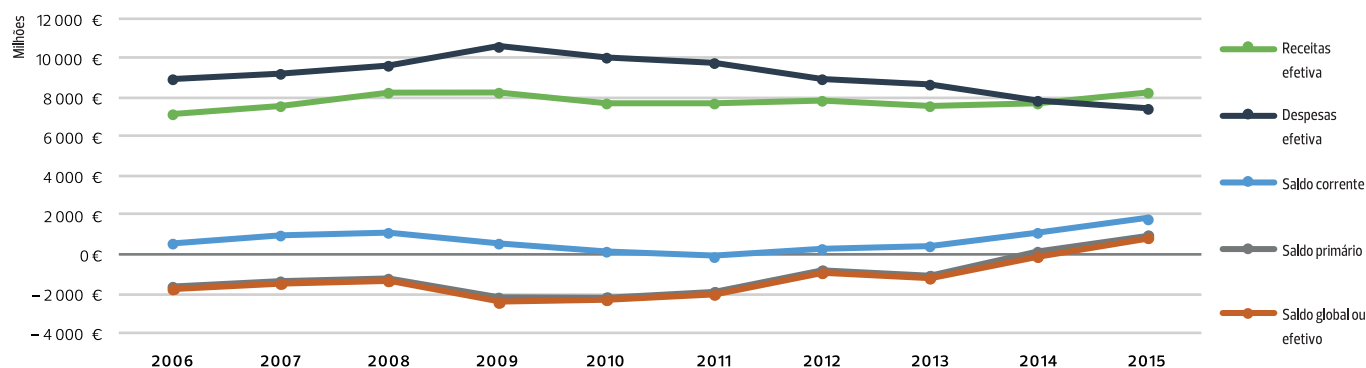


Gráfico 2.09.A – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. dos Açores

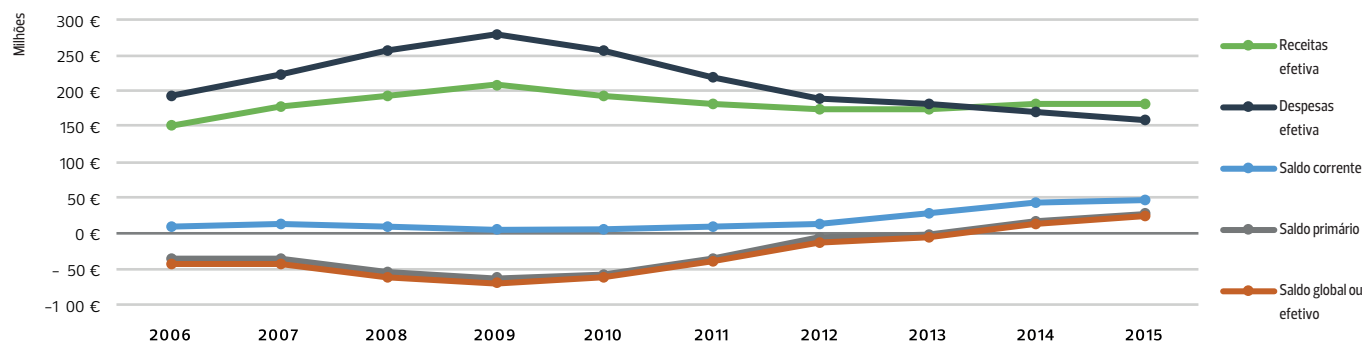
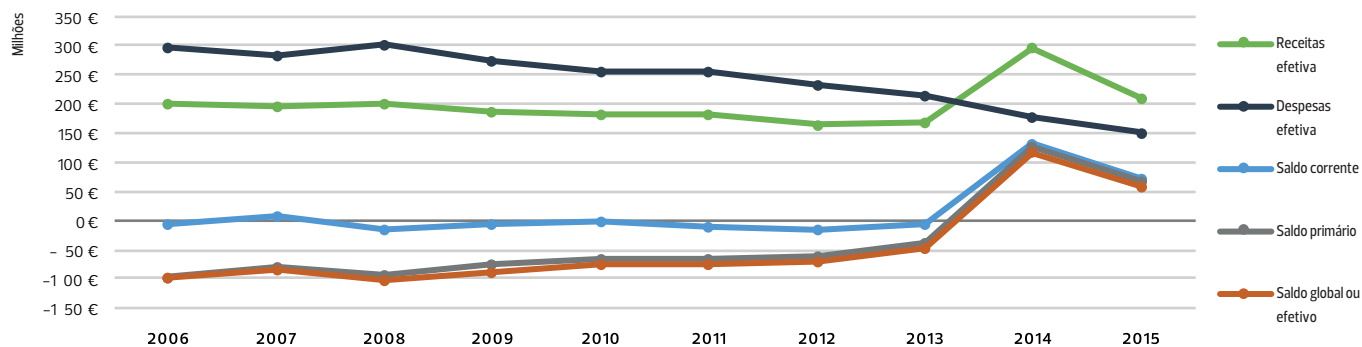


Gráfico 2.09.M – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos, nos municípios da R.A. da Madeira



CAPÍTULO 3

ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

3.1. Introdução

A função da contabilidade orçamental só poderá ser eficaz e capaz de fornecer informação necessária a uma gestão racional e integrada dos recursos públicos versus satisfação das necessidades coletivas, se tiver associada a si um relato financeiro¹⁰² capaz de proporcionar informação financeira completa, fiável, relevante e oportuna. Assim, só uma contabilidade orçamental que integre no seu sistema uma orçamentação na base do acréscimo permitirá atingir aquele objetivo. Por isso a informação fornecida por este capítulo do anuário ao proporcionar informação de natureza patrimonial e relativa aos gastos públicos possibilitará uma visão mais completa e compreensiva das finanças municipais.

Reconhece-se, contudo, uma forte lacuna de informação associada ao relato financeiro relativo a elementos sobre custos individualizados por atividades, programas ou projetos que materializam as políticas públicas e que consomem os recursos financeiros¹⁰³ dos municípios.

Apesar da atual estrutura das Contas e Relato Financeiro apresentadas pelos municípios ao Tribunal de Contas e a outras entidades de controlo financeiro de recursos públicos, não exigir a informação prestada pelo sistema de contabilidade de custos que

¹⁰² Os objetivos do relato financeiro dos municípios é proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras, nomeadamente aos executivos nas suas tomadas de decisão, mas permitirá também a responsabilização pela prestação de contas. Permitirá ainda, avaliar o grau de desempenho dos municípios, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que deve prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis. A informação sobre o seu grau de liquidez e de solvência permitirá concluir sobre a sustentabilidade da prestação dos serviços municipais a longo prazo.

¹⁰³ Entende-se que a implementação do Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública aplicado ao setor autárquico possibilitará obter informação necessária à determinação dos gastos dos serviços que os municípios prestam à população e, assim, permitir um efetivo controlo de eficiência e de eficácia dos mesmos.

muitos municípios implementaram ao abrigo das orientações, ainda que limitadas, do POCAL, a mesma existe e possibilitará dados prospetivos que os Executivos poderão usar na tomada das suas decisões. É, contudo, uma informação que não tem estado disponível para a elaboração deste Anuário.

Apesar de tudo, considera-se que tendo o POCAL definido como objetivos e princípios essenciais à implementação do sistema de contabilidade patrimonial em curso, o controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias, a informação resultante da mesma e plasmada no balanço, na demonstração dos resultados e nos respetivos anexos, tem sido informação financeira fiável e consistente.

Antes ainda de se passar para a análise discriminada dos diferentes elementos do Balanço e das Demonstrações Financeiras, pretende-se deixar umas breves notas:

- O princípio da continuidade das entidades públicas como os municípios e a natureza do seu património¹⁰⁴, não se compadecem com a avaliação da capacidade financeira dos municípios através do património líquido ou capital próprio.
- A avaliação dos ativos detidos pelos municípios, bem como a sua capacidade de gerar fluxos de caixa terá sempre como objetivo único a prestação de serviços públicos pelo que **não fará sentido a comparabilidade do desempenho dos municípios pelo montante dos resultados líquidos obtidos.**
- **A avaliação da sustentabilidade financeira dos municípios é importante e relevante quando avaliada a longo prazo.** Por isso neste capítulo se

¹⁰⁴ Grande parte dos ativos municipais são especializados e quase se pode afirmar que não há mercado para a maioria dos mesmos (como por exemplo: estradas, museus, jardins públicos, bibliotecas, edifícios históricos, parques naturais) e mesmo que existisse mercado não seriam para vender, pois são bens do domínio público.

dá especial relevância ao ponto relativo ao Endividamento Municipal.

· À data de elaboração deste anuário não se dispõem dos valores referentes à consolidação do grupo autárquico relativamente a todos os municípios, pelo todo o tratamento deste Capítulo, à semelhança do Capítulo 2, apenas agregará valores referentes ao município e seus serviços simples sem autonomia. Dedicar-se-á um capítulo autónomo, capítulo 4, à análise agregada das contas dos serviços municipalizados e das empresas municipais.

3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

Analisando o Quadro 3.01, com informação resumida sobre o cumprimento do POCAL no que se refere ao sistema de contabilidade patrimonial traduzido no Balanço e Demonstração dos Resultados, verificamos que no geral os municípios cumpriram com as obrigações decorrentes da execução da contabilidade patrimonial. Assim, entendeu-se como fiável a informação patrimonial e económica prestada nas Contas e Relatório Financeiro, sustentando uma análise rigorosa e credível dos quadros e rankings apresentados neste capítulo.

Dando crédito ao exposto no Quadro 3.01 que mostra a dimensão do cumprimento das ações identificadas como sinalizadoras da boa utilização do POCAL, permite-se concluir a favor de uma maioritária correção e rigor de aplicação do POCAL por parte dos municípios.

Observando o Quadro 3.01 verifica-se que em 2015 em relação ao ano precedente, são poucas as alterações a assinalar. Contudo entende-se referir:

· Desde 2008 que todos os municípios Portugueses incluíam **Bens de Domínio Público** no Balanço, tendo deixado de o fazer, a partir de 2014, o município de Povoação.

· Em 2015, 41 municípios continuaram a não apresentar registo de valores relativos a **terrenos e recursos naturais** na conta 45 – «Bens de Domínio Público» tendo, em relação a 2014, aumentado em quatro o número de municípios que apresentaram valores nesta rúbrica.

· Relativamente ao cumprimento do **princípio da especialização do exercício** no que respeita à contabilização dos **subsídios ou transferências recebidas destinadas à aquisição de bens de investimento**, em **proveitos diferidos** e não como proveitos do exercício, verifica-se que em 2015 três municípios não apresentaram qualquer registo nesta conta do passivo¹⁰⁵: Moita, Ourique e Santana.

· Ainda em cumprimento com o **princípio da especialização dos exercícios** deveriam os municípios proceder ao registo de **acrécimo de custos** para refletirem no ano económico, os custos efe-

¹⁰⁵ Esta situação apenas se justificará para os municípios que não receberam subsídios para investimentos ou já procederam à amortização total do mesmo. Não se dispõem de informação para, nos casos presentes se identificarem as razões.

Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica

	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mand. 14–17	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Apresentam o Balanço e Demonstração dos Resultados na Prestação de contas	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam amortizações do exercício no Mapa de Demonstração dos Resultados	293	296	299	305	304	306	306	307	307	307
O Ativo apresenta valor na conta Bens de Domínio Público	305	307	308	308	308	308	308	308	307	307
Têm no ativo, em Bens de Domínio Público (BDP), valor em terrenos	218	231	241	245	255	258	261	264	263	267
Têm no ativo, em BDP, valor em património histórico artístico e cultural	142	153	166	171	176	183	189	189	193	194
Os Bens de Domínio Público são superiores a 20% do total do Ativo	253	258	267	270	268	275	282	277	274	266
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	283	289	290	288	290	292	293	296	303	305
Apresentam no Ativo valores de existências	200	215	235	245	259	265	271	277	285	289
Têm provisões do exercício (mapa de DR)	93	128	143	155	165	180	183	197	222	230
Registam proveitos diferidos no Balanço (Passivo)	281	290	293	297	298	302	305	305	306	305
Apresentam no Passivo acréscimos de custos	221	252	269	276	289	294	296	297	306	307

tivos independentemente da receção da fatura ou do seu pagamento. Em 2015, verificou-se que apenas um município continua a não cumprir este preceito: o município de Ourique.

· Apesar da obrigatoriedade do registo anual das **amortizações do exercício** e da melhoria significativa verificada nos últimos anos no cumprimento desta regra por parte dos municípios, um município – Tabuaço – continua a omitir o registo de depreciação dos Ativos Fixos. Assim, face à ausência de registo dos custos relativos à depreciação do Imobilizado, os ativos líquidos e os resultados económicos deste município encontrar-se-ão sobreavaliados.

· Os princípios contabilísticos previstos no POCAL obrigam os municípios à criação de uma **provisão** para dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes que se encontrem em mora bem como para as responsabilidades contingentes. Relativamente a esta conformidade contabilística, tem-se verificado um progressivo aumento do número de municípios que apresentam registos na respetiva conta patrimonial. Em 2015, 230 municípios apresentaram registo de provisões, traduzindo uma maior precaução nos procedimentos financeiros¹⁰⁶. Contudo, face à variedade de atividades desenvolvidas pelas autarquias, não se exclui a possibilidade de os restantes 78 municípios terem eventuais situações que exigiriam o registo de possíveis perdas, nomeadamente, em relação a dívidas de clientes e utentes, a situações de contencioso e incumprimento de contratos¹⁰⁷.

· Relativamente às **Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes** verifica-se que, em 2015, continuaram a existir 3 municípios (Nordeste, Paços de Ferreira e Tábua) que não apresentaram saldo nesta conta, no final do ano económico. Entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança não obede-

cendo ao definido no POCAL¹⁰⁸. Contudo, não se possui informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico

· Constata-se que, em 2015, continuam a existir 22 municípios que não apresentaram qualquer valor na rúbrica referente a **existências**. Esta ausência de registo contabilístico, pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas apenas o facto de os serviços produtivos que requerem **stocks**, estarem externalizados ou delegados em serviços ou empresas municipais.

3.3. Ativo

Face à avaliação apresentada no ponto anterior entende-se que há condições para reconhecer a fiabilidade dos dados constantes dos balanços municipais e das respetivas demonstrações de resultados pelo que se procede de imediato à apresentação e análise agregada dos dados relacionados com o Ativo do conjunto dos municípios.

No Quadro 3.02 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios cujos pesos no total do Ativo estão, também, traduzidos no Gráfico 3.01.

¹⁰⁶ Esta evolução evidencia uma significativa melhoria na utilização do princípio da prudência e cumprimento do definido no POCAL.

¹⁰⁷ Esta falta de zelo ou de preocupação pode estar associada aos seguintes fatores: (i) ser ainda reduzida a preocupação pelo apuramento do resultado económico; (ii) serem reduzidos os valores das dívidas a receber de clientes, uma vez que vários municípios continuam, ainda, a registar a liquidação (direito) de algumas receitas apenas no momento da cobrança; e (iii) uma parte das dívidas a receber referirem-se ao Estado e por isso, de acordo com o POCAL, não deverão ser criadas provisões para dívidas de entidades do Setor Público.

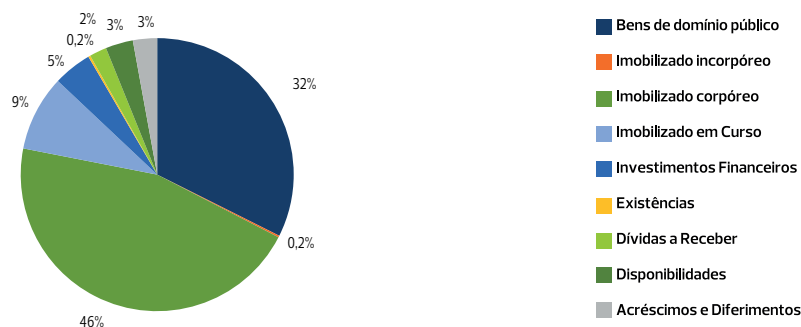
¹⁰⁸ O registo contabilístico do proveito é feito no momento da liquidação, pelo que os valores liquidados e por cobrar no final do ano económico constarão desta rúbrica do balanço e constituirão créditos sobre terceiros.

Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Variação (%) 14–15	Variação (%) 06–15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Bens de Domínio Público	11 369	11 318	12 164	12 839	13 613	14 146	13 704	13 719	13 122	13 293	1,3%	16,9%
Imobilizado incorpóreo	63	71	75	76	81	59	61	56	56	84	49,5%	32,8%
Imobilizado corpóreo	13 024	13 873	14 856	15 761	16 345	16 368	16 873	17 488	18 061	18 669	3,4%	43,3%
Imobilizado em Curso	5 739	5 934	5 913	6 201	5 958	5 494	5 182	4 873	4 291	3 674	-14,4%	-36,0%
Total do Imobilizado	30 194	31 196	33 008	34 877	35 996	36 067	35 821	36 136	35 529	35 720	0,5%	18,3%
Investimentos Financeiros	1110	1198	1338	1419	1613	1713	1708	1732	1748	1871	7,1%	68,6%
Existências	143	118	116	119	120	136	130	110	102	99	-2,4%	-30,5%
Dívidas a receber	816	819	1074	1083	1197	1328	1238	1127	858	839	-2,2%	2,8%
Títulos Negociáveis	37	60	35	15	14	16	16	9	4	7	53,1%	-82,0%
Depósitos e Caixa	604	739	673	584	596	666	761	875	1021	1330	30,2%	120,3%
Acréscimos de proveitos	139	197	233	309	410	479	567	721	1056	1137	7,6%	716,3%
Custos diferidos	86	97	198	217	129	105	86	58	62	40	-35,3%	-53,5%
Ativo Total	33 130	34 423	36 675	38 622	40 075	40 509	40 326	40 768	40 380	41 043	1,6%	23,9%

Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2015



Da observação dos quadros e gráficos anteriores poder-se-á concluir o seguinte, relativamente ao imobilizado corpóreo – ativos fixos:

· Em 2015 o **total do imobilizado** representou 87% do ativo total dos municípios, tendo-se verificado um decréscimo do volume do **imobilizado em curso** em 14,4%. A descida do valor desta componente no total de -616 M€ foi atenuada pelo aumento do **imobilizado corpóreo** em 608 M€ (+3,4%), do **imobilizado incorpóreo** em

+28M€ e do volume **dos bens do domínio público** em +171M€. Da conjugação destas variações **resultou um aumento do valor total do imobilizado em + 191 M€ (+0,5%)**.

· Comparando o valor do **imobilizado corpóreo** com o dos **bens de domínio público**, verifica-se que o montante do primeiro registado no ativo dos municípios tem sido superior ao valor total do segundo. Esta relação invulgar – seria de esperar que os bens de domínio público das autarquias fossem de valor superior aos bens do

domínio privado da mesma – exigirá a análise mais pormenorizada sobre o nível de valorização e registo dos bens do domínio público.

Em 2015 o imobilizado corpóreo representou 52,3% do imobilizado total e os bens do domínio público 37,2%.

· O **imobilizado em curso** entre 2006 e 2015 baixou 36% (-2 064 M€). Esta descida deveu-se, essencialmente, à diminuição do volume de investimento realizado pelos municípios conforme foi verificado no capítulo 2 relativo à despesa (ver quadro 2.31 do capítulo 2).

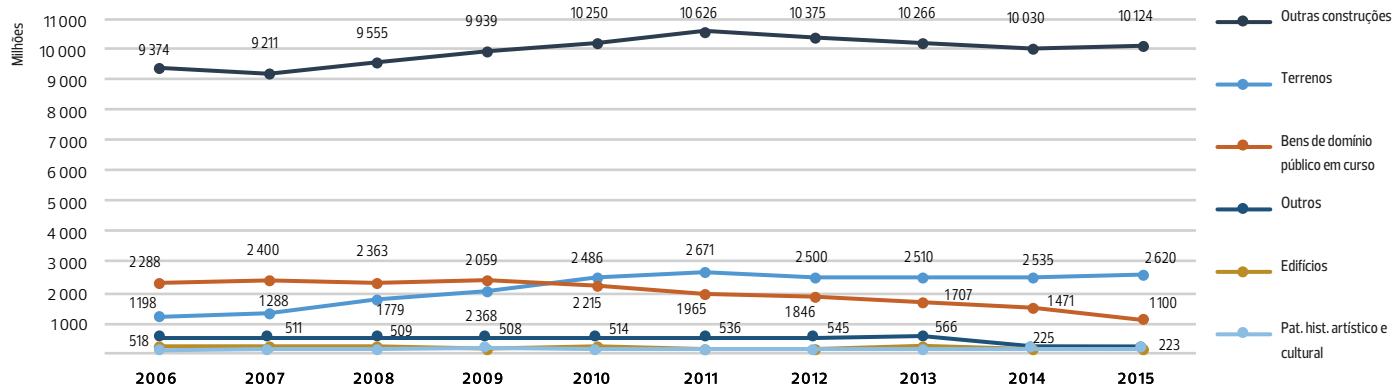
O Gráfico 3.02 mostra a evolução das componentes de **Bens de Domínio Público** no período entre 2006 e 2015. Pelo seu volume e

ainda pelo facto de ser o elemento do imobilizado mais difícil de registar contabilisticamente¹⁰⁹, importará desagregar por rubricas, pois trata-se de bens que pela natureza jurídica que assumem são inalienáveis até eventual decisão fundamentada de desafetação¹¹⁰ da competência da assembleia municipal.

¹⁰⁹ Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de valorimetria. Não foi ainda avaliado o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado dos bens classificados como domínio público dos municípios.

¹¹⁰ Essa deliberação compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o interesse público envolvido.

Gráfico 3.02 – Evolução do valor das componentes dos Bens de Domínio Público



A rubrica de **outras construções** continua a ser a componente mais representativa dos bens de domínio público, totalizando, em 2015, 76,2% do valor líquido total do imobilizado. Face à diminuição do investimento verificado nos últimos anos, o valor do agregado dos bens do domínio público apresentou um progressivo decréscimo até 2014 tendo-se verificado uma ligeira subida em 2015. A curva que representa o valor das **obras em curso do domínio público** apresenta um traçado acentuadamente descendente confirmando a diminuição de investimento público.

· O montante considerado para **terrenos**¹¹¹, essencialmente fruto da sua sucessiva inventariação, valoração e consequente integração nos registos contabilísticos, a par da inventariação e registo do património artístico e cultural, permitiram que em 2015, o va-

¹¹¹ Em sede de balanço Inicial, os terrenos incluídos no Domínio Público foram uma das componentes do imobilizado de mais difícil contabilização devido à necessidade de correção do seu registo matricial e predial. Por isso evidenciaram as maiores variações de valor na estrutura dos Bens de Domínio Público, entre 2007 e 2015, refletindo sucessivas regularizações cadastrais e as correspondentes regularizações contabilísticas.

lor do conjunto dos bens de domínio público aumentasse 85 M€ (+3,4%). Esta rubrica dos bens e domínio público representou em 2015, 19,7% do mesmo.

No Gráfico 3.03 é apresentada a **estrutura do Imobilizado Corpóreo**¹¹² que, em 2015, representou como já se referiu, 45,5% do ativo total atingindo o valor de 18 669 M€.

· A rubrica mais representativa neste elemento do imobilizado é sem dúvida a que se refere ao valor dos **edifícios municipais de uso privativo**¹¹³. Em 2015 apresentou o montante de 13,3 mil milhões de euros e um acréscimo de 3,3%. O crescimento desta componente

em contraciclo com a estagnação do investimento terá resultado mais da absorção do valor de obras em curso, registadas em anos anteriores entretanto acabadas e transferidas para as componentes específicas, que de novos investimentos.

· O valor dos terrenos tem apresentado uma crescente contabilização desde 2012, atingindo o maior montante em 2015 ao registar 4,8mil milhões de euros.

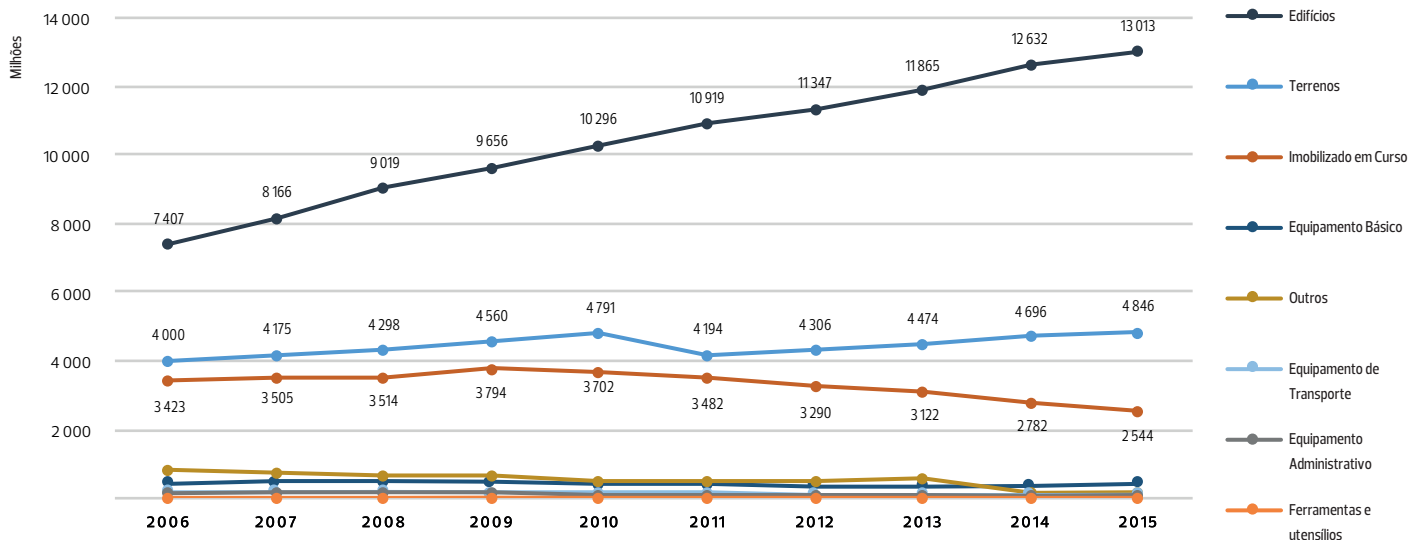
· Quanto ao imobilizado em curso relativo ao **Imobilizado Corpóreo**, como já verificou, o seu valor apresenta uma curva bastante descendente desde 2009 traduzindo em 2015 um decréscimo de 32,9% de valor.

· As restantes componentes do imobilizado corpóreo (equipamento básico, de transporte e administrativo; ferramentas e utensílios e outros) apresentaram um valor residual tão baixo que não influenciará a tendência evolutiva do ativo imobilizado, pelo que se dispensou a sua análise.

¹¹² Incluiu, todavia, imóveis que pela sua funcionalidade não poderão ser alienados, mas que também não estão classificados como Bens de Domínio Público.

¹¹³ Os edifícios municipais que são considerados bens do domínio público estarão contabilizados na sub rubrica orçamental daquela componente do imobilizado

Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo



Continuando com a análise da evolução do valor dos restantes elementos do ativo, observa-se a informação prestada no Quadro 3.03 referente ao valor dos **investimentos financeiros** e a respetiva taxa de variação para o período entre 2006 e 2015. Também em relação a esta componente do ativo atentaremos apenas nos elementos materialmente mais relevantes.

Os **investimentos financeiros** evoluíram de forma muito variável entre 2006 e 2015. Neste ano ao contabilizar-se o valor total de 1871,4 M€, no universo dos 308 municípios, verificou-se um aumento líquido de 124 M€ (+7,1%) em relação ao ano transato e um aumento líquido de 761,5 M€ (+68,6%) em relação a 2006. Em 2015 o peso deste ativo no ativo total foi de 4,6%.

Quadro 3.03 – Componentes dos investimentos financeiros

Unidade: milhões de euros

Componentes dos investimentos financeiros	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Variação (%) 14–15	Variação (%) 06–15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Partes de capital	871,6	952,5	1021,3	1083,8	1256,0	1334,0	1326,3	1350,2	1235,2	1191,5	-3,5%	36,7%
Obrigações e títulos de participação	37,1	28,7	26,7	32,8	29,6	25,8	61,2	28,9	177,3	333,6	88,1%	798,5%
Investimentos em Imóveis	176,6	163,9	216,7	226,6	258,2	283,7	262,4	298,5	282,3	296,9	5,2%	68,1%
Outras aplicações Financeiras	4,3	33,4	51,4	53,6	57,9	59,8	48,4	45,5	38,2	37,5	-1,8%	776,0%
Imobilizações em Curso	13,5	14,5	16,4	19,3	8,7	9,3	9,3	9,0	13,0	11,8	-8,8%	-12,3%
Adiantamentos	6,8	5,4	5,6	2,9	2,9	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	-98,7%	-99,7%
Total Investimentos Financeiros	1109,9	1198,4	1338,1	1419,0	1613,3	1712,5	1707,7	1732,0	1747,5	1871,4	7,1%	68,6%

Observando o Quadro 3.03 pode-se ainda acrescentar:

- As **participações de capital** que representaram em 2015 o peso de 63,7% do total dos investimentos financeiros apresentaram uma diminuição líquida de 43,6M€ (-3,5%) em relação ao ano anterior baixando para níveis inferiores aos verificados em 2010. Em relação a 2006 cresceram 320 M€ (+36,7%) anotando-se contudo que o seu peso no total dos investimentos financeiros em 2006 foi de 78,5%, face ao baixo valor das outras componentes do investimento financeiro, nomeadamente das obrigações e títulos de participação. Valor diminuto naquele ano, naquele ano.
- O valor dos registos em **obrigações e títulos de participação** ao apresentar em 2015 um crescimento extraordinário traduzido no montante de + 156,3 M€ (+88,1%) passou a ser o segundo item com maior peso nos investimentos financeiros. O aumento verificado no biénio 2014/ 2015 fez com que o peso deste ativo nos investimentos financeiros, passa-se de um peso médio de 2,3% entre 2006 e 2013, para o peso de 17,8% em 2015. Apresentaram aumento de valor neste ativo 152 municípios, sendo que destes,

121 municípios não tinham apresentado qualquer valor em 2014. Acresce referir que em relação a 2006, este ativo cresceu 798,5% traduzido num aumento líquido de 296,5 M€.

- Os **investimentos em Imóveis**¹¹⁴, em 2015 ao totalizarem o montante de 296,9 M€, apresentaram um aumento de 14,6 M€ (+ 5,2%) em relação a 2014 e um acréscimo de 120,2 M€ (+68%) em relação a 2006. Todavia, face ao aumento dos títulos de participação o seu peso nos investimentos financeiros desceu passando a representar apenas o terceiro maior valor de investimentos financeiros. No Quadro 3.04 apresentam-se os municípios com crescimento de valor em Obrigações e Títulos de Participação em mais de 1M€, sendo que Sintra encabeçou esta lista ao registar pela primeira vez, em 2015, este ativo e com o valor de 7,8 M€.

¹¹⁴ De salientar que esta conta apenas deve incluir investimentos em edifícios e terrenos destinados a arrendamentos ou venda (no SNC equiparados às propriedades de investimento). O POCAL refere sobre esta conta que “Engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da entidade”.

Quadro 3.04 – Municípios com aumento de valor superior a 1M€ em títulos de participação

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	Variação 14-15
1	Sintra	G	0	7 828 021	7 828 021
2	Cascais	G	0	6 656 186	6 656 186
3	Vila Nova de Gaia	G	5	5 700 966	5 700 961
4	Coimbra	G	1 510 640	6 139 086	4 628 446
5	Loures	G	0	4 376 893	4 376 893
6	Loulé	M	0	4 264 534	4 264 534
7	Matosinhos	G	0	3 778 589	3 778 589
8	Amadora	G	0	3 634 876	3 634 876
9	Guimarães	G	1 101 000	14 640 452	3 624 452
10	Maia	G	18 045	3 008 346	2 990 301
11	Alpiarça	P	394 615	3 292 594	2 897 979
12	Vila Franca de Xira	G	2 500	2 887 427	2 884 927
13	Lisboa	G	0	2 816 078	2 816 078
14	Viseu	M	7 500	2 796 669	2 789 169
15	Albufeira	M	0	2 752 093	2 752 093
16	Barcelos	G	0	2 635 703	2 635 703
17	Carraceda de Ansiães	P	458 898	3 038 364	2 579 466
18	Viana do Castelo	M	0	2 260 429	2 260 429
19	Aveiro	M	5 775 990	7 928 034	2 152 044
20	Torres Vedras	M	0	2 076 933	2 076 933
21	Vila do Conde	M	0	1 882 669	1 882 669

	Município	Dim.	2014	2015	Variação 14-15
22	Palmela	M	0	1 759 787	1 759 787
23	Póvoa de Varzim	M	0	1 744 826	1 744 826
24	Barreiro	M	0	1 720 315	1 720 315
25	Santarém	M	0	1 664 170	1 664 170
26	Valongo	M	0	1 655 037	1 655 037
27	Lagos	M	2 500	1 630 874	1 628 374
28	Penafiel	M	0	1 625 267	1 625 267
29	Sesimbra	M	0	1 621 848	1 621 848
30	Oliveira de Azeméis	M	0	1 580 993	1 580 993
31	Guarda	M	0	1 543 258	1 543 258
32	Ourém	M	0	1 540 413	1 540 413
33	Covilhã	M	0	1 448 972	1 448 972
34	Ovar	M	0	1 440 474	1 440 474
35	Moita	M	0	1 427 963	1 427 963
36	Caldas da Rainha	M	0	1 372 880	1 372 880
37	Tavira	M	13 000	1 251 882	1 238 882
38	Santiago do Cacém	M	575	1 189 154	1 188 579
39	Montijo	M	0	1 121 329	1 121 329
40	Alenquer	M	0	1 058 743	1 058 743
41	Angra do Heroísmo	M	0	1 023 838	1 023 838
42	Torres Novas	M	0	1 014 245	1 014 245

No Quadro 3.05 apresenta-se a composição das **dívidas a receber** desagregada pelos seus diferentes elementos.

· Em 2015, o valor das **dívidas a receber** no total de 839 M€ representou 2% do total do ativo dos municípios e traduziu-se num decréscimo de 2,2% em relação ao ano anterior.

Entre 2006 e 2015 foi variável a **evolução do valor global das dívidas a receber** verificando-se um acréscimo de valor de 11% em 2011 e uma **grande descida do mesmo no biénio 2014/ 2015 traduzida numa diminuição sucessiva, respetivamente, de -23,9% e -2,2%**.

Quadro 3.05 – Composição das Dívidas a Receber

Unidade: milhões de euros

Dívidas a Receber	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Var. (%) 14–15	Var. (%) 08–15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Dívidas a receber M/L prazo	35,9	37,0	96,0	91,5	86,3	130,2	129,0	123,1	99,2	97,5	-1,8%	171,9%
Empréstimos concedidos (curto p.)	61,6	60,0	6,6	7,5	7,3	6,2	5,5	6,2	4,5	9,4	109,1%	-84,7%
Clientes contribuintes e utentes (c.p.)	144,4	167,8	178,6	171,9	217,8	231,2	234,1	235,6	225,1	239,8	6,6%	66,0%
Estado e outros entes públicos (c.p.)	18,8	17,0	18,1	18,9	22,6	28,7	26,3	28,7	29,2	30,4	4,4%	61,8%
Administração Autárquica (c.p.)	52,9	75,2	63,8	83,2	85,1	66,4	35,7	59,7	9,3	12,1	30,3%	-77,1%
Adiantamentos (c.p.)	21,4	13,3	11,0	8,4	10,7	12,4	10,9	8,7	8,5	9,8	15,1%	-54,5%
Outros devedores (c.p.)	461,0	433,9	683,5	701,6	766,8	850,7	796,0	665,2	482,5	440,0	-8,8%	-4,5%
Outros (c.p.)	20,0	14,6	15,9	0,0	0,0	2,1	0,1	0,1	0,0	0,0	--	-100,0%
Total de dívidas a receber em 31/12	816,0	818,7	1073,5	1083,0	1196,6	1327,9	1237,8	1127,2	858,2	839,0	-2,2%	2,8%

- Da observação do Quadro 3.05 ainda se deverá anotar:
- As componentes mais representativas das **dívidas a receber** continuaram a ser, em 2015: **outros devedores de curto prazo**¹¹⁵ em relação aos quais o conjunto de municípios apresentou o valor de 440 M€ (52,4% dos créditos); **clientes, contribuintes e utentes**¹¹⁶, com o total de 239,8M€ (28,6% dos créditos sobre terceiros) e **dívidas a receber de MLP** no valor de 97,5M€ (11,6% dos créditos totais).
- Verificou-se que 189 municípios, em 2015, apresentaram valores inscritos em **clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa**¹¹⁷, no total de 23,7M€. Estes valores muito provavelmente se transformarão em imparidades fazendo baixar o valor patrimonial do município.
- A **dívida do Estado** aos municípios refletirá, essencialmente, no

¹¹⁵ A existência de registo de valores significativamente elevados em outros devedores de curto prazo (rúbrica supostamente residual) terá que ser uma situação a contrariar de futuro pois não permite avaliar a relevância substantiva destes créditos sobre terceiros, cujo peso relativo tem sido o mais elevado na estrutura das dívidas a receber. Anota-se que esta rúbrica poderá incluir, ainda, valores de operações de tesouraria por contrapartida de valores inscritos no passivo

¹¹⁶ Dispõe o POCAL que estes créditos com um período de mora superior a seis meses deverão originar uma provisão de 50%, e aos que apresentarem uma mora igual ou superior a um ano deverá corresponder uma provisão de 100%.

¹¹⁷ São ainda muitos os municípios que inscrevem valores nesta rubrica, traduzindo simultaneamente dificuldades económicas da economia local, como alguma dificuldade dos municípios em atempadamente porem em execução mecanismos de cobrança coerciva que lhes permitem cobrar os seus créditos.

final de cada ano económico o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá também pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido eventual IVA a recuperar de municípios com serviços municipais integrados. Não foi possível discriminar a origem destes créditos detidos pelas autarquias, sendo que o seu valor total em 2015 foi de 30,4 M€, demonstrando um acréscimo de 4,4% e representando 3,6% das dívidas a receber.

- Os créditos sobre terceiros denominados **dívida da Administração Autárquica** em 2015 cresceram 30,3% ao apresentarem o total de 12,1M€, mais 2,8M€ que em 2014.

No quadro em análise, pode-se verificar que em 2015 ainda houve municípios que, apesar das dificuldades financeiras subjacentes à diminuição da receita municipal, detiveram no seu conjunto 9,4M€ de créditos sobre terceiros provenientes de empréstimos **concedidos de curto prazo**, refletindo um aumento de 109,1% (+4,9M€). Embora as dívidas a receber pesem apenas 2% do ativo total, podem representar um valor relevante no ativo circulante pelo que se apresentam, no Quadro 3.06, os 10 municípios com maior montante de dívidas a receber em 2015 diferenciando-se os créditos de curto prazo dos créditos de médio e longo prazo.

Quadro 3.06 – Municípios com maior volume de Dívidas a Receber em 2015

Unidade: euros

	Município	Dim.	Dívidas a receber				
			Médio e Longo prazo	Curto prazo	Total em 2015	Total de 2014	Variação 2014-2015
1	Lisboa	G	0	165 863 509	165 863 509	173 968 596	-8 105 087
2	Porto	G	0	38 594 996	38 594 996	4 737 686	33 857 310
3	Vila Nova de Gaia	G	30 929 766	6 278 216	37 207 981	54 530 477	-17 322 496
4	Matosinhos	G	24 463	32 461 177	32 485 640	30 642 009	1 843 631
5	Setúbal	G	0	29 684 427	29 684 427	26 698 849	2 985 578
6	Barcelos	G	18 885 211	3 261 141	22 146 352	24 186 595	-2 040 243
7	Sesimbra	M	0	20 076 032	20 076 032	19 505 549	570 483
8	Chaves	M	0	17 866 762	17 866 762	13 123 639	4 743 123
9	Cartaxo	M	0	14 030 999	14 030 999	14 294 301	-263 302
10	Covilhã	M	7 805 810	5 593 770	13 399 580	15 704 450	-2 304 870
11	Santo Tirso	M	0	12 802 000	12 802 000	10 095 617	2 706 383
12	Olhão	M	10 603 618	914 239	11 517 857	12 016 594	-498 738
13	Vila Real de Santo António	P	0	11 485 867	11 485 867	11 450 391	35 476
14	Coimbra	G	5 478 736	5 858 850	11 337 586	13 913 803	-2 576 218
15	Fundão	M	0	10 029 414	10 029 414	10 740 192	-710 778
16	Angra do Heroísmo	M	8 768 831	1 002 908	9 771 738	10 467 373	-695 635
17	Albufeira	M	0	9 759 211	9 759 211	9 471 707	287 504
18	Aveiro	M	227 651	8 417 889	8 645 540	8 635 105	10 435
19	Almada	G	5 665 597	2 930 190	8 595 787	6 663 274	1 932 513
20	Loures	G	0	7 893 712	7 893 712	8 248 630	-354 918
21	Viana do Castelo	M	0	7 848 329	7 848 329	6 310 666	7 217 263
22	Seixal	G	0	7 841 668	7 841 668	6 877 019	964 649
23	Portimão	M	0	7 694 923	7 694 923	12 814 750	-5 119 827
24	Funchal	G	0	7 662 079	7 662 079	6 765 361	896 717
25	Gondomar	G	0	6 559 963	6 559 963	2 602 524	3 957 439

· Verifica-se que o município de Lisboa em 2015 contribui para 19,8% do total dos créditos a receber pelo setor autárquico, tendo sido o seu total de dívidas a receber constituído por créditos de curto prazo e apresentado uma diminuição de volume em -8,1M€, em relação ao ano anterior.

· O município do Porto apresentou também um valor significativo de dívidas a receber de curto prazo, que totalizaram, em 2015, o montante de 38,6M€ traduzindo um aumento de 714,6% (+33,8M€).

Tendo em atenção a grande descida do valor global de dívidas a receber sobre terceiros no biénio 2014/ 2015, apresentam-se, no Quadro 3.0, os 10 municípios que mais contribuíram para a diminuição do valor deste ativo naquele período.

· Anota-se que município de Lisboa fez baixar o valor dos créditos sobre terceiros no biénio 2014/ 2015 em -194,3 M€ (-53,9%), montante que representou 23,2% do total a receber pelo conjunto dos municípios em 2015.

Quadro 3.07– Municípios com maior descida do volume de Dívidas a Receber no biénio 2014/ 2015

Unidade: euros

	Município	Dím.	2013	2014	2015	Varição 13-15
1	Lisboa	G	360 101 144	173 968 596	165 863 509	-194 237 635
2	Vila Nova de Gaia	G	62 669 902	54 530 477	37 207 981	-25 461 921
3	São João da Madeira	M	14 236 482	3 372 682	1 591 704	-12 644 778
4	Cabeceiras de Basto	P	10 052 728	1 360 363	1 051 747	-9 000 981
5	Portimão	M	15 834 841	12 814 750	7 694 923	-8 139 918
6	Machico	M	7 683 857	630 663	334 718	-7 349 139
7	Cascais	G	11 029 183	16 165 657	4 601 668	-6 427 514
8	Lourinhã	M	7 276 871	1 462 030	1 423 674	-5 853 196
9	Portalegre	M	9 082 985	7 832 880	3 295 966	-5 787 019
10	Alcobaça	M	6 374 038	1 356 162	690 056	-5 683 982

Até à implementação da nova Lei das finanças locais, Lei n.º 73/2013 era permitido aos municípios conceder empréstimos tendo-se verificado que, embora não fosse uma prática generalizada, todos os anos se sinalizavam neste anuário, novas concessões de empréstimos. **Ora, pelo número sete do artigo 49.º da atual Lei das Finanças Locais é vedado aos municípios a concessão de empréstimos tanto a entidades públicas como a privados, pelo que em 2015 não deveriam surgir novos créditos por parte dos municípios.**

No Quadro 3.08 listam-se os municípios que apresentaram em 2015 novos valores na conta de empréstimos de curto prazo concedidos a terceiros, mantendo-se a informação sobre esses mesmos municípios relativa a anos anteriores Não sendo possível identificar quais as entidades de destino destes empréstimos¹¹⁸, fica apenas o elenco dos **54 municípios que praticaram este ato financeiro em 2015.**

¹¹⁸ Nos Relatórios Contas não aparece qualquer descritivo acerca do destino dos empréstimos concedidos.

Quadro 3.08 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos a terceiros

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1	Portimão	M	0	0	0	0	0	0	610 159	542 047	5 725 218	
2	Coimbra	G	1 971 759	2 073 891	2 187 801	2 171 736	1 555 210	1 567 145	1 571 069	1 494 040	1 478 987	1 501 229
3	Oeiras	G	0	0	2 175 996	1 875 996	1 875 996	1 434 744	1 434 744	1 434 744	556 344	556 344
4	Viseu	M	109 185	109 185	0	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888
5	Torres Vedras	M	0	314 653	311 725	321 135	365 210	368 560	373 488	206 364	196 862	197 021
6	Alpiarça	P	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258	194 258
7	Seixal	G	0	170 000	170 000	170 000	170 000	170 000	170 000	170 000	170 000	170 000
8	Setúbal	G	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000
9	Guimarães	G	0	0	0	0	0	0	0	0	43 050	77 130
10	Maia	G	0	0	23 008	39 470	78 809	81 255	71 969	68 870	82 153	76 566
11	Ferreira do Alentejo	P	0	0	0	0	0	0	65 948	65 948	65 948	65 948
12	Rio Maior	M	0	0	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775
13	Melgaço	P	0	0	0	17 023	22 931	26 213	45 520	38 986	48 722	48 497
14	Ponte de Lima	M	0	0	0	0	14 745	18 436	15 119	48 361	53 307	48 202
15	Paredes de Coura	P	0	0	0	26 859	26 859	26 859	26 859	0	26 859	26 859
16	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	10 700	19 632	24 132	22 127
17	Moura	P	62 685	59 053	40 091	29 711	22 603	19 117	16 957	16 769	20 600	20 600
18	Montemor-o-Novo	P	40 699	45 489	38 520	37 817	31 595	25 647	23 897	15 764	19 536	18 697
19	Mértola	P	107 637	97 431	69 437	53 784	39 778	30 086	26 470	21 262	19 862	18 662
20	Batalha	P	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500
21	Soure	P	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775	16 775
22	Oliveira de Azeméis	M	0	0	0	0	0	0	13 427	10 547	15 233	14 602
23	Redondo	P	0	29 427	0	0	0	0	18 516	16 685	15 470	14 321
24	Castelo Branco	M	0	0	0	0	0	16 750	16 750	17 468	15 183	13 361
25	Vila Nova de Cerveira	P	0	0	0	0	0	0	0	0	9 636	13 197
26	Elvas	M	0	0	0	0	0	0	0	8 400	9 992	11 862
27	Vizela	M	0	0	0	13 781	20 325	16 898	13 298	20 348	14 198	11 348
28	Portel	P	0	0	0	0	0	0	9 965	9 167	9 109	9 109
29	Évora	M	263 655	206 913	170 961	123 470	97 625	117 176	106 018	105 697	100 942	8 212
30	Sines	P	0	0	0	0	0	0	0	10 342	8 604	8 190
31	Valença	P	0	0	0	0	0	0	0	5 128	9 541	8 074
32	Tavira	M	14 991	10 404	0	0	0	0	7 902	7 902	0	7 902

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
33	Sesimbra	M	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	
34	Alvito	P	0	0	0	0	0	9 000	8 375	7 625	7 625	
35	Vouzela	P	0	0	0	0	0	0	0	0	7 282	
36	Sever do Vouga	P	0	0	4 146	6 495	28 277	20 192	23 810	18 697	11 711	
37	Baião	P	26 187	26 187	23 568	20 950	18 331	18 331	18 331	10 475	7 856	
38	Campo Maior	P	0	0	0	3 200	2 244	1 628	8 574	8 354	5 949	
39	Oliveira do Bairro	M	0	0	9 000	7 732	6 259	4 786	9 407	7 235	4 524	
40	Aljustrel	P	21 625	18 888	9 345	7 267	8 415	6 104	5 317	4 576	3 949	
41	Beja	M	109	109	109	2 041	1 804	1 677	4 001	3 413	2 795	
42	Guarda	M	0	0	0	7 000	5 978	10 203	8 151	6 951	3 277	
43	Chamusca	P	7 500	7 125	5 875	4 750	3 625	2 500	2 000	2 000	2 000	
44	Fig. Castelo Rodrigo	P	0	0	10 610	18 181	23 730	20 402	22 682	11 442	4 209	
45	Reguengos Monsaraz	P	0	0	0	0	0	6 250	6 250	6 250	3 450	
46	Póvoa de Lanhoso	M	100 000	100 000	0	0	0	0	0	0	1 283	
47	Cartaxo	M	42 410	43 597	50 862	39 751	31 648	26 052	20 851	18 596	815	
48	Vendas Novas	P	21 988	28 769	12 235	10 419	15 315	12 832	9 302	5 960	4 160	
49	Coruche	P	0	2 715	5 127	12 371	9 827	8 044	4 735	2 893	1 351	
50	Almeida	P	0	0	0	0	0	1 640	1 640	1 640	1 640	
51	Marvão	P	0	0	8 868	11 822	9 601	8 411	5 809	3 439	758	
52	Lagos	M	812	727	727	727	727	727	727	727	165	
53	Portimão	M	0	0	0	0	0	0	0	610 159	542 047	
54	Coimbra	G	1 971 759	2 073 891	2 187 801	2 171 736	1 555 210	1 567 145	1 571 069	1 494 040	1 478 987	
Total			3 122 409	3 675 732	5 713 955	5 688 316	5 142 297	4 723 497	4 854 033	5 198 434	4 278 665	9 399 258

As **disponibilidades**¹¹⁹ representam o total dos valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis. Embora o peso médio desta componente no

ativo dos municípios tenha sido apenas de 3,2% em 2015, seguindo a metodologia nos anteriores anuários apresentam-se nos Quadros 3.09 e 3.10 a composição das disponibilidades¹²⁰ no final de cada ano económico e a respetiva variação.

¹¹⁹ Estando incluído no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa, montantes relativos a meras operações de tesouraria, procedeu-se, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades dos municípios, à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores, clientes e do saldo de operações de tesouraria.

¹²⁰ Os dados foram obtidos através do cruzamento da informação dos Mapas de Fluxos de Caixa com a dos de Operações de Tesouraria, expurgando os saldos destas últimas do saldo de fluxos de caixa.

Quadro 3.09 – Disponibilidades e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Var. (%) 06-15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	603,6	738,7	673,2	583,7	595,9	666,0	761,2	874,7	1021,3	1329,9	120,3%
Títulos negociáveis	37,2	59,5	34,5	14,8	13,7	15,6	15,7	9,3	4,4	6,7	-82,0%
(1) Total de disponibilidades	640,8	798,2	707,7	598,5	609,5	681,6	777,0	884,0	1025,7	1336,6	108,6%
(2) Operações de Tesouraria	142,5	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	32,9%
(3=1-2) Total disponibilidades reais	498,3	654,4	577,2	444,0	440,4	502,2	596,1	697,0	836,2	1147,2	130,2%

Quadro 3.10.A – Variação das Disponibilidades em valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	Variação em M€									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	135,1	-65,5	-89,5	12,2	70,1	95,2	113,4	146,7	308,5	
Títulos negociáveis	22,4	-25,0	-19,7	-1,2	1,9	0,2	-6,4	-5,0	2,3	
(1) Total de disponibilidades	157,4	-90,5	-109,2	11,0	72,0	95,4	107,0	141,7	310,8	
(2) Operações de Tesouraria	1,3	-13,3	24,0	14,6	10,2	1,5	6,1	2,5	-0,1	
(3=1-2) Total de disponibilidades reais	156,1	-77,3	-133,2	-3,6	61,9	93,9	100,9	139,2	311,0	

Quadro 3.10.B – Variação das Disponibilidades em percentagem

Depósitos e Caixa	Variação em %									
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	22,4%	-8,9%	-13,3%	2,1%	11,8%	14,3%	14,9%	16,8%	30,2%	
Títulos negociáveis	60,1%	-42,0%	-57,0%	-7,9%	13,9%	1,1%	-40,6%	-53,1%	53,1%	
(1) Total de disponibilidades	24,6%	-11,3%	-15,4%	1,8%	11,8%	14,0%	13,8%	16,0%	30,3%	
(2) Operações de Tesouraria	0,9%	-9,2%	18,4%	9,5%	6,0%	0,8%	3,4%	1,3%	-0,1%	
(3=1-2) Total de disponibilidades reais	31,3%	-11,8%	-23,1%	-0,8%	14,0%	18,7%	16,9%	20,0%	37,2%	

Observando os dois quadros anteriores releva-se:

- Os depósitos em instituições financeiras e caixa, constituintes das disponibilidades, aumentaram 30,3% em 2015 totalizando no final do ano económico 1 336,6 M€. O crescimento do montante global de disponibilidades apresenta-se um pouco em contradição com o programa de pagamento a horas, pois no final do ano económico de 2015 o total da dívida a pagar de curto prazo, relativa a operações orçamentais, era de 1 464,8 M€.

3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos

No Quadro 3.11 apresenta-se o valor global dos **Fundos Próprios** do universo total dos municípios. Os Fundos Próprios²¹ sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo representam o património líquido de cada município. No Quadro 3.12 apresenta-se a sua variação entre 2006 e 2015.

²¹ O POCAL regista os Proveitos diferidos no Passivo (na conta «2745 – Proveitos diferidos, subsídios para investimentos»), mas como, na realidade não se trata de uma dívida a pagar, incluímos esse valor, separadamente, nestes quadros.

Quadro 3.11 – Composição dos Fundos Próprios (Património Líquido)

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Var. (%) 14–15	Var. (%) 06–15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Fundo Patrimonial	18 801,3	19 737,1	20 173,5	20 704,0	21 576,6	21 392,4	21 636,4	22 073,4	22 331,2	22 650,4	1,4%	20,5%
Reservas*	1532,9	884,0	1122,5	1205,1	1348,6	1446,6	1626,7	1780,1	1815,8	1963,0	8,1%	28,1%
Doações	406,3	433,8	475,1	526,9	583,8	610,6	483,7	528,0	571,6	650,2	13,8%	60,0%
Subsídios + cedências + outros	133,8	172,8	563,5	754,5	194,2	229,3	139,7	139,6	194,8	275,6	41,5%	106,0%
Resultados transitados	1131,5	1545,4	1714,1	1534,6	1501,7	1360,3	1019,5	1312,9	977,8	946,2	-3,2%	-16,4%
Resultados do exercício	663,9	484,0	303,0	-226,2	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	292,9%	-6,4%
Total dos Fundos Próprios	22 669,7	23 257,2	24 351,8	24 499,0	25 306,9	25 182,6	25 491,0	25 904,5	26 049,3	27 106,7	4,1%	19,6%
Proveitos diferidos	3 494,0	3 904,3	4 440,0	4 871,0	5 299,7	6 049,8	6 575,3	6 795,5	6 854,8	6 900,3	0,7%	97,5%
Total dos Fundos Próprios e Proveitos diferidos	26 163,7	27 161,4	28 791,8	29 369,9	30 606,6	31 232,4	32 066,3	32 700,0	32 904,1	34 006,9	3,4%	30,0%

*Inclui todas as reservas: de reavaliação (9,3%), legais (37,2%), estatutárias (0,2%), livres (28,5%) e decorrentes da transferência de ativos (24,7%). As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas, dos ativos imobilizados (com exceção dos Investimentos Financeiros, pois neste caso seriam «ajustamentos» positivos). O POCAL, contudo, condiciona as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito (o que contraria, em parte, as atuais tendências da contabilidade para substituir o princípio do custo histórico pela designado justo valor ou valor de mercado). O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre, tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permite reavaliar bens cujo valor atual é significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem existir nos balanços dos municípios

Quadro 3.12 – Variação das componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido)

Fundos próprios	Variação em M€									
	06–07	07–08	08–09	09–10	10–11	11–12	12–13	13–14	14–15	
Fundo Patrimonial	935,8	436,4	530,5	872,6	-184,2	244,0	437,0	257,8	155,6	
Reservas	-649,0	238,6	82,6	143,4	98,0	180,1	153,4	35,7	147,2	
Doações	27,5	41,2	51,9	56,9	26,7	-126,9	44,3	43,6	78,6	
Subsídios + cedências + outros	39,0	390,8	190,9	-560,3	35,2	-89,7	-0,1	55,2	244,4	
Resultados transitados	413,9	168,7	-179,5	-32,9	-141,4	-340,9	293,4	-335,1	-31,6	
Resultados do exercício	-179,9	-181,0	-529,2	328,2	41,4	441,7	-514,5	87,6	463,1	
Total dos Fundos Próprios	587,5	1 094,6	147,2	808,0	-124,3	308,4	413,5	144,8	1 057,4	
Proveitos diferidos	410,3	535,7	431,0	428,7	750,1	525,5	220,2	59,2	45,5	
Total dos Fundos Próprios e Proveitos diferidos	997,7	1 630,4	578,1	1 236,7	625,8	833,8	633,8	204,0	1 102,9	

Da análise dos quadros antecedentes relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes **componentes dos Fundos Próprios**:

- No final de 2015, o total do **fundo patrimonial** era de 22,6 mil milhões de euros representando uma taxa de crescimento de 1,4% face a 2014, tendo contribuído para esta situação 135 municípios que apresentaram aumento de valor nesta conta. Contribuíram mais para esta variação, os municípios de Montemor-o-Novo (+91,8 M€), Porto (+45 M€), Funchal (+36,2 M€), Barreiro (+35,2 M€), Serpa (33,2 M€) e Matosinhos (+21,5 M€).

- Quanto aos **resultados líquidos do exercício** verifica-se que os mesmos, considerando a globalidade dos municípios, apresentaram grande crescimento no biénio 2014/2015, atingindo neste último ano um aumento de 292% (+463,1M€) ao totalizar o valor de 621,2 M€.
- Em 2015 dezassete municípios apresentaram resultados líquidos negativos, destacando-se pelo montante: Ovar (-5,7M€); Lamego (-5M€); Velas (-4,2M€) e Santa Comba Dão (-3,4M€).
- Os **subsídios e cedências** registadas em Fundos Próprios referem-se, em geral, a subsídios destinados a investimentos em bens não

amortizáveis. O valor acumulado em 2015 era de 275,6 M€, representando um acréscimo de 41,5% (80,9 M€). Da análise das contas verificou-se que em 2015, 129 municípios reconheceram valores nestas contas.

- Constatou-se, ainda, que o valor considerado em **doações** foi materialmente relevante tendo representado em média 2,4% dos Fundos Próprios¹²². Tendo aumentado de volume líquido nos últimos anos, em 2015 o montante acumulado de 650,2 M€ representou um acréscimo de 13,8% (+78,6 M€) em relação ao ano anterior. Apresentaram registo nesta rubrica patrimonial 209 municípios.
- Relativamente às **reservas**, constatou-se que em 2015 o montante contabilizado de 1 963 M€ traduziu um acréscimo de 8,1% (+147,2 M€)¹²³ e representou 7,2% do total de Fundos Próprios¹²⁴. Contribuíram para o aumento deste item, 285 Municípios.
- Os **resultados transitados** em 2015 apresentaram o valor de 946,2 M€, representando 3,5% dos Fundos Próprios e uma diminuição 3,2% (- 31,6 M€) em relação ao ano anterior.
- Os **proveitos diferidos** compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos em diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio do acréscimo (ou da especialização dos exercícios). Esta conta, pelo volume de transferências destinadas ao investimento (ou subsídios para investimentos amortizáveis), tem assumido valores relevantes e sempre crescentes entre 2006 e 2015. Pelo seu próprio significado, não será uma verdadeira conta de passivo, embora se encontre registada naquela parte do balanço, por imposição de normalização contabilística aplicadas ao setor público administrativo¹²⁵. **Dever-se-á ler esta informação como o montante de transferências/subsídios obtidos a aplicar ou aplicados em investimentos e ainda não amortizados. No final de 2015 o total dos proveitos deferidos regis-**

¹²² Não considerando nesse computo os proveitos diferidos

¹²³ Mantemos, no entanto, a opinião que o tratamento mais correto seria registar esta "retificação" do valor contabilístico dos ativos, na conta Resultados Transitados

¹²⁴ Excluindo dos mesmos os proveitos diferidos

¹²⁵ O SNC regista todos os subsídios destinados a investimentos na classe 5 e não em Passivos. Este procedimento vai também refletir-se no novo normativo contabilístico público recentemente aprovado, por ser uma recomendação das Normas Internacionais de Contabilidade Pública.

tado no balanço de 305 municípios foi de 6,9 mil M€ (+45,5 M€, +0,7%)¹²⁶.

3.5. Passivo

Neste capítulo, o total da dívida que importará analisar será a que constituiu passivo exigível pelo que, o valor contabilístico inscrito em provisões para riscos e encargos que traduzem responsabilidades contingentes e, por isso, incertas de concretização – acréscimos de custos e proveitos diferidos¹²⁷ – não serão objeto de análise pormenorizada.

Mais se anota que sendo a dívida de curto prazo de natureza não orçamental, um encargo que terá a contrapartida salvaguardada em disponibilidades não será objeto de análise neste anuário pelo que, **sempre que se fale de dívida de curto prazo se estará a referir** à dívida de natureza orçamental, isto é, dívida a fornecedores.

Separando-se a dívida de curto prazo de natureza orçamental da dívida não orçamental concluiu-se que o peso desta última em 2015, foi de 2,7 % do total do passivo exigível e de 3,3% do total da dívida de curto prazo.

3.5.1. Composição, estrutura e variação do passivo

Os Quadros 3.13 e 3.14 mostram o valor das diferentes componentes do passivo¹²⁸ no período de 2006/2015, bem como as correspondentes variações anuais.

¹²⁶ O valor deste crescimento representará o montante de Transferências/subsídios ao investimento recebido em cada ano, pelo setor autárquico, deduzido da afetação de montantes a resultados do exercício, fruto da "amortização" anual dos valores acumulados na conta de proveitos diferidos (periodização económica).

¹²⁷ Que não representam qualquer encargo para com terceiros.

¹²⁸ O Passivo inclui três grandes componentes: Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar; Passivo não exigível, que inclui os «Acréscimos de Custos» e os «Proveitos Diferidos» e Passivo contingente refletido na conta «Provisões para riscos e encargos». Quando se comenta o passivo de qualquer empresa ou entidade, refere-se as dívidas para com terceiros, excluindo-se o passivo não exigível (nomeadamente os proveitos diferidos) e as provisões para riscos e encargos. Incluir estas duas últimas componentes pode levar a análises financeiras distorcidas, nomeadamente no caso das entidades públicas que, por regra, têm valores significativos em proveitos diferidos devido a transferências e subsídios de capital registados como proveitos durante a vida útil dos bens adquiridos ou construídos com esse financiamento. Por esse motivo, não se inclui no presente quadro o valor dos proveitos diferidos.

Quadro 3.13 – Componentes do Passivo¹²⁹

Unidade: milhões de euros

Passivo	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Var. (%) 06–15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Dívidas a Médio e Longo Prazo*	4 456,7	4 402,1	4 687,5	5 140,4	5 120,6	4 997,1	4 370,7	4 485,9	4 401,9	4 129,5	-7,3%
Dívidas a Curto Prazo**	2 037,9	2 125,9	2 306,2	2 725,1	2 985,9	3 010,0	2 540,8	2 049,5	1 642,5	1 464,8	-28,1%
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orç***	142,5	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	32,9%
Total das Dívidas a Curto Prazo	2 180,4	2 269,7	2 436,8	2 879,7	3 155,1	3 189,4	2 721,7	2 236,5	1 832,0	1 654,1	-24,1%
Total de dívidas a terceiros	6 637,1	6 671,8	7 124,3	8 020,1	8 275,7	8 186,4	7 092,4	6 722,4	6 233,9	5 783,7	-12,9%
Provisão para riscos e encargos	134,7	309,6	311,0	763,6	774,8	768,4	835,9	921,2	809,5	822,6	510,7%
Acréscimos de Custos	194,0	280,6	447,5	468,0	417,4	321,7	331,5	424,1	432,8	429,6	121,4%
Passivo não exigível ****	328,7	590,2	758,5	1 231,6	1 192,2	1 090,1	1 167,4	1 345,3	1 242,3	1 252,3	280,9%
Total do Passivo	6 965,8	7 262,0	7 882,8	9 251,7	9 467,9	9 276,5	8 259,8	8 067,7	7 476,2	7 035,9	1,0%

* Refere-se à totalidade do stock da dívida bancária e dos contratos de locação financeira, bem como outras dívidas a terceiros, de médio prazo, ainda existentes. Todos os empréstimos estão abrangidos por este cálculo, incluindo aqueles que foram objeto de exceção para efeitos de cálculo do anterior limite de endividamento e as dívidas dos municípios às empresas concessionárias de serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

** Os valores apresentados neste quadro não coincidem com os montantes apresentados no Capítulo 2 deste anuário (ponto 2.3.2) para compromissos do exercício por pagar. Anota-se que, dos valores apresentados no Capítulo 2 em compromissos por pagar, poderão constar montantes de encargos assumidos não concretizados, que não foram objeto de anulação em sede de encerramento de contas. Foi chamada a atenção para este facto no ponto 2.3.4, relativo à análise da despesa.

*** Os montantes inscritos nestas linhas são os saldos de tesouraria apresentados no mapa de fluxos de caixa. Com a informação recolhida via Tribunal de Contas para a realização deste Anuário, não foi possível identificar que valores das contas «24 – Estado e outros entes públicos» e «26 – Outros devedores e credores» do balanço se referem a dívida de natureza não orçamental. Assim, apenas se isolou do total do Passivo de curto prazo os montantes inscritos em operações de tesouraria, admitindo que existirão mais valores para além destes que também se referem a dívida não orçamental, como por exemplo o valor do IVA a entregar ao Estado.

**** Não inclui os proveitos diferidos.

Quadro 3.14.A – Variação das Componentes do Passivo em valor absoluto

Unidade: milhões de euros

Passivo	Variação em M€									
	06–07	07–08	08–09	09–10	10–11	11–12	12–13	13–14	14–15	
Dívidas a Médio e Longo Prazo	-54,7	285,4	452,9	-19,8	-123,5	-626,4	115,2	-84,0	-272,4	
Dívidas a Curto Prazo	88,0	180,3	418,9	260,8	24,1	-469,2	-491,3	-407,0	-177,7	
Dívidas a Curto Prazo de natureza não orçamental	1,3	-13,3	24,0	14,6	10,2	1,5	6,1	2,5	-0,1	
Dívidas a Curto Prazo totais	89,3	167,1	442,9	275,4	34,3	-467,7	-485,2	-404,5	-177,9	
Total de dívidas a terceiros	34,7	452,5	895,8	255,6	-89,3	-1 094,1	-369,9	-488,5	-450,2	
Provisões para riscos e encargos	174,9	1,4	452,6	11,2	-6,5	67,6	85,3	-111,7	13,1	
Acréscimos de Custos	86,5	166,9	20,5	-50,6	-95,6	9,8	92,6	8,7	-3,1	
Passivo não exigível	261,4	168,3	473,1	-39,4	-102,1	77,3	177,8	-103,0	10,0	
Total do Passivo	296,1	620,8	1 368,9	216,2	-191,4	-1 016,7	-192,1	-591,5	-440,3	

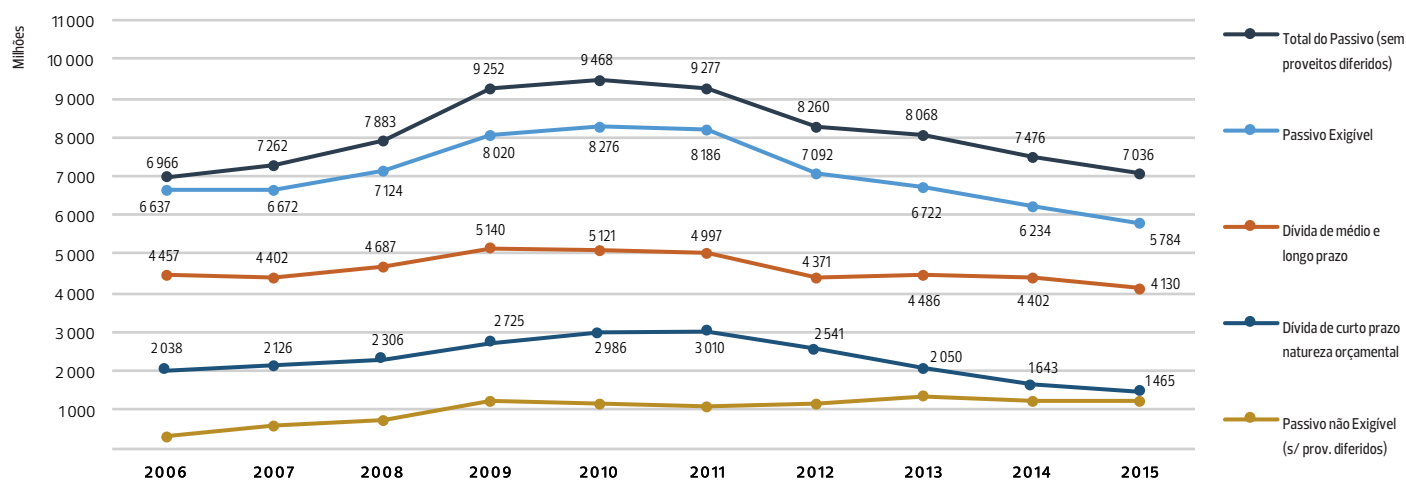
¹²⁹ Exclui proveitos diferidos.

Quadro 3.14.B – Taxas de variação das componentes do Passivo

Passivo	Variação em %								
	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15
Dívidas a Médio e Longo Prazo	-1,2%	6,5%	9,7%	-0,4%	-2,4%	-12,5%	2,6%	-1,9%	-6,2%
Dívidas a Curto Prazo	4,3%	8,5%	18,2%	9,6%	0,8%	-15,6%	-19,3%	-19,9%	-10,8%
Dívidas a Curto Prazo de natureza não orçamental	0,9%	-9,2%	18,4%	9,5%	6,0%	0,8%	3,4%	1,3%	-0,1%
Dívidas a Curto Prazo totais	4,1%	7,4%	18,2%	9,6%	1,1%	-14,7%	-17,8%	-18,1%	-9,7%
Total de dívidas a terceiros	0,5%	6,8%	12,6%	3,2%	-1,1%	-13,4%	-5,2%	-7,3%	-7,2%
Provisões para riscos e encargos	129,8%	0,4%	145,5%	1,5%	-0,8%	8,8%	10,2%	-12,1%	1,6%
Acréscimos de Custos	44,6%	59,5%	4,6%	-10,8%	-22,9%	3,0%	27,9%	2,0%	-0,7%
Passivo não exigível	79,5%	28,5%	62,4%	-3,2%	-8,6%	7,1%	15,2%	-7,7%	0,8%
Total do Passivo	4,3%	8,5%	17,4%	2,3%	-2,0%	-11,0%	-2,3%	-7,3%	-5,9%

Em complemento à análise do passivo para o universo dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.04 com a evolução das suas principais.

Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo



Da análise dos Quadros 3.15 e 3.16 bem como do gráfico 3.04 pode-se referir:

- O gráfico anterior é bem elucidativo da grande **variação do passivo exigível** aos municípios entre 2006 e 2015. **Um crescimento até 2010 e uma descida progressiva a partir de 2011 que se intensificou em 2012 e se consolidou em 2014 e 2015.** Assim em termos evolutivos, comparar-se-ão os valores entre 2010 e 2015, face ao pico de passivo exigível que ocorreu naquele ano.
- Face aos parâmetros acabados de expor, verifica-se que **entre 2010 e 2015 o passivo exigível desceu 30,1%, isto é, - 2 492 M€ tendo contribuído essencialmente para esta descida a redução da dívida a fornecedores (dívidas a curto prazo) que neste período diminuiu 50,9%, isto é -1 521 M€.**
- Mais se anota a **descida global da dívida de MLP entre 2010 e 2015 (-991M€, -19,4%)** com a diminuição da utilização de empréstimos bancários, pese embora a forte adesão¹³⁰ dos municípios às linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado para liquidação de dívida de curto prazo, nomeadamente a partir de 2012.
- **Esta descida de dívida de MLP mostra bem o esforço dos municípios na intensificação das amortizações de empréstimos alocando uma parte significativa dos seus recursos para esse fim,** como se verificou na análise apresentada no capítulo 2 deste Anuário. **Em 2015, 9,3% dos pagamentos destinaram-se à amortização de empréstimos, tendo em 2012 (ano de maior abate ao stock da dívida) o valor das amortizações representado 11,7% dos pagamentos efetuados.**
- Para a descida da **dívida a fornecedores contribuiu decisivamente a adesão de 103 municípios ao PAEL¹³¹, os quais contratualizaram 625,6 M€.** Deste montante, foi utilizado 13,6 M€ em 2012, 468,2 M€ em 2013, 119,1 M€ em 2014 e 13,2 M€ em 2015. Deste programa de apoio, ficaram por utilizar 11,4 M€.
- Conforme exposto no Anuário de 2014, **entre 2006 e 2009 ade-**

¹³⁰ Devidamente tratada no Anuário de 2014

¹³¹ Em 31 de Agosto de 2012 foi aprovada a Lei n.43 que cria o Programa de Apoio à Economia Local estabelecendo um regime excecional de concessão de empréstimos às autarquias que reforçou o programa de pagamento a horas a fornecedores e que se inseriu num cenário de reequilíbrio financeiro dos municípios. Teve por finalidade apoiar municípios que tiveram dívidas vencidas a fornecedores há mais de 90 dias à data de 31 de março de 2012.

riram aos programas PPTH¹³² e PREDE¹³³, 108 municípios, tendo 33 destes, contratualizado empréstimos ao abrigo do PPTH e, 92 subscrito o PREDE, sendo que 17 destes municípios se candidataram a ambos os programas. O montante do financiamento contratualizado foi de 582M€ dos quais, 40% foram financiados pelo Estado e os restantes 60% mutuados por instituições de crédito.

- Da análise das contas verificou-se que só **123 municípios dos 155 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2006 e 2015.**
- Relativamente à utilização do **Fundo de Apoio Municipal,** apenas ocorreram utilizações de **apoio transitório de urgência** apresentadas no quadro infra. O valor total utilizado e que estará refletido no valor total da dívida de MLP à data de dezembro de 2015 foi de 24,7 M€.

Quadro 3.15- Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)

Unidade: euros

Município	Dim.	2014	2015
Aveiro	M	10 526 249,66	-
Vila Nova de Poiares	P	854 528,78	-
Nazaré	P	-	7 552 302,06
Cartaxo	M	-	4 817 322,91
Santa Comba Dão	P	-	487 158,18
Alfândega da Fé	P	-	542 818,86
Total		11 380 778,44	13 399 602,01

Observando o Quadro 3.16, poderemos verificar que **em 2015, ficou completamente esbatido o eventual aumento da dívida global das autarquias devido à adesão às linhas de financiamento contratualizadas com o Estado, ao abrigo dos sucessivos programas destinados a impedir a rutura financeira de alguns municípios e providenciar o pagamento a horas, dos seus débitos. A adesão a estes programas de apoio teve como objetivo, atenuar o impacto negativo na economia local da diminuição de receitas municipais e da correspondente dificuldade de pagamento dos compromissos assumidos por parte dos municípios.**

¹³² Beneficiaram da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro

¹³³ Em 27 de Novembro de 2008, a RCM n.º 191- A / 2008 aprovou um reforço de verbas a atribuir aos municípios com vista a garantir o pagamento a credores das autarquias com dívida já vencidas. Posteriormente o prazo deste programa foi alargado até 30 de junho de 2009.

Quadro 3.16 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo

Unidade: milhões euros

Dívidas a Médio e Longo Prazo	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Var. (%) 14-15	Var. (%) 06-15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Dívida a instituições de crédito (s/ PAEL)	3 947,9	3 940,5	3 989,2	4 482,6	4 379,7	4 303,5	3 941,5	3 559,9	3 306,2	2 949,7	-10,8%	-25,3%
Dívida de adesões ao PAEL	-	-	-	-	-	-	13,7	458,2	516,8	476,9	-7,7%	-
Outras dívidas de médio e longo p.	508,9	461,6	698,3	657,8	740,9	693,5	415,5	467,8	578,8	703,0	21,4%	38,1%
Total de dívidas de médio e longo p.	4 456,7	4 402,1	4 687,5	5 140,4	5 120,6	4 997,1	4 370,7	4 485,9	4 401,9	4 129,5	-6,2%	-7,3%
PPTH contratualizado	-	-	-	-	78,2	-	-	-	-	-	-	-
PREDE contratualizado	-	-	-	-	503,5	-	-	-	-	-	-	-
Apoio Transitório de Urgência	-	-	-	-	-	-	-	-	11,4	13,4	-	-

Concluindo a análise do passivo e face à obrigatoriedade de contabilização dos **encargos contingentes em provisões**, observaram-se, mais detalhadamente, as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rubrica resultando o Quadro 3.17 abaixo apresentado, onde se listam os 25 municípios com provisões para riscos e encargos acima de 5 M€. Desta lista, destaca-se o município de Lisboa que apresentou valores notoriamente mais elevados que os restantes municípios. Realça-se o facto de, entre estes 25 municípios, se encontrarem dois de pequena dimensão, Sines e Gouveia e onze municípios de média dimensão. Para além destes 26 municípios com provisões para riscos e en-

cargos¹³⁴ há mais 180 municípios que as constituíram, embora com valor bastante inferior ao apresentado pelos municípios assinalados no quadro 3.17.

¹³⁴ Contudo, para além das provisões que a lei obriga a constituir como forma de acautelar contingências que possam no futuro transformar-se em encargos reais, os municípios deveriam constituir provisões para todos os processos em contenda em tribunal dos quais possam advir responsabilidades financeiras, desde que os respetivos montantes possam ser objetivamente apurados. Dos mapas de prestação de contas não foi possível obter uma discriminação mais apurada da natureza destes registos, de modo a concluir-se sobre quais as provisões que estarão em maior probabilidade de se transformarem em futuros desembolsos.

Quadro 3.17 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Variação 14-15
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Lisboa	G	80 067 941	215 578 612	189 025 582	584 397 163	525 337 602	439 185 125	414 569 899	441 768 499	225 556 087	211 714 857	-13 841 230
2 Loures	G	15 498 000	17 727 417	20 925 849	25 191 829	27 783 671	64 005 025	67 772 510	73 522 699	72 142 323	70 849 651	-1 292 672
3 P. Ferreira	M	0	0	0	0	3 000 000	3 000 000	3 000 000	2 765 477	5 627 746	55 477 553	49 849 807
4 M. Canaveses	M	949 900	949 900	949 900	418 607 54	40 156 008	40 156 008	40 156 008	40 156 008	45 978 629	44 742 422	-1 236 207
5 Porto	G	0	27 644 391	25 263 804	22 074 305	22 823 882	24 185 689	30 982 291	31 078 615	38 429 002	40 445 332	2 016 330
6 Coimbra	G	0	0	0	500 000	7 052 612	6 668 295	10 821 493	13 096 256	18 070 480	26 059 616	7 989 136
7 Fundão	M	0	0	0	3 414 564	5 220 295	8 220 055	10 821 102	18 989 359	22 618 202	22 229 091	-389 111
8 Sintra	G	0	9 102 129	1 336 118	3 147 535	5 608 813	8 459 053	14 995 132	17 150 266	17 102 723	21 222 930	4 120 207
9 Sines	P	0	1 222 707	1 222 707	1 222 707	2 826 666	2 826 666	3 254 993	10 366 657	11 779 722	12 679 728	900 006
10 Matosinhos	G	0	0	0	335 453	0	0	13 395 043	9 904 093	12 583 387	12 612 149	28 762
11 Bragança	M	2 992 948	7 726 005	7 945 750	8 291 220	9 847 807	9 272 162	9 746 282	9 714 178	12 604 264	12 496 918	-107 345
12 Gondomar	G	0	3 150 000	3 150 000	3 150 000	6 898 168	6 317 705	6 664 752	6 659 907	10 973 245	12 475 939	1 502 694
13 Leiria	G	0	0	1 700	1 374 101	3 855 122	4 843 285	4 647 292	7 037 861	9 616 542	11 467 072	1 850 530
14 Maia	G	0	500 000	500 000	500 000	1 100 000	3 178 457	3 396 660	4 670 054	9 549 789	11 450 877	1 901 088
15 Santarém	M	0	0	0	0	0	466 356	18 483 369	13 181 643	8 368 619	11 145 951	2 777 332
16 Chaves	M	0	0	0	0	0	0	2 128 243	5 435 145	5 841 962	10 853 759	5 011 797
17 Cascais	G	60 642	5 133 926	4 555 188	4 555 188	4 555 188	5 094 079	2 530 656	2 640 596	9 243 774	9 965 821	722 047
18 V.F. Xira	G	0	0	0	0	0	0	0	0	8 381 552	8 477 331	95 779
19 Mafra	M	0	2 015 455	573 546	0	0	0	0	1 606 187	7 801 175	7 585 912	-215 263
20 Alcobça	M	0	0	0	62 357	0	0	3 961 607	4 650 188	4 586 067	7 213 038	2 626 971
21 Oeiras	G	0	1 376 006	7 976 384	9 030 805	9 079 191	10 491 332	17 034 041	16 298 563	25 710 444	6 461 115	-19 249 329
22 Faro	M	0	0	4 594 302	5 897 132	5 845 301	5 874 051	5 825 297	5 825 297	6 130 676	6 134 684	4 008
23 Santa Cruz	M	0	0	0	0	0	2 754 662	2 653 770	3 682 896	3 600 730	5 774 739	2 174 009
24 Sabugal	P	0	0	0	0	0	1 428 886	2 551 942	3 671 582	4 943 802	5 645 164	701 362
25 Portimão	M	0	0	0	0	0	0	0	0	5 159 169	5 159 169	0
26 Gouveia	P	0	0	530 550	530 550	682 787	706 040	1 054 332	2 676 524	4 188 566	5 006 760	818 194

3.5.2. O passivo exigível dos municípios - Dívidas a Pagar

Sendo o passivo exigível uma das variáveis mais importantes da gestão financeira dos municípios importará apresentar os 50 municípios com menor valor no passivo exigível e os 50 municípios com maior passivo exigível. Para o efeito apresentam-se os Ranking (R41 e R42), bem como os Rankings dos municípios com maiores taxas deste item do passivo (R43 e R44).

Dos seguintes **50 municípios** elencados em R41 como sendo os que **apresentaram menor passivo em 2015**, dois são de média dimensão (Mealhada e Benavente) e os restantes municípios de pequena dimensão.

R41 – Municípios com menor passivo exigível, ordenados pelo valor de 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Variação 14-15	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1	Santa Cruz das Flores	P	2 317 060	1 472 867	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	405 555	340 254	-65 301
2	Vila do Porto	P	1 711 608	1 661 088	1 449 161	1 520 439	1 722 404	1 290 681	1 129 066	839 579	760 551	492 240	-268 311
3	Penedono	P	79 950	76 029	99 573	161 925	187 023	213 999	218 080	222 203	222 809	503 802	280 993
4	Castelo de Vide	P	2 833 471	2 445 600	1 888 311	1 745 760	1 350 556	1 363 995	799 227	656 765	533 078	545 174	12 096
5	São Roque do Pico	P	2 403 422	2 263 266	1 905 901	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 197	1 011 129	476 325	630 264	153 939
6	Lajes das Flores	P	901 981	887 246	824 660	1 905 336	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	1 177 990	705 055	-472 935
7	Pampilhosa da Serra	P	2 470 115	2 277 578	2 113 072	1 796 933	1 548 333	1 431 501	977 181	573 011	373 383	775 295	401 912
8	Alvito	P	1 807 723	1 696 004	2 039 735	1 828 897	2 892 247	1 451 012	1 149 901	988 464	791 227	886 931	95 703
9	Vila Velha de Ródão	P	1 933 293	1 852 493	2 520 427	2 074 735	1 872 594	1 393 505	1 148 796	901 431	1 133 067	914 706	-218 361
10	Corvo	P	2 175 202	2 403 773	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	990 192	955 681	-34 511
11	Viana do Alentejo	P	2 135 671	1 310 182	1 085 466	875 263	1 374 950	1 443 379	1 052 254	1 088 298	1 209 159	961 494	-247 665
12	Ponta do Sol	P	7 453 898	5 449 186	6 483 699	5 865 212	5 257 989	4 550 306	2 883 773	1 688 674	1 687 565	975 540	-712 025
13	Redondo	P	381 111	1 048 149	771 201	592 994	1 472 060	1 136 958	859 995	714 346	1 149 224	1 025 670	-123 554
14	Mealhada	M	6 184 581	5 370 057	4 991 560	4 279 126	3 494 583	2 811 221	2 427 507	561 018	685 777	1 195 307	509 530
15	Sta. Cruz da Graciosa	P	1 410 601	1 305 780	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	1 749 736	1 523 702	-226 034
16	Arronches	P	1 397 525	1 829 118	2 133 254	1 998 072	2 170 429	1 989 542	1 770 958	1 619 288	1 444 941	1 524 467	79 527
17	Marvão	P	1 428 324	1 415 614	1 579 806	1 672 848	1 798 731	1 625 468	1 423 792	1 356 803	1 688 318	1 575 096	-113 222
18	Penacova	P	2 143 055	1 657 536	1 403 755	2 943 396	3 763 875	2 640 265	1 337 160	667 435	1 782 604	1 695 323	-87 281
19	Gavião	P	2 153 712	2 078 018	3 132 551	2 981 374	2 713 071	2 398 919	2 148 087	1 973 799	2 078 242	1 724 646	-353 596
20	Benavente	M	6 783 987	4 408 996	4 845 121	5 346 946	6 128 207	5 470 909	3 557 642	2 425 788	2 723 755	1 747 340	-976 416
21	Campo Maior	P	1 431 411	1 474 242	1 416 135	1 731 678	2 813 068	1 931 640	1 815 447	2 538 854	2 002 359	1 898 791	-103 567
22	Alcácer do Sal	P	2 503 108	2 171 745	2 213 315	5 171 489	5 690 599	3 248 391	2 106 808	1 494 179	2 737 577	1 918 181	-819 396
23	Barrancos	P	2 595 353	2 957 176	3 658 243	4 394 908	3 600 703	3 237 672	2 677 036	2 356 801	2 065 554	1 997 398	-68 156
24	Vila de Rei	P	4 105 851	4 358 485	4 277 417	5 920 716	6 092 226	3 928 337	2 397 119	2 203 962	2 028 976	2 060 674	31 697
25	Murtosa	P	2 507 923	2 045 095	2 598 435	2 479 179	3 335 775	2 956 500	2 658 512	2 177 153	2 469 349	2 137 679	-331 670
26	Cinfães	P	1 097 857	1 151 687	1 359 544	1 722 737	962 143	1 789 308	1 465 773	1 839 154	2 537 680	2 155 213	-382 467
27	Porto Santo	P	6 420 651	4 129 173	3 610 898	7 161 410	7 373 010	9 862 954	8 873 070	4 669 810	4 485 405	2 303 000	-2 182 405
28	Alcoutim	P	3 212 403	2 819 681	2 713 207	2 402 689	2 283 967	1 978 454	1 657 557	1 450 228	1 656 104	2 304 194	648 090

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Variação 14-15	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
29	Fronteira	P	5 737 605	5 004 578	4 517 825	4 481 001	3 793 751	3 492 101	3 284 528	2 912 123	2 520 106	2 312 251	-207 855
30	Miranda do Corvo	P	6 345 570	6 330 100	6 170 088	7 544 977	7 203 767	6 793 036	4 417 964	3 637 538	3 072 358	2 320 312	-752 046
31	Sátão	P	7 241 127	6 321 429	6 155 493	5 079 387	4 894 075	4 544 322	3 257 469	2 931 518	3 108 395	2 357 069	-751 326
32	Mação	P	5 582 262	4 185 730	2 941 231	3 792 778	3 318 016	3 410 937	2 785 248	2 283 693	2 737 994	2 357 107	-380 887
33	Boticas	P	7 197 296	6 636 937	6 082 247	6 037 472	5 091 463	5 206 811	3 694 947	2 968 142	2 887 845	2 442 895	-444 949
34	Penalva do Castelo	P	5 468 179	4 883 973	4 717 063	4 372 133	3 735 801	3 156 381	3 217 148	2 939 844	2 840 949	2 444 173	-396 776
35	Vila Nova de Foz Côa	P	2 920 795	3 724 389	3 709 835	5 403 905	4 674 261	5 529 832	4 642 516	4 291 444	3 197 951	2 480 258	-717 693
36	Monforte	P	6 497 000	6 095 908	5 177 143	5 727 091	5 121 324	4 843 319	4 040 115	3 529 048	3 206 490	2 492 562	-713 928
37	Batalha	P	2 101 446	1 736 525	2 154 100	2 300 566	4 619 898	4 556 164	3 585 051	2 984 677	3 074 276	2 569 643	-504 633
38	Góis	P	4 588 305	4 723 168	4 290 538	4 782 759	4 211 484	4 360 793	4 474 132	3 427 536	3 295 424	2 623 508	-671 916
39	Sernancelhe	P	4 220 885	4 252 775	4 573 046	4 041 824	3 533 706	3 127 102	3 229 704	2 724 948	2 763 023	2 647 295	-115 728
40	Alter do Chão	P	3 316 016	2 570 832	2 602 635	3 212 922	3 114 418	3 372 385	2 582 092	2 463 975	2 200 167	2 659 987	459 820
41	Cuba	P	3 827 701	3 614 567	4 172 353	3 867 773	4 160 483	3 895 229	3 240 598	2 829 120	2 689 538	2 686 033	-3 505
42	Carraceda de Ansiães	P	10 360 769	10 125 109	10 927 708	9 489 713	8 691 765	7 465 952	5 028 462	4 131 627	3 691 491	2 704 603	-986 888
43	Vinhais	P	3 411 435	3 198 267	2 999 602	3 603 216	4 064 260	5 063 206	3 746 930	3 410 792	2 923 568	2 807 843	-115 725
44	São Brás de Alportel	P	2 815 672	2 916 310	3 345 076	4 136 913	4 744 995	3 758 948	3 395 765	2 900 556	2 817 569	2 819 236	1 667
45	Madalena	P	4 470 021	5 913 916	7 870 613	6 493 927	6 296 983	5 191 004	4 374 151	3 680 426	3 302 831	2 858 512	-444 319
46	Vila Flor	P	4 747 985	5 295 938	5 272 423	5 459 927	4 991 064	5 285 764	4 264 928	3 573 300	3 368 476	2 920 654	-447 822
47	Portel	P	2 441 367	3 070 987	2 769 895	3 639 618	3 324 521	3 134 042	2 904 070	3 052 217	3 296 220	2 934 680	-361 540
48	Mora	P	6 229 571	6 198 989	5 485 492	5 565 999	4 375 057	4 712 913	3 683 235	3 331 837	3 076 954	3 024 263	-52 691
49	Sta. Marta Penaguião	P	2 515 266	2 382 504	3 249 714	4 937 596	4 430 358	4 367 412	4 061 394	3 593 329	3 628 744	3 094 261	-534 483
50	Pedrógão Grande	P	3 630 553	4 207 858	4 757 659	4 593 793	4 365 775	4 113 492	3 775 763	3 401 472	3 434 595	3 117 488	-317 108

Dos 50 municípios hierarquizados no ranking R42 que apresentaram maior passivo em 2015, **21** são de grande **dimensão** não constando desta listagem, os municípios: Vila Franca de Xira com 27,6 M€ de passivo, Odivelas com 27,6 de M€ e Barcelos com 24 M€. Dois outros municípios são de pequena dimensão (Vila Real de Santo António e Fornos de Algodres) sendo os restantes de média dimensão. Estes 50 municípios totalizaram um passivo exigível de 3 545,1M€, que representou 61,3% do total contabilizado pelos 308 municípios (5 783,7 M€).

R42 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), ordenados pelo valor de 2015

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Variação 14-15	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
1	Lisboa	G	980 959 458	965 453 601	1116 070 632	1168 589 855	1097 063 256	1059 895 296	659 766 180	740 010 440	723 405 096	723 325 938	-79 158
2	V. N. Gaia	G	229 218 279	268 040 500	277 274 417	285 956 034	263 038 636	238 532 901	217 937 818	201 360 804	178 162 019	186 255 813	8 093 794
3	Portimão	M	26 296 031	30 503 316	58 007 031	92 204 774	147 925 098	159 119 756	166 560 019	158 621 900	155 085 114	140 709 233	-14 375 881
4	Aveiro	M	118 224 624	121 835 696	136 159 806	154 707 774	161 908 874	146 687 456	130 627 247	123 622 737	126 413 148	115 851 114	-10 562 034
5	Gondomar	G	115 290 367	109 395 069	117 454 159	127 614 102	130 153 798	125 726 610	115 668 684	111 232 653	109 897 516	104 022 675	-5 874 842
6	Porto	G	197 291 248	177 265 109	150 153 325	132 949 369	141 323 003	121 837 785	111 049 636	104 056 921	100 940 499	92 387 578	-8 552 921
7	Seixal	G	54 191 898	50 910 309	60 057 433	72 113 574	68 399 465	100 464 374	104 770 339	95 850 114	93 561 722	83 270 265	-10 291 457
8	Évora	M	43 472 281	45 391 152	49 463 757	69 550 206	68 329 197	78 656 308	74 356 526	82 415 794	77 832 554	77 797 656	-34 898
9	VRS. António	P	9 701 759	10 517 569	21 522 426	48 142 261	60 942 897	67 036 666	69 703 805	72 924 782	77 248 998	77 694 294	445 296
10	Setúbal	G	86 396 195	83 077 853	75 726 187	76 586 191	80 012 355	85 881 084	85 366 312	86 416 905	77 453 206	76 967 405	-485 801
11	Funchal	G	82 972 410	81 302 650	92 779 795	106 248 703	105 082 515	112 146 946	109 199 966	94 617 690	84 062 934	74 500 835	-9 562 098
12	Cascais	G	35 061 111	37 773 210	37 406 819	63 725 956	92 799 765	85 211 904	98 979 242	104 904 509	81 843 658	74 106 082	-7 737 576
13	Fundão	M	60 914 204	66 026 861	77 055 694	79 632 196	83 423 413	81 350 491	81 720 871	81 905 029	77 177 278	72 466 326	-4 710 952
14	Santarém	M	53 070 408	60 313 680	60 946 606	79 438 733	84 370 064	99 670 659	92 076 150	84 901 053	77 154 400	71 524 920	-5 629 480
15	Covilhã	M	78 279 125	86 938 744	87 924 483	95 057 913	88 872 032	84 385 177	74 123 708	65 056 281	57 392 254	64 464 816	7 072 562
16	Coimbra	G	70 939 961	64 812 923	66 096 489	70 282 270	74 015 472	74 862 576	71 647 655	68 664 708	66 005 430	64 087 476	-1917 954
17	P. Ferreira	M	20 501 403	33 615 121	35 971 885	44 495 961	64 653 422	64 014 081	60 874 382	67 590 079	63 171 189	59 582 671	-3 588 518
18	Guimarães	G	83 068 317	78 484 817	76 040 223	76 393 879	82 400 400	83 075 495	75 738 242	65 026 522	60 451 737	59 029 258	-1 422 479
19	Braga	G	91 682 110	90 630 116	89 535 145	95 911 245	88 686 683	81 778 613	78 468 535	75 870 856	70 028 860	58 924 231	-11 104 628
20	Oeiras	G	78 953 412	65 503 008	71 474 019	71 475 379	65 929 441	56 437 633	49 296 850	76 309 357	70 853 405	56 070 236	-14 783 168
21	Paredes	M	11 918 487	14 958 277	18 988 941	34 754 561	53 021 096	60 660 202	64 816 221	63 013 050	63 254 926	54 730 412	-8 524 514
22	Leiria	G	88 361 267	81 141 552	81 771 098	86 093 864	81 523 544	70 746 494	56 965 971	48 213 562	60 601 305	53 470 190	-7 131 114
23	Matosinhos	G	58 642 523	55 816 382	57 338 196	72 725 519	80 155 008	79 671 112	60 430 552	53 463 011	49 514 072	51 625 863	2 111 791
24	Seia	M	46 975 007	48 004 101	48 831 773	54 278 966	57 742 457	57 850 776	58 112 669	55 837 748	53 137 821	50 989 526	-2 148 295
25	Loulé	M	41 035 022	37 286 760	33 923 995	63 838 838	95 569 939	101 517 959	83 239 339	72 617 063	51 756 193	49 455 528	-2 300 665
26	Vila do Conde	M	78 185 259	74 237 105	69 661 507	69 102 421	72 651 186	67 965 450	66 506 125	59 812 942	55 301 068	48 668 570	-6 632 498
27	Lagos	M	13 206 251	14 408 230	16 128 530	42 693 374	49 665 583	52 385 846	51 820 195	64 455 730	56 706 131	48 271 794	-8 434 338
28	Cartaxo	M	21 726 093	27 927 111	30 849 186	37 866 244	41 745 721	44 607 728	44 668 647	47 034 364	46 251 682	47 156 345	904 664
29	Sintra	G	93 967 246	89 679 427	90 919 951	96 459 076	133 888 392	158 556 367	100 652 752	87 402 307	77 451 971	46 408 600	-31 043 371
30	Valongo	M	49 687 235	46 677 522	51 520 183	68 115 787	70 462 495	65 768 679	60 679 906	54 055 989	48 125 106	45 435 340	-2 689 765
31	S.M. Feira	G	54 248 999	58 201 466	65 558 327	72 166 163	76 874 043	78 962 630	66 720 253	55 814 558	51 521 629	44 801 409	-6 720 220

Município	Dim	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Variação 14-15	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
32	Maia	G	116 606 546	105 469 708	92 995 969	90 333 121	81 638 784	70 318 813	58 700 521	50 021 404	37 662 551	44 470 256	6 807 705
33	Faro	M	52 665 956	53 746 000	62 048 361	67 577 117	71 725 954	67 732 266	62 830 501	58 669 481	52 698 022	43 834 999	-8 863 023
34	Almada	G	47 030 223	42 893 470	41 496 230	36 464 408	42 412 673	51 136 044	48 144 526	45 997 489	45 534 773	43 608 754	-1 926 019
35	Loures	G	93 413 683	75 907 375	79 594 322	85 434 601	85 332 191	81 976 315	69 388 661	60 166 625	48 059 852	40 576 040	-7 483 812
36	Chaves	M	35 384 653	34 955 848	34 140 648	41 042 953	45 263 290	42 852 410	41 220 000	46 454 951	46 485 090	38 597 422	-7 887 667
37	Trofa	M	9 577 404	16 133 799	29 007 157	39 735 630	42 117 217	44 045 223	40 756 181	42 278 351	41 331 858	37 355 666	-3 976 193
38	VN Famalicão	G	45 690 385	45 434 931	42 511 887	46 275 186	45 379 393	43 284 562	38 150 988	36 696 486	33 330 540	36 753 860	3 423 320
39	Figueira Foz	M	62 119 286	58 580 525	57 192 505	62 335 255	62 056 421	59 827 675	54 946 371	48 159 467	42 255 239	36 700 592	-5 554 647
40	Nazaré	P	19 521 869	17 415 047	16 450 839	23 990 791	29 220 961	42 791 716	39 895 921	42 000 170	40 339 917	36 195 707	-4 144 210
41	Amadora	G	57 137 844	56 677 438	57 846 396	58 989 890	55 279 245	47 480 321	43 245 947	39 543 917	35 328 244	35 061 446	-266 798
42	Portalegre	M	32 374 759	40 847 976	45 582 199	51 649 866	52 905 610	48 328 238	45 508 373	40 524 699	37 632 636	33 108 307	-4 524 328
43	Espinho	M	36 916 305	36 604 173	38 816 231	40 721 905	41 977 606	44 209 874	46 771 812	40 554 506	36 744 838	32 587 981	-4 156 857
44	V. Castelo	M	23 750 212	19 086 342	27 261 374	31 253 824	36 405 797	35 579 288	34 401 279	31 413 268	28 260 232	30 914 537	2 654 304
45	Guarda	M	46 878 859	47 493 066	52 418 492	54 286 619	61 608 241	53 950 436	48 324 437	42 764 048	35 162 730	30 816 295	-4 346 435
46	Lamego	M	11 306 684	16 053 914	20 162 909	27 216 864	36 436 659	32 533 412	32 056 172	29 547 059	31 294 823	30 594 888	-699 935
47	Santo Tirso	M	24 368 400	24 266 336	27 068 724	36 354 300	34 001 848	34 443 877	34 603 991	33 620 183	31 793 247	30 505 023	-1 288 225
48	M. Canaveses	M	46 324 799	45 329 807	44 437 437	43 217 692	42 515 511	38 065 940	35 677 497	33 176 481	33 452 865	30 334 215	-3 118 651
49	F. Algodres	P	Si	32 384 124	34 847 876	35 495 823	35 148 598	34 949 808	34 523 570	32 856 912	31 492 428	30 051 513	-1 440 915
50	P. Delgada	M	25 513 625	26 646 456	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	33 264 273	28 991 973	-4 272 299
Total do Passivo Exigível destes 50 municípios													
Passivo Exigível para no universo dos 308 municípios													

Da observação do ranking R42, pode-se afirmar:

- Lisboa, face à dimensão financeira e económica que apresenta distingue-se naturalmente dos restantes municípios, conforme vem sendo exemplo nos restantes rankings, sendo expectável em relação a este que apresente também o maior passivo exigível no final do ano económico de 2015. Apresentou, neste ano uma ligeiríssima descida de passivo traduzida em -0,01% (-79 mil euros).
- Em 2015, Vila Nova de Gaia permaneceu como segundo município com maior passivo exigível totalizando a verba de 186,3 M€, o que se traduziu num acréscimo de 4,5% (+8,1 M€).
- É de relevar o esforço de redução de dívida dos dois municípios

de média dimensão que se mantêm, no entanto, no topo dos municípios com maior volume de passivo exigível: Portimão e Aveiro que, reduziram o seu passivo respetivamente em 14,4 M€ (-9,3%) e em 10,6 M€ (-8,4%).

- São ainda de salientar os seguintes municípios que apresentaram forte descida do passivo exigível: Sintra que reduziu 31 M€ (-40,8%); Oeiras que baixou 14,8 M€ (-20,9%); Braga com -11,1 M€ (-15,8%) e Seixal com -10,3 M€ (-11%).
- Em 2015, 85,7% dos municípios (264) conseguiram reduzir o seu passivo exigível.

Nos Rankings 42.A e 42.M hierarquizam-se os municípios da Região Autónoma dos Açores e os da Região Autónoma da Madeira de acordo com o montante de passivo exigível em dezembro de 2015

R42.A – Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores, ordenados pelo valor de 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Variação 14–15
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 P. Delgada	M	25 513 625	26 646 456	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	33 264 273	28 991 973	-4 272 299
2 V.F. Campo	P	18 962 879	22 743 920	22 899 254	24 270 845	27 604 255	30 004 274	29 460 370	28 039 248	26 988 584	25 482 998	-1 505 586
3 A. Heroísmo	M	22 954 758	22 958 526	24 281 693	27 405 890	26 941 924	26 309 351	23 441 233	19 782 016	18 197 018	17 987 643	-209 375
4 Nordeste	P	8 977 923	9 392 179	9 755 756	10 092 454	15 220 629	18 537 477	17 061 334	16 987 365	15 309 830	14 148 271	-1 161 559
5 Ribeira Grande	M	18 328 809	18 636 987	23 284 196	26 313 870	21 787 706	18 404 098	15 891 087	11 595 360	10 485 361	10 206 149	-279 211
6 Praia da Vitória	M	10 169 694	9 820 940	16 075 945	24 435 656	18 463 580	17 886 819	16 608 749	15 668 400	13 892 475	9 009 430	-4 883 045
7 Lagoa (R.A.A)	P	10 774 226	10 266 020	13 860 504	15 032 047	12 966 478	10 765 210	9 441 188	8 475 923	6 867 916	8 899 155	2 031 239
8 Lajes do Pico	P	6 190 631	6 685 249	6 885 456	8 243 281	9 231 361	8 141 765	7 610 674	9 532 641	7 662 362	6 644 298	-1 018 064
9 Povoação	P	10 668 352	12 050 957	14 540 112	37 612 986	35 255 076	31 832 421	21 157 169	7 550 777	6 232 315	5 505 671	-726 644
10 Calheta (R. A. A.)	P	10 046 226	9 564 498	10 802 566	11 011 265	10 086 442	9 673 744	8 244 981	7 259 284	6 409 778	5 290 432	-1 119 346
11 Horta	P	8 786 190	8 350 862	8 959 302	9 580 852	9 416 421	8 552 245	7 019 772	6 624 121	5 938 734	4 973 174	-965 560
12 Velas	P	7 128 604	7 200 251	7 635 802	7 506 668	10 763 634	9 406 498	7 585 473	6 262 895	5 686 141	4 840 476	-845 665
13 Madalena	P	4 470 021	5 913 916	7 870 613	6 493 927	6 296 983	5 191 004	4 374 151	3 680 426	3 302 831	2 858 512	-444 319
14 SC Graciosa	P	1 410 601	1 305 780	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	1 749 736	1 523 702	-226 034
15 Corvo	P	2 175 202	2 403 773	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	990 192	955 681	-34 511
16 Lajes das Flores	P	901 981	887 246	824 660	1 905 336	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	1 177 990	705 055	-472 935
17 S. Roque do Pico	P	2 403 422	2 263 266	1 905 901	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 197	1 011 129	476 325	630 264	153 939
18 Vila do Porto	P	1 711 608	1 661 088	1 449 161	1 520 439	1 722 404	1 290 681	1 129 066	839 579	760 551	492 240	-268 311
19 S.C. Flores	P	2 317 060	1 472 867	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	405 555	340 254	-65 301

R42.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 06–09				Mandato 10–13				Mandato 14–17		Variação 14–15
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 Funchal	G	82 972 410	81 302 650	92 779 795	106 248 703	105 082 515	112 146 946	109 199 966	94 617 690	84 062 934	74 500 835	-9 562 098
2 Santa Cruz	M	32 372 548	28 167 758	26 091 087	32 884 570	43 045 214	43 482 692	41 111 506	36 811 261	32 644 825	27 115 677	-5 529 148
3 Machico	M	23 228 856	20 650 601	21 195 233	22 397 744	23 960 456	31 087 494	27 629 504	26 321 941	16 979 702	12 778 355	-4 201 347
4 Câmara de Lobos	M	15 445 771	15 386 487	22 861 511	23 568 668	21 390 063	20 779 002	18 730 202	13 547 885	12 103 236	10 252 107	-1 851 129
5 Ribeira Brava	P	7 719 128	13 316 801	13 102 770	18 954 428	18 268 597	21 246 214	20 005 798	14 705 923	10 946 457	7 933 335	-3 013 123
6 Calheta (R. A. M.)	P	13 777 862	10 884 848	10 290 052	11 867 387	12 687 529	14 668 861	13 046 063	10 877 298	9 292 636	7 511 725	-1 780 911
7 São Vicente	P	7 548 926	7 193 290	6 362 781	8 580 733	9 013 831	9 955 524	7 490 160	9 835 399	7 525 921	6 196 035	-1 329 886
8 Santana	P	5 562 155	8 229 185	6 882 388	15 392 895	14 774 594	14 898 665	10 838 114	7 482 718	4 519 386	4 102 385	-417 002
9 Porto Moniz	P	6 435 960	4 514 938	4 823 200	9 374 098	6 615 650	5 096 532	4 210 868	4 009 082	3 789 696	3 215 513	-574 183
10 Porto Santo	P	6 420 651	4 129 173	3 610 898	7 161 410	7 373 010	9 862 954	8 873 070	4 669 810	4 485 405	2 303 000	-2 182 405
11 Ponta do Sol	P	7 453 898	5 449 186	6 483 699	5 865 212	5 257 989	4 550 306	2 883 773	1 688 674	1 687 565	975 540	-712 025

Relativamente à Região Autónoma dos Açores (Ranking R42.A), em dezembro de 2015, dois municípios apresentaram aumento da dívida total: Lagoa com +2M€ (+29,6%) e São Roque do Pico com +32,3% (154 milhares de euros). Todos os restantes municípios apresentaram diminuição do passivo exigível sendo de relevar os seguintes: Ponta Delgada (-12,8%, -4,3 M€); Praia da Vitória (-35,2%, -4,9 M€); Vila Franca do Campo (-5,6%, -1,5 M€); Calheta (-17,5%, -1,2 M€); Nordeste (-7,6%, -1,2 M€) e Lajes do Pico (-13,3%, -1M€).

· Sobre a Região Autónoma da Madeira (R42.M), oferece-se referir que em 2015 todos os municípios apresentaram descida do montante da dívida total, sendo de relevar os seguintes com maior taxa ou maior montante de descida: Funchal com - 9,5 M€ (-11,3%); Santa Cruz com -5,5 M€ (- 16,8%); Machico com -4,2 M€ (-21,7%); Ribeira Brava com -3 M€ (-27,5%) e Porto Santo com -2,2 M€ (-48,6%). São ainda de anotar os municípios com eleva-

do esforço percentual de descida do nível da sua dívida: Calheta (-19,2%), São Vicente (-18,7%), Câmara dos Lobos (-15,3%) e Porto Moniz (-15,1%).

Face à verificação de uma forte descida do passivo global dos municípios hierarquizam-se no Ranking R43, os que em 2015 apresentaram aumento de valor do passivo exigível.

· Estiveram nessa situação 44 municípios, menos 31 que em 2014 (-41,3%), encabeçando a lista o município de Vila Nova de Gaia com um aumento de 8 M€ (+4,5%), seguido de Covilhã (12,3%), da Maia (18,1%) e da Azambuja (41,4%) com aumentos significativos de montante.

R43 – Municípios com aumento do Passivo Exigível, em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	2011		2012		2013		2014		2015	
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %
1 Vila Nova de Gaia	G	-24 505 734	-9,3%	-20 595 083	-8,6%	-16 577 014	-7,6%	-23 198 784	-11,5%	8 093 794	4,5%
2 Covilhã	M	-4 486 855	-5,0%	-10 261 469	-12,2%	-9 067 427	-12,2%	-7 664 027	-11,8%	7 072 562	12,3%
3 Maia	G	-11 319 971	-13,9%	-11 618 292	-16,5%	-8 679 117	-14,8%	-12 358 853	-24,7%	6 807 705	18,1%
4 Azambuja	M	1 082 034	6,3%	-3 392 467	-18,7%	-2 145 785	-14,5%	-1 125 508	-8,9%	4 765 126	41,4%
5 Vila Nova de Famalicão	G	-2 094 830	-4,6%	-5 133 574	-11,9%	-1 454 502	-3,8%	-3 365 946	-9,2%	3 423 320	10,3%
6 Caminha	P	-5 156 962	-31,1%	-936 809	-8,2%	7 772 704	74,3%	-910 608	-5,0%	3 308 534	19,1%
7 Viana do Castelo	M	-826 509	-2,3%	-1 178 009	-3,3%	-2 988 011	-8,7%	-3 153 035	-10,0%	2 654 304	9,4%
8 Viseu	M	-5 089 919	-12,9%	-4 719 322	-13,7%	-1 556 378	-5,2%	-3 021 102	-10,7%	2 603 833	10,4%
9 Ponte de Sor	P	-322 813	-11,4%	-500 859	-20,0%	1 133 928	56,6%	99 232	3,2%	2 380 074	73,5%
10 Matosinhos	G	-483 896	-0,6%	-19 240 560	-24,1%	-6 967 542	-11,5%	-3 948 939	-7,4%	2 111 791	4,3%
11 Lagoa (R.A.A)	P	-2 201 268	-17,0%	-1 324 022	-12,3%	-965 265	-10,2%	-1 608 007	-19,0%	2 031 239	29,6%
12 Tabuaço	P	-838 999	-5,1%	-937 075	-6,0%	-1 183 170	-8,1%	-1 434 503	-10,7%	1 889 505	15,8%
13 Idanha-a-Nova	P	-1 708 100	-25,0%	-522 718	-10,2%	-344 232	-7,5%	-13 364	-0,3%	1 206 547	28,4%
14 Cartaxo	M	2 862 007	6,9%	60 919	0,1%	2 365 717	5,3%	-782 682	-1,7%	904 664	2,0%
15 Peniche	M	-569 117	-4,3%	-1 657 684	-13,2%	-1 092 313	-10,0%	-1 320 064	-13,5%	831 909	9,8%
16 Penafiel	M	-3 262 457	-8,6%	-5 333 675	-15,4%	-498 329	-1,7%	-987 570	-3,4%	696 742	2,5%
17 Belmonte	P	62 708	1,6%	-379 647	-9,4%	874 913	23,9%	322 169	7,1%	652 669	13,4%
18 Alcoutim	P	-305 513	-13,4%	-320 896	-16,2%	-207 329	-12,5%	205 876	14,2%	648 090	39,1%
19 Ílhavo	M	-3 174 121	-9,3%	-1 415 666	-4,6%	-6 361 645	-21,5%	-402 099	-1,7%	636 271	2,8%
20 São João da Pesqueira	P	-464 260	-6,6%	-110 440	-1,7%	-386 051	-6,0%	949 037	15,6%	631 750	9,0%
21 Caldas da Rainha	M	-3 188 943	-25,9%	-1 927 568	-21,2%	-2 020 996	-28,2%	2 036 295	39,5%	616 861	8,6%
22 Mealhada	M	-683 363	-19,6%	-383 714	-13,6%	-1 866 489	-76,9%	124 759	22,2%	509 530	74,3%
23 Alter do Chão	P	257 967	8,3%	-790 292	-23,4%	-118 117	-4,6%	-263 808	-10,7%	459 820	20,9%
24 Vila Real de Santo António	P	6 093 769	10,0%	2 667 139	4,0%	3 220 977	4,6%	4 324 216	5,9%	445 296	0,6%
25 Reguengos de Monsaraz	P	436 396	2,4%	22 061	0,1%	1 573 003	8,5%	65 689	0,3%	439 421	2,2%
26 Pampilhosa da Serra	P	-116 832	-7,5%	-454 320	-31,7%	-404 169	-41,4%	-199 628	-34,8%	401 912	107,6%
27 Arouca	M	211 629	3,9%	-220	0,0%	-975 336	-17,3%	-634 033	-13,6%	390 794	9,7%
28 Oleiros	P	-136 718	-4,0%	-234 433	-7,1%	117 542	3,8%	260 285	8,2%	342 958	9,9%
29 Penedono	P	26 976	14,4%	4 082	1,9%	4 122	1,9%	606	0,3%	280 993	126,1%

Município	Dim.	2011		2012		2013		2014		2015	
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %
30 Óbidos	P	-889 032	-6,6%	-1658 990	-13,1%	-79 064	-0,7%	-1858 309	-17,0%	255 377	2,8%
31 Moura	P	-695 227	-6,5%	-309 420	-3,1%	279 531	2,9%	633 114	6,4%	219 058	2,1%
32 Alenquer	M	-2 563 187	-10,1%	-4 904 983	-21,6%	-1225 122	-6,9%	-4 351 477	-26,3%	186 738	1,5%
33 Peso da Régua	P	321 064	1,8%	-807 528	-4,3%	-482 870	-2,7%	483 898	2,8%	183 580	1,0%
34 São Roque do Pico	P	-1535 276	-50,6%	-296 155	-19,8%	-190 068	-15,8%	-534 804	-52,9%	153 939	32,3%
35 Elvas	M	-96 540	-3,4%	-316 566	-11,5%	-52 116	-2,1%	1028 990	43,0%	104 640	3,1%
36 Cadaval	P	-578 441	-9,9%	-1232 866	-23,3%	-346 971	-8,5%	-656 569	-17,7%	99 349	3,3%
37 Alvito	P	-1441 234	-49,8%	-301 111	-20,8%	-161 437	-14,0%	-197 237	-20,0%	95 703	12,1%
38 Arronches	P	-180 888	-8,3%	-218 583	-11,0%	-151 670	-8,6%	-174 348	-10,8%	79 527	5,5%
39 Proença-a-Nova	P	762 640	16,2%	-554 266	-10,1%	-350 356	-7,1%	-401 816	-8,8%	52 964	1,3%
40 Mira	P	-590 290	-7,9%	-2 391 970	-34,9%	-746 076	-16,7%	-281 371	-7,6%	48 233	1,4%
41 Vila de Rei	P	-2 163 889	-35,5%	-1531 219	-39,0%	-193 157	-8,1%	-174 986	-7,9%	31 697	1,6%
42 Sertã	P	-2 202 233	-20,3%	-1724 345	-19,9%	-1677 433	-24,2%	-655 199	-12,4%	21 318	0,5%
43 Castelo de Vide	P	13 440	1,0%	-564 769	-41,4%	-142 462	-17,8%	-123 687	-18,8%	12 096	2,3%
44 São Brás de Alportel	P	-986 047	-20,8%	-363 183	-9,7%	-495 209	-14,6%	-82 987	-2,9%	1 667	0,1%

Considerando que com diminuição do passivo exigível se identificaram 264 municípios à data de dezembro de 2015, hierarquizam-se no Ranking R44, os 50 municípios que apresentaram maior diminuição de dívida total.

· Deste Ranking há a salientar a prestação dos seis primeiros municípios que apresentaram uma descida de passivo exigível superior a 10 M€: Sintra (-40,1%, -31M€); Oeiras (-14,8 M€, -20,9%); Portimão (-14,4 M€), -0,3%); Braga (- 11,1M€, -15,9%); Aveiro (-10,6 M€, -8,4%) e Seixal (-10,3 M€, -11%).

R44 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2015

Unidade: euros

	Município	Dim.	2011		2012		2013		2014		2015	
			Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %
1	Sintra	G	24 667 975	18,4%	-57 903 614	-36,5%	-13 250 445	-13,2%	-9 950 336	-11,4%	-31 043 371	-40,1%
2	Oeiras	G	-9 491 808	-14,4%	-7 140 783	-12,7%	27 012 507	54,8%	-5 455 952	-7,1%	-14 783 168	-20,9%
3	Portimão	M	11 194 657	7,6%	7 440 263	4,7%	-7 938 119	-4,8%	-3 536 786	-2,2%	-14 375 881	-9,3%
4	Braga	G	-6 908 070	-7,8%	-3 310 078	-4,0%	-2 597 678	-3,3%	-5 841 997	-7,7%	-11 104 628	-15,9%
5	Aveiro	M	-15 221 418	-9,4%	-16 060 209	-10,9%	-7 004 510	-5,4%	2 790 411	2,3%	-10 562 034	-8,4%
6	Seixal	G	32 064 909	46,9%	4 305 965	4,3%	-8 920 224	-8,5%	-2 288 393	-2,4%	-10 291 457	-11,0%
7	Funchal	G	7 064 431	6,7%	-2 946 980	-2,6%	-14 582 276	-13,4%	-10 554 756	-11,2%	-9 562 098	-11,4%
8	Faro	M	-3 993 688	-5,6%	-4 901 764	-7,2%	-4 161 020	-6,6%	-5 971 459	-10,2%	-8 863 023	-16,8%
9	Porto	G	-19 485 218	-13,8%	-10 788 149	-8,9%	-6 992 715	-6,3%	-3 116 422	-3,0%	-8 552 921	-8,5%
10	Paredes	M	7 639 106	14,4%	4 156 019	6,9%	-1 803 171	-2,8%	241 876	0,4%	-8 524 514	-13,5%
11	Lagos	M	2 720 262	5,5%	-565 651	-1,1%	12 635 536	24,4%	-7 749 599	-12,0%	-8 434 338	-14,9%
12	Chaves	M	-2 410 879	-5,3%	-1 632 411	-3,8%	5 234 952	12,7%	30 138	0,1%	-7 887 667	-17,0%
13	Cascais	G	-7 587 862	-8,2%	13 767 339	16,2%	5 925 267	6,0%	-23 060 851	-22,0%	-7 737 576	-9,5%
14	Loures	G	-3 355 877	-3,9%	-12 587 653	-15,4%	-9 222 037	-13,3%	-12 106 772	-20,1%	-7 483 812	-15,6%
15	Leiria	G	-10 777 050	-13,2%	-13 780 523	-19,5%	-8 752 409	-15,4%	12 387 743	25,7%	-7 131 114	-11,8%
16	Santa Maria da Feira	G	2 088 586	2,7%	-12 242 376	-15,5%	-10 905 695	-16,3%	-4 292 929	-7,7%	-6 720 220	-13,0%
17	Vila do Conde	M	-4 685 736	-6,4%	-1 459 325	-2,1%	-6 693 183	-10,1%	-4 511 874	-7,5%	-6 632 498	-12,0%
18	Odivelas	G	-8 671 795	-13,7%	-6 994 272	-12,8%	-6 988 201	-14,6%	-7 104 117	-17,4%	-6 110 439	-18,2%
19	Gondomar	G	-4 427 189	-3,4%	-10 057 926	-8,0%	-4 436 031	-3,8%	-1 335 137	-1,2%	-5 874 842	-5,3%
20	Santarém	M	15 300 595	18,1%	-7 594 509	-7,6%	-7 175 097	-7,8%	-7 746 653	-9,1%	-5 629 480	-7,3%
21	Figueira da Foz	M	-2 228 746	-3,6%	-4 881 304	-8,2%	-6 786 904	-12,4%	-5 904 228	-12,3%	-5 554 647	-13,1%
22	Santa Cruz	M	437 478	1,0%	-2 371 185	-5,5%	-4 300 245	-10,5%	-4 166 435	-11,3%	-5 529 148	-16,9%
23	Praia da Vitória	M	-576 761	-3,1%	-1 278 069	-7,1%	-940 349	-5,7%	-1 775 926	-11,3%	-4 883 045	-35,1%
24	Alcobaça	M	-3 085 610	-10,2%	-7 729 779	-28,5%	-3 445 499	-17,8%	-3 350 885	-21,0%	-4 807 638	-38,1%
25	Fundão	M	-2 072 922	-2,5%	370 380	0,5%	184 158	0,2%	-4 727 751	-5,8%	-4 710 952	-6,1%
26	Oliveira de Azeméis	M	-1 795 413	-3,6%	-8 115 130	-17,0%	-1 696 671	-4,3%	-7 115 432	-18,8%	-4 547 210	-14,8%
27	Portalegre	M	-4 577 373	-8,7%	-2 819 865	-5,8%	-4 983 674	-11,0%	-2 892 063	-7,1%	-4 524 328	-12,0%
28	Mafra	M	-3 033 248	-9,7%	-4 653 448	-16,4%	7 703 897	32,6%	-8 135 490	-26,0%	-4 454 429	-19,2%
29	Guarda	M	-7 657 805	-12,4%	-5 625 999	-10,4%	-5 560 389	-11,5%	-7 601 318	-17,8%	-4 346 435	-12,4%

Município	Dim.	2011		2012		2013		2014		2015		
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	
30	Ponta Delgada	M	-2 137 578	-6,5%	-3 233 917	-10,6%	-2 036 224	-7,4%	7 907 135	31,2%	-4 272 299	-12,8%
31	Machico	M	7 127 038	29,7%	-3 457 990	-11,1%	-1307 563	-4,7%	-9 342 238	-35,5%	-4 201 347	-24,7%
32	Espinho	M	2 232 268	5,3%	2 561 938	5,8%	-6 217 306	-13,3%	-3 809 668	-9,4%	-4 156 857	-11,3%
33	Nazaré	P	13 570 755	46,4%	-2 895 795	-6,8%	2 104 249	5,3%	-1660 253	-4,0%	-4 144 210	-10,3%
34	Cantanhede	M	-1265 497	-3,4%	-3 047 151	-8,4%	-3 999 637	-12,1%	-2 237 238	-7,7%	-4 084 332	-15,2%
35	Trofa	M	1928 006	4,6%	-3 289 042	-7,5%	1522 170	3,7%	-946 492	-2,2%	-3 976 193	-9,6%
36	Lagoa (Algarve)	M	-2 062 635	-11,8%	-4 368 712	-28,5%	-1467 078	-13,4%	-882 460	-9,3%	-3 956 058	-45,8%
37	Alijó	P	70 828	0,3%	-1467 358	-5,8%	-2 428 616	-10,2%	198 584	0,9%	-3 592 149	-16,6%
38	Paços de Ferreira	M	-639 342	-1,0%	-3 139 699	-4,9%	6 715 697	11,0%	-4 418 890	-6,5%	-3 588 518	-5,7%
39	Tomar	M	5 970 859	18,3%	-4 225 217	-10,9%	-3 730 359	-10,8%	138 666	0,5%	-3 584 378	-11,6%
40	Marco de Canaveses	M	-4 449 571	-10,5%	-2 388 443	-6,3%	-2 501 016	-7,0%	276 384	0,8%	-3 118 651	-9,3%
41	Barreiro	M	7 182 687	19,5%	-5 503 061	-12,5%	-5 145 309	-13,4%	-3 927 314	-11,8%	-3 107 401	-10,6%
42	Ribeira Brava	P	2 977 618	16,3%	-1240 416	-5,8%	-5 299 875	-26,5%	-3 759 466	-25,6%	-3 013 123	-27,5%
43	Vale de Cambra	M	-2 197 781	-9,7%	-2 417 890	-11,8%	-1363 117	-7,6%	-3 591 740	-21,6%	-2 858 271	-21,9%
44	Silves	M	-2 549 837	-8,3%	-10 729 569	-38,3%	-2 378 263	-13,8%	386 803	2,6%	-2 814 996	-18,4%
45	Palmela	M	-428 676	-1,5%	1316 025	4,6%	-1297 140	-4,4%	-2 775 241	-9,7%	-2 792 719	-10,9%
46	Olhão	M	-830 804	-2,4%	-3 872 976	-11,3%	-4 964 477	-16,3%	-2 181 838	-8,5%	-2 776 131	-11,9%
47	Valongo	M	-4 693 816	-6,7%	-5 088 773	-7,7%	-6 623 917	-10,9%	-5 930 883	-11,0%	-2 689 765	-5,6%
48	Torres Vedras	M	3 456 208	8,7%	-7 092 673	-16,5%	-5 264 674	-14,6%	-3 188 693	-10,4%	-2 585 127	-9,4%
49	Rio Maior	M	-689 757	-2,9%	-2 375 029	-10,3%	-939 428	-4,5%	-769 089	-3,9%	-2 565 621	-13,5%
50	Santa Comba Dão	P	170 844	0,9%	-2 371 628	-11,8%	-280 628	-1,6%	757 449	4,4%	-2 389 424	-13,2%

Com os Rankings R44.A e R44.M apresentam-se os municípios dos Açores e da Madeira hierarquizados pelo maior volume de descida da sua dívida total.

R44.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. dos Açores em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	2011		2012		2013		2014		2015	
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %
1 Praia da Vitória	M	-576 761	-3,1%	-1278 069	-7,1%	-940 349	-5,7%	-1775 926	-11,3%	-4 883 045	-35,1%
2 Ponta Delgada	M	-2 137 578	-6,5%	-3 233 917	-10,6%	-2 036 224	-7,4%	7 907 135	31,2%	-4 272 299	-12,8%
3 Vila Franca do Campo	P	2 400 019	8,7%	-543 904	-1,8%	-1421122	-4,8%	-1050 664	-3,7%	-1505 586	-5,6%
4 Nordeste	P	3 316 848	21,8%	-1476 143	-8,0%	-73 969	-0,4%	-1677 536	-9,9%	-1161559	-7,6%
5 Calheta (R. A. A.)	P	-412 698	-4,1%	-1428 763	-14,8%	-985 698	-12,0%	-849 505	-11,7%	-1119 346	-17,5%
6 Lajes do Pico	P	-1089 597	-11,8%	-531091	-6,5%	1921967	25,3%	-1870 279	-19,6%	-1018 064	-13,3%
7 Horta	P	-864 177	-9,2%	-1532 473	-17,9%	-395 651	-5,6%	-685 387	-10,3%	-965 560	-16,3%
8 Velas	P	-1357 136	-12,6%	-1821025	-19,4%	-1322 578	-17,4%	-576 754	-9,2%	-845 665	-14,9%
9 Povoação	P	-3 422 655	-9,7%	-10 675 252	-33,5%	-13 606 392	-64,3%	-1 318 461	-17,5%	-726 644	-11,7%
10 Lajes das Flores	P	-184 294	-8,7%	294 528	15,3%	1 229 060	55,4%	-2 271 232	-65,8%	-472 935	-40,1%
11 Madalena	P	-1105 979	-17,6%	-816 853	-15,7%	-693 725	-15,9%	-377 595	-10,3%	-444 319	-13,5%
12 Ribeira Grande	M	-3 383 608	-15,5%	-2 513 011	-13,7%	-4 295 726	-27,0%	-1110 000	-9,6%	-279 211	-2,7%
13 Vila do Porto	P	-431722	-25,1%	-161616	-12,5%	-289 487	-25,6%	-79 028	-9,4%	-268 311	-35,3%
14 Santa Cruz da Graciosa	P	120 789	4,8%	-240 678	-9,2%	-296 280	-12,5%	-326 062	-15,7%	-226 034	-12,9%
15 Angra do Heroísmo	M	-632 573	-2,3%	-2 868 118	-10,9%	-3 659 216	-15,6%	-1584 998	-8,0%	-209 375	-1,2%
16 Santa Cruz das Flores	P	-95 497	-8,3%	-259 695	-24,6%	-215 136	-27,0%	-176 141	-30,3%	-65 301	-16,1%
17 Corvo	P	33 204	2,2%	-348 665	-22,3%	-107 470	-8,8%	-119 883	-10,8%	-34 511	-3,5%
18 São Roque do Pico	P	-1535 276	-50,6%	-296 155	-19,8%	-190 068	-15,8%	-534 804	-52,9%	153 939	32,3%
19 Lagoa (R.A.A)	P	-2201268	-17,0%	-1324 022	-12,3%	-965 265	-10,2%	-1608 007	-19,0%	2 031239	29,6%

R44.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira em 2015

Unidade: euros

Município	Dim.	2011		2012		2013		2014		2015	
		Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %	Δ valor	Δ %
1 Funchal	G	7 064 431	6,7%	-2 946 980	-2,6%	-14 582 276	-13,4%	-10 554 756	-11,2%	-9 562 098	-11,4%
2 Santa Cruz	M	437 478	1,0%	-2 371185	-5,5%	-4 300 245	-10,5%	-4 166 435	-11,3%	-5 529 148	-16,9%
3 Machico	M	7 127 038	29,7%	-3 457 990	-11,1%	-1 307 563	-4,7%	-9 342 238	-35,5%	-4 201347	-24,7%
4 Ribeira Brava	P	2 977 618	16,3%	-1240 416	-5,8%	-5 299 875	-26,5%	-3 759 466	-25,6%	-3 013 123	-27,5%
5 Porto Santo	P	2 489 944	33,8%	-989 883	-10,0%	-4 203 260	-47,4%	-184 405	-3,9%	-2 182 405	-48,7%
6 Câmara de Lobos	M	-611061	-2,9%	-2 048 800	-9,9%	-5 182 317	-27,7%	-1444 650	-10,7%	-1851129	-15,3%
7 Calheta (R. A. M.)	P	1981333	15,6%	-1622 798	-11,1%	-2 168 765	-16,6%	-1584 662	-14,6%	-1780 911	-19,2%
8 São Vicente	P	941693	10,4%	-2 465 364	-24,8%	2 345 239	31,3%	-2 309 478	-23,5%	-1329 886	-17,7%
9 Ponta do Sol	P	-707 683	-13,5%	-1666 533	-36,6%	-1195 099	-41,4%	-1109	-0,1%	-712 025	-42,2%
10 Porto Moniz	P	-1519 118	-23,0%	-885 664	-17,4%	-201786	-4,8%	-219 387	-5,5%	-574 183	-15,2%
11 Santana	P	124 071	0,8%	-4 060 551	-27,3%	-3 355 396	-31,0%	-2 963 332	-39,6%	-417 002	-9,2%

3.5.3. Endividamento das Autarquias

3.5.3.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013

O ano de 2015 foi o segundo ano da vigência da nova Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013¹³⁵. Neste ponto do Capítulo 3 – Análise Financeira Económica e Patrimonial dos Municípios, apresentar-se-á o montante da dívida total dos municípios com vista à determinação da sua capacidade de endividamento, considerando apenas o sector autárquico em sentido restrito não abrangendo a totalidade dos entes que constituem os Grupos Autárquicos, isto é, sem inclusão das entidades referidas no n.º 1 do Artigo 54º da Lei 73/2013¹³⁶.

¹³⁵ A lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua redação atual, estabelece no seu artigo 52.º O conceito relativo ao endividamento municipal, que é o da dívida total das operações orçamentais. Os normativos desta lei estabelecem definem como limite da dívida total, que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, o valor correspondente a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Determina-se, ainda, no n.º 2 deste mesmo artigo que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

¹³⁶ No artigo 54.º do RFALEI – Definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. As entidades que relevam são:

- Os e serviços municipalizados intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelo setor empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A-/2008, de 31 de dezembro, e 55-A-/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime;
- As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º

Acresce referir que essa inclusão apenas relevaria para a determinação dos limites de endividamento na ótica do limite da dívida total, continuando a ter que se individualizar a dívida do município considerando os seus serviços simples sem autonomia. Anota-se que do cálculo apresentado neste Anuário não deverá provir desvio relevante em relação ao endividamento, uma vez que, a reforma exigida às autarquias no que se refere ao controlo e avaliação de entidades na esfera do seu sector empresarial¹³⁷, obriga a que estas apresentem equilíbrio de contas, não concorrendo nesta circunstância, para os limites da dívida total do município, sob pena de terem que ser extintas. Refere-se, ainda, que em relação à informação sobre empréstimos excecionados citados na norma transitória da Lei n.º 73/2013, não tem sido possível obter informação que isole os referidos empréstimos, pelo que, se tem considerado a totalidade do capital em dívida de médio e longo prazo, de cada município¹³⁸.

No Quadro 3.18 apresenta-se a dívida total¹³⁹, considerando o universo dos 308 municípios, com base nos dados apresentados nos mapas de prestação de contas.

¹³⁷ da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º). Os Orçamentos do Estado para 2015 e para 2016 preveem que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

¹³⁷ Da qual resultou extinções e ou fusões

¹³⁸ Relativamente ao exercício de 2016, verifica-se que a alteração à lei do RFFL introduzida pela Lei n.º 7-A-/2016, de 30 de março, diploma que aprovou o OE para 2016, excluiu do computo do cálculo do limite de endividamento o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7 do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

¹³⁹ O cálculo da dívida total, embora numa percentagem muito pouco significativa e por isso sem influência relevante na determinação do seu valor, envolveu alguns conspícuos que derivam do facto de não ser possível isolar completamente a dívida de curto prazo de origem não orçamental. Efetivamente na atual informação prestada pelos municípios em sede de prestação de contas, há rubricas do passivo em relação às quais não é possível distinguir eventuais valores relacionados com operações de tesouraria dos valores de natureza orçamental. Assim, optou-se por deduzir ao passivo de curto prazo o saldo de operações de tesouraria obtido do mapa de fluxos de caixa.

Quadro 3.18 – Limite à dívida total

Unidade: milhões de euros

Indicadores	2013	2014	2015
Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (a)	5 678,2	5 715,1	5 904,8
Limite da dívida total: (b) = 1,5 x (a)	8 517,4	8 572,6	8 857,2
Passivo Exigível* (c)	6 722,4	6 233,9	5 783,7
Dívidas não orçamentais (d)	186,1	189,5	189,4
Dívida Total (e) = (c) - (d)	6 536,3	6 044,4	5 594,3
Índice do limite à dívida total (f) = (e) / (b) (Índice permitido <= 100%)	76,7%	70,5%	63,2%
N.º de municípios que excedem o limite da dívida total	81	69	45

* Engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais

Da observação do Quadro 3.18 referente ao limite da dívida municipal, pode-se concluir:

- Em 2015, considerando o universo dos 308 municípios o valor da dívida total¹⁴⁰ ficou distante 36,8 pp do limite máximo da dívida total determinado com base no artigo 52.º da Lei das finanças locais, aumentando esse distanciamento em +7,3 pp relativamente ao verificado em 2014.
- O índice de 63,2% obtido para a razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente líquida nos últimos três exercícios, é um ótimo indicador da melhoria da situação global de endividamento das autarquias.

· No entanto, em 2015, ainda houve 45 municípios que excederam o limite da dívida total indicado no artigo 52 da LFL. Todavia o número de municípios nesta situação vem decrescendo como se pode verificar pela leitura da última linha do Quadro 3.18.

3.5.3.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do Artigo 52.º, Lei 73/2013

Porque a Lei 73/2013 contém indicadores que servirão de sinal de alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento, observando as contas dos 308 municípios procedeu-se ao cálculo dos mesmos para cada um dos municípios obtendo-se o ponto de situação apresentada no Quadro 3.19.

Quadro 3.19 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira

Situação da Dívida total:	N.º de Municípios		
	2013	2014	2015
Inferior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	227	239	263
Superior à média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	144	126	100
Superior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	81	69	45
Entre 1,5 e 2,25 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	42	41	25
Entre 2,25 e 3 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	21	12	7
Superior a 3 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	18	16	13

¹⁴⁰ Sem excecionar qualquer tipo de empréstimo e sem considerar os montantes o apuramento da dívida de entidades relevantes para o efeito, definidas no artigo 54.º da LFL pelas razões já apresentadas

Os cálculos efetuados, para a determinação dos indicadores apresentados no Quadro 3.19 permitem apresentar as seguintes conclusões.

- **Situações que teriam exigido saneamento financeiro do município¹⁴¹:**
 - Em 2015, **sete Municípios poderiam ter sido compelidos a contrair empréstimo para saneamento financeiro**, pois demonstraram em dezembro de 2015 **um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.**
- **Situações que obrigariam à recuperação financeira municipal¹⁴²:**
 - **13 Municípios apresentaram em dezembro de 2015 uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios.** Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal.
- **Situações que exigiriam a contração de empréstimos para saneamento financeiro¹⁴³:**
 - **Em dezembro de 2015, 100 municípios demonstraram sinais de alerta precoce¹⁴⁴, nos termos do n.º1 do artigo 56.º da LFL.** Efetivamente àquela data, estes municípios, **apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios;**
 - **Outros 25 municípios apresentaram, em dezembro de 2015, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média;**

¹⁴¹ Situação em que o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º da LFL.

¹⁴² O artigo 61º da LFL considera que um município está em rutura financeira sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). Recorreram ao FAM, ainda no período prévio às candidaturas ao mesmo e a título de emergência os municípios de Aveiro e Vila Nova de Poiares, Nazaré, Cartaxo, Santa Comba Dão e Alfandega da Fé.

¹⁴³ Sempre que o município atinja ou ultrapasse a média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, nos termos do n.º2 do artigo 58.º da LFL, pode contrair empréstimos para saneamento financeiro

¹⁴⁴ Nos termos do n.º1 do artigo 56.º da LFL, sempre que, na informação prestada à DGAL, a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, serão informados os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, e os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

- **A LFL¹⁴⁵ permite que os municípios em outras duas situações, ambas relacionadas com a indexação à receita corrente da dívida total deduzida de empréstimos, possam¹⁴⁶ contrair financiamentos bancários para saneamento financeiro.** O Quadro 3.20 enquadra os municípios nas situações consideradas limite pela LFL, para esse efeito. Assim:
 - **21 Municípios** apresentaram, em dezembro de 2015 o valor da **dívida total deduzida dos empréstimos, superior a 0,75 da média da receita corrente cobrada nos três últimos exercícios.**

Quadro 3.20 – Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira

N.º de municípios com Dívida total deduzida dos empréstimos	2013	2014	2015
inferior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	266	276	287
superior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	42	32	21

- **Outras situações de alerta precoce relacionados com desvios¹⁴⁷ na execução da receita:**
 - **155 Municípios** apresentaram, em dezembro de 2014, uma **taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Destes, 142 apresentaram a mesma situação em 2013, pelo que deveriam em 2015 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.**

¹⁴⁵ No n.º1 do artigo 58º da LFL são apresentadas outras duas situações decorrentes das quais os municípios podem contrair empréstimos para saneamento financeiro tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. Essas situações são as seguintes: a dívida total do município ultrapasse o limite de 1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos três exercícios anteriores ou, o montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita calculada nos termos referidos

¹⁴⁶ A lei refere expressamente que deveriam, embora sem obrigatoriedade

¹⁴⁷ Nos n.º2 e n.º3 do artigo 56.º da LFL são apresentados outros dois sinais de alerta precoce. (i) quando a dívida total ultrapassar 1,5 vezes a média da referida receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, para além presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças será informado o Banco de Portugal. (ii) quando o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85% serão informadas as mesmas entidades com exceção do banco de Portugal.

- Situações de equilíbrio orçamental:
 - Em dezembro de 2015, **24 municípios** apresentaram um montante da **receita corrente cobrada inferior** à despesa corrente **paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo**.
 - Quer dizer que, **estes 24 municípios apresentaram um saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo negativo, quando calculado na base dos pagamentos**. Contudo, só em relação a **13 destes municípios o valor absoluto do saldo foi superior a 5% das receitas correntes totais**. Nos restantes 11 municípios, o valor absoluto do saldo foi inferior a 5% das receitas correntes totais.

- Calculando o **Saldo Corrente na base da despesa corrente assumida**¹⁴⁸ deduzido das amortizações médias dos empréstimos, **88 municípios apresentaram-no com valor negativo**. **Destes, 44 municípios apresentaram a diferença negativa com valor absoluto superior a 5% das receitas totais cobradas**.

Com base nos cálculos efetuados apresentam-se dois *Rankings* que listam os 50 municípios com melhor ou pior indicador do limite da dívida total (R45 e R46, respetivamente).

¹⁴⁸ Entende-se que o Saldo Corrente obtido na base dos compromissos dá uma imagem mais fiável e verdadeira da situação patrimonial dos municípios quanto ao saldo do exercício.

R45 – Municípios com melhor índice de dívida total

Unidade: euros

Município	Dim.	2013			2014			2015		
		Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 Mealhada	M	10 801 259	12 581	0,00	11 516 835	0	0,00	11 606 747	569 333	0,05
2 Pampilhosa da Serra	P	7 046 875	288 660	0,04	7 393 012	165 014	0,02	8 014 137	430 474	0,05
3 Penedono	P	3 252 548	3 665	0,00	3 549 032	113	0,00	3 965 926	260 194	0,07
4 Benavente	M	13 603 977	2 011 406	0,15	14 010 111	2 294 065	0,16	14 419 019	1 374 606	0,10
5 Castelo de Vide	P	3 942 633	581 852	0,15	4 154 216	460 009	0,11	4 409 311	476 506	0,11
6 Vila do Porto	P	3 264 236	804 251	0,25	3 494 259	721 150	0,21	3 869 910	456 950	0,12
7 Alcácer do Sal	P	12 317 319	1 088 450	0,09	12 946 280	2 432 297	0,19	13 504 798	1 626 104	0,12
8 Ponte de Lima	M	21 724 707	2 150 481	0,10	22 182 597	4 473 965	0,20	22 891 809	3 147 408	0,14
9 Viana do Alentejo	P	4 387 482	919 786	0,21	4 803 062	1 033 901	0,22	5 132 790	735 794	0,14
10 Redondo	P	5 987 958	591 478	0,10	5 961 271	1 021 339	0,17	6 246 466	927 151	0,15
11 Lagoa (Algarve)	M	25 696 132	9 154 768	0,36	26 062 621	8 273 662	0,32	27 514 429	4 089 231	0,15
12 Santa Cruz das Flores	P	1 769 572	537 011	0,30	1 913 358	362 595	0,19	2 008 498	299 609	0,15
13 Cinfães	P	9 986 556	1 477 513	0,15	10 493 855	2 184 317	0,21	11 338 632	1 707 569	0,15
14 Penacova	P	7 191 855	328 587	0,05	7 620 943	1 453 331	0,19	8 406 935	1 347 901	0,16
15 Fafe	M	23 732 947	4 483 636	0,19	23 487 206	6 306 032	0,27	23 495 608	3 881 148	0,17
16 Vila Velha de Ródão	P	4 481 940	891 667	0,20	4 938 304	1 095 189	0,22	5 480 242	906 447	0,17
17 Elvas	M	14 121 564	1 694 125	0,12	14 420 429	2 838 115	0,20	15 622 062	2 879 202	0,18
18 São Roque do Pico	P	2 671 559	996 365	0,37	2 819 182	461 251	0,16	3 127 209	615 599	0,20

Município		Dim.	2013			2014			2015		
			Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
19	Ponta do Sol	P	4 343 019	1 653 633	0,38	4 357 064	1 642 468	0,38	4 644 846	943 155	0,20
20	Marinha Grande	M	18 297 276	4 764 042	0,26	18 382 456	5 022 896	0,27	19 056 060	3 973 585	0,21
21	Alvito	P	3 047 136	898 200	0,29	3 214 664	720 228	0,22	3 399 264	816 900	0,24
22	Ovar	M	26 091 136	7 367 460	0,28	24 126 347	5 769 486	0,24	22 661 723	5 457 138	0,24
23	Montemor-o-Novo	P	12 433 267	4 171 315	0,34	12 728 934	4 761 551	0,37	13 642 662	3 347 652	0,25
24	Miranda do Corvo	P	6 859 836	3 265 555	0,48	7 296 323	2 634 287	0,36	7 657 721	1 881 256	0,25
25	Tondela	M	13 916 391	6 124 142	0,44	14 453 360	5 842 450	0,40	15 527 823	3 818 960	0,25
26	Vinhais	P	7 184 127	2 713 996	0,38	7 708 149	2 300 700	0,30	8 498 524	2 167 429	0,26
27	Porto de Mós	M	12 884 309	4 212 425	0,33	13 224 126	4 347 539	0,33	14 015 977	3 655 764	0,26
28	Alcobaça	M	23 605 624	14 443 777	0,61	24 316 613	11 407 900	0,47	25 584 714	6 792 675	0,27
29	Sátão	P	6 211 765	2 824 988	0,45	6 647 433	2 745 625	0,41	7 287 419	1 935 152	0,27
30	Campo Maior	P	6 069 720	2 457 916	0,40	6 400 553	1 932 744	0,30	6 803 327	1 835 192	0,27
31	Castelo Branco	M	28 293 887	9 332 514	0,33	28 853 122	10 017 098	0,35	29 936 516	8 091 158	0,27
32	Batalha	P	7 471 591	2 547 267	0,34	7 360 767	2 652 062	0,36	7 849 201	2 137 517	0,27
33	Pombal	M	27 142 687	13 695 608	0,50	27 629 983	9 933 329	0,36	29 502 096	8 315 571	0,28
34	Vila Nova de Foz Côa	P	6 676 714	4 091 248	0,61	7 064 961	3 028 862	0,43	7 902 644	2 260 109	0,29
35	Lajes das Flores	P	2 387 870	3 396 687	1,42	2 157 682	1 122 163	0,52	2 271 942	650 837	0,29
36	Coruche	P	12 983 277	4 851 635	0,37	13 591 114	4 895 969	0,36	14 083 017	4 122 832	0,29
37	Sintra	G	144 517 204	84 479 075	0,58	146 377 755	73 715 577	0,50	146 878 880	43 656 457	0,30
38	Murtosa	P	5 120 703	1 688 031	0,33	5 337 970	2 088 722	0,39	5 804 694	1 734 244	0,30
39	São Brás de Alportel	P	8 114 319	2 676 964	0,33	8 217 872	2 595 373	0,32	8 361 367	2 519 823	0,30
40	Bragança	M	23 215 105	10 419 146	0,45	24 029 996	9 298 921	0,39	25 261 350	7 642 164	0,30
41	Gavião	P	4 311 382	1 796 356	0,42	4 504 617	1 836 652	0,41	4 921 173	1 497 266	0,30
42	Mação	P	6 594 402	2 201 799	0,33	6 864 138	2 657 982	0,39	7 276 627	2 278 603	0,31
43	Boticas	P	5 743 751	2 675 757	0,47	6 072 892	2 558 642	0,42	6 695 862	2 103 185	0,31
44	Arouca	M	11 079 641	4 143 446	0,37	11 554 395	3 559 518	0,31	12 237 090	3 902 042	0,32
45	Albufeira	M	55 508 127	41 855 332	0,75	60 371 829	22 865 240	0,38	65 899 690	21 082 315	0,32
46	Cadaval	P	7 296 699	3 262 107	0,45	7 675 493	2 590 888	0,34	8 083 817	2 611 883	0,32
47	Condeixa-a-Nova	P	8 948 740	3 612 092	0,40	9 113 703	3 406 292	0,37	9 367 487	3 083 064	0,33
48	Castro Daire	P	9 672 588	4 414 572	0,46	10 151 217	4 151 631	0,41	11 157 232	3 765 109	0,34
49	Alcoutim	P	5 034 170	1 088 625	0,22	5 297 623	1 296 022	0,24	5 758 827	1 961 242	0,34
50	Montalegre	P	12 009 044	5 598 660	0,47	12 809 147	6 018 266	0,47	13 687 283	4 712 962	0,34

R46 – Municípios com maior índice de dívida total

Unidade: euros

Município	Dim.	2013			2014			2015		
		Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 Fornos de Algodres	P	3 948 891	32 606 279	8,26	4 146 134	31 248 213	7,54	4 473 891	29 822 036	6,67
2 Vila Real Sto. António	P	18 435 138	72 551 014	3,94	17 725 441	76 655 583	4,32	17 659 578	76 929 095	4,36
3 Cartaxo	M	13 591 189	46 721 323	3,44	11 084 957	46 125 569	4,16	11 179 873	47 014 651	4,21
4 Vila Franca do Campo	P	5 173 343	27 822 198	5,38	5 662 885	26 837 020	4,74	6 271 262	25 359 562	4,04
5 Nordeste	P	3 081 620	16 890 365	5,48	3 319 348	15 239 884	4,59	3 767 447	14 110 127	3,75
6 Fundão	M	17 997 983	81 556 247	4,53	18 646 008	76 870 121	4,12	19 658 771	72 108 604	3,67
7 Portimão	M	37 757 545	157 895 637	4,18	37 716 100	154 501 933	4,10	38 906 601	139 999 056	3,60
8 Vila Nova de Poiares	P	4 455 628	19 975 350	4,48	4 672 103	19 293 112	4,13	5 167 393	17 848 212	3,45
9 Nazaré	P	9 950 486	42 000 170	4,22	10 362 863	39 219 748	3,78	10 433 941	35 499 162	3,40
10 Alfândega da Fé	P	4 859 660	20 215 500	4,16	5 496 106	20 537 454	3,74	6 085 476	19 909 044	3,27
11 Aveiro	M	36 503 430	123 099 126	3,37	34 814 321	125 846 430	3,61	36 813 028	115 289 919	3,13
12 Alandroal	P	5 654 805	21 097 818	3,73	6 011 458	22 066 969	3,67	6 673 189	20 447 674	3,06
13 Seia	M	14 863 174	55 639 965	3,74	15 934 400	52 927 469	3,32	16 853 787	50 822 252	3,02
14 Paços de Ferreira	M	18 857 045	67 026 887	3,55	19 768 894	62 534 920	3,16	20 424 089	58 924 480	2,89
15 Covilhã	M	22 933 646	64 197 124	2,80	22 663 134	56 546 832	2,50	22 702 705	63 592 976	2,80
16 Celorico da Beira	P	6 364 053	21 685 467	3,41	6 494 120	20 653 739	3,18	6 963 997	19 477 890	2,80
17 Freixo de Espada à Cinta	P	4 338 808	17 996 000	4,15	4 634 133	15 494 416	3,34	5 186 198	14 218 511	2,74
18 Santa Comba Dão	P	5 854 792	17 239 030	2,94	6 140 960	18 056 264	2,94	6 500 764	15 666 174	2,41
19 Portalegre	M	13 852 756	40 412 618	2,92	13 756 431	37 513 834	2,73	14 022 331	33 017 303	2,35
20 Tabuaço	P	5 389 088	13 293 396	2,47	5 516 269	11 847 692	2,15	5 935 166	13 719 354	2,31
21 Évora	M	32 044 818	81 337 705	2,54	32 137 346	77 029 109	2,40	34 053 912	76 479 569	2,25
22 Mourão	P	3 500 732	9 504 698	2,72	3 883 442	9 867 837	2,54	4 202 589	9 385 165	2,23
23 Santarém	M	29 778 657	83 858 802	2,82	30 755 597	76 337 274	2,48	31 866 385	70 872 817	2,22
24 Trofa	M	14 902 968	41 324 468	2,77	15 429 164	40 214 687	2,61	17 169 928	36 282 650	2,11
25 Castanheira de Pêra	P	2 878 042	10 023 848	3,48	3 153 124	8 819 894	2,80	3 552 932	7 450 319	2,10
26 Alpiarça	P	4 732 755	11 406 619	2,41	4 880 419	10 719 961	2,20	5 058 282	10 530 227	2,08
27 Reguengos de Monsaraz	P	8 671 888	19 796 288	2,28	9 059 468	19 812 819	2,19	9 940 072	20 290 988	2,04
28 Alijó	P	7 261 504	20 780 564	2,86	7 913 815	20 944 653	2,65	8 982 126	17 326 890	1,93
29 Vizela	M	9 182 822	20 313 232	2,21	9 368 521	20 252 990	2,16	9 869 738	18 969 604	1,92
30 Montemor-o-Velho	M	10 842 822	27 421 942	2,53	11 403 076	25 848 387	2,27	12 498 509	23 762 136	1,90

Município		Dim.	2013			2014			2015		
			Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
31	Tarouca	P	6 320 409	13 657 126	2,16	6 687 572	13 858 948	2,07	7 094 655	13 263 450	1,87
32	Mesão Frio	P	3 356 138	8 437 237	2,51	3 485 509	7 916 483	2,27	3 779 782	7 056 309	1,87
33	Lamego	M	15 100 495	29 362 273	1,94	15 812 271	31 110 437	1,97	16 633 083	30 426 682	1,83
34	Vila Nova de Gaia	G	102 692 644	198 855 815	1,94	102 834 913	175 545 128	1,71	100 915 445	183 308 329	1,82
35	Mondim de Basto	P	5 141 459	13 809 047	2,69	5 694 505	13 005 909	2,28	6 246 865	11 292 303	1,81
36	Gondomar	G	58 051 587	108 806 013	1,87	58 024 376	107 333 970	1,85	56 792 703	101 132 535	1,78
37	Lajes do Pico	P	3 162 540	9 457 339	2,99	3 425 416	7 645 520	2,23	3 791 356	6 626 845	1,75
38	Peso da Régua	P	9 789 677	17 289 844	1,77	9 933 121	17 782 777	1,79	10 372 741	17 981 812	1,73
39	Santa Cruz	M	14 687 095	36 596 790	2,49	14 897 824	32 509 208	2,18	15 877 289	26 902 837	1,69
40	Chaves	M	20 407 893	45 221 267	2,22	21 546 150	45 096 316	2,09	23 002 520	37 202 962	1,62
41	Calheta (R. A. A.)	P	2 745 861	7 197 570	2,62	2 902 413	6 350 535	2,19	3 255 336	5 231 799	1,61
42	Nelas	P	7 201 786	14 804 535	2,06	7 563 195	13 872 071	1,83	8 131 164	12 342 725	1,52
43	Valongo	M	29 310 136	53 204 210	1,82	29 238 112	47 402 443	1,62	29 422 370	44 649 750	1,52
44	São Vicente	P	3 471 778	9 768 809	2,81	3 663 982	7 456 311	2,04	4 058 475	6 124 193	1,51
45	Vieira do Minho	P	6 601 290	15 610 950	2,36	7 050 523	13 750 370	1,95	7 901 111	11 920 017	1,51

Seguindo a metodologia adotada ao longo deste Anuário, sempre que se entenda pertinente, apresentam-se rankings homólogos aos rankings nacionais para os municípios das regiões dos Açores e da Madeira. Assim nas listagens R46.A e R46.M apresentam-se ordenados os índices da dívida total dos municípios respetivamente dos Açores e da Madeira.

Sendo fundamental para a avaliação da sustentabilidade financeira das autarquias a informação sobre a evolução do índice da dívida total, isto é, a evolução da razão entre a dívida total e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios, apresentam-se dois *Rankings* que listam respetivamente os 35 municípios que mais melhoraram este indicador e os 35 municípios que mais o agravaram em 2015 (R47 e R48, respetivamente).

R46.A – Índice de dívida total dos municípios da R.A. dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	2013			2014			2015		
		Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 Vila Franca do Campo	P	5 173 343	27 822 198	5,38	5 662 885	26 837 020	4,74	6 271 262	25 359 562	4,04
2 Nordeste	P	3 081 620	16 890 365	5,48	3 319 348	15 239 884	4,59	3 767 447	14 110 127	3,75
3 Lajes do Pico	P	3 162 540	9 457 339	2,99	3 425 416	7 645 520	2,23	3 791 356	6 626 845	1,75
4 Calheta (R. A. A.)	P	2 745 861	7 197 570	2,62	2 902 413	6 350 535	2,19	3 255 336	5 231 799	1,61
5 Angra do Heroísmo	M	10 568 866	19 602 729	1,85	11 204 203	18 025 446	1,61	12 355 150	17 786 740	1,44
6 Velas	P	3 330 455	6 252 571	1,88	3 283 174	5 676 797	1,73	3 711 015	4 837 117	1,30
7 Povoação	P	3 708 935	7 443 990	2,01	3 985 168	6 119 147	1,54	4 333 041	5 436 996	1,25
8 Praia da Vitória	M	6 554 626	15 613 359	2,38	6 926 650	13 866 651	2,00	7 520 222	8 987 828	1,20
9 Lagoa (R. A. A.)	P	6 568 720	8 347 196	1,27	6 774 061	6 732 301	0,99	7 317 538	8 649 553	1,18
10 Ponta Delgada	M	26 546 574	24 738 857	0,93	26 495 122	32 760 104	1,24	27 159 334	28 400 092	1,05
11 Corvo	P	975 123	1 088 992	1,12	1 054 986	972 558	0,92	1 176 446	945 404	0,80
12 Ribeira Grande	M	11 810 346	11 203 220	0,95	12 405 757	10 254 597	0,83	13 312 250	9 752 655	0,73
13 Madalena	P	3 697 443	3 660 763	0,99	3 942 071	3 277 854	0,83	4 335 133	2 828 836	0,65
14 Horta	P	6 766 289	6 422 808	0,95	7 074 114	5 729 623	0,81	7 569 934	4 748 403	0,63
15 Santa Cruz da Graciosa	P	2 419 276	1 993 344	0,82	2 632 725	1 682 095	0,64	2 888 364	1 503 344	0,52
16 Lajes das Flores	P	2 387 870	3 396 687	1,42	2 157 682	1 122 163	0,52	2 271 942	650 837	0,29
17 São Roque do Pico	P	2 671 559	996 365	0,37	2 819 182	461 251	0,16	3 127 209	615 599	0,20
18 Santa Cruz das Flores	P	1 769 572	537 011	0,30	1 913 358	362 595	0,19	2 008 498	299 609	0,15
19 Vila do Porto	P	3 264 236	804 251	0,25	3 494 259	721 150	0,21	3 869 910	456 950	0,12

R46.M – Índice de dívida total dos municípios da R.A. da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	2013			2014			2015		
		Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 Santa Cruz	M	14 687 095	36 596 790	2,49	14 897 824	32 509 208	2,18	15 877 289	26 902 837	1,69
2 São Vicente	P	3 471 778	9 768 809	2,81	3 663 982	7 456 311	2,04	4 058 475	6 124 193	1,51
3 Ribeira Brava	P	5 025 673	14 633 118	2,91	5 480 816	10 883 483	1,99	5 799 266	7 898 676	1,36
4 Machico	M	8 358 340	26 189 691	3,13	7 976 615	16 882 595	2,12	10 219 390	12 690 804	1,24
5 Funchal	G	65 504 959	93 876 865	1,43	66 239 023	83 337 162	1,26	66 564 365	73 848 291	1,11
6 Calheta (R. A. M.)	P	6 355 063	10 832 783	1,70	6 773 069	9 248 155	1,37	7 399 818	7 487 104	1,01
7 Câmara de Lobos	M	10 149 140	13 455 586	1,33	10 502 157	12 035 818	1,15	10 731 327	10 186 754	0,95
8 Porto Moniz	P	2 895 499	3 939 628	1,36	3 123 402	3 765 302	1,21	3 555 213	3 181 032	0,89
9 Santana	P	4 309 075	7 457 636	1,73	4 469 107	4 494 399	1,01	4 877 546	4 074 055	0,84
10 Porto Santo	P	3 860 436	4 582 005	1,19	4 610 695	4 077 726	0,88	4 901 870	1 905 834	0,39
11 Ponta do Sol	P	4 343 019	1 653 633	0,38	4 357 064	1 642 468	0,38	4 644 846	943 155	0,20

R47 – Municípios que mais melhoraram o índice de dívida total.

Unidade: euros

	Município	Dim.	Índice 2013	Índice 2014	Índice 2015	Varição Índice 14-15
1	Machico	M	3,13	2,12	1,24	-0,87
2	Fornos de Algodres	P	8,26	7,54	6,67	-0,87
3	Nordeste	P	5,48	4,59	3,75	-0,85
4	Praia da Vitória	M	2,38	2,00	1,20	-0,81
5	Alljô	P	2,86	2,65	1,93	-0,72
6	Castanheira de Pera	P	3,48	2,80	2,10	-0,70
7	Vila Franca do Campo	P	5,38	4,74	4,04	-0,70
8	Vila Nova de Poiares	P	4,48	4,13	3,45	-0,68
9	Ribeira Brava	P	2,91	1,99	1,36	-0,62
10	Alandroal	P	3,73	3,67	3,06	-0,61
11	Freixo de Espada à Cinta	P	4,15	3,34	2,74	-0,60
12	Calheta (R. A. A.)	P	2,62	2,19	1,61	-0,58
13	Santa Comba Dão	P	2,94	2,94	2,41	-0,53
14	São Vicente	P	2,81	2,04	1,51	-0,53
15	Portimão	M	4,18	4,10	3,60	-0,50
16	Porto Santo	P	1,19	0,88	0,39	-0,50
17	Trofa	M	2,77	2,61	2,11	-0,49
18	Santa Cruz	M	2,49	2,18	1,69	-0,49
19	Lajes do Pico	P	2,99	2,23	1,75	-0,48
20	Aveiro	M	3,37	3,61	3,13	-0,48
21	Mondim de Basto	P	2,69	2,28	1,81	-0,48
22	Chaves	M	2,22	2,09	1,62	-0,48
23	Alfândega da Fé	P	4,16	3,74	3,27	-0,47
24	Fundão	M	4,53	4,12	3,67	-0,45
25	Vieira do Minho	P	2,36	1,95	1,51	-0,44
26	Velas	P	1,88	1,73	1,30	-0,43
27	Mesão Frio	P	2,51	2,27	1,87	-0,40
28	Murça	P	2,08	1,79	1,41	-0,39
29	Celorico da Beira	P	3,41	3,18	2,80	-0,38
30	Nazaré	P	4,22	3,78	3,40	-0,38
31	Portalegre	M	2,92	2,73	2,35	-0,37
32	Cantanhede	M	1,95	1,70	1,34	-0,37
33	Montemor-o-Velho	M	2,53	2,27	1,90	-0,37
34	Armamar	P	1,58	1,52	1,16	-0,37
35	Calheta (R. A. M.)	P	1,70	1,37	1,01	-0,35

R48 – Municípios que mais pioraram o índice de dívida total.

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Índice 2013	Índice 2014	Índice 2015	Variação Índice 14-15
1	Azambuja	M	1,05	0,95	1,29	0,34
2	Covilhã	M	2,80	2,50	2,80	0,31
3	Ponte de Sor	P	0,24	0,24	0,44	0,20
4	Lagoa (R.A.A)	P	1,27	0,99	1,18	0,19
5	Tabuaço	P	2,47	2,15	2,31	0,16
6	Caminha	P	1,52	1,34	1,49	0,15
7	Maia	G	0,81	0,61	0,74	0,13
8	Vila Nova de Gaia	G	1,94	1,71	1,82	0,11
9	Alcoutim	P	0,22	0,24	0,34	0,10
10	Alter do Chão	P	0,54	0,48	0,55	0,08
11	Penedono	P	0,00	0,00	0,07	0,07
12	Idanha-a-Nova	P	0,37	0,34	0,40	0,06
13	Viana do Castelo	M	0,82	0,71	0,76	0,05
14	Mealhada	M	0,00	0,00	0,05	0,05
15	Viseu	M	0,66	0,56	0,60	0,05
16	Cartaxo	M	3,44	4,16	4,21	0,04
17	Peniche	M	0,73	0,63	0,67	0,04
18	Belmonte	P	1,13	1,14	1,18	0,04
19	Matosinhos	G	0,59	0,54	0,57	0,04
20	Vila Nova de Famalicão	G	0,60	0,54	0,57	0,04
21	São Roque do Pico	P	0,37	0,16	0,20	0,03
22	Vila Real de Santo António	P	3,94	4,32	4,36	0,03
23	Pampilhosa da Serra	P	0,04	0,02	0,05	0,03
24	Caldas da Rainha	M	0,23	0,34	0,37	0,03
25	Lisboa	G	1,37	1,45	1,47	0,02
26	Ílhavo	M	1,10	1,10	1,12	0,02
27	Alvito	P	0,29	0,22	0,24	0,02
28	Arouca	M	0,37	0,31	0,32	0,01
29	Amadora	G	0,48	0,44	0,45	0,01
30	Sines	P	1,14	1,07	1,08	0,01
31	Ovar	M	0,28	0,239	0,241	0,002

3.5.4. Prazo Médio de Pagamentos¹⁴⁹

O comportamento dos municípios em relação ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP) foi fortemente influenciado pela adesão de municípios a sucessivos programas de apoio lançados pelo Governo e denominados: Programa Pagar a Tempo e Horas- PPTH (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro), Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado- PREDE, Programa de Apoio à Economia Local – PAEL e, já no final de 2014, o plano de emergência do Fundo de Apoio Municipal – FAM¹⁵⁰.

Neste capítulo calcular-se-ão os prazos médios de pagamento de acordo com o estipulado na lei e analisar-se-á o impacto dos apoios supramencionados nos prazos médios de pagamento verificando-se se foi atingido um dos objetivos a que se propunham; isto é diminuir, nos anos subsequentes à sua implementação os prazos médios de pagamento (PMP)¹⁵¹.

¹⁴⁹ A análise apresentada neste ponto teve por base a informação publicada no sítio web oficial da Direção Geral das Autarquias Locais (<https://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico/>). Nos Anuários anteriores esta análise sustentou-se em valores provisórios. Para este Anuário foi possível obter dados definitivos, pelo que os valores históricos agora apresentados diferem das constantes dos anuários anteriores. Todavia as informações disponíveis só remontam a 2008.

¹⁵⁰ Em dezembro de 2015, tinham beneficiado deste apoio de emergência 6 municípios: Aveiro, Vila Nova de Poiares, Nazaré, Cartaxo, Santa Comba Dão e Alfândega da Fé.

¹⁵¹ A fórmula de cálculo do PMP está definida no n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009

O Gráfico 3.05 permite apreciar a situação do PMP dos municípios, no final de cada ano económico entre 2008 e 2015¹⁵².

Interessa relevar o forte impacto dos programas de apoio PREDE/ PPTH e PAEL já referidos nos pontos anteriores e exaustivamente analisados no Anuário referente ao ano económico de 2014 e dos quais resultou a **diminuição drástica do número de municípios com prazo médio de pagamentos superior a 90 dias, com preponderância para os municípios de pequena e de média dimensão.**

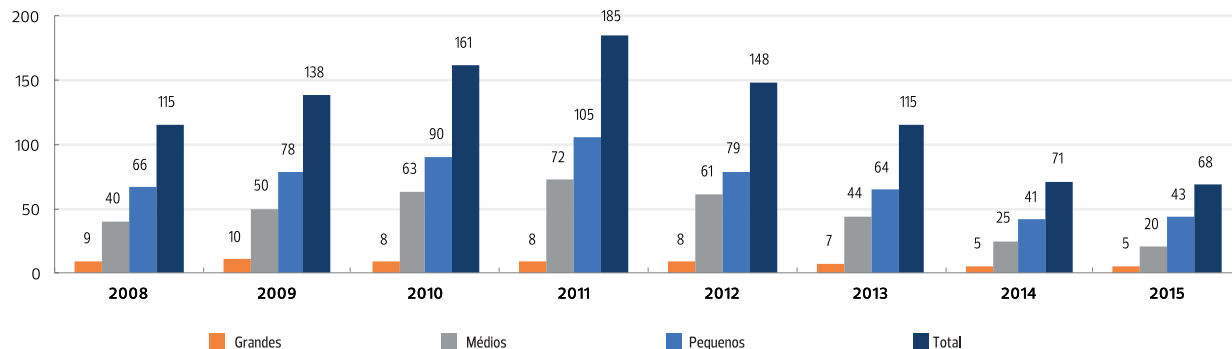
do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, que refere o seguinte: “É adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que passa a basear-se na seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$$

em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

¹⁵² Reitera-se o facto de as informações disponíveis só remontarem a 2008.

Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias



No Quadro 3.21 apresenta-se o número de municípios, por grupo dimensional, que demonstraram um prazo médio de pagamento (PMP) superior a 90 dias no final de cada ano económico, entre 2010 e 2015. Mais se verifica que o ano de 2011 foi aquele em que maior número de municípios (185 e representando 60,1% do universo dos mesmos) apresentou prazo médio de pagamento superior a 90 dias. Tomaremos este ano como referência para comparar a evolução em 2015.

A 30 de dezembro de 2015 apesar de existirem ainda 68 municípios com prazo médio de pagamento aos fornecedores, superior a 90 dias, verifica-se que em relação à situação detetada em 2011, 63,2% desses municípios superaram este constrangimento. Assim, no final do ano económico de 2015 apenas 22,1% dos municípios pagavam a mais de 90 dias.

Quadro 3.21 – Variação do PMP de 2008 a 2015

Dimensão		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pequenos	Nº de municípios existentes	180	181	179	181	183	184	184	184
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	66	78	90	105	79	64	41	43
	Percentagem sobre o total de municípios	36,7%	43,1%	50,3%	58,0%	43,2%	34,8%	22,3%	23,4%
Médios	Nº de municípios existentes	105	104	106	103	101	100	100	100
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	40	50	63	72	61	44	25	20
	Percentagem sobre o total de municípios	37,7%	47,2%	59,4%	69,9%	60,4%	44,0%	25,0%	20,0%
Grandes	Nº de municípios existentes	23	23	23	24	24	24	24	24
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	9	10	8	8	8	7	5	5
	Percentagem sobre o total de municípios	39,1%	43,5%	34,8%	33,3%	33,3%	29,2%	20,8%	20,8%
Total	Nº de municípios existentes	308	308	308	308	308	308	308	308
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	115	138	161	185	148	115	71	68
	Percentagem sobre o total de municípios	37,3%	44,8%	52,3%	60,1%	48,1%	37,3%	23,1%	22,1%

O Quadro 3.22 mostra que em dezembro de 2015, o prazo médio de pagamentos dos 68 municípios com prazos de pagamento superiores a 90 dias, foi de 265,8 dias tendo diminuído o prazo médio em 117 dias (-30,6%), **evidenciando, assim, uma melhoria significativa dos prazos de pagamento, mesmo nas situações mais gravosas.**

Quadro 3.22 – Prazos Médios de Pagamento entre 2008 e 2015

	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/15
Média do PMP dos Municípios com PMP superior a 90 dias	192,1	183,6	210,1	227,7	300,5	276,7	382,7	265,8
Média do PMP do Total dos municípios	95,8	105,2	131,0	151,2	164,1	125,7	111,4	77,6

Os Rankings R49 e R50 evidenciam, respetivamente, os municípios com menor e maior Prazo Médio de Pagamentos em 2015.

R49 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dim.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Santa Cruz das Flores	P	5	22	4	6	3	1	1	0
2	Anadia	M	6	8	5	3	0	1	2	1
3	Velas	P	171	151	153	113	23	9	2	1
4	Santa Cruz da Graciosa	P	3	4	7	8	6	13	3	1
5	Ovar	M	21	7	13	5	2	2	4	1
6	Castelo Branco	M	6	8	6	6	4	2	2	2
7	Vila Real	M	35	51	66	40	45	35	2	2
8	Pampilhosa da Serra	P	3	2	4	6	3	1	3	2
9	Murtosa	P	28	5	6	12	10	2	6	2
10	Sintra	G	57	107	76	34	25	9	8	2
11	Vila do Porto	P	3	29	5	40	9	44	25	2
12	Alcoutim	P	5	3	3	5	1	1	1	3
13	Arronches	P	10	4	5	17	4	4	1	3
14	Mogadouro	P	74	51	52	21	15	17	2	3
15	Amarante	M	22	43	52	21	15	19	6	3
16	Penedono	P	9	2	15	6	15	23	7	3
17	Almodôvar	P	9	11	9	9	5	5	8	3
18	Penalva do Castelo	P	11	18	12	10	7	14	9	3
19	Lagoa (Algarve)	M	19	57	142	245	180	71	18	3
20	Lagoa (R.A.A)	P	55	37	191	119	106	91	22	3
21	Santana	P	55	12	153	102	329	494	22	3
22	Vimioso	P	70	18	31	10	5	2	4	4
23	Maia	G	139	125	68	80	70	27	9	4
24	Fafe	M	62	57	65	47	26	40	7	5
25	Alcobaça	M	117	121	167	54	174	37	19	5
26	Marco de Canaveses	M	15	13	36	52	21	22	20	5
27	Miranda do Douro	P	361	210	229	37	284	126	24	5
28	Lisboa	G	142	152	48	96	125	84	26	5
29	Portel	P	4	6	4	10	3	3	2	6
30	Porto	G	52	17	28	16	21	4	4	6
31	Corvo	P	93	41	75	25	14	0	5	6

	Município	Dim.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
32	Aguiar da Beira	P	5	6	7	13	4	3	5	6
33	Vila Franca de Xira	G	23	15	32	13	12	7	8	6
34	Sernancelhe	P	20	13	24	21	11	9	8	6
35	Almeirim	M	54	37	34	48	66	30	8	6
36	Nisa	P	68	118	93	317	129	56	9	6
37	Ribeira Grande	M	76	170	142	266	238	9	10	6
38	Pombal	M	20	11	37	10	26	13	12	6
39	Valongo	M	91	104	236	324	332	137	21	6
40	Calheta (R. A. A.)	P	239	294	174		5	37	25	6
41	Montijo	M	32	66	95	200	155	65	33	6
42	Câmara de Lobos	M	101	329	222	77	256	79	35	6
43	Azambuja	M	83	58	98	241	372	247	48	6
44	Benavente	M	12	12	33	52	39	19	5	7
45	Leiria	G	110	121	117	126	78	27	7	7
46	Paredes de Coura	P	97	189	267	217	281	64	7	7
47	Mortágua	P	15	31	40	6	4	10	8	7
48	São Brás de Alportel	P	6	4	12	16	12	7	9	7
49	Mealhada	M	7	9	9	11	4	4	11	7
50	Castelo de Vide	P	41	33	12	34	12	11	11	7
51	Vila Nova de Cerveira	P	25	46	61	66	67	75	31	7
52	Calheta (R. A. M.)	P	119	115	319	263	437	96	53	7

No ranking R49, observa-se que dos 52 municípios que, em 2015, pagaram em menor prazo de tempo – quase a pronto – foram, na generalidade, municípios de pequena ou de média dimensão aparecendo, nesta listagem, apenas seis municípios de grande dimensão. No entanto, em 2014 só dois municípios de grande dimensão se encontravam na lista homóloga, pelo que se constata uma melhoria do prazo médio de pagamento nos municípios de grande dimensão. Mais se verificou ao analisar o Quadro 3.22 que, só 5 municípios de grande dimensão pagavam a mais de 90 dias, em dezembro de 2015.

R50 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dim.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Portimão	M	97	189	420	899	1970	1057	4 628	1 437
2	Nazaré	P	287	394	435	518	1464	421	3 411	1275
3	Celorico da Beira	P	273	471	497	736	511	370	465	1255
4	Paços de Ferreira	M	275	256	272	416	1284	874	1417	957
5	Vila Real de Santo António	P	64	117	253	625	317	1601	889	666
6	Alandroal	P	443	324	288	290	377	410	566	589
7	Alcochete	P	133	155	107	240	257	464	616	528
8	Évora	M	166	156	524	425	541	755	526	500
9	São Vicente	P	205	134	81	230	647	429	1088	486
10	Macedo de Cavaleiros	P	193	202	166	251	287	379	165	382
11	Vila Viçosa	P	117	77	153	190	209	224	135	367
12	Santa Comba Dão	P	156	87	242	228	249	414	740	363
13	Mourão	P	115	206	118	222	343	161	328	363
14	Aveiro	M	45	104	297	368	250	179	89	354
15	Porto Santo	P	3	151	1228	668	2 412	645	582	327
16	Tomar	M	206	131	94	170	153	367	331	307
17	Ourique	P	606	262	417	311	130	245	225	286
18	Belmonte	P	56	62	51	168	186	181	252	271
19	Vila Nova de Poiares	P	360	372	436	375	172	236	266	254
20	Cartaxo	M	362	309	347	292	521	372	257	225
21	Armamar	P	300	245	225	203	224	263	50	221
22	Vizela	M	60	64	98	174	231	494	302	220
23	Manteigas	P	43	44	81	204	239	221	367	215
24	Machico	M	370	245	357	347	648	288	281	202
25	Mirandela	M	229	238	207	532	473	468	245	201
26	Penamacor	P	73	51	414	473	257	382	308	198
27	Tarouca	P	274	247	303	187	169	179	202	193
28	Seixal	G	43	118	178	234	575	656	340	192
29	Alpiarça	P	218	49	147	15	36	38	52	190
30	Penafiel	M	212	259	347	420	307	136	184	184
31	Golegã	P	114	92	102	176	70	95	111	182
32	Santa Cruz	M	241	196	221	363	518	1049	495	180
33	Setúbal	G	148	134	146	238	268	405	365	180
34	Serpa	P	59	58	25	48	99	126	105	175
35	Paredes	M	63	113	187	207	291	104	162	172

	Município	Dim.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
36	Portalegre	M	148	205	206	183	190	452	242	169
37	Moimenta da Beira	P	361	210	42	285	370	368	195	166
38	Melgaço	P	135	118	82	79	109	129	171	160
39	Vila do Bispo	P	6	45	203	230	27	290	211	149
40	Faro	M	88	98	380	642		110	290	146
41	Alter do Chão	P	30	23	36	45	34	25	36	145
42	Santarém	M	174	211	259	99	601	547	68	142
43	São Pedro do Sul	P	48	89	98	387	245	143	78	139
44	Freixo de Espada à Cinta	P	142	89	60	254	470	454	72	133
45	Reguengos de Monsaraz	P	114	84	97	81	271	170	252	132
46	São João da Pesqueira	P	13	13	36	10	22	50	45	131
47	Povoação	P	470	495	151	58	41	47	53	130
48	Cascais	G	68	63	77	67	72	110	135	129
49	Olhão	M	59	155	227	299	256	237	149	128
50	Avis	P	77	192	79	133	84	130	122	118

Da observação da listagem R50, relativa aos municípios com maior prazo médio de pagamentos (PMP) oferece-se realçar:

· Em 2015, os municípios com maior PMP e, por isso, com pior desempenho deste indicador financeiro, foram essencialmente municípios de pequena e média dimensão, pese embora nesta listagem apareçam três municípios de grande dimensão: Seixal com 192 dias de PMP, Cascais, igualmente, com 192 dias de PMP e Setúbal com 180 dias de PMP.

Apresentam-se de seguida nos rankings R51 e R52 os primeiros 35 municípios que, respetivamente, melhoraram ou pioraram o prazo médio de pagamentos em 2015

R51 – Municípios que mais melhoraram o Prazo Médio de Pagamentos

Município		Dim.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição 14-15
1	Portimão	M	97	189	420	899	1970	1057	4 628	1437	-3 191
2	Nazaré	P	287	394	435	518	1464	421	3 411	1275	-2 136
3	São Vicente	P	205	134	81	230	647	429	1088	486	-602
4	Ribeira Brava	P	67	326	397	339	127	1558	513	52	-461
5	Paços de Ferreira	M	275	256	272	416	1284	874	1417	957	-460
6	Alijó	P	242	218	254	357	202	827	451	52	-399
7	Santa Comba Dão	P	156	87	242	228	249	414	740	363	-377
8	Santa Cruz	M	241	196	221	363	518	1049	495	180	-315
9	Porto Santo	P	3	151	1228	668	2 412	645	582	327	-255
10	Vila Real de Santo António	P	64	117	253	625	317	1601	889	666	-223
11	Setúbal	G	148	134	146	238	268	405	365	180	-185
12	Caminha	P	127	104	140	166	79	143	293	110	-183
13	Resende	P	92	103	84	123	168	140	202	22	-180
14	Trancoso	P	209	172	249	192	234	309	238	84	-154
15	Manteigas	P	43	44	81	204	239	221	367	215	-152
16	Seixal	G	43	118	178	234	575	656	340	192	-148
17	Guarda	M	245	190	95	138	462	262	204	58	-146
18	Faro	M	88	98	380	642	S/info.	110	290	146	-144
19	Bombarral	P	72	199	370	374	290	223	198	76	-122
20	Mafra	M	17	42	55	170	145	125	150	28	-122
21	Reguengos de Monsaraz	P	114	84	97	81	271	170	252	132	-120
22	Penamacor	P	73	51	414	473	257	382	308	198	-110
23	Chaves	M	143	217	276	203	288	231	168	65	-103
24	Borba	P	71	216	751	593	380	101	127	27	-100
25	Vieira do Minho	P	45	161	149	159	154	98	170	79	-91
26	Alcochete	P	133	155	107	240	257	464	616	528	-88
27	Grândola	P	23	19	20	92	75	124	110	22	-88
28	Oeiras	G	104	74	63	42	45	60	147	61	-86
29	Vendas Novas	P	39	58	111	329	217	160	139	55	-84
30	Vizela	M	60	64	98	174	231	494	302	220	-82
31	Figueira de Castelo Rodrigo	P	76	100	202	106	155	78	173	94	-79
32	Machico	M	370	245	357	347	648	288	281	202	-79
33	Montemor-o-Velho	M	136	95	118	289	109	240	135	61	-74
34	Portalegre	M	148	205	206	183	190	452	242	169	-73
35	Monforte	P	117	157	140	161	270	125	98	26	-72

R52 – Municípios que mais pioraram o Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dim.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 14-15
1	Celorico da Beira	P	273	471	497	736	511	370	465	1255	790
2	Aveiro	M	45	104	297	368	250	179	89	354	265
3	Vila Viçosa	P	117	77	153	190	209	224	135	367	232
4	Macedo de Cavaleiros	P	193	202	166	251	287	379	165	382	217
5	Armamar	P	300	245	225	203	224	263	50	221	171
6	Alpiarça	P	218	49	147	15	36	38	52	190	138
7	Alter do Chão	P	30	23	36	45	34	25	36	145	109
8	São João da Pesqueira	P	13	13	36	10	22	50	45	131	86
9	Amares	P	113	119	56	151	37	28	14	94	80
10	Povoação	P	470	495	151	58	41	47	53	130	77
11	Santarém	M	174	211	259	99	601	547	68	142	74
12	Golegã	P	114	92	102	176	70	95	111	182	71
13	Serpa	P	59	58	25	48	99	126	105	175	70
14	Ourique	P	606	262	417	311	130	245	225	286	61
15	São Pedro do Sul	P	48	89	98	387	245	143	78	139	61
16	Freixo de Espada à Cinta	P	142	89	60	254	470	454	72	133	61
17	Gouveia	P	32	63	88	209	212	117	55	112	57
18	Funchal	M	142	160	248	295	488	308	6	53	47
19	Mira	P	78	141	177	286	218	111	49	92	43
20	São João da Madeira	M	53	61	98	78	49	49	31	70	39
21	Mourão	P	115	206	118	222	343	161	328	363	35
22	Rio Maior	M	58	65	102	136	104	80	74	101	27
23	Vila Nova de Gaia	G	203	222	271	123	234	239	70	97	27
24	Odivelas	G	126	103	166	327	257	267	60	85	25
25	Pedrógão Grande	P	141	67	101	64	62	54	5	29	24
26	Alandroal	P	443	324	288	290	377	410	566	589	23
27	Elvas	M	43	27	36	20	12	15	5	28	23
28	Vila Flor	P	58	61	111	92	82	63	5	25	20
29	Belmonte	P	56	62	51	168	186	181	252	271	19
30	Sertã	P	80	78	316	289	214	131	30	48	18
31	Ponte de Lima	M	15	12	17	17	13	8	15	32	17
32	Arouca	M	43	47	69	37	34	12	5	22	17
33	Vagos	M	129	128	199	222	196	152	51	67	16
34	Sever do Vouga	P	144	162	25	92	55	23	4	20	16
35	Porto Moniz	P	130	158	608	641	443	243	51	66	15
36	Cabeceiras de Basto	P	69	58	50	94	137	91	21	36	15

3.6. Custos, Proveitos e Resultados económicos

Analisadas as componentes do Balanço dos municípios numa perspetiva globalizante, apresenta-se neste ponto do Anuário um conjunto de informação relativa ao Resultado Económico e às duas componentes das quais o mesmo resulta: Custos e Proveitos. A análise é dirigida essencialmente ao ano 2015, mas sempre que possível faz-se o reporte a anos anteriores, remontando até 2006.

3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos

Para efeitos da análise dos custos resultantes da atividade dos municípios, apresenta-se no Quadro 3.23 a evolução dos mesmos entre 2006 e 2015, considerando os valores agregados do total dos 308 municípios. Na última coluna apresenta-se a variação das principais componentes dos custos para o decénio 2006/2015. Apresenta-se, ainda, a projeção gráfica (Gráfico 3.06) com vista à melhor perceção da sua evolução, bem como a correspondente à estrutura dos custos (Gráfico 3.07).

Quadro 3.23 – Evolução dos Custos, no período de 2006 a 2015

Unidade: milhão de euros

Custos	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Var. (%) 14-15	Var. (%) 06-15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
CMVMC	120,4	144,8	176,4	189,2	179,2	182,8	166,6	181,4	169,9	176,8	4,0%	46,9%
Fornecimentos e serviços externos	1512,2	1683,9	1796,2	1898,6	1836,3	1809,7	1754,6	1752,3	1753,6	1830,4	4,4%	21,0%
Custos com Pessoal	2 001,6	2 060,3	2 156,0	2 418,8	2 443,6	2 279,6	2 088,2	2 261,3	2 216,7	2 204,1	-0,6%	10,1%
Transferências e Subsídios concedidos	552,4	613,2	653,3	722,4	690,1	627,4	585,1	563,4	553,8	593,5	7,2%	7,4%
Amortizações	918,9	964,4	1034,3	1086,6	1155,9	1167,1	1208,8	1269,0	1299,1	1341,0	3,2%	45,9%
Provisões	57,1	241,0	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	-34,2%	227,8%
Outros Custos Operacionais	23,2	20,8	24,8	29,2	28,8	29,8	25,8	24,3	26,1	27,2	4,0%	17,2%
Subtotal custos operacionais	5 185,6	5 728,5	5 957,9	6 512,3	6 482,2	6 254,8	6 036,8	6 236,3	6 303,5	6 360,0	0,9%	22,6%
Custos Financeiros	160,5	246,3	284,6	204,0	143,0	187,2	199,2	170,8	159,2	131,9	-17,1%	-17,8%
Custos Extraordinários	523,0	555,0	658,8	610,0	597,9	511,9	442,4	468,1	457,4	364,3	-20,4%	-30,4%
Total de custos	5 869,2	6 529,8	6 901,3	7 326,3	7 223,2	6 953,9	6 678,4	6 875,2	6 920,1	6 856,2	-0,9%	16,8%

Gráfico 3.06 – Evolução das componentes dos Custos

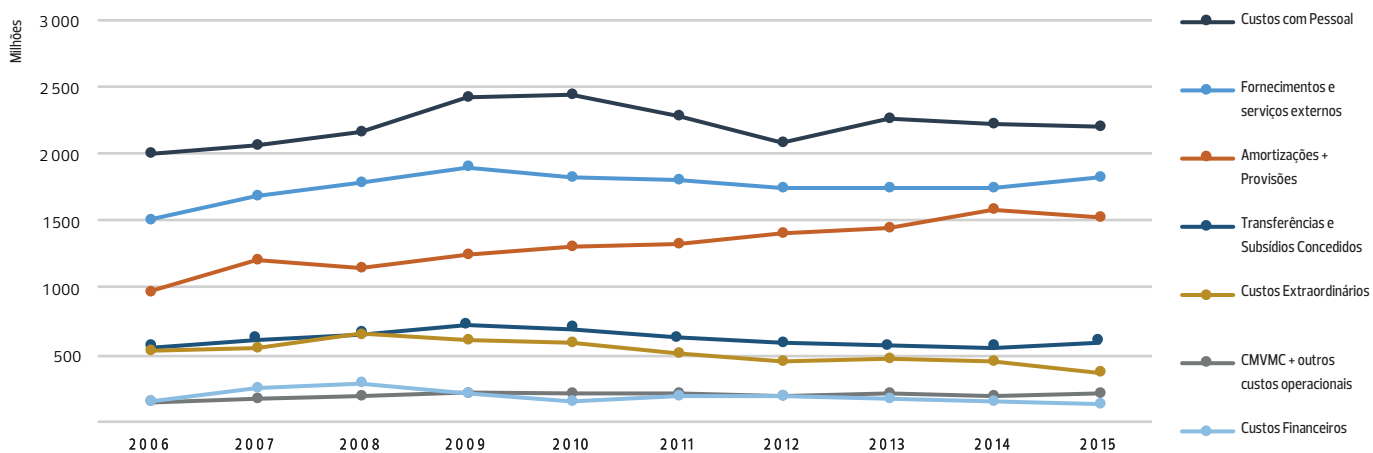
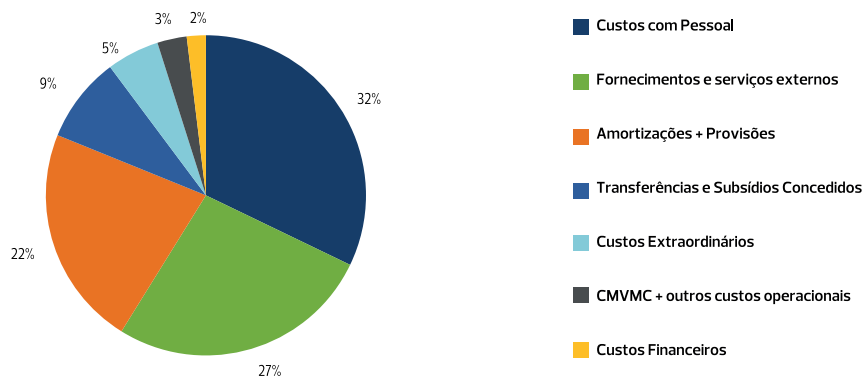


Gráfico 3.07 – Estrutura dos Custos em 2015



Do quadro e gráficos anteriores verifica-se:

- **Os custos totais relativos ao universo dos municípios em 2015 somaram o valor de 6 856,2M€, demonstrando uma ligeira descida de 0,9% (-63,9M€).** Os custos totais apresentaram o seu valor mais alto em 2009 e o mais baixo em 2006.
- Uma componente relevante dos custos totais têm sido as **amortizações**, as quais nos entes públicos revestem uma importância bem diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo inclusive distorcer a avaliação dos custos face ao elevado montante de imobilizado¹⁵³ suscetível de amortização. O valor das amortizações tem representado na estrutura de custos dos municípios, em média, 17,2% dos custos totais e totalizaram, em dezembro de 2015, ao valor líquido de 1 341M€.
- Em 2015 no universo dos 308 municípios **os custos operacionais sem amortizações e sem provisões cresceram 2,4% (+111,8 M€), foram apurados em 4 831,9 M€.** O somatório dos custos operacionais, como se pode ver pelo Quadro 3.23, revelou uma evolução muito irregular entre 2006 e 2015, apresentando o maior montante em 2009 e o menor em 2006.
- A principal componente dos custos municipais tem sido **os custos com pessoal**, representando na estrutura dos custos totais autárquicos **o peso médio de 32,1% e o peso médio de 45,6% relativamente ao total dos custos operacionais, excluindo amortizações e provisões. Em 2015 totalizaram o montante de 2,2 M€** apresentando uma ligeira descida de 0,6% (-12,6 M€)
- **Os fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura dos custos municipais atingindo, em 2015 o montante de 1 830,4 M€, que se traduziu num acréscimo de 76,8 M€ (+4,4%) em relação ao ano anterior. **O seu peso relativo nos custos totais foi de 26,7% e nos custos operacionais sem**

amortizações e provisões, foi de 37,9%.

- **Em 2015, contribuíram para o aumento dos custos com pessoal 99 municípios e, para a subida de custos em fornecimentos e serviços externos, 206 municípios.**
- As **transferências e subsídios concedidos** são custos que apresentam um peso médio de 8,7% na estrutura dos custos municipais e o peso de 12,3% nos custos operacionais excluindo amortizações e provisões. O valor desta rubrica baixou entre 2009 e 2014, apresentando em 2015 um crescimento de 7,2% (+39,7M€) totalizando a verba de 593,5 M€. Colaboraram para o aumento destes custos, neste ano económico, 194 municípios
- Os **custos financeiros**, cujo peso na estrutura de custos municipais tem sido pouco significativo **representando 1,9% dos custos municipais em 2015, apresentaram uma descida de valor de -27,3 M€ (-17,1%)** fruto da descida das taxas de juro e da diminuição do capital em dívida. Em 2015, 254 municípios baixaram seus custos financeiros.
- Também, em 2015, os **custos extraordinários** que representaram 5,3% dos custos totais dos municípios, apresentaram um decréscimo significativo de valor ao atingir o montante de 364,3 M€ (-20,4%, -93,2 M€). É uma categoria de custos que apresentou montantes significativos até 2010, ano a partir do qual começou a baixar fortemente. Em 2015, contribuíram para a descida destes custos 168 municípios

3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos

O Quadro 3.24 apresenta a evolução dos proveitos, no período entre 2006 e 2015. A projeção gráfica apresentada no Gráfico 3.08 ajuda a sua melhor leitura.

O Gráfico 3.9 apresenta o peso de cada rúbrica no total dos proveitos dos 308 municípios, no ano económico de 2015.

¹⁵³ Imobilizado que conforme se verificou não é transacionável pela natureza que reveste de bem público. Acresce referir que muitos municípios ainda estão longe de terminar o processo de inventariação e registo dos terrenos e outros imóveis que possuem, pelo que o valor de imobilizado tenderá a aumentar e conseqüentemente o valor das amortizações. Tratando-se de um custo que, embora não se refletindo nos fluxos de caixa nem interferindo na liquidez do município, ao apresentar um peso relativamente elevado nos custos municipais, terá forte repercussão nos resultados económicos, pelo que a sua variação positiva concorrerá negativamente para os resultados económicos do exercício e poderá, caso para efeitos de análise o seu valor, não seja expurgado, do total dos custos, danificar a imagem de eficácia financeira do município

Quadro 3.24 – Evolução dos Proveitos, no período de 2006 a 2015

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Var. (%) 14-15	Var. (%) 06-15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Vendas e Variação da Produção	186,3	200,0	204,4	189,8	190,7	178,1	169,3	178,6	174,0	174,5	0,3%	-6,3%
Prestação de Serviços	392,6	422,1	455,0	456,5	456,3	467,5	546,0	544,8	548,7	615,2	12,1%	56,7%
Outras Situações	27,8	29,8	34,9	39,9	40,6	30,4	4,5	6,2	9,2	3,9	-57,5%	-85,9%
Impostos e Taxas	2 548,9	2 926,1	2 737,0	2 583,8	2 662,8	2 470,1	2 450,7	2 555,1	2 717,7	2 910,2	7,1%	14,2%
Transferências e Subsídios obtidos	2 606,3	2 677,1	2 749,2	3 025,8	3 045,0	2 912,3	2 787,1	2 785,5	2 625,5	2 707,4	3,1%	3,9%
Trabalhos para a própria entidade	32,0	26,9	36,9	38,4	31,6	28,4	24,8	23,7	21,3	21,1	-1,1%	-34,0%
Proveitos Suplementares	50,0	75,1	63,6	49,4	61,4	72,9	70,2	74,8	56,8	56,7	-0,2%	13,4%
Outros Proveitos Operacionais	37,7	33,3	52,0	44,7	54,7	69,3	63,7	52,0	53,1	54,1	1,9%	43,4%
Subtotal proveitos operacionais	5 881,7	6 390,3	6 333,0	6 428,3	6 543,1	6 229,0	6 116,3	6 220,7	6 206,4	6 543,0	5,4%	11,2%
Proveitos Financeiros	158,4	190,8	206,4	180,8	177,0	202,4	197,2	200,7	200,8	206,7	3,0%	30,5%
Proveitos Extraordinários	481,3	433,4	665,2	491,1	605,1	665,8	949,9	524,3	671,1	727,7	8,4%	51,2%
Total de proveitos	6 521,4	7 014,5	7 204,6	7 100,3	7 325,1	7 097,3	7 263,5	6 945,7	7 078,2	7 477,4	5,6%	14,7%

Gráfico 3.08 – Evolução das componentes dos Proveitos

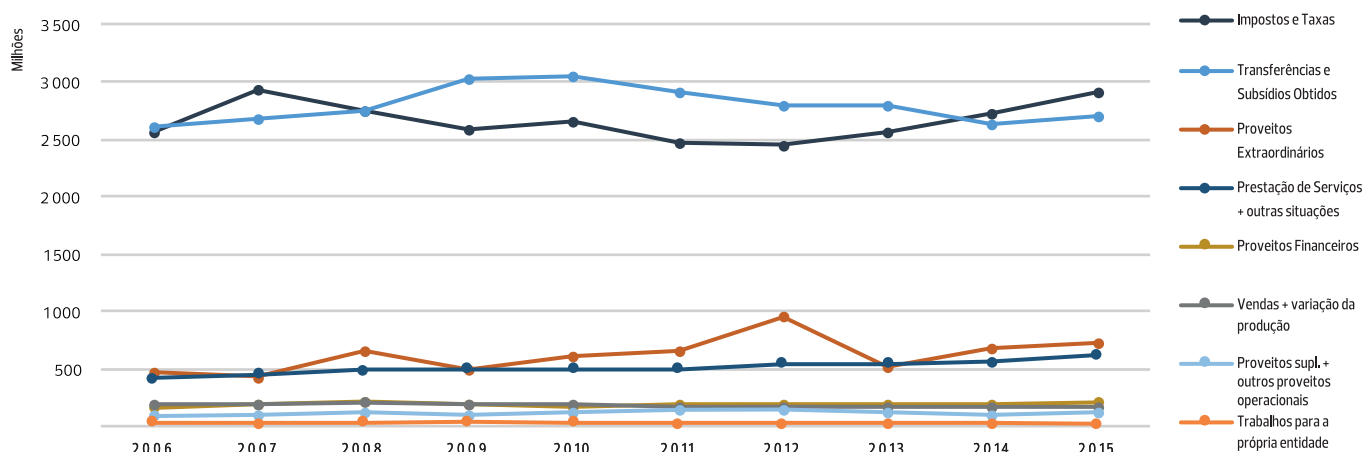
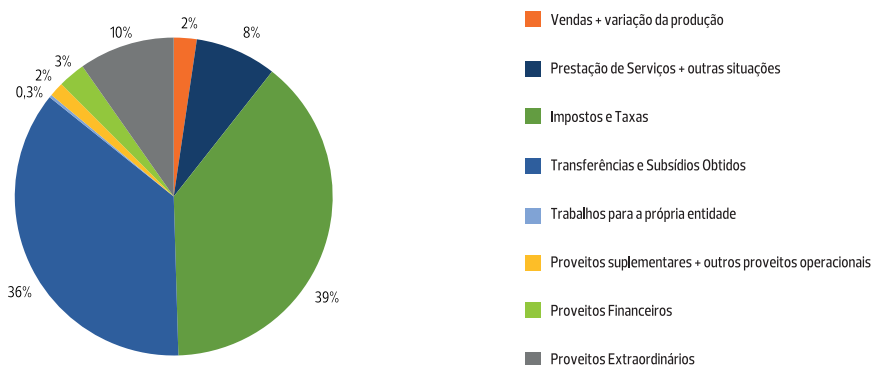


Gráfico 3.9 – Estrutura dos Proveitos em 2015



Dos quadros e gráficos acima apresentados, conclui-se:

- O **total dos proveitos** em 2015 foi de 7,5 M€, isto é, mais 399,2 M€ (+5,6%) que os proveitos obtidos no ano precedente. Entre 2006 e 2015 o volume de proveitos cresceu 14,7% (+956 M€), considerando o universo dos municípios, enquanto os custos totais cresceram, no mesmo período, 16,8% (+987 M€).
- Observando o comportamento dos **proveitos operacionais** verifica-se que em 2015 os mesmos cresceram 5,4% (336,7 M€) em relação ao ano anterior e que, no período entre 2006 e 2015 apresentaram **um aumento de 11,2% (+661,4 M€), o qual foi superior ao aumento dos custos operacionais do mesmo período.**
- Decorrente da própria estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, era expectável que as componentes de maior peso na estrutura dos proveitos fossem **impostos e taxas**, bem como, **transferências e subsídios obtidos**, cujo peso médio, nos proveitos totais, em 2015, foi respetivamente de 38,9% e de 36,2%. Anota-se **que o volume total destas duas rúbricas representou 75,1% dos proveitos totais.**
- Em 2015, o volume de **impostos e taxas** registados como proveitos totalizou 2 910,2 M€, e o montante de proveitos obtidos com **transferências e subsídios** foi de 2 707,4 M€. No primeiro caso

ocorreu um aumento de 192,5 M€ (+7,1%) e no segundo um acréscimo de 81,9 M€ (+ 3,1%).

- Ainda observação do Gráfico 3.09 constata-se que tanto o volume de proveitos provenientes de impostos e taxas, como o proveniente de transferências e subsídios desceram extraordinariamente em 2011 e 2012, tendo, contudo, os proveitos resultantes de impostos e taxas retomado a curva ascendente a partir de 2013 enquanto, as transferências e subsídios só iniciaram a mesma inflexão em 2015. Da análise comparativa do comportamento destes dois proveitos entre 2006 e 2015, releva-se **o aumento no biénio de 2014 e 2015 do produto dos impostos, cujo valor ultrapassou, pela primeira vez, o valor das transferências e subsídios**¹⁵⁴.
- Com um peso médio de 9,7% nos proveitos totais apresentaram-se, com algum significado, os **proveitos extraordinários**. Ao longo do período 2006/2015 estes proveitos manifestaram algumas oscilações tendo apresentado o maior valor em 2012, com 949,9 M€. Não se dispõe de informação que possa identificar a origem essencial destes proveitos. Contudo, salienta-se que para o **valor**

¹⁵⁴ Na análise do comportamento da receita, Capítulo 2, verificou-se a grande descida do montante de transferências do Estado e a subida do valor dos impostos diretos, no último biénio

registado em 2015 de 727,7 M€, contribuíram, essencialmente, os municípios de Lisboa com 150,3 M€, Vila Nova de Gaia com 54,4 M€, Oeiras com 27,1 M€, Porto com 24,3 M€ e Matosinhos com 17,1 M€.

· Outra categoria de proveitos a referir será a **prestação de serviços**, cujo peso nos proveitos totais foi em média 8,2 %, registando em 2015 um significativo aumento de valor absoluto (+ 12,1%) ao totalizar 615,2 M€. **Estranhamente é um proveito cujo valor se tem mantido inferior valor dos proveitos extraordinários registados pelos municípios. Entende-se que o baixo nível destes proveitos advirá do facto de, terem permanecido na estrutura autárquica as competências cujos serviços têm como contraprestação taxas e terem sido concessionadas, a empresas municipais ou serviços municipalizados, todos as outras competências geradoras de rendimentos provenientes tarifas ou preços, que foram adquirindo cada vez maior importância.**

3.6.3. Evolução dos Resultados Económicos.

Embora se considere que para as entidades públicas a informação financeira materialmente relevante, que influencia as decisões dos executivos não será determinada pelos **resultados económicos**, face à finalidade e prossecução dos objetivos inerentes às competências dos municípios, mantém-se neste anuário o item relativo à informação da evolução deste indicador financeiro¹⁵⁵.

O Quadro 3.25 apresenta evolução dos Resultados Económicos para o período de 2006 a 2015.

¹⁵⁵ Mais se entende que sendo múltiplas e crescentes as necessidades coletivas ue compete às autarquias suprir ou satisfazer, os resultados económicos do exercício deveriam tender, preferencialmente para zero.

Quadro 3.25 – Evolução dos Resultados Económicos, no período de 2006 a 2015

Unidade: euros

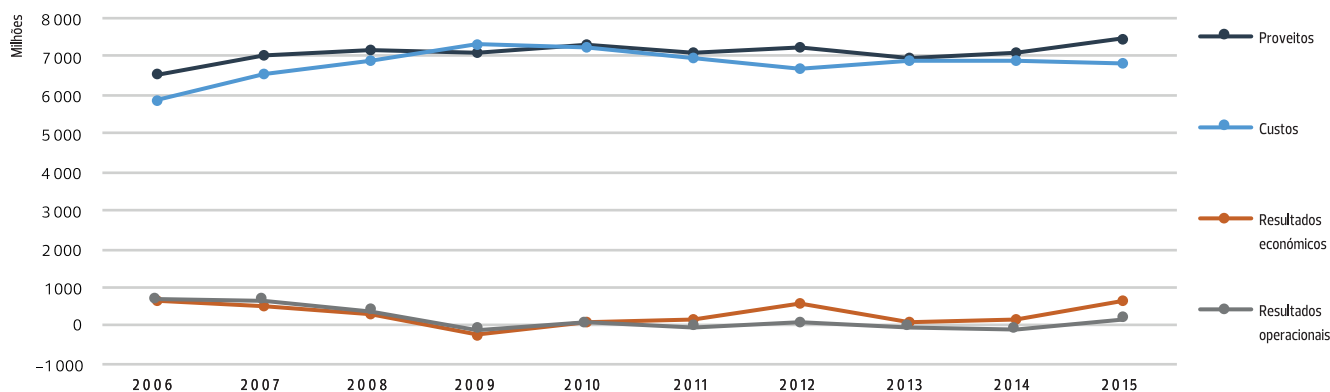
Resultados	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17		Var. (%) 14-15	Var. (%) 06-15
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Proveitos (rendimentos)	6 521,4	7 014,5	7 204,6	7 100,3	7 325,1	7 097,3	7 263,5	6 945,7	7 078,2	7 477,4	5,6%	14,7%
Custos	5 869,2	6 529,8	6 901,3	7 326,3	7 223,2	6 953,9	6 678,4	6 875,2	6 920,1	6 856,2	-0,9%	16,8%
Resultados operacionais	696,0	661,8	375,1	-84,0	60,9	-25,8	79,5	-15,7	-97,1	183,0	-288,5%	-73,7%
Resultados económicos	652,3	484,7	303,3	-226,1	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	292,9%	-4,8%
Nº de municípios c/ resultados negativos	72	85	115	159	140	141	121	136	134	105	-21,6%	45,8%

· Verifica-se pelo Quadro 3.25 que **no ano económico de 2015 ocorreu um enorme aumento do montante global dos resultados económicos, o qual cresceu 463,1 M€ (+292,9%)** em relação ao ano transato. Contudo, **105 municípios ainda apresentaram resultados negativos.**

· O **crescimento exponencial dos resultados económicos** em 2015 deveu-se, essencialmente, à simultaneidade do grande aumento do volume de proveitos neste ano (+399,2 M€, +5,6%) e da diminuição do volume de custos, ainda que a uma taxa muito inferior (-0,9%). A contrastar com estes resultados verificou-se uma forte diminuição do investimento autárquico no biénio 2014/2015.

O Gráfico 3.10 complementa a informação prestada no quadro anterior através do traçado de curvas que representam a evolução dos custos e proveitos considerando o universo dos 308 municípios, sem a incorporação do sector empresarial local ou outras participadas.

Gráfico 3.10 – Evolução dos Resultados Económicos



O Quadro 3.26 apresenta informação relativa ao ano económico de 2015 de custos, proveitos e resultados económicos dos municípios de acordo com a dimensão dos mesmos.

Quadro 3.26 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2015

Unidade: euros

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	TOTAL
População (Censos 2011)	4 553 311	4 388 443	1 620 424	10 562 178
Custos com Pessoal/ /custos totais	34,5%	30,7%	31,1%	32,1%
Resultados económicos	450,4	182,2	-11,3	621,2
Resultados económicos/ Proveitos	15,7%	6,5%	-0,6%	8,3%
Resultados económicos por habitante	98,9 €	41,5 €	-7,0 €	58,8 €
Nº de municípios com resultados negativos	3	24	78	105

Da análise do quadro anterior salienta-se:

- Em 2015 os resultados económicos foram, em média, substancialmente diferentes nos três grupos de municípios: bastante maior nos de grande dimensão, os quais contribuíram para 72,5% do valor global; positivos na globalidade dos municípios de média dimensão, totalizando 29,3% dos resultados totais do setor autárquico e negativo no grupo dos municípios de pequena dimensão,

contabilizando um total de -11,3 M€.

- Da informação prestada pelo quadro supra poderemos concluir que os resultados negativos de 78 municípios de pequena dimensão, os quais apresentaram um total de custos superior à soma dos proveitos¹⁵⁶, condicionaram o valor agregado dos resultados

¹⁵⁶ Impõem-se uma análise individualizada para cada situação em que ocorrerá a

económicos do grupo de municípios de pequena dimensão revelando-o, em média, negativo.

· Subsequentemente, **os resultados económicos per capita**, foram mais elevados no grupo de municípios de grande dimensão, com um valor médio por habitante de 98,9€. Ao invés, no grupo de municípios de pequena dimensão o resultado *per capita* foi negativo e com um montante médio por habitante de -7 €.

· **O peso dos custos com pessoal** nos custos totais **foi maior nos municípios de maior dimensão**, apresentando um índice 2,4 pp acima do peso médio dos custos com pessoal. Os municípios de média dimensão apresentaram, pelo contrário, um peso médio de

apresentação dos resultados negativos, confrontando esta informação com a informação prestada pelos fluxos de caixa e avaliando-se o impacto que teve naquele resultado as amortizações do exercício e a criação de provisões ou de imparidades.

custos com pessoal inferior em 1,4pp, ao custo médio global

· **Os resultados económicos representaram, em média, 2,2% dos proveitos totais**, sendo que, nos municípios de grande dimensão essa razão foi de 5,5%, enquanto nos de pequena dimensão foi negativa e de -4,4%.

O Quadro 3.27 mostra a distribuição do número de municípios por intervalos de valor dos resultados líquidos obtidos.

· Em 2015, **105 Municípios apresentaram um valor negativo de Resultados Líquidos do Exercício**, sendo que dos 16 municípios com melhor resultado económico, 13 situaram-se no intervalo entre 10 M€ e 30 M€, 2 no intervalo entre 30 M€ e 50 M€ e apenas um – Lisboa – com resultados acima dos 100M€.

Quadro 3.27 – Distribuição dos valores dos Resultados Líquidos

Valor de Resultados Líquidos	Número de municípios				
	2011	2012	2013	2014	2015
Superior a 200 milhões de euros	0	1 (Lisboa)	0	0	0
Igual ou superior a 100 M€ e inferior ou igual a 200 M€	1 (Lisboa)	0	0	0	1 (Lisboa)
Igual ou superior a 50 M€ e inferior a 100M€	0	0	0	0	0
Igual ou superior a 30 M€ e inferior a 50 M€	0	0	0	0	2
Igual ou superior a 10 M€ e inferior a 30 M€	7	8	7	12	13
Igual ou superior a 5M€ e inferior a 10 M€	15	9	12	12	10
Igual ou superior a 1M€ e inferior a 5 M€	67	84	71	66	84
Igual ou superior a Zero M€ e inferior a 1M€	77	85	82	84	93
Inferior a Zero	141	121	136	134	105

Os Rankings R53 e R54 apresentam os primeiros 50 municípios, respetivamente, com os melhores e com os piores resultados económicos. Neles se evidenciam, também, os resultados operacionais, ou seja, os resultados líquidos excluídos dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários.

R53 – Municípios com Maiores Resultados Económicos (valores absolutos)

Unidade: euros

Município	Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos				
		2013	2014	2015	Varição 14-15	2013	2014	2015	Varição 14-15	
1	Lisboa	G	-41 711 227	-31 908 892	97 223 023	129 131 916	9 081 693	15 094 548	193 097 309	178 002 761
2	Oeiras	G	22 538 247	2 521 047	25 053 753	22 532 706	23 469 276	3 491 964	46 776 911	43 284 947
3	Vila Nova de Gaia	G	15 334 806	20 055 068	12 700 213	-7 354 855	6 187 745	16 255 315	33 838 519	17 583 204
4	Sintra	G	10 932 042	18 907 270	19 033 027	125 757	15 797 227	24 486 151	27 460 841	2 974 690
5	Albufeira	M	10 429 000	24 404 027	25 180 771	776 744	14 067 226	19 121 769	27 011 752	7 889 984
6	Loulé	M	14 064 434	17 536 253	17 972 833	436 579	17 465 322	21 637 544	23 919 802	2 282 258
7	Leiria	G	10 866 044	10 777 717	10 284 730	-492 988	13 067 501	11 456 962	18 272 790	6 815 828
8	Setúbal	G	6 110 898	12 467 031	19 675 518	7 208 487	5 140 793	17 415 262	16 767 290	-647 972
9	Cascais	G	-1 220 840	11 126 716	15 410 927	4 284 211	3 433 947	12 738 932	16 615 629	3 876 697
10	Seixal	G	14 710 617	2 634 227	13 981 849	11 347 622	4 845 270	884 328	15 244 365	14 360 036
11	Braga	G	21 669 693	12 631 280	13 360 329	729 049	20 775 354	14 063 920	13 557 662	-506 258
12	Loures	G	-2 316 096	46 790	7 384 273	7 337 483	-7 505 174	3 660 359	12 926 868	9 266 509
13	Santa Maria da Feira	G	11 387 872	8 429 480	10 688 736	2 259 256	12 812 375	10 438 737	11 086 697	647 960
14	Lagos	M	3 128 574	7 072 052	9 212 986	2 140 934	1 278 210	8 384 997	10 860 428	2 475 431
15	Guimarães	G	5 915 603	3 021 945	7 375 573	4 353 627	7 202 494	11 398 506	10 601 091	-797 414
16	Aveiro	M	275 624	-4 069 853	4 034 485	8 104 338	-703 850	-9 903 133	10 264 303	20 167 436
17	Porto	G	-7 571 937	-13 681 048	-14 413 973	-732 925	1 924 374	5 874 341	9 171 271	3 296 930
18	Amadora	G	-3 743 526	-3 223 274	5 382 075	8 605 349	276 827	15 997 728	8 802 912	7 203 184
19	Portimão	M	7 968 250	5 261 960	11 111 174	5 849 214	-8 985 694	-5 539 458	8 144 804	13 684 262
20	Odivelas	G	1 604 122	-372 232	2 358 769	2 731 001	5 744 690	1 820 467	7 826 807	6 006 340
21	Chaves	M	-3 622 364	5 274 805	599 870	-4 674 935	-7 784 019	7 367 471	6 840 926	-526 545
22	Maia	G	-1 453 258	-335 008	2 052 676	2 387 684	-7 423 189	-910 654	6 226 587	7 137 241
23	Marco de Canaveses	M	3 633 476	-9 166 297	3 997 156	13 163 453	4 287 873	-2 064 121	5 882 052	7 946 172
24	Almada	G	-1 290 233	-453 286	-1 615 366	-1 162 080	564 913	2 843 569	5 389 922	2 546 353
25	Pombal	M	5 874 551	3 471 736	1 523 720	-1 948 016	5 210 958	6 415 465	5 238 492	-1 176 973
26	Torres Novas	M	-1 973 206	1 430 570	-519 424	-1 949 994	-626 884	3 038 841	5 215 176	2 176 335
27	Torres Vedras	M	5 469 612	6 216 035	5 599 479	-616 556	4 057 082	5 463 653	4 829 504	-634 149
28	Santarém	M	3 790 626	3 940 984	2 562 441	-1 378 543	2 886 172	4 763 211	4 649 750	-113 461
29	Trofa	M	1 458 840	2 015 716	4 406 483	2 390 767	878 736	1 997 899	4 527 232	2 529 333

Município	Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos				
		2013	2014	2015	Varição 14-15	2013	2014	2015	Varição 14-15	
30	Viana do Castelo	M	4 024 412	3 135 625	4 510 940	1 375 315	5 097 325	3 389 228	4 442 188	1 052 960
31	Ribeira Grande	M	5 411 985	4 657 190	3 463 239	-1 193 951	5 035 413	5 117 190	4 435 402	-681 788
32	Matosinhos	G	-6 542 125	-19 294 383	-7 044 463	12 249 920	3 206 148	-13 463 890	4 366 947	17 830 837
33	Mafra	M	-5 620 390	-6 100 449	1 500 279	7 600 728	-3 581 826	-2 867 684	4 356 319	7 224 003
34	Oliveira de Azeméis	M	4 027 319	3 051 095	4 391 518	1 340 423	1 952 253	3 210 813	4 210 078	999 265
35	Bragança	M	1 842 223	537 957	2 001 906	1 463 949	2 192 948	2 445 599	4 174 888	1 729 289
36	Alcobaça	M	6 912 897	3 274 382	2 522 209	-752 173	5 418 665	5 454 099	4 148 264	-1 305 835
37	Silves	M	-1 262 801	-1 644 726	681 395	2 326 121	1 900 141	624 291	3 955 960	3 331 669
38	Lagoa (Algarve)	M	66 043	1 959 463	3 726 114	1 766 651	-251 519	1 941 884	3 880 406	1 938 522
39	Lousada	M	694 410	899 907	1 841 973	942 066	1 041 944	553 873	3 829 390	3 275 518
40	Marinha Grande	M	883 231	1 044 452	2 263 283	1 218 831	1 683 886	2 924 985	3 738 557	813 572
41	Santiago do Cacém	M	-187 632	-823 372	1 061 704	1 885 076	342 777	844 812	3 727 837	2 883 025
42	Guarda	M	-1 118 272	818 997	626 687	-192 310	3 811 461	5 106 881	3 605 303	-1 501 579
43	Nazaré	P	-2 933 664	204 009	2 640 423	2 436 413	-5 903 029	929 632	3 599 948	2 670 316
44	Fundão	M	2 705 267	-85 333	1 098 098	1 183 431	1 243 712	-160 217	3 499 110	3 659 328
45	Funchal	G	-8 002 841	-1 977 635	-907 649	1 069 986	-6 983 936	3 880 831	3 469 217	-4 116 15
46	Barreiro	M	5 588 919	10 222 277	5 359 701	-4 862 576	6 312 596	9 420 315	3 241 548	-6 178 766
47	Rio Maior	M	-517 246	-622 094	21 943	644 037	1 979 889	1 048 440	3 092 323	2 043 883
48	Castelo Branco	M	5 080 803	6 886 143	3 158 273	-3 727 871	3 355 518	2 179 544	3 067 996	888 452
49	Ílhavo	M	1 569 339	3 864 053	1 843 066	-2 020 987	2 561 901	3 889 606	2 892 535	-997 071
50	Cantanhede	M	1 863 318	1 530 699	2 061 527	530 828	3 338 833	3 716 508	2 754 469	-962 039

R54 – Municípios com Menores Resultados Económicos (valores absolutos)

Unidade: euros

Município		Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos			
			2013	2014	2015	Varição 14-15	2013	2014	2015	Varição 14-15
1	Gondomar	G	-3 957 987	-11 086 878	-6 919 688	4 167 190	-3 769 151	-10 406 517	-7 282 404	3 124 113
2	VRS António	P	-2 455 409	-303 455	-4 012 177	-3 708 722	-6 586 064	-4 897 719	-7 078 741	-2 181 022
3	Elvas	M	-9 156 630	-10 923 925	-10 093 437	830 488	-7 406 812	-8 761 376	-6 629 879	2 131 497
4	Barcelos	G	3 948 757	3 405 533	887 470	-2 518 063	-6 954 468	-6 004 709	-6 188 049	-183 341
5	Moura	P	-6 234 025	-5 322 962	-5 575 530	-252 567	-7 196 519	-6 335 457	-6 150 100	185 357
6	Lamego	M	2 096 232	402 178	-4 420 457	-4 822 636	93 436	-900 122	-5 901 447	-5 001 326
7	Oleiros	P	-6 390 902	-6 991 611	-6 838 445	153 166	-6 416 340	-6 179 680	-5 776 720	402 960
8	Santa Comba Dão	P	-3 108 351	-2 148 076	-5 015 395	-2 867 320	-2 991 886	-1 887 660	-5 324 375	-3 436 715
9	Évora	M	-11 562 847	-6 876 876	-2 178 478	4 698 398	-12 706 874	-7 331 402	-4 890 006	2 441 396
10	Ovar	M	3 296 960	1 018 693	-4 884 802	-5 903 494	4 084 219	1 603 364	-4 114 386	-5 717 750
11	Peso da Régua	P	-4 221 841	-4 990 698	-4 338 324	652 374	-5 486 549	-4 299 532	-3 615 054	684 478
12	Vila Verde	M	-5 792 966	-5 873 868	-6 224 035	-350 167	-4 371 423	-4 043 515	-3 601 183	442 332
13	Felgueiras	M	-3 583 473	-4 593 850	-2 969 600	1 624 249	-4 315 056	-5 875 877	-3 476 453	2 399 424
14	Covilhã	M	-2 947 953	-3 045 302	-3 730 363	-685 061	-4 515 621	-2 897 435	-3 354 932	-457 498
15	Paredes	M	-5 490 249	-8 811 058	-4 078 368	4 732 690	-8 387 841	-8 382 930	-3 032 576	5 350 354
16	Tavira	M	-3 000 111	-5 327 758	-3 853 277	1 474 481	-3 359 886	-4 631 639	-3 001 478	1 630 162
17	Figueiró dos Vinhos	P	-2 934 977	-3 469 685	-3 209 854	259 831	-2 578 542	-3 758 751	-2 993 344	765 407
18	Almeirim	M	-4 725 558	-4 121 230	-3 873 963	247 268	-3 758 982	-3 379 601	-2 904 613	474 988
19	Proença-a-Nova	P	-3 661 847	-3 603 598	-3 776 919	-173 321	-2 678 487	-2 855 094	-2 882 461	-27 367
20	Sines	P	-8 225 906	-4 954 712	-3 286 144	1 668 569	-10 110 002	-4 433 064	-2 793 697	1 639 367
21	Mogadouro	P	-2 258 731	-4 378 254	-4 508 394	-130 140	-1 657 588	-3 188 136	-2 637 428	550 708
22	Velas	P	-2 414 136	125 932	311 530	185 598	-2 424 505	1 727 323	-2 429 633	-4 156 956
23	Mação	P	-2 331 253	-3 590 549	-2 712 797	877 752	-2 233 544	-2 923 534	-2 214 006	709 528
24	Belmonte	P	-1 425 991	-2 234 601	-2 352 305	-117 703	-1 700 915	-2 148 453	-2 191 743	-43 290
25	Vouzela	P	-1 798 942	-2 475 809	-2 694 607	-218 798	-899 695	-1 733 920	-2 085 618	-351 698
26	Alpiarça	P	-1 925 317	-2 665 437	-2 294 316	371 121	-2 485 851	-2 447 807	-1 991 526	456 281
27	Vagos	M	-372 573	-1 405 501	-1 581 779	-176 278	-217 988	-2 575 876	-1 990 780	585 096
28	Ourém	M	-3 487 803	-4 242 779	-3 475 839	766 940	-428 023	-1 078 522	-1 979 233	-900 710
29	Lourinhã	M	-4 239 292	-6 089 157	-4 383 774	1 705 384	-3 629 359	-5 486 163	-1 957 169	3 528 994
30	Albergaria-a-Velha	M	-3 172 301	-3 006 333	-3 007 256	-923	-501 129	-1 645 164	-1 866 845	-221 681
31	Ferreira do Zêzere	P	-1 759 343	-2 223 067	-2 165 139	57 928	-1 749 162	-1 924 111	-1 824 479	99 632
32	Valongo	M	-6 841 931	-5 877 786	-4 774 678	1 103 108	-5 446 739	-2 909 467	-1 760 956	1 148 510

Município	Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos			
		2013	2014	2015	Variação 14-15	2013	2014	2015	Variação 14-15
33 Torre de Moncorvo	P	-533 588	-1244 880	-815 424	429 456	-2 705 790	-2 468 386	-1737 765	730 621
34 Castro Marim	P	-2 412 577	-2 629 693	-2 141 447	488 246	-1967 629	-2 071 076	-1677 903	393 173
35 Faro	M	-13 658 755	-6 497 900	-3 282 497	3 215 403	-17 023 114	-7 544 400	-1615 279	5 929 121
36 Sta. Marta de Penaguião	P	-1076 534	-833 673	-1641 252	-807 579	-672 623	-520 978	-1600 038	-1079 059
37 Aguiar da Beira	P	-2 550 433	-2 713 763	-2 209 564	504 199	-1578 085	-1882 208	-1537 721	344 487
38 Condeixa-a-Nova	P	-2 186 699	-3 140 926	-2 884 224	256 702	-466 932	-2 067 630	-1499 353	568 276
39 Caminha	P	-1856 429	-1954 305	-2 044 032	-89 727	-918 262	-1767 015	-1497 442	269 572
40 Nelas	P	-1997 887	220 326	-1597 520	-1817 846	-2 460 467	111 331	-1414 711	-1526 042
41 Palmela	M	-1419 681	-2 104 440	-2 143 750	-39 310	-2 141 760	-2 412 163	-1401 531	1010 632
42 Ponte de Lima	M	-4 362 441	-2 211 790	-3 888 547	-1676 757	-2 992 861	672 387	-1391 472	-2063 858
43 Marvão	P	-1480 315	-1462 077	-2 062 801	-600 724	-1113 066	-2 564 881	-1353 579	1211 302
44 Cabeceiras de Basto	P	559 305	-652 845	-1509 498	-856 653	40 907	-864 899	-1260 931	-396 033
45 Castelo de Vide	P	-32 135	-1888 066	-1706 282	181784	109 697	-1385 927	-1256 664	129 263
46 São João da Pesqueira	P	741723	-715 583	-306 209	409 373	-803 164	-1579 922	-1224 118	355 804
47 São Brás de Alportel	P	-2 344 899	-2 309 162	-1475 999	833 164	-1908 551	-1851 294	-1217 470	633 824
48 Santana	P	19 729	126 536	-1070 359	-1196 895	-117 399	-421 231	-1190 710	-769 479
49 Batalha	P	-2 555 944	-3 445 387	-2 272 747	1172 640	-1948 452	-2 171 951	-1183 328	988 623
50 Reguengos de Monsaraz	P	-2 543 766	-2 971 375	-2 113 461	857 914	-1804 443	-1727 053	-1162 369	564 684

CAPÍTULO 4

OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS E O SETOR EMPRESARIAL LOCAL

Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação do setor empresarial local (SEL) e dos serviços municipalizados (SMs) relativas a 2015.

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reporta-se ao período entre 2011 e 2015, uma vez que, o SEL ao aplicar o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) a partir de 2010 tornou possível o estabelecimento de comparação dos dados financeiros nos últimos 5 anos.

Para o ano de 2015 foi obtida e tratada informação de 185 Empresas Municipais¹⁵⁷ ou Entidades Empresariais Locais representando mais de 98,4% do setor empresarial autárquico e de 25 Serviços Municipalizados (SMs) que constituíam a totalidade dos serviços municipalizados existentes à data de dezembro de 2015¹⁵⁸.

Para a elaboração deste capítulo foi feito o levantamento do número de empresas municipais que entraram em processo de dissolução no decorrer de 2015 e verificou-se que 25 das mesmas se tinham extinguido antes do final do ano económico, facto pelo qual embora apareçam listadas no quadro 4.14, deste capítulo não constam da análise realizada.

No presente capítulo analisaram-se separadamente as contas dos

SMs dado o tratamento diferenciado dos registos contabilísticos destas, uma vez que o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não se aplicou aos serviços municipalizados que continuarão a utilizar o POCAL, até à implementação do novo modelo contabilístico para as administrações públicas SNC-AP.

4.1 Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada no Quadro 4.00, existem 25 SMs em 27 municípios (o município de Oeiras e Amadora e o município de Loures e Odivelas partilham os mesmos serviços), estando 10 integrados em municípios de grande dimensão, 16 em municípios de média dimensão e 1 num município de pequena dimensão. De 2011 para 2015 o número de serviços municipalizados aumentou de 4, passando de 29 para 25, devido à extinção dos serviços municipalizados dos seguintes municípios de água ou de saneamento: Mirandela, Anadia, Valongo, Santo Tirso e Aveiro. Consideraram-se, nesta análise de 2015, os movimentos financeiros de um novo serviço municipalizado criado em Faro – Serviços Municipalizados “Teatro municipal de Faro”, resultante da dissolução da empresa municipal “Teatro Municipal de Faro, E.M.” por força da aplicação da Lei 50/2012, de 31/08.

Observando o Quadro 4.00, verifica-se que dos 25 serviços municipalizados existentes, dois são de transportes coletivos urbanos e um de serviços culturais¹⁵⁹. Os restantes 22 serviços municipalizados fornecem água e/ou saneamento municipal, sendo que dois deles incluem recolha de resíduos sólidos e um outro fornecimento de energia.

¹⁵⁷ Parte de informação económico-financeira das 185 entidades do sector empresarial local foi cedida pelo Tribunal de Contas que permitiu o acesso ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Contas que dispunha à data de junho de 2016. Esta recolha permitiu obter cerca de 50% das entidades analisadas. As restantes foram recolhidas nos sites das entidades ou através do contacto via e-mail com as mesmas. Não foi possível obter, por qualquer destas formas, os dados financeiros de 3 empresas (1,6%) do universo de 188 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2015. No anexo I apresenta-se um mapa com os dados económicos considerados mais relevantes tanto dos municípios como das respetivas empresas municipais e serviços municipalizados.

¹⁵⁸ Nesta análise abrangemos o universo de todas as que estavam em atividade em 2015.

¹⁵⁹ Teatro Municipal de Faro.

Quadro 4.00 – Mapa dos SMs e respetivas competências

Municípios	Dim.	Competências dos Serviços Municipalizados
1 Abrantes	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos sólidos
2 Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3 Almada	G	SM de Água e Saneamento
4 Angra Heroísmo	M	SM de Água e Saneamento
5 Barreiro	M	SM de Transportes Coletivos
6 Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
7 Castelo Branco	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos sólidos
8 Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
9 Faro	M	Teatro Municipal Faro – Serviços Municipalizados
10 Guarda	M	SM de Água e Saneamento
11 Leiria	G	SM de Água e Saneamento
12 Loures e Odivelas	G/G	SIM de Água e Saneamento
13 Maia	G	SM de Eletricidade, Água e Saneamento
14 Montijo	M	SM de Água e Saneamento
15 Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
16 Oeiras e Amadora	G/G	SIM de Água e Saneamento
17 Peniche	M	SM de Água e Saneamento
18 Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
19 Portalegre	M	SM de Água e Transportes
20 Sintra	G	SM de Água e Saneamento
21 Tomar	M	SM de Água e Saneamento
22 Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
23 Viana do Castelo	M	SM de Saneamento Básico
24 Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
25 Viseu	M	SM de Água e Saneamento

4.1.1. Estrutura do Ativo

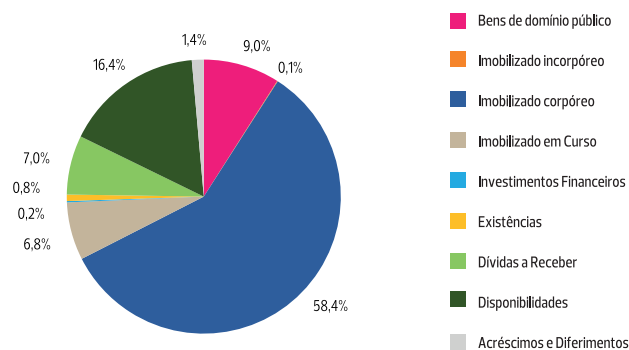
No Quadro 4.01 apresenta-se a estrutura do ativo global dos 25 SMs evidenciando-se, no mesmo mapa, o ativo agregado dos municípios a que pertencem os SMs, permitindo, assim, a comparação das respetivas estruturas do Balanço.

Quadro 4.01 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios c/SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Bens de domínio público	13 292,85	32,4%	2 713,65	33,5%	93,68	9,0%	3,5%
Imobilizado incorpóreo	83,55	0,2%	16,58	0,2%	0,77	0,1%	4,6%
Imobilizado corpóreo	18 668,94	45,5%	3 689,71	45,5%	607,38	58,4%	16,5%
Imobilizado em Curso	3 674,46	9,0%	477,26	5,9%	71,00	6,8%	14,9%
Total do imobilizado	35 719,79	87,0%	6 897,20	85,0%	772,82	74,3%	11,2%
Investimentos Financeiros	1 871,40	4,6%	453,55	5,6%	1,63	0,2%	0,4%
Existências	99,32	0,2%	10,49	0,1%	7,88	0,8%	75,1%
Dívidas a Receber	839,03	2,0%	94,52	1,2%	72,71	7,0%	76,9%
Títulos Negociáveis	6,70	0,0%	4,55	0,1%	0,00	0,0%	0,0%
Depósitos e Caixa	1 329,86	3,2%	408,49	5,0%	170,19	16,4%	41,7%
Acréscimos de proveitos	1 136,68	2,8%	236,00	2,9%	14,04	1,4%	6,0%
Custos diferidos	40,08	0,1%	6,53	0,1%	0,53	0,1%	8,1%
Total	41 042,86	100%	8 111,32	100%	1 039,81	100%	12,8%

Gráfico 4.01 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



Quadro 4.02 – Evolução do ATIVO dos Serviços Municipalizados

Componentes do Ativo	2011		2012		2013		2014		2015		Var. 14-15 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Bens de domínio público	79,07	7,7%	84,24	8,3%	86,65	8,7%	83,47	8,2%	93,68	9,0%	-4%
Imobilizado incorpóreo	1,92	0,2%	1,42	0,1%	1,18	0,1%	0,76	0,1%	0,77	0,1%	-35,7%
Imobilizado corpóreo	614,66	59,7%	622,30	61,5%	621,78	62,3%	621,63	61,4%	607,38	58,4%	0,0%
Imobilizado em Curso	73,28	7,1%	59,74	5,9%	41,76	4,2%	57,04	5,6%	71,00	6,8%	36,6%
Total do imobilizado	768,92	74,7%	767,70	75,8%	751,36	75,3%	762,89	75,3%	772,82	74,3%	1,5%
Investimentos Financeiros	4,02	0,4%	4,02	0,4%	4,02	0,4%	1,63	0,2%	1,63	0,2%	-59,3%
Existências	8,38	0,8%	8,22	0,8%	8,03	0,8%	8,03	0,8%	7,88	0,8%	0,0%
Dívidas a receber	138,15	13,4%	116,42	11,5%	117,94	11,8%	79,15	7,8%	72,71	7,0%	-32,9%
Títulos Negociáveis	0,16	0,0%	0,16	0,0%	0,16	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-100,0%
Depósitos e Caixa	96,38	9,4%	99,71	9,8%	103,81	10,4%	146,74	14,5%	170,19	16,4%	41,4%
Acréscimos de proveitos	13,43	1,3%	15,91	1,6%	12,40	1,2%	14,03	1,4%	14,04	1,4%	13,1%
Custos diferidos	0,56	0,1%	0,54	0,1%	0,55	0,1%	0,56	0,1%	0,53	0,1%	2,8%
Total	1030,00	100%	1012,69	100%	998,27	100%	1013,04	100%	1039,81	100%	1,5%

Da análise dos quadros e do gráfico anterior, verifica-se que a estrutura do ativo dos serviços municipalizados, como seria expectável, é diferente da estrutura do ativo dos municípios traduzindo a especificidade de funções destes serviços. Assim, destaca-se o peso do imobilizado corpóreo (58,4%) resultante das infra-estruturas e equipamento relacionados com os serviços que prestam¹⁶⁰, o peso das dívidas a receber no valor global de 72,7 milhões de euros representando 7% do ativo da totalidade dos SMs e 76,9% das dívidas a receber pelo conjunto de municípios que detêm estes serviços, os quais apresentaram como total de dívidas a receber 94,5 milhões de euros. A grande dimensão de dívidas a receber por parte dos serviços municipalizados justifica-se essencialmente pelos valores das dívidas dos utentes que usufruem da

prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento¹⁶¹.

Entende-se também, relevante o peso das disponibilidades em **depósitos e caixa** que representavam, em dezembro de 2015, 16,4% do ativo, quando o mesmo item na estrutura dos correspondentes municípios representou apenas 5%.

Pela importância material que reveste a rubrica **dívidas a receber** importará analisar a sua composição e estrutura, na globalidade dos SMs e compará-la com o item homólogo relativo ao grupo de municípios que tutelam os serviços municipalizados.

Os quadros seguintes apresentam as principais componentes das dívidas a receber (Quadro 4.03 e Quadro 4.04) dos valores agregados de todos os serviços municipalizados acima listados.

¹⁶⁰ Já se verificou que dois serviços municipalizados detêm a rede de transportes urbanos municipais, um outro um teatro municipal e os restantes prestam serviço de fornecimento de água e/ ou saneamento, sendo que dois destes incluem ainda recolha de resíduos sólidos e um terceiro o fornecimento e energia. Assim o imobilizado corresponderá em cada caso ao equipamento utilizado para o fornecimento de cada serviço com as suas especificidades.

¹⁶¹ O montante total das dívidas a receber dos serviços municipalizados de transportes e do Teatro de Faro, em 2015, totalizou apenas 2,8% das dívidas a receber de todos os serviços municipalizados

Quadro 4.03 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que corresponde

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios c/ SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a receber M/L prazo	97,47	11,6%	24,12	25,5%	0,30	0,4%	1,3%
Empréstimos concedidos	9,40	1,1%	2,62	2,8%	0,00	0,0%	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	239,81	28,6%	20,99	22,2%	61,47	84,5%	292,8%
Estado e outros entes públicos	30,44	3,6%	2,50	2,6%	2,40	3,3%	96,2%
Administração Autárquica	12,14	1,4%	5,66	6,0%	0,37	0,5%	6,5%
Adiantamentos	9,75	1,2%	0,15	0,2%	0,15	0,2%	101,2%
Outros devedores	440,01	52,4%	38,48	40,7%	8,03	11,0%	20,9%
Outros curto prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Total de dívidas a receber	839,03	100%	94,52	100%	72,71	100%	76,9%

Quadro 4.04 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	2011		2012		2013		2014		2015		Variação 14-15 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dívidas a receber M/L prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,72	1,5%	1,26	1,6%	0,30	0,4%	-75,9%
Empréstimos concedidos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Clientes, contribuintes e utentes	94,49	68,4%	76,42	65,6%	75,83	64,3%	67,63	85,4%	61,47	84,5%	-9,1%
Estado e outros entes públicos	1,66	1,2%	1,96	1,7%	1,63	1,4%	1,64	2,1%	2,40	3,3%	46,5%
Administração Autárquica	34,75	25,2%	30,05	25,8%	30,39	25,8%	1,51	1,9%	0,37	0,5%	-75,7%
Adiantamentos	0,07	0,0%	0,02	0,0%	1,39	1,2%	0,72	0,9%	0,15	0,2%	-79,3%
Outros devedores	7,19	5,2%	7,97	6,8%	6,99	5,9%	6,40	8,1%	8,03	11,0%	25,4%
Outros curto prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Total de dívidas a receber	138,15	100%	116,42	100%	117,94	100%	79,15	100%	72,71	100%	-8,1%

- Da análise das dívidas a receber, verifica-se que as mesmas provêm essencialmente das dívidas **de clientes, contribuintes e utentes** que totalizaram em dezembro de 2015, o valor de 61,4 M€, menos 9,1% que em 2014, representando 84,5% do total dos créditos de curto prazo detidos pelos SMs. Mais se anota que o valor destes créditos sobre terceiros foi superior em +292,8% ao valor homólogo das autarquias correspondentes e representou 25,6% do valor da mesma natureza para o total dos municípios.
- O segundo crédito mais representativo que os SMs detêm sobre

terceiros são as dívidas de **outros devedores** que totalizaram 8 milhões de euros em 2015 (11% do total de dívidas a receber). Importa, ainda apontar a grande diminuição do valor a receber da **administração autárquica**, isto é, valores a receber das próprias autarquias e que, na maior parte das vezes, se referiam a indemnizações compensatórias. O total considerado em 2014, de 1,5 milhões de euros, diminuiu para 367 milhares de euros em 2015. Entende-se que esta forte diminuição da dívida das autarquias aos seus serviços municipalizados advém dos constrangimentos que foram colocados

à continuidade dos serviços municipalizados nos casos em que os municípios de tutela não cumpriam os respetivos contratos programa, provocando-lhes situações de desequilíbrio financeiro.

As dívidas do **Estado**¹⁶² aos SMs, em 2015, tiveram um peso diminuto (3,3%) no total das dívidas a receber, ao totalizarem 2,4 milhões de euros.

¹⁶² Recuperação do IVA, na generalidade dos casos, e que se referem a montantes a receber no ano económico seguinte face aos prazos de reembolso.

4.1.2. Passivo dos SMs

Os Quadros 4.05 e 4.06 comparam respetivamente, a estrutura e a evolução do passivo do global dos SMs e a estrutura do passivo das autarquias que lhes correspondem.

Relativamente ao passivo, importará apreciar a componente relativa às dívidas a terceiros, já que os outros elementos, nomeadamente, os proveitos diferidos não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente, obrigações para os serviços municipalizados ou para as autarquias.

Quadro 4.05 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Passivo	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios c/ SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a Médio e Longo Prazo	4 129,53	29,6%	609,31	28,3%	33,18	8,6%	5,4%
Dívidas a Curto Prazo	1 654,14	11,9%	213,06	9,9%	49,44	12,8%	23,2%
Total de dívidas a terceiros	5 783,67	41,5%	822,37	38,1%	82,63	21,4%	10,0%
Provisões para riscos e encargos	822,62	5,9%	190,92	8,9%	20,40	5,3%	10,7%
Acréscimos de Custos	429,63	3,1%	85,25	4,0%	26,65	6,9%	31,3%
Proveitos diferidos	6 900,28	49,5%	1 057,87	49,1%	255,98	66,4%	24,2%
Total do Passivo	13 936,21	100%	2 156,42	100%	385,65	100%	17,9%

Quadro 4.06 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados

Unidade: milhões de euros

Passivo	2011		2012		2013		2014		2015		Variação 14-15 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dívidas a Médio e Longo Prazo	45,87	10,8%	47,54	11,5%	41,89	10,7%	36,60	9,4%	33,18	8,6%	-9,3%
Dívidas a Curto Prazo	82,71	19,4%	63,81	15,4%	56,96	14,5%	49,64	12,8%	49,44	12,8%	-0,4%
Total de dívidas a terceiros	128,58	30,2%	111,35	26,9%	98,85	25,1%	86,23	22,2%	82,63	21,4%	-4,2%
Provisões para riscos e encargos	5,48	1,3%	9,70	2,3%	11,15	2,8%	18,54	4,8%	20,40	5,3%	10,0%
Acréscimos de Custos	18,54	4,3%	19,67	4,8%	27,27	6,9%	26,36	6,8%	26,65	6,9%	1,1%
Proveitos diferidos	273,79	64,2%	273,00	66,0%	255,92	65,1%	257,45	66,3%	255,98	66,4%	-0,6%
Total do Passivo	426,4	100%	413,71	100%	393,20	100%	388,59	100%	385,65	100%	-0,8%

· **O total das dívidas a terceiros no conjunto dos SMs¹⁶³** foi, em 2015, **de 82,6 milhões de euros, representando 10% do valor homólogo dos municípios que os tutelam, tendo diminuído neste ano 3,6 milhões de euros, isto é, -4,2%**. A descida da dívida a terceiros nos serviços municipalizados acompanhou a dinâmica verificada no biénio 2014/ 2015 em todo o setor municipal, por via da alteração de condições e critérios de gestão económico-financeira. **Todavia, apresentou uma descida inferior em 3pp à verificada no universo dos municípios em 2015, a qual foi de -7,2%.**

· O ritmo de descida da dívida a terceiros, considerando o universo dos serviços municipalizados, tinha descido a ritmo muito superior ao verificado em 2015, nos três anos antecedentes: em 2012 desceu 17,2%, em 2013, -12,5% e em 2014, -12,6%. **Assim, entre 2011 e 2015 a dívida a terceiros, no conjunto dos serviços municipalizados, baixou 46 M€ (- 35,7%),** ao passar de 128,6M€ em 2011, para 82,6M€ em 2015

· Comparando a estrutura da dívida a terceiros dos municípios e dos serviços municipalizados, verifica-se que as **dívidas de médio e longo prazo a terceiros** representaram em 2015, nos serviços mu-

nicipalizados 42,4% do total das suas dívidas a terceiros¹⁶⁴, ficando os restantes 57,6% a corresponder à dívida de curto prazo. No caso dos respetivos municípios de tutela a situação foi inversa, isto é, a dívida de médio e longo prazo era manifestamente superior à dívida de curto prazo numa relação que, em 2015, foi de 74,1% para 25,9%.

· **A dívida de médio e longo prazo a terceiros dos serviços municipalizados** apresentou em 2015 uma descida de descida de 3,4 M€ (-9,3%) em relação ao ano precedente, mas **em relação a 2011 apresentou uma quebra, bem mais significativa de -12,7M€ (-27,7%).**

· Quanto à **dívida de curto prazo** dos serviços municipalizados que em 2015 apresentou o valor de 49,4 milhões de euros, verificou-se uma descida de apenas -0,4% (- 190 mil euros), bem inferior à descida manifestada pela globalidade dos municípios de -9,7%, naquele mesmo ano. **Todavia, a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados entre 2011 e 2015 desceu 33,3 M€ (-40,2%), o que traduziu um grande esforço de controlo e diminuição da dívida desta natureza.**

O gráfico 4.02 permite visualizar a evolução das diferentes componentes do passivo considerando a globalidade dos serviços municipalizados

¹⁶³ Não considerando provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos.

¹⁶⁴ Excluindo provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos

Gráfico 4.02 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados

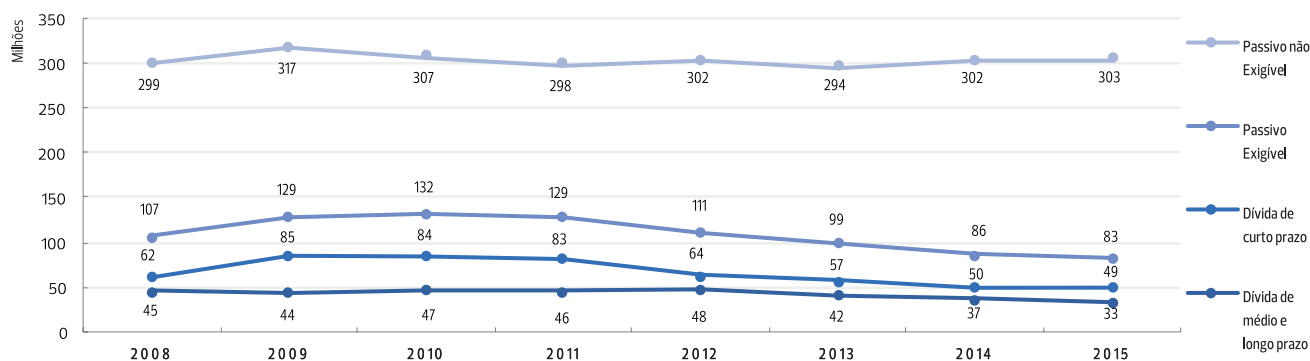
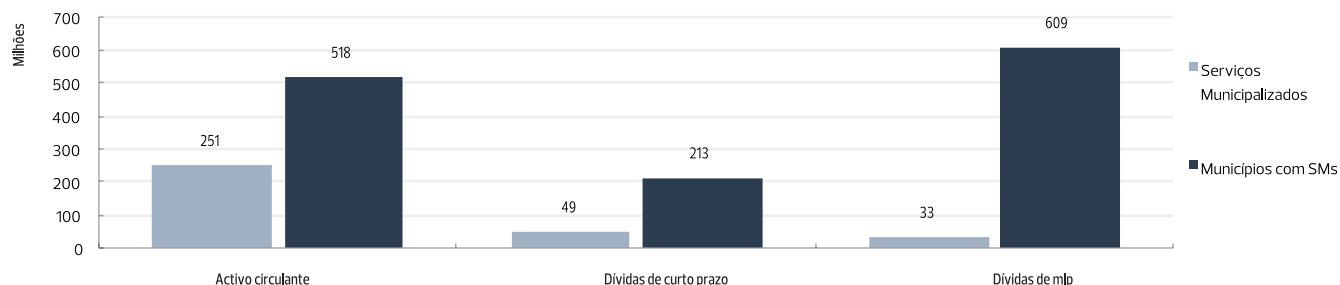


Gráfico 4.03 – Comparação da dívida e do ativo circulante, entre SMs e Municípios c/ SMs



Quadro 4.07 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Serviços Municipalizados	Passivo exigível								Variação 14-15%
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
1 SMEAS da Maia	22 006 988	22 187 032	22 691 179	22 471 001	21 693 771	21 799 435	21 635 681	21 152 974	-2,2%
2 SIMAS de Oeiras e Amadora	8 672 840	8 995 279	9 160 874	7 131 359	9 342 798	10 561 242	11 002 780	10 826 247	-1,6%
3 SMAS de Almada	12 752 465	11 337 368	9 744 890	8 911 995	7 951 025	7 458 723	7 522 486	9 172 795	21,9%
4 SMAS da Guarda	8 239 739	9 602 582	10 133 110	11 791 201	11 593 377	9 734 477	7 838 333	5 758 257	-26,5%
5 SMAS de Viseu	2 454 769	4 588 387	5 166 623	4 420 975	4 197 165	3 492 034	3 710 827	4 466 608	20,4%
6 SMTC do Barreiro	3 276 257	4 235 079	4 175 005	5 619 526	5 210 111	4 777 664	4 476 787	4 305 031	-3,8%
7 SMAS de Leiria	7 429 757	10 049 296	8 051 972	8 611 003	7 816 292	6 237 591	4 972 302	3 556 446	-28,5%
8 SIMAR de Loures e Odivelas	Si	13 545 890	15 187 427	11 193 689	7 138 744	4 627 469	3 918 115	3 280 274	-16,3%
9 SMAS Torres Vedras	3 740 864	3 890 171	4 423 579	4 822 039	4 396 897	3 856 019	3 875 334	3 155 429	-18,6%
10 SMAS de Sintra	9 140 698	9 648 517	9 598 559	7 461 646	5 857 468	2 749 559	2 197 940	2 921 043	32,9%
11 SMAS de Vila Franca Xira	529 234	418 991	508 259	586 030	680 121	701 394	741 103	2 137 060	188,4%
12 SM de Angra do Heroísmo	587 233	1 762 586	2 016 286	3 205 822	2 448 534	2 285 806	2 272 692	1 877 068	-17,4%
13 SM de Castelo Branco	1 599 976	1 269 931	1 218 019	1 302 019	1 435 031	1 532 998	1 499 719	1 721 508	14,8%
14 SMAS de Tomar	2 816 044	2 927 722	2 861 885	2 488 117	1 863 073	1 572 339	1 318 322	1 505 516	14,2%
15 SMAS do Montijo	242 733	1 207 479	2 203 863	2 741 988	1 737 196	2 121 055	1 682 420	1 252 415	-25,6%
16 SMAS – Alcobaça	14 455 192	15 331 203	16 083 193	15 470 848	10 207 330	8 506 495	3 066 398	1 127 164	-63,2%
17 SMSBVC – Viana Castelo	2 771 128	1 847 269	1 114 670	2 003 765	1 587 264	1 243 607	899 749	1 078 111	19,8%
18 SMTUC de Coimbra	2 707 420	2 253 509	2 742 955	4 256 154	3 246 401	2 831 228	933 233	791 367	-15,2%
19 SMAS de Ponta Delgada	Si	Si	871 174	820 129	454 864	439 362	366 188	562 397	53,6%
20 SMAS de Caldas da Rainha	994 526	1 400 463	1 541 336	922 887	553 704	407 835	546 813	524 631	-4,1%
21 SMA – AMBIENTABRANTES	527 232	505 551	468 349	459 918	434 629	534 969	486 192	506 310	4,1%
22 Serviços Municip. de Nazaré	605 879	666 934	605 879	819 265	581 781	663 548	623 167	385 716	-38,1%
23 SMAT de Portalegre	913 667	890 695	907 812	679 158	539 975	560 270	462 951	305 491	-34,0%
24 SMAS de Peniche	552 412	514 031	365 377	388 084	378 551	157 389	178 564	205 705	15,2%
25 Teatro Municipal de Faro	--	--	--	--	--	2 303	6 644	51 629	677,1%
Total	107 017 052	129 075 965	131 842 274	128 578 619	111 346 101	98 854 811	86 234 742	82 627 190	-4,2%

4.1.4. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados

4.1.4.1. Custos dos SMs

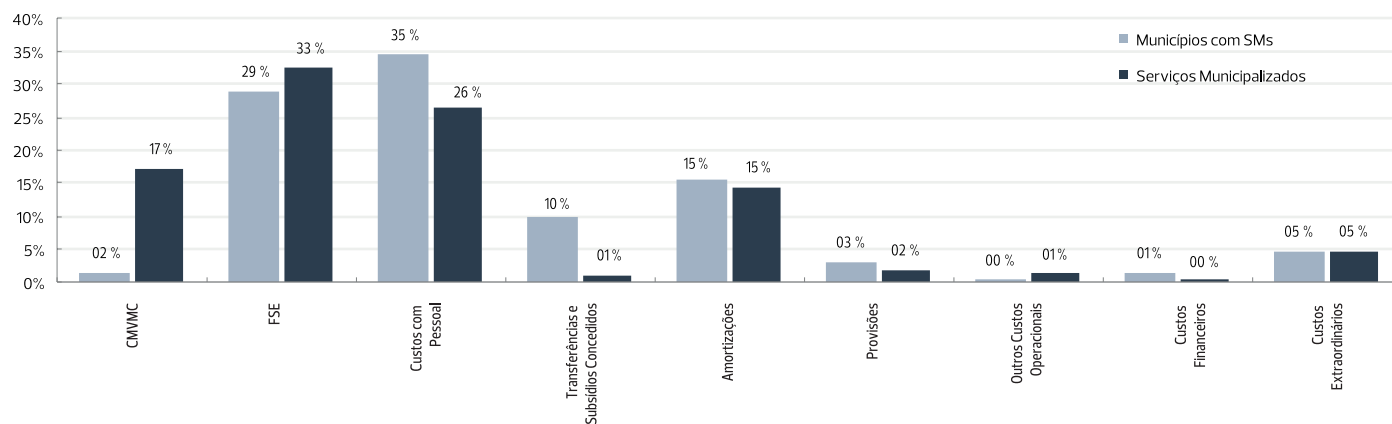
O Quadro 4.08 e o Gráfico 4.04 apresentam a estrutura dos custos dos SMs, comparando-os com os custos homólogos das autarquias que os tutelam.

Quadro 4.08 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Custos	Municípios (308)		Municípios c./SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
CMVMC	176,76	2,6%	18,61	1,5%	67,22	17,3%	361,2%
Fornecimentos e serviços externos	1830,38	26,7%	359,38	29,0%	126,61	32,5%	35,2%
Custos com Pessoal	2204,09	32,1%	428,07	34,5%	103,10	26,5%	24,1%
Transferências e Subsídios concedidos	593,45	8,7%	123,05	9,9%	4,50	1,2%	3,7%
Amortizações	1341,04	19,6%	190,37	15,4%	56,48	14,5%	29,7%
Provisões	187,11	2,7%	38,58	3,1%	7,45	1,9%	19,3%
Outros Custos Operacionais	27,17	0,4%	4,71	0,4%	4,97	1,3%	105,4%
Custos Financeiros	131,91	1,9%	18,40	1,5%	0,55	0,1%	3,0%
Custos Extraordinários	364,26	5,3%	58,91	4,8%	18,64	4,8%	31,6%
Total de custos	6 856,18	100%	1 240,09	100%	389,52	100%	31,4%

Gráfico 4.04 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



Da leitura do quadro e do gráfico supra, conclui-se:

- A maior componente de custos em 2015 foram os **custos com o fornecimento de serviços externos** (32,5% dos custos totais) **tendo apresentado um diferencial em relação ao peso dos custos com pessoal** (26,5%) de +6pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura dos custos dos municípios em geral e no grupo dos municípios que detêm serviços municipalizados. Em ambos os casos, o peso dos custos com pessoal foi superior ao peso do custo com fornecimento e serviços de terceiros em 5pp.
- Anota-se que em 2015, tanto os custos com o fornecimento de serviços externos, como os custos com pessoal, apresentaram um crescimento irrelevante face ao volume total dos custos. Assim os primeiros cresceram 3,4% (+4,2M€) e os segundos 0,8% (+850mil euros).

- Contudo, **comparando a evolução destas duas naturezas de custos entre 2011 e 2015, verifica-se que os custos com fornecimento de serviços externos cresceram 12,2% (+13,7M€) e os custos com pessoal, no mesmo período, baixaram 2,3% (-2,4 M€).**

- Outro custo relevante, na estrutura dos custos dos serviços municipalizados, é o **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, as quais representaram 17,3% dos custos totais ao apresentarem, em 2015, o valor de 67,2M€.

- Anota-se o peso elevado das **amortizações** ao representarem uma média de 15,6% dos custos totais dos serviços municipalizados, entre 2011 e 2015.

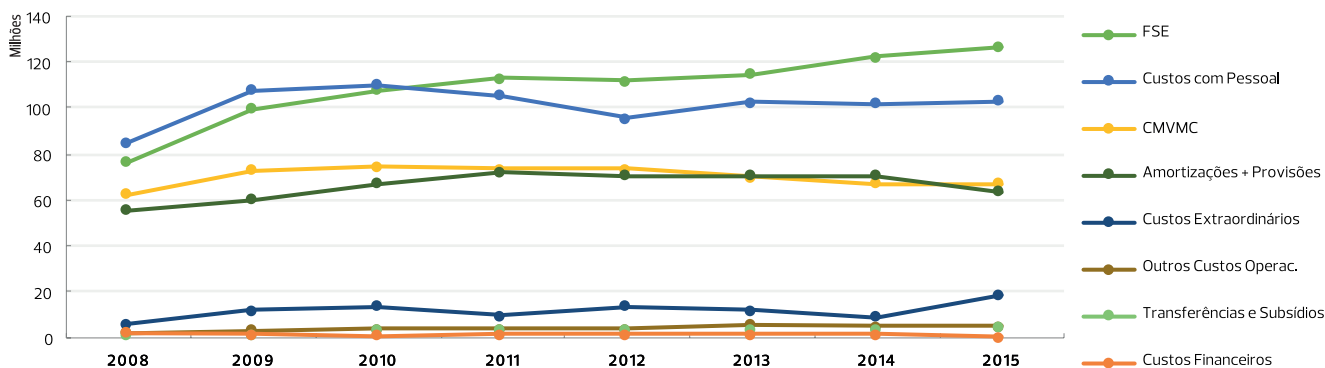
Para complemento da informação prestada no Quadro 4.09 e no Gráfico 4.05 apresenta-se a evolução dos valores das diferentes componentes dos custos dos serviços municipalizados, entre 2011 e 2015 e as respetivas taxas de variação.

Quadro 4.09 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados

Unidade: milhões de euros

Custos	2011		2012		2013		2014		2015		Variação 14-15 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
CMVMC	73,61	19,2%	73,70	19,7%	70,08	18,4%	66,91	17,5%	67,22	17,3%	0,5%
Fornecimentos e serviços externos	112,88	29,5%	111,87	29,8%	114,95	30,2%	122,41	32,0%	126,61	32,5%	3,4%
Custos com Pessoal	105,48	27,6%	95,75	25,5%	102,71	27,0%	102,25	26,7%	103,10	26,5%	0,8%
Transferências e Subsídios concedidos	3,89	1,0%	3,98	1,1%	3,97	1,0%	4,08	1,1%	4,50	1,2%	10,3%
Amortizações	60,71	15,9%	60,45	16,1%	61,00	16,0%	58,89	15,4%	56,48	14,5%	-4,1%
Provisões	11,46	3,0%	10,19	2,7%	9,40	2,5%	12,01	3,1%	7,45	1,9%	-38,0%
Outros Custos Operacionais	3,70	1,0%	3,74	1,0%	5,67	1,5%	5,07	1,3%	4,97	1,3%	-2,1%
Custos Financeiros	1,51	0,4%	1,32	0,4%	1,29	0,3%	1,44	0,4%	0,55	0,1%	-61,8%
Custos Extraordinários	9,58	2,5%	13,86	3,7%	11,92	3,1%	9,36	2,4%	18,64	4,8%	99,0%
Total de custos	382,83	100%	374,86	100%	380,99	100%	382,44	100%	389,52	100%	1,9%

Gráfico 4.05 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados



4.1.4.2. Proveitos dos SMs

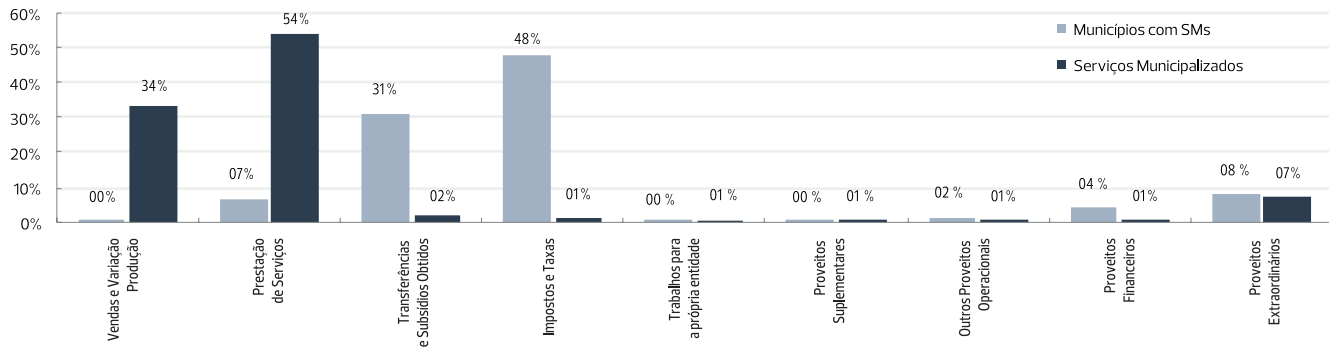
Os Quadros 4.10 e 4.11 bem e como o Gráfico 4.06 apresentam a estrutura dos proveitos dos serviços municipalizados e sua comparação com os proveitos homólogos das autarquias que os tutelam.

Quadro 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Municípios (308)		Municípios c/SMs (27)		Serviços Municipalizados (25)		SMs / /Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Vendas e Variação da Produção	174,48	2,3%	4,52	0,3%	142,98	33,7%	3160,1%
Prestação de Serviços	615,22	8,2%	97,12	6,9%	229,05	53,9%	235,8%
Outras Situações	3,93	0,1%	0,00	0,0%	-0,43	-0,1%	--
Impostos e Taxas	2 910,21	38,9%	670,54	47,6%	4,64	1,1%	0,7%
Transferências e Subsídios obtidos	2 707,35	36,2%	439,23	31,2%	7,71	1,8%	1,8%
Trabalhos para a própria entidade	21,10	0,3%	2,40	0,2%	3,49	0,8%	145,3%
Proveitos Suplementares	56,65	0,8%	3,87	0,3%	2,33	0,5%	60,2%
Outros Proveitos Operacionais	54,08	0,7%	21,99	1,6%	2,17	0,5%	9,9%
Proveitos Financeiros	206,71	2,8%	56,89	4,0%	2,51	0,6%	4,4%
Proveitos Extraordinários	727,65	9,7%	112,02	8,0%	30,23	7,1%	27,0%
Total de proveitos	7 477,39	100%	1 408,59	100%	424,68	100%	30,1%

Gráfico 4.06 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



- Relativamente à estrutura dos proveitos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos para as autarquias e serviços municipalizados. Assim, as principais fontes financeiras dos serviços municipalizados foram as **vendas e variação da produção** e a **prestação de serviços**, respetivamente com os pesos de 33,7% e de 53,9% no total dos proveitos. As autarquias ao transferirem para os serviços municipalizados as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis¹⁶⁵, prescindiram elas próprias da recolha dos proveitos respetivos o que se refletiu na sua estrutura de proveitos, ao apresentarem um peso muito menos relevante do valor da venda de produtos e prestação de serviços.
- Assim, tanto o volume das **vendas e variação da produção** como o produto da **prestação de serviços**, apresentam valores no conjunto dos serviços municipalizados que não são comparáveis com os valores dos proveitos homólogos do grupo dos municípios que detêm os SMs face ao grande diferencial de valor.

¹⁶⁵ Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os serviços municipalizados auferirão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Os montantes, verificados em 2015, de **142,9 M€ de vendas e de 229 M€ de prestação de serviços**, só são comparáveis com os valores dos proveitos homólogos da globalidade dos municípios, correspondendo respetivamente a 81,9% e 37,2% desses totais.

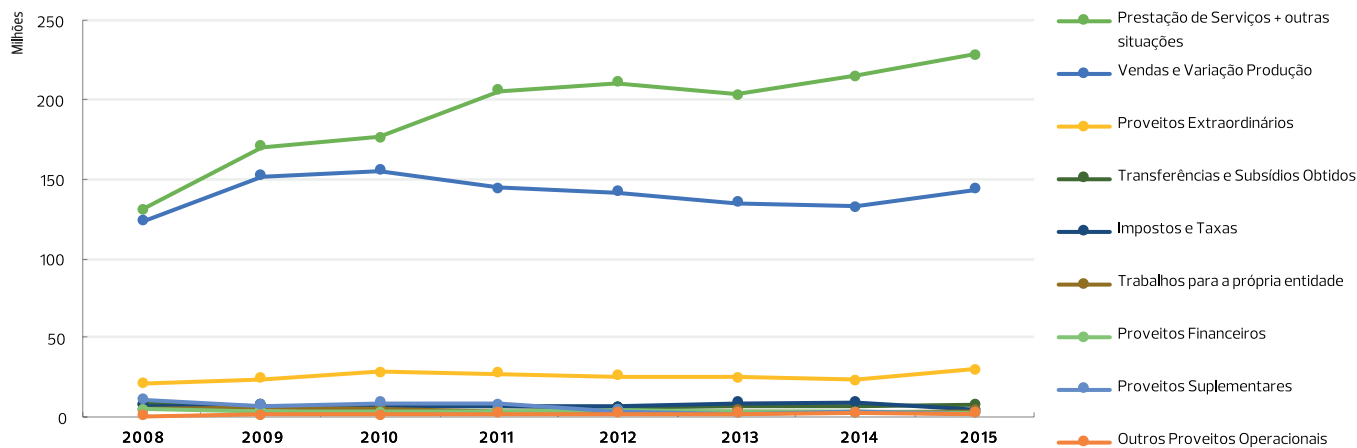
- **Em 2015**, estes dois proveitos cresceram respetivamente 8% e 6,7%, relativamente ao ano antecedente. Em relação a 2011 verificou-se uma insignificante descida do produto de vendas e variação de produção e **um aumento de 11% do produto da venda de serviços**.

Quadro 4.11 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	2011		2012		2013		2014		2015		Variação 14-15 (%)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Vendas e Variação da Produção	144,48	35,4%	141,45	35,0%	135,27	34,7%	132,40	33,2%	142,98	33,7%	8,0%
Prestação de Serviços	205,49	50,4%	211,06	52,3%	203,40	52,1%	214,59	53,9%	229,05	53,9%	6,7%
Outras Situações	-0,31	-0,1%	-0,55	-0,1%	-0,15	0,0%	-0,14	0,0%	-0,43	-0,1%	209,9%
Impostos e Taxas	6,02	1,5%	6,12	1,5%	8,51	2,2%	9,05	2,3%	4,64	1,1%	-48,8%
Transferências e Subsídios obtidos	6,51	1,6%	5,92	1,5%	7,13	1,8%	7,57	1,9%	7,71	1,8%	1,8%
Trabalhos para a própria entidade	3,80	0,9%	3,65	0,9%	3,54	0,9%	3,10	0,8%	3,49	0,8%	12,6%
Proveitos Suplementares	8,02	2,0%	3,63	0,9%	1,78	0,5%	2,62	0,7%	2,33	0,5%	-11,3%
Outros Proveitos Operacionais	1,96	0,5%	2,15	0,5%	2,28	0,6%	2,55	0,6%	2,17	0,5%	-14,7%
Proveitos Financeiros	4,03	1,0%	4,34	1,1%	3,31	0,8%	3,41	0,9%	2,51	0,6%	-26,4%
Proveitos Extraordinários	27,79	6,8%	25,87	6,4%	25,12	6,4%	23,14	5,8%	30,23	7,1%	30,6%
Total de proveitos	407,8	100%	403,6	100%	390,2	100%	398,3	100%	424,7	100%	6,6%

Gráfico 4.07 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados



4.1.4.3. Resultados económicos dos SMs

No Quadro 4.12 apresentam-se os resultados económicos de 2015, dos serviços municipalizados e sua comparação com os resultados dos municípios em geral e do grupo dos municípios que

detêm serviços municipalizados e no Quadro 4.13 apresenta-se a evolução dos resultados económicos da globalidade dos serviços municipalizados entre 2011 e 2015.

Quadro 4.12 – Informação sobre estrutura económica

Unidade: euros

	Municípios	Municípios com SMs	Serviços Municipalizados
Nº de entidades analisadas	308	27	25
População (Census 2011)	10 562 178	2 712 345	2 712 345
Custos com Pessoal/custos totais	32,1%	34,5%	26,5%
Resultados económicos	621212 340	168 504 884	35 154 064
Resultados económicos/Proveitos	8,3%	12,0%	8,3%
Resultados económicos por habitante	58,81 €	62,13 €	12,96 €
Nº de entidades com resultados negativos	105	2	1

Quadro 4.13 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados					Variação 14-15
	2011	2012	2013	2014	2015	
Nº de entidades analisadas	24	24	25	25	25	-
População	2 647 785	2 647 785	2 712 345	2 712 345	2 712 345	0
Custos com Pessoal/custos totais	27,6%	25,5%	27,0%	26,7%	26,5%	-0,3%
Resultados económicos	24 961 574	28 758 981	9 179 512	15 862 375	35 154 064	+19 291 689
Resultados económicos/Proveitos	6,1%	7,1%	2,4%	4,0%	8,3%	4,3%
Resultados económicos por habitante	9,43 €	10,86 €	3,38 €	5,85 €	12,96 €	7,11 €
Nº de entidades com resultados negativos	6	5	10	12	1	-11
Resultados Operacionais	4 227 779	13 732 241	-6 037 947	125 065	21 608 835	+21 483 770
Custos Financeiros	1 509 384	1 315 199	1 293 925	1 444 558	551 806	-892 752
N.º de entidades com Resultados Operacionais + Custos Financeiros negativos	16	12	17	18	11	-7

Da comparação da estrutura económica e dos respetivos resultados entre os serviços municipalizados e as autarquias, o que se oferece relevar é:

- O facto de o peso dos custos com pessoal nos serviços municipalizados ter sido bastante inferior ao verificado na totalidade dos municípios e no conjunto das autarquias que os tutelam.
- A razão entre os resultados económicos e os proveitos ser igual para os serviços municipalizados e para o universo dos municípios, apresentando-se mais elevada no grupo dos municípios que autonomizaram serviços municipalizados.

Da análise da evolução da situação económica dos serviços municipalizados que se oferece referir é:

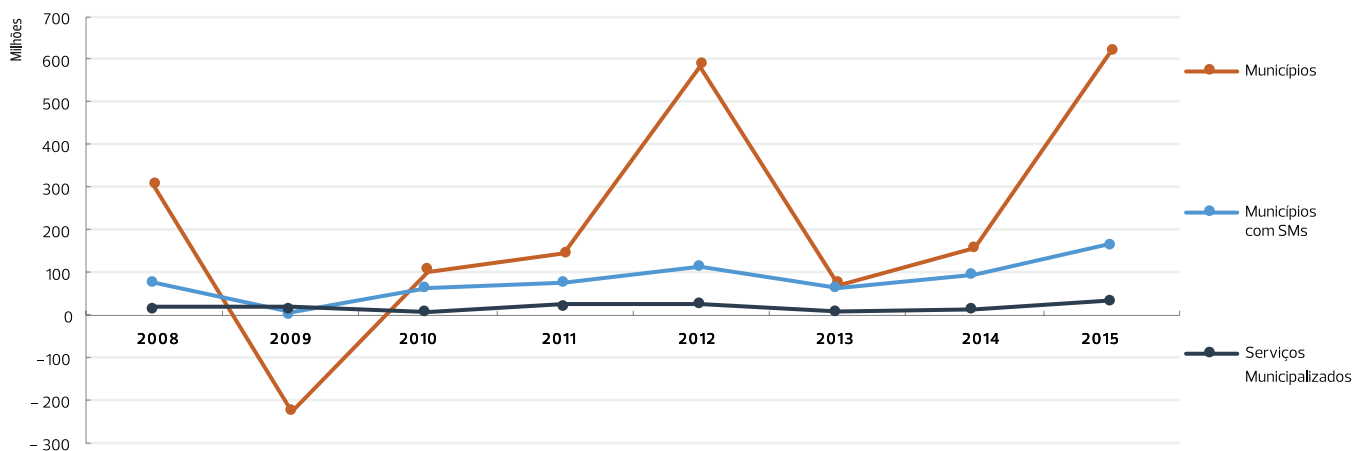
- Em 2015, apenas um serviço municipalizado apresentou um resultado líquido negativo, embora onze serviços municipalizados ainda tivessem apresentado resultados operacionais negativos quando acrescidos dos custos financeiros. Mesmo assim em relação a 2014, sete municípios melhoraram os seus

resultados operacionais.

- Os **resultados operacionais**, considerando a globalidade dos serviços municipalizados, aumentaram extraordinariamente em 2015 (+21,5 milhões de euros) face aos valores apresentados em 2014, os quais, ao totalizarem o montante de 125 milhares de euros, refletiram uma enorme alteração na gestão económica dos serviços municipalizados, uma vez que em 2013 tinham apresentado resultados negativos.
- A melhoria global dos resultados operacionais dos serviços municipalizados deve-se ao facto dos custos terem aumentado apenas 1,9% e os proveitos terem crescido 6,6%, sendo que dos vinte e cinco serviços municipalizados, quinze apresentaram diminuição dos custos operacionais e vinte, um aumento dos proveitos operacionais.

No Gráfico 4.08 comparam-se as linhas de evolução dos resultados económicos dos serviços municipalizados, do universo dos municípios e do grupo de municípios que tutelam serviços municipalizados.

Gráfico 4.08 – Evolução dos Resultados Económicos



Os Quadros 4.14 e 4.15 apresentam os serviços municipalizados, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

Quadro 4.14 – Serviços Municipalizados com Resultados Económicos positivos

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição 14-15 %
1 SIMAS de Oeiras e Amadora	13 430 923	13 673 480	6 424 747	8 838 822	9 831 645	7 933 249	10 736 758	14 672 922	36,7%
2 SMAS de Leiria	892 639	147 709	135 565	-357 741	-1 412 836	-2 559 327	-170 005	2 626 873	-1645,2%
3 SMAS de Vila Franca Xira	1 409 233	751 211	204 196	2 467 652	2 724 828	1 527 632	1 793 264	2 163 540	20,6%
4 SMAS de Viseu	806 843	48 687	274 187	1 093 310	1 149 392	1 227 121	1 096 681	1 989 753	81,4%
5 SIMAR de Loures e Odivelas	--	15 479	-3 662 924	2 729 229	3 549 157	597 424	660 311	1 832 517	177,5%
6 SMAS de Ponta Delgada	--	--	1 280 358	1 162 685	1 176 921	1 057 706	1 433 834	1 755 895	22,5%
7 SMAS de Almada	1 519 042	2 082 002	1 805 803	729 711	1 858 054	-1 152 202	1 144 922	1 682 631	47,0%
8 SMAS Torres Vedras	124 198	587 983	269 572	399 616	1 034 206	-402 264	-780 789	1 407 273	-280,2%
9 SMAS de Sintra	91 904	40 583	1 753 181	3 567 043	2 268 515	804 069	-214 957	1 315 273	-711,9%
10 SM de Castelo Branco	402 201	1 804 398	1 276 241	1 887 762	1 845 844	1 937 869	1 682 310	1 217 218	-27,6%
11 SMAS de Peniche	657 891	239 241	317 147	580 528	96 672	-296 591	185 084	871 766	371,0%
12 SMEAS da Maia	90 888	515 360	1 831 467	1 392 008	1 585 798	616 081	276 236	831 421	201,0%
13 SMAS de Tomar	-346 040	-82 564	-208 406	397 746	482 698	109 165	10 868	561 104	5062,8%
14 SMTc do Barreiro	-725 007	-768 605	-932 071	-525 493	440 627	293 981	-26 448	451 339	-1806,5%
15 SMTUC de Coimbra	654 732	227 337	-520 848	-285 628	-87 648	189 638	-24 573	396 232	-1712,5%
16 SMAS – Alcobça	215 813	-260 450	-946 341	114 557	617 371	-1 279 119	-968 435	272 753	-128,2%
17 Serviços Municip. Nazaré	-444 948	-569 384	-444 948	-105 812	528 634	127 388	150 726	240 558	59,6%
18 SMAS de Caldas da Rainha	578 848	637 823	509 763	28 786	161 978	-504 056	-472 954	224 866	-147,5%
19 SMSBVC de Viana Castelo	-200 956	955 534	1 332 193	1 662 656	1 093 531	781 669	400 717	195 544	-51,2%
20 SM de Angra do Heroísmo	-35 210	-84 534	575 047	92 696	-189 992	-304 082	-422 103	190 168	-145,1%
21 SMAT de Portalegre	168 485	266 739	37 357	70 824	22 162	-132 816	-91 635	174 193	-290,1%
22 Teatro Municipal de Faro	--	--	--	--	--	194 715	-93 070	77 557	-183,3%
23 SMAS do Montijo	-668 226	-1 248 377	-229 344	-1 018 731	-249 338	-256 417	-200 646	53 768	-126,8%
24 SMA – AMBIENTABRANTES	340 146	231 996	63 680	91 102	374 349	55 576	69 516	42 619	-38,7%

Quadro 4.15 – Serviços Municipalizados com Resultados Económicos negativos

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1 SMAS da Guarda	-483 562	-528 823	-198 154	-517 55	-143 588	-1 386 897	-313 237	-93 719

4.2. Setor Empresarial Local

4.2.1. Introdução

Analisam-se neste ponto do capítulo 4, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao Setor Empresarial Local¹⁶⁶ (SEL), reportados ao final do ano de 2015 para um **universo de 188 entidades**¹⁶⁷, sendo que **153** são Empresas Municipais e **Entidades Empresariais Locais, 7 Sociedades Anónimas, 4 Sociedades Unipessoais por quotas, 23 Entidades Intermunicipais e 1 Empresa Metropolitana.**

A informação económica- financeira apresentada **neste ponto do anuário agrega, para o ano económico de 2015, os valores de 185 entidades das 188** supra referidas uma vez que não foi possível obter informação financeira de duas empresas municipais e uma intermunicipal, conforme referido no Quadro 4.16. Representando o número de entidades com informação financeira disponível 98,4% das entidades empresariais existentes, considera-se que será de desprezar a ausência de informação relativo às entidades em falta, prosseguindo-se com a análise das contas das 185 entidades empresariais com informação financeira disponível. Sempre que oportuno, procedeu-se à comparação de valores globais relativos ao intervalo de anos económicos entre 2011 e 2015.

Reforça esta nossa intenção o fato de o setor empresarial local estar em reestruturação assinalável desde 2013¹⁶⁸, com extinção de entidades e fusão de outras como se assinala no Quadro 4.17.

¹⁶⁶ Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

¹⁶⁷ Não estão aqui incluídos os serviços municipalizados, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não permite proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais.

¹⁶⁸ No Anuário de 2011 já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção. Mas realmente será a partir de 2013 que se torna significativo o número de entidades empresariais extintas.

Quadro 4.16 – Entidades sem informação financeira disponível em 2015

	Entidade	Município	Situação
1	Praia em Movimento	Praia da Vitória	Sem informação
2	Marina da Vila – Indústrias de Marinas e Recreio	Vila Franca do Campo	Sem informação
3	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	**	Sem informação

** Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa

Estando o setor empresarial local em reestruturação assinalável desde 2013¹⁶⁹, com extinção de entidades e fusão de outras, as entidades empresariais extintas ou fundidas no decorrer do ano 2015 e que se encontram assinaladas no Quadro 4.17, não constaram da análise financeira do setor empresarial local no presente ano económico.

¹⁶⁹ No Anuário de 2011 já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção. Mas realmente será a partir de 2013 que se torna significativo o número de entidades empresariais extintas.

Quadro 4.17 – Entidades que se dissolveram ou se fundiram em 2015

	Entidade	Município	Situação
1	EMSUAS – Serviços Urbanos de Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	Dissolvida
2	Almeida Município – Reabilitação Urbana, Desenv. Económico e Gestão de Equip.	Almeida	Dissolvida
3	Armamar Investe Mais	Armamar	Dissolvida
4	EMDB – Empresa Municipal de Desportos	Barcelos	Dissolvida
5	Gondomar Coração de Ouro	Gondomar	Dissolvida
6	AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia	Guimarães	Dissolvida
7	EML – EM de Urbanização, Requalific. Urbana e Ambiental e Habit. Social de Lagoa	Lagoa (R.A.A)	Dissolvida
8	Viver Machico	Machico	Dissolvida
9	Madalenagir	Madalena	Dissolvida
10	Academia de Artes da Maia – Produções Culturais	Maia	Dissolvida
11	Municipália – Gestão de Equipamentos e Património	Odivelas	Dissolvida
12	SRU-Fátima – Sociedade de Reabilitação Urbana	Ourém	Dissolvida
13	Ribeira Grande Mais – Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental	Ribeira Grande	Dissolvida
14	Sabugal +, Gestão de Espaços Culturais, Desportivos, Turísticos e de Lazer	Sabugal	Dissolvida
15	Profiacademus – Escola Profissional	Santa Comba Dão	Dissolvida
16	Santa Cruz XXI – Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de Serviços	Santa Cruz	Dissolvida
17	Terra Cidade	Santana	Dissolvida
18	SERPOBRA – Sociedade de Desenvolvimento Local e Reabilitação Urbana	Serpa	Dissolvida
19	EDUCA – Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos	Sintra	Dissolvida
20	Turri espaços – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	Torres Novas	Dissolvida
21	Águas do Caima	Vale de Cambra	Dissolvida
22	Velasfuturo – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos Económicos e Lazer	Velas	Dissolvida
23	Vitaguiar – Apoio ao Desenvolvimento Agro Industrial	Vila Pouca de Aguiar	Dissolvida
24	MERVAL – EM de Gestão de Mercados e Promoção de Projetos de Desenv. Local	Vila Real	Dissolvida
25	DOURONORTE Ambiente – Emp. Intermun. Gestão Ambiental do Vale do Douro-Norte	*	Dissolvida

*Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte.

No Quadro 4.18 apresenta-se, por anos económicos, o número de entidades empresariais do setor local dissolvidas ou que foram objeto de fusão.

Quadro 4.18 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2015

	2011	2012	2013	2014	2015
N.º total de entidades em atividade	296	275	238	216	188
N.º de entidades com informação disponível	293	270	225	208	185
N.º de entidades dissolvidas	6	9	36	33	25
N.º de entidades que se fundiram	1	9	3	0	0

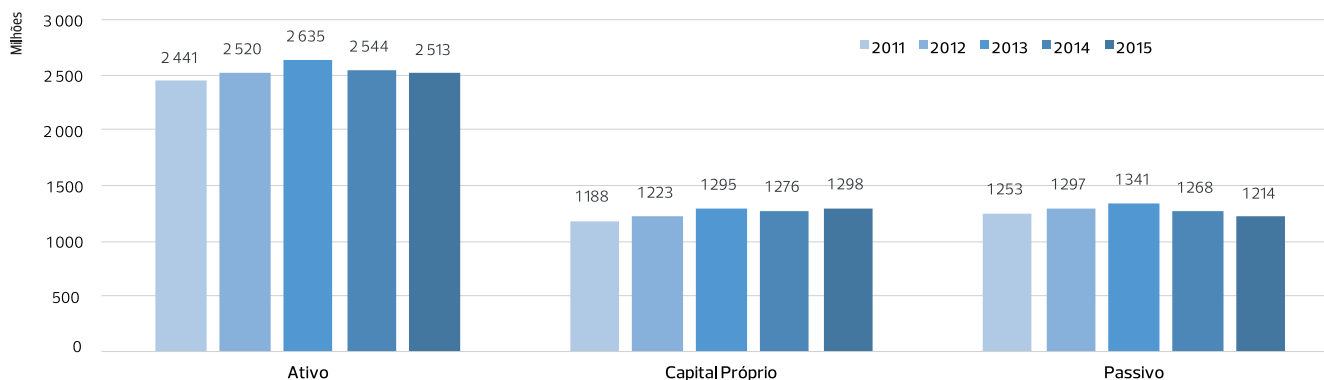
No presente Anuário, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do Balanço e da Demonstração dos Resultados relativos ao conjunto de entidades do setor empresarial local – SEL, em exercício a 31 de dezembro do ano económico de 2015 e para as quais foi possível obter informação financeira. Assim os valores totais dos itens contabilísticos e respetiva informação financeira reportada a anos anteriores ao ano económico em apreço, referem-se exclusivamente aos valores agregados das 185 entidades em atividade, excluindo os montantes das entidades entretanto dissolvidas. Por outro lado, não foi possível comparar os montantes globais do SEL com os montantes homólogos correspondentes aos municí-

pios que os tutelam, devido à diferença de normativos contabilísticos utilizados pelas entidades empresariais locais (SNC) e pelos municípios (POCAL).

4.2.2. Grandes Agregados do Balanço das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EELs) e Empresas Municipais (EMs)

No Gráfico 4.09 apresenta-se o volume total dos principais agregados do Balanço Global das 185 entidades do SEL em relação às quais foi possível recolher informação financeira em 2015, bem como, os valores homólogos dos anos precedentes para o mesmo universo de entidades.

Gráfico 4.09 – Evolução dos grandes agregados do Balanço



Quadro 4.19 apresenta o valor das componentes do Balanço das entidades do setor empresarial local analisadas em 2015 bem como o respetivo peso das componentes do ativo e do passivo.

Quadro 4.19 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 185 entidades do SEL em 2015

Unidade: milhões de euros

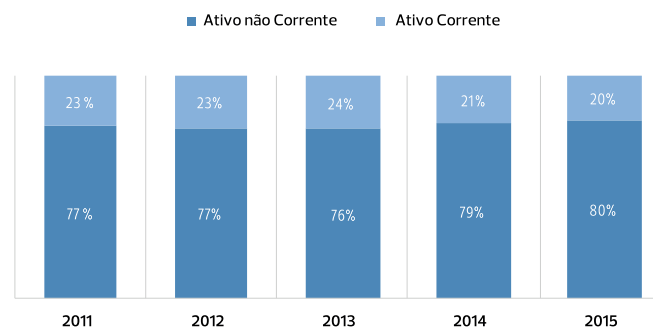
Componentes do Balanço	2015	
	Valor	%
Ativo não corrente	2 017,4	80%
Ativo corrente	495,2	20%
Total Ativo	2 512,6	--
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	668,9	55%
Passivo corrente (curto prazo)	545,4	45%
Total Passivo	1 214,3	48%
Capital Próprio	1 298,3	52%
Capital Próprio + Passivo	2 512,6	--

As 185 entidades do SEL consideradas na presente análise apresentaram em 2015, conforme Quadro 4.19, um ativo global de 2.512,6 M€, constituído em 80% por ativos não correntes. O passivo que totalizou para todo o setor empresarial local o montante de 1 214,3 M€, apresentou preponderância do passivo não corrente (passivo de mlp) sobre o passivo corrente, em 10 pp.

4.2.2.1. Estrutura e Evolução do Ativo Não Corrente

O gráfico a seguir apresentado esquematiza a **evolução do peso no ativo total, do ativo corrente e do ativo não corrente** verificando-se a alteração mais significativa dos respetivos pesos, no biénio 2014/ 2015. **Efetivamente o ativo não corrente (ativo fixo, nomeadamente imobilizado) neste biénio reforçou o seu peso no ativo total, em 4,5pp, baixando na mesma proporção o peso de ativo corrente.**

Gráfico 4.10 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2015



No Quadro 4.20 apresenta-se a estrutura do ativo não corrente para a totalidade das 185 entidades empresariais, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2015.

Quadro 4.20 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo não Corrente	2011		2012		2013		2014		2015		Variaç. 14-15
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Ativos Fixos Tangíveis	1436,13	76,4%	1425,35	73,6%	1441,12	72,2%	1465,37	73,3%	1514,76	75,1%	3,4%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,06	0,0%	14,54	0,8%	21,29	1,1%	24,01	1,2%	23,93	1,2%	-0,3%
Propriedades de Investimento	150,22	8,0%	165,17	8,5%	204,40	10,2%	190,26	9,5%	173,16	8,6%	-9,0%
Goodwill	0,03	0,0%	0,03	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%	0,03	0,0%	111,6%
Ativos Intangíveis	225,33	12,0%	251,16	13,0%	249,69	12,5%	258,21	12,9%	256,16	12,7%	-0,8%
Ativos Biológicos	0,17	0,0%	0,20	0,0%	0,36	0,0%	0,34	0,0%	0,13	0,0%	-62,3%
Participações Financeiras – MEP	30,22	1,6%	36,85	1,9%	28,09	1,4%	21,37	1,1%	21,73	1,1%	1,7%
Participações Financeiras – Outros	0,93	0,0%	0,97	0,0%	0,24	0,0%	2,01	0,1%	0,13	0,0%	-93,8%
Acionistas/Sócios	0,69	0,0%	10,38	0,5%	10,76	0,5%	13,76	0,7%	16,13	0,8%	17,2%
Outros Ativos Financeiros	11,17	0,6%	25,41	1,3%	21,40	1,1%	19,20	1,0%	8,82	0,4%	-54,1%
Ativos por Impostos Diferidos	5,66	0,3%	5,62	0,3%	5,55	0,3%	3,46	0,2%	2,44	0,1%	-29,5%
Outras Contas a Receber	18,48	1,0%	0,21	0,0%	13,86	0,7%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	--
Total do ativo não corrente	1879,10	100%	1935,89	100%	1996,78	100%	1998,01	100%	2 017,41	100%	1,0%

Da análise do quadro anterior conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do ativo não corrente das entidades constituintes do SEL:

- Em 2015, 76,3% do ativo não corrente era constituído por **ativos fixos tangíveis**¹⁷⁰, no total de 1.538,7 M€, tendo aumentado 3,3% (+49,3 M€) em relação a 2014. É de anotar que 42,7% do valor dos ativos fixos tangíveis se referem a sete empresas municipais que apresentaram, nesta rubrica, valores superiores a 50 M€. A entidade que apresentou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 130,6M€, conforme quadro seguinte.

- No Quadro 4.21 apresentam-se as entidades empresariais que, em 2015, apresentaram em ativos fixos tangíveis um registo de valor superior a 50M€.

Quadro 4.21 – Entidades que apresentam valores no "Ativos Fixos Tangíveis" superiores a 50M€ em 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Fixos Tangíveis
CMPEA – Águas do Porto	Porto	130 609 050
AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	113 073 174
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	103 735 346
Águas do Ribatejo	*	88 637 212
ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	74 873 113
Águas de Santarém	Santarém	74 339 365
AC Águas de Coimbra	Coimbra	61 122 025

*Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

¹⁷⁰ Incluindo os ativos fixos tangíveis em curso

- O montante de 256,2 M€ de **ativos intangíveis**, com um peso de 12,7% no total do ativo não corrente em 2015, apresentou uma ligeira diminuição de valor (-0,8%).
- Duas entidades empresariais contribuíram para 77,3% do total dos ativos intangíveis num universo de 93 entidades¹⁷¹ com ativos intangíveis, sendo de anotar o valor de 177,3 M€ registado pela empresa TRA-TOLIXO – Tratamento de resíduos sólidos, EIM, (Quadro 4.22). Muito distante dos valores desta empresa surge o montante registado pela EM- Águas e Parque Biológico de Gaia, no montante de 20,7M€.
- No Quadro 4.22 apresentam-se as entidades que apresentaram valores no “Ativo Intangível” superiores a 20M€ em 2015.

Outros ativos não correntes com um peso significativo no total do ativo não corrente (8,6%) são as propriedades **de investimento**, com um montante de 173,2 M€, tendo este ativo não corrente diminuído 17,1 M€ (-9%) em 2015, depois de aumentos sucessivos entre 2011 e 2014.

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do setor empresarial local, a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com participações financeiras, pelo método de equivalência patrimonial (Quadro 4.23).

¹⁷¹ As restantes 92 entidades do SEL, não apresentaram registo de ativos intangíveis.

Quadro 4.22 – Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 20M€ em 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Intangíveis
TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*	177 259 378
Águas e Parque Biológico de Gaia**	Vila Nova de Gaia	20 667 709

* AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

**A fusão das empresas municipais Águas de Gaia e Parque Biológico de Gaia ocorreu em 2010, passando a funcionar em pleno desde 1 de janeiro de 2011.

Quadro 4.23 – Entidades com Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Participações Financeiras – MEP
1 AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	13 018 154
2 ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	5 626 762
3 Fozcoainvest – Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	1 910 101
4 Cascais Dinâmica – Gestão, Economia, Empreendedorismo	Cascais	648 202
5 Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social	Vila Franca do Campo	230 094
6 Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção Eventos Culturais	Ponta Delgada	212 081
7 TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	80 483
8 ALBIGEC – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer	Castelo Branco	317
Total		21 726 195

Pelas razões aduzidas no parágrafo anterior apresenta-se a lista das entidades empresariais locais que subscreveram participações financeiras em outras entidades fora do setor empresarial local.

Quadro 4.24 – Entidades com registo em Outras Participações Financeiras em 2015

Unidade: euros

	Entidade	Município	Outras Participações Financeiras
1	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	Covilhã, Belmonte e Manteigas	89 170
2	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	15 000
3	Proençatur – Empresa de Turismo	Proença-a-Nova	10 000
4	Águas do Ribatejo	*	2 142
5	Logica – Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	2 000
6	WRC – Agência de Desenvolvimento Regional	**	1 344
7	Matadouro Regional de Mafra	Mafra	1 000
8	ECALMA – Estacionamento e Circulação	Almada	998
9	Praia Ambiente	Praia da Vitória	716
10	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães e Vizela	656
11	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	625
12	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	500
13	Trofa Park – Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	Trofa	485
14	Fozcoainvest – Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	280
15	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Vinhais	200
16	CASFIG – Coordenação das Habitações	Guimarães	102
	Total		125 218

* Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

**Albergaria-a-Velha, Almeida, Alvaiázere, Anadia (69,20%), Arganil, Batalha, Belmonte, Cantanhede, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Celorico da Beira, Coimbra, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueira da Foz, Góis, Guarda, Manteigas, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penela, Porto de Mós, São Pedro do Sul, Sertã, Soure, Server do Vouga, Tábua e Vila Nova de Poiares.

O ativo não corrente **acionistas/sócios**, que traduz a dívida dos municípios ao sector empresarial local por via da não realização das suas obrigações enquanto acionistas ou sócios, só começou a apresentar registo significativo de valor em 2012, ao ser contabilizado o montante de 10,4M€. Entre 2012 e 2015 registou um aumento de 5,7M€ (+55,3%), apresentando neste último ano o montante de 16,1M€, isto é, 0,8% de todo o ativo não corrente.

Em 2015, só duas entidades empresas municipais apresentaram

registo e valor deste ativo: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, com 16,1M€ e a EMPET – Parques Empresariais, com o valor de 28,7 milhares de euros. As restantes entidades empresariais não registaram qualquer dívida das autarquias que as tutelam, no final do ano económico de 2015.

O Quadro 4.25 revela a lista das entidades empresariais que demonstram **créditos sobre acionistas** entre 2011 e 2015.

Quadro 4.25 – Entidades com valores inscritos na rubrica “Acionistas/Sócios” entre 2011 e 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Acionistas/ Sócios				
		2011	2012	2013	2014	2015
Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	0	0	10 759 461	13 746 466	16 100 000
EMPET – Parques Empresariais	Tavira	0	0	0	16 920	28 727
EMEL- Emp. Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento	Lisboa	0	0	0	735	0
Portimão Urbis SGRU – Soc. de Gestão e Reabilitação Urbana	Portimão	0	9 920 184	0	0	0
InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica	Braga	674 031	464 031	0	0	0
NAZARE QUALIFICA EM	Nazaré	20 941	0	0	0	0
Total		694 972	10 384 214	10 759 461	13 764 121	16 128 727

Considera-se relevante referir, relativamente ao ano económico de 2015, a diminuição em 54,1% (- 10,4M€) do valor verificado em outros ativos financeiros¹⁷² reconhecidos, essencialmente, como

¹⁷² Nesta rubrica incluem-se as quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, com carácter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente, de acordo com as disposições inscritas no documento “Modelos de Demonstrações Financeiras – Observações e Ligação às NCRF”, como sejam investimentos financeiros que não correspondam a participações financeiras ou dívidas a receber cuja realização se espera que ocorra em momento que exceda 12 meses após a data do balanço, por exemplo.

outras aplicações financeiras.

Apresenta-se a lista das empresas locais que contribuíram para a diminuição de outros ativos financeiros, sendo de relevar a descida de valor apresentada pela empresa Cidade em Acção – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos de Ponta Delgada que baixou o seu ativo em -13,5 M€.

Quadro 4.26 – Entidades com diminuição dos valores inscritos na rubrica “Outros ativos financeiros” em 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Outros Ativos Financeiros		Variação 2014–2015
		2014	2015	
1 Cidade em Acção – Soc. Desenvolvimento e Gestão de Equip. Urbanos	Ponta Delgada	13 528 108	21	-13 528 087
2 Fozcoinvest – Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	874 551	746 393	-128 158
3 Prazilandia –Turismo e Ambiente	Castanheira de Pera	1015	470	-545
4 EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	Felgueiras	308	50	-258
5 ALBIGEC – Gestão Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer	Castelo Branco	152	0	-152
6 Cura Aqueae–Termas de Melgaço	Melgaço	161	116	-45

4.2.2.2. Estrutura e Evolução do Ativo Corrente

No Quadro 4.27 apresenta-se a estrutura global do ativo corrente das 185 entidades empresariais objeto de análise neste Anuário entre os anos 2011 e 2015, bem como as variações apresentadas neste último ano.

Quadro 4.27 – Evolução do ACTIVO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo Corrente	2011		2012		2013		2014		2015		Variac. 14-15	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%	
Inventários	36,10	6,4%	34,88	6,0%	40,48	6,3%	42,61	7,8%	40,00	8,1%	-6,1%	
Ativos Biológicos	0,05	0,0%	0,13	0,0%	0,22	0,0%	0,27	0,1%	0,24	0,0%	-12,7%	
Clientes	156,16	27,8%	166,13	28,4%	188,45	29,5%	141,27	25,9%	113,05	22,8%	22,8%	-20,0%
Adiantamentos a fornecedores	2,45	0,4%	6,98	1,2%	7,03	1,1%	6,22	1,1%	1,98	0,4%	0,4%	-68,2%
Estado e outros Entes Públicos	17,23	3,1%	14,45	2,5%	19,54	3,1%	17,39	3,2%	22,28	4,5%	4,5%	28,1%
Acionistas/Sócios	23,82	4,2%	13,46	2,3%	19,75	3,1%	11,66	2,1%	17,16	3,5%	3,5%	47,2%
Outras contas a receber	183,42	32,7%	184,08	31,5%	205,69	32,2%	157,39	28,8%	114,90	23,2%	23,2%	-27,0%
Diferimentos	30,54	5,4%	30,14	5,2%	27,76	4,3%	25,98	4,8%	23,67	4,8%	4,8%	-8,9%
Ativos financeiros p/ negociação	0,02	0,0%	0,00	0,0%	2,79	0,4%	5,83	1,1%	0,13	0,0%	0,0%	-97,8%
Outros ativos financeiros	0,05	0,0%	0,89	0,2%	0,78	0,1%	1,09	0,2%	0,04	0,0%	0,0%	-96,5%
Ativos não correntes para venda	5,24	0,9%	5,44	0,9%	5,16	0,8%	5,40	1,0%	2,10	0,4%	0,4%	-61,0%
Caixa e Depósitos bancários	106,49	19,0%	127,44	21,8%	120,90	18,9%	130,59	23,9%	159,66	32,2%	32,2%	22,3%
Total do ativo corrente	561,57	100%	584,00	100%	638,54	100%	545,71	100%	495,22	100%	-9,3%	

Da análise do quadro antecedente conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do ativo corrente da globalidade do SEL:

- A estrutura do ativo corrente alterou-se em 2015, apresentando-se como **ativo de maior valor** a rubrica **caixa e depósitos bancários** que, até 2014, era o terceiro item na escala hierarquizada do peso relativo das rubricas económicas no ativo corrente.

Esta componente do ativo corrente registou em 2015, o valor de 159,7M€ representando 32,2% do mesmo e uma taxa de crescimento de 22,3% (+29,1M€).

- No Quadro 4.28 apresentam-se as entidades empresariais com variações positivas superiores a 1M€ na rubrica Caixa e Depósitos Bancários, entre 2014 e 2015

Quadro 4.28 – Entidades Empresariais com variações positivas superiores a 1M€ em Caixa e Depósitos bancários de 2014 para 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Caixa e Depósitos bancários		Diferença
		2014	2015	
EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	7 257 900	11 977 467	4 719 567
AC Aguas de Coimbra	Coimbra	13 732 716	17 910 406	4 177 690
GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	1 420 702	4 488 241	3 067 539
Águas do Ribatejo	*	0	3 035 302	3 035 302
FAGAR – Faro Gestão de Aguas e Resíduos	Faro	3 561 658	6 383 085	2 821 427
EGEAC – Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	308 402	3 096 217	2 787 815
Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	**	2 936 970	4 721 224	1 784 254
EMARVR – EM de Água e Resíduos de Vila Real	Vila Real	1 352 301	3 114 501	1 762 200
Ambifaro – Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	109 279	1 751 271	1 641 992
Municípiã, SA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	***	12 875	1 631 253	1 618 378
Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto	Porto	1 574 045	2 962 880	1 388 836
Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	128 204	1 457 002	1 328 798
Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	3 746 008	4 994 768	1 248 760
ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	905 004	2 054 792	1 149 788
Cascais Dinâmica – Gestão, Economia, Empreendedorismo	Cascais	70 137	1 176 916	1 106 779

* Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas

** Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel

*** Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira do Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Mun. Reg. Autónoma Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Mun. Vale Douro Norte, Associação de Mun. Douro Superior (AMDS), Associação de Mun. PEFICA, Associação de Mun. Norte Alentejano, Associação de Mun. Alta Estremadura, e Associação de Mun. Distrito Évora.

Outros dois ativos relevantes no conjunto dos ativos do SEL, têm sido até à presente data, **outras contas a receber**, a qual em 2015 totalizou 114,9M€ representando 23,2% do total do ativo corrente e **clientes** que apresentou, neste mesmo ano, o valor de 113,1M€ e o peso de 22,8% no ativo corrente total. Ambos apresentaram em

2015 descida de valor, respetivamente, de -27% (-42,5M€) e -20% (-28,2M€).

· Nos Quadros 4.29 e 4.30 apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações negativas respetivamente nos ativos correntes, **clientes** e **outras contas a receber**

Quadro 4.29 – Entidades Empresariais com variações negativas superiores a 1M€ em dívidas de “Clientes”, de 2014 para 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Clientes		Diferença
		2014	2015	
EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	6 549 374	1 996 377	-4 552 997
EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	12 007 380	7 633 595	-4 373 786
Cascais Próxima	Cascais	6 815 598	2 637 113	-4 178 485
Portimão Urbis SGRU – Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	Portimão	22 673 386	19 028 948	-3 644 438
Cascais Dinâmica–Gestão, Economia, Empreendedorismo	Cascais	4 657 947	2 344 537	-2 313 410
FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	3 974 244	2 170 680	-1 803 565
Resíduos do Nordeste	*	5 375 060	4 035 828	-1 339 233
Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	**	4 285 190	3 161 550	-1 123 640
EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	6 549 374	1 996 377	-4 552 997

* Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

** Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel

Quadro 4.30 – Entidades Empresariais com variações negativas superiores a 1M€ em “Outras Contas a Receber”, de 2014 para 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Outras Contas a receber		Diferença
		2014	2015	
TERAMB – Emp. Mun. de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira	Angra do Heroísmo; Praia da Vitória	20 814 592	2 766 940	-18 047 652
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	9 014 519	3 247 836	-5 766 683
EGEAC – Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	4 739 920	50 059	-4 689 861
GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*	4 098 304	1 360 034	-2 738 269
GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	10 875 234	8 216 757	-2 658 477
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	13 792 276	11 503 246	-2 289 030
Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	8 802 256	6 975 995	-1 826 261
Cascais Próxima	Cascais	4 750 717	2 971 736	-1 778 981
Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	Amadora	1 770 018	20 119	-1 749 899
AMBIOLHÃO–Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	3 813 526	2 625 330	-1 188 196
EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	**	2 548 237	1 423 519	-1 124 719
Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	1 002 716	0	-1 002 716

* Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

** Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

Continuando a analisar o Quadro 4.27, refere-se:

- Outro ativo corrente que interessa referir pela importância que reveste em algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo seja de 4,5%, são as dívidas do **Estado e outros Entes públicos** que apresentaram um acréscimo de 28,1% (+4,9M€) com o registo global do valor de 22,3 M€ em 2015.
- Considera-se também pertinente anotar, pela natureza económica do ativo, a descida em 68,1% (-4,2M€) do valor registado em 2015, em **adiantamentos a fornecedores** embora o montante tivesse sido de apenas 1,98 M€.
- Um dos ativos disponíveis a curto prazo, que interessa relevar face à notoriedade do seu registo no balanço com as alterações introduzidas com o SNC, são os **ativos não correntes detidos para venda**¹⁷³. O total em 2015 baixou 61% (-3,3 M€) tendo registado o valor de 2,1M€. Pela especificidade desta conta importa apontar as entidades que a movimentam, tendo sido relevante o valor apresentado pela empresa de Águas e parque Biológico de Gaia, cujo montante representa 93,9% do total contabilizado pelo setor SEL.
- No Quadro 4.31 apresentam-se as entidades empresariais com valores inscritos em Ativos não correntes detidos para venda, no ano económico de 2015.

¹⁷³ Onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas de imparidade acumuladas, dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes que a empresa não tem intenção de continuar a deter).

Quadro 4.31 – Entidades com valores inscritos em "Ativos não correntes detidos para venda" em 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos ñ corr. p/ venda
Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	1972 445
Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	65 895
TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	33 167
Prazilandia – Turismo e Ambiente	Castanheira de Pera	33 105
Total		2 104 612

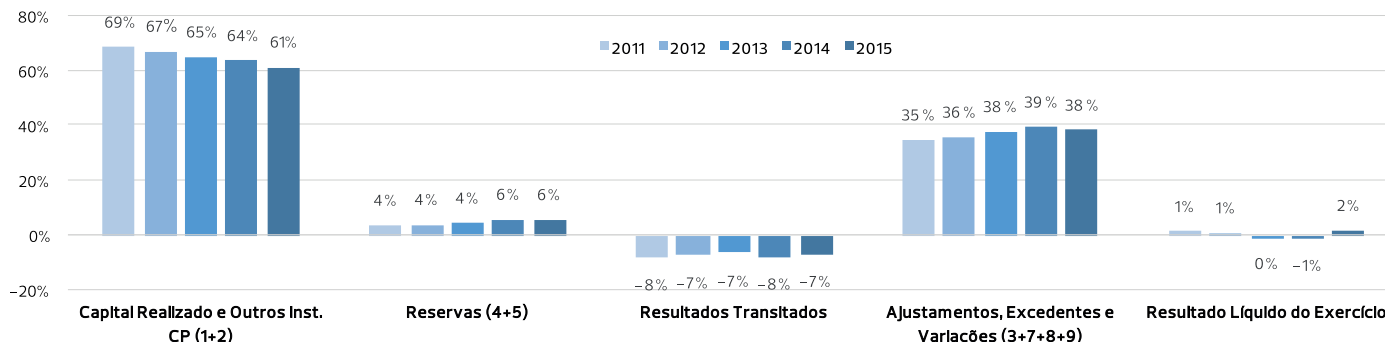
4.2.2.3. Estrutura e Evolução do Capital Próprio

O total do **capital próprio** do conjunto das empresas que constituem o SEL foi de 1 298,3 M€ em 2015, apresentando um acréscimo de 1,8% em relação ao ano anterior. O **capital realizado**¹⁷⁴ representou, como seria de esperar, tendo em conta a natureza das entidades em análise, **o item de maior valor e totalizou 756,2M€ (58,2% do capital próprio)**.

O Gráfico 4.11 e o Quadro 4.32 a seguir apresentados mostram desagregadas as componentes do Capital Próprio da totalidade das 185 empresas, constatando-se que a estrutura se tem mantido sem grandes alterações relevantes entre 2011 e 2015.

¹⁷⁴ A esta rubrica foi expurgada, em sede de implementação do SNC, do saldo da conta 261 – Acionistas c/ subscrição ou 262 – Quotas não liberadas. Deste modo, esta rubrica de Capital Próprio evidencia apenas o valor do capital subscrito e realizado, contrariamente ao que acontecia no POC

Gráfico 4.11 – Estrutura do Capital Próprio entre 2011 e 2015



Quadro 4.32 – Evolução do Capital Próprio

Unidade: milhões de euros

Componentes do Capital Próprio	2011		2012		2013		2014		2015		Variaç. 14-15
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
1 Capital Realizado	752,07	63,3%	757,57	62,0%	778,78	60,2%	749,95	58,8%	756,18	58,2%	0,8%
2 Outros Instrumentos Cap. Próprio	61,84	5,2%	61,83	5,1%	62,16	4,8%	61,81	4,8%	39,32	3,0%	-36,4%
3 Prémios de Emissão	1,16	0,1%	1,16	0,1%	1,16	0,1%	1,16	0,1%	1,16	0,1%	0,0%
4 Reservas Legais	8,92	0,8%	10,77	0,9%	12,62	1,0%	14,40	1,1%	16,69	1,3%	16,0%
5 Outras Reservas	33,46	2,8%	36,18	3,0%	43,88	3,4%	58,58	4,6%	56,28	4,3%	-3,9%
6 Resultados Transitados	-95,63	-8,1%	-89,91	-7,4%	-87,40	-6,8%	-99,00	-7,8%	-88,48	-6,8%	10,6%
7 Ajustamentos em ativos financeiros	9,06	0,8%	15,66	1,3%	10,92	0,8%	8,88	0,7%	11,95	0,9%	34,5%
8 Excedentes de Revalorização	19,81	1,7%	19,46	1,6%	19,79	1,5%	19,70	1,5%	16,01	1,2%	-18,7%
9 Outras Variações no Cap. Próprio	381,99	32,2%	400,14	32,7%	456,61	35,3%	472,86	37,1%	467,59	36,0%	-1,1%
10 Resultado Líquido do Período	15,06	1,3%	9,71	0,8%	-3,87	-0,3%	-12,46	-1,0%	21,63	1,7%	273,6%
Total do Capital Próprio	1187,74	100%	1222,58	100%	1294,66	100%	1275,89	100%	1298,34	102%	1,8%

· É de realçar o peso elevado da rubrica **outras variações no capital próprio**¹⁷⁵, cujo montante foi de 467,6M€ representando 36% do total do Capital Próprio e cujo valor adicionado a **ajustamentos em ativos financeiros** e **excedentes de revalorização**, representou **38% do capital próprio do setor SEL**.

· Mais se anota que, embora de montante muito inferior, será de salientar o acréscimo em 34,5% do valor em **ajustamentos em ativos financeiros** e a relevância da verba de 16M€ contabilizada em **excedentes de revalorização**.

· O **resultado líquido** que se tinha revelado negativo nos dois anos anteriores (2013 e 2014), apresentou em 2015 um acréscimo de 273,6%, com o valor global positivo de 21,6M€.

· Anota-se que os **resultados transitados**, na globalidade apresentaram um aumento de 10,6% passando de -99M€ em 2014 para -88,5M€ em 2015.

¹⁷⁵ A adoção do SNC provocou um grande impacto nas rubricas do Capital Próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas nas rubricas respectivas, designadamente em outras variações do capital próprio, que, pelo POC, eram classificados como proveitos diferidos.

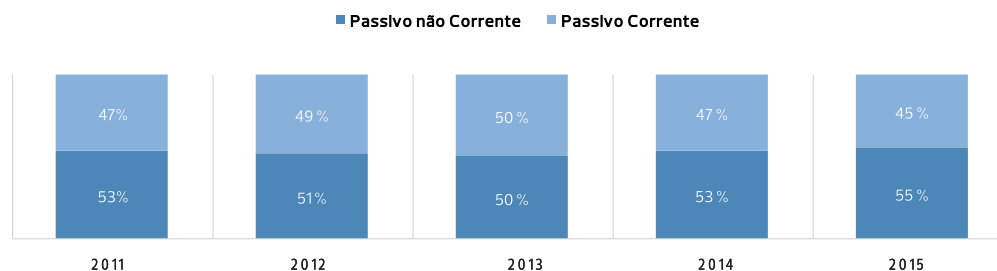
· Finalmente refere-se que as reservas **legais** e outras **reservas** evoluíram de forma diferente, tendo as primeiras crescido 16% e apresentado o valor de 16,7M€ e as segundas apresentado um decréscimo de 3,9% e o valor de 56,3 M€.

4.2.2.4. Estrutura e Evolução do Passivo

O Gráfico 4.12 apresenta o peso do passivo corrente e não corrente no passivo total. **O peso do passivo não corrente manteve-se sempre superior ao do passivo corrente entre 2011 e 2015**, tendo apresentado em todo o período um ligeiro aumento de 2pp. **Em 2015, o passivo não corrente representava 55,1% do passivo e o passivo corrente os restantes 44,9%**.

Pelo Quadro 4.33 pode-se verificar que entre 2011 e 2015 o **passivo total do SEL baixou 4,2%** passando do montante de 1252,9M€ para 1214,3 M€. Mais se verifica que **para esta descida concorreu mais o passivo corrente ao baixar 7,9%**, embora o **passivo não corrente tenha diminuído 1%**. Em 2015 o valor do passivo não corrente (passivo de mlp) foi de 668,9M€ e o do passivo corrente (passivo de curto prazo) foi de 545,4M€.

Gráfico 4.12 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2015



Quadro 4.33 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 a 2015

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo	2011		2012		2013		2014		2015		Variação 2014-2015
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Passivo não corrente	665,67	53,1%	666,87	51,4%	665,45	49,6%	676,02	53,3%	668,93	55,1%	-1,0%
Passivo corrente	587,25	46,9%	630,44	48,6%	675,20	50,4%	591,82	46,7%	545,35	44,9%	-7,9%
Passivo Total	1252,93	100,0%	1297,31	100,0%	1340,65	100,0%	1267,84	100,0%	1214,29	100,0%	-4,2%

No Quadro 4.34 apresenta-se a estrutura do passivo não corrente das 185 entidades do SEL analisadas, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2011 e 2015.

Quadro 4.34 – Evolução do PASSIVO NÃO CORRENTE (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais entre 2011 e 2015

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo não Corrente	2011		2012		2013		2014		2015		Variaç. 14-15
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Fornecedores	0,00	0,0%	5,49	0,8%	0,40	0,1%	0,46	0,1%	3,88	0,6%	734,3%
Provisões	27,49	4,1%	35,36	5,3%	30,36	4,6%	33,57	5,0%	33,10	4,9%	-1,4%
Financiamentos obtidos	480,44	72,2%	445,73	66,8%	465,87	70,0%	507,19	75,0%	502,17	75,1%	-1,0%
Acionistas/ Sócios	0,00	0,0%	10,22	1,5%	9,00	1,4%	10,42	1,5%	4,50	0,7%	-56,8%
Estado e outros Entes Públicos	0,14	0,0%	0,11	0,0%	0,14	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0	-100,0%
Responsa. benefícios pós-emprego	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	128,1%
Passivos por Impostos Diferidos	78,46	11,8%	101,08	15,2%	49,20	7,4%	33,02	4,9%	22,00	3,3%	-33,4%
Outras Contas a Pagar	60,66	9,1%	68,89	10,3%	110,49	16,6%	91,35	13,5%	103,29	15,4%	13,1%
Diferimentos*	18,48	2,8%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	--
Total do passivo não corrente	665,67	100%	666,87	100%	665,45	100%	676,02	100%	668,93	100%	-1,0%

* O montante apresentado em 2011 nesta rubrica é relativo apenas à empresa Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.

· Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do **passivo não corrente** do SEL, conclui-se que em 2015, 75,1% do passivo não corrente era constituído por **financiamentos obtidos** no total de 502,2M€. Este valor representou uma diminuição de 5 M€ (-1%) em relação a 2014. Anota-se que 58 empresas apresen-

tam dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos, e 20 entidades empresariais aumentaram, em 2015, a dívida de médio e longo prazo resultante de financiamentos obtidos.

No Quadro 4.35 listam-se as entidades que aumentaram os empréstimos de médio e longo prazo em 2015.

Quadro 4.35 – Entidades que aumentaram os financiamentos obtidos de MLP entre 2014 e 2015

Unidade: euros

	Entidade	Município	Financ. obtidos 2014	Financ. obtidos 2015	Diferença
1	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	0	11 873 333	11 873 333
2	Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	16 337 936	21 966 419	5 628 483
3	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	13 600 000	16 100 000	2 500 000
4	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	35 268 675	37 536 324	2 267 649
5	Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	247 851	2 427 106	2 179 255
6	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	3 251 968	5 163 543	1 911 575
7	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*	146 550 873	148 065 999	1 515 126
8	EGEAC – Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	0	1 041 192	1 041 192
9	AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	44 185 388	45 180 597	995 209
10	Qualidade de Basto – Desenvolvimento do Tecido Económico Local	Celorico de Basto	0	777 076	777 076
11	ECOBELIRÃO – Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	**	0	623 574	623 574
12	Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	10 002 062	10 522 579	520 517
13	VFC Empreendimentos – EM Atividades Desport., Recreativas e Turísticas	Vila Franca do Campo	0	306 800	306 800
14	Coimbra Inovação Parque	Coimbra	2 437 500	2 709 844	272 344
15	Cascais Próxima	Cascais	1 117 103	1 345 485	228 383
16	VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	0	202 716	202 716
17	EMAS – Água e Saneamento	Beja	1 770 128	1 971 886	201 758
18	SDMSA – Sociedade de desenvolvimento municipal Ilha de Santa Maria	Vila do Porto	4 191 791	4 238 030	46 239
19	Fesnima – Animação de Olhão	Olhão	0	19 305	19 305
20	Merturis – Turismo	Mértola	0	286	286

* AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, S. Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

Ainda da análise do Quadro 4.34 conclui-se:

- As **outras contas a pagar** foi a segunda maior rubrica do passivo não corrente representando 15,4% do total do mesmo e apresentou uma taxa de crescimento de 13,1%, ao contabilizar para o total do setor 103,3M€.

Há a referir duas rubricas do passivo não corrente que apresentam algum peso na estrutura deste passivo, embora com importância distinta face à natureza económica das mesmas. Tratam-se dos **passivos por impostos diferidos e das provisões**. As primeiras com o valor de 22M€ em 2015 apresentaram uma descida de 33,4% (-11M€) e um peso relativo de 3,3%. As provisões que totalizaram para o setor 33,1M€, representaram 4,9% do passivo não corrente e traduziram uma descida de 1,4% em relação ao ano anterior.

No Quadro 4.36 apresenta-se a estrutura do **passivo corrente, ou**

seja, das dívidas a pagar a curto prazo no universo das entidades empresariais com contas analisadas neste período entre 2011 e 2015 bem como, a variação das diferentes componentes neste último ano.

- Em 2015 as componentes com maior peso no passivo corrente foram: **outras contas a pagar** com o peso de 33,4% e o valor de 182M€ o qual traduziu uma descida de 13,5% (-28,3 M€); **Fornecedores** com o peso de 29% e um crescimento de 3,2% apresentando o valor de 158,3M€ e **financiamentos obtidos** com o peso de 22,6%, o valor de 123,3M€ e uma taxa de decréscimo de 16,1% (-23.6M€).

- O decréscimo de outras contas a pagar e dos financiamentos obtidos (empréstimos de curto prazo) contribuiu decisivamente para a diminuição global do passivo corrente de curto prazo.** Anota-se a descida, ainda que ligeira, do valor de diferimentos em -2,2M€ (-4,1%).

Quadro 4.36 – Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo Corrente	2011		2012		2013		2014		2015		Variac. 14-15
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Fornecedores	157,68	26,9%	174,16	27,6%	175,64	26,0%	153,32	25,9%	158,29	29,0%	3,2%
Adiantamentos de Clientes	3,14	0,5%	4,47	0,7%	3,58	0,5%	3,25	0,5%	3,86	0,7%	18,9%
Estado e outros entes públicos	14,56	2,5%	18,22	2,9%	17,92	2,7%	15,36	2,6%	16,04	2,9%	4,4%
Acionistas/ Sócios	12,71	2,2%	17,57	2,8%	7,28	1,1%	8,23	1,4%	10,35	1,9%	25,7%
Financiamentos Obtidos*	165,66	28,2%	187,76	29,8%	193,83	28,7%	146,93	24,8%	123,33	22,6%	-16,1%
Outras contas a pagar	184,20	31,4%	165,92	26,3%	208,82	30,9%	210,30	35,5%	182,00	33,4%	-13,5%
Diferimentos	48,37	8,2%	61,53	9,8%	67,38	10,0%	53,67	9,1%	51,48	9,4%	-4,1%
Outros passivos financeiros	0,93	0,2%	0,82	0,1%	0,76	0,1%	0,76	0,1%	0,01	0,0%	-98,0%
Total do passivo corrente	587,25	100%	630,44	100%	675,20	100%	591,82	100%	545,35	100%	-7,9%

* Com o SNC, esta rubrica engloba o valor das rendas vincendas num período inferior a um ano.

No Quadro 4.37 listam-se as entidades do SEL com maior diminuição de empréstimos de curto prazo (financiamentos obtidos correntes).

Quadro 4.37– Entidades com maior diminuição na rubrica financiamentos obtidos de curto prazo entre 2014 e 2015

Unidade: euros

	Entidade	Município	Financ. obtidos 2014	Financ. obtidos 2015	Diferença
1	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	13 700 000	913 333	-12 786 667
2	TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	13 020 295	382 095	-12 638 200
3	Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	25 854 272	20 820 621	-5 033 651
4	Cascais Próxima	Cascais	10 589 912	5 585 406	-5 004 506
5	Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	3 809 579	825 445	-2 984 134
6	EGEAC – Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	2 751 321	0	-2 751 321
7	EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	6 888 377	4 471 355	-2 417 022
8	Trofaguas – Serviços Ambientais	Trofa	972 968	281 268	-691 701
9	Trofa Park – Reabilit. Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	Trofa	578 286	0	-578 286
10	Qualidade de Basto – Desenvolvimento do Tecido Económico Local	Celorico de Basto	574 123	51 043	-523 080
11	Portimão Urbis SGRU – Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	Portimão	7 724 882	7 233 222	-491 661
12	Municipia, SA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	*	451 915	90 540	-361 375
13	Águas de Santarém	Santarém	1 013 120	666 464	-346 656
14	MS Matosinhos Sport – Gestão de Equip. Desportivos e de Lazer	Matosinhos	367 403	26 717	-340 686
15	Termalístur – Termas	São Pedro do Sul	2 302 559	1 981 923	-320 636
16	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	308 125	0	-308 125
17	VFC Empreendimentos – EM Atividades Desport., Recreativas e Tur.	Vila Franca do Campo	542 778	235 978	-306 800
18	GEMC – Gestão de Equipamentos do Município de Chaves	Chaves	265 000	0	-265 000
19	AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	6 283 626	6 047 279	-236 347
20	EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso	**	2 714 818	2 488 857	-225 961
21	Águas de S. João	São João da Madeira	503 957	316 812	-187 145
22	Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais	Paços de Ferreira	655 591	472 727	-182 864
23	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	246 000	70 000	-176 000
24	SATU – Oeiras – Sistema Automático de Transporte Urbano	Oeiras	831 233	675 000	-156 233
25	Cascais Dinâmica – Gestão, Economia, Empreendedorismo	Cascais	2 650 000	2 500 000	-150 000
26	Quintas de Melgaço	Melgaço	788 482	677 958	-110 524
27	TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	100 400	0	-100 400
28	VRS – Vila Real Social, Habitação e Transportes	Vila Real	212 589	113 847	-98 742
29	Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	654 580	576 184	-78 397
30	ESPOSENDE 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas	Esposende	85 000	7 984	-77 016
31	EAMB – Esposende Ambiente	Esposende	457 625	384 729	-72 896
32	Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	Resende	237 493	165 000	-72 493
33	EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura	Barcelos	1 240 000	1 167 713	-72 287
34	Parques Tejo – Parques de Oeiras	Oeiras	71 152	0	-71 152
35	Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	Loures	550 000	490 000	-60 000

* Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Mun. Reg. Autónoma Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Mun. Vale Douro Norte, Associação de Mun. Douro Superior (AMDS), Associação de Mun. PEFICA, Associação de Mun. Norte Alentejano, Associação de Mun. Alta Estremadura, e Associação de Mun. Distrito Évora. ** Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

R57 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível¹⁷⁶ (dívidas) em 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	Particip.	2011	2012	2013	2014	2015
1 PRIMUS – Promoção e desenvolvimento Regional	*	--	265 866	48 060	39 318	68 191	3 958
2 Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas	Vimioso	100%	28 199	33 652	88 214	101 153	6 983
3 Terras da Beira Baixa, Soc. Desenv. Agro Industrial	Castelo Branco	90%	6 188	6 057	3 711	14 750	15 660
4 MOBITRAL – Móbilas Tradicionais Alentejanas	Ferreira do Alentejo	87%	13 734	7 607	19 142	11 429	15 853
5 Fozcoainvest – Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	92%	201 991	888 115	574 703	16 635	16 638
6 CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial	V. Nova Barquinha	94%	46 375	39 690	35 858	14 795	18 761
7 Emp Transportes Coletivos Graciosa Lda.	Sta. Cruz Graciosa	78%	117 023	39 490	28 032	17 050	23 038
8 Merturis – Turismo	Mértola	100%	15 387	8 628	29 873	34 153	23 111
9 Habisolvis – Habitação Social	Viseu	100%	82 116	30 786	38 404	48 174	29 392
10 Herdade da Contenda	Moura	100%	16 422	59 770	68 023	68 023	29 844
11 RIBEIRAPERVA	Castanheira de Pera	56%	37 080	37 846	35 303	34 859	33 817
12 Habitar S. João – Habitação	São João da Madeira	100%	75 133	31 321	50 523	45 938	41 346
13 Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equip.	Penacova	100%	17 959	42 198	38 756	38 555	54 395
14 Mercados de Olhão	Olhão	100%	224 360	185 715	195 934	162 863	54 806
15 WRC – Agência de Desenvolvimento Regional	**	--	84 074	103 951	104 449	52 415	60 911
16 CampoMaior XXI	Campo Maior	100%	64 905	57 671	48 210	30 565	63 374
17 PRODESO – Ensino Profissional	Coimbra	69%	56 434	231 730	215 568	84 085	69 309
18 Fesnima – Animação de Olhão	Olhão	100%	98 468	50 316	113 925	69 812	69 742
19 EMPDS – Promoção e Desenvolvimento Social	Belmonte	100%	45 226	52 890	62 034	59 461	71 562
20 Naturnorte – Gestão Equip. Coletivos e Prest. Serv.	São Vicente	97%	73 997	61 203	63 635	66 894	71 739
21 VALICOM – Gestão de Infraestruturas Telecomun.	***	--	1 394 713	1 411 222	1 388 800	1 799 272	84 147
22 ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural	Vinhais	100%	98 000	111 601	125 520	83 525	86 049
23 Miranda Cultural e Rural	Miranda do Douro	100%	115 663	97 107	108 421	115 557	94 432
24 Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	100%	179 766	197 584	203 988	207 283	97 227
25 NOVBAESURIS – Gestão e Reabilitação Urbana	Castro Marim	100%	258 624	221 029	145 969	260 695	113 200
26 GEMC – Gestão de Equipamentos Munic. Chaves	Chaves	100%	584 790	398 763	189 921	355 327	118 518
27 Figueira Parques – Estacionamento	Figueira da Foz	70%	115 263	253 046	179 350	53 006	121 529
28 Empresa Metropolitana de Estacionamento	Maia	100%	105 900	94 228	100 384	145 307	134 292
29 MINHOCOM – Gestão Infraestruturas de telecomun.	****	--	149 893	142 152	80 922	132 718	139 214
30 EMES – Estacionamento	Sintra	100%	62 836	136 764	101 330	95 900	147 272
31 Vila Solidária – EM de Habitação Social	V. Franca do Campo	100%	610 480	25 809	33 182	1 345	160 738
32 ALBIGEC – Gest. Equip. Culturais, Desport. e Lazer	Castelo Branco	100%	88 656	93 348	102 610	169 393	161 586
33 EIRSU – Emp. Intermun. Resíduos Sólidos Urbanos	*****	--	677 849	622 311	315 454	169 063	177 327
34 Palmela Desporto – Gestão Espaços e Equip. Desp.	Palmela	100%	206 898	225 114	278 205	155 703	179 052
35 Loures Parque – Estacionamento	Loures	100%	141 654	162 527	173 280	184 308	220 603

* Área Metropolitana do Porto (74,68%), Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia (participação dos municípios: 0,06%). ** Albergaria-a-Velha, Almeida, Alvaiázere, Anadia (69,20%), Arganil, Batalha, Belmonte, Cantanhede, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Celorico da Beira, Coimbra, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueira da Foz, Góis, Guarda, Manteigas, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penela, Porto de Mós, São Pedro do Sul, Sertã, Soure, Server do Vouga, Tábua e Vila Nova de Poiares%). *** Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Esposende. **** Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira). ***** Vila Franca do Campo, Lagoa (R.A.A.) e Ribeira Grande.

¹⁷⁶ Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por Impostos Diferidos

R58 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2015

Unidade: euros

	Entidade	Município	Particip.	2011	2012	2013	2014	2015
1	TRATOLIXO – Trat. Resíduos Sólidos	*	--	165 552 429	185 912 174	188 879 353	169 732 807	163 345 910
2	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	100%	51 691 277	57 498 139	66 409 565	65 249 124	72 178 380
3	AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	51%	58 351 445	60 746 777	66 438 274	65 637 387	64 990 483
4	Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	100%	83 460 967	65 713 037	67 330 307	63 440 820	62 390 468
5	Portimão Urbis SGRU	Portimão	100%	34 547 494	41 833 023	46 050 547	46 837 107	45 425 023
6	Águas do Ribatejo	**	--	31 334 735	32 227 007	43 461 091	43 299 831	41 038 025
7	EMEL – Emp. Mobilidade e Estacionamento	Lisboa	100%	21 163 364	22 093 903	23 981 899	16 825 924	32 348 100
8	Vimãgua – Água e Saneamento	Guimarães, Vizela	--	31 265 042	29 023 902	31 622 005	32 839 386	30 722 653
9	Águas de Santarém	Santarém	100%	15 682 117	16 236 615	16 416 390	27 921 189	26 514 042
10	CMPEA – Águas do Porto	Porto	100%	28 038 103	23 544 675	22 454 550	23 562 496	24 042 349
11	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais	Lisboa	100%	30 568 936	28 943 604	28 630 437	22 560 197	22 932 468
12	AMBIOLHÃO – EM de Ambiente de Olhão	Olhão	100%	23 815 153	26 848 260	25 568 909	24 287 141	22 862 350
13	AC Águas de Coimbra	Coimbra	100%	20 639 222	17 469 450	19 488 122	17 472 068	21 295 364
14	ADC – Águas da Covilhã	Covilhã	51% ICOVI	21 429 496	21 073 818	19 417 366	19 652 417	17 017 119
15	Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	100%	5 489 691	5 465 316	11 428 699	14 776 671	16 963 216
16	BRAVAL – Valorização e Trat. Resíduos Sól.	***	--	9 734 110	10 768 512	18 749 229	15 830 091	14 537 202
17	Cidade em Acção – gestão de equip. urbanos	Ponta Delgada	100%	15 737 389	15 280 991	14 814 825	14 257 745	13 692 722
18	ECOBEIRÃO – Tratamento Resíduos Sólidos	****	--	10 664 074	13 361 090	15 976 913	12 701 033	13 656 724
19	Ambifaro – Gestão de Equip. Municipais	Faro	100%	1 512 956	182 606	127 901	329 528	12 919 676
20	Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	100%	15 481 561	14 783 910	14 270 697	13 532 867	12 778 849
21	EMAC – EM de Ambiente de Cascais	Cascais	100%	12 205 654	15 027 143	18 590 744	16 131 542	12 424 307
22	Termalístur – Termas	São Pedro do Sul	100%	14 122 707	13 772 067	13 679 356	12 653 978	12 164 273
23	Cascais Próxima	Cascais	100%	7 545 984	10 186 957	15 144 379	16 803 620	12 032 364
24	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	100%	2 829 237	16 512 912	18 184 509	17 367 097	11 625 506
25	HABEVORA – Gestão habitacional	Évora	100%	11 685 845	11 665 591	12 002 527	11 607 175	11 545 282
26	Azores Parque	Ponta Delgada	51%	11 794 120	11 240 057	11 321 777	11 206 459	11 079 319
27	PERM – Parque Emp. recuperação materiais	*****	--	18 948	767 267	4 986 283	8 781 392	10 360 057
28	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	51%	10 557 751	10 883 720	13 809 985	10 850 591	10 297 197
29	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	51%	13 107 319	11 769 592	10 770 431	10 671 846	9 916 904
30	Trofáguas – Serviços Ambientais	Trofa	100%	11 966 941	13 224 887	14 967 534	12 446 229	9 373 219
31	TERAMB – Gestão e Valorização Ambiental	*****	--	194 145	238 610	5 866 544	10 321 161	9 322 078
32	EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos	*****	--	7 173 386	6 666 721	6 765 954	10 965 646	8 906 893
33	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*****	--	6 331 171	11 252 122	14 469 270	11 250 701	8 718 587
34	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	100%	9 330 539	6 949 402	9 216 905	9 602 105	8 665 426
35	TUB – Transportes Urbanos	Braga	100%	10 483 382	8 886 453	8 400 116	8 476 492	8 045 889

* AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos. ** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas. *** Amares, Braga (AGERE), Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho, Vila Verde. **** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, S. Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. ***** Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra. ***** Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. ***** Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. ***** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL

4.2.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas

No Quadro 4.38 é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das 185 entidades empresariais locais objeto da análise deste anuário.

Embora este ponto do anuário se refira a entidades de natureza empresarial, as mesmas são entidades que prosseguem fins de natureza pública e que foram criadas por autarquias ou são participadas maioritariamente por elas, tendo na maior parte das situações recebido, das mesmas, competências delegadas. Assim, embora o resultado líquido seja um indicador fundamental para aferição da sustentabilidade económica das empresas, o seu nível não pode ser tomado como elemento comparativo da eficiência e eficácia da entidade das entidades em apreço. **Os outputs gerados pela atividade das entidades empresariais do setor local são os elementos reveladores do grau de satisfação das necessidades públicas que as mesmas perseguem e serão os indicadores fundamentais da sua eficácia ou eficiência**¹⁷⁷.

De qualquer modo anota-se que o SEL tendo apresentado resultados líquidos negativos em 2013 e 2014, obteve em 2015 um **resultado líquido positivo no montante de 21,6 M €** demonstrando um aumento de +34,1 M€.

A observação do Quadro 4.37 torna perceptível a necessidade de se avaliar a evolução dos resultados económicos através da análise dos **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos** e através da análise **dos resultados operacionais**.

O volume de **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos**, em 2015 **creceu 21,9% (+26,4M€) ao apresentar o valor de 147,3 M€**. Quanto aos **resultados operacionais** verificou-se **um aumento de 184,8% (+ 37,6M€) com a apresentação do valor 58M€**.

Relativamente ao **resultado antes dos impostos**, verificou-se um crescimento extraordinário em 2015 ao passar do valor negativo de -4,9M€ para o montante de 32,7M€ (+765%)

¹⁷⁷ Este anuário não pode ser o espaço para avaliar estes outputs, pois carecem de informação complementar à atual informação disponível, a qual não é suficiente.

Quadro 4.38 – Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais

Unidade: milhões de euros

Estrutura de Rendimentos e Gastos	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 14-15
Vendas e Serviços Prestados	629,10	632,78	621,90	600,06	638,25	38,18
Subsídios à Exploração	89,12	72,35	83,46	82,34	71,67	-10,67
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos	3,18	0,18	1,31	1,27	0,70	-0,57
Variação nos Inventários da Produção	-4,73	-0,38	5,97	6,52	-0,20	-6,72
Trabalhos para a Própria Entidade	13,49	12,62	2,73	2,73	3,34	0,61
CMVMC	-56,21	-58,53	-59,43	-59,73	-61,39	-1,66
Fornecimentos e Serviços Externos	-352,82	-339,78	-340,78	-319,46	-323,77	-4,31
Gastos com o Pessoal	-204,20	-199,23	-217,36	-207,38	-206,43	0,95
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	0,07	-1,41	-0,88	-0,46	-0,65	-0,19
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	-9,06	-11,59	-8,22	-7,25	-9,28	-2,03
Provisões (aumentos/reduções)	-3,18	-2,66	-2,77	-1,17	-1,11	0,06
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizáveis	0,02	-0,44	-0,93	-0,16	-6,37	-6,21
Aumentos/Reduções de Justo Valor	-0,01	0,00	0,03	0,03	0,00	-0,02
Outros Rendimentos e Ganhos	83,57	63,49	62,28	54,90	65,14	10,24
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	1,09	0,00	-0,04	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	-50,90	-22,30	-27,40	-31,38	-21,99	9,40
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-0,23	0,00	0,00	0,00	-0,63	-0,63
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	138,32	145,08	119,88	120,86	147,30	26,44
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-83,53	-88,72	-87,63	-84,07	-89,22	-5,15
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis	-0,12	-2,00	1,02	-16,43	-0,08	16,35
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	54,67	54,35	33,26	20,37	58,00	37,64
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1,91	1,91	5,04	17,54	1,21	-16,32
Juros e Gastos Similares Suportados	-36,94	-40,88	-38,40	-42,82	-26,49	16,33
Resultado Antes de Impostos	19,65	15,38	-0,11	-4,92	32,72	37,64
Imposto Sobre o Rendimento do ano	-4,59	-5,67	-3,76	-7,55	-11,09	-3,54
Resultado Líquido do ano	15,06	9,71	-3,87	-12,47	21,63	34,10

Quadro 4.39 – Total dos Rendimentos e Gastos antes dos impostos das Entidades Empresariais

Unidade: milhões de euros

Rendimentos e Gastos antes dos Impostos	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 14-15
Total de Rendimentos	821,56	783,32	783,74	765,38	780,31	14,93
Total de gastos antes dos impostos	-801,92	-767,94	-783,85	-770,30	-747,59	22,71
Resultado Antes de Impostos	19,65	15,38	-0,11	-4,92	32,72	37,64
Imposto Sobre o Rendimento do ano	-4,59	-5,67	-3,76	-7,55	-11,09	-3,54
Resultado Líquido do ano	15,06	9,71	-3,87	-12,47	21,63	34,10

Da análise dos dois quadros antecedentes acresce referir:

- Verificou-se, em 2015, **um aumento dos rendimentos**, provocada em grande parte pelo **acréscimo de vendas e serviços prestados** em +38,9 M€ (+6,4%) e de **outros rendimentos e ganhos** em +10,2 M€ (+18,7%). Em contrapartida os rendimentos provenientes **de juros e rendimentos similares obtidos** baixaram 16,3 M€ (-93%) bem como os **subsídios à exploração que diminuíram** 10,7 M€ (-13%).
- Em termos de gastos, verificou-se um aumento do valor aplicado em **fornecimentos e serviços externos** em +4,3 M€ (+1,4%), uma descida pouco significativa dos **gastos com pessoal** (- 0,5%, - 950 mil euros), uma descida relevante de **outros gastos e perdas** traduzidas -9,4M€ (- 29,9%) e um acréscimo significativo do montante registado em **Imparidade de Investimentos Depreciáveis/ Amortizáveis** de +6,2 M€ (+4005%). Será ainda de anotar a descida

do valor de **juros e gastos similares suportados** em 38,1% (-16,3 M€) ao registar-se no quadro 4.38 o valor absoluto de 26,4M€

4.2.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais¹⁷⁸

Nos Quadros 4.40 e 4.41 apresentam-se alguns indicadores económicos das entidades empresariais do setor local.

¹⁷⁸ Após confronto entre o resultado líquido apresentado no balanço de cada entidade e o resultado líquido registado no mapa de demonstração de resultados, verificou-se que as empresas FERIMO - Sociedade Imobiliária, HPEM - Higiene Pública, Sintra Quórum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, e Ecoleziária - Tratamento de Resíduos Sólidos, revelam uma divergência entre ambos de 51.264 euros, -385.000 euros, 79.893 euros, e de 2.736.494 euros, respetivamente.

Quadro 4.40 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais

Unidade: euros

	Entidades Empresarias (185)					Variação 14-15
	2011	2012	2013	2014	2015	
População (Census 2011)	8 090 793	8 090 793	8 090 793	8 090 793	8 090 793	0
Resultados económicos	15 058 316 €	9 708 592 €	-3 865 330 €	-12 466 312 €	21633 324 €	34 099 636 €
Resultados económicos / (Vendas + prestação. de serviços)	2,4%	1,5%	-0,6%	-2,1%	3,4%	5,5%
Resultados económicos por habitante	1,9 €	1,2 €	-0,5 €	-1,5 €	2,7 €	4,2 €
Nº de entidades com resultados líquidos negativos	45	40	64	56	53	-3

Quadro 4.41 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local

Unidade: euros

Entidades do SEL	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	54 667 263	54 352 146	33 264 494	20 365 193	58 001 062
Juros e Gastos Similares Suportados	-36 935 105	-40 884 280	-38 404 917	-42 780 673	-23 825 452
Peso dos juros e gastos similares nos resultados operacionais	67,6%	75,2%	115,5%	210,1%	41,1%
Nº de entidades com Resultados Operacionais + Gastos Financeiros negativos	49	49	67	59	51
Nº de entidades com resultados negativos antes de impostos	43	42	60	54	50

Da observação dos Quadros antecedentes releva-se:

- Em 2015, **132 entidades empresariais (71,4%) obtiveram resultados líquidos positivos**, melhorando significativamente a sua prestação *per capita*, ao considerar-se que o público-alvo da sua ação são os mesmos utentes dos municípios que as tutelam. De igual modo os resultados económicos por unidade de venda e prestação de serviços, melhoraram 5pp.
- Em 2015 verificou-se um aumento extraordinário dos resultados operacionais em 184,8% (+ 37,6M€)**, pese embora o valor obtido, em relação a 2011 tenha crescido apenas 6,1% (+3,3 M€), face

à descida de resultados verificada em 2013 e 2014.

- Anota-se que ao longo dos cinco anos em apreço, **o peso dos juros e gastos similares nos resultados operacionais foi muito elevado tendo baixado significativamente em 2015** mas, mantendo, todavia, um índice ainda elevado de 41,1%. Em relação a esta matéria refere-se que **em 2013 e 2014 os juros tinham ultrapassado, em muito, o valor dos resultados operacionais**.

Os rankings R59 e R60 apresentam em cada situação, as 35 entidades do SEL com melhores ou com piores resultados económicos.

R59 – Entidades com MELHORES Resultados Económicos em 2015

Unidade: euros

	Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015
1	CMPEA – Águas do Porto	Porto	2 751 309	2 125 155	3 607 978	3 760 206	6 296 993
2	AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	3 208 502	2 613 210	2 994 549	3 904 534	5 355 278
3	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*	-1502 834	50	33 380	11096	3 317 854
4	EMEL – EPM de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EEM	Lisboa	929 199	181901	2 218 303	952 985	2 360 311
5	Águas do Ribatejo	**	611 108	1504 323	1828 492	762 474	1534 051
6	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	91916	-315 345	688 767	1245 948	1192 371
7	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães, Vizela	1026 642	998 809	406 861	755 495	1123 383
8	ADC – Águas da Covilhã	Covilhã	622 766	841572	797 891	1042 938	1045 699
9	Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	213 914	96 984	-3 829 587	293 809	839 162
10	EHATB – Empreend. Hidroelétricos Alto Tâmega e Barroso	***	3 069 787	1906 367	-37 008	1435 888	687 425
11	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	427 432	987 399	589 885	241149	632 966
12	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	****	693 225	505 735	703 997	984 644	619 274
13	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	594 041	900 553	524 977	460 110	597 293
14	INOVA – Emp. de Desenvolvimento Económico e Social	Cantanhede	435 740	503 965	687 045	346 090	591234
15	EGEAC – Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	Lisboa	200 956	692 208	1577 856	693 531	504 487
16	Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	-77 998	46 324	9 669	76 225	503 639
17	Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	34 467	173 490	63 190	151886	478 871
18	Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras	Oeiras	450 579	451651	117 150	207 859	465 328
19	Águas de Santarém	Santarém	725 269	523 419	106 604	337 708	445 973
20	BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*****	703 925	102 783	234 369	137 270	440 907
21	AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo	*****	637 688	492 391	726 523	583 582	440 894
22	EMPET – Parques Empresariais	Tavira	107 736	151590	-330 293	-236 041	381211
23	Maiambiente	Maia	63 995	57 836	145 587	137 300	357 473
24	TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	-1336 208	-1731984	-1172 867	-824 835	320 685
25	EMARVR – EM de Água e Resíduos de Vila Real	Vila Real	130 825	24 988	-152 796	377 457	317 334
26	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	*****	6 246	25 617	543 388	395 022	308 239
27	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	173 617	279 163	19 987	3 116	301938
28	TUB – Transportes Urbanos	Braga	37 830	357 103	-426 822	349 894	275 828
29	Ecolezíria – Tratamento de Resíduos Sólidos	*****	289 068	623 879	406 443	504 677	256 651
30	Resíduos do Nordeste	*****	503 165	554 436	282 275	344 408	249 503
31	Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	29 184	110 169	32 336	31970	214 030
32	Cidade em Acção – Soc. Desenv. e Gestão Equip. Urbanos	Ponta Delgada	28 712	26 211	2 734	30 567	206 654
33	Giatul – Gestão de Infra-Estruturas Atividades Turísticas	Mafra	82 088	90 796	17 748	71173	191592
34	Loulé Concelho Global	Loulé	86 234	107 246	43 907	53 012	185 229
35	Matadouro Regional de Mafra	Mafra	102 714	197 747	178 152	169 386	180 262

* AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos. ** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas. *** Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. **** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa. ***** Amares, Braga (AGERE), Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vieira do Minho. ***** AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa). ***** Ribeira Grande, Lagoa (R.A.A.), Vila Franca do Campo. ***** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos. ***** Alfândega da Fé, Bragança, Carrizada de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais

R60 – Entidades com PIORES Resultados Económicos, em 2015

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015
1 Portimão Urbis SGRU – Soc. Gestão e Reabilit. Urbana	Portimão	149 559	-1 802 801	-3 848 106	-8 113 295	-2 089 244
2 VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	V. Real Sto. António	63 769	140 134	14 183	37 772	-1958 680
3 MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade	Aveiro	-1412 579	-1359 357	-2 310 916	-2 255 990	-828 161
4 Teatro Circo de Braga	Braga	219 271	145 704	191612	-708 595	-759 128
5 TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	-84 476	-610 819	-426 930	-716 957	-711 314
6 Rumo 2020	Cartaxo	20 667	37 370	-415 423	-1073 864	-710 343
7 Sintra Quórum – Gestão de Equip. Culturais e Turísticos	Sintra	9 720	-16 656	-22 190	-833 750	-700 951
8 Coimbra Inovação Parque	Coimbra	-427 944	-303 888	-361680	-449 330	-522 446
9 Amiparedes – Agência Municipal de Investimento	Paredes	-357 623	-736 359	-535 242	-553 994	-480 694
10 Ambifaro – Gestão de Equipamentos municipais	Faro	-103 263	506 709	-10 978	-51415	-477 281
11 SATU – Oeiras – Sistema Automático Transporte Urbano	Oeiras	-3 109 482	-2 927 076	-2 271137	-14 976 224	-458 327
12 SDMSA – Soc. desenvolvimento municipal ilha de Sta Maria	Vila do Porto	30 539	2 755	-553 144	-510 724	-438 779
13 Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	Amadora	36 450	57 674	-170 723	-2 895	-435 575
14 EMCEL – Empresa Municipal Celoricense	Celorico da Beira	6 089	3 094	3 970	-110 270	-393 662
15 Guarda Cidade Desporto	Guarda	-2 871	-244	-577	0	-355 306
16 HABITÁGUA – Serviços Domiciliários	Oeiras	31125	49 846	-299 617	22 266	-354 417
17 Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social	V. Franca do Campo	-33 964	155 128	130 846	-119 638	-341722
18 CASCAIS ENVOLVENTE – Gestão Social da Habitação	Cascais	86 806	137 453	137 546	15 858	-286 884
19 Azores Parque	Ponta Delgada	9 004	44 545	217 088	18 460	-273 706
20 Culturguarda – Gestão sala Espetáculos e Ativi. Culturais	Guarda	58 295	0	-645	0	-270 765
21 Alfandegatur – Empresa de Desenvolvimento Turístico	Alfândega da Fé	-211028	-281 839	-375 476	-322 461	-245 342
22 TEMA – Teatro Municipal de Aveiro	Aveiro	-211 396	-165 490	-248 971	-282 531	-240 104
23 Cura Auae – Termas de Melgaço, EM	Melgaço	-12 343	2 551	-123 616	-120 134	-185 197
24 VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana	Viseu	-50 438	-91 814	-381640	-131131	-182 113
25 Figueira Grande Turismo	Figueira da Foz	7 400	344 776	-372 563	11177	-151145
26 EMAFEL – Ambiente de Felgueiras	Felgueiras	-162 828	-240 167	-251521	-72 361	-133 138
27 WRC – Agência de Desenvolvimento Regional	*	7 943	4 044	1037	-14 599	-131711
28 HSN – Habitação Social do Concelho de Nordeste	Nordeste	4 192	8 183	38 672	-181105	-127 641
29 MMPO – Mercado Municipal de Portalegre	Portalegre	54 622	107 692	72 563	-25 883	-102 495
30 Matadouro Regional de Monção	Monção	3 069	2 008	-32 795	14 683	-88 702
31 Fozcoainvest – Energia, Turismo e Serviços	V. Nova de Foz Côa	359 504	-220 013	125 984	-319 320	-87 894
32 PRIMUS – Promoção e desenvolvimento Regional, EMT	**	47 739	1 725	-2 905	14 935	-64 102
33 Interminho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais	Valença	-120 408	-113 272	-98 066	-37 511	-59 631
34 Óbidos Criativa	Óbidos	8 261	11 327	15 833	63 200	-51 407
35 Nazaré Qualifica	Nazaré	14 531	9 589	6 086	15 737	-46 711

* Albergaria-a-Velha, Almeida, Alvaiázere, Anadia (69,20%), Arganil, Batalha, Belmonte, Cantanhede, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Celorico da Beira, Coimbra, Covilhã, Figueira da Foz, Figueira de Castelo Rodrigo, Góis, Guarda, Manteigas, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penela, Porto de Mós, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sertã, Sever do Vouga, Soure, Tábua, Vila de Rei, Vila Nova de Poiares, Viseu. ** Área Metropolitana do Porto (74,68%), Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia (participação dos municípios: 0,06%)

4.2.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

A 31 de agosto de 2012, foi publicada a Lei nº 50/2012, que consagra o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL), revogando as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e n.ºs 55/2011, de 15 de novembro. Este diploma, de aplicação a todas as entidades empresariais local, sofreu alterações introduzidas pelos normativos, Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, Lei n.º 69/2015 de 16 de julho, e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que foram determinantes para a configuração do atual do universo do SEL.

O capítulo VI do referido diploma regulamenta a Alienação, Dissolução, Transformação, Integração, Fusão e Internalização das empresas locais e, mais especificamente no seu nº 1 do art.º 62¹⁷⁹, estabelece as situações que, uma vez verificadas, resultarão obrigatoriamente na deliberação de Dissolução da empresa no prazo de seis meses. Para efeitos de aplicação deste artigo 62º releva ainda ter em consideração os n.ºs 14 e 15 aditados à Lei 50/2012 pela Lei n.º 69/2015 de 16 de julho, e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, respetivamente.

A análise desenvolvida, neste ponto do Anuário, visa identificar a

¹⁷⁹ Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
 - b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 % das suas receitas;
 - c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
 - d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.
- (...)

14 – O disposto na alínea a) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

15 – O disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura.

situação das entidades empresariais local em 31 de dezembro de 2015, face à aplicação dos critérios definidos no citado artigo 62º. Para o efeito, efetuou-se análise dos documentos de prestação de contas dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 e elaboraram-se quadros que apresentam os valores que relevam para a aplicação do nº 1 do art.º 62 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Interessará, salientar os pressupostos desta análise, de acordo com o disposto na lei:

- A deliberação de dissolução obrigatória resulta da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do nº 1 do art.º 62º, os quais só produzem efeitos se verificados ininterruptamente em três anos consecutivos da gestão;
 - Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a), do n.º 1 do art.º 62º, considerou-se como **gastos totais** a soma dos valores apresentados em: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos; gastos com o pessoal; outros gastos e perdas e juros e gastos similares suportados;
 - Para cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1 do art.º 62º, considerou-se como **receitas totais**¹⁸⁰ a soma dos valores das seguintes rubricas: vendas e serviços prestados; subsídios à exploração; trabalhos para a própria entidade; outros rendimentos e ganhos e juros e rendimentos similares obtidos
 - Decorrente do n.º 14 e 15 do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, não foram consideradas as empresas locais que exercem atividades de ensino e formação profissional ou de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura.
- O Quadro 4.42 apresenta as empresas que se encontram em processo de dissolução à data de elaboração deste anuário. Para além destas, foram extintas ainda em 2015 as empresas indicadas no quadro 4.17 do ponto 4.2 deste capítulo.

¹⁸⁰ De referir que a Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, alterou o previsto na alínea b) considera para o efeito, apenas os subsídios de exploração atribuídos pela entidade pública participante

Quadro 4.42 – Entidades em processo de dissolução

	Entidade	Tipo	Município
1	Alfandegatur – Empresa de Desenvolvimento Turístico	EM	Alfândega da Fé
2	EMA – Estádio Municipal de Aveiro	EM	Aveiro
3	MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade	EM	Aveiro
4	Teatro Aveirense	EM	Aveiro
5	TEMA – Teatro Municipal de Aveiro	EM	Aveiro
6	Rumo 2020	EM	Cartaxo
7	EMCEL – Empresa Municipal Celoricense – Gestão de Espaços Culturais e Sociais	EM	Celorico da Beira
8	EMAFEL – Ambiente de Felgueiras	EM	Felgueiras
9	Figueira Grande Turismo	EM	Figueira da Foz
10	Figueira Cultura e Tempos Livres	EM	Figueira de Castelo Rodrigo
11	Culturguarda – Gestão da Sala de Espetáculos e Atividades Culturais	EM	Guarda
12	Guarda Cidade Desporto	EM	Guarda
13	Merturis – Turismo	EM	Mértola
14	HSN – Habitação Social do Concelho de Nordeste	EEM	Nordeste
15	SATU – Oeiras – Sistema Automático de Transporte Urbano	EM SA	Oeiras
16	Amiparedes – Agência Municipal de Investimento	EM SA	Paredes
17	MMPO – Mercado Municipal de Portalegre	SA	Portalegre
18	Portimão Urbis SGRU – Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	EM SA	Portimão
19	Proençatur – Empresa de Turismo	EM	Proença-a-Nova
20	Cais Invest	EEM	São Roque do Pico
21	Sintra Quorum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	EM	Sintra
22	TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	EEM	Trancoso
23	Trofa Park – Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	EEM	Trofa
24	Interminho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais	EM	Valença
25	SDMSA – Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria	EEM	Vila do Porto
26	VFC Empreendimentos – Empresa Municipal de Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	EM	Vila Franca do Campo
27	Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social	EM	Vila Franca do Campo
28	PRIMUS – Promoção e desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	EMT SA	*

* Área Metropolitana do Porto (74,68%), Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia (participação dos municípios: 0,06% cada)

O número de municípios referido nos quadros seguintes resulta da simulação de aplicação do disposto no n.º1 do art.º 62º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, realizada para este anuário, não tendo sido consideradas as empresas que se encontram em dissolução identificadas no quadro 4.42.

Da análise às contas entre 2013 e 2015 (inclusive) verificaram-se as situações qualificadas nos quadros 4.43 e 4.44, **sendo qualquer uma delas bastante para início do processo de dissolução das entidades empresariais local visadas, caso não tenha havido ou não haja ocasião a retificações de mapas do Relato Financeiro que modifique a situação em qualquer um daqueles anos económicos.**

Apresentam-se a seguir as listagens das entidades do SEL que se encontrarão em cada uma das situações previstas nas alíneas a), b), c) e d), do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012 e que foram contabilizadas nos quadros precedentes.

Quadro 4.43 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012

Situações		Contas de 2013, 2014 e 2015
a)	Entidades com VPS / Custos totais inferiores a 50%, nos três anos	7
b)	Entidades com Subsídios à Exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	2
c)	Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	4
d)	Entidades com Resultado Líquido do Exercício negativo, nos três anos	8
Total de entidades a serem dissolvidas		13

Quadro 4.44 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012

Alíneas do n.º 1 do artigo 62º, cujos critérios se verificaram		Nº de Empresas em incumprimento
4 alíneas	alíneas a, b), c) e d)	0
3 alíneas	alíneas a), b) e c)	0
	alíneas a), b) e d)	0
	alíneas a), c) e d)	0
	alíneas b), c) e d)	0
2 alíneas	alíneas a) e b)	2
	alíneas a) e c)	0
	alíneas a) e d)	2
	alíneas b) e c)	0
	alíneas b) e d)	0
	alíneas c) e d)	4

Quadro 4.45 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)

Entidade	Tipo	Município	VPS / Custos totais		
			2013	2014	2015
1 Fozcoinvest – Energia, Turismo e Serviços	EM	Vila Nova de Foz Côa	0,0%	0,0%	0,0%
2 Coimbra Inovação Parque – Parque p/ Inovação em Ciência, Tecno. e Saúde	EM SA	Coimbra	28,5%	3,6%	6,2%
3 Naturtejo – Empresa de Turismo	EIM	*	15,4%	3,5%	6,5%
4 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM SA	Lisboa	8,9%	7,7%	8,6%
5 CampoMaior XXI	EM	Campo Maior	18,1%	16,2%	15,5%
6 PERM – Parquem Empresarial de Recuperação de Materiais	EIM	**	0,0%	0,0%	27,2%
7 Cura Aquae–Termas de Melgaço, EM	EM	Melgaço	33,0%	35,2%	41,7%

* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Nisa, Vila Velha de Ródão. ** Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.

Quadro 4.46 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)

Entidade	Tipo	Município	Sub. à explor. /Receitas		
			2013	2014	2015
1 Naturtejo – Empresa de Turismo	EIM	*	64,2%	86,5%	92,3%
2 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM SA	Lisboa	61,2%	72,5%	63,4%

*Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Nisa, Vila Velha de Ródão.

Quadro 4.47 – Entidades cujo resultado operacional, diminuído das amortizações e depreciações, foi negativo nos últimos 3 anos (alínea c)

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Município	EBITDA		
			2013	2014	2015
1 VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	SA	Viseu	-198 460	-130 907	-183 288
2 Miranda Cultural e Rural	EM	Miranda do Douro	-27 434	-42 132	-23 672
3 Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso	EM	Vimioso	-30 931	-24 572	-19 717
4 MOBISTRAL – Móveis Tradicionais Alentejanos	EM	Ferreira do Alentejo	-7 469	-5 159	-3 296

Quadro 4.48 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Município	Resultado Líquido do Período		
			2013	2014	2015
1 Coimbra Inovação Parque – Parque p/ Inovação em Ciência, Tecno. e Saúde	EM SA	Coimbra	-361 680	-449 330	-522 446
2 Ambifaro–Gestão de Equipamentos Municipais	EM	Faro	-10 978	-51 415	-477 281
3 Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	EM	Amadora	-170 723	-2 895	-435 575
4 Cura Aquae–Termas de Melgaço, EM	EM	Melgaço	-123 616	-120 134	-185 197
5 VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	SA	Viseu	-381 640	-131 131	-182 113
6 Miranda Cultural e Rural	EM	Miranda do Douro	-28 243	-42 889	-24 817
7 Vimioso 2003 – Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso	EM	Vimioso	-32 307	-26 067	-20 616
8 MOBISTRAL – Móveis Tradicionais Alentejanos	EM	Ferreira do Alentejo	-7 472	-5 159	-3 296

CAPÍTULO 5

RANKING GLOBAL

5.1. Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados Rankings que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Tal como acontece desde 2006, é apresentado um Ranking global que posicionam os municípios em função de variáveis e rácios financeiros que se entenderam mais apropriados para enquadrar comparativamente a sua gestão financeira. Com a comparação dos rácios e variáveis, que se apresentam neste capítulo, pretende-se hierarquizar os municípios atendendo à valoração global da sua gestão económica –financeira refletiva nos documentos de prestação de contas.

Neste anuário mantém-se a composição do conjunto de rácios e variáveis adotadas na análise do ano económico anterior por se entenderem válidos os critérios que estiveram na base da sua constituição, com exceção para o indicador n.º 5 em que se passa a referenciar as despesas comprometidas à receita liquidada, pelas razões apontadas no capítulo 2.

5.2. Indicadores do Ranking Global

Para o **Ranking Global** foram selecionados os 10 indicadores apresentados no quadro 5.01, tendo sido seguida a seguinte metodologia para o posicionamento de cada município em relação a cada um deles:

- Ordenaram-se para cada indicador os 308 municípios de acordo com a melhor prestação em relação à variável referenciada, que nuns casos será o maior rácio ou valor e noutros o menor rácio ou menor valor, atribuindo-se ao primeiro de cada lista a pontuação máxima de 200 pontos, reduzindo-se um ponto para cada município seguinte na ordem descendente do posicionamento dos mesmos.
- Com este critério de pontuação apenas foram pontuados os 200 municípios melhor posicionados em cada indicador, não tendo sido pontuados os últimos 108 municípios para cada listagem considerada.
- **A pontuação máxima a atribuir a um município será de 2000 pontos.**

Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios

N.º	Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de pontuação
1	Índice Liquidez	Dívidas a receber c.p. + disponibilidades	Balanço (Ativo)	Maior rácio = 200
		Dívidas a pagar curto prazo	Balanço (Passivo)	
2	Resultado Operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais	Proveitos operacionais – (custos operacionais – amortizações – provisões)	Demonstração de Resultados	Maior rácio = 200
		Proveitos Operacionais		
3	Peso Passivo exigível no Ativo	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço (Passivo)	Menor rácio = 200
		Ativo Total – Bens de Domínio Público	Balanço (Ativo)	
4	Passivo por habitante	Dívidas totais (passivo exigível)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		N.º de habitantes	Censos 2011 (INE)	
5	Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	Despesas comprometidas	Controlo orçamental da despesa	Menor rácio = 200
		Receita liquidada	Controlo orçamental da receita	
6	Prazo Médio de Pagamentos	PMP 31.12.2015 (dias)	DGAL	Menor PMP = 200
7	Grau de execução do saldo efetivo	Receitas efetivas liquidadas – Despesas efetivas comprometidas	Controlo orçamental da receita e da despesa	Maior rácio = 200
		Receitas efetivas liquidadas	Controlo orçamental da receita	
8	Índice de Dívida Total	Dívida Total (passivo exigível – operações de tesouraria)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		Média receitas correntes 3 anos anteriores	Controlo orçamental da receita	
9	Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	Despesas Pagas	Controlo orçamental da despesa	Maior rácio = 200
		Despesas comprometidas	Controlo orçamental da despesa	
10	Impostos diretos por habitante	IMI+IMT+IUC+ derrama	Controlo orçamental da receita	Maior rácio = 200
		N.º de habitantes	Censos 2011 (INE)	
Pontuação máxima				2.000

Face ao exposto na introdução deste capítulo, mantém-se a justificação para a escolha de cada indicador supramencionado atualizando-se, apenas, os dados que permitem determinar o valor base de cada um, para o ano económico de 2015.

Índice Liquidez

· Relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar a curto prazo, permitindo verificar se um município terá ou não dificuldades em pagar os seus compromissos de curto prazo, bem como determinar o correspondente grau de cobertura financeira das dívidas de curto prazo.

R.61.A – 10 municípios com melhor índice de liquidez

	Município	Distrito	Dim	Índice Liquidez	Pont.
1	Portel	Évora	P	5785%	200
2	V. Velha Ródão	Castelo Branco	P	2700%	199
3	Mortágua	Viseu	P	2509%	198
4	Arronches	Portalegre	P	2080%	197
5	Ponta do Sol	Madeira	P	2051%	196
6	Castelo Branco	Castelo Branco	M	1698%	195
7	Mértola	Beja	P	1209%	194
8	Albufeira	Faro	M	1097%	193
9	Mealhada	Aveiro	M	1091%	192
10	Alvito	Beja	P	1069%	191

Resultado Operacional (deduzido de amortizações e provisões) sobre os proveitos operacionais

· Embora se entenda que um município não tem como objeto o lucro, não deixa de ser merecedor de avaliação os resultados económicos apresentados, sobretudo os resultados operacionais¹⁸¹. Reforça este entendimento o facto de se verificar que nos últimos anos tem diminuído o número de municípios com resultados operacionais negativos, fruto de uma gestão mais adequada e equilibrada da afetação dos seus proveitos.

Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentaram este indicador com valores negativos.

R.61.B – 10 municípios com melhor Resultado Operacional

	Município	Distrito	Dim	Resultado Operacional / Proveitos Operacionais	Pont.
1	Santa Cruz	Madeira	M	79,1%	200
2	Ribeira Brava	Madeira	P	54,6%	199
3	Penamacor	Castelo Branco	P	46,4%	198
4	Machico	Madeira	M	45,5%	197
5	Nordeste	Açores	P	44,4%	196
6	Câmara Lobos	Madeira	M	44,4%	195
7	Alijó	Vila Real	P	43,6%	194
8	V.N. Poiares	Coimbra	P	42,8%	193
9	Albufeira	Faro	M	42,7%	192
10	Fundão	Castelo Branco	M	42,6%	191

Peso do Passivo exigível no Ativo¹⁸²

· Este indicador medirá o nível de comprometimento exercido pela dívida total sobre o ativo. Será mais um indicador exclusivamente de avaliação pois, a sua execução será inverosímil no enquadramento jurídico vigente dos municípios. Para efeito deste cálculo, deduziu-se ao ativo o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que em relação ao ano económico de 2015, quatro municípios apresentaram uma dívida total a pagar superior valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público, pelo que, para esses municípios este rácio apresentou-se superior a 100%.

Destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 159 municípios com este rácio inferior a 20%.

¹⁸¹ Resultados antes dos resultados extraordinários e financeiros.

¹⁸² Rácio de endividamento

R.61.C – 10 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo

Município	Distrito	Dim.	Peso Passivo Exigível	Pont.
1 Penedono	Viseu	P	1,5%	200
2 Mealhada	Aveiro	M	2,7%	199
3 Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	2,8%	198
4 Vila do Porto	Açores	P	2,8%	197
5 S. Cruz Flores	Açores	P	3,2%	196
6 Castelo de Vide	Portalegre	P	3,2%	195
7 Mira	Coimbra	P	3,5%	194
8 Castelo Branco	Castelo Branco	M	3,8%	193
9 Benavente	Santarém	M	4,0%	192
10 Arronches	Portalegre	P	4,1%	191

Passivo por habitante

- Este indicador permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global¹⁸³) por habitante, indexando o total do passivo à dimensão do município, em termos de população residente.
- A média nacional dos passivos por habitante foi de 725€, tendo o município de Mealhada apresentado o menor valor de passivo por habitante (59 €/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (6.024 €/habitante).

R.61.D – 10 municípios com menor Passivo por habitante

Município	Distrito	Dim.	Passivo por habitante	Pont.
1 Mealhada	Aveiro	M	58,5 €	200
2 Benavente	Santarém	M	60,2 €	199
3 Vila do Porto	Açores	P	88,7 €	198
4 Ponte de Lima	V. Castelo	M	95,9 €	197
5 Cinfães	Viseu	P	105,5 €	196
6 Fafe	Braga	M	107,7 €	195
7 Ponta do Sol	Madeira	P	110,1€	194
8 Penacova	Coimbra	P	111,2 €	193
9 Ovar	Aveiro	M	120,9 €	192
10 Sintra	Lisboa	G	122,8 €	191

Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada

- Um município não deve comprometer despesa em valor superior ao que presume liquidar de receita. Embora a regra estabelecida pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso exija que os compromissos sejam indexados à receita cobrada, sempre será possível excepcionar esta condição considerando receita certa a cobrar. Ora a receita certa a cobrar será aquela que se sustenta em liquidações efetuadas com base em direitos adquiridos que permitirão sempre ao município receber a quantia liquidada. Este será o principal argumento para se incluir este indicador que, se entende ser de grande importância para análise da eficiência financeira e que, foi analisado no capítulo 2 do presente anuário.
- O indicador em apreço determina a capacidade dos municípios em responder aos seus compromissos, podendo indiciar uma situação de rutura financeira a manutenção em anos consecutivos de um coeficiente maior que 1.
- A média nacional do peso da despesa comprometida relativamente à receita liquidada dos 308 municípios foi de 103,1% em 2015, sendo que 144 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%. No entanto, anota-se que ainda existiram 3 municípios¹⁸⁴ cujo valor deste indicador foi superior a 200% (a despesa comprometida ultrapassou o dobro da receita cobrada). Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentaram este indicador com valores negativos.

R.61.E – 10 municípios com melhor grau de cobertura das despesas

Município	Distrito	Dim.	Despesa comprometida / Receita cobrada líquida	Pont.
1 Caldas da Rainha	Leiria	M	12,0%	200
2 Santa Cruz	Madeira	M	42,6%	199
3 Coruche	Santarém	P	64,6%	198
4 Albufeira	Faro	M	64,9%	197
5 Loures	Lisboa	G	69,7%	196
6 Mortágua	Viseu	P	70,5%	195
7 Santa Cruz Flores	Açores	P	71,5%	194
8 Leiria	Leiria	G	72,8%	193
9 Lagoa (Algarve)	Faro	M	73,8%	192
10 Velas	Açores	P	74,0%	191

¹⁸³ Inclui as dívidas a terceiros totais de curto prazo e de médio e longo prazo.

¹⁸⁴ Celorico da Beira, Montemor-o-Velho e Paços de Ferreira

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

- O PMP que foi sempre considerado um indicador fundamental na medição da eficiência financeira dos municípios, tem como limite, a partir da regulamentação apresentada na LCPA, os 90 dias.
 - Verificou-se que, à data de dezembro de 2015, 68 municípios ainda apresentavam um prazo médio de pagamento superior a 90 dias. No entanto, é de destacar que 177 municípios apresentaram prazos médios de pagamentos inferiores a 30 dias.
- Dos 103 municípios que no triénio 2013/2015 receberam financiamento ao abrigo do PAEL, 20 aumentaram o PMP de 2012 para 2013, 20 aumentaram-no em 2014, e 28 aumentaram de 2014 para 2015, sendo que, cinco destes municípios já o tinham feito em 2014.

R.61.F – 10 municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Distrito	Dim.	Prazo Médio de Pagamentos	Pont.
1	Santa Cruz Flores	Açores	P	0	200
2	Anadia	Aveiro	M	1	199
3	Ovar	Aveiro	M	1	199
4	S. Cruz Graciosa	Açores	P	1	199
5	Velas	Açores	P	1	199
6	Castelo Branco	Castelo Branco	M	2	195
7	Murtosa	Aveiro	P	2	195
8	Pampilhosa Serra	Coimbra	P	2	195
9	Sintra	Lisboa	G	2	195
10	Vila do Porto	Açores	P	2	195
11	Vila Real	Vila Real	M	2	195

Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

- Entendeu-se pertinente incluir um rácio que relacionasse o saldo efetivo¹⁸⁵ com as receitas efetivas. Numa boa gestão, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. Estiveram nesta situação 156 municípios.

¹⁸⁵ Diferença entre as receitas efetivas (receitas deduzidas dos ativos financeiros e dos passivos financeiros recebidos no ano económico em causa) e as despesas efetivas (despesa total deduzida dos ativos financeiros pagos e das amortizações de empréstimos).

Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentem este indicador com valores menores que zero, isto é que tenham apresentado um saldo efetivo negativo.

R.61.G – 10 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

	Município	Distrito	Dim.	Grau de execução do saldo efetivo	Pont.
1	Caldas da Rainha	Leiria	M	88,6%	200
2	Santa Cruz	Madeira	M	60,6%	199
3	Castelo de Paiva	Aveiro	P	42,1%	198
4	Santana	Madeira	P	39,6%	197
5	Albufeira	Faro	M	34,1%	196
6	Loures	Lisboa	G	33,2%	195
7	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	31,3%	194
8	Castanheira de Pera	Leiria	P	26,5%	193
9	Calheta (R. A. M.)	Madeira	P	26,2%	192
10	Santa Cruz das Flores	Açores	P	25,1%	191

Índice de Dívida Total

- Refere a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), no seu artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, considerando-se como dívida total de operações orçamentais quaisquer formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.
- Dada a importância deste indicador na LFL, é compreensível que seja incluído no conjunto dos indicadores de eficiência financeira sendo de realçar que, ainda existem 45 municípios com este rácio acima do que é permitido por Lei (ver capítulo 3). Pelas razões já apontadas no Capítulo 3 não foram incluídas as dívidas das entidades participadas, conforme seria previsto pelo artigo 54º da mesma Lei.

R.61.G – 10 municípios com menor índice de dívida total

Município	Distrito	Dim.	Índice de dívida total	Pont.
1 Mealhada	Aveiro	M	4,9%	200
2 Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	5,4%	199
3 Penedono	Viseu	P	6,6%	198
4 Benavente	Santarém	M	9,5%	197
5 Castelo de Vide	Portalegre	P	10,8%	196
6 Vila do Porto	Açores	P	11,8%	195
7 Alcácer do Sal	Setúbal	P	12,0%	194
8 Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	13,7%	193
9 Viana do Alentejo	Évora	P	14,3%	192
10 Redondo	Évora	P	14,8%	191

Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

- Uma boa gestão financeira deveria refletir o pagamento dentro do mesmo ano económico das despesas compromissadas no mesmo. Assim, seria desejável que a razão: despesas pagas/compromissos assumidos fosse próxima dos 100%.
- Em dezembro de 2015 apresentaram um rácio superior a 90%, 210 municípios. Anota-se que em 3 municípios este rácio se manifestou inferior a 50% sendo o município de Montemor-o-Velho o que teve pior rácio (41,7%) ficando a dever 58,3% dos compromissos assumidos no exercício.

R.61.G – 10 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

Município	Distrito	Dim.	Grau de execução da Despesa	Pont.
1 Amares	Braga	P	100,00%	200
2 Aljezur	Faro	P	99,86%	199
3 Ansião	Leiria	P	99,57%	198
4 Valongo	Porto	M	99,47%	197
5 Vila Franca do Campo	Açores	P	99,14%	196
6 Calheta (R. A. A.)	Açores	P	99,10%	195
7 Castanheira de Pera	Leiria	P	99,05%	194
8 Póvoa de Varzim	Porto	M	98,95%	193
9 São Roque do Pico	Açores	P	98,94%	192
10 Nordeste	Açores	P	98,92%	191

Impostos diretos por habitante

- Sendo os impostos diretos a receita autárquica mais relevante proveniente diretamente dos rendimentos dos contribuintes residentes no município, entendeu-se incluir o indicador que mede o nível de contribuição média de impostos por habitante. Embora não seja um indicador que isoladamente possa traduzir o grau de desenvolvimento do município será sem dúvida um indicador que pode ajudar a avaliar o nível de autonomia financeira de um município e assim aferir a sua capacidade para investir em atividades que se reflitam favoravelmente em outros indicadores que medem a qualidade de vida da população.
- Relativamente a este indicador, a média destes impostos por habitante, em 2015, foi de 178€ por habitante.

R.61.G – 10 municípios com melhor índice de impostos por habitante

Município	Distrito	Dim.	Impostos por habitante	Pontuação
1 Albufeira	Faro	M	1229,4 €	200
2 Castro Marim	Faro	P	579,0 €	194
3 Lagoa (Algarve)	Faro	M	796,9 €	198
4 Lagos	Faro	M	765,9 €	197
5 Lisboa	Lisboa	G	667,9 €	195
6 Loulé	Faro	M	911,0 €	199
7 Portimão	Faro	M	571,4 €	193
8 Porto Santo	Madeira	P	519,5 €	192
9 Vila do Bispo	Faro	P	722,0 €	196
10 VR Santo António	Faro	P	507,0 €	191

5.3. Ranking Global dos municípios

Com base no cômputo dos indicadores supra enumerados e com os pressupostos apresentados, listam-se os 10, 25 e 35 municípios de grande, média e pequena dimensão, respetivamente, que obtiveram maior pontuação global.

São ainda apresentados os 5 municípios por Distrito com maior pontuação global e por isso se entende com melhor desempenho financeiro bem como, os 5 municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com maior pontuação na respetiva região.

Em relação a esta avaliação de desempenho anota-se que só 63

municípios conseguiram obter uma pontuação superior a 50% da pontuação total e que, destes, apenas 6 obtiveram uma pontuação superior a 70% (1 município de grande dimensão, 2 de média dimensão e 3 de pequena dimensão), sendo que, 3 obtiveram mais de 80% da pontuação total (Lagoa no Algarve com 90,2%, Santa Cruz das Flores com 82,3% e Marinha Grande com 80,6%).

Para uma pontuação total de 2 000 pontos a pontuação máxima obtida foi de 1 803 pontos e referiu-se a um município de média dimensão (município de Lagoa no Algarve), tendo sido seguida da pontuação de 1 646 atribuída a um município de pequena dimensão (município de Santa Cruz das Flores). O município de grande dimensão que encabeçou a classificação dos municípios deste grupo –município de Sintra– obteve 1 546 pontos (77,3% da pontuação total).

No Quadro 5.02 apresenta-se a distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida, para efeitos de medição de eficiência na gestão financeira.

Quadro 5.02 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global

Impostos cobrados	Peq.	Médios	Grandes	Total
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	1	2	0	3
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	2	0	1	3
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior 70% da pontuação total	25	23	9	57
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	157	74	14	245
Total	185	99	24	308

Face ao resultado da pontuação obtida por cada município no conjunto dos indicadores de eficiência global (10 indicadores com um valor total e 2000 pontos), verifica-se que a maior parte esteve muito longe de apresentar uma eficácia média de gestão financeira, uma vez que, 245 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 1000 pontos (menos de 50% da pontuação total) e que os restantes ficaram na sua maioria (57 em 61 municípios) com pontuação entre os 50% e os 70% da pontuação total.

Municípios comparativamente com melhor eficiência financeira

R61.A – Ranking Global dos 10 melhores municípios de grande dimensão

	Município	Distrito	Pontuação 2015	Posição 2014
1	Sintra	Lisboa	1546	1º
2	Porto	Porto	1247	2º
3	Vila Franca de Xira	Lisboa	1225	3º
4	Leiria	Leiria	1186	9º
5	Oeiras	Lisboa	1150	12º
6	Almada	Setúbal	1114	5º
7	Amadora	Lisboa	1069	7º
8	Loures	Lisboa	1029	13º
9	Maia	Porto	1022	4º
10	Santa Maria da Feira	Aveiro	1002	10º

R61.B – Ranking Global dos 25 melhores municípios de média dimensão

	Município	Distrito	Pontuação 2015	Posição 2014
1	Lagoa (Algarve)	Faro	1803	1º
2	Marinha Grande	Leiria	1612	2º
3	Albufeira	Faro	1378	4º
4	Benavente	Santarém	1359	3º
5	Anadia	Aveiro	1327	7º
6	Ourém	Santarém	1266	31º
7	Montijo	Setúbal	1262	22º
8	Mafra	Lisboa	1257	39º
9	Mealhada	Aveiro	1238	8º
10	Ovar	Aveiro	1215	6º
11	C. Branco	C. Branco	1199	14º
11	Loulé	Faro	1199	16º
13	Porto de Mós	Leiria	1189	5º
14	Caldas da Rainha	Leiria	1175	32º
15	Bragança	Bragança	1133	18º
16	Esposende	Braga	1108	9º
17	Pombal	Leiria	1101	26º
18	Albergaria-a-Velha	Aveiro	1099	12º
19	Fafe	Braga	1078	25º
20	Ribeira Grande	Açores	1068	10º
21	Póvoa de Varzim	Porto	1067	34º
22	Azambuja	Lisboa	1046	23º
23	Abrantes	Santarém	1044	17º
24	Amarante	Porto	1031	19º
25	Alcobaça	Leiria	1018	42º

R61.C – Ranking Global dos 35 melhores municípios de pequena dimensão

	Município	Distrito	Pontuação 2015	Posição 2014
1	Santa Cruz das Flores	Açores	1646	1º
2	Murtosa	Aveiro	1506	4º
3	Castelo de Vide	Portalegre	1418	6º
4	Vila do Porto	Açores	1388	11º
5	São Roque do Pico	Açores	1327	2º
6	Ponta do Sol	Madeira	1318	27º
7	Alvito	Beja	1293	10º
8	Mortágua	Viseu	1282	5º
9	Santa Cruz da Graciosa	Açores	1256	11º
10	Redondo	Évora	1251	30º
11	São Brás de Alportel	Faro	1239	9º
12	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	1149	13º
13	Portel	Évora	1145	17º
14	Coruche	Santarém	1140	3º
15	Almeida	Guarda	1128	21º
16	Santana	Madeira	1112	25º
17	Vila Franca do Campo	Açores	1107	42º
18	Arronches	Portalegre	1094	7º
19	Castanheira de Pêra	Leiria	1085	16º
20	Boticas	Vila Real	1080	26º
21	Penalva do Castelo	Viseu	1076	24º
22	Penedono	Viseu	1066	23º
23	Velas	Açores	1059	35º
24	Aljezur	Faro	1031	82º
25	Pampilhosa da Serra	Coimbra	1030	8º
26	Lajes das Flores	Açores	1017	91º
27	Calheta (R. A. A.)	Açores	1014	52º
28	Nordeste	Açores	1005	33º
29	Alcácer do Sal	Setúbal	992	57º
30	Marvão	Portalegre	961	19º
31	Cadaval	Lisboa	925	53º
32	Vinhais	Bragança	919	76º
33	Mértola	Beja	907	45º
34	Calheta (R. A. M.)	Madeira	906	63º
35	Ansião	Leiria	896	34º

R62.A – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Aveiro

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Murtosa	P	1506
2	Anadia	M	1327
3	Mealhada	M	1238
4	Ovar	M	1215
5	Albergaria-a-Velha	M	1099

R62.B – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Beja

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Alvito	P	1293
2	Mértola	P	907
3	Castro Verde	P	700
4	Ferreira do Alentejo	P	605
5	Barrancos	P	603

R62.C – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Braga

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Esposende	M	1108
2	Fafe	M	1078
3	Barcelos	G	930
4	Braga	G	897
5	Guimarães	G	893

R62.D – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Bragança

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Bragança	M	1133
2	Vinhais	P	919
3	Miranda do Douro	P	789
4	Carraceda de Ansiães	P	702
5	Alfândega da Fé	P	688

R62.E – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Castelo Branco

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Castelo Branco	M	1199
2	Vila Velha de Ródão	P	1149
3	Vila de Rei	P	646
4	Oleiros	P	494
5	Penamacor	P	483

R62.F – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Coimbra

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Pampilhosa da Serra	P	1030
2	Miranda do Corvo	P	815
3	Oliveira do Hospital	P	801
4	Cantanhede	M	758
4	Penacova	P	758

R62.G – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Évora

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Redondo	P	1251
2	Portel	P	1145
3	Viana do Alentejo	P	823
4	Vendas Novas	P	741
5	Estremoz	P	694

R62.H – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Faro

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Lagoa	M	1803
2	Albufeira	M	1378
3	São Brás de Alportel	P	1239
4	Loulé	M	1199
5	Aljezur	P	1031

R62.I – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Guarda

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Almeida	P	1128
2	Aguiar da Beira	P	813
3	Vila Nova de Foz Côa	P	796
4	Seia	M	676
5	Fornos de Algodres	P	671

R62.J – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Leiria

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Marinha Grande	M	1612
2	Porto de Mós	M	1189
3	Leiria	G	1186
4	Caldas da Rainha	M	1175
5	Pombal	M	1101

R62.K – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Lisboa

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Sintra	G	1546
2	Mafra	M	1257
3	Vila Franca de Xira	G	1225
4	Oeiras	G	1150
5	Amadora	G	1069

R62.L – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Portalegre

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Castelo de Vide	P	1418
2	Arronches	P	1094
3	Marvão	P	961
4	Elvas	M	828
5	Crato	P	827

R62.M – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Porto

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Porto	G	1247
2	Póvoa de Varzim	M	1067
3	Amarante	M	1031
4	Maia	G	1022
5	Marco de Canaveses	M	880

R62.Q – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Vila Real

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Boticas	P	1080
2	Vila Real	M	917
3	Montalegre	P	770
4	Valpaços	P	746
5	Mondim de Basto	P	737

R62.N – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Santarém

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Benavente	M	1359
2	Ourém	M	1266
3	Coruche	P	1140
4	Abrantes	M	1044
5	Salvaterra de Magos	M	979

R62.R – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Viseu

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Mortágua	P	1282
2	Penalva do Castelo	P	1076
3	Penedono	P	1066
4	Viseu	M	871
5	Carregal do Sal	P	861

R62.O – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Setúbal

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Montijo	M	1262
2	Almada	G	1114
3	Alcácer do Sal	P	992
4	Palmela	M	849
5	Seixal	G	785

R62.S – Ranking Global dos 5 melhores municípios da Região Autónoma dos Açores

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Santa Cruz das Flores	P	1646
2	Vila do Porto	P	1388
3	São Roque do Pico	P	1327
4	Santa Cruz da Graciosa	P	1256
5	Vila Franca do Campo	P	1107

R62.P – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Viana do Castelo

	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Arcos de Valdevez	M	954
2	Ponte de Lima	M	787
3	Vila Nova de Cerveira	P	764
4	Viana do Castelo	M	663
5	Monção	P	481

R62.T – Ranking Global dos 5 melhores municípios da Região Autónoma da Madeira

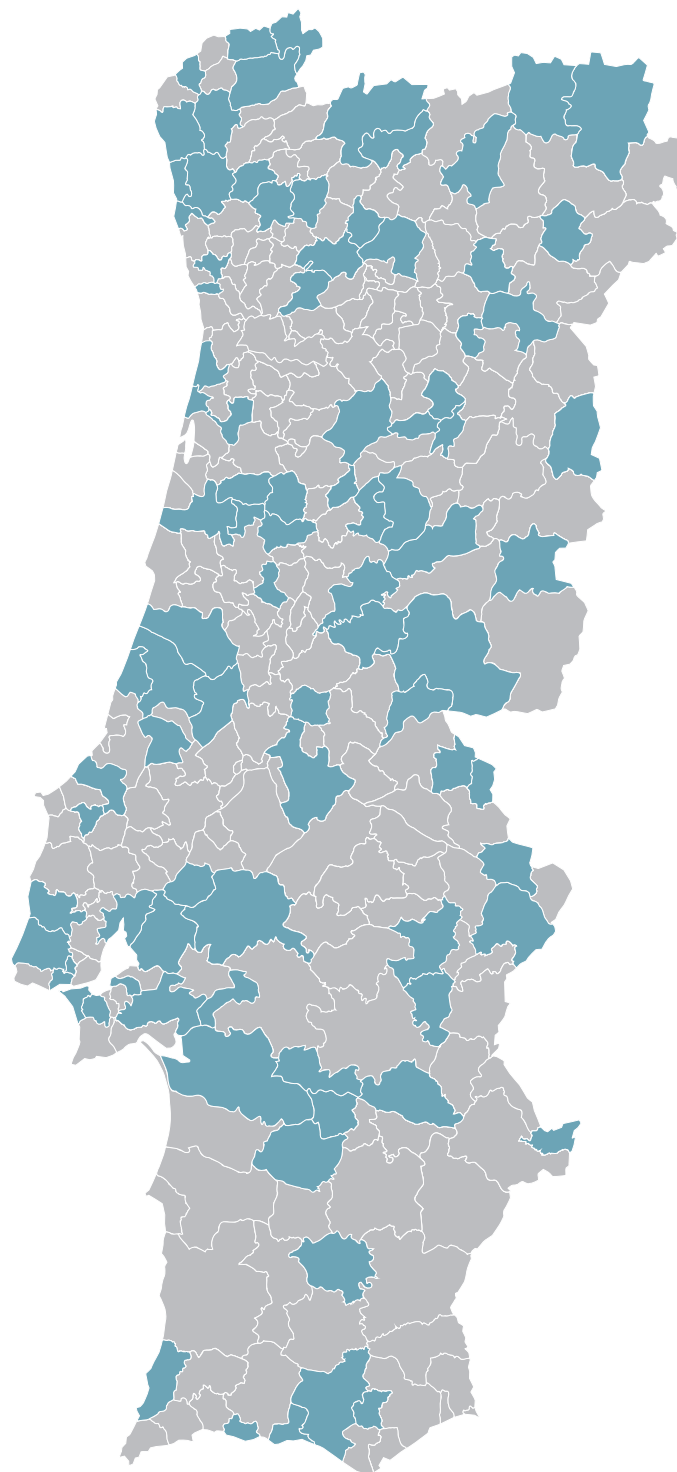
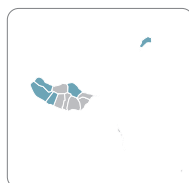
	Município	Dim.	Pontuação 2015
1	Ponta do Sol	P	1318
2	Santana	P	1112
3	Calheta	P	906
4	Porto Moniz	P	768
5	Porto Santo	P	717

Figura 3 – Ranking Global dos 5 melhores municípios por Distrito/RA

Abrantes
 Aguiar da Beira
 Albergaria-a-Velha
 Albufeira
 Alcácer do Sal
 Alfândega da Fé
 Aljezur
 Almada
 Almeida
 Alvito
 Amadora
 Amarante
 Anadia
 Arcos de Valdevez
 Arronches
 Barcelos
 Barrancos
 Benavente
 Boticas
 Braga
 Bragança
 Caldas da Rainha
 Calheta
 Cantanhede
 Carrazeda de Ansiães
 Carregal do Sal
 Castelo Branco
 Castelo de Vide
 Castro Verde
 Coruche
 Crato
 Elvas
 Esposende
 Estremoz
 Fafe
 Ferreira do Alentejo
 Fornos de Algodres
 Guimarães
 Lagoa
 Leiria
 Loulé
 Mafra
 Maia
 Marco de Canaveses
 Marinha Grande
 Marvão
 Mealhada
 Mértola
 Miranda do Corvo
 Miranda do Douro
 Monção
 Mondim de Basto

Montalegre
 Montijo
 Mortágua
 Murtosa
 Oeiras
 Oleiros
 Oliveira do Hospital
 Ourém
 Ovar
 Palmela
 Pampilhosa da Serra
 Penacova
 Penalva do Castelo
 Penamacor
 Penedono
 Pombal
 Ponta do Sol
 Ponte de Lima
 Portel
 Porto
 Porto de Mós
 Porto Moniz
 Porto Santo
 Póvoa de Varzim

Redondo
 Salvaterra de Magos
 Santa Cruz da Graciosa
 Santa Cruz das Flores
 Santana
 São Brás de Alportel
 São Roque do Pico
 Seia
 Seixal
 Sintra
 Valpaços
 Vendas Novas
 Viana do Alentejo
 Viana do Castelo
 Vila de Rei
 Vila do Porto
 Vila Franca de Xira
 Vila Franca do Campo
 Vila Nova de Cerveira
 Vila Nova de Foz Côa
 Vila Real
 Vila Velha de Ródão
 Vinhais
 Viseu



CAPÍTULO 6

RESUMO E CONCLUSÕES

Para conclusão da edição de 2015 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta-se um resumo dos principais pontos tratados nos diferentes capítulos:

6.1. Independência Financeira

- **O valor médio do índice de independência financeira, no período 2006–2015 foi de 34,8%, considerando o universo dos municípios. Em 2015 apresentou um crescimento de 0,8% devido a uma ligeira subida da receita própria dos municípios e foi superior ao índice médio do período em apreço de 4,3 pp.**
- O índice de independência financeira, em 2015, assumiu o valor de 66,4% nos municípios de grande dimensão, de 50,3%, nos municípios de média dimensão e de 29,5% nos municípios de pequena dimensão. A importância média relativa das receitas próprias aumentou nos municípios de grande e média dimensão e manteve-se estável nos municípios de pequena dimensão.
- Os municípios da Região Autónoma dos Açores são os que apresentam na generalidade menor índice médio de independência financeira. Contudo, em 2015, apresentaram uma melhor performance confirmada através do aumento médio deste indicador em 1,6pp.
- Em 2015, 74 municípios apresentaram um índice de independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 22 municípios eram de grande dimensão, 38 de média dimensão e 14 de pequena dimensão.
- Em 2015, apenas 35 municípios exclusivamente de pequena dimensão apresentaram um volume de receitas próprias inferior a 20% do valor das receitas totais.
- Não recorreram a qualquer empréstimo bancário 199 municípios, sendo 130 de pequena dimensão, 10 de grande dimensão e 59 de média dimensão.

- Só em 27 municípios, todos de pequena dimensão, o volume de transferências foi superior a 80% da receita total.

6.2. Receita Autárquica

- **O volume de previsões orçamentais da receita municipal em 2015 continuou a descer reforçando o combate aos orçamentos inflacionados.** Ao montante mais elevado do período 2006–2015 verificado em 2009, num total de receita orçada de 13 001,9 M€, opôs-se em 2015 o montante mais reduzido do período de 8 784M€. Esta diminuição do montante de receita orçada em –4 217 M€ (–32,4%), entre 2009 e 2015, traduziu um enorme esforço de contenção das previsões orçamentais, tendo por objetivo a redução da despesa efetiva dos municípios.
- Esta variação da dotação orçamental demonstrou **uma enorme mudança estrutural na gestão económico-financeira das autarquias e a adoção de uma política concertada de deflacionamento das receitas.** Para esta mudança contribuíram decisivamente: o cumprimento da Lei dos Compromissos; os sucessivos diplomas regulamentares de controlo da receita; as mais recentes alterações à Lei das Finanças Locais com elementos dissuasores da inflação das receitas e a vontade expressa dos Executivos Autárquicos em abandonar a prática antiga de orçamentos inflacionados, adequando a gestão económico financeira municipal às boas práticas de gestão pública.
- **Relativamente à receita cobrada** nos últimos anos verificou-se que o valor mais alto cobrado em 2009 de 8,2 mil milhões de euros, comparado com a receita auferida em 2015 de 7,5 mil milhões de euros revelou **uma perda de rendimento autárquico de 680 milhões de euros (–8,3%), num espaço de seis anos**, pese embora em relação a 2014 tenha apresentado um crescimento de 2,5% (+181,3 M€).

- **A taxa média de execução da receita cobrada em relação à receita orçada em 2015 situou-se em 85,6%, melhorando em 6,9 pp a execução de 2014**, a qual já se tinha distanciado da média de execução de 65% verificada entre 2006 e 2013. **Esta franca melhoria de execução da receita cobrada deveu-se, essencialmente, à diminuição dos orçamentos inflacionados face à fraca evolução dos montantes arrecadados.**
- **As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira continuaram em 2015 a revelar um extraordinário ajustamento da previsão da receita à real capacidade de cobrança da mesma.** Na Região dos Açores os municípios apresentaram um grau de execução médio de receita de 91,2% e na Região da Madeira de 83,5%, sendo em ambos os casos valores superiores à média da execução da receita dos municípios a nível nacional.
- Considerando o comportamento das diferentes componentes da receita, anota-se relativamente a 2015:
 - **O volume de passivos financeiros utilizados pela globalidade dos municípios continuou a baixar em 2015, diminuindo 33% (-129,1M€)** e passando a representar, apenas 4% das receitas totais.
 - **A receita total efetiva cresceu 4% (+303,9M€) totalizando 7 243,2M€.** Anota-se, contudo, que no período entre 2006 e 2015, o valor mais elevado da receita efetiva se verificou em 2012 com o montante de 7 444,7M€.
 - Em 2015 as receitas municipais com maior peso foram, respetivamente, **transferências totais com 41%, receitas fiscais com 38% e venda de bens e serviços com 11%.**
 - **O montante de transferências recebidas (correntes e de capital) pelos municípios de 3 035,3M€ foi superior em 2,4% (+70,9M€) à recebida em 2014** – ano em que diminuiu 10,5% atingindo o valor mais baixo do período entre 2006 /2015. Todavia, em 2015 a verba registada como transferências foi inferior em 15,6% (-572,3M€) à verba homóloga registada em 2011- ano económico com maior receita proveniente de transferências.
 - **A receita fiscal cobrada no total de 2 876,4 M€ foi a segunda maior receita fiscal auferida desde 2006** (em 2007 atingiu os 2 878,6 M€) **e representou em relação a 2014 uma taxa de crescimento de 5,9% (+159,9 M€).**
 - Há a assinalar a continuação do aumento global do IMI que cresceu 4,5% (+66,1 M€), apresentando o maior valor cobrado até à data, ao totalizar naquela em dezembro de 2015 1533,2 M€.
 - Em 2015, o peso da receita proveniente do IMI no conjunto das receitas fiscais, tanto nos pequenos como nos municípios de média dimensão ultrapassou os 65%, distanciando-se, significativamente, da restante receita fiscal destes municípios. Embora o peso do IMI no total da receita fiscal fosse inferior nos municípios de grande dimensão, ainda assim representou mais de metade da mesma (53,4%). Neste ano 44 municípios apresentaram diminuição do valor do IMI.
 - **Estando previsto por lei a extinção do IMT já em 2017, as autarquias**, cuja receita total, conforme constatado nos pontos anteriores, apresentou desde 2010 sucessivos decréscimos de cobrança – tendo apenas em 2015 revelado um ligeiro crescimento de 2,5% – **necessitarão de ser compensadas por esta futura perda de receita através de formas alternativas de cobrança ou de repartição de impostos estaduais.**
 - O aumento do IMT em 19,5% (+95,3M€) continuou a contrariar a tendência para a diminuição progressiva verificada entre 2007 e 2013, período no qual baixou 57% (-501,9 M€). Contudo, **a receita auferida em 2015, manteve-se num nível bastante inferior (-180,4 M€, - 23,6%) ao montante cobrado pelos municípios em 2008 ao apresentar o valor global de 580M€.**
 - O montante de IMT que chegou a ombrear com o valor do IMI representando 75,8% deste em 2006, foi baixando sucessivamente a sua coleta representando em 2015 apenas 38% do valor cobrado de IMI.
 - Em 2015 aumentou para 44 o número de municípios que apresentaram quebra de receita de IMI (em 2014 tinham sido 13) e diminuíram para 121 os municípios com descida de coleta de IMT (em 2014 tinham sido 152). **Com descida conjunta de coleta de IMI e IMT foram identificados 16 municípios.**
 - No que se refere à coleta do IUC e da Derrama poder-se-á dizer que se verifica uma inversão do peso destas receitas no total da receita fiscal, desde 2013. Embora ambas as receitas sejam de montantes muito próximos, a Derrama até 2013 apresentou sempre maior valor de coleta. A partir daquele ano o valor global do IUC passou a ser superior ao valor global

- da Derrama. **Assim, entre 2006 e 2015 o valor da Derrama baixou 29,2% enquanto o montante de IUC cresceu 77,8%.**
- Observando-se a distribuição da receita do IUC e da Derrama pelos três grupos de municípios, constata-se que o IUC tem tido maior peso nas receitas dos pequenos municípios, que beneficiaram com o crescimento desta coleta e que o valor da Derrama tem tido mais significado para os municípios de grande dimensão, representando para estes, em 2015, 10% da receita fiscal enquanto, para os restantes municípios esse peso foi de 4,3% no grupo de pequena dimensão e de 5,6% no de média dimensão.
 - O valor da **Derrama apresentou um ligeiro decréscimo em 2015** (-1,8%; -3,9 M€) ao totalizar o montante de 208,4 M€ assim como a coleta de Imposto Único de Circulação que baixou 3,2% (- 8 M€) ao somar o valor de 240,5 M€.
 - **O montante de transferências recebidas (correntes e de capital) pelos municípios de 3 035,3 M€ foi superior em 3% (+86,3 M€) à recebida em 2014**, ano em que diminuiu 10%, atingindo o valor mais baixo do período entre 2006 /2015. Todavia, em 2015 a verba registada como transferências foi inferior em 14% (-487 M€) à verba homóloga registada em 2011- ano económico com maior receita proveniente de transferências.
 - A venda de bens e serviços correntes representou 10,4% das receitas totais enquanto a venda de bens duradouros representou apenas 1,6%. **Em 2015 a receita cobrada com a venda de bens e serviços correntes totalizou os 917,7 M€ e traduziu um aumento de 7,6% (+57,4 M€). O montante de 108,4 M€, resultante da venda de bens duradouros, representou um aumento de 33,5% (+27,2M€) e traduziu-se no maior volume de vendas desde 2011.**

6.3. Despesa Autárquica

6.3.1. Evolução da despesa

- **A despesa municipal assumida em 2015 no total de 8 219,4 M€ refletiu uma descida de 3,4%** (292,6 M€) e traduziu-se **no menor volume de despesa compromissada entre 2006 e 2015**, diminuindo em relação àquele ano 1101M€ (-11,8%). Em relação a 2009 (ano de maior despesa municipal) desceu 2 916 M€ (-26,2%).

- **A redução da despesa compromissada tem sido acompanhada de uma maior redução do montante de compromissos por pagar.** À descida de 3,4% da despesa assumida correspondeu no ano de 2015 uma descida de compromissos por pagar de 23,6%. Reportando ao ano de 2006 verifica-se que, à descida do volume de compromissos em 11,8% correspondeu uma descida de encargos por pagar de 57,5%. Isto é, **em dez anos o volume de encargos assumidos sem contrapartida financeira baixou mais de metade.**
- Para a descida da despesa compromissada em 2015 foi determinante a **quebra da despesa de investimento em -8,5% (-142 M€), bem como a descida acumulada de aquisição de bens e serviços em -68,6 M€ (-2,7%), de subsídios atribuídos em -62,9 M€ (-39,8%) e de juros e outros encargos em -29 M€ (- 17%).**
- **A despesa corrente no montante de 5 631 M€, representando 68,5% da despesa total**, contribuiu para a descida global da despesa em -162,7 M€ (-2,8%). **A despesa de capital no valor 2 588 M€ embora continuasse a descer, baixou bastante menos que em 2014** ao diminuir o volume de compromissos em 130 M€ (-4,8%).
- **Apesar do volume de encargos ter diminuído, o total de pagamentos cresceu 0,2% apresentado o valor de 7 231 M€ e revelando uma taxa de pagamento da despesa assumida de 88%, a maior verificada entre 2006 e 2015.** Efetivamente a taxa de pagamento dos encargos assumidos entre 2006 e 2015 cresceu 13pp, embora a mesma reportada ao ano de 2010 – ano de menor taxa de pagamento de compromissos – tenha crescido 14,4pp. Tal facto refletiu-se **na melhoria do PMP que passou da média de 110,7 dias em 2014, para a média de 77,6 dias em 2015**, tendo, também, diminuído significativamente o prazo médio de pagamentos superior a 90 dias, que passou de 382,7 para 265,8 dias – uma redução de 30,6%.
- **Em 2015, apresentaram défice de exercício 164 municípios**, isto é: **apresentaram um volume de receita liquidada, incluindo o saldo de exercícios anteriores, inferior ao volume de despesa comprometida.**
- Por outro lado verificou-se que **144 municípios (+100 municípios que em 2014) apresentaram um volume de despesa assumida igual ou inferior ao total de receita liquidada, revelando uma maior acuidade na adequação das despesas ao nível de cobrança das receitas, mostrando uma atitude de gestão contrária à constituição de dívida comercial.**

6.3.2. Saldos Orçamentais e Equilíbrio Orçamental

- Em 2015, pela primeira vez, o total do volume de despesa compromissada foi inferior ao volume de receita liquidada acrescida dos saldos dos exercícios anteriores, tendo esse diferencial sido de 295,4M€ (+9%).
- Contudo, em 2015, a despesa compromissada superou a receita cobrada¹⁸⁶ em 200,6 M€ pelo que 2,4% daquela não teve cobertura financeira podendo-se considerar-se este valor, o verdadeiro **défi ce de exercício** apesar de ter ficado por cobrar 496 M€ de receita liquidada. Assim, neste ano, **os municípios, na sua globalidade, tiveram capacidade financeira para pagar 97,6% da despesa assumida, isto é, +6,6% que em 2014¹⁸⁷ e +22,5% que em 2010¹⁸⁸, ano económico com maior constrangimento financeiro para os municípios.**
- A globalidade dos municípios em 2015 apresentaram **um saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, positivo e no valor de 988,7 M€ demonstrando equilíbrio orçamental nos termos do artigo 40º da Lei das Finanças Locais.**
- Em 2015, o **saldo global ou saldo efetivo** apresentou-se pela primeira vez positivo com o valor de 794 M€.
- O **saldo primário** também cresceu extraordinariamente ao passar de 93 M€ em 2014 para 936 M€ em 2015.
- A diferença entre os graus médios de execução da despesa e da receita diminuiu drasticamente passando de 16,6% em 2006 para 2,2% em 2015, face ao aumento do grau médio de execução da receita que cresceu 19,4% entre 2006 e 2015.

6.4. Análise patrimonial e económico-financeira

6.4.1. Em relação ao Ativo há a destacar:

- O **imobilizado** é a componente com maior peso no ativo total dos municípios representando 87% do mesmo, sendo que 45,5% é imobilizado corpóreo e 32,4% constitui bens do domínio público.

¹⁸⁶ Acrescida do saldo de gerências anteriores.

¹⁸⁷ No período 2008-2013 a taxa média de cobertura financeira dos encargos assumidos foi de 77,7%, pelo que já tinha sido notável a melhoria deste indicador em 2014, ao passar para 91%.

¹⁸⁸ Neste ano a taxa de cobertura financeira das despesas assumidas foi de 75%.

- Os **investimentos financeiros** continuaram a ser a componente com maior peso no ativo circulante, apresentando o montante de 1 871 M€ e representando 4,6% do total de ativo. **No universo dos 308 municípios verificou-se, neste ano de 2015, um aumento líquido de 124 M€ (+7,1%)** em relação ao ano económico anterior e um aumento líquido de 761,5M€ (+68,6%) em relação ao ano de 2006.
- As **participações de capital, que representaram em 2015 o peso de 63,7% do total dos investimentos financeiros**, apresentaram uma diminuição líquida de 43,6M€ (- 3,5%) em relação ao ano precedente. Em relação a 2006 cresceram 320 M€ (+36,7%), ano em que o peso deste ativo no total dos investimentos financeiros foi de 78,5%.
- O valor dos registos em **obrigações e títulos de participação**, ao apresentar em 2015 um crescimento extraordinário traduzido no montante de + 156,3 M€ (+88,1%), passou a ser o segundo item com maior peso nos investimentos financeiros.
- **As disponibilidades** constituídas por depósitos em instituições financeiras e caixa **apresentaram um aumento extraordinário em dezembro de 2015 (+30,2%), totalizando no final deste ano económico 1 330 M€.** O crescimento do montante global de disponibilidades apresenta-se um pouco em contradição com o programa de pagamento a tempo e horas, pois **no final do ano económico de 2015 o total da dívida a pagar de curto prazo, relativa a operações orçamentais foi de 1 464,8 M€.**
- Em 2015, o valor das **dívidas a receber** no total de 839 M€ representou 2% do total do ativo dos municípios e traduziu-se num **decréscimo de 2,2%** em relação ao ano precedente. Em relação a 2006 apresentou um acréscimo de 2,8% (+ 23 M€) depois de ter passado por um pico de valor, em 2011 traduzido em 1 328 M€.
- As componentes mais representativas das dívidas a receber continuaram a ser: **outros devedores de curto prazo** com o valor de 440 M€ (56,2% dos créditos); **clientes, contribuintes e utentes** com o total de 239,8 M€ (26,2% dos créditos sobre terceiros) e **dívidas a receber de MLP** no valor de 97,5 M€ (11,6% dos créditos totais).

6.4.2. Em relação ao Passivo releva-se:

- O **passivo exigível em 2015 baixou 7,2% ao apresentar o valor de 5 783,7M€**. Comparando-se o passivo das autarquias em 2015 com o passivo apresentado em 2010 – ano de maior valor – verificou-se uma descida de 30,1%, isto é, -2 492 M€. **Para este decréscimo contribuiu, essencialmente, a redução da dívida a fornecedores (dívidas a curto prazo) que entre 2010 e 2015 diminuiu 50,9%, isto é -1521M€.**
- Para a descida da **dívida a fornecedores contribuiu decisivamente a adesão de 103 municípios ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)**, os quais contratualizaram 625,6 M€. Deste montante foi utilizado 13,6 M€ em 2012, 468,2M€ em 2013, 119,1 M€ em 2014 e 13,2 M€ em 2015, tendo ficado por utilizar 11,4 M€.
- Tendo em atenção a existência de programas de apoio anteriores ao PAEL, o **PREDE e o PPTH que beneficiaram 155 municípios, anota-se o facto de apenas 123 municípios apresentarem descida da dívida de curto prazo entre 2008 e 2015.**
- São de salientar os seguintes municípios que apresentaram forte descida do passivo exigível: **Sintra que reduziu 31 M€ (-40,8%); Oeiras que baixou 14,8 M€ (-20,9%); Braga com -11,1M€ (-15,8%) e Seixal com -10,3 M€ (-11%).**
- Em 2015, **85,7% dos municípios (264) conseguiram reduzir o seu passivo exigível.**
- A **dívida de curto prazo de natureza orçamental** totalizou em dezembro de 2015 o montante de 1 464,8 M€ apresentando um decréscimo de 10,8% (-177,7 M€) em relação ao ano anterior.
- Considerando o universo total dos municípios constatou-se que a **dívida de médio e longo prazo em 2015 baixou 272,4 M€ (-6,2%)** e que a descida global da mesma entre 2008 e 2015, foi de 558 M€ (-11,9%), pese embora a forte adesão dos municípios às linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado para liquidação de dívida de curto prazo, entre 2008 e 2015. **Esta descida de dívida de MLP mostra bem o esforço dos municípios na intensificação das amortizações de empréstimos alocando uma parte significativa dos seus recursos para esse fim.**
- Em 2015 verificou-se esbatido o aumento da dívida global de MLP das autarquias devido à adesão às linhas de financiamento contratualizadas com o Estado entre 2008 e 2015 ao abrigo dos sucessivos programas destinados a impedir a rutura financeira de

alguns municípios e providenciar o pagamento a horas dos seus débitos. **A adesão a estes programas de apoio teve como objetivo atenuar o impacto negativo na economia local da diminuição de receitas municipais e a correspondente dificuldade de pagamento dos compromissos assumidos por parte dos municípios.**

- Em dezembro de 2015, 265 municípios tinham baixado o **stock de dívida a médio e longo prazo** e 201 municípios apresentaram um **capital em dívida inferior ao detido em dezembro de 2006.**

6.4.3. Endividamento das Autarquias.

6.4.3.1. Limite à dívida total

- Em 2015 o **limite** à dívida total das autarquias calculado na base do disposto no artigo 52º da Lei das finanças locais **era de 8 857,2 M€**, sendo que o **valor da dívida total** contabilizado pelo conjunto dos 308 municípios **foi de 5 594,3 M€, ficando distante 36,8pp daquele limite.**
- Assim, o **índice de 63,2% (menos 7,3pp que o verificado em 2014)** obtido para a razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios, foi um ótimo indicador da melhoria da situação global de endividamento das autarquias. No entanto, **45 municípios excederam o limite da dívida total indicado no artigo 52º da LFL**, embora aquele número tenha sido inferior em 34,8% (-24 municípios) ao número verificado em 2014.

6.4.3.2. Indicadores de alerta, para o risco de incumprimento do Artigo 52.º, Lei 73/2013

- **7 Municípios** poderiam ter sido obrigados a contrair empréstimo para saneamento financeiro, pois **demonstraram, em dezembro de 2015, um valor de dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.**
- **13 Municípios** deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal, pois **apresentaram em dezembro de 2015 uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios.**
- **100 Municípios**, em dezembro de 2015, **apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.**

- **25 Municípios apresentaram**, em dezembro de 2015, **um valor de dívida total entre 1,5 e 2,25 vezes a média da receita corrente líquida dos três exercícios anteriores**.
- **104 Municípios apresentaram, em dezembro de 2015, uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%**. Destes, 88 tinham apresentado a mesma situação em 2014, pelo que deveriam em 2016 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.
- **24 Municípios apresentaram um saldo corrente negativo quando deduzido das amortizações de empréstimos** e calculado na base dos pagamentos. Contudo, só **13 destes municípios apresentaram o valor absoluto do saldo, superior a 5% das receitas totais**.

6.4.4. Em relação ao prazo médio de pagamentos (PMP)

- **Em 31 de dezembro de 2015, o PMP do total dos municípios era de 77,6 dias, tendo baixado 33,8 dias** em relação a 2014. Todavia, nessa data, 68 Municípios ainda apresentaram um prazo médio de pagamento a fornecedores, superior a 90 dias.
- Contudo, o PMP dos 68 municípios com prazos de pagamento superior a 90 dias era em dezembro de 2015 de 265,8 dias, isto é, menos 117 dias que o verificado em dezembro de 2014.

6.4.5. Sobre custos, proveitos e resultados

- Em 2015, **os custos totais** considerando o universo dos municípios somaram o valor de 6 856,2M€, demonstrando uma ligeira descida de 0,9% (-63,9 M€).
- A principal componente dos custos municipais foram **os custos com pessoal**, representando na estrutura dos custos totais autárquicos o peso médio de 32,1% e o peso médio de 45,6% relativamente ao total dos custos operacionais, excluindo amortizações e provisões. **Em 2015 totalizaram o montante de 2,2 M€** apresentando uma ligeira descida de 0,6% (-12,6 M€).
- **Os fornecimentos e serviços externos** foram o segundo item mais representativo na estrutura dos custos municipais atingindo, em 2015, o montante de 1 830,4 M€ que se traduziu num acréscimo de 76,8 M€ (+4,4%) em relação ao ano anterior.

- Em 2015, contribuíram para o aumento dos custos com pessoal 99 municípios e para a subida de custos em fornecimentos e serviços externos 206 municípios.
- Uma componente relevante dos custos totais têm sido as **amortizações**, as quais nos entes públicos revestem uma importância bem diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo, inclusive, distorcer a avaliação dos custos face ao elevado montante de imobilizado suscetível de amortização. O valor das amortizações tem representado na estrutura de custos dos municípios, em média, 17,2% dos custos totais e corresponderam em 2015 ao valor líquido de 1 341 M€.
- Em 2015, no universo dos 308 municípios, **os custos operacionais sem amortizações e sem provisões cresceram 2,4% (+111,8 M€) totalizando 4 831,9 M€**.
- O **total dos proveitos** em 2015 foi de 7,5 M€, isto é, +399,2 M€ (+5,6%) que os proveitos obtidos no ano precedente. A variação do volume de proveitos entre 2006 e 2015 foi de +14,7% (+ 956 M€).
- Em dezembro de 2015, os **proveitos operacionais no valor de 6 543 M€ tinham crescido 5,4%** (336,7 M€) e apresentado um aumento superior ao aumento dos custos operacionais, os quais cresceram 0,9%.
- Decorrente da própria estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, as componentes de maior peso na estrutura dos proveitos foram os **impostos e taxas**, bem como, **transferências e subsídios obtidos**, cujo peso médio nos proveitos totais em 2015, foi respetivamente de 38,9% e de 36,2%. O volume total destas rúbricas representou 75,1% dos proveitos totais.
- No **ano económico de 2015 ocorreu um enorme aumento do montante global dos resultados económicos, o qual cresceu 463,1 M€ (+292,9%)** em relação ao ano anterior. Contudo, 105 municípios apresentaram, ainda, resultados negativos.
- **Os resultados operacionais em 2015, considerando o universo dos municípios, apresentaram-se positivos com o apuramento de 183 M€**, quando nos anos precedentes de 2013 e 2014 tinham apresentado valores negativos. Embora o número de municípios com resultados negativos tenha diminuído em 13,4% ainda se encontravam nesta situação 162 municípios.

6.5. Entidades do Setor Empresarial Local:

6.5.1. Serviços Municipalizados

- Para o ano de 2015 foi obtida e tratada informação da totalidade dos serviços municipalizados, constituída por 25 entidades.
- Da análise da estrutura do ativo do conjunto dos SMs destacaram-se o peso do **imobilizado corpóreo** (58,4%) resultante das infra-estruturas e equipamento relacionados com os serviços que prestam¹⁸⁹, dos **depósitos e caixa** (16,4%) e das **dívidas a receber** (7%).
- Da análise das dívidas a receber, verifica-se que as mesmas provêm essencialmente das dívidas **de clientes, contribuintes e utentes** que totalizaram em dezembro de 2015 o valor de 61,4 M€, menos 9,1% que em 2014, representando 84,5% do total dos créditos de curto prazo detidos pelos SMs. Mais se anota que o valor destes créditos sobre terceiros foi superior em +292,8% ao valor homólogo do conjunto das autarquias que tutelam os SMs e representou 25,6% do valor da mesma natureza para o total dos municípios.
- Da análise do passivo releva-se o valor das dívidas a terceiros que no conjunto dos SMs foi de 82,6 M€ em 2015, apresentando **uma diminuição de 3,6 M€ (-4,2%)**. Daquele valor 59,8% (49,4M€) representou **dívida de curto prazo** e os restantes 40,2% (33,2M€), **dívida de mlp**. Ambas apresentaram descida de valor em 2015: a primeira -9,3% e a segunda -0,4%.
- Anota-se que a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados entre 2011 e 2015 desceu 33,3 M€ (-40,2%) e no mesmo período a dívida de médio e longo prazo apresentou uma quebra de -12,7 M€ (-27,7%). **Esta descida global do volume da dívida em 35,7% num período de quatro anos, traduziu um grande esforço dos serviços municipalizados de controlo e diminuição da dívida.**
- Relativamente à estrutura de **custos** da globalidade dos SMs apresentada em dezembro de 2015, relevam-se os **custos com o fornecimento de serviços externos no valor de 126,6 M€** (32,5% dos custos) e os **custos com pessoal** no total de 103,1M€ (26,5%

¹⁸⁹ Dois serviços municipalizados detêm a rede de transportes urbanos municipais, um outro um teatro municipal e os restantes prestam serviço de fornecimento de água e/ ou saneamento, sendo que dois destes incluem ainda recolha de resíduos sólidos e um terceiro o fornecimento e energia. Assim o imobilizado corresponderá em cada caso ao equipamento utilizado para o fornecimento de cada serviço com as suas especificidades.

dos custos). Ambos apresentaram um crescimento irrelevante de valor, respetivamente, de +3,4% (+4,2 milhões de euros) e de +0,8% (+850 milhares de euros).

- As principais fontes financeiras dos SMs foram a **venda de produtos (142,9 M€)** e a **prestação de serviços (229 M€)**, respetivamente com o peso de 33,7% e 53,9% do total dos proveitos. Ambas apresentaram crescimento de produto respetivamente em +8% (10,6M€) e em +6,7% (+14,5M€).
- Em 2015, apenas um serviço municipalizado apresentou resultado líquido negativo, embora onze serviços municipalizados ainda tivessem apresentado resultados operacionais negativos quando acrescidos dos custos financeiros. Mesmo assim, em relação a 2014, sete municípios melhoraram os seus resultados operacionais.
- Os **resultados operacionais** considerando a globalidade dos serviços municipalizados aumentaram extraordinariamente em 2015 (+21,4 milhões de euros) ao passarem de 125 milhares de euros em 2014, para 21608 milhares e euros no ano económico em apreço.

6.5.2. Setor Empresarial Local

- A informação económica-financeira apresentada neste anuário agrega os valores de 185 entidades¹⁹⁰ das 188 que constituíam em 2015, o setor empresarial local¹⁹¹, sendo que 153 são Empresas Municipais e Entidades Empresariais Locais, 7 Sociedades Anónimas, 4 Sociedades Unipessoais por quotas, 23 Entidades Intermunicipais e 1 Empresa Metropolitana.
- A totalidade das 185 entidades do SEL apresentou em 2015 um ativo global de aproximadamente 2 017,4 M€, constituído em 80%

¹⁹⁰ Não foi possível obter informação de 2 empresas municipais e uma intermunicipal, nomeadamente: Praia em Movimento, EM; Marina da Vila – Indústrias de Marinas e Recreio, EM; Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM.

¹⁹¹ Foram excluídos deste conjunto os serviços municipalizados, pese embora sejam entidades que pela sua natureza jurídica pudessem pertencer ao SEL. Contudo, o facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não permite proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais.

por ativos não correntes. O passivo que representou 48% do total do ativo com o valor de 1 214,3 M€ aparece constituído por elementos correntes (dívida de curto prazo no total de 545,4 M€) e não correntes (dívida de mpl no montante global de 668,9 M€) na proporção respetivamente de 45% e 55%.

- O **ativo não corrente** constituiu-se em 76,3% por **ativos fixos tangíveis** num total de 1 538,7 M€, os quais aumentaram 3,3% (49,3 M€) em relação a 2014. Anota-se que 42% dos ativos fixos tangíveis pertenciam a sete empresas municipais que apresentaram nestas rubricas valores superiores a 50 M€.

- Os **ativos correntes** com maior peso no balanço do SEL foram: **caixa e depósitos bancários** com 159,7 M€ e representando 32,2% do ativo corrente; **outras contas a receber** que totalizaram 114,9 M€ representando 23,2% do total do ativo corrente e **Cientes** que totalizou 113 M€ representando 22,8% do total do ativo corrente. Em relação a 2014, o primeiro apresentou um aumento de 20%, o segundo uma descida de 27% e o terceiro uma diminuição de 20%. **A soma destes três ativos representou 78,3% do total do ativo corrente do SEL.**

- O **passivo não corrente** do SEL, constituído em 75,1% por **financiamentos obtidos** que em dezembro de 2015 totalizou 502,2M€, apresentou uma ligeira diminuição de 1%, o mesmo acontecendo ao volume dos financiamentos que desceu 5M€. No entanto 20 entidades empresariais apresentaram aumento do volume de financiamentos.

- Em dezembro de 2015 as componentes com maior peso no **passivo corrente** eram: **outras contas a pagar** com o peso de 33,4% e com o valor de 182 M€; **financiamentos obtidos (total de amortizações de empréstimos obtidos a liquidar no espaço de 12 meses)** com um impacto de 22,6% e totalizando 123,3 M€ de dívidas a **fornecedores** com um peso de 29% e um valor de 158,3 M€.

- O **Resultado Líquido** em 2015 considerando o universo das 185 entidades do SEL analisadas, apresentaram um aumento extraordinário passando de -12,5 M€ em 2014 para +21,6 M€ em 2015.

- Em 2015 verificou-se um aumento dos rendimentos de 2% (+14,9 M€) devido ao acréscimo de **vendas e serviços prestados** em +38,2 M€ (+6,4%) e de **outros rendimentos e ganhos** em +10,2 M€ (+18,7%), pese embora tenham diminuído os restantes rendimen-

tos, nomeadamente, **juros e rendimentos similares obtidos** que baixaram 93% (-16,3 M€).

- O montante **total dos gastos baixou 2,9% (-22,7 M€)** apresentando o valor de 747,6 M€, em dezembro de 2015. Para esta diminuição contribuíram, essencialmente, a **descida de juros e gastos similares suportados em 38,1% (-16,3 M€)**, a descida do valor de imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis em 99,5% (-16,4M€) e a ligeira descida de gastos com pessoal em 0,5%.

- Verificou-se que **53 das 185 entidades do SEL (28,6% do total das empresas) objeto desta análise apresentaram resultados económicos negativos.**

- A análise financeira dos 3 últimos anos (2013, 2014 e 2015) à luz do n.º 1 do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com consideração das alterações e aditamentos a esta Lei introduzidos pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, permitiu concluir que **13 entidades empresariais, excluindo aquelas que já se encontravam em processo de dissolução, deveriam ser objeto de deliberação de dissolução.**

6.6. Ranking Global

- Para o Ranking Global foram selecionados 10 indicadores que posicionaram os municípios em função de variáveis e rácios financeiros que se entenderam mais apropriados para enquadrar comparativamente a sua gestão financeira. A pontuação máxima a atribuir a um município seria de 2 000 pontos.

- Com a avaliação de desempenho promovida neste anuário pela aplicação dos 10 critérios selecionados verificou-se que **245 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 1000 pontos** (menos de 50% da pontuação máxima) e que os restantes ficaram na sua maioria (57 em 63 municípios) com pontuação entre os 50% e os 70% da pontuação total.

- Assim, só 63 municípios conseguiram obter uma pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima e destes, apenas **6 obtiveram uma pontuação superior a 70%** (1 município de grande dimensão, 2 de média dimensão e 3 de pequena dimensão), sendo que, **3 obtiveram mais de 80% da pontuação total** (Lagoa no Algarve com 90,3%, Santa Cruz das Flores com 82,3% e Marinha Grande com 80,6%).

- Para uma pontuação total de 2 000 pontos a pontuação máxi-

ma obtida foi de 1 803 pontos e pelo município de média dimensão Lagoa no Algarve. Ainda com a pontuação superior a 80% da pontuação máxima, surgem o município de pequena dimensão de Santa Cruz das Flores com 1 646 pontos e o município de média dimensão de Marinha Grande com 1 612 pontos. O município de grande dimensão que encabeçou a classificação dos municípios deste grupo foi o município de Sintra que obteve 1 546 pontos (77,3% da pontuação total). Os restantes dois municípios que obtiveram uma pontuação superior a 70% da pontuação máxima foram os municípios de pequena dimensão, da Murtosa com 1 506 pontos e de Castelo de Vide com 1 418 pontos.

ANEXO I

DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2015

Unidade: euros

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	M Abrantes	-	1024 525	9 736 439	1 787 659	59,0%	354	36 701
SMA	Ambientambrantes	-	42 619	0	506 310	-	-	-
CM	M Águeda	-	-544 679	4 513 995	4 737 942	35,1%	370	46 825
CM	P Aguiar da Beira	-	-1 537 721	3 224 780	445 313	63,7%	95	5 040
CM	P Alandroal	-	179 047	12 364 294	8 249 649	306,4%	173	5 357
CM	M Albergaria-a-Velha	-	-1 866 845	3 669 854	1 807 157	38,8%	229	24 476
CM	M Albufeira	-	27 011 752	17 566 507	4 717 940	32,0%	1 090	40 357
CM	P Alcácer do Sal	-	993 554	292 428	1 625 753	12,0%	401	12 170
CM	P Alcanena	-	1 385 350	9 798 990	847 326	113,4%	143	13 199
CM	M Alcobaça	-	4 148 264	4 744 503	3 057 219	26,5%	317	55 063
SMAS	Alcobaça	-	272 753	0	1 127 164	-	-	-
CM	P Alcochete	-	2 626 899	3 977 537	6 873 622	99,3%	344	18 807
CM	P Alcoutim	-	23 496	1 557 554	746 640	34,1%	162	2 482
CM	M Alenquer	-	420 900	7 009 059	5 391 150	60,4%	555	43 136
CM	P Alfândega da Fé	-	372 443	19 195 017	859 364	327,2%	150	4 688
EM	Alfandegatur – Empresa de Desenvol. Turístico	100%	-245 342	1 587 008	176 973	-	-	-
CM	P Alljó	-	2 671 519	16 812 028	1 243 899	192,9%	132	11 093
CM	P Aljezur	-	608 568	3 634 821	588 009	52,3%	167	5 615
CM	P Aljustrel	-	639 512	5 384 589	2 922 384	102,4%	225	8 589
CM	G Almada	-	5 389 922	33 069 989	10 538 766	59,5%	1 516	169 689
EM SA	ECALMA – Estacionamento e Circulação	100%	5 135	0	244 646	-	-	-
SMAS	Almada	-	1 682 631	0	9 172 795	-	-	-
CM	P Almeida	-	589 463	3 188 326	1 097 040	44,8%	151	6 323
CM	M Almeirim	-	-2 904 613	6 048 346	848 596	59,8%	250	23 092
CM	P Almodôvar	-	799 983	5 156 379	971 523	68,1%	201	6 965
CM	P Alpiarça	-	-1 991 526	9 127 650	1 490 149	208,2%	152	7 289
CM	P Alter do Chão	-	-215 022	1 205 902	1 454 085	55,4%	137	3 308
CM	P Alvaiázere	-	-1 078 795	3 990 519	1 868 286	95,9%	91	6 895
CM	P Alvito	-	317 882	554 395	332 536	24,0%	115	2 485

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	G Amadora	-	8 802 912	28 776 913	6 284 533	45,0%	1692	176 644
EM	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	100%	-435 575	0	442 997	-	-	-
CM	M Amarante	-	369 340	7 199 472	2 587 737	35,3%	496	54 432
CM	P Amares	-	117 385	5 853 399	2 381 662	78,9%	202	18 300
CM	M Anadia	-	948 915	6 904 394	1 474 865	57,4%	225	27 993
CM	M Angra do Heroísmo	-	1 675 462	16 221 535	1 766 109	144,0%	232	34 586
SMAS	Angra do Heroísmo	-	190 168	1 553 318	323 750	-	-	-
CM	P Ansião	-	1 300 896	8 739 854	1 054 025	123,1%	102	12 574
CM	M Arcos de Valdevez	-	1 036 724	6 362 136	3 634 353	54,5%	296	21 621
CM	P Arganil	-	604 454	4 178 440	1 456 752	58,4%	183	11 432
CM	P Armamar	-	216 999	5 398 926	2 473 273	115,9%	185	5 939
CM	M Arouca	-	1 316 493	2 927 198	1 482 236	31,9%	175	21 392
CM	P Arraiolos	-	104 627	4 987 415	1 000 700	97,1%	135	7 107
CM	P Arronches	-	975 929	1 214 236	310 231	35,5%	93	2 988
CM	P Arruda dos Vinhos	-	614 980	3 969 777	1 210 122	57,5%	205	14 475
CM	M Aveiro	-	10 264 303	56 545 302	59 305 812	313,2%	631	76 882
EM	Aveiro Expo – Parque de Exposições	51,0%	122 239	0	810 248	-	-	-
EM	EMA – Estádio Municipal de Aveiro	100%	35 097	205 102	4 686 305	-	-	-
EM	MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade	100%	-828 161	725 182	1 278 871	-	-	-
EM	Teatro Aveirense	100%	-9 476	148 731	199 535	-	-	-
EM	TEMA – Teatro Municipal de Aveiro	100%	-240 104	8 594	213 241	-	-	-
CM	P Avis	-	-967 784	1 981 376	1 202 736	55,2%	168	4 387
CM	M Azambuja	-	1 811 147	15 399 244	871 861	129,3%	303	22 184
CM	P Baião	-	534 679	3 921 454	2 303 810	47,5%	286	19 488
CM	G Barcelos	-	-6 188 049	17 976 917	6 013 222	51,3%	620	118 605
EM	EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura	100%	898	1 167 713	419 413	-	-	-
CM	P Barrancos	-	-1 134	1 532 482	464 916	66,2%	90	1 717
CM	M Barreiro	-	3 241 548	16 247 188	10 002 758	71,6%	663	76 433
SMTC	Barreiro	-	451 339	0	4 305 031	-	-	-
CM	P Batalha	-	-1 183 328	1 255 655	1 313 988	27,2%	149	15 842
EM	IserBatalha – Gestão Equip. Urb. Cultural. e de Inserção	100%	11 244	0	278 262	-	-	-
CM	M Beja	-	1 421 754	12 120 714	2 538 039	75,4%	462	34 148
EEM	EMAS – Água e Saneamento	100%	104 961	1 971 886	3 826 887	-	-	-
CM	P Belmonte	-	-2 191 743	1 135 128	4 381 073	117,8%	52	6 531
EM	EMPDS – Promoção e Desenvolvimento Social	100%	-23 351	0	71 562	-	-	-
CM	M Benavente	-	252 977	639 130	1 108 209	9,5%	296	29 874
CM	P Bombarral	-	1 215 749	2 542 466	1 824 987	53,9%	157	12 668
CM	P Borba	-	637 876	7 963 133	835 869	142,8%	161	7 034

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	P Boticas	-	-549 152	1 444 894	998 001	31,4%	122	5 309
CM	G Braga	-	13 557 662	41 455 491	17 468 740	77,7%	1400	181 502
EM	AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	51,0%	5 355 278	51 227 876	13 762 607	-	-	-
EM	BRAGAHABIT – Habitação	100%	53 866	24 891	439 832	-	-	-
EM	InvestBraga – Agência p/ Dinamização Económica	100%	89 978	0	644 296	-	-	-
EM	TUB – Transportes Urbanos	100%	275 828	4 782 827	3 263 062	-	-	-
EM SA	Teatro Circo de Braga	100%	-759 128	5 418 54	249 070	-	-	-
CM	M Bragança	-	4 174 888	5 291 420	3 768 542	30,3%	341	34 033
CM	P Cabeceiras de Basto	-	-1 260 931	6 380 867	1 862 788	69,9%	280	16 168
CM	P Cadaval	-	951 672	2 074 029	1 081 776	32,3%	185	13 834
CM	M Caldas da Rainha	-	76 762	3 987 448	3 822 653	36,7%	297	51 542
SMAS	Caldas da Rainha	-	224 866	0	524 631	-	-	-
CM	P Calheta (R. A. A.)	-	1 491 865	4 995 058	295 374	160,7%	145	3 312
CM	P Calheta (R. A. M.)	-	2 158 512	6 029 074	1 482 651	101,2%	96	11 052
CM	M Câmara de Lobos	-	2 516 947	8 511 290	1 740 817	94,9%	218	34 246
CM	P Caminha	-	-1 497 442	6 323 681	14 311 154	149,0%	272	16 104
CM	P Campo Maior	-	991 297	411 517	1 487 274	27,0%	173	8 214
EM	CampoMaior XXI	100%	-8 051	0	63 374	-	-	-
CM	M Cantanhede	-	2 754 469	16 803 370	5 958 138	133,7%	212	35 878
EM SA	INOVA – Emp. de Desenv. Económico e Social	100%	591 234	4 776 780	1 591 354	-	-	-
CM	P Carrazeda de Ansiães	-	488 950	2 034 237	670 366	38,9%	122	5 885
CM	P Carregal do Sal	-	-528 336	3 380 162	587 514	72,9%	120	9 580
CM	M Cartaxo	-	-89 583	38 221 885	8 934 460	420,5%	347	24 020
EM	Rumo 2020	100%	-710 343	3 543 125	2 248 519	-	-	-
CM	G Cascais	-	16 615 629	35 313 865	38 792 217	59,1%	1 436	210 361
EM SA	Cascais Próxima	100%	9 015	6 930 891	5 101 473	-	-	-
EM SA	Cascais Dinâmica – Gestão, Economia, Empreend.	100%	1 622	2 500 000	2 055 599	-	-	-
EM SA	CASCAIS ENVOLVENTE – Gestão Social Habitação	100%	-286 884	0	440 179	-	-	-
EM SA	EMAC – Emp. Municipal de Ambiente de Cascais	100%	11 675	8 042 176	4 382 131	-	-	-
CM	P Castanheira de Pera	-	-15 547	7 074 020	435 267	209,7%	70	2 801
EM SA	RIBEIRAPERA – Sociedade para Desenvolvimento	55,8%	2 960	17 204	16 613	-	-	-
EM	Prazilândia – Turismo e Ambiente	100%	47 028	271 728	85 903	-	-	-
CM	M Castelo Branco	-	3 067 996	6 763 391	1 731 468	27,0%	379	53 507
EM SA	ALBIGEC – Gestão Equip. Culturais, Desp. e Lazer	100%	61 947	0	161 586	-	-	-
EM SA	Terras da Beira Baixa	90,0%	-26 307	0	15 660	-	-	-
SMASR	Castelo Branco	-	1 217 218	0	1 721 508	-	-	-
CM	P Castelo de Paiva	-	633 088	9 527 087	1 131 443	132,7%	147	15 980
CM	P Castelo de Vide	-	-1 256 664	284 250	260 924	10,8%	138	3 116

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	P Castro Daire	-	321 568	2 538 348	2 142 425	33,7%	294	14 552
CM	P Castro Marim	-	-1 677 903	4 077 711	1 593 546	54,9%	136	6 450
EM SA	NOVBAESURIS – Gestão e Reabilitação Urbana	100%	31 141	0	113 200	-	-	-
CM	P Castro Verde	-	-200 851	2 252 533	1 003 030	36,0%	196	7 145
CM	P Celorico da Beira	-	252 083	6 757 716	12 811 805	279,7%	179	7 246
EM	EMCEL – Gestão de Espaços Culturais e Sociais	100%	-393 662	1 200 654	386 568	-	-	-
CM	P Celorico de Basto	-	9 846	13 363 747	2 025 208	140,7%	265	19 485
EM	Qualidade de Basto – Desenv. Tecido Económico Local	100%	2 197	828 120	1 176 759	-	-	-
CM	P Chamusca	-	-13 193	3 356 441	968 258	54,1%	156	9 639
CM	M Chaves	-	6 840 926	27 836 742	10 760 680	161,7%	455	40 138
EM SA	GEMC – Gestão de Equipam. município Chaves	100%	15 606	0	118 518	-	-	-
CM	P Cinfães	-	1 482 977	579 851	1 575 362	15,1%	246	19 122
EM	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	100%	4 078	75 000	172 826	-	-	-
CM	G Coimbra	-	1 250 108	49 339 280	14 748 196	86,0%	1 231	134 578
EM	AC Aguas de Coimbra	100%	160 046	8 000 000	13 295 364	-	-	-
EM	PRODESO – Ensino Profissional	69,0%	1 061	0	69 309	-	-	-
EM SA	Coimbra Inovação Parque	92,7%	-522 446	3 693 125	1 341 213	-	-	-
SMTUC	Transportes Urbanos de Coimbra	-	396 232	69 948	721 419	-	-	-
CM	P Condeixa-a-Nova	-	-1 499 353	1 873 052	1 464 579	32,9%	176	17 409
CM	P Constância	-	-257 387	2 692 187	791 602	77,4%	102	3 984
CM	P Coruche	-	2 562 122	2 954 653	1 384 931	29,3%	343	18 587
CM	P Corvo	-	496 807	856 276	99 405	80,4%	27	459
CM	M Covilhã	-	-3 354 932	27 218 565	37 246 251	280,1%	297	48 741
EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	100%	597 293	5 410 010	2 403 824	-	-	-
EM	ADC – Aguas da Covilhã	51%*	1 045 699	5 116 132	11 900 987	-	-	-
CM	P Crato	-	142 129	3 567 212	574 733	70,5%	98	3 378
CM	P Cuba	-	388 563	2 238 757	447 276	65,1%	111	4 757
Soc.	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	100%	369	260 399	87 571	-	-	-
CM	M Elvas	-	-6 629 879	1 206 529	2 318 296	18,4%	240	21 571
CM	M Entroncamento	-	1 014 378	8 900 343	2 885 313	102,9%	313	20 568
CM	M Espinho	-	612 936	12 987 204	19 600 777	144,9%	538	29 708
CM	M Esposende	-	1 103 564	5 795 418	2 419 889	46,1%	160	34 040
EEM	EAMB – Esposende Ambiente	100%	22 966	3 314 580	3 068 147	-	-	-
EEM	ESPOSENDE 2000 – Atividades desport. e recreativas	100%	47 269	41 499	240 553	-	-	-
CM	M Estarreja	-	636 196	7 286 270	4 701 594	96,8%	198	26 338
CM	P Estremoz	-	444 820	6 005 414	2 737 544	88,8%	175	13 306
CM	M Évora	-	-4 890 006	35 034 168	42 763 488	224,6%	1 021	53 654
EM	HABEVORA – Gestão habitacional	100%	42 850	1 227 351	10 317 930	-	-	-

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	M Fafe	-	-1077 643	2 354 429	3 096 336	16,5%	449	49 351
CM	M Faro	-	-1615 279	39 812 998	4 022 001	139,7%	725	61 019
EM	Ambifaro – Gestão de Equipamentos Municipais	100%	-477 281	6 848 117	6 071 559	-	-	-
EM	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	51,0%	632 966	3 556 983	6 740 214	-	-	-
SM	Teatro Municipal de Faro	-	77 557	0	51 629	-	-	-
CM	M Felgueiras	-	-3 476 453	6 241 139	6 311 068	45,1%	664	57 246
EM	ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	100%	21 230	864 390	56 153	-	-	-
EM	EMAFEL – Ambiente de Felgueiras	100%	-133 138	513 000	138 646	-	-	-
Soc.	EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	99,0%	14 756	82 000	217 960	-	-	-
CM	P Ferreira do Alentejo	-	728 833	3 623 132	1 024 065	58,5%	224	7 976
EM	MOBITRAL – Móvilias Tradicionais Alentejanas	87,0%	-3 296	0	15 853	-	-	-
CM	P Ferreira do Zêzere	-	-1824 479	5 201 628	712 732	79,5%	117	8 191
CM	M Figueira da Foz	-	-38 350	31 792 593	4 907 999	114,0%	490	60 415
EM	Figueira Domus – Gestão de Habitação	100%	503 639	11 098 763	1 680 086	-	-	-
EM	Figueira Grande Turismo	100%	-151 145	0	958 413	-	-	-
EM SA	Figueira Parques – Estacionamento	70,0%	51 908	0	121 529	-	-	-
CM	P Figueira de Castelo Rodrigo	-	35 446	2 713 215	2 210 300	70,3%	144	5 918
EM	Figueira Cultura e Tempos Livres	100%	-19 081	0	485 899	-	-	-
CM	P Figueiró dos Vinhos	-	-2 993 344	4 635 662	1 263 527	106,9%	144	5 811
CM	P Fornos de Algodres	-	52 064	29 459 414	592 099	666,6%	91	4 796
CM	P Freixo de Espada à Cinta	-	964 555	13 421 601	924 729	274,2%	156	3 492
CM	P Fronteira	-	-457 998	1 861 850	450 401	59,1%	81	3 088
CM	G Funchal	-	3 469 217	44 629 213	29 871 623	110,9%	1 603	105 562
EM	Frente Mar Funchal, Gestão e Explora. Espaços Púb.	100%	-386	726 520	421 142	-	-	-
EM	Sociohabitafunchal, Empresa Mun. de Habitação	100%	-5 459	0	265 443	-	-	-
CM	M Fundão	-	3 499 110	67 067 241	5 399 086	366,8%	275	27 714
EM	Viverfundão	100%	44 507	4 855 612	214 425	-	-	-
CM	P Gavião	-	353 966	1 201 168	523 478	30,4%	118	3 645
CM	P Góis	-	306 228	1 612 091	1 011 417	35,9%	153	3 985
CM	P Golegã	-	172 848	1 337 327	2 076 924	70,5%	108	5 576
CM	G Gondomar	-	-7 282 404	44 062 832	59 959 843	178,1%	1 567	166 338
CM	P Gouveia	-	-694 041	3 387 821	3 946 486	79,6%	179	13 114
CM	P Grândola	-	1 540 198	7 075 867	4 149 383	66,1%	412	14 708
EM	Infratroia – Infraestruturas	74,1%	11 988	49 840	519 569	-	-	-
CM	M Guarda	-	3 605 303	28 236 124	2 580 171	132,2%	554	40 237
EM	Culturguarda	100%	-270 765	0	2 546 838	-	-	-
EM	Guarda Cidade Desporto	100%	-355 306	0	465 294	-	-	-
SMAS	Guarda	-	-93 719	0	5 758 257	-	-	-

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.	
				Empréstimos	Outras				
CM	G	Guimarães	-	10 601 091	49 834 919	9 194 340	85,1%	1 510	154 920
EEM		CASFIG – Coordenação das Habitações	100%	1 452	0	352 676	-	-	-
EM SA		Vitrus Ambiente	100%	100 743	297 555	468 617	-	-	-
CM	P	Horta	-	-71 416	3 949 511	1 023 663	62,7%	162	14 824
EEM		Urbhorta	100%	1 074	2 737 547	316 069	-	-	-
CM	P	Idanha-a-Nova	-	-1139 255	2 839 096	2 622 105	40,4%	232	8 712
CM	M	Ílhavo	-	2 892 535	14 165 028	9 247 582	111,8%	261	38 367
CM	M	Lagoa (Algarve)	-	3 880 406	2 774 330	1 903 241	14,9%	412	22 787
CM	P	Lagoa (R.A.A)	-	153 832	7 880 735	1 018 421	118,2%	136	14 681
CM	M	Lagos	-	10 860 428	18 129 942	30 141 852	121,5%	631	30 778
EM SA		Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva	100%	10 119	0	307 857	-	-	-
CM	P	Lajes das Flores	-	-819 998	471 001	234 054	28,6%	47	1 503
CM	P	Lajes do Pico	-	333 337	6 092 696	551 602	174,8%	83	4 622
CM	M	Lamego	-	-5 901 447	21 127 272	9 467 616	182,9%	229	25 480
CM	G	Leiria	-	18 272 790	48 110 447	5 359 744	98,1%	635	125 721
SMAS		Leiria	-	2 626 873	0	3 556 446	-	-	-
CM	G	Lisboa	-	193 097 309	333 136 752	390 189 186	146,9%	7 406	504 471
EM SA		EGEAC – Gestão de Equip. e Animação Cultural	100%	504 487	1 041 192	6 534 186	-	-	-
EM SA		EMEL– Emp. Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	100%	2 360 311	3 414 126	28 933 975	-	-	-
EM SA		GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	100%	111 017	12 786 666	10 145 802	-	-	-
EM SA		Lisboa Ocidental, SRU, Soc. de Reabilitação Urbana	100%	480	16 100 000	863 216	-	-	-
CM	M	Loulé	-	23 919 802	38 319 518	11 136 010	52,0%	1 482	69 453
EM SA		Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas	51,0%	214 030	0	1 504 768	-	-	-
EM SA		Inframoura – Empresa de Infra-Estruturas	51,0%	62 620	424 508	2 466 848	-	-	-
EM SA		Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	51,0%	478 871	2 608	1 665 853	-	-	-
EM SA		Loulé Concelho Global	100%	185 229	974 343	607 482	-	-	-
CM	G	Loures	-	12 926 868	25 678 868	14 897 172	41,8%	2 083	205 870
EM		Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	100%	3 558	490 000	489 431	-	-	-
EM		Loures Parque – Estacionamento	100%	73 313	0	220 603	-	-	-
CM	M	Lourinhã	-	-1957 169	14 925 731	1 706 766	94,3%	381	25 629
CM	P	Lousã	-	267 858	4 355 188	1 883 390	54,2%	208	17 231
CM	M	Lousada	-	3 829 390	8 650 291	5 191 913	60,7%	630	47 075
EM		Lousada Seculo XXI – Atividades Desport. e Recreativas	100%	69 114	150 000	118 874	-	-	-
CM	P	Mação	-	-2 214 006	1 406 461	950 646	31,3%	178	6 698
CM	P	Macedo de Cavaleiros	-	1 134 971	6 793 172	1 184 303	135,0%	256	14 882
CM	M	Machico	-	1 071 010	6 148 430	6 629 925	124,2%	186	20 654
CM	P	Madalena	-	204 372	2 077 975	780 537	65,3%	100	5 958
CM	M	Mafra	-	4 356 319	4 418 475	14 338 881	40,7%	908	81 961

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
EM SA	Giatul – Gestão de Infra-Estruturas em Ativ. Turísticas	100%	191 592	5 049 529	1 104 699	-	-	-
SA	Matadouro Regional de Mafra	93,3%	180 262	0	586 878	-	-	-
CM	G Maia	-	6 226 587	33 928 222	10 542 033	74,1%	994	135 678
EM	Empresa Metropolitana de Estacionamento	100%	62 106	0	134 292	-	-	-
EM	Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gest. Patr.	100%	48 569	9 311	2 312 952	-	-	-
EM	Maiambiente	100%	357 473	0	1 690 216	-	-	-
SA	TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia	51,0%	320 685	382 095	2 666 259	-	-	-
SMEAS	Maia	-	831 421	18 496 554	2 656 420	-	-	-
CM	P Mangualde	-	2 415 399	10 483 493	1 672 850	94,2%	240	19 241
CM	P Manteigas	-	-444 830	4 756 348	1 084 207	141,0%	63	3 199
CM	M Marco de Canaveses	-	5 882 052	27 739 811	2 594 403	139,5%	378	52 480
CM	M Marinha Grande	-	3 738 557	1 528 462	3 260 628	20,9%	260	38 613
EM SA	TUMG – Transportes Urbanos	100%	4 800	0	556 566	-	-	-
CM	P Marvão	-	-1 353 579	935 637	639 459	41,9%	92	3 230
CM	G Matosinhos	-	4 366 947	42 277 882	9 347 981	57,1%	1 881	173 451
EM	Matosinhohabit – Habitação de Matosinhos	100%	25 883	76 666	704 640	-	-	-
EM SA	MS Matosinhos Sport – Gestão Equip. Desp. e Lazer	100%	10 188	26 717	1 721 053	-	-	-
CM	M Mealhada	-	-949 596	0	1 195 307	4,9%	299	20 160
CM	P Meda	-	-29 280	5 865 728	1 109 648	107,3%	167	4 802
CM	P Melgaço	-	2 331 577	7 593 009	3 637 098	118,4%	271	8 558
EM	Cura Aqueae – Termas de Melgaço	51,0%	-185 197	1 412 282	107 830	-	-	-
EM	Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	100%	2 910	0	97 227	-	-	-
SA	Quintas de Melgaço	62,9%	66 163	731 282	691 829	-	-	-
CM	P Mértola	-	2 267 275	3 150 245	884 231	39,3%	260	6 534
EM	Merturis – Turismo	100%	-21 918	286	22 825	-	-	-
CM	P Mesão Frio	-	-80 501	6 295 936	927 246	186,7%	101	4 101
CM	P Mira	-	393 867	969 676	2 516 872	37,4%	203	12 110
CM	P Miranda do Corvo	-	261 628	967 409	1 352 903	24,6%	169	12 861
CM	P Miranda do Douro	-	25 510	5 921 856	957 991	80,1%	148	7 138
EM	Miranda Cultural e Rural	100%	-24 817	0	94 432	-	-	-
CM	M Mirandela	-	690 520	13 026 527	8 520 507	125,0%	302	22 419
SA	Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90,0%	60 099	0	1 729 936	-	-	-
CM	P Mogadouro	-	-2 637 428	3 611 433	1 047 436	43,1%	136	8 815
CM	P Moimenta da Beira	-	1 605 743	4 442 149	4 374 538	106,7%	133	9 872
CM	M Moita	-	1 502 834	13 639 446	4 327 516	62,4%	720	65 104
CM	P Monção	-	1 654 254	6 874 947	1 407 894	63,1%	244	18 467
EM	Matadouro Regional de Monção	100%	-88 702	0	261 591	-	-	-
CM	P Monchique	-	-1 087 686	3 924 946	245 441	54,3%	207	5 476

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.	
				Empréstimos	Outras				
CM	P	Mondim de Basto	-	1155 901	10 820 092	922 665	180,8%	140	7 160
CM	P	Monforte	-	211 520	1844 924	647 638	60,5%	136	3 103
CM	P	Montalegre	-	-209 408	3993 644	1472 740	34,4%	270	9 541
CM	P	Montemor-o-Novo	-	1812 965	1059 740	2 689 778	24,5%	338	16 323
CM	M	Montemor-o-Velho	-	1193 935	20 891 904	3 037 969	190,1%	198	25 678
CM	M	Montijo	-	1775 502	8 855 718	1 682 867	42,5%	845	55 153
SMAS		Montijo	-	53 768	0	1 252 415	-	-	-
CM	P	Mora	-	-609 330	2 553 547	470 716	61,8%	136	4 484
CM	P	Mortágua	-	730 833	3 030 283	524 009	47,2%	131	9 184
CM	P	Moura	-	-6 150 100	6 661 157	4 146 209	96,7%	341	14 241
EM		Herdade da Contenda	100%	14 396	0	29 844	-	-	-
EM SA		Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	79,0%	3 338	285 000	86 216	-	-	-
CM	P	Mourão	-	-985 961	7 189 321	2 304 921	223,3%	165	2 529
CM	P	Murça	-	542 255	6 951 618	784 821	140,9%	115	5 633
CM	P	Murtosa	-	1 296 311	1 333 419	804 260	29,9%	73	10 407
CM	P	Nazaré	-	3 599 948	12 116 306	24 079 401	340,2%	101	14 422
EM		Nazaré Qualifica	100%	-46 711	0	1 406 329	-	-	-
SMAS		Nazaré	-	240 558	0	385 716	-	-	-
CM	P	Nelas	-	-1 414 711	11 575 956	863 577	151,8%	184	13 472
CM	P	Nisa	-	986 305	4 879 273	901 104	68,6%	219	6 649
CM	P	Nordeste	-	439 502	13 780 287	367 984	374,5%	76	4 977
EEM		HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	100%	-127 641	2 172 119	284 458	-	-	-
EM SA		Nordeste Activo	100%	9 031	1 588 645	513 653	-	-	-
CM	P	Óbidos	-	-779 194	7 691 610	1 635 131	66,2%	287	11 612
EM		Óbidos Criativa	100%	-51 407	0	336 288	-	-	-
CM	M	Odemira	-	2 044 031	8 781 092	2 834 600	52,6%	435	25 135
CM	G	Odivelas	-	7 826 807	17 993 407	9 562 382	45,5%	1 167	154 462
CM	G	Oeiras	-	46 776 911	23 817 027	32 253 209	48,7%	2 307	173 339
EEM		Oeiras Viva-Gestão Equip. Sócio Culturais e Desp.	100%	163 652	500 000	455 462	-	-	-
EM		HABITÁGUA - Serviços Domiciliários	100%	-354 417	175 000	458 788	-	-	-
EM SA		Parques Tejo - Parques de Oeiras	100%	465 328	0	456 145	-	-	-
EM SA		SATU Oeiras - Sistema Automático Transporte Urbano	51,0%	-458 327	675 000	8 080	-	-	-
CM	P	Oleiros	-	-5 776 720	2 297 266	1 499 538	50,1%	117	5 270
CM	M	Olhão	-	867 909	17 505 786	3 085 686	99,4%	510	45 253
EEM		Fesnima - Animação de Olhão	100%	5 432	24 928	44 813	-	-	-
EM		AMBIOLHÃO - Emp. Municipal de Ambiente de Olhão	100%	9 533	4 651 721	18 210 629	-	-	-
EM		Mercados de Olhão	100%	4 949	2 524	52 282	-	-	-
CM	M	Oliveira de Azeméis	-	4 210 078	21 962 885	4 248 305	90,3%	758	66 978

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	P Oliveira de Frades	-	584 549	3 801 793	2 783 823	87,4%	155	10 060
CM	M Oliveira do Bairro	-	1 196 455	8 613 862	5 229 462	96,9%	252	23 661
CM	P Oliveira do Hospital	-	1 157 331	3 617 359	870 807	37,5%	176	19 984
CM	M Ourém	-	-1 979 233	12 683 141	3 164 499	61,9%	387	45 037
EM SA	Ourém Viva – Gestão de Eventos, Serviços e Equip.	100%	32 015	43 222	801 987	-	-	-
CM	P Ourique	-	1 451 798	3 649 064	2 729 285	90,8%	204	4 912
CM	M Ovar	-	-4 114 386	1 908 981	4 789 543	24,1%	355	54 607
CM	M Paços de Ferreira	-	1 597 609	23 953 987	35 628 684	288,5%	376	57 024
EM SA	Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais	100%	15 785	472 727	812 902	-	-	-
CM	M Palmela	-	-1 401 531	15 297 072	7 607 929	59,7%	900	64 110
EM	Palmela Desporto – Gest. Espaços e Equip. Desportivos	100%	1 430	0	179 052	-	-	-
CM	P Pampilhosa da Serra	-	-427 872	0	775 295	5,4%	126	4 143
CM	M Paredes	-	-3 032 576	28 170 511	26 559 900	142,5%	871	86 554
EM SA	Amiparedes – Agência Municipal de Investimento	100%	-480 694	500 000	28 666	-	-	-
CM	P Paredes de Coura	-	688 071	5 351 609	1 607 987	79,8%	163	8 833
CM	P Pedrógão Grande	-	-805 154	2 422 988	694 500	65,9%	77	3 562
CM	P Penacova	-	306 617	338 372	1 356 951	16,0%	105	14 399
EM	Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos	100%	-237	24 734	29 661	-	-	-
CM	M Penafiel	-	999 279	11 552 712	16 921 882	100,7%	621	70 759
EEM	Penafiel Activa	100%	27 122	0	878 976	-	-	-
EM	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	100%	16 373	5 302 228	3 363 197	-	-	-
CM	P Penalva do Castelo	-	924 187	1 952 489	491 684	39,6%	103	7 493
CM	P Penamacor	-	2 293 606	3 093 717	3 383 877	83,3%	94	5 116
CM	P Penedono	-	61 494	0	503 802	6,6%	78	2 736
CM	P Penela	-	-786 924	3 821 926	1 001 302	92,3%	102	5 612
CM	M Peniche	-	633 766	6 112 900	3 189 368	67,0%	360	26 994
SMAS	Peniche	-	871 766	0	205 705	-	-	-
CM	P Peso da Régua	-	-3 615 054	11 270 702	6 735 171	173,4%	258	16 225
CM	P Pinhel	-	-1 006 428	4 530 070	1 759 435	71,9%	159	8 983
CM	M Pombal	-	5 238 492	6 112 899	4 887 937	28,2%	407	53 604
EEM	Pmugest – Pombal Manutenção Urbana	100%	67 016	0	245 890	-	-	-
CM	M Ponta Delgada	-	315 930	17 552 715	11 439 258	104,6%	576	68 403
EM SA	Azores Parque	51,0%	-273 706	10 676 085	403 234	-	-	-
EM SA	Cidade em Acção – Desenv. e gestão equip. urbanos	100%	206 654	13 547 143	145 579	-	-	-
EM SA	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	100%	2 105	3 546 663	238 670	-	-	-
SMAS	Ponta Delgada	-	1 755 895	0	562 397	-	-	-
CM	P Ponta do Sol	-	110 746	475 894	499 647	20,3%	79	8 619
CM	P Ponte da Barca	-	404 240	5 983 154	2 317 094	86,2%	249	11 516

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	M Ponte de Lima	-	-1391 472	1 219 336	2 952 301	13,7%	504	42 512
CM	P Ponte de Sor	-	850 883	2 947 177	2 669 177	43,8%	256	15 709
CM	M Portalegre	-	1 640 283	22 386 363	10 721 944	235,5%	313	23 175
SA	MMPO – Mercado Municipal de Portalegre	100%	-102 495	941 823	39 734	-	-	-
SMAT	Água e Transporte de Portalegre	-	174 193	0	305 491	-	-	-
CM	P Portel	-	-856 127	2 317 009	617 671	38,6%	216	6 104
CM	M Portimão	-	8 144 804	17 225 976	123 483 257	359,8%	856	55 439
EM SA	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	100%	1 192 371	0	11 625 506	-	-	-
EM SA	Portimão Urbis SGRU – Gestão Reabilitação Urbana	100%	-2 089 244	15 985 569	29 439 454	-	-	-
CM	G Porto	-	9 171 271	74 474 356	17 913 222	57,6%	2 945	214 579
EM	CMPEA – Águas do Porto	100%	6 296 993	0	24 042 349	-	-	-
EM	DOMUSSOCIAL – Empresa Habitação e Manutenção	100%	24 909	0	5 851 211	-	-	-
EM	Gestão de Obras Públicas	100%	1 351	0	3 540 866	-	-	-
EM	Porto Lazer	100%	52 513	0	1 057 649	-	-	-
CM	M Porto de Mós	-	2 024 486	2 559 747	1 801 709	26,1%	321	23 792
CM	P Porto Moniz	-	1 151 620	2 543 715	671 798	89,5%	66	2 417
CM	P Porto Santo	-	-196 710	1 114 724	1 188 276	38,9%	116	5 186
CM	M Póvoa de Lanhoso	-	2 018 796	5 173 069	1 529 073	54,5%	175	21 690
EM	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	100%	22 105	70 000	258 864	-	-	-
CM	M Póvoa de Varzim	-	2 589 464	13 705 607	4 221 161	47,5%	642	62 522
EEM	Varzim Lazer	100%	2 692	0	239 196	-	-	-
CM	P Povoação	-	587 758	3 494 779	2 010 893	125,5%	97	6 132
CM	M Praia da Vitória	-	-1 102 345	7 844 512	1 164 918	119,5%	118	21 555
EM	Praia em Movimento	100%	Si	Si	Si	-	-	-
EM SA	Praia Ambiente	100%	26 534	4 491 386	963 968	-	-	-
CM	P Proença-a-Nova	-	-2 882 461	3 210 079	1 019 106	52,3%	142	7 741
EM	Proençaatur – Empresa de Turismo	100%	-749	365 004	95 614	-	-	-
CM	P Redondo	-	-1 050 210	345 957	679 713	14,8%	206	6 649
CM	P Reguengos de Monsaraz	-	-1 162 369	10 526 264	10 007 087	204,1%	232	10 363
CM	P Resende	-	788 585	5 061 063	1 967 063	79,5%	250	10 592
EM SA	Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	100%	4 911	165 000	107 107	-	-	-
CM	P Ribeira Brava	-	-420 220	5 578 552	2 354 783	136,2%	86	12 555
CM	P Ribeira de Pena	-	27 877	5 586 542	2 128 844	76,3%	170	6 222
CM	M Ribeira Grande	-	4 435 402	8 981 421	1 224 728	73,3%	245	32 720
CM	M Rio Maior	-	3 092 323	12 702 267	3 691 642	111,4%	295	20 704
EM	EPRM – Escola Profissional de Rio Maior	80,0%	14 838	0	240 979	-	-	-
EM SA	DESMOR – Gestão Desportiva de Rio Maior	100%	134 726	0	565 023	-	-	-
CM	P Sabrosa	-	-707 508	2 422 385	1 128 046	55,9%	130	6 024

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	P Sabugal	-	-348 860	5 986 334	2 301 708	60,2%	188	11 489
CM	M Salvaterra de Magos	-	465 744	2 932 159	977 310	42,7%	210	21 755
CM	P Santa Comba Dão	-	-5 324 375	12 449 437	3 288 490	241,0%	141	10 905
CM	M Santa Cruz	-	1 163 241	20 477 253	6 638 424	169,4%	340	43 925
CM	P Santa Cruz da Graciosa	-	576 187	1 292 475	231 228	52,0%	57	4 339
Soc.	Empresa de Transportes Coletivos Graciosa Lda.	78,4%	-9 594	0	23 038	-	-	-
CM	P Santa Cruz das Flores	-	-404 534	147 937	192 317	14,9%	51	2 196
CM	G Santa Maria da Feira	-	11 086 697	39 837 086	4 964 323	88,7%	781	139 478
EEM	Feira Viva Cultura e Desporto	100%	56 772	0	1425 739	-	-	-
CM	P Santa Marta de Penaguião	-	-1 600 038	2 232 741	861 520	53,6%	139	6 848
CM	P Santana	-	-1 190 710	2 963 266	1 139 119	83,5%	90	6 992
CM	M Santarém	-	4 649 750	51 388 491	20 136 429	222,4%	741	58 688
EM SA	Águas de Santarém	100%	445 973	16 656 028	9 858 013	-	-	-
EM SA	Viver Santarém - Cult., Desporto, Turismo e Gestão Urb.	100%	7 673	0	1 661 300	-	-	-
CM	M Santiago do Cacém	-	3 727 837	8 959 742	3 939 431	62,1%	508	29 183
CM	M Santo Tirso	-	1 397 192	19 602 595	10 902 427	111,1%	364	69 557
CM	P São Brás de Alportel	-	-1 217 470	2 107 442	711 794	30,1%	245	10 575
CM	M São João da Madeira	-	134 926	5 361 686	2 745 818	55,2%	255	21 449
EM	Habitar S. João - Habitação	100%	12 665	0	41 346	-	-	-
EM SA	Águas de S. João	51,0%	177 264	1 781 843	937 910	-	-	-
CM	P São João da Pesqueira	-	-1 224 118	4 552 590	3 112 868	109,4%	72	7 370
CM	P São Pedro do Sul	-	859 678	4 182 094	3 452 570	64,3%	365	16 065
EM SA	Termalístur - Termas	100%	7 395	10 930 255	1 234 018	-	-	-
CM	P São Roque do Pico	-	-746 918	375 691	254 573	19,7%	50	3 303
EEM	Cais Invest	100%	-3	3 226 333	4 663	-	-	-
CM	P São Vicente	-	433 839	2 438 115	3 757 920	150,9%	64	5 216
EM SA	Naturnorte - Gestão Equip. Coletivos e Prest. Serviços	97,0%	46 335	0	71 739	-	-	-
CM	P Sardoal	-	-169 635	3 539 058	1 423 310	97,1%	157	3 821
CM	P Sátão	-	1 812 417	1 132 218	1 224 852	26,6%	165	11 949
CM	M Seia	-	742 211	48 189 105	2 800 421	301,5%	224	23 329
CM	G Seixal	-	15 244 365	58 825 710	24 444 556	107,6%	1 528	164 625
CM	P Sernancelhe	-	123 081	1 556 325	1 090 970	36,9%	84	5 484
CM	P Serpa	-	-190 049	6 642 709	2 910 104	81,1%	343	15 005
CM	P Sertã	-	-844 104	3 088 730	1 541 525	39,4%	214	15 165
CM	M Sesimbra	-	1 605 247	19 224 985	8 873 550	75,5%	858	50 734
CM	G Setúbal	-	16 767 290	42 506 723	34 460 682	128,7%	1 266	117 780
CM	P Sever do Vouga	-	1 671 508	2 429 060	1 454 686	48,4%	107	11 852
CM	M Silves	-	3 955 960	7 792 761	4 686 787	44,2%	667	36 547

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
CM	P Sines	-	-2 793 697	10 494 738	7 201 407	107,9%	385	13 678
CM	G Sintra	-	27 460 841	33 276 746	13 131 853	29,7%	2 871	382 521
EM	Sintra Quorum – Gestão Equip. Culturais e Turísticos	100%	-700 951	0	996 435	-	-	-
EM SA	EMES – Estacionamento	100%	114 453	0	147 272	-	-	-
SMAS	Sintra	-	1 315 273	0	2 921 043	-	-	-
CM	P Sobral de Monte Agraço	-	-982 786	2 666 692	3 150 329	87,3%	160	10 230
CM	P Soure	-	1 278 138	5 231 837	1 003 066	58,2%	226	18 027
CM	P Sousel	-	-87 615	3 130 266	1 112 980	90,3%	160	4 674
CM	P Tábua	-	-783 314	5 880 154	2 975 443	127,0%	165	11 726
CM	P Tabuaço	-	1 201 032	7 331 136	6 530 888	231,2%	97	6 138
CM	P Tarouca	-	19 263	10 130 622	3 403 922	186,9%	243	7 784
CM	M Tavira	-	-3 001 478	12 473 728	2 616 350	67,6%	452	25 415
EM	EMPET – Parques Empresariais	96,0%	381 211	4 255 777	3 640 619	-	-	-
EM	Tavira Verde – Ambiente	51,0%	301 938	5 979 141	3 937 763	-	-	-
CM	P Terras de Bouro	-	-244 785	2 970 489	786 343	48,5%	197	6 655
CM	M Tomar	-	753 225	12 702 638	14 582 569	137,5%	464	38 183
SMAS	Tomar	-	561 104	0	1 505 516	-	-	-
CM	M Tondela	-	2 366 333	1 865 478	2 554 119	24,6%	278	27 701
CM	P Torre de Moncorvo	-	-1 737 765	12 603 273	1 740 282	146,6%	146	7 975
CM	M Torres Novas	-	5 215 176	20 810 870	3 473 059	123,5%	469	35 587
CM	M Torres Vedras	-	4 829 504	16 208 862	8 706 924	67,4%	629	78 989
EM	Promotorres – Promoção Eventos e Gestão Equip.	100%	112 783	7 981	732 624	-	-	-
SMAS	Torres Vedras	-	1 407 273	1 701 788	1 453 641	-	-	-
CM	P Trancoso	-	-548 971	6 057 219	1 614 025	101,5%	147	9 345
EEM	TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e Lazer	100%	-711 314	0	1 239 468	-	-	-
CM	M Trofa	-	4 527 232	31 891 450	5 464 216	211,3%	306	38 264
EEM	Trofa Park – Reabilit. urbana, des. económico e inov.	100%	8 635	0	1 454 164	-	-	-
EM	Trofaguas – Serviços Ambientais	100%	72 531	1 601 542	7 771 677	-	-	-
CM	M Vagos	-	-1 990 780	6 200 204	8 473 337	136,1%	173	22 905
CM	M Vale de Cambra	-	1 134 564	7 611 667	2 576 369	80,4%	192	21 911
CM	P Valença	-	878 580	5 276 217	2 545 012	66,4%	282	13 554
EM	Interminho – Soc. Gestora de Parques Empresariais	100%	-59 631	1 155 680	196 255	-	-	-
CM	M Valongo	-	-1 760 956	24 370 731	21 064 610	151,8%	541	95 188
EM	Vallis Habita – Gestão Empreendimentos Habitacionais	100%	6 820	553 757	64 318	-	-	-
CM	P Valpaços	-	-87 996	5 009 369	2 820 735	54,8%	179	15 620
CM	P Velas	-	-2 429 633	4 572 663	267 813	130,3%	80	5 244
CM	P Vendas Novas	-	-462 436	3 657 623	1 458 803	68,6%	213	11 534
CM	P Viana do Alentejo	-	36 270	199 630	761 864	14,3%	114	5 315

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
SMSB	Viana do Alentejo	-	195 544	0	1 078 111	-	-	-
CM	M Viana do Castelo	-	4 442 188	21 588 230	9 326 307	76,1%	852	86 136
CM	P Vidigueira	-	-351 508	3 130 783	964 899	71,6%	204	5 654
CM	P Vieira do Minho	-	11 927	9 562 852	2 578 112	150,9%	136	12 292
CM	P Vila de Rei	-	291 239	1 621 693	438 981	47,9%	232	3 392
CM	P Vila do Bispo	-	-832 832	1 437 087	5 762 779	73,8%	1 061	5 206
CM	M Vila do Conde	-	2 291 351	44 252 780	4 415 790	116,9%	96	79 399
CM	P Vila do Porto	-	264 941	190 721	301 520	11,8%	144	5 652
EEM	SDMSA - Soc. Desenvolv. municipal ilha Santa Maria	100%	-438 779	4 508 032	794 208	-	-	-
CM	P Vila Flor	-	416 557	1 778 165	1 142 489	36,3%	790	6 242
CM	G Vila Franca de Xira	-	-994 764	22 900 049	4 659 891	49,2%	92	140 614
SMAS	Vila Franca de Xira	-	2 163 540	0	2 137 060	-	-	-
CM	P Vila Franca do Campo	-	185 348	25 007 512	475 486	404,4%	159	11 300
EM	Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio	100%	Si	Si	Si	-	-	-
EM	VFC Empreendimentos	100%	-36 895	542 778	1 809 213	-	-	-
EM	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	100%	-341 722	0	160 738	-	-	-
SA	Atlântico Vila	-	-36 916	72 485	243 858	-	-	-
CM	P Vila Nova da Barquinha	-	496 295	3 912 596	525 095	74,7%	223	7 286
EM SA	CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial	94,3%	91	0	18 761	-	-	-
CM	P Vila Nova de Cerveira	-	602 642	5 352 087	1 453 717	65,7%	1 291	8 969
CM	G Vila Nova de Famalicão	-	2 092 754	23 307 328	13 446 532	57,4%	162	133 028
CM	P Vila Nova de Foz Côa	-	963 506	1 353 423	1 126 835	28,6%	1 896	6 792
EM	Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	92,3%	-87 894	0	16 638	-	-	-
CM	G Vila Nova de Gaia	-	33 838 519	117 107 013	69 148 800	181,6%	118	301 172
EM	Gaiurb - Urbanismo e Habitação	100%	34 575	3 252 551	3 530 240	-	-	-
EM SA	Águas e Parque Biológico de Gaia	100%	839 162	42 787 040	19 603 428	-	-	-
CM	P Vila Nova de Paiva	-	1 083 106	4 210 733	749 426	96,6%	120	4 909
CM	P Vila Nova de Poiares	-	549 885	14 259 500	3 725 303	345,4%	219	7 055
CM	P Vila Pouca de Aguiar	-	1 882 957	3 458 415	3 233 125	44,0%	165	12 430
CM	M Vila Real	-	2 274 690	15 476 955	2 218 347	78,2%	335	50 376
EM	EMARVR - EM de Água e Resíduos de Vila Real	100%	317 334	3 111 011	3 839 598	-	-	-
EM	VRS - Vila Real Social, Habitação e Transportes	100%	26 639	175 244	118 281	-	-	-
CM	P Vila Real de Santo António	-	-7 078 741	59 508 562	18 185 731	435,6%	362	19 077
EM SA	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	100%	-1 958 680	40 172 132	32 006 248	-	-	-
CM	P Vila Velha de Ródão	-	366 439	524 720	389 986	16,5%	115	3 282
CM	M Vila Verde	-	-3 601 183	17 803 420	5 114 301	112,6%	355	47 428
CM	P Vila Viçosa	-	-632 993	2 738 692	1 364 800	71,8%	143	7 987
CM	P Vimioso	-	844 738	3 395 655	647 999	56,2%	131	4 253

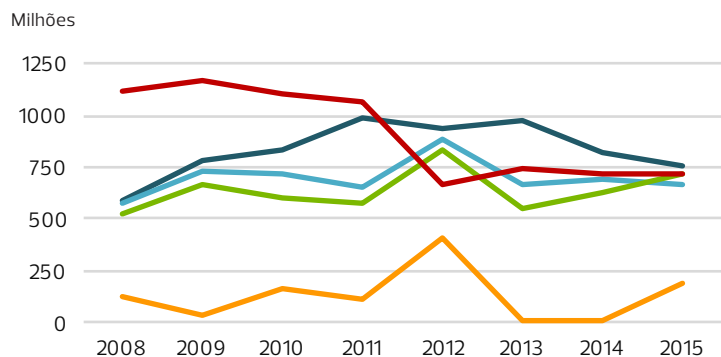
Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
EM	Vimoso 2003 - Atividades Artesanais e Turísticas	100%	-20 616	0	6 983	-	-	-
CM	P Vinhais	-	111 894	1 442 762	1 365 081	25,5%	165	8 289
EEM	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	100%	4 387	0	86 049	-	-	-
CM	M Viseu	-	1 350 974	19 901 420	7 827 208	60,5%	727	98 164
EM	Habisolvis - Habitação Social	100%	1 552	0	29 392	-	-	-
SA	WISEUNOVO - SRU - Sociedade Reabilitação Urbana	55,0%	-182 113	240 278	217 779	-	-	-
SMAS	Viseu	-	1 989 753	0	4 466 608	-	-	-
Soc.	EXPOVIS – Promoções Eventos, Lda.	51,0%	53 013	0	254 648	-	-	-
CM	M Vizela	-	2 328 061	16 921 840	3 034 584	192,2%	240	23 802
CM	P Vouzela	-	-2 085 618	7 284 807	620 844	108,2%	153	10 037
SIMAR	Loures e Odivelas	-	1 832 517	0	3 280 274	-	-	-
SIMAS	Oeiras e Amadora	-	14 672 922	0	10 826 247	-	-	-
EIM	Águas do Ribatejo	-	1 534 051	24 846 727	16 191 298	-	-	-
EIM	AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo	-	440 894	642 769	1 843 503	-	-	-
EIM	Ambisousa – Trat. e Gestão de Resíduos Sólidos	-	64 922	29 861	4 622 081	-	-	-
EIM	BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sól.	-	440 907	8 929 404	5 607 798	-	-	-
EIM SA	ECOBEL – Trat. Resíduos Sólidos Planalto Beirão	-	10 601	775 160	12 881 564	-	-	-
EIM	Ecolezíria – Tratamento de Resíduos Sólidos	-	256 651	209 584	1 328 911	-	-	-
EIM SA	EHATB – Emp. Hidroelétricos Alto Tâmega e Barroso	-	687 425	6 488 632	2 418 260	-	-	-
EIM SA	EIRSU - EIM Resíduos sólidos urbanos Ilha de S. Miguel	-	28 196	0	177 327	-	-	-
EIM	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	-	619 274	5 211 189	3 507 398	-	-	-
EIM SA	LT, Sociedade de Reabilitação Urbana	-	1 406	0	247 244	-	-	-
EIM	MINHOCOM – Gestão Infraestruturas Telecomunic.	-	7 647	0	139 214	-	-	-
EIM SA	Município, SA – Emp. Cartografia e Sist. Informação	-	35 349	303 801	745 868	-	-	-
EIM	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	-	308 239	0	601 873	-	-	-
EIM	Naturtejo – Empresa de Turismo	-	430	226 000	89 297	-	-	-
EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	-	9 341	1 888 952	272 060	-	-	-
EIM	PERM – Parque Emp. de Recuperação de Materiais	-	92 415	8 697 308	1 662 749	-	-	-
EMT SA	PRIMUS – Promoção e desenvolvimento Regional	-	-64 102	0	3 958	-	-	-
EIM	Resíduos do Nordeste	-	249 503	1 236 997	4 818 927	-	-	-
EIM	TERAMB – Gestão e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	-	-215	3 252 497	6 069 581	-	-	-
EIM	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	-	3 317 854	148 065 999	15 279 910	-	-	-
EIM	VALICOM – Gestão Infraestruturas de Telecomunic.	-	10 893	0	84 147	-	-	-
EIM	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	-	1 123 383	15 133 402	15 589 251	-	-	-
EIM	WRC – Agência de Desenvolvimento Regional	-	-131 711	0	60 911	-	-	-
EIM	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	-	Si	Si	Si	-	-	-

ANEXO II
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO
(em ordem decrescente de população*)

*Dados censos 2011

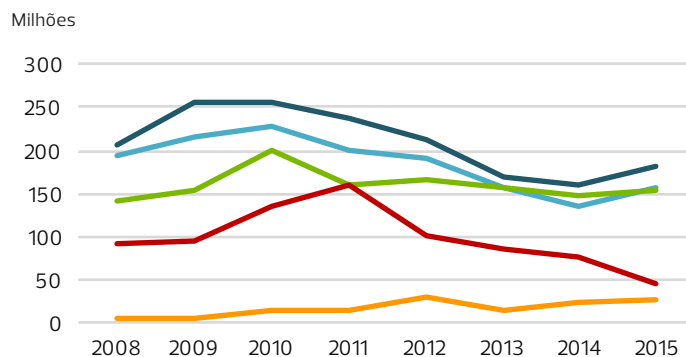
LISBOA

547 733
HABITANTES



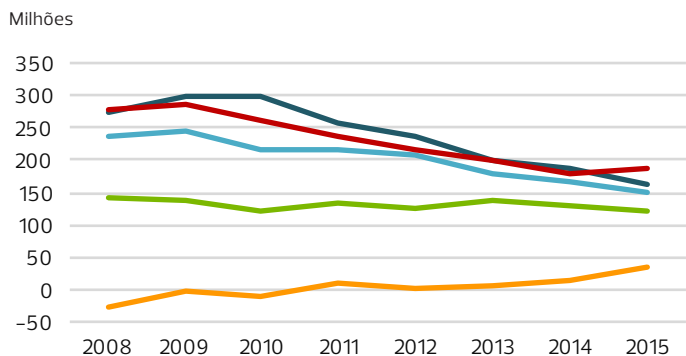
SINTRA

377 835
HABITANTES



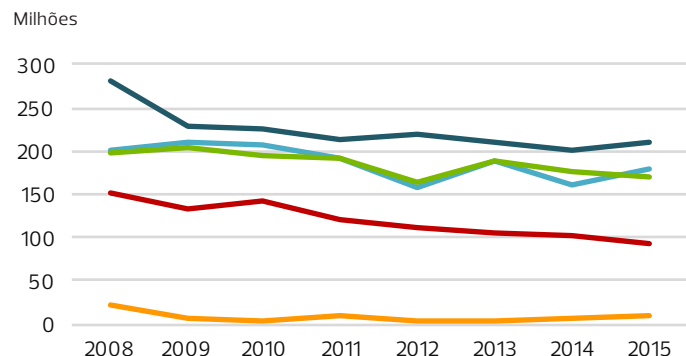
VILA NOVA DE GAIA

302 295
HABITANTES



PORTO

237 591
HABITANTES



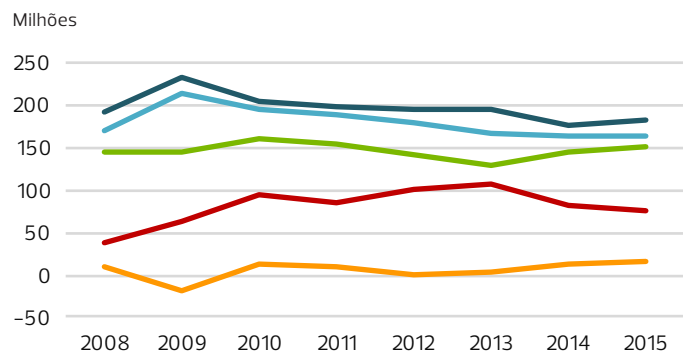
LEGENDA



Grande
>100 000 hab.

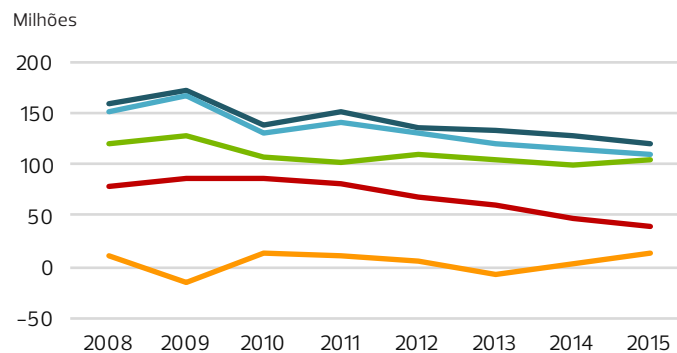
CASCAIS

206 479
HABITANTES



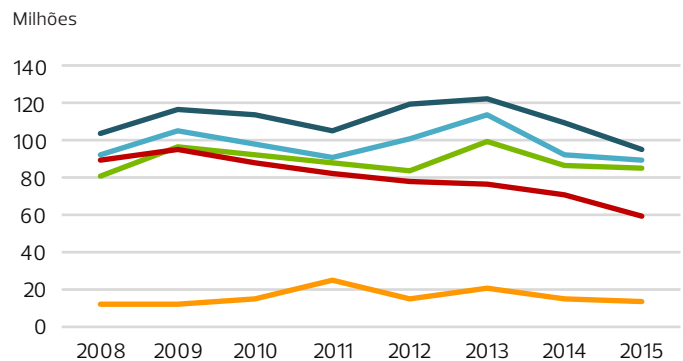
LOURES

205 054
HABITANTES



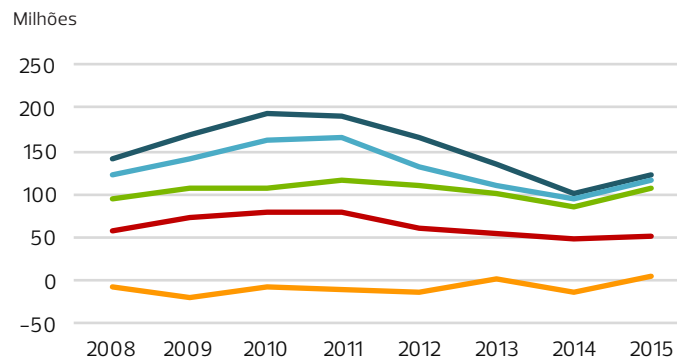
BRAGA

181 494
HABITANTES



MATOSINHOS

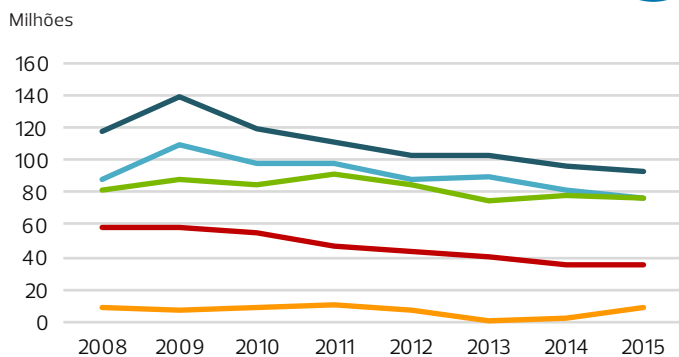
175 478
HABITANTES



Grande
>100 000 hab.

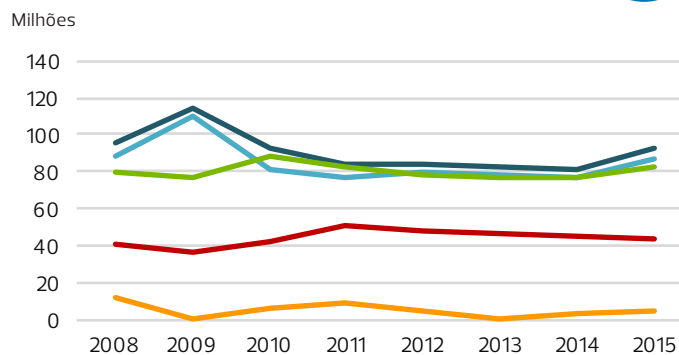
AMADORA

175 136
HABITANTES



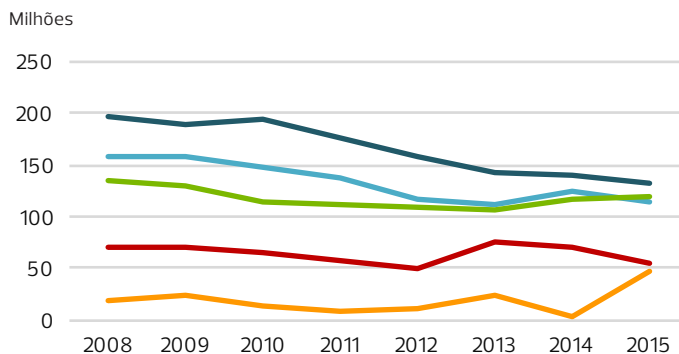
ALMADA

174 030
HABITANTES



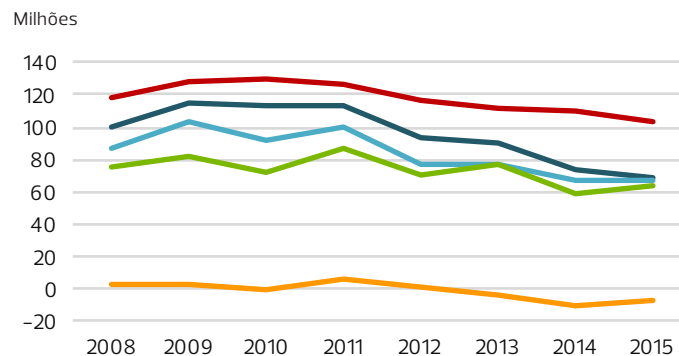
OEIRAS

172 120
HABITANTES



GANDOMAR

168 027
HABITANTES



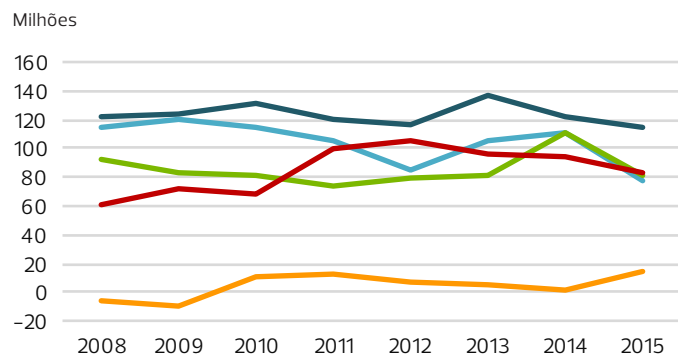
LEGENDA



Grande
>100 000 hab.

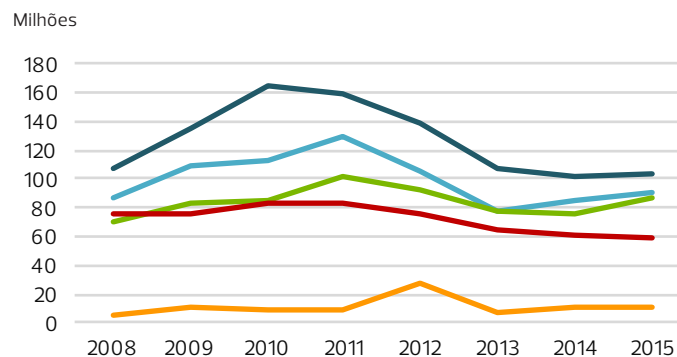
SEIXAL

158 269
HABITANTES



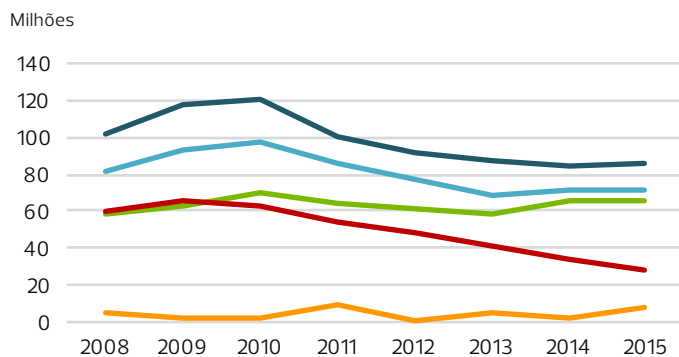
GUIMARÃES

158 124
HABITANTES



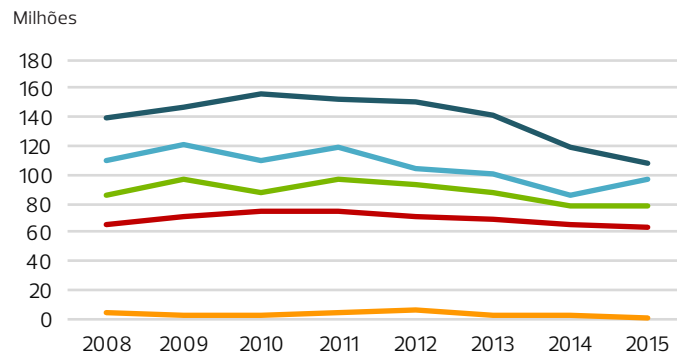
ODIVELAS

144 549
HABITANTES



COIMBRA

143 396
HABITANTES

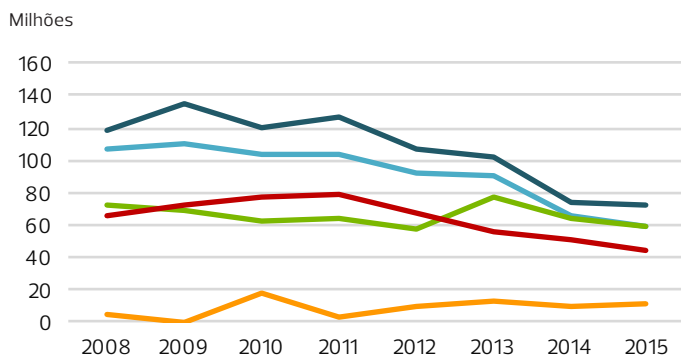


— Orcamento Corrigido
— Despesas Comprometidas
— Receitas Cobradas
— Dívidas a Pagar
— Resultado Líquido

Grande
>100 000 hab.

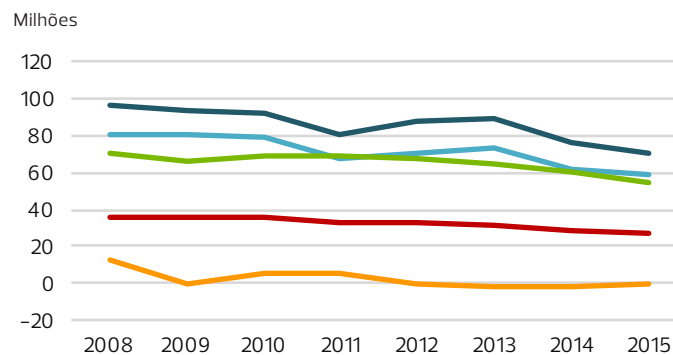
SANTA MARIA DA FEIRA

139 312
HABITANTES



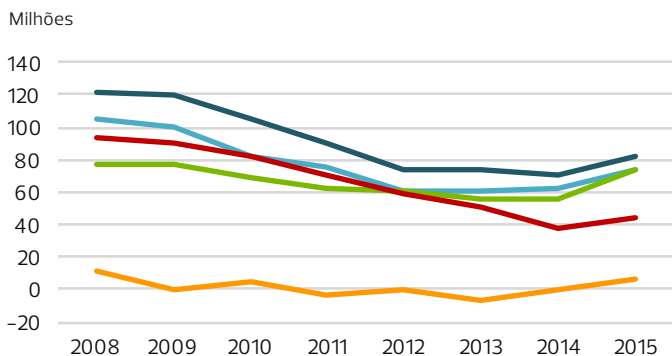
VILA FRANCA DE XIRA

136 886
HABITANTES



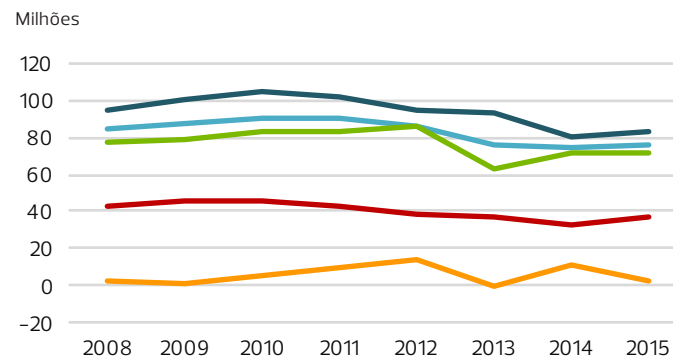
MAIA

135 306
HABITANTES



VN FAMALICÃO

133 832
HABITANTES



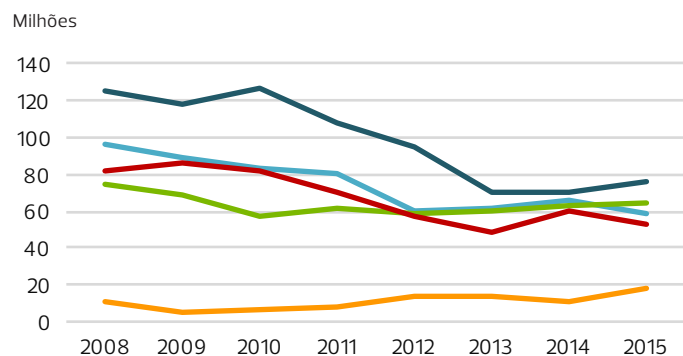
LEGENDA



Grande
>100 000 hab.

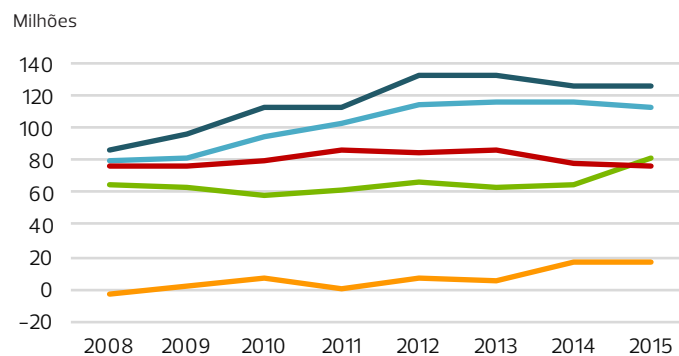
LEIRIA

126 897
HABITANTES



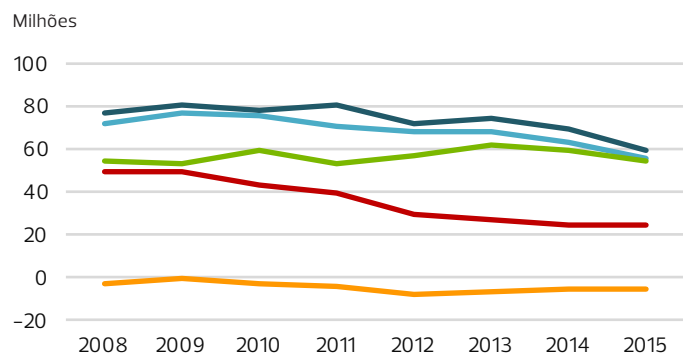
SETÚBAL

121 185
HABITANTES



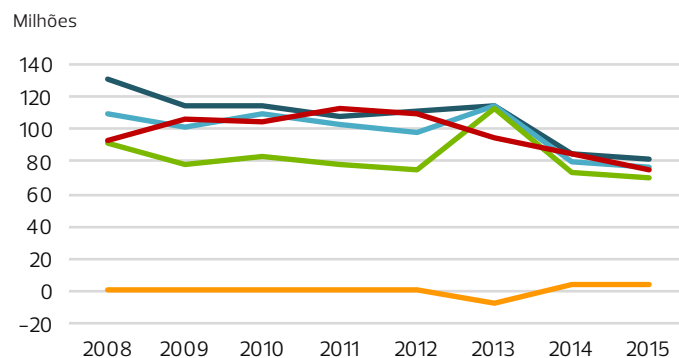
BARCELOS

120 391
HABITANTES



FUNCHAL

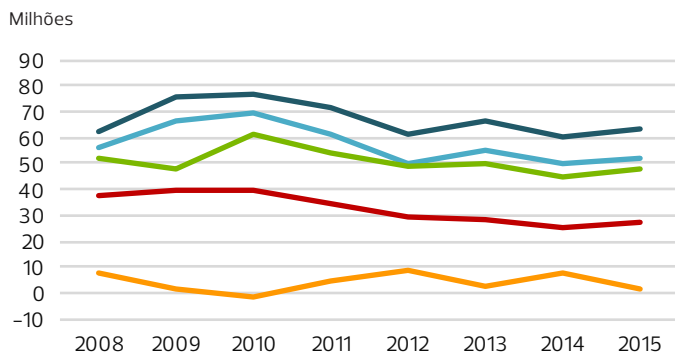
111 892
HABITANTES



Grande
>100 000 hab.

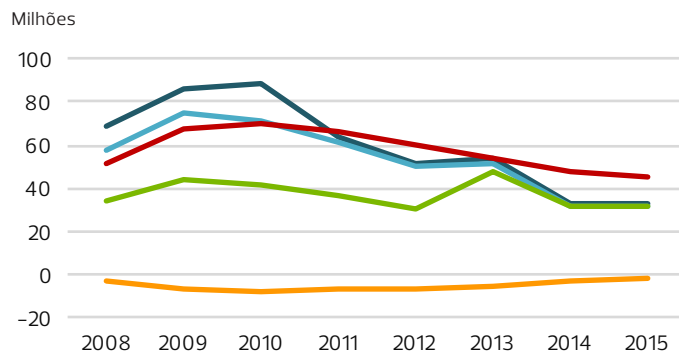
Viseu

99 274
HABITANTES



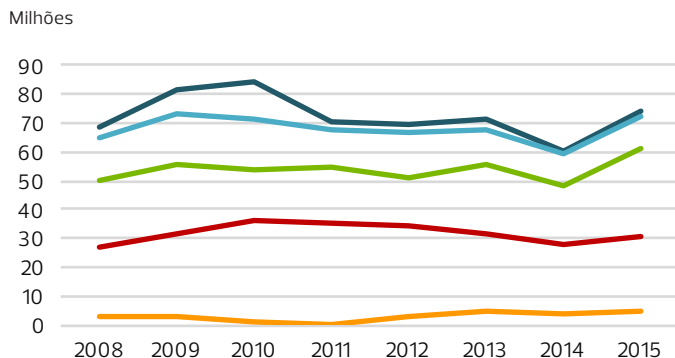
Valongo

93 858
HABITANTES



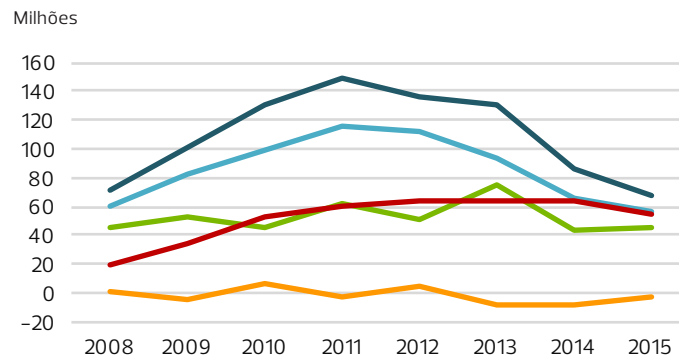
Viana do Castelo

88 725
HABITANTES



Paredes

86 854
HABITANTES



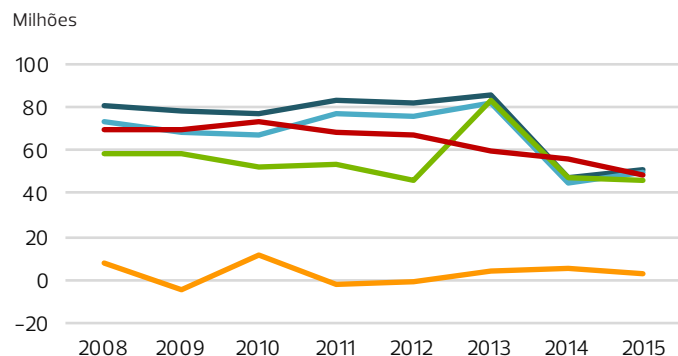
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

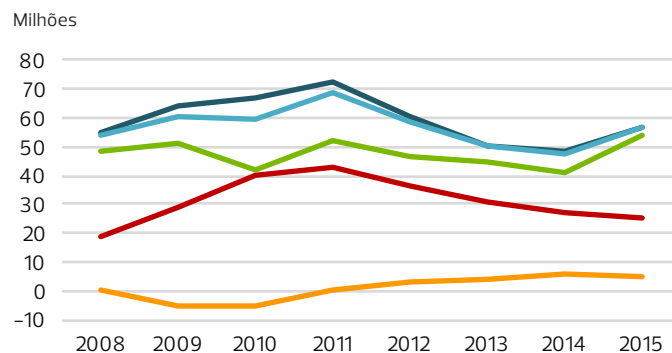
Vila do Conde

79 533
HABITANTES



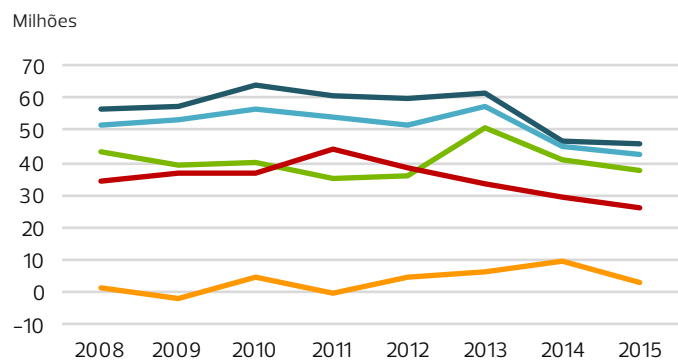
Torres Vedras

79 465
HABITANTES



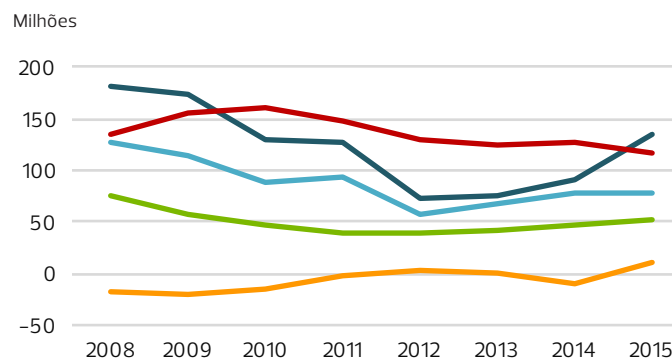
Barreiro

78 764
HABITANTES



Aveiro

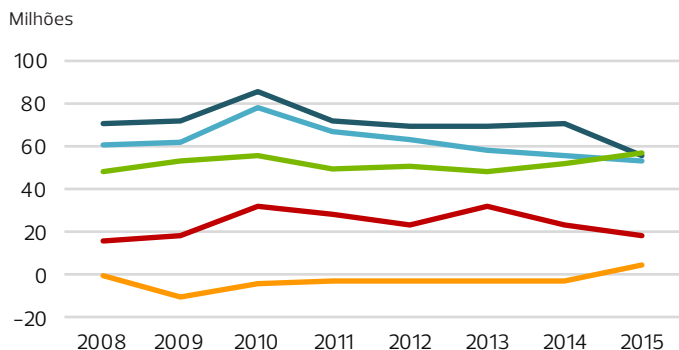
78 450
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

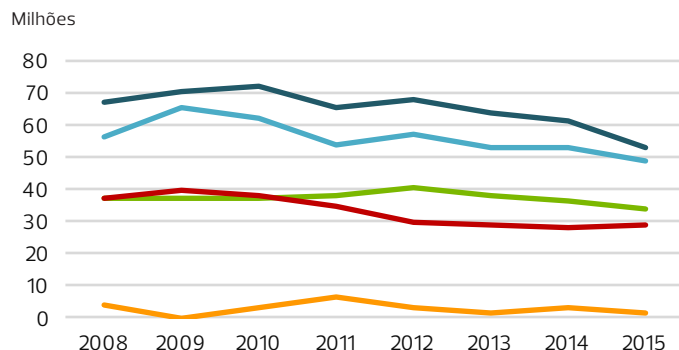
Mafra

76 685
HABITANTES



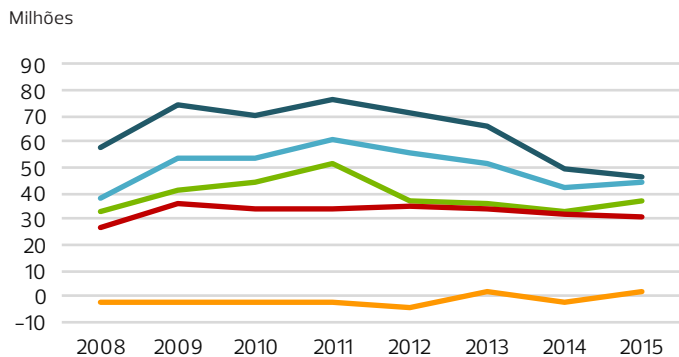
Penafiel

72 265
HABITANTES



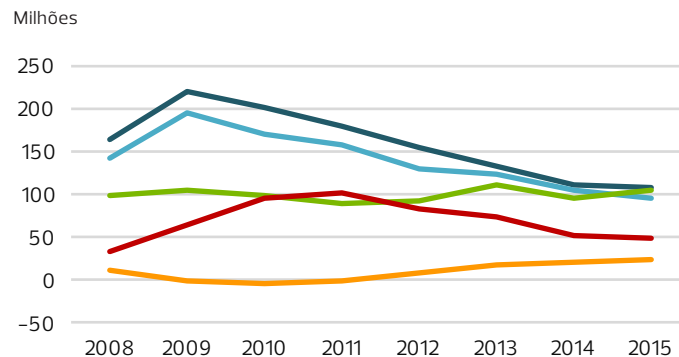
Santo Tirso

71 530
HABITANTES



Loulé

70 622
HABITANTES



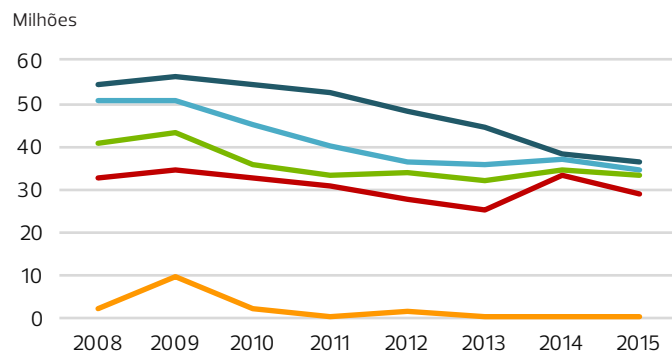
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

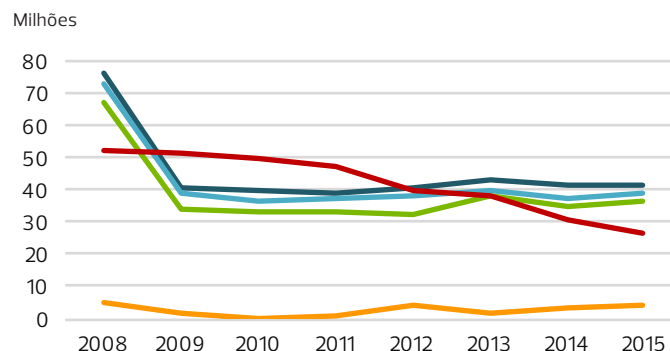
Ponta Delgada

68 809
HABITANTES



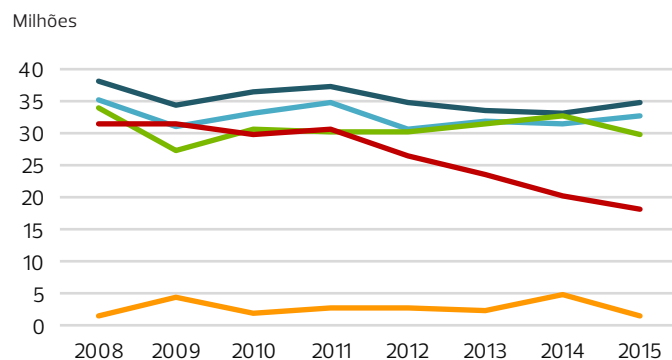
Oliveira de Azeméis

68 611
HABITANTES



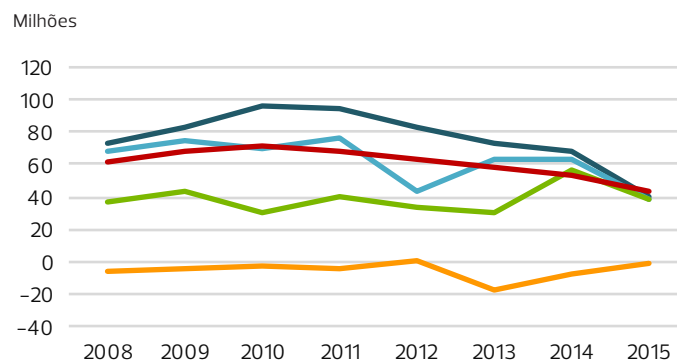
Moita

66 029
HABITANTES



Faro

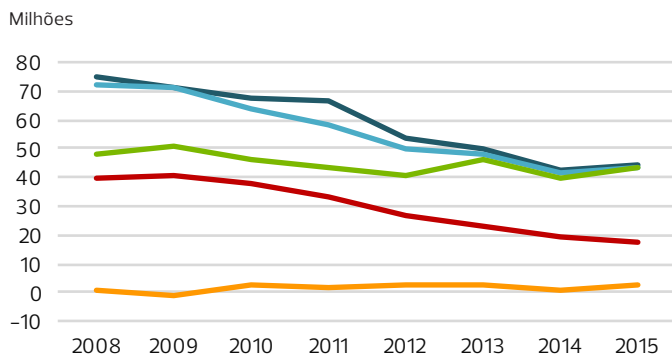
64 560
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

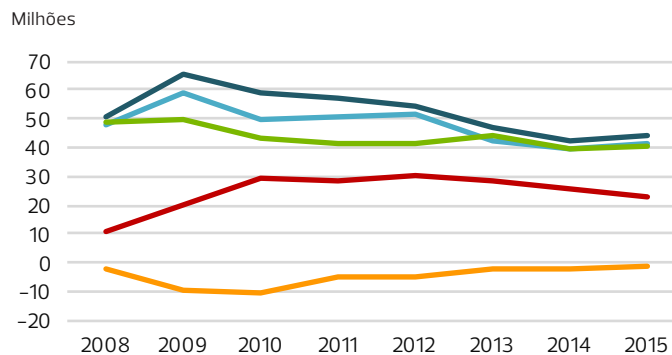
Póvoa de Varzim

63 408
HABITANTES



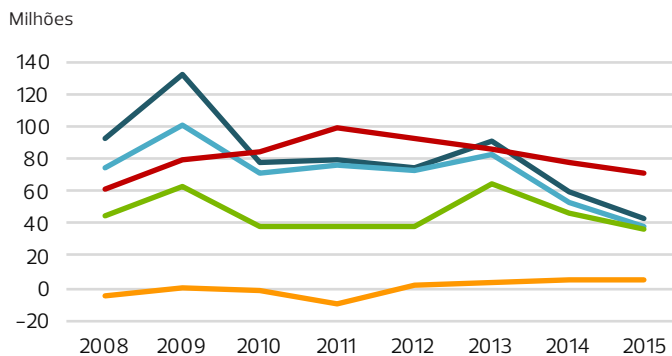
Palmela

62 831
HABITANTES



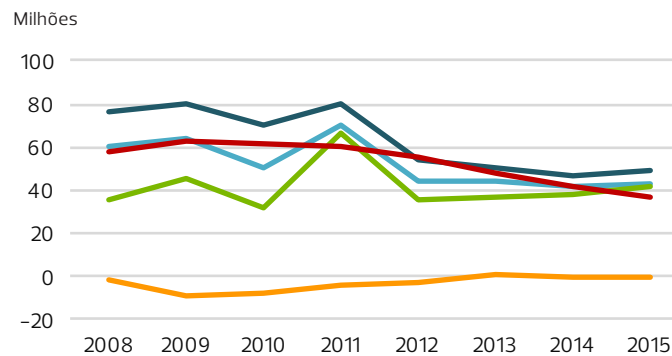
Santarém

62 200
HABITANTES



Figueira da Foz

62 125
HABITANTES



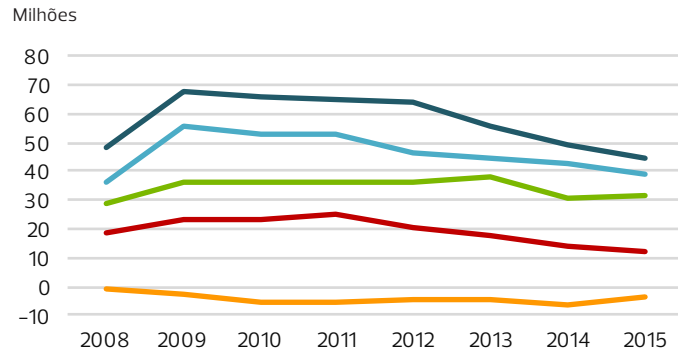
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

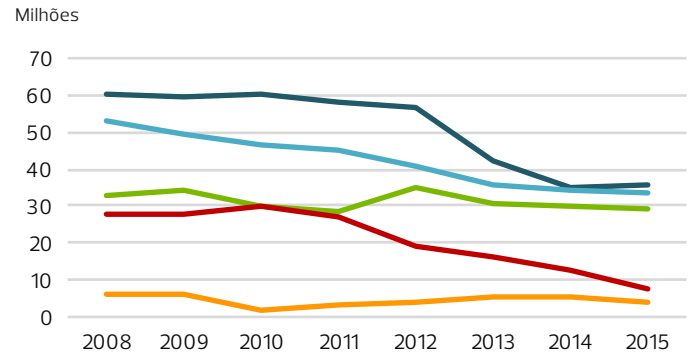
Felgueiras

58 065
HABITANTES



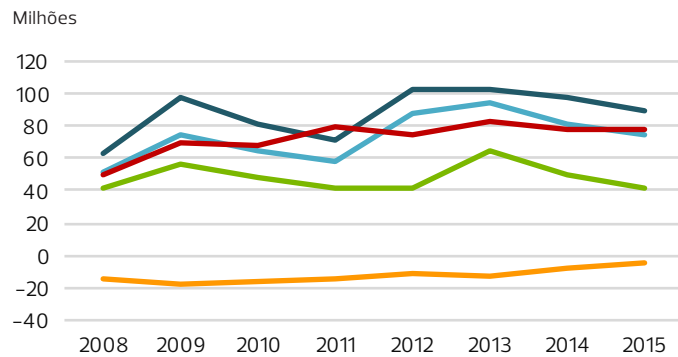
Alcobaça

56 693
HABITANTES



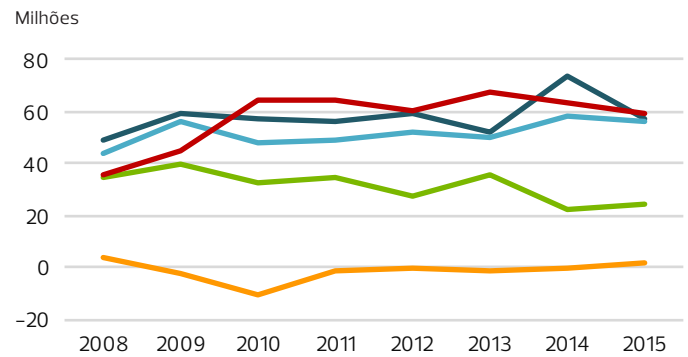
Évora

56 596
HABITANTES



Paços de Ferreira

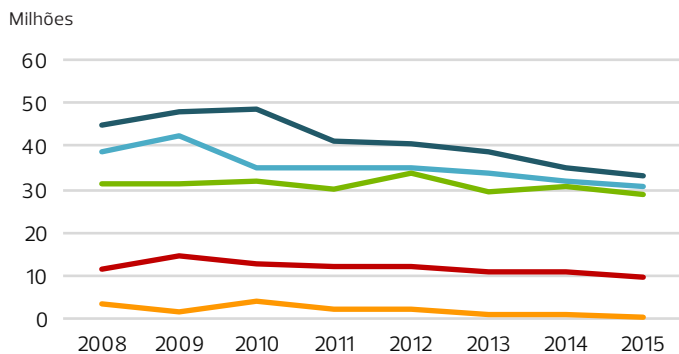
56 340
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

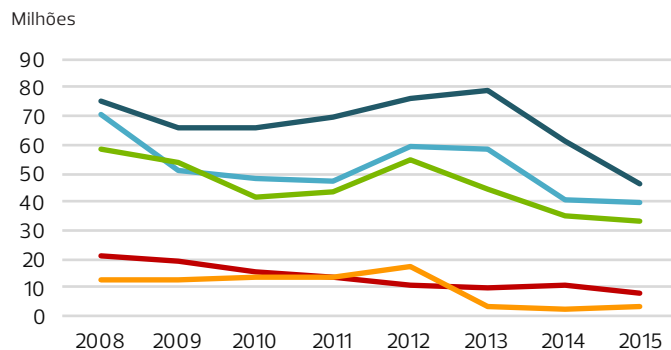
Amarante

56 264
HABITANTES



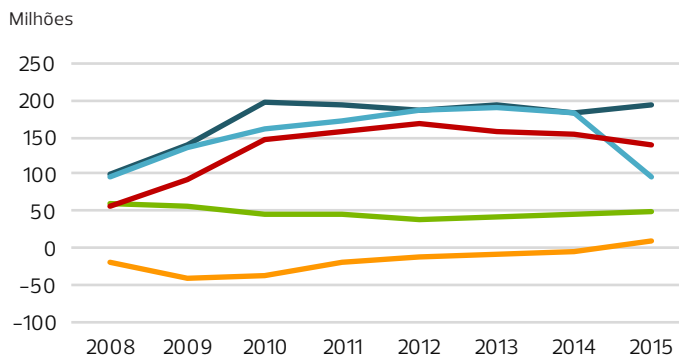
Castelo Branco

56 109
HABITANTES



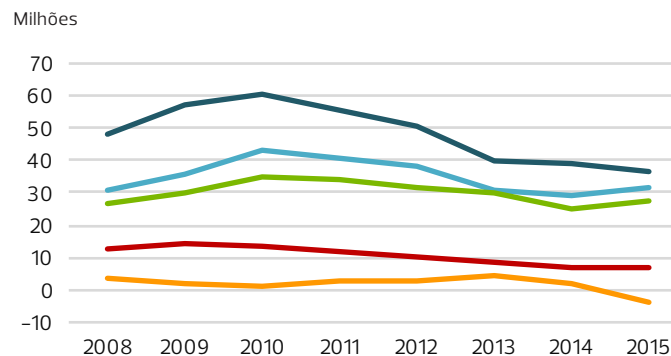
Portimão

55 614
HABITANTES



Ovar

55 398
HABITANTES



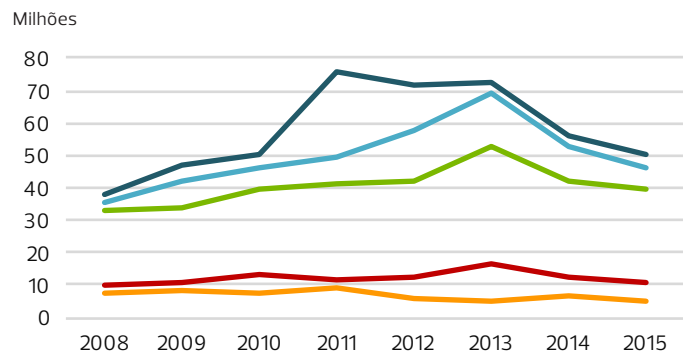
LEGENDA



Médio
<100 000 hab.

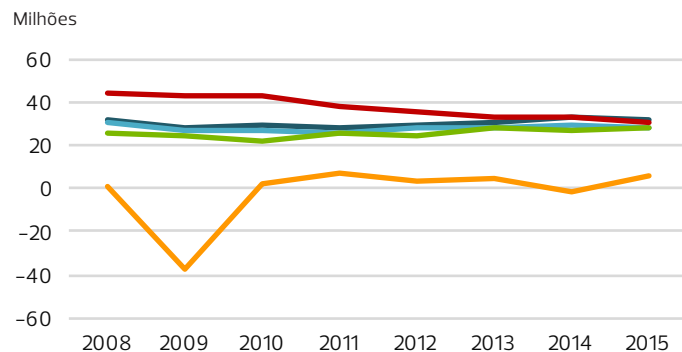
Pombal

55 217
HABITANTES



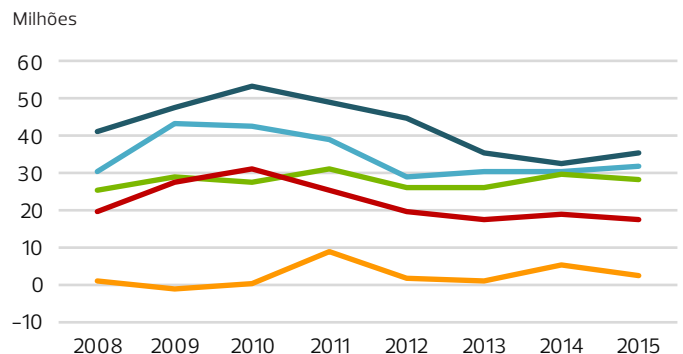
Marco de Canaveses

53 450
HABITANTES



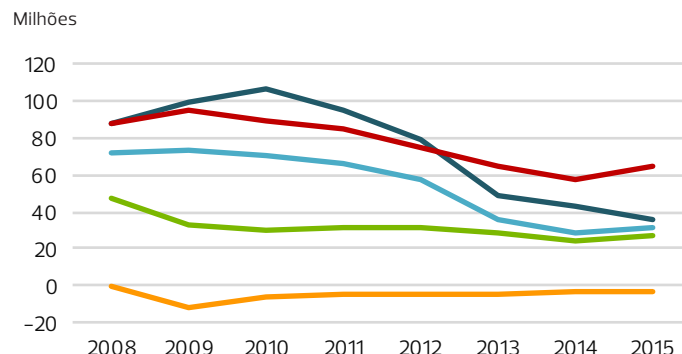
Vila Real

51 850
HABITANTES



Covilhã

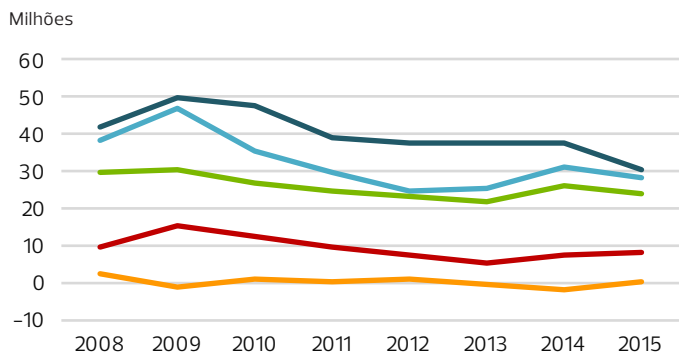
51 797
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

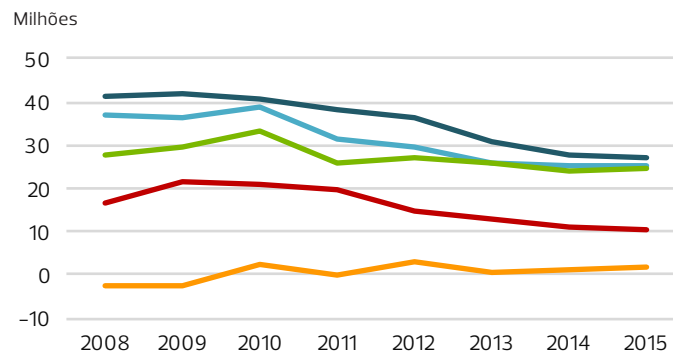
Caldas da Rainha

51 729
HABITANTES



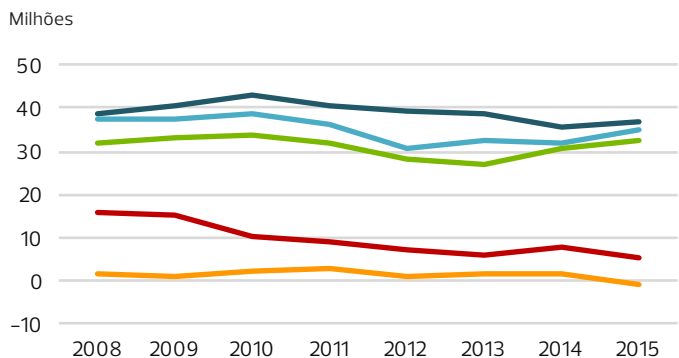
Montijo

51 222
HABITANTES



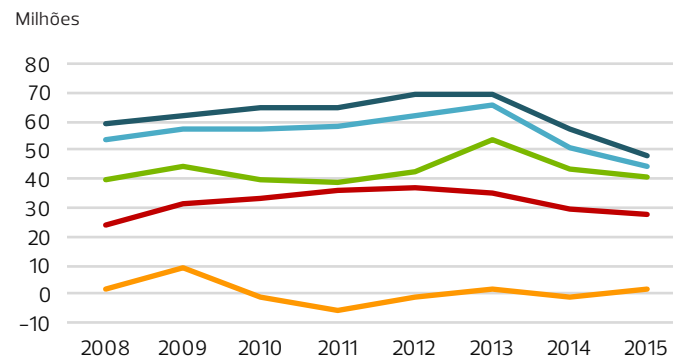
Fafe

50 633
HABITANTES



Sesimbra

49 500
HABITANTES



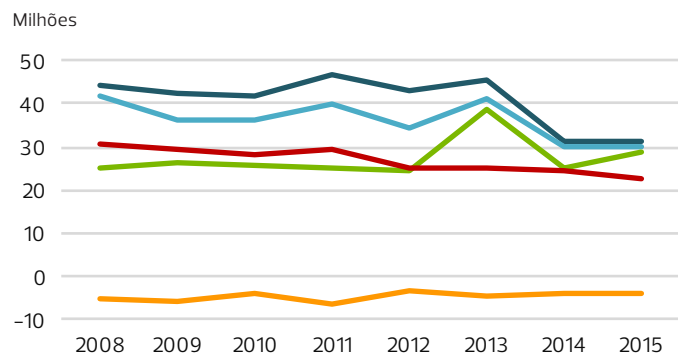
LEGENDA



Médio
<100 000 hab.

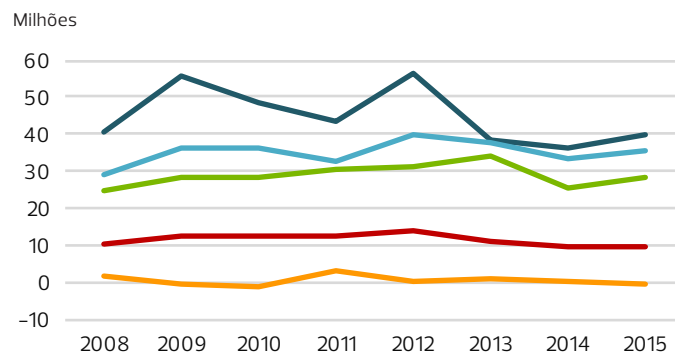
Vila Verde

47 888
HABITANTES



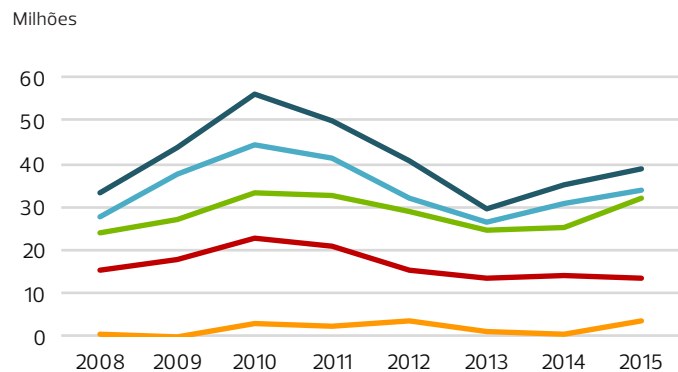
Águeda

47 729
HABITANTES



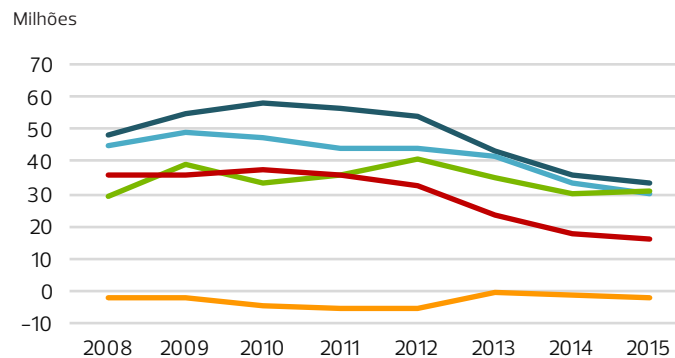
Lousada

47 387
HABITANTES



Ourém

45 932
HABITANTES

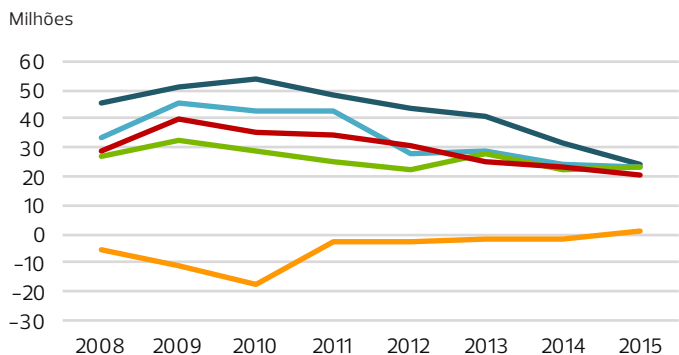


— Orcamento Corrigido
— Despesas Comprometidas
— Receitas Cobradas
— Dívidas a Pagar
— Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

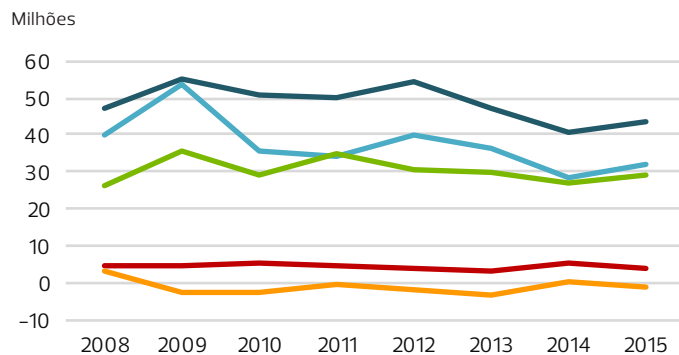
Olhão

45 396
HABITANTES



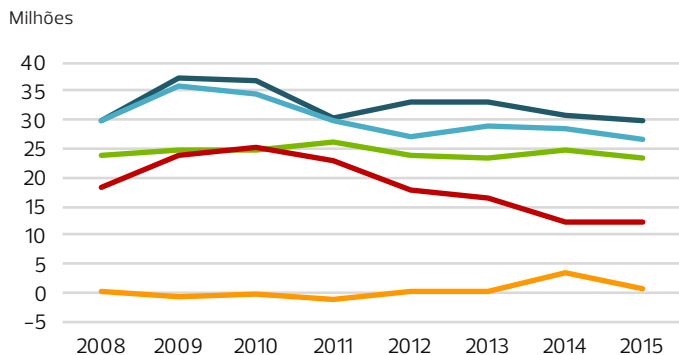
Ponte de Lima

43 498
HABITANTES



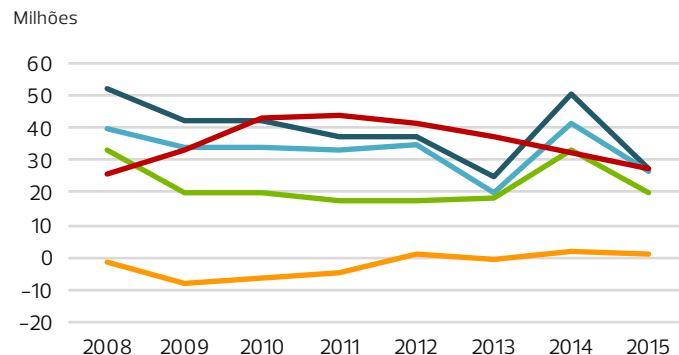
Alenquer

43 267
HABITANTES



Santa Cruz

43 005
HABITANTES



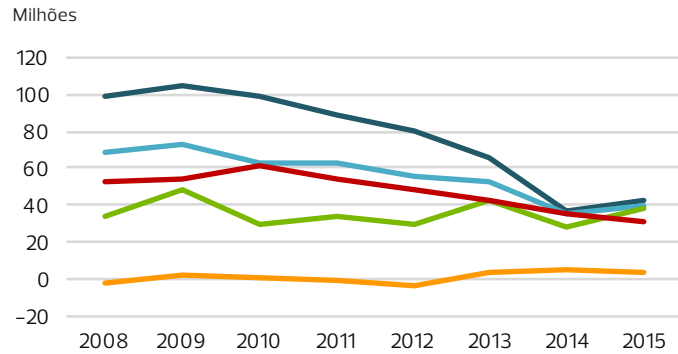
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

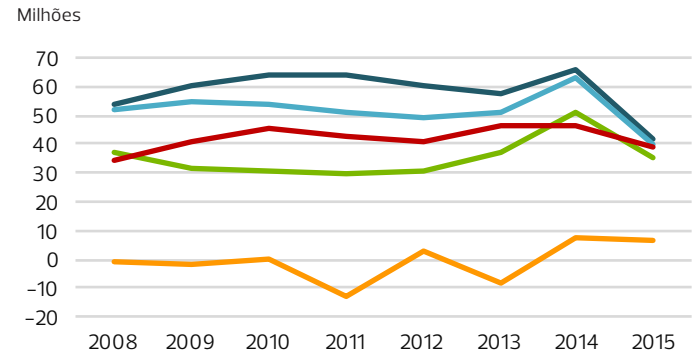
Guarda

42 541
HABITANTES



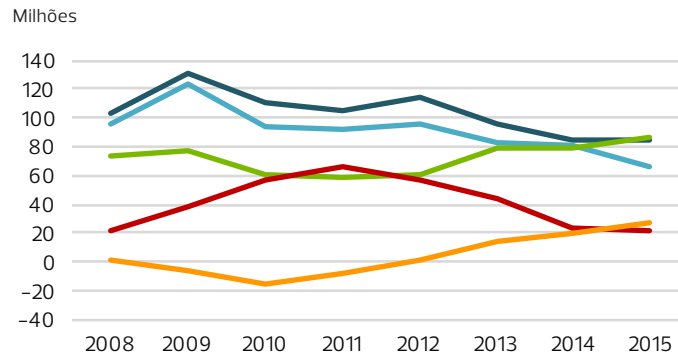
Chaves

41 243
HABITANTES



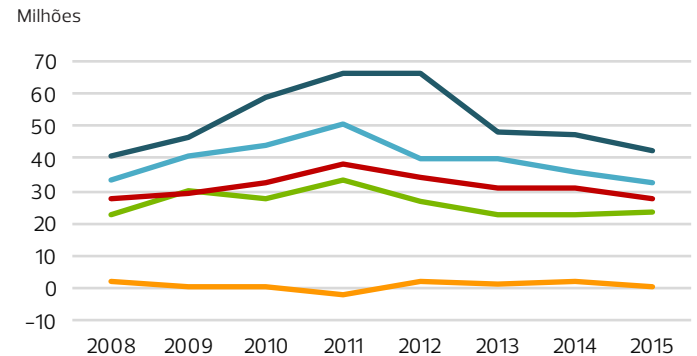
Albufeira

40 828
HABITANTES



Tomar

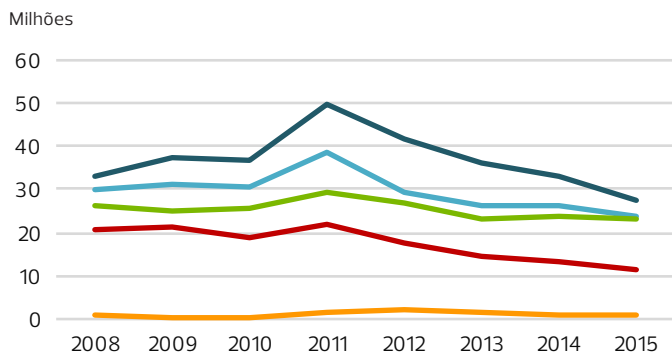
40 677
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

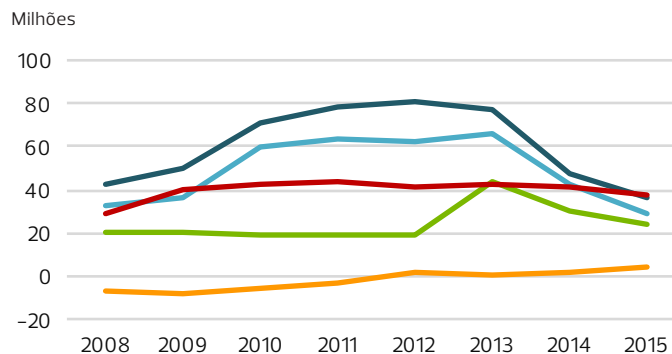
Abrantes

39 325
HABITANTES



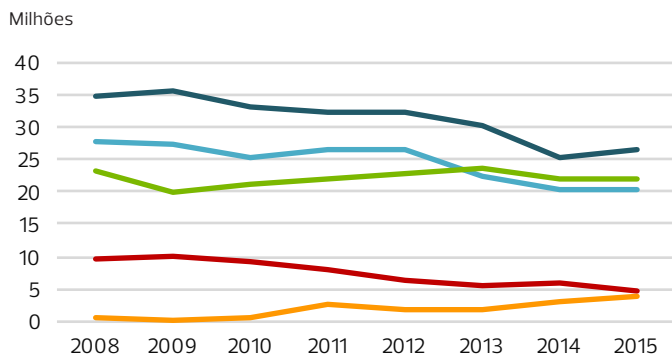
Trofa

38 999
HABITANTES



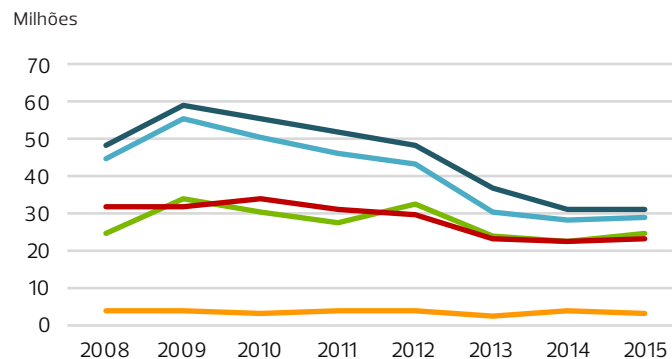
Marinha Grande

38 681
HABITANTES

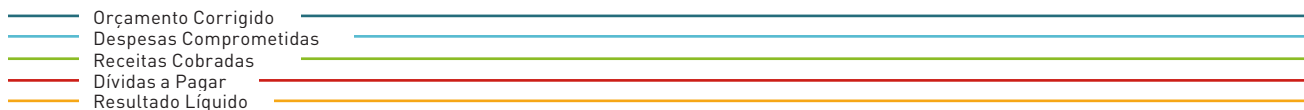


Ílhavo

38 598
HABITANTES



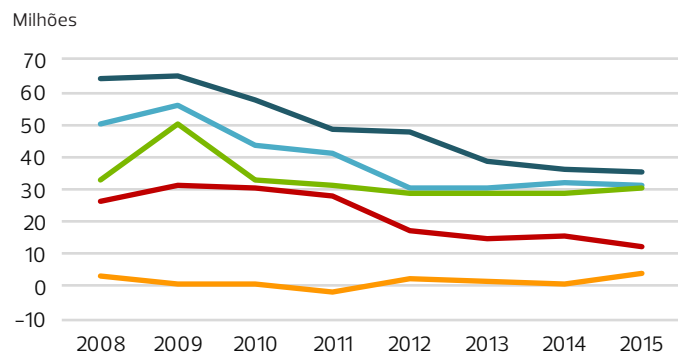
LEGENDA



Médio
<100 000 hab.

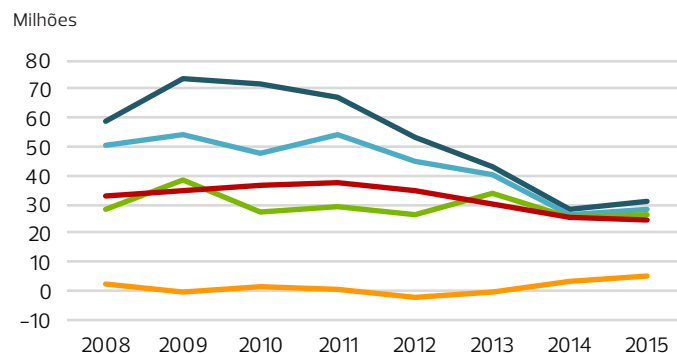
Silves

37 126
HABITANTES



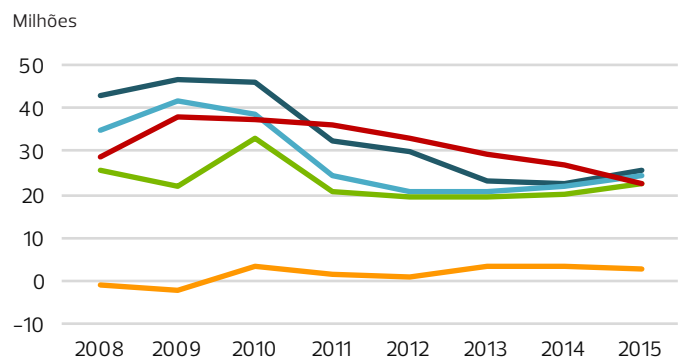
Torres Novas

36 717
HABITANTES



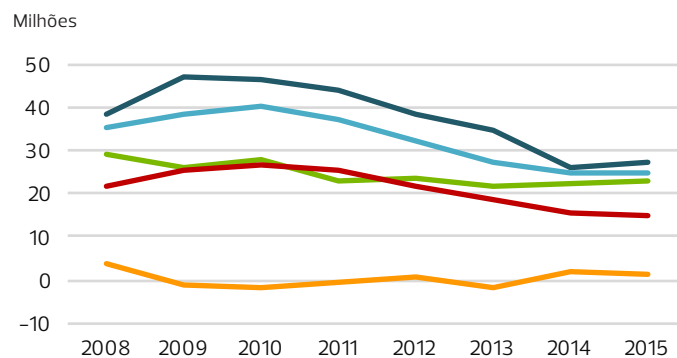
Cantanhede

36 595
HABITANTES



Beja

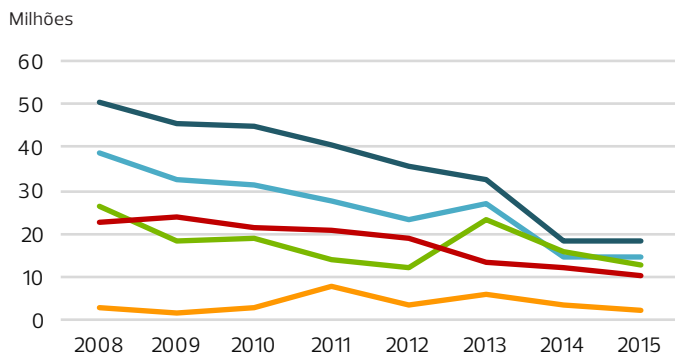
35 854
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

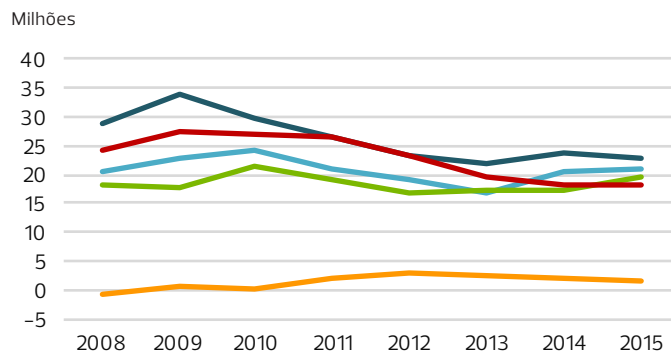
Câmara de Lobos

35 666
HABITANTES



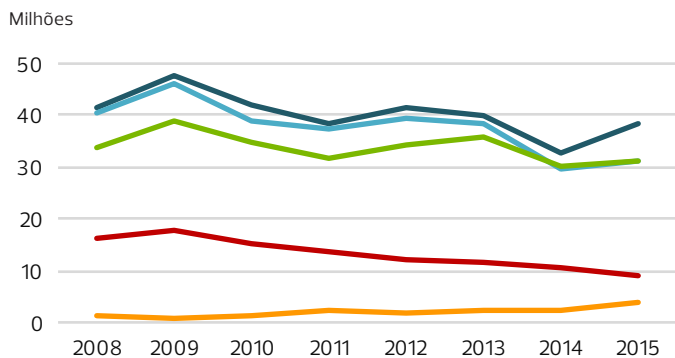
Angra do Heroísmo

35 402
HABITANTES



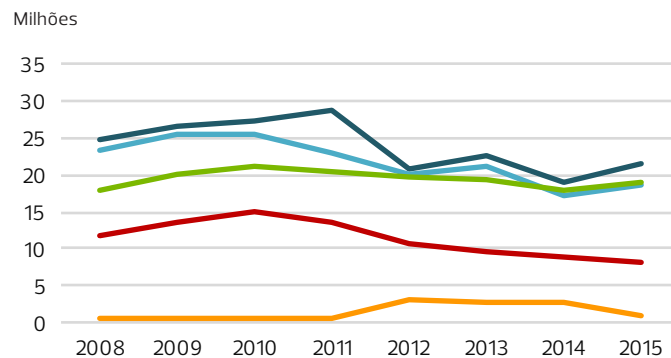
Bragança

35 341
HABITANTES



Esposende

34 254
HABITANTES



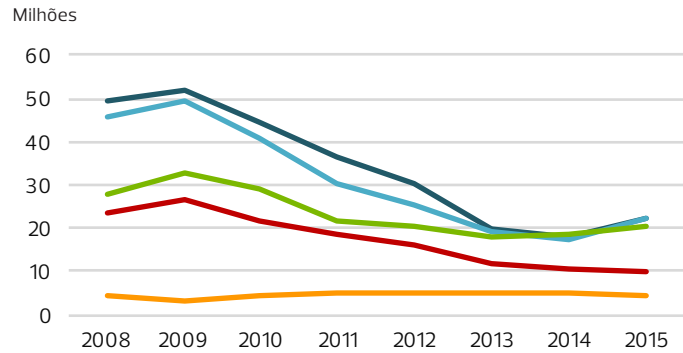
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

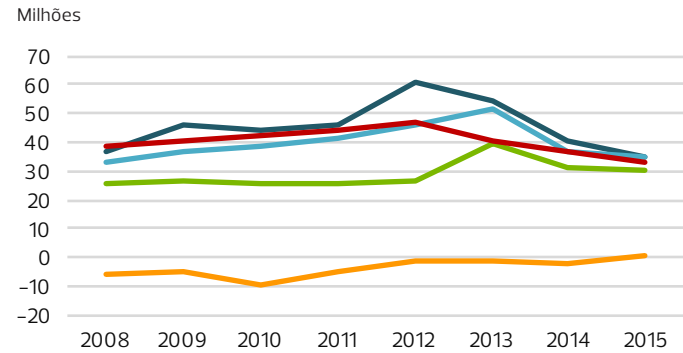
Ribeira Grande

32 112
HABITANTES



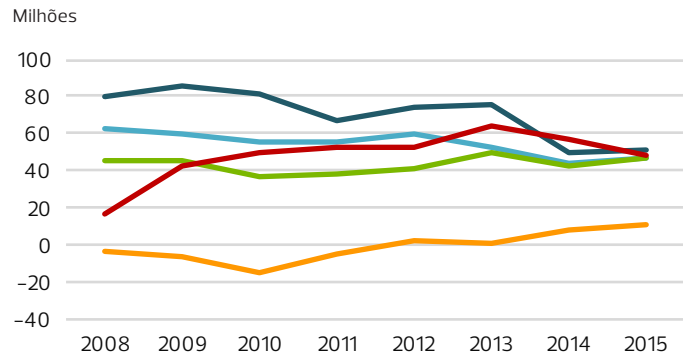
Espinho

31 786
HABITANTES



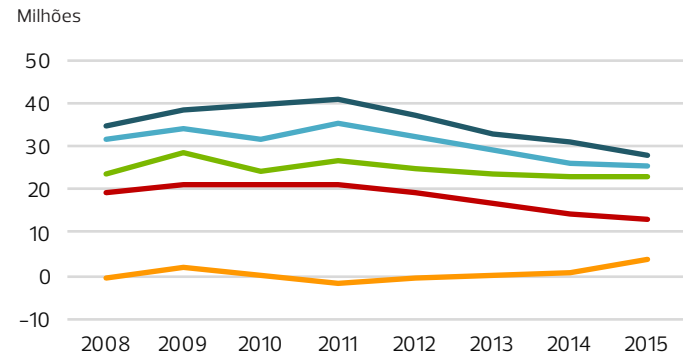
Lagos

31 049
HABITANTES



Santiago do Cacém

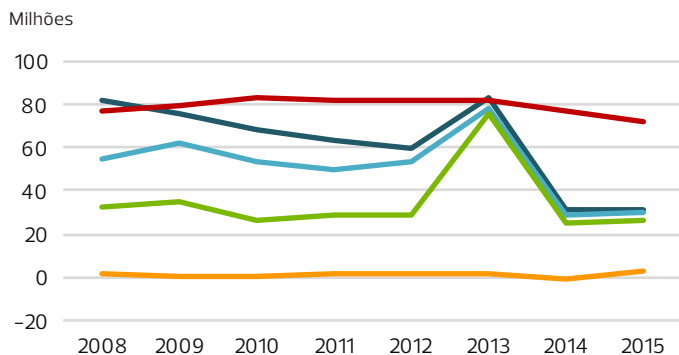
29 749
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

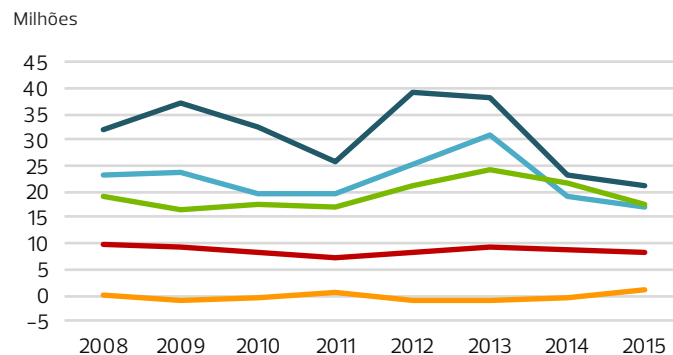
Fundão

29 213
HABITANTES



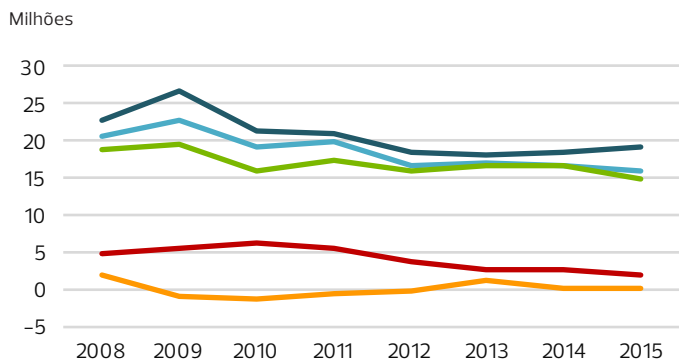
Anadia

29 150
HABITANTES



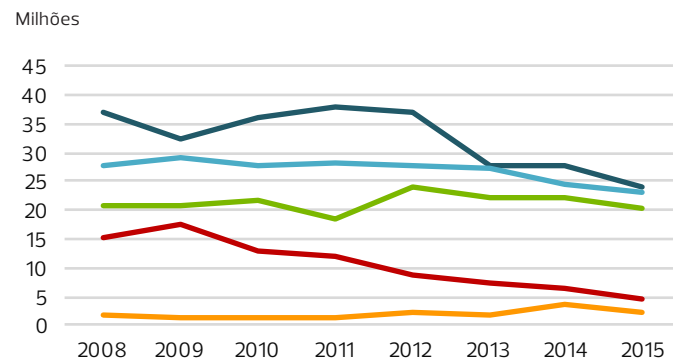
Benavente

29 019
HABITANTES



Tondela

28 946
HABITANTES



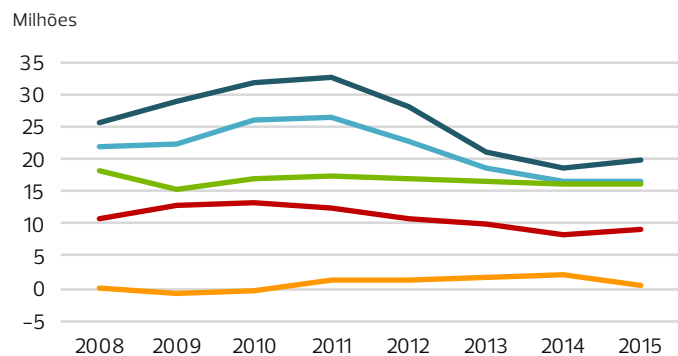
LEGENDA



Médio
<100 000 hab.

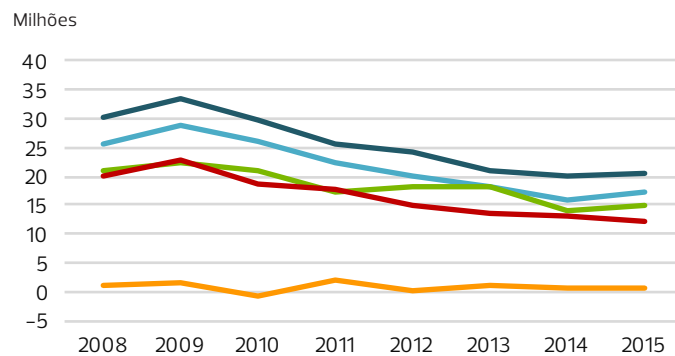
Peniche

27 753
HABITANTES



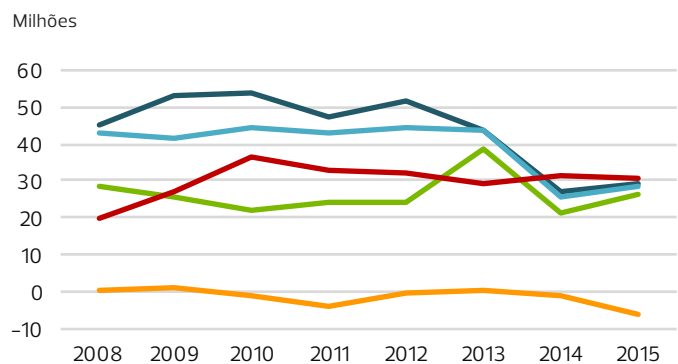
Estarreja

26 997
HABITANTES



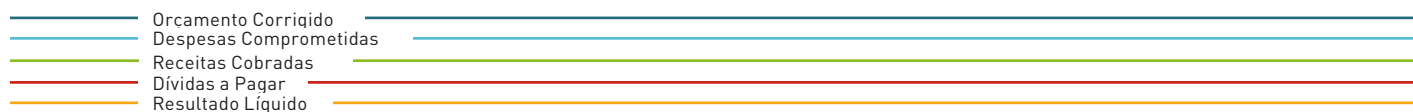
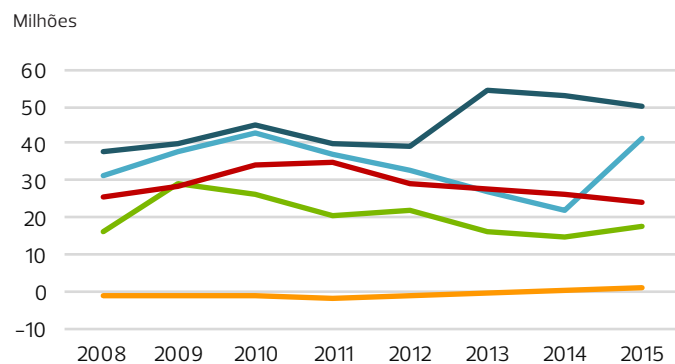
Lamego

26 691
HABITANTES



Montemor-o-Velho

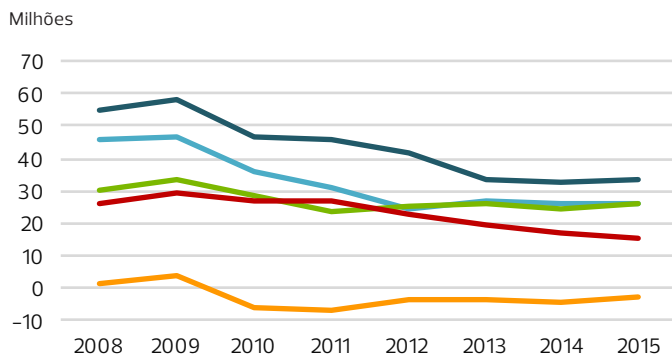
26 171
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

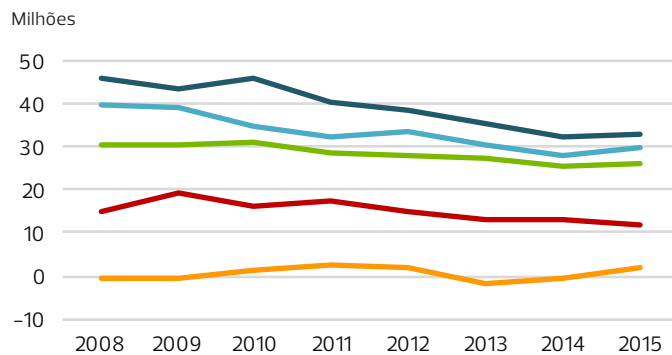
Tavira

26 167
HABITANTES



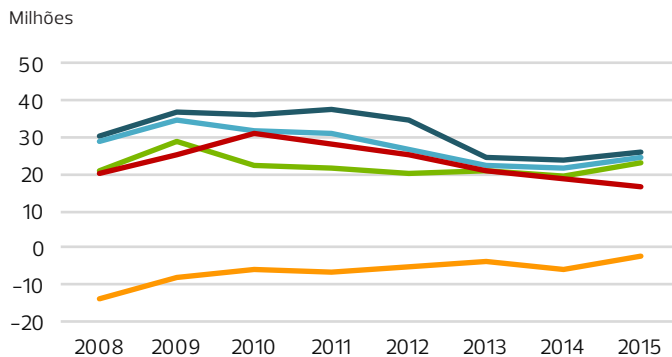
Odemira

26 066
HABITANTES



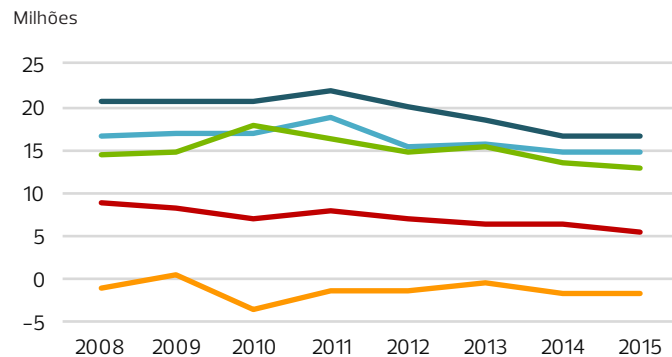
Lourinhã

25 735
HABITANTES



Albergaria-a-Velha

25 252
HABITANTES



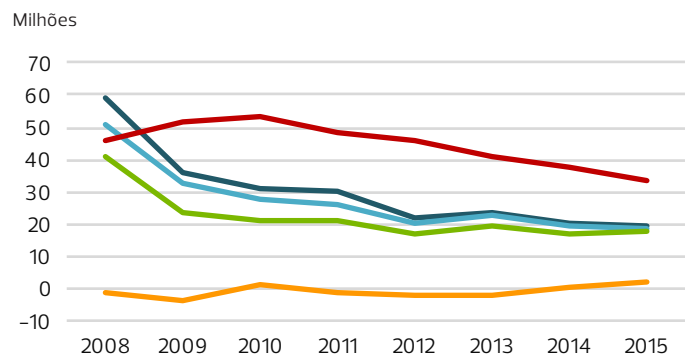
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

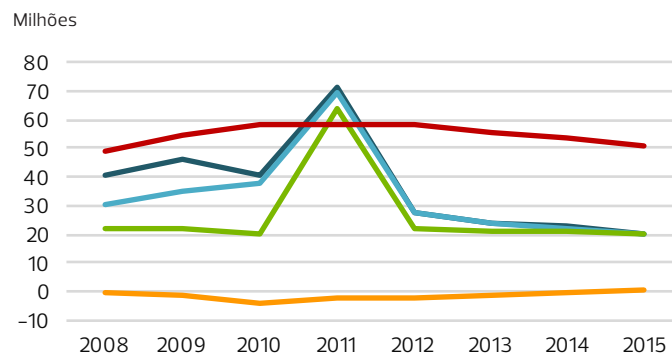
Portalegre

24 930
HABITANTES



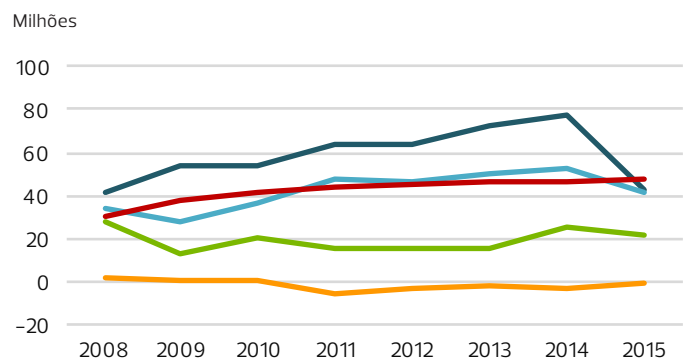
Seia

24 702
HABITANTES



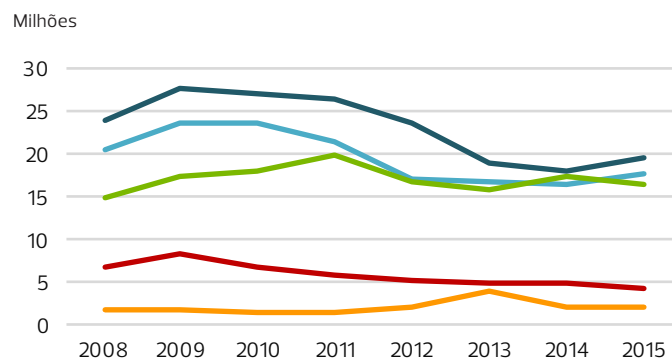
Cartaxo

24 462
HABITANTES



Porto de Mós

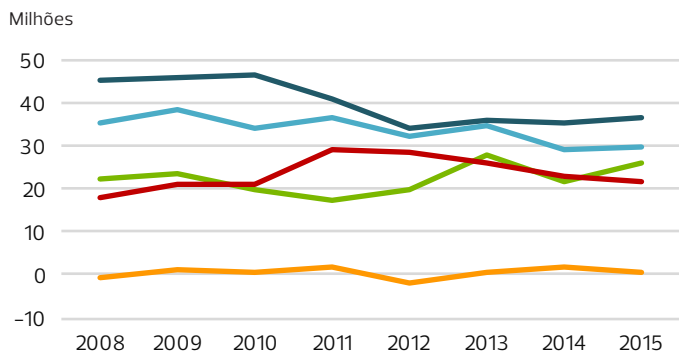
24 342
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

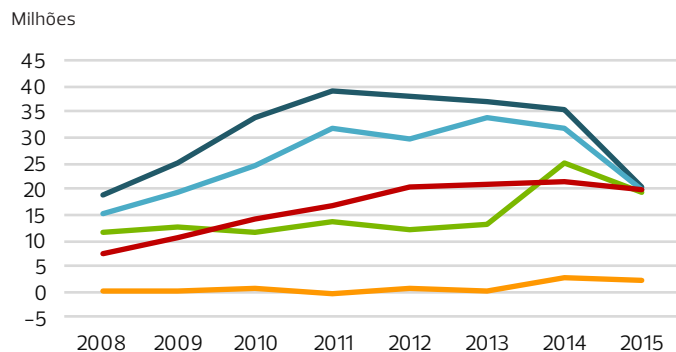
Mirandela

23 850
HABITANTES



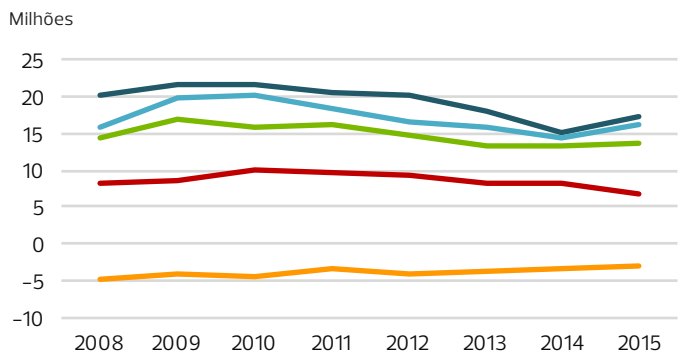
Vizela

23 736
HABITANTES



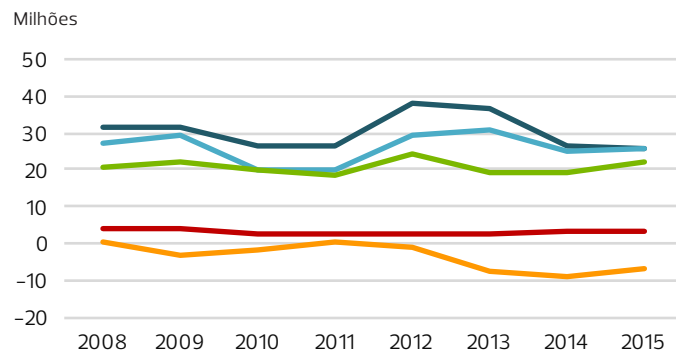
Almeirim

23 376
HABITANTES



Elvas

23 078
HABITANTES



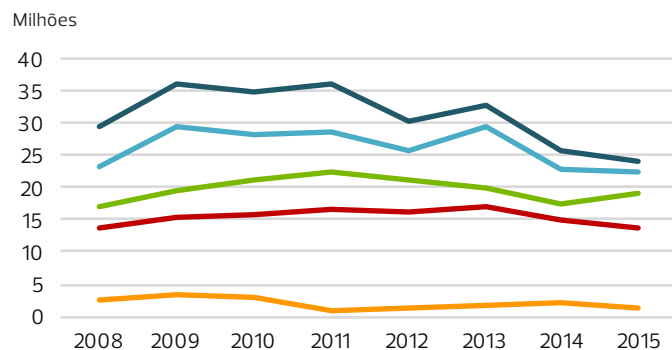
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

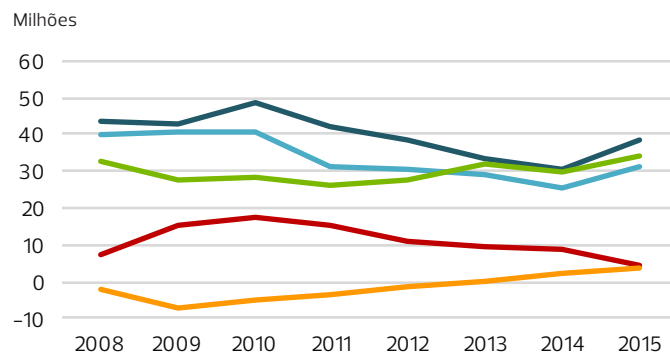
Oliveira do Bairro

23 028
HABITANTES



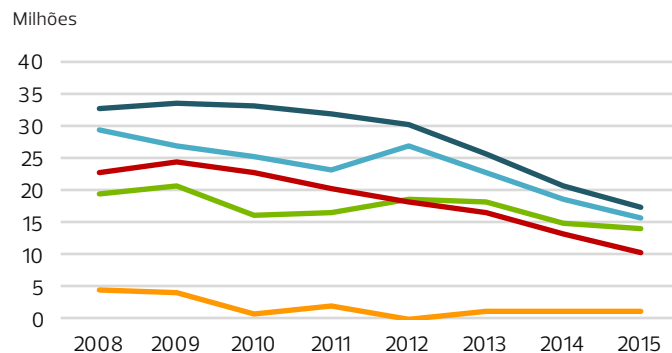
Lagoa (Algarve)

22 975
HABITANTES



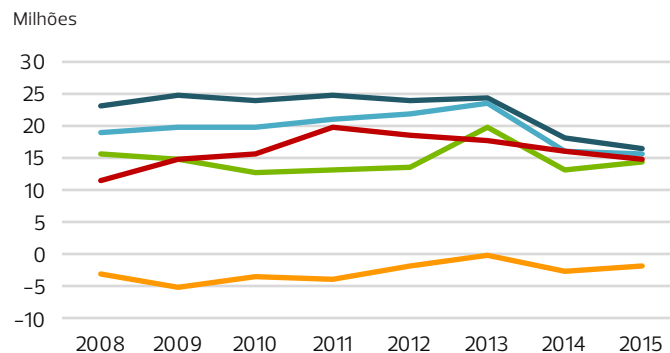
Vale de Cambra

22 864
HABITANTES



Vagos

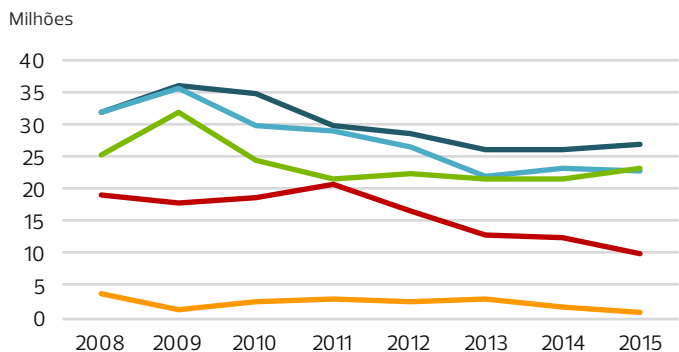
22 851
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

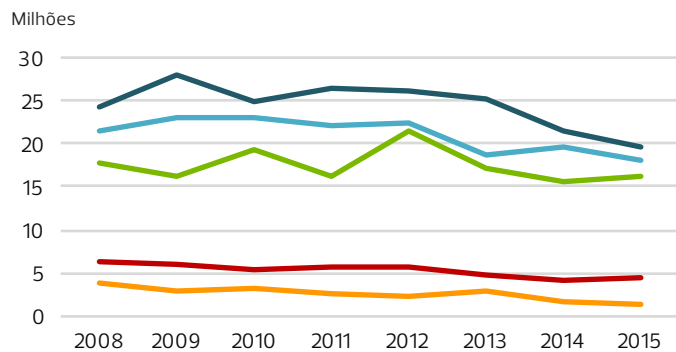
Arcos de Valdevez

22 847
HABITANTES



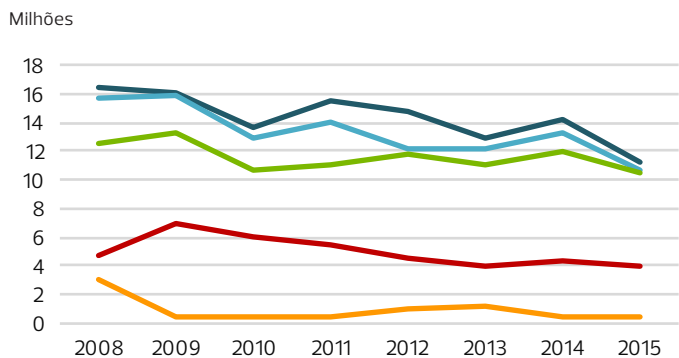
Arouca

22 359
HABITANTES



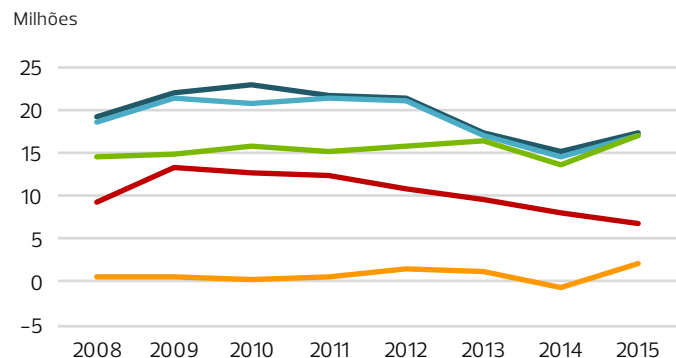
Salvaterra de Magos

22 159
HABITANTES



Póvoa de Lanhoso

21 886
HABITANTES



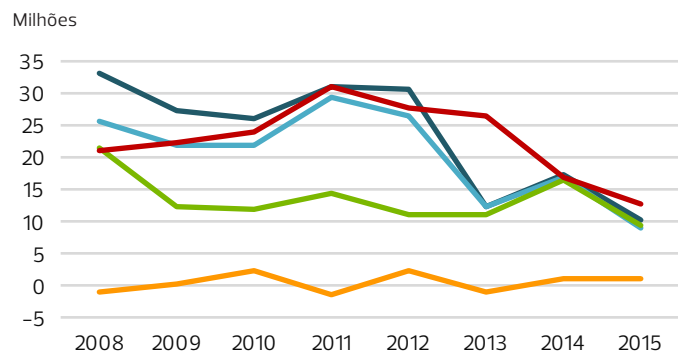
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

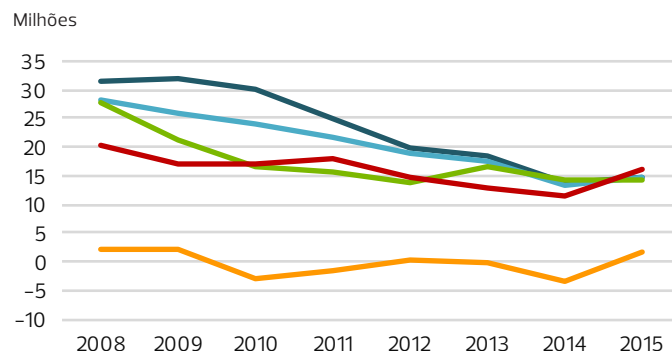
Machico

21 828
HABITANTES



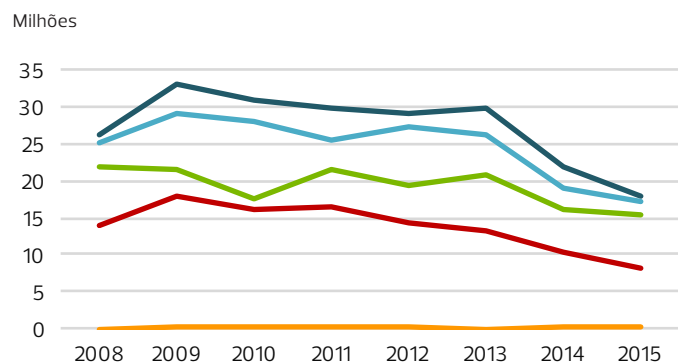
Azambuja

21 814
HABITANTES



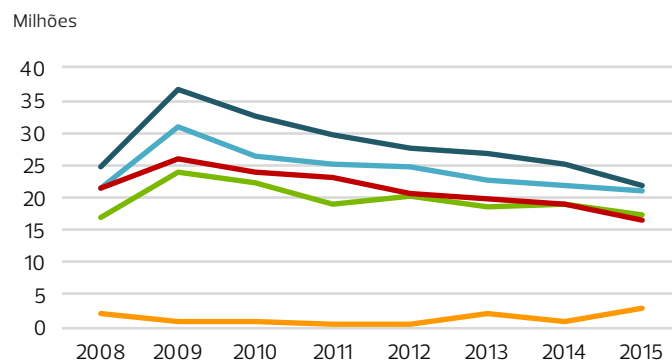
São João da Madeira

21 713
HABITANTES



Rio Maior

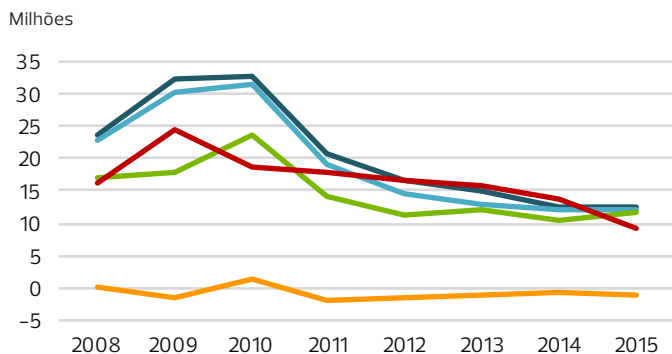
21 192
HABITANTES



Médio
<100 000 hab.

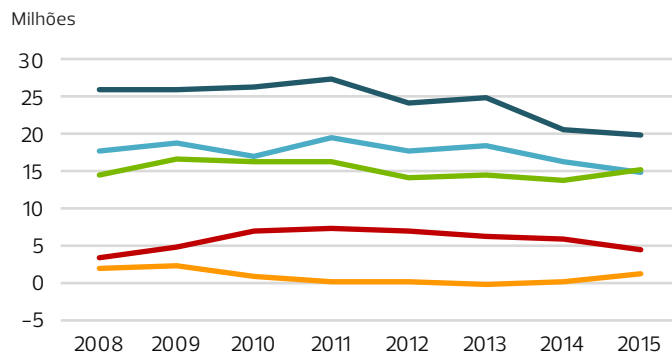
Praia da Vitória

21 035
HABITANTES



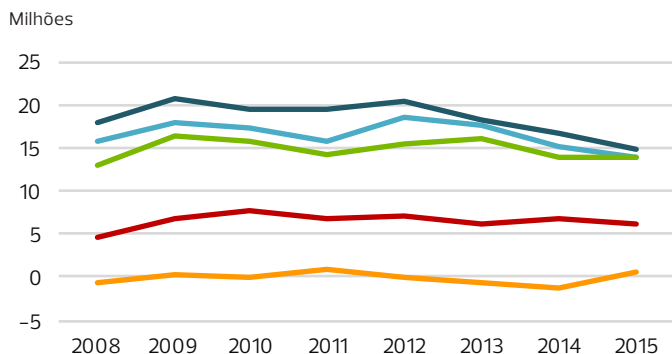
Oliveira do Hospital

20 855
HABITANTES



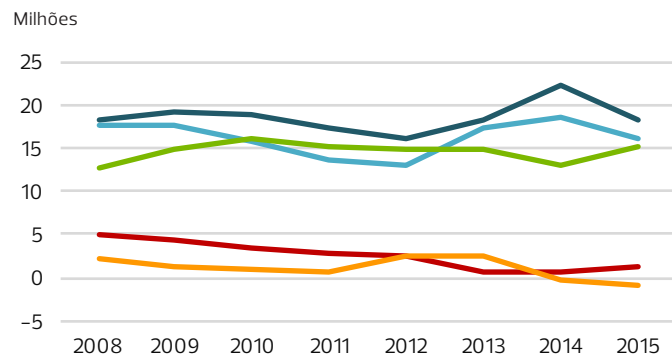
Baião

20 522
HABITANTES



Mealhada

20 428
HABITANTES



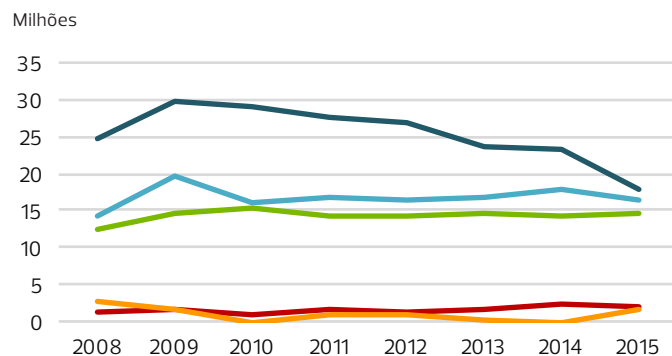
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Médio
<100 000 hab.

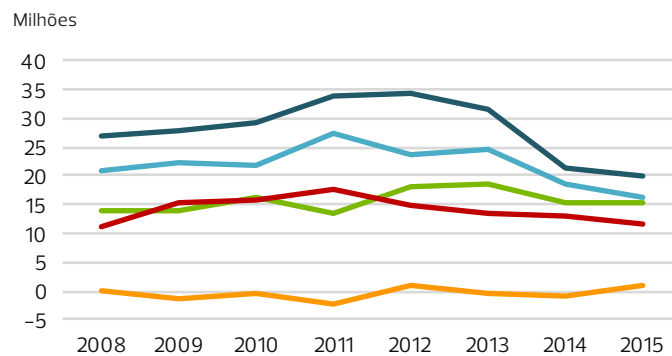
Cinfães

20 427
HABITANTES



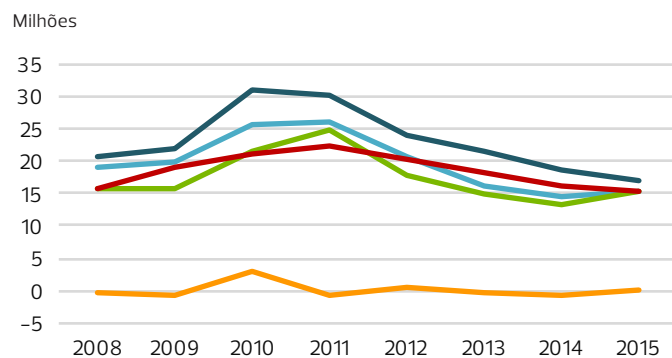
Entroncamento

20 206
HABITANTES



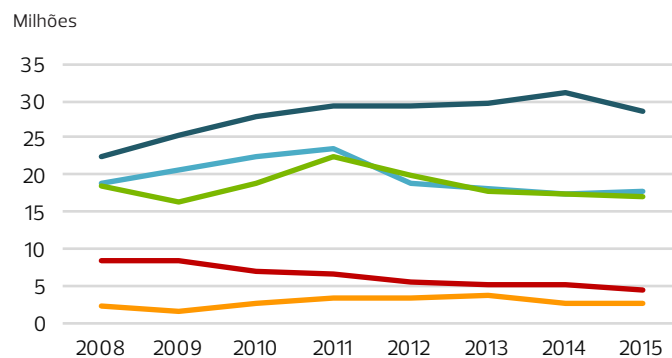
Celorico de Basto

20 098
HABITANTES



Coruche

19 944
HABITANTES

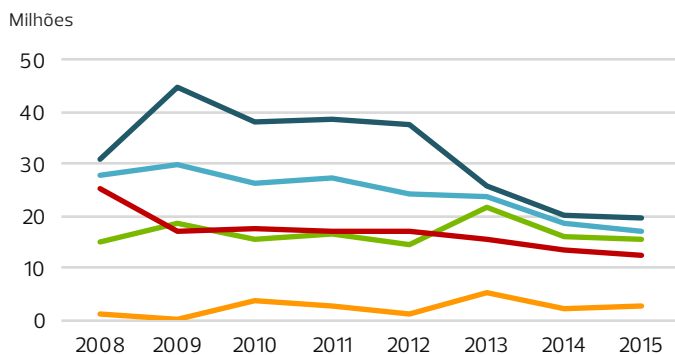


— Orcamento Corrigido
— Despesas Comprometidas
— Receitas Cobradas
— Dívidas a Pagar
— Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

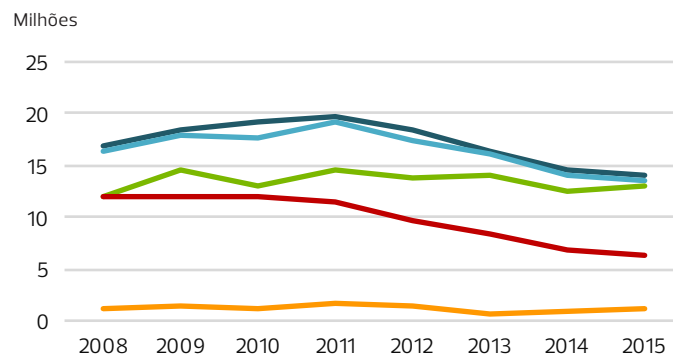
Mangualde

19 880
HABITANTES



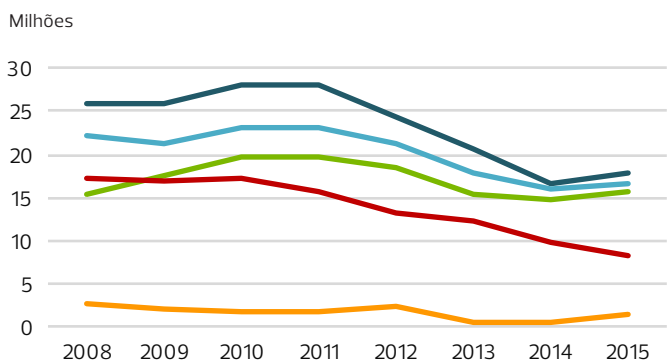
Soure

19 245
HABITANTES



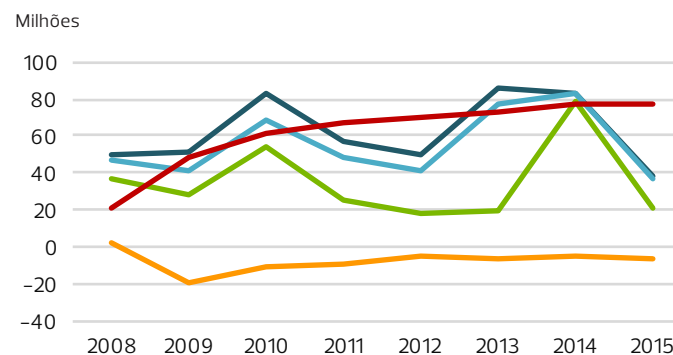
Monção

19 230
HABITANTES



Vila Real Santo António

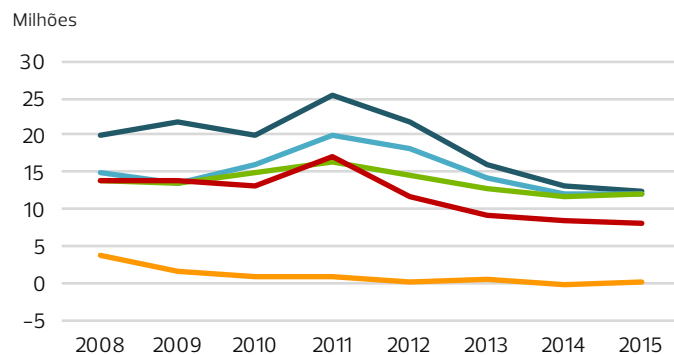
19 156
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

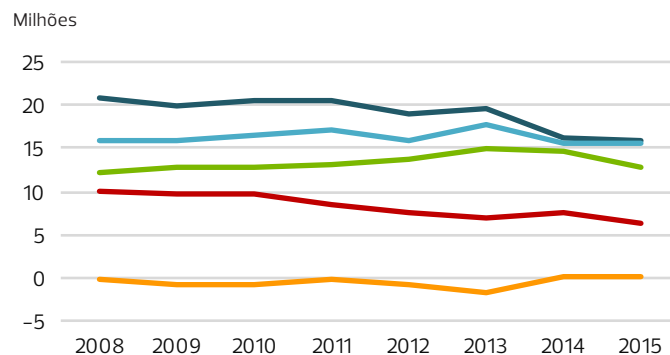
Amares

18 889
HABITANTES



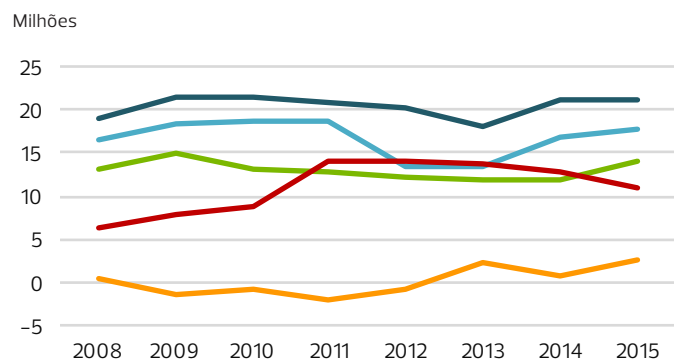
Lousã

17 604
HABITANTES



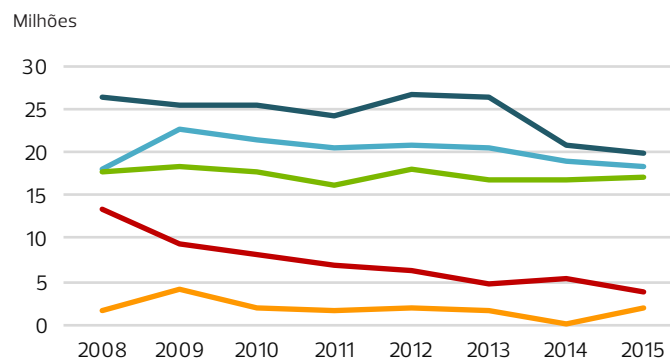
Alcochete

17 569
HABITANTES



Montemor-o-Novo

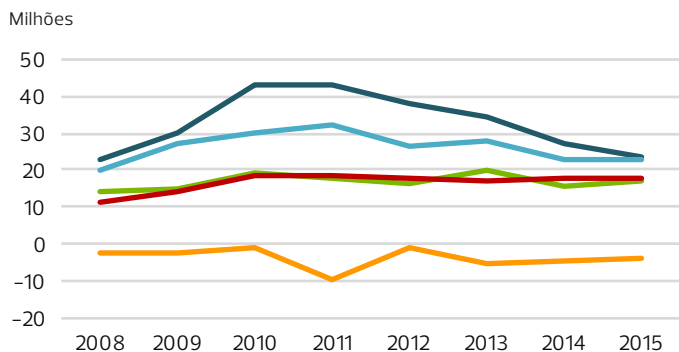
17 437
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

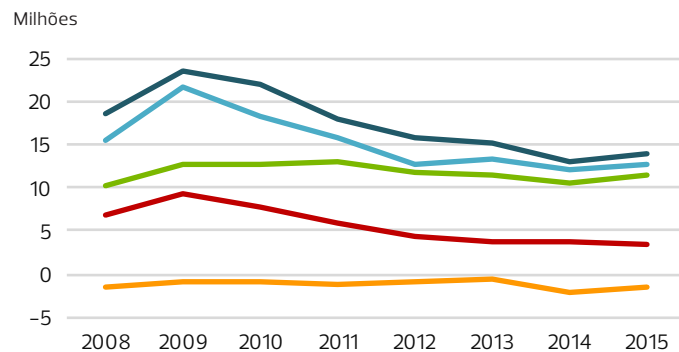
Peso da Régua

17 131
HABITANTES



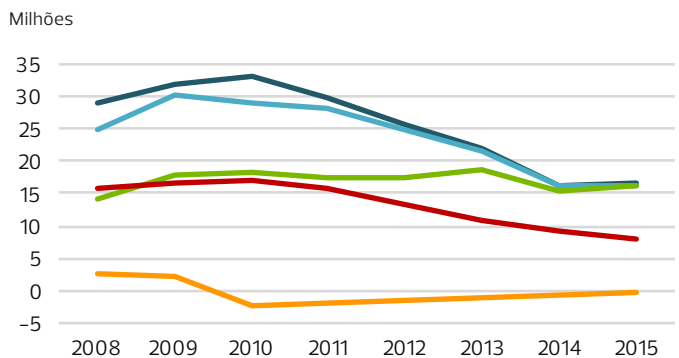
Condeixa-a-Nova

17 078
HABITANTES



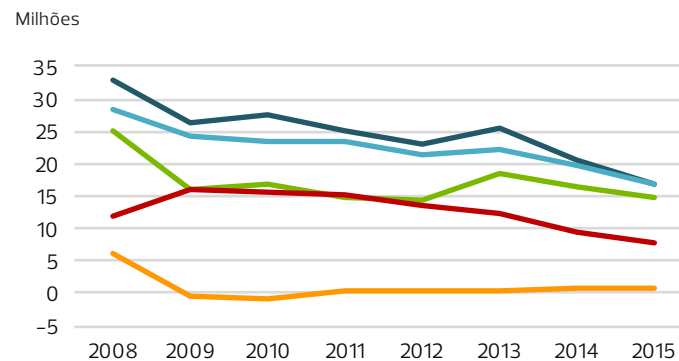
Valpaços

16 882
HABITANTES

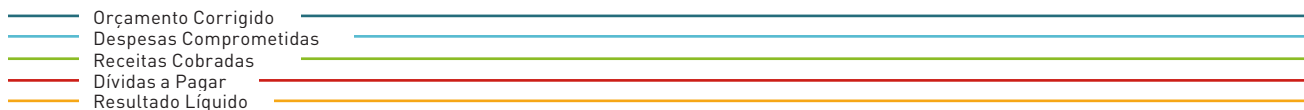


São Pedro do Sul

16 851
HABITANTES



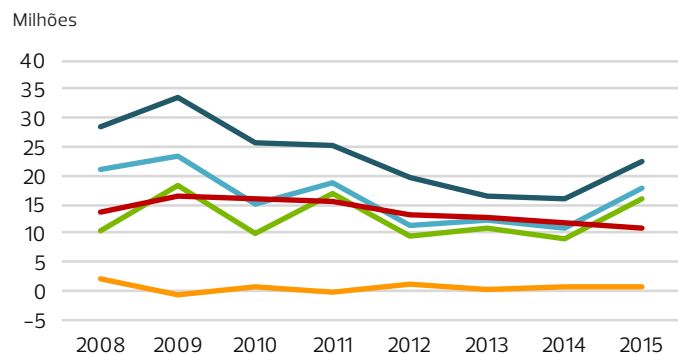
LEGENDA



Pequeno
<20 000 hab.

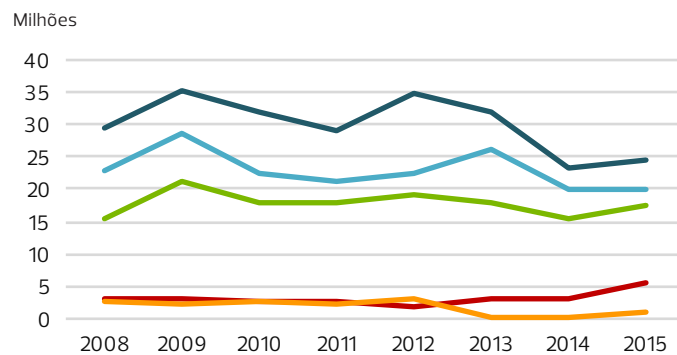
Castelo de Paiva

16 733
HABITANTES



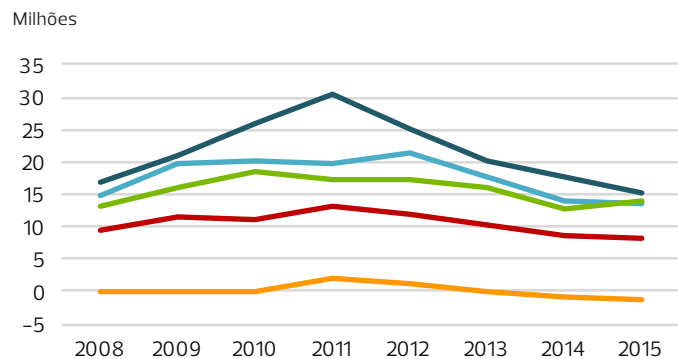
Ponte de Sor

16 722
HABITANTES



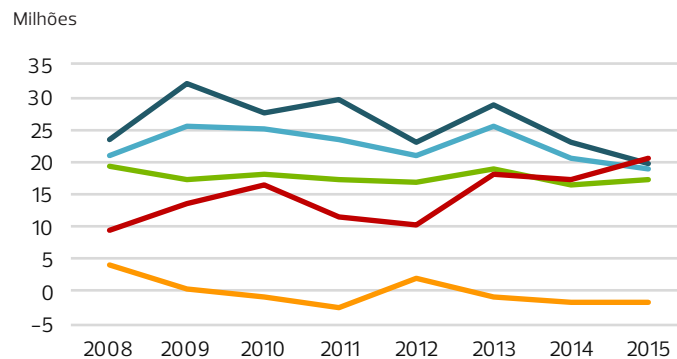
Cabeceiras de Basto

16 710
HABITANTES



Caminha

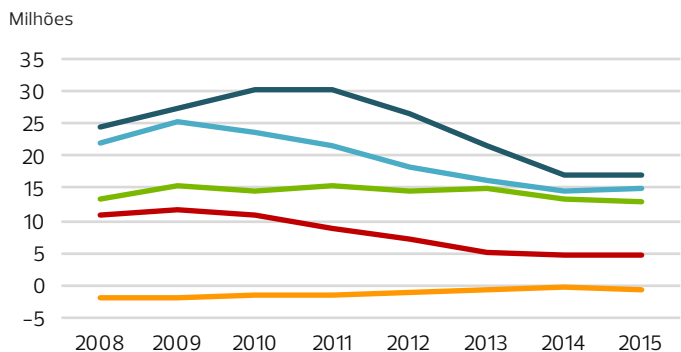
16 684
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

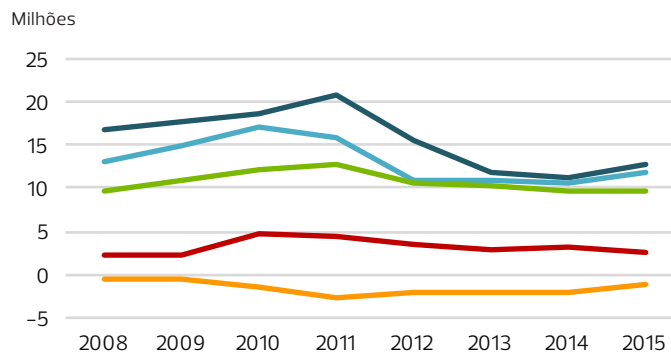
Sertã

15 880
HABITANTES



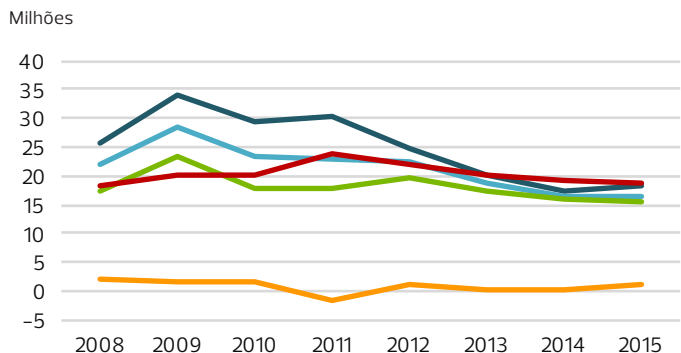
Batalha

15 805
HABITANTES



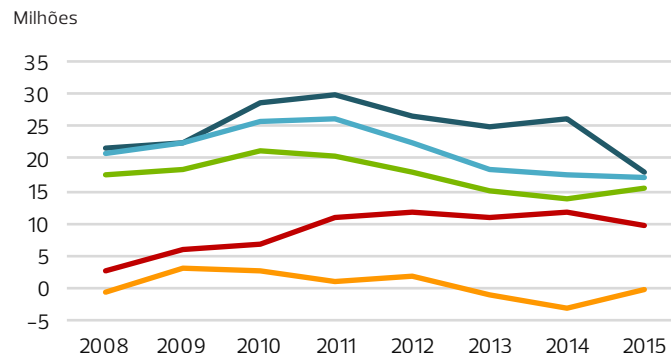
Macedo de Cavaleiros

15 776
HABITANTES



Serpa

15 623
HABITANTES



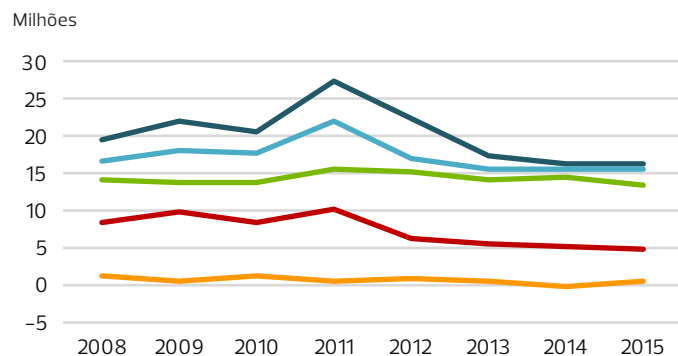
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

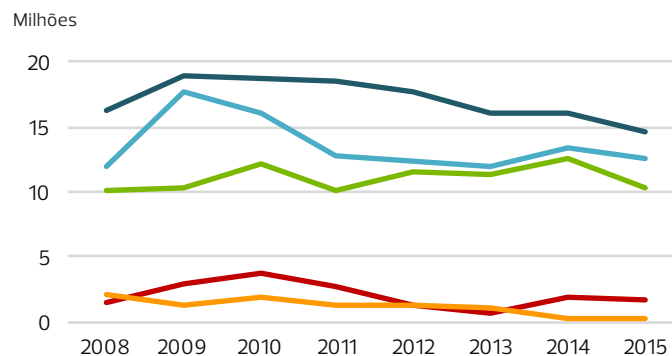
Castro Daire

15 339
HABITANTES



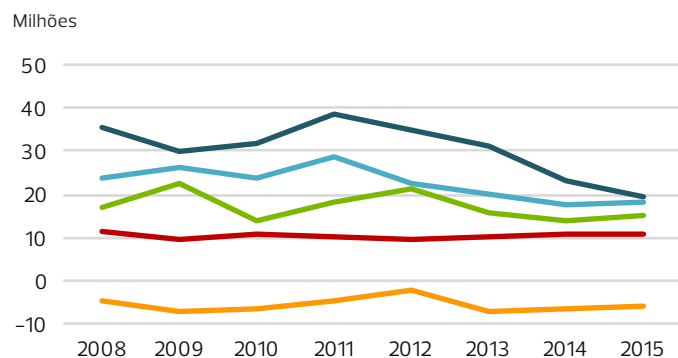
Penacova

15 251
HABITANTES



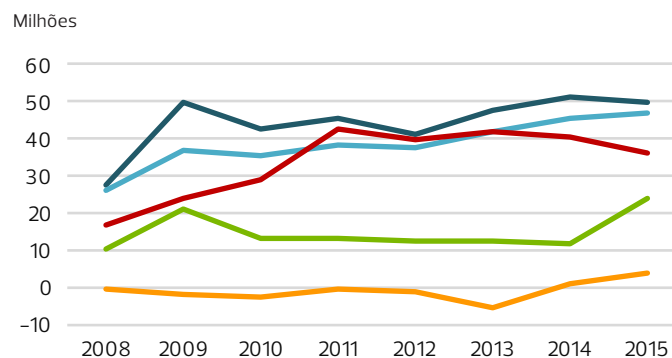
Moura

15 167
HABITANTES



Nazaré

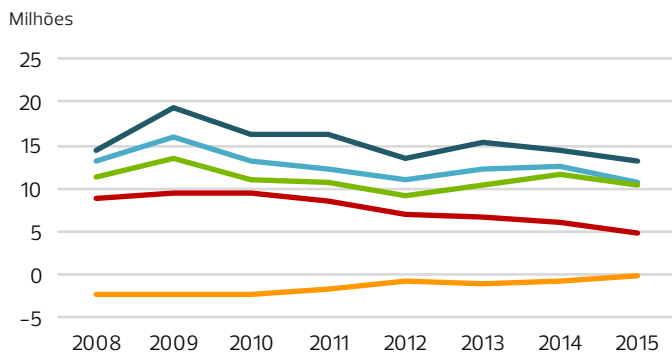
15 158
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

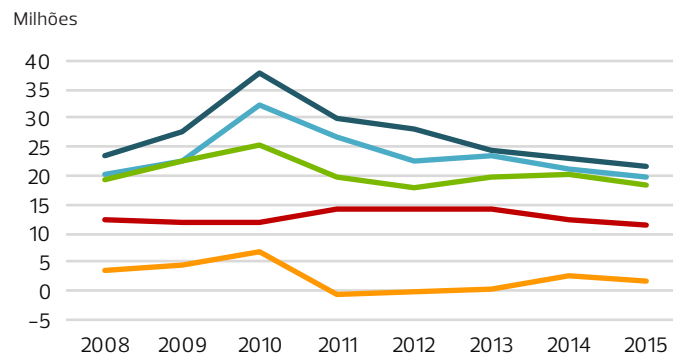
Horta

14 994
HABITANTES



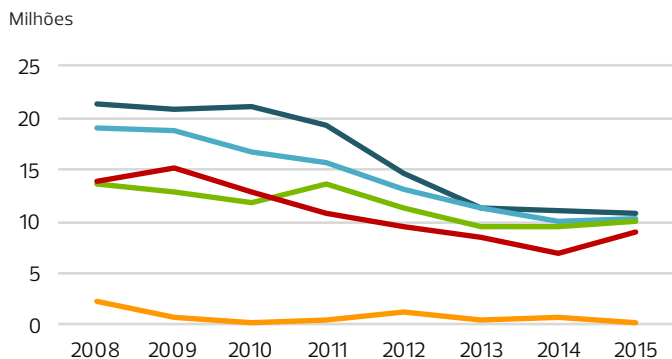
Grândola

14 826
HABITANTES



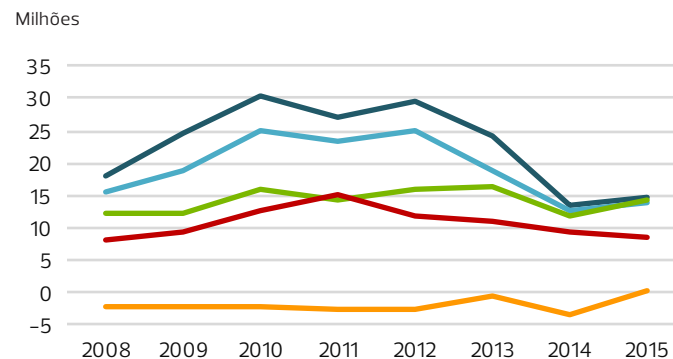
Lagoa (R.A.A)

14 442
HABITANTES



Estremoz

14 318
HABITANTES



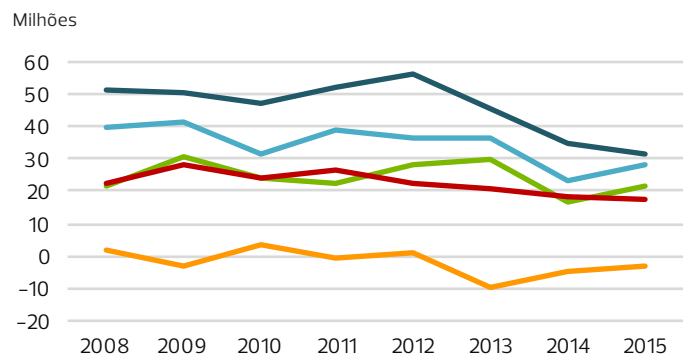
LEGENDA



Pequeno
<20 000 hab.

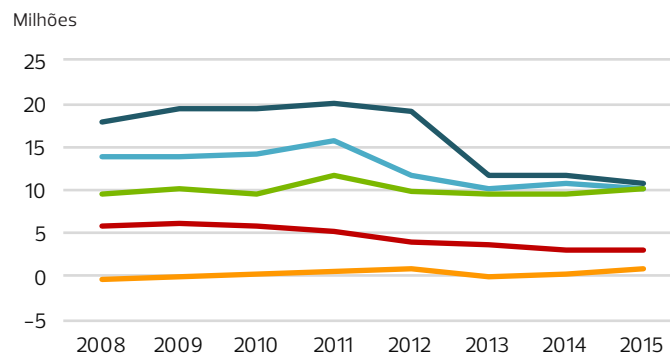
Sines

14 238
HABITANTES



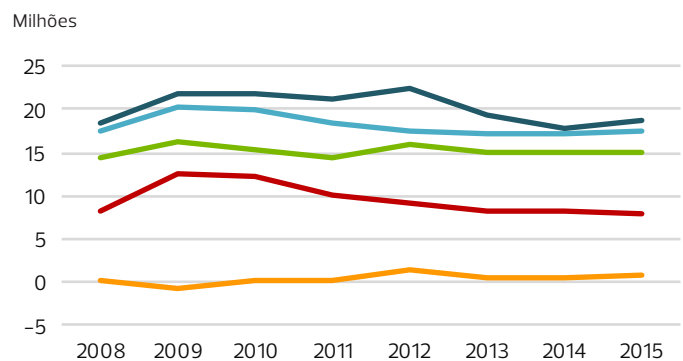
Cadaval

14 228
HABITANTES



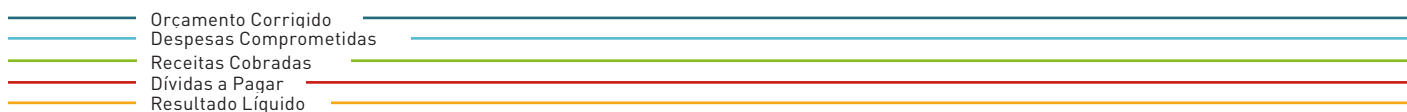
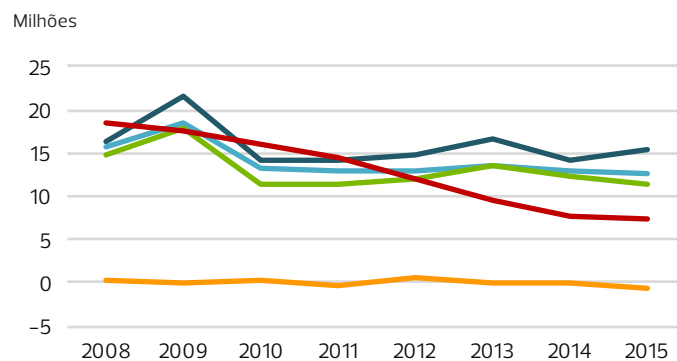
Valença

14 127
HABITANTES



Gouveia

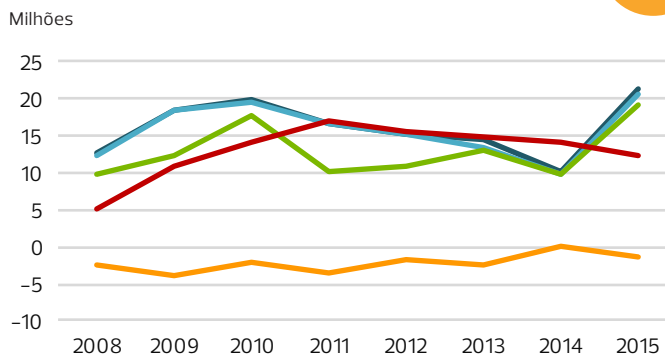
14 046
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

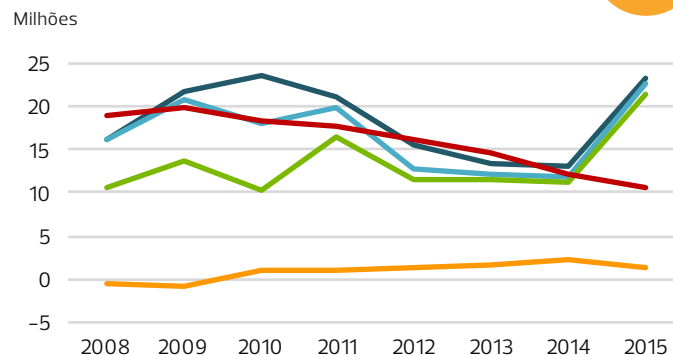
Nelas

14 037
HABITANTES



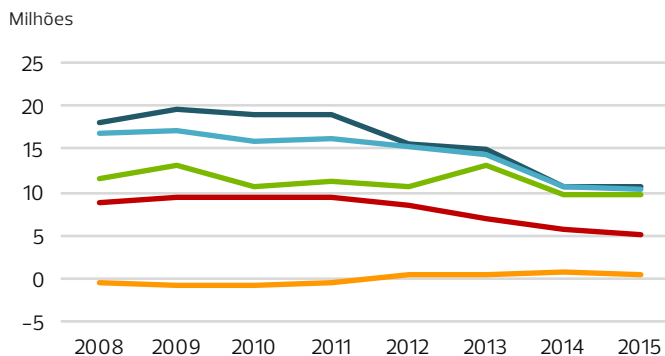
Alcanena

13 868
HABITANTES



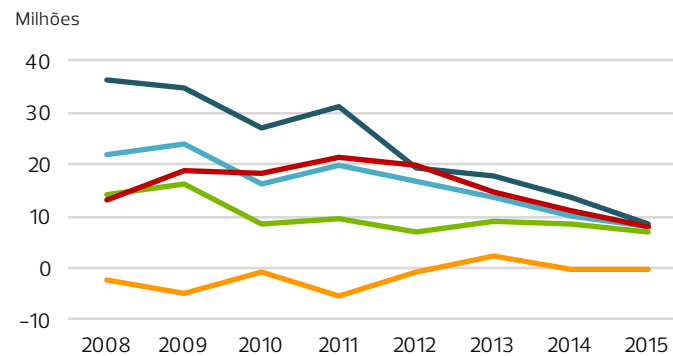
Arruda dos Vinhos

13 391
HABITANTES



Ribeira Brava

13 375
HABITANTES



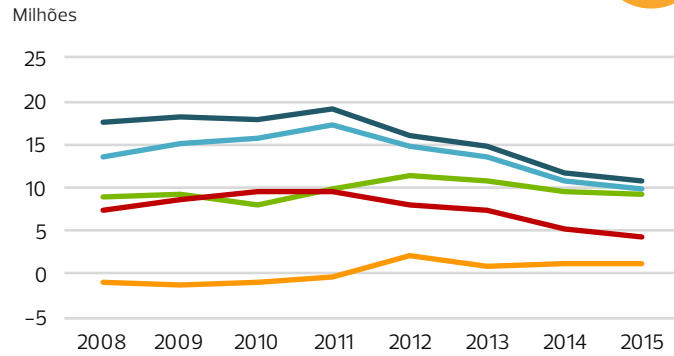
LEGENDA



Pequeno
<20 000 hab.

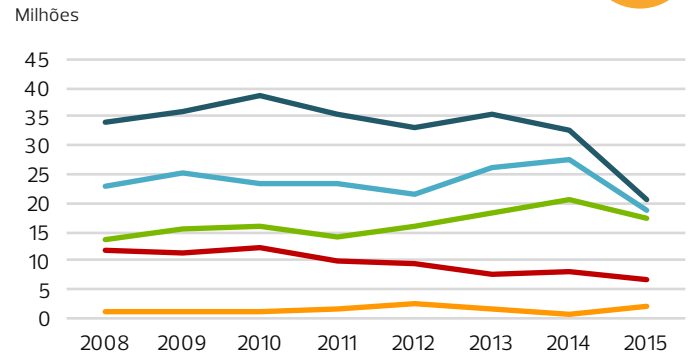
Bombarral

13 193
HABITANTES



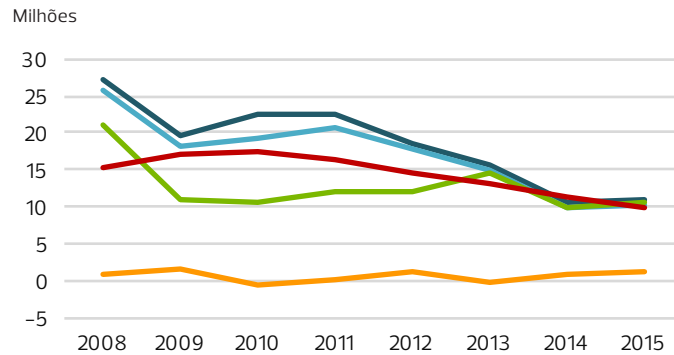
Vila Pouca de Aguiar

13 187
HABITANTES



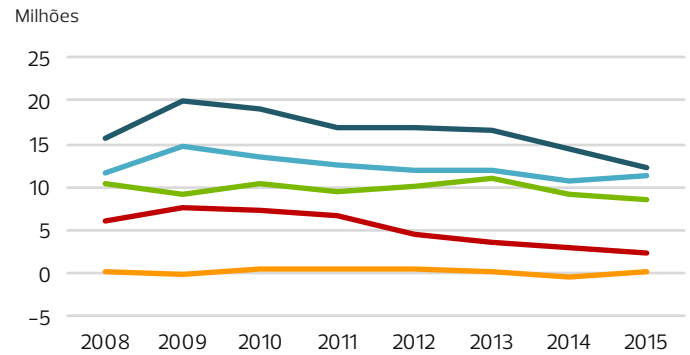
Ansião

13 128
HABITANTES



Miranda do Corvo

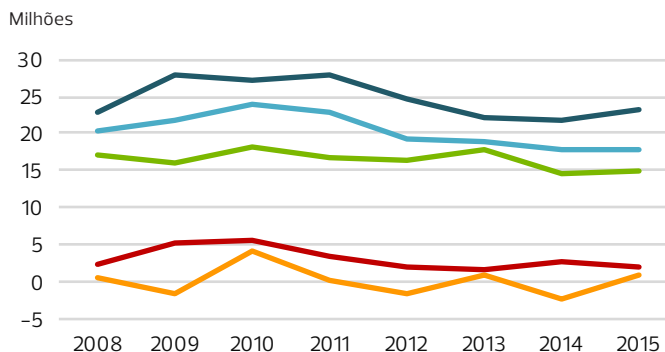
13 098
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

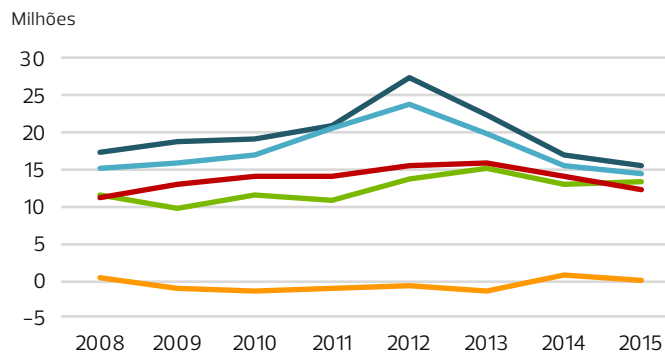
Alcácer do Sal

13 046
HABITANTES



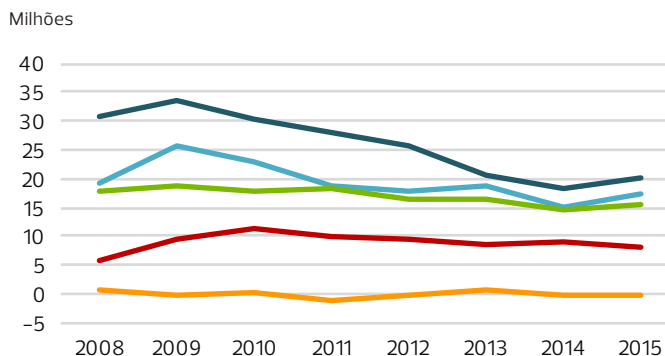
Vieira do Minho

12 997
HABITANTES



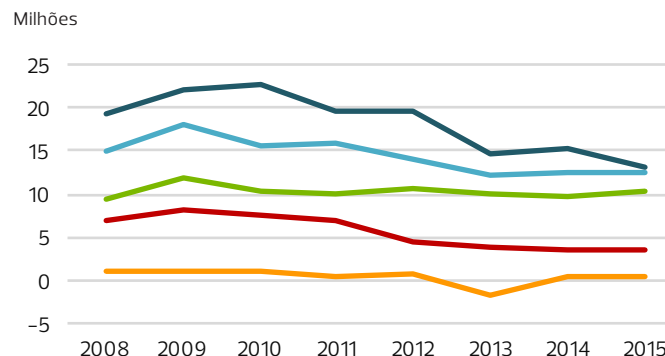
Sabugal

12 544
HABITANTES



Mira

12 465
HABITANTES



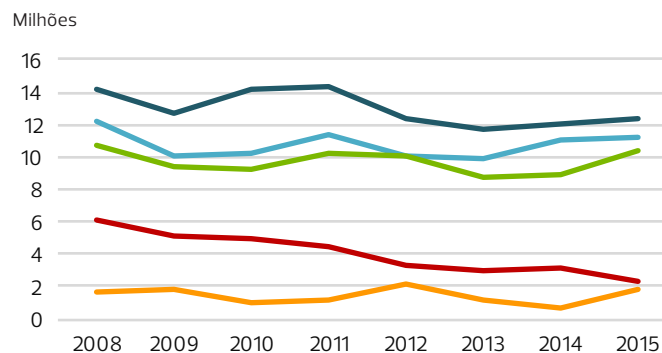
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

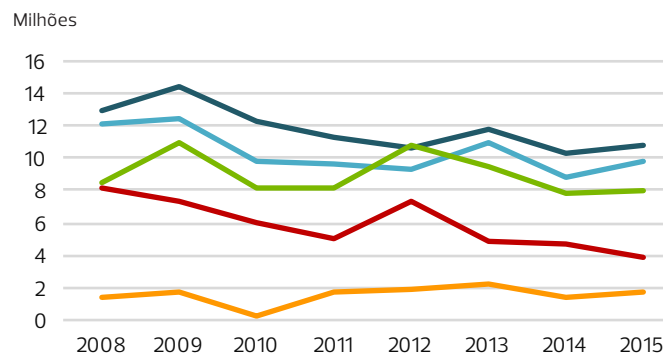
Sátão

12 444
HABITANTES



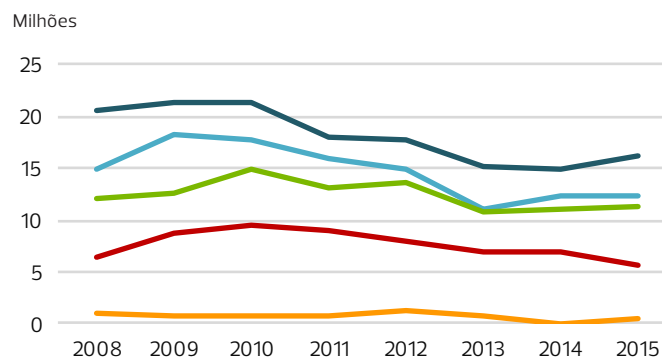
Sever do Vouga

12 356
HABITANTES



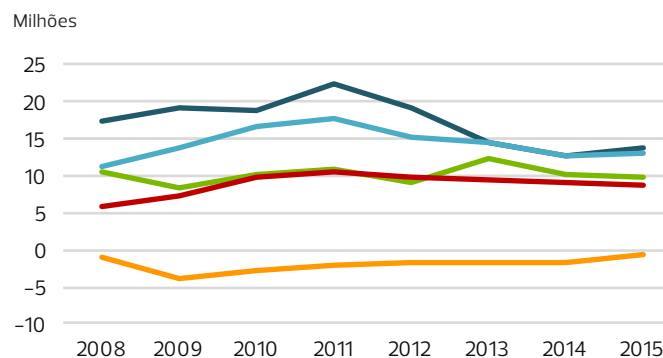
Arganil

12 145
HABITANTES



Tábua

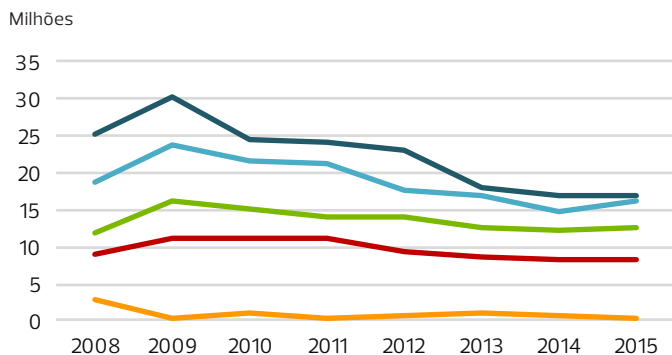
12 071
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

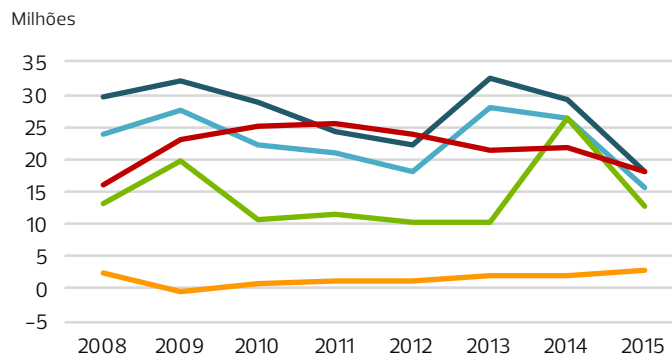
Ponte da Barca

12 061
HABITANTES



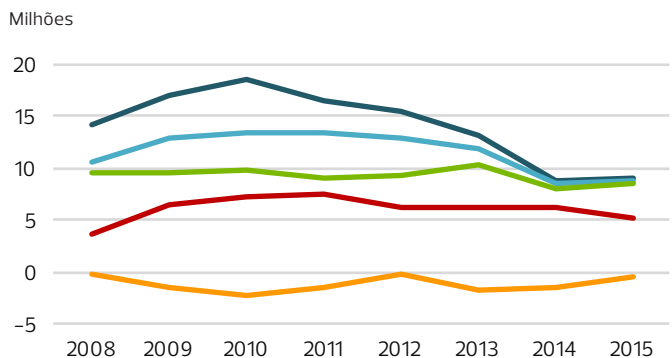
Alijó

11 942
HABITANTES



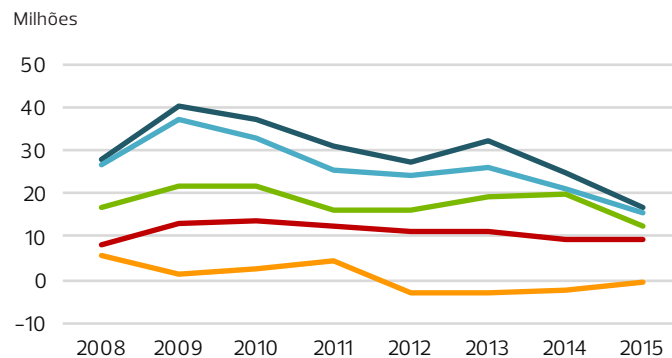
Vendas Novas

11 846
HABITANTES



Óbidos

11 772
HABITANTES



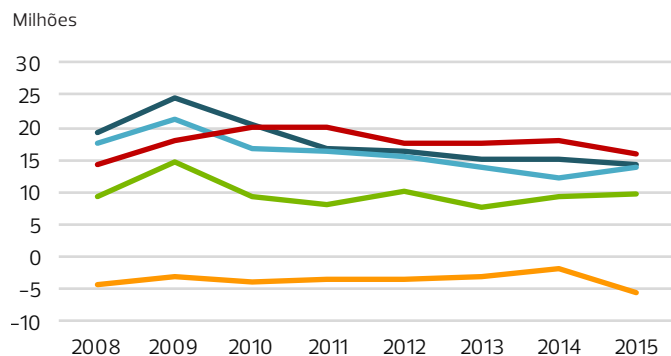
LEGENDA



Pequeno
<20 000 hab.

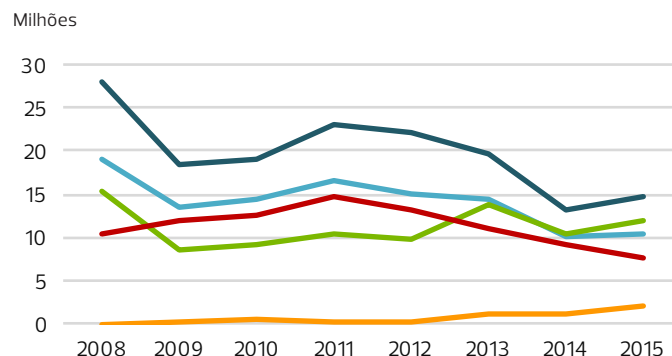
Santa Comba Dão

11 597
HABITANTES



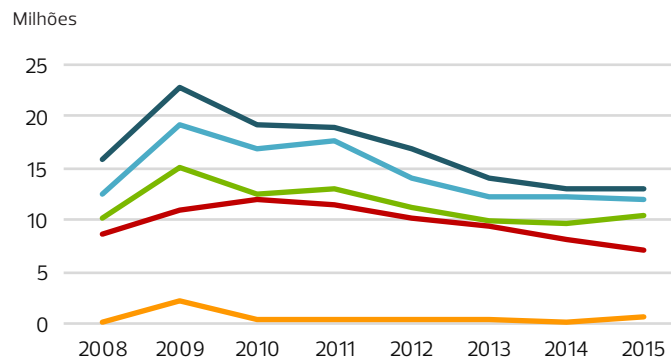
Calheta (R. A. M.)

11 521
HABITANTES



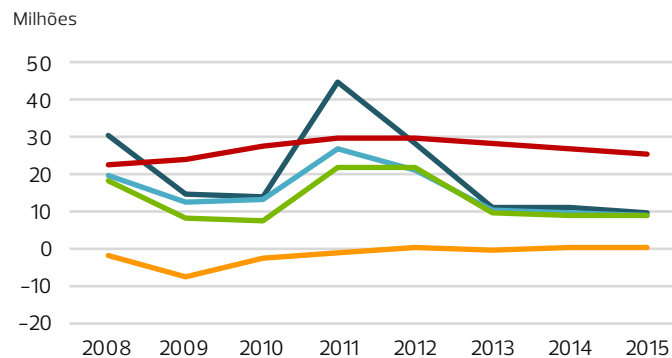
Resende

11 364
HABITANTES



Vila Franca do Campo

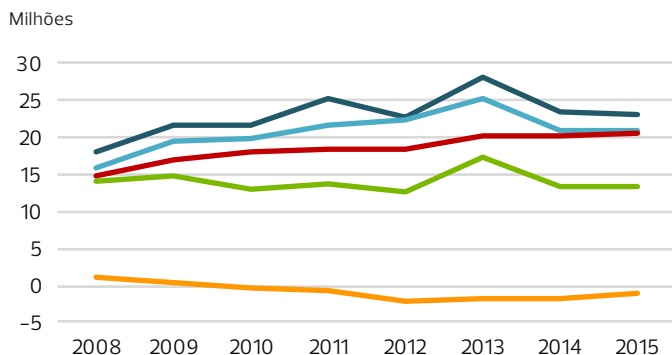
11 229
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

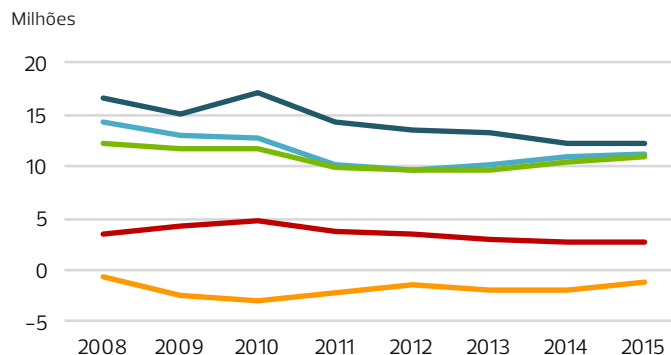
Reguengos de Monsaraz

10 828
HABITANTES



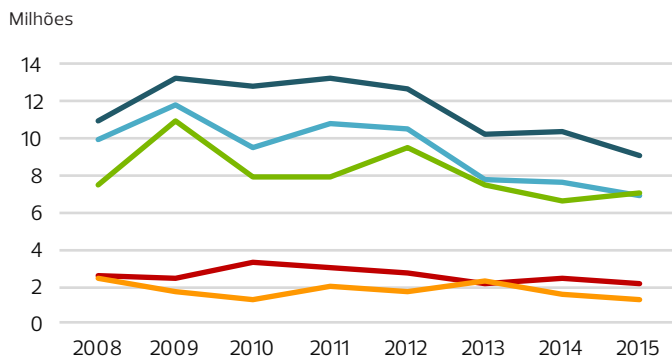
São Brás de Alportel

10 662
HABITANTES



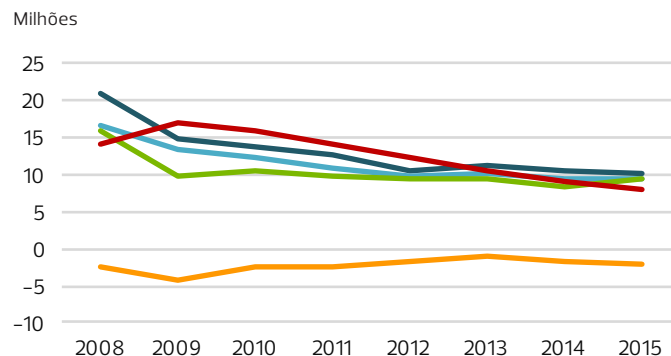
Murtosa

10 585
HABITANTES



Vouzela

10 564
HABITANTES



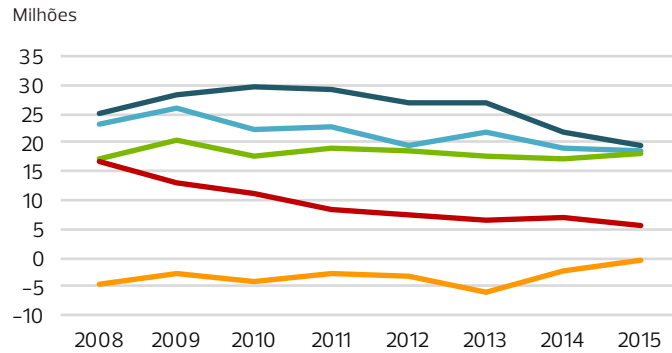
LEGENDA



Pequeno
<20 000 hab.

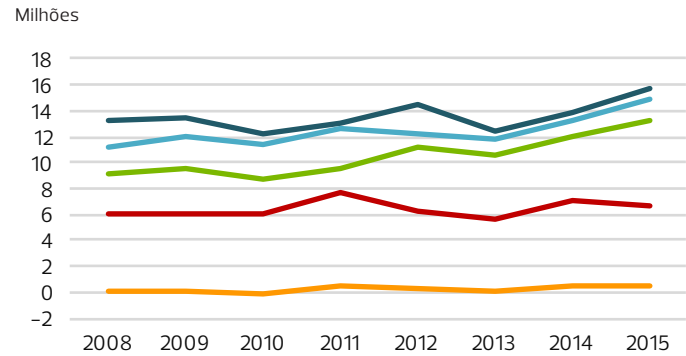
Montalegre

10 537
HABITANTES



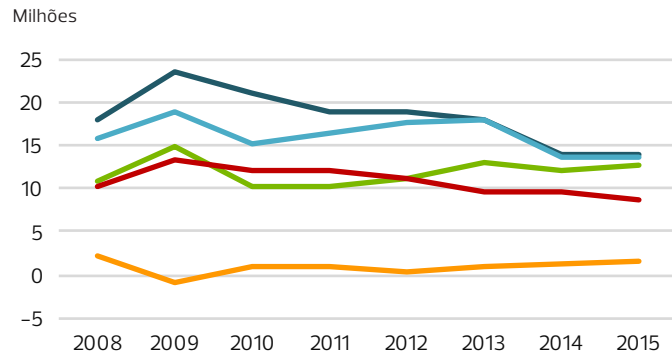
Oliveira de Frades

10 261
HABITANTES



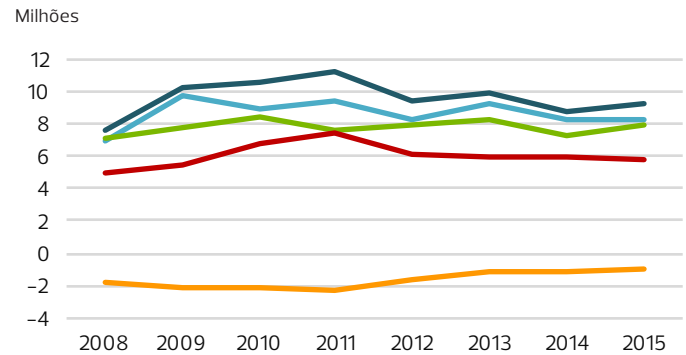
Moimenta da Beira

10 212
HABITANTES



Sobral de Monte Agraço

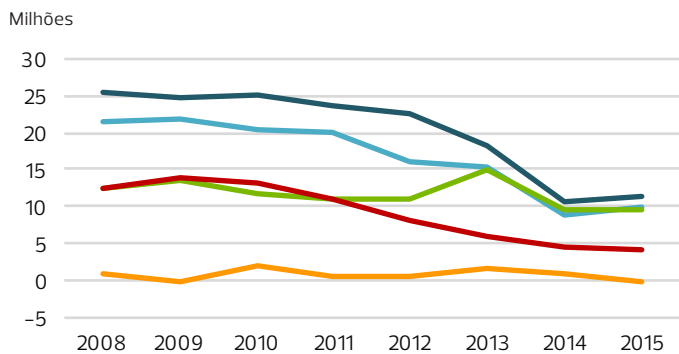
10 156
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

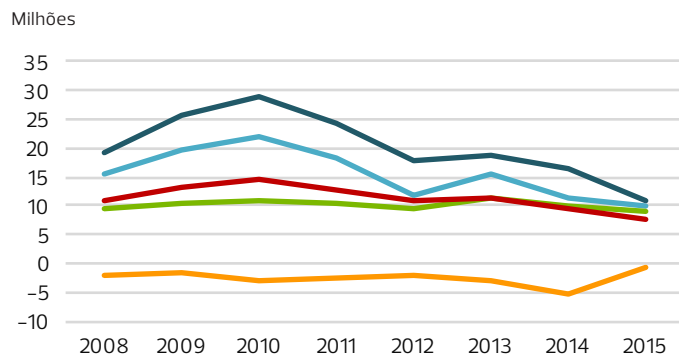
Chamusca

10 120
HABITANTES



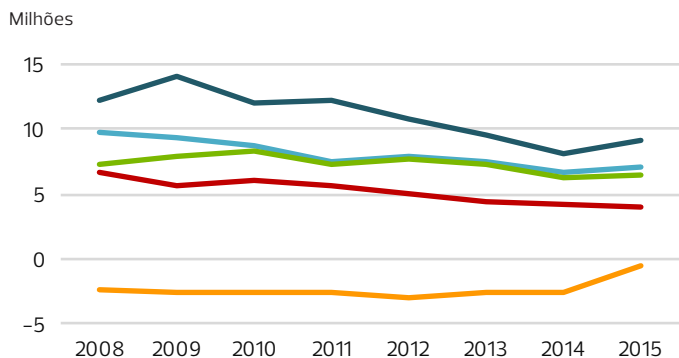
Trancoso

9 878
HABITANTES



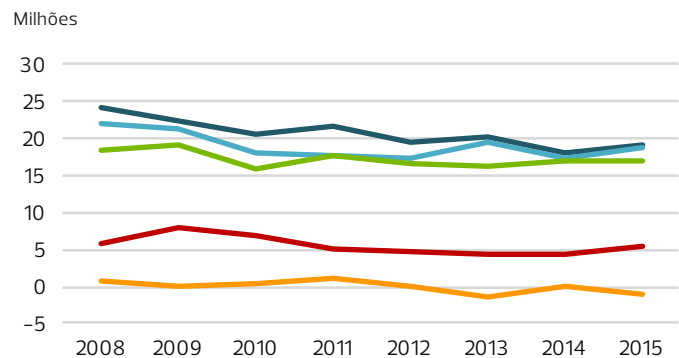
Carregal do Sal

9 835
HABITANTES



Idanha-a-Nova

9 716
HABITANTES



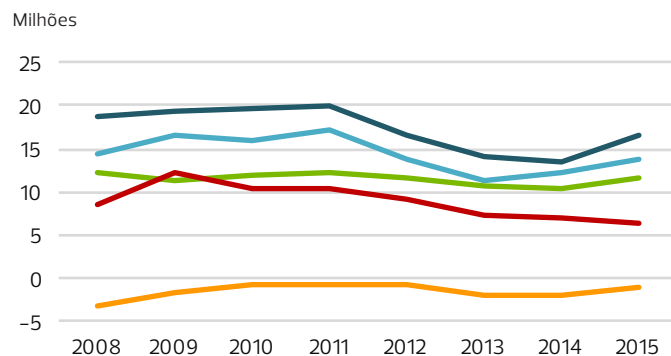
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

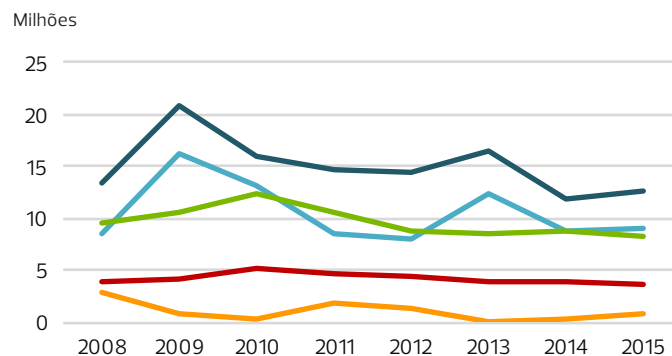
Pinhel

9 627
HABITANTES



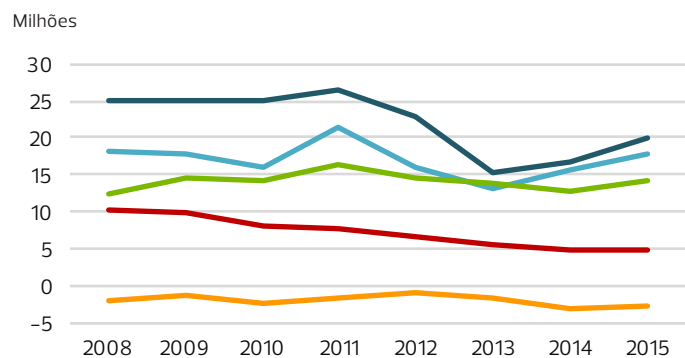
Mortágua

9 607
HABITANTES



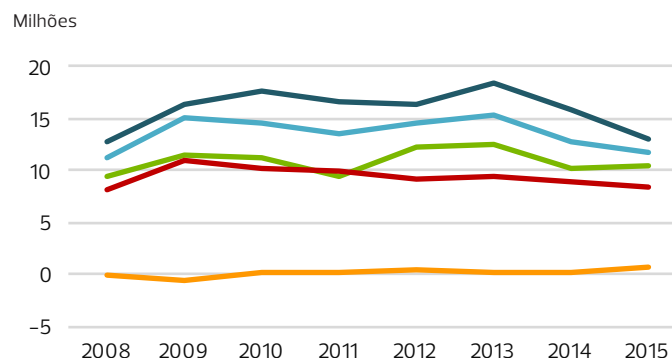
Mogadouro

9 542
HABITANTES



Aljustrel

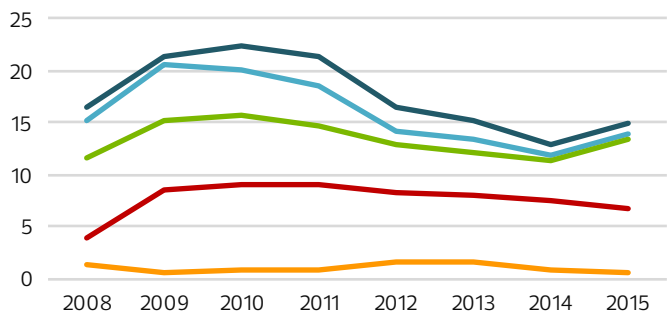
9 257
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

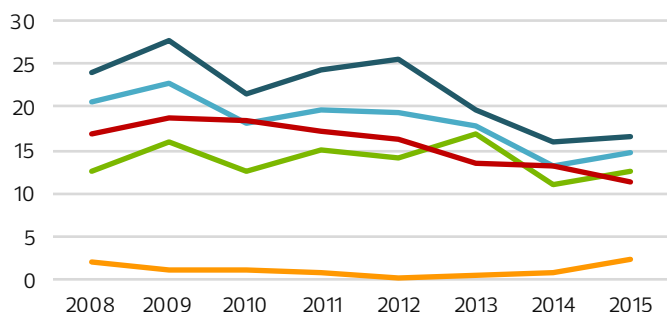
Vila Nova de Cerveira

9 253
HABITANTES



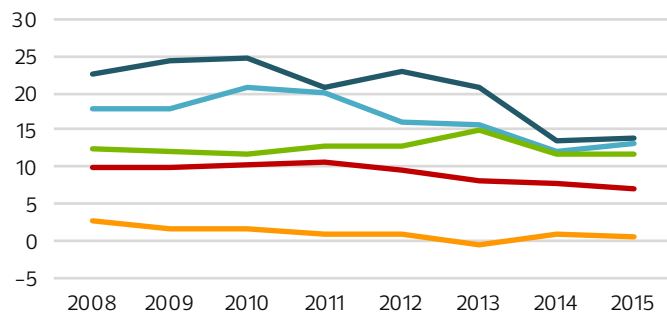
Melgaço

9 213
HABITANTES



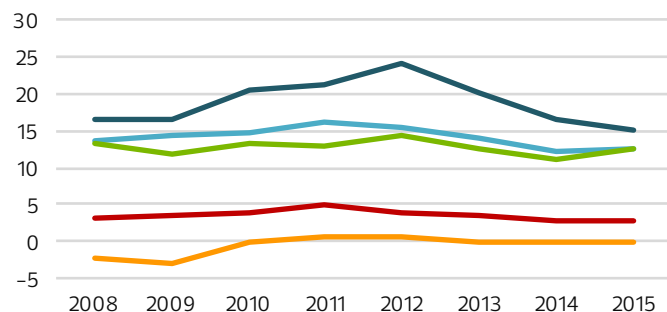
Paredes de Coura

9 198
HABITANTES



Vinhais

9 066
HABITANTES



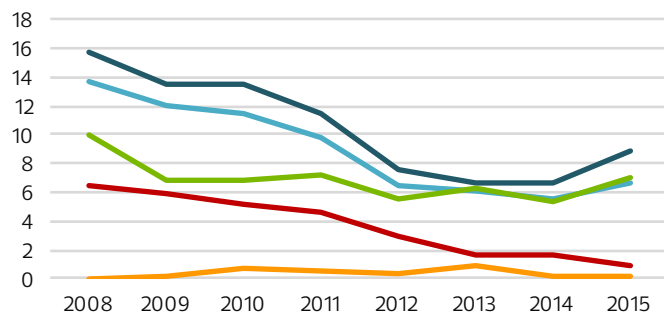
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

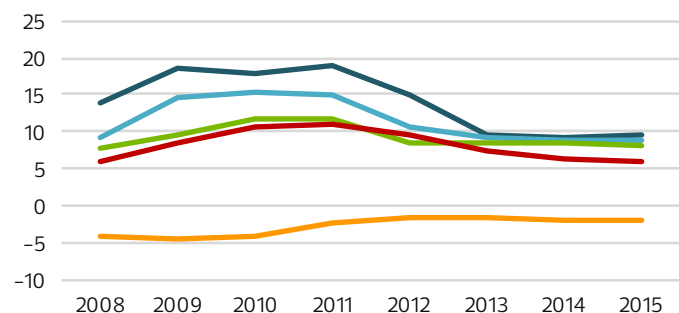
Ponta do Sol

8 862
HABITANTES



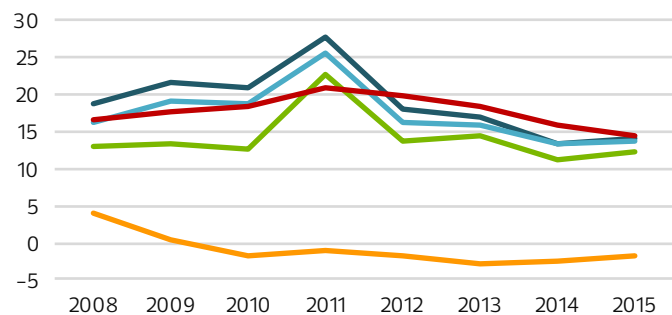
Ferreira do Zêzere

8 619
HABITANTES



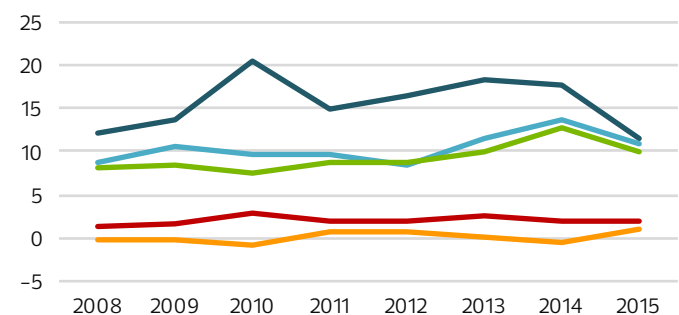
Torre de Moncorvo

8 572
HABITANTES



Campo Maior

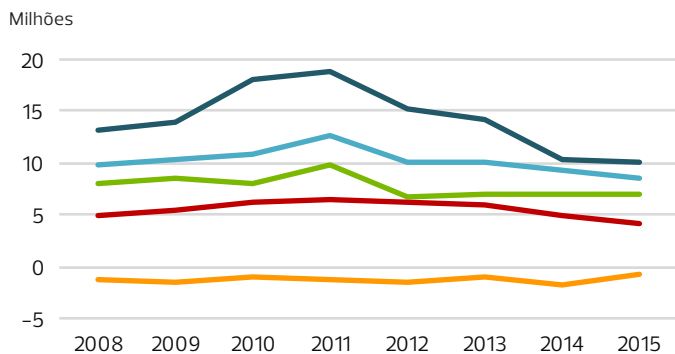
8 456
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

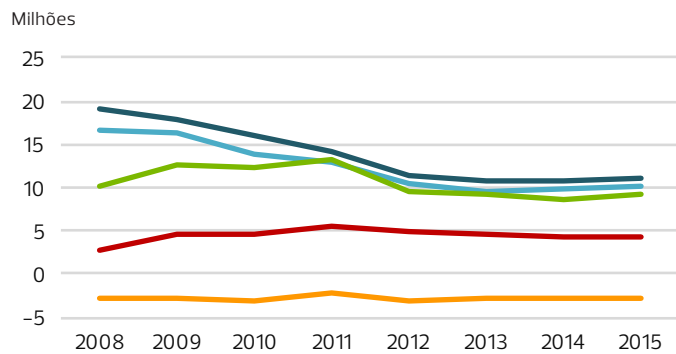
Vila Viçosa

8 319
HABITANTES



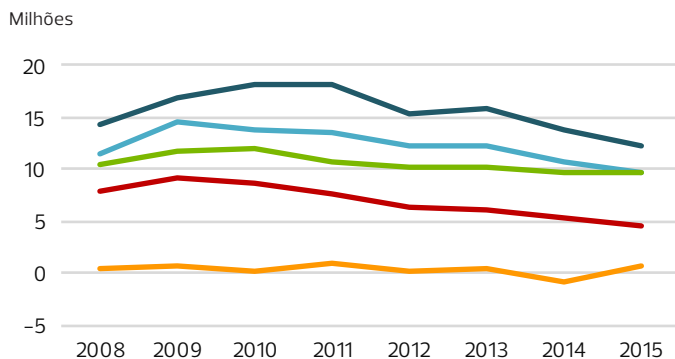
Proença-a-Nova

8 314
HABITANTES



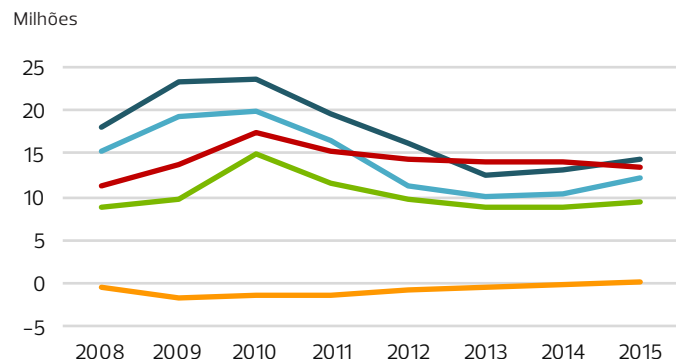
Ferreira do Alentejo

8 255
HABITANTES



Tarouca

8 048
HABITANTES



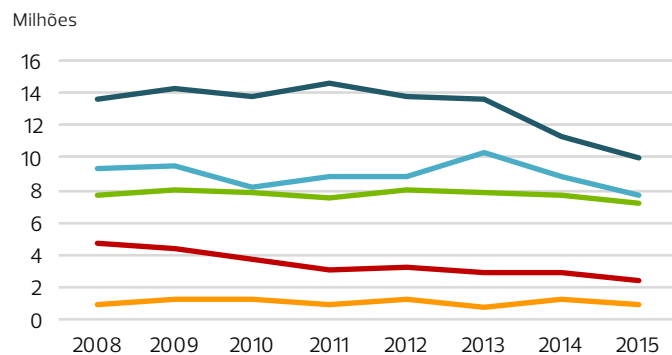
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

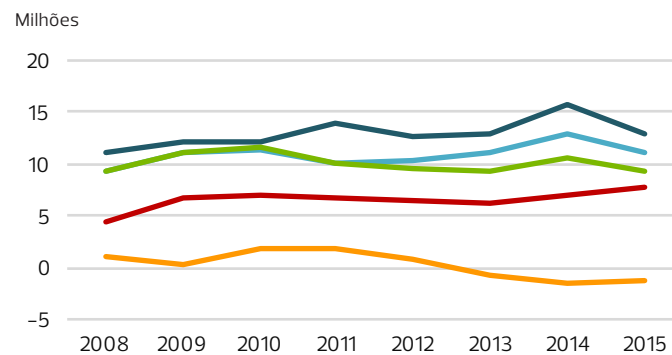
Penalva do Castelo

7 956
HABITANTES



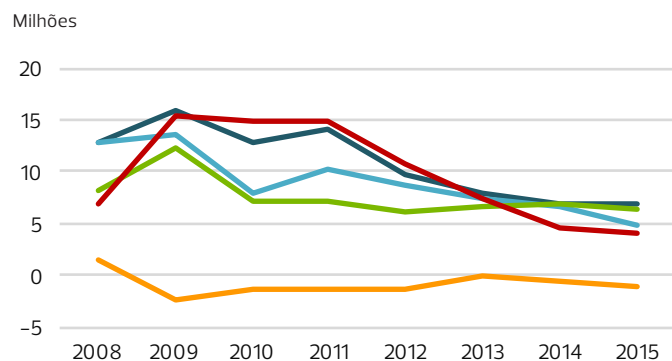
São João da Pesqueira

7 874
HABITANTES



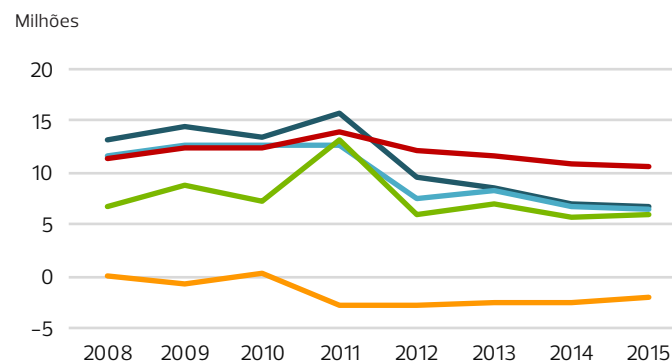
Santana

7 719
HABITANTES



Alpiarça

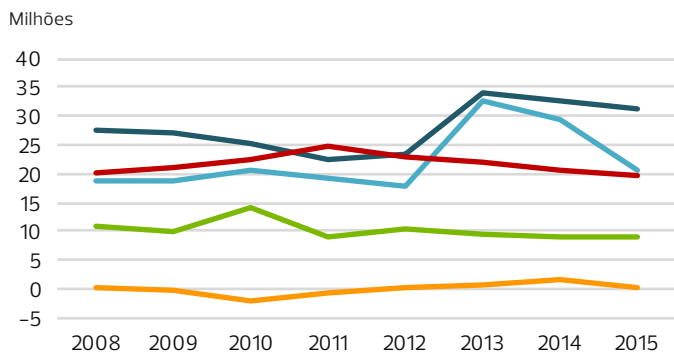
7 702
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

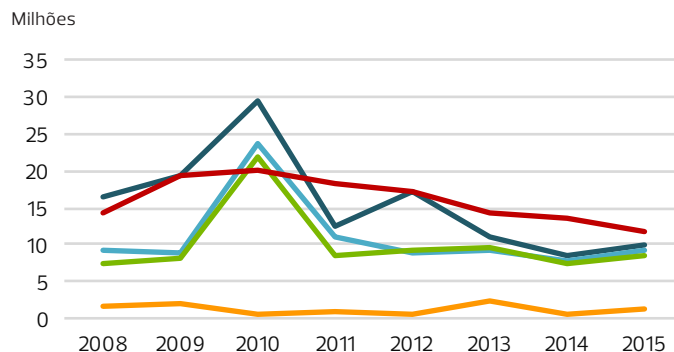
Celorico da Beira

7 693
HABITANTES



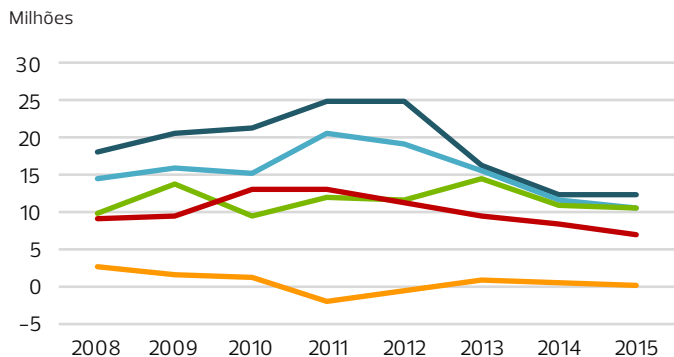
Mondim de Basto

7 493
HABITANTES



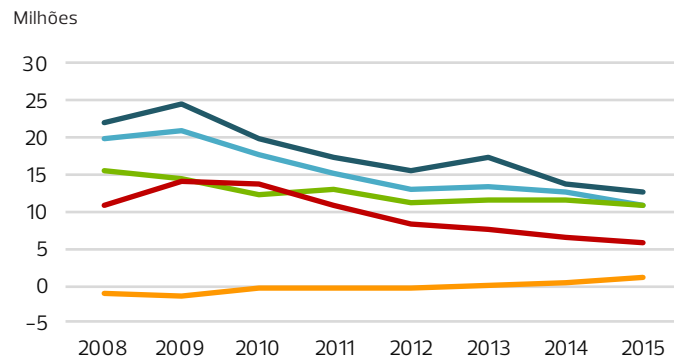
Miranda do Douro

7 482
HABITANTES



Nisa

7 450
HABITANTES



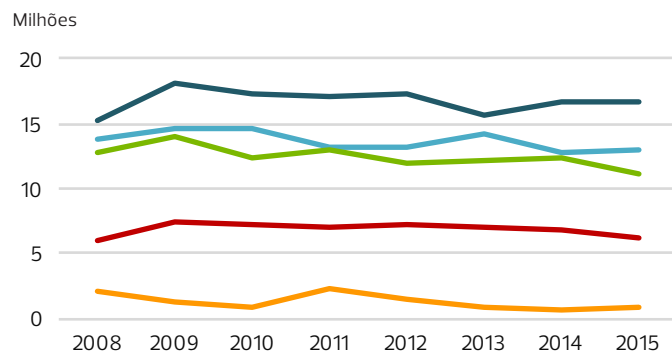
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

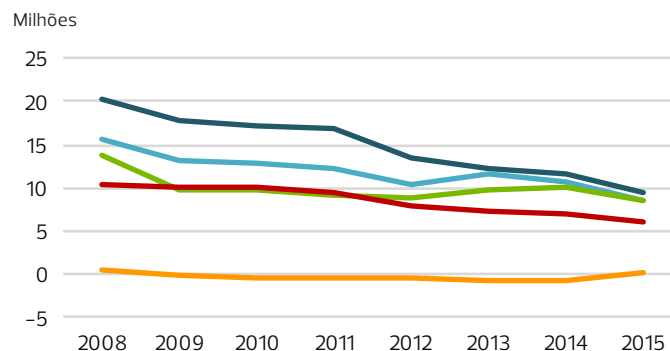
Almodôvar

7 449
HABITANTES



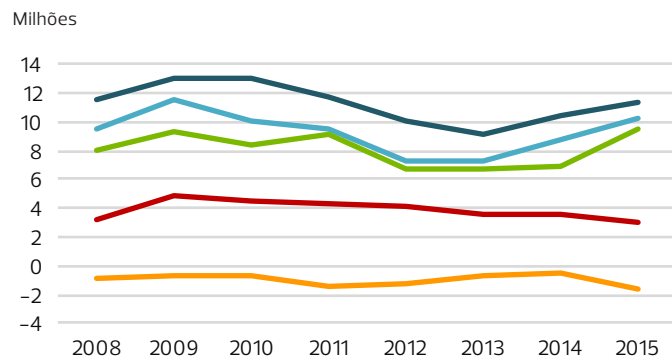
Arraiolos

7 363
HABITANTES



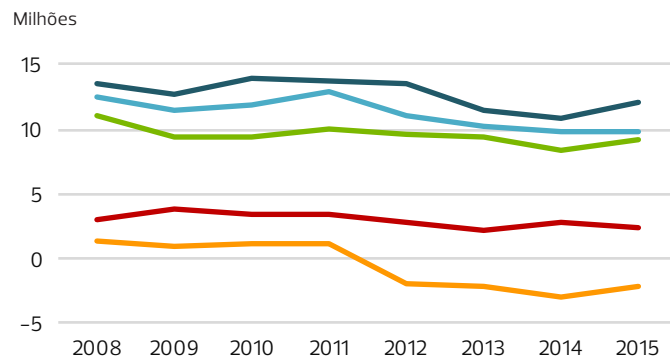
Santa Marta de Penaguião

7 356
HABITANTES



Mação

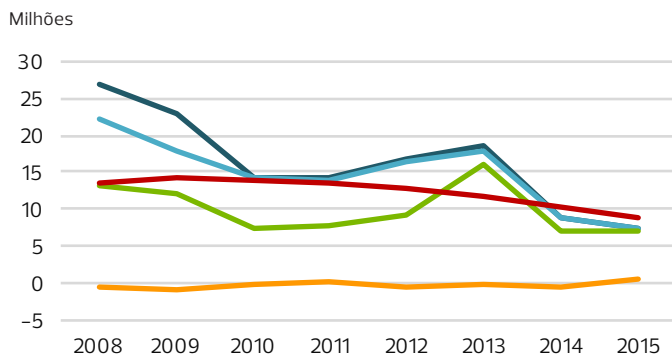
7 338
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

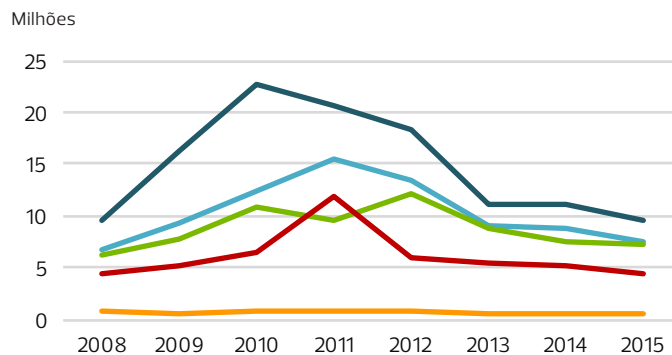
Borba

7 333
HABITANTES



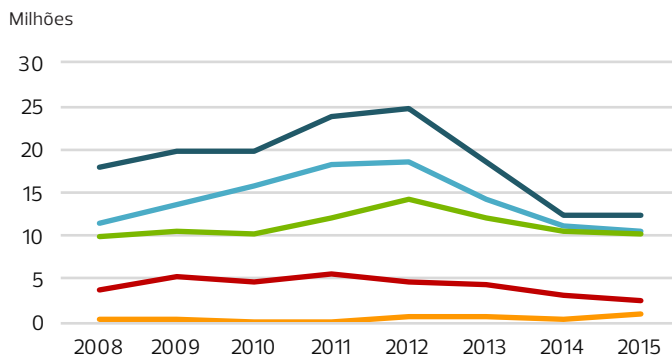
Vila Nova da Barquinha

7 322
HABITANTES



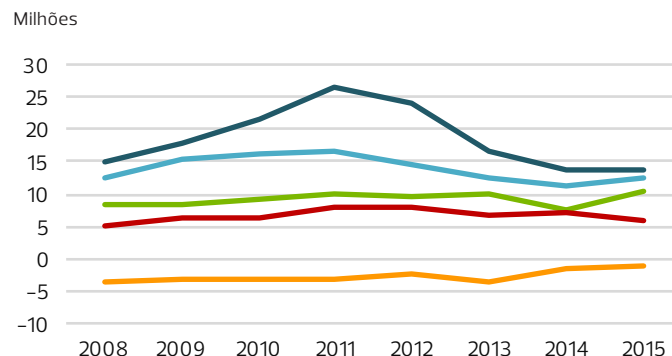
Vila Nova de Foz Côa

7 312
HABITANTES



Alvaiázere

7 287
HABITANTES



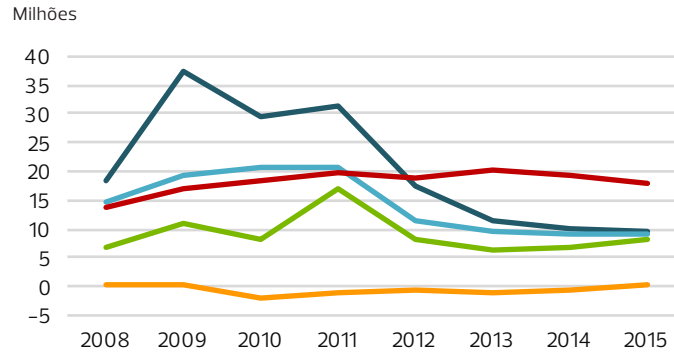
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

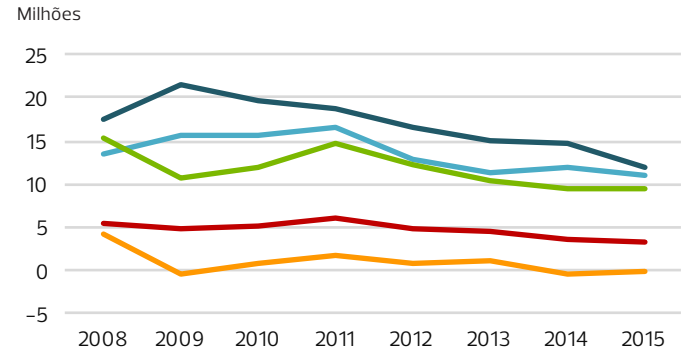
Vila Nova de Poiares

7 281
HABITANTES



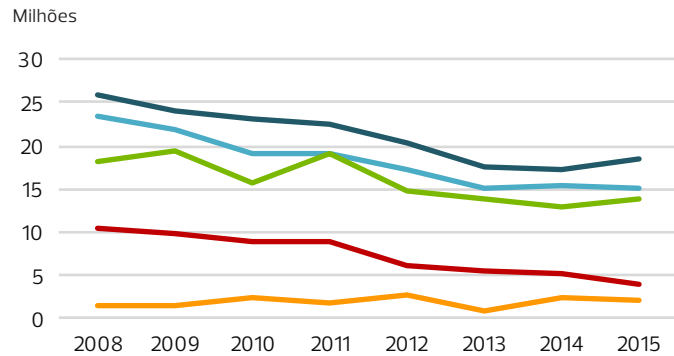
Castro Verde

7 276
HABITANTES



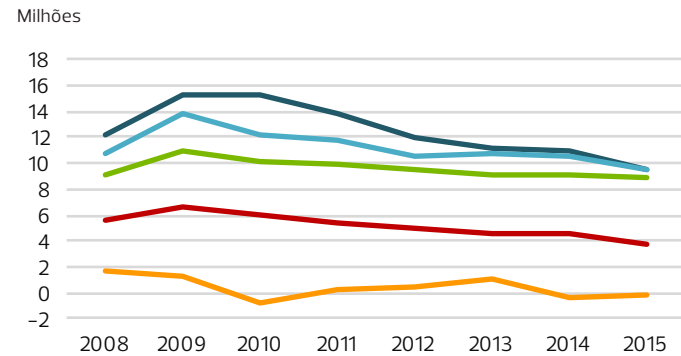
Mértola

7 274
HABITANTES



Terras de Bouro

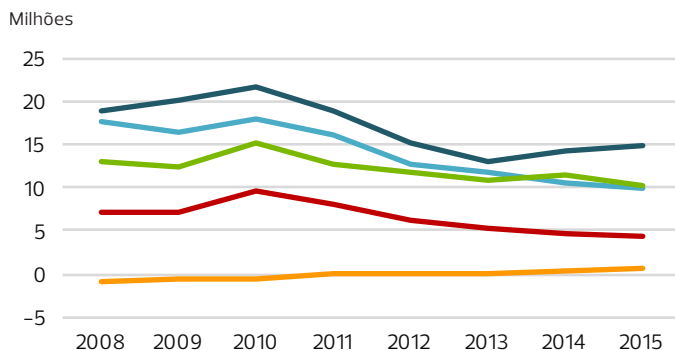
7 253
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

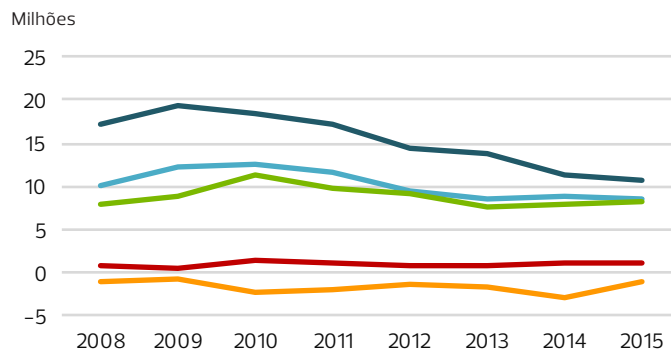
Almeida

7 242
HABITANTES



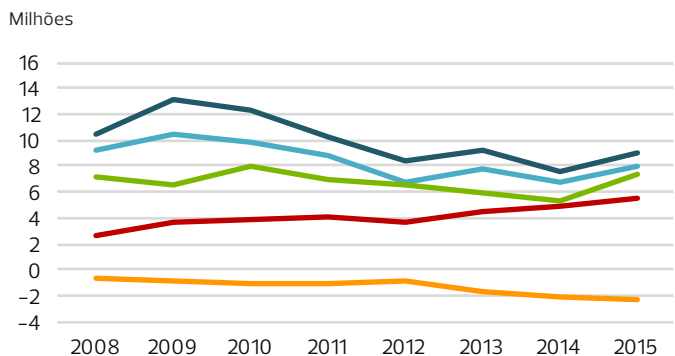
Redondo

7 031
HABITANTES



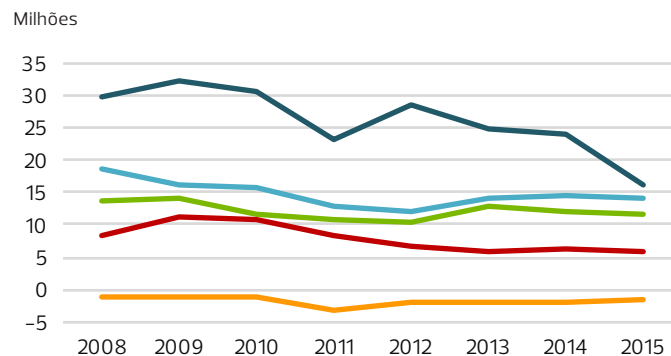
Belmonte

6 859
HABITANTES



Castro Marim

6 747
HABITANTES



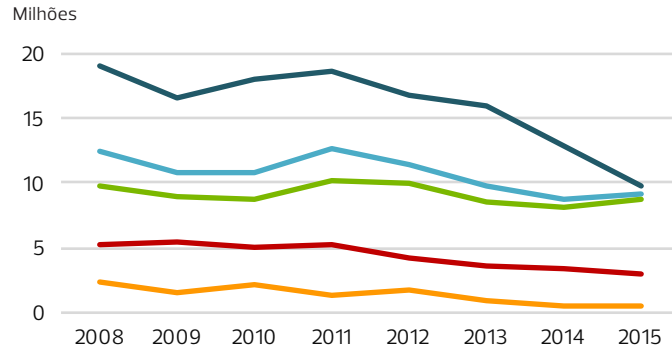
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

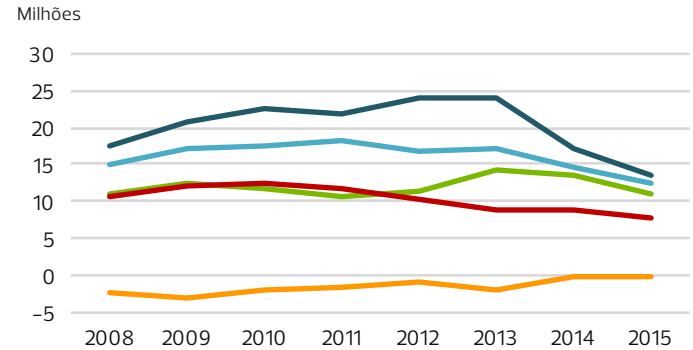
Vila Flor

6 697
HABITANTES



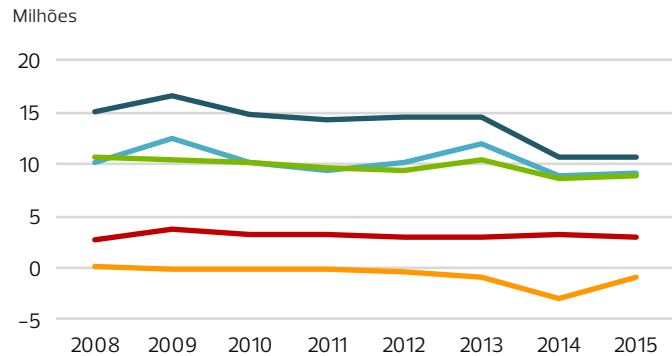
Ribeira de Pena

6 544
HABITANTES



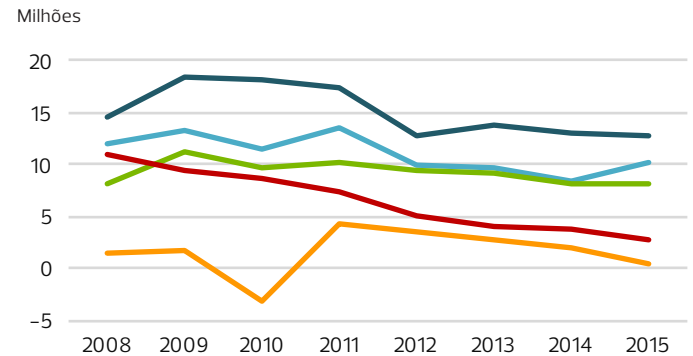
Portel

6 428
HABITANTES



Carraceda de Ansiães

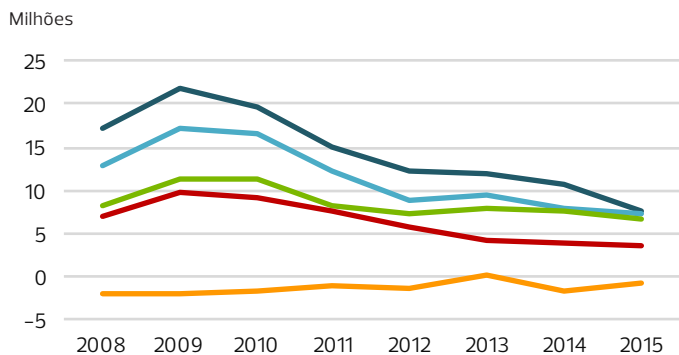
6 373
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

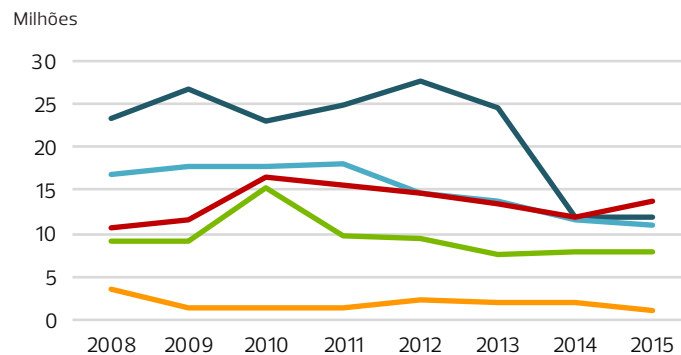
Sabrosa

6 361
HABITANTES



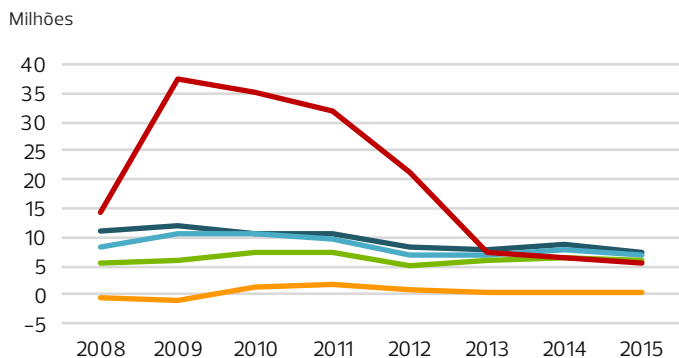
Tabuaço

6 350
HABITANTES



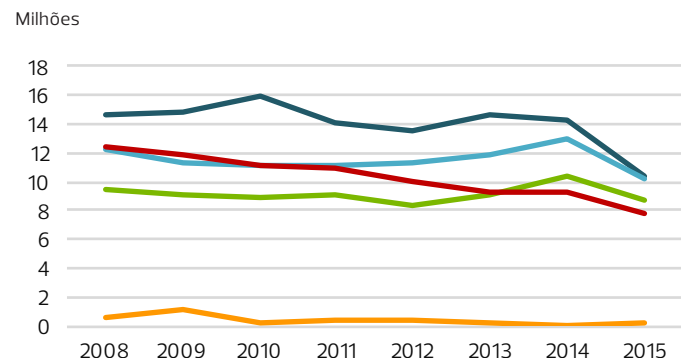
Povoação

6 327
HABITANTES



Armamar

6 297
HABITANTES



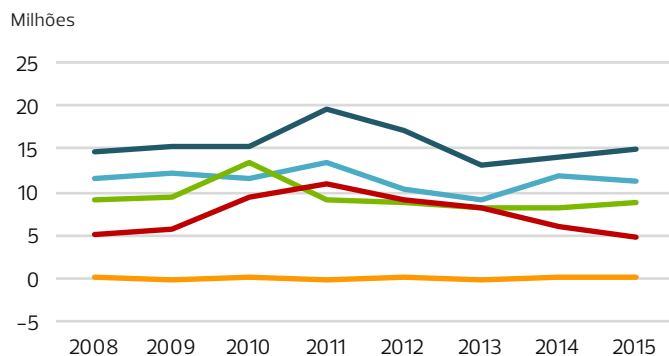
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

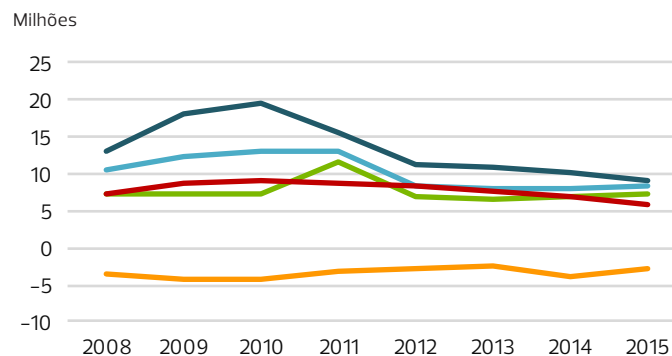
Figueira de Castelo Rodrigo

6 260
HABITANTES



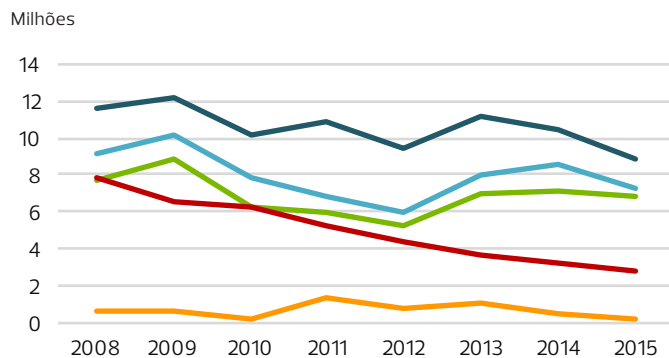
Figueiró dos Vinhos

6 169
HABITANTES



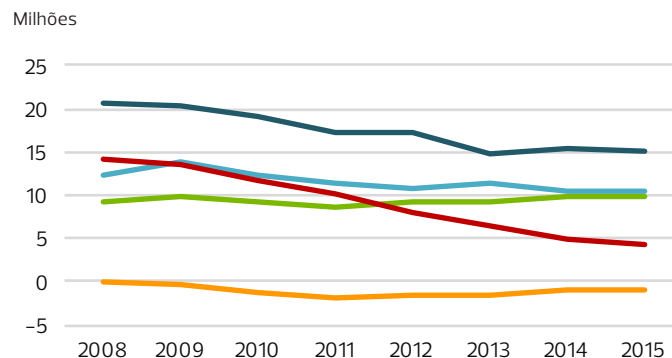
Madalena

6 049
HABITANTES



Monchique

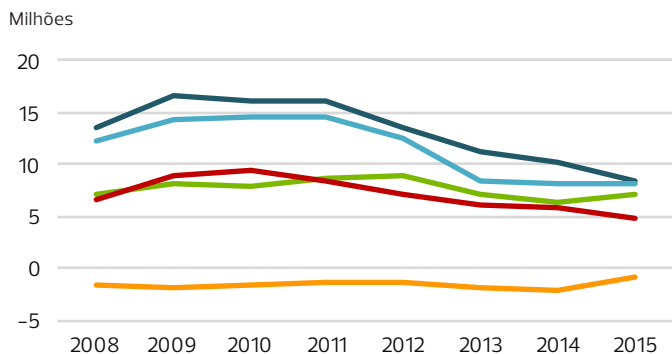
6 045
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

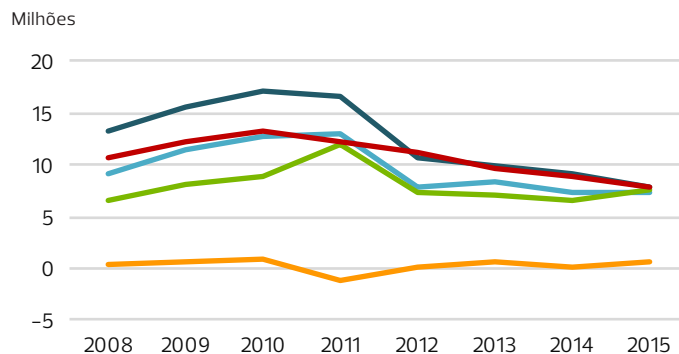
Penela

5 983
HABITANTES



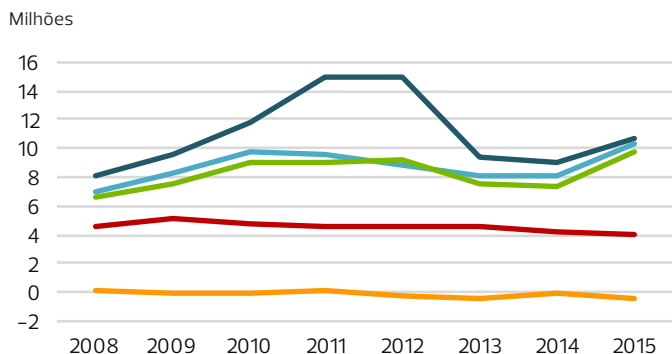
Murça

5 952
HABITANTES



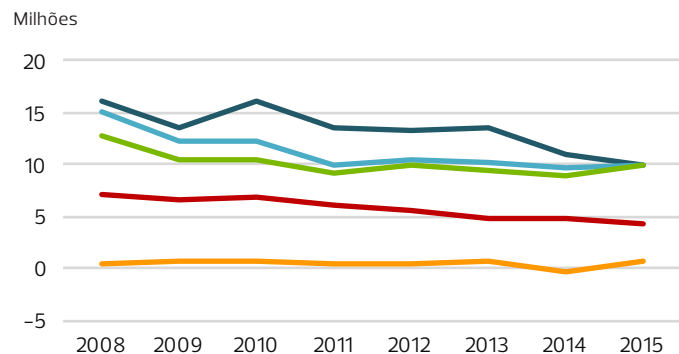
Vidigueira

5 932
HABITANTES



Aljezur

5 884
HABITANTES



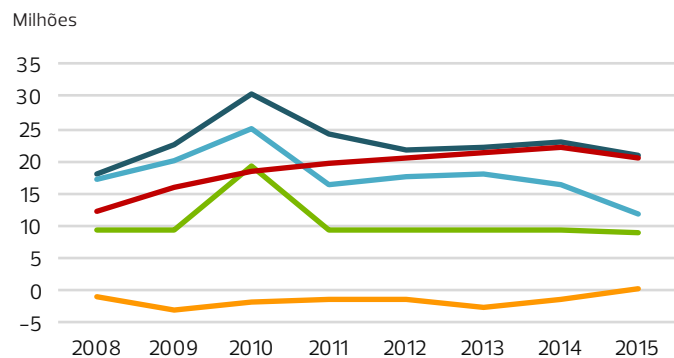
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

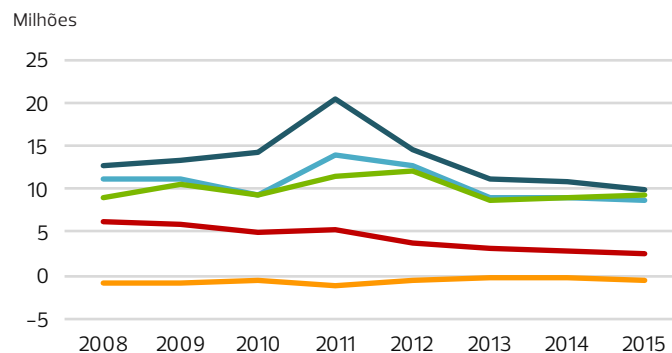
Alandroal

5 843
HABITANTES



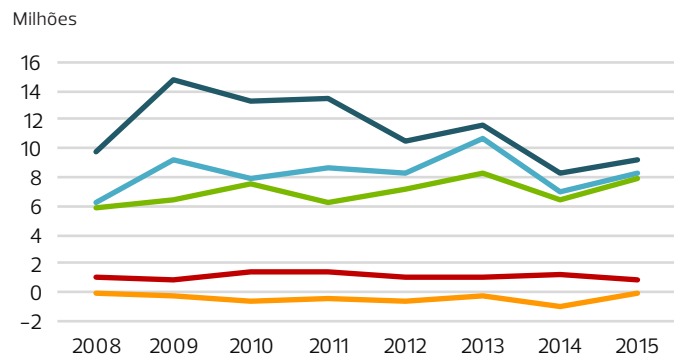
Boticas

5 750
HABITANTES



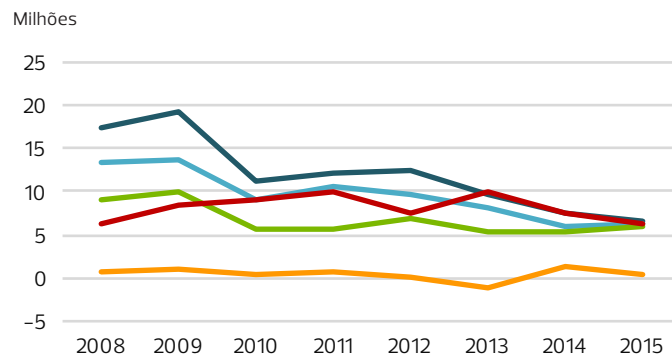
Viana do Alentejo

5 743
HABITANTES



São Vicente

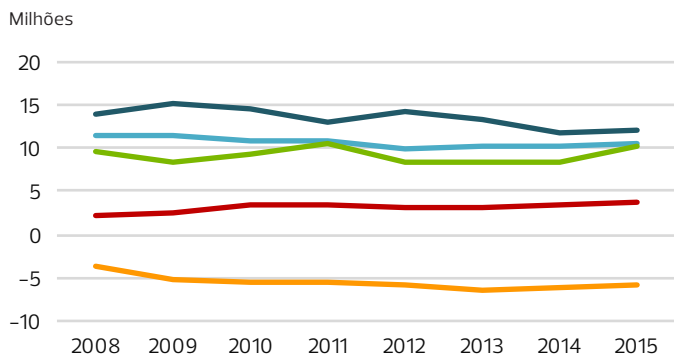
5 723
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

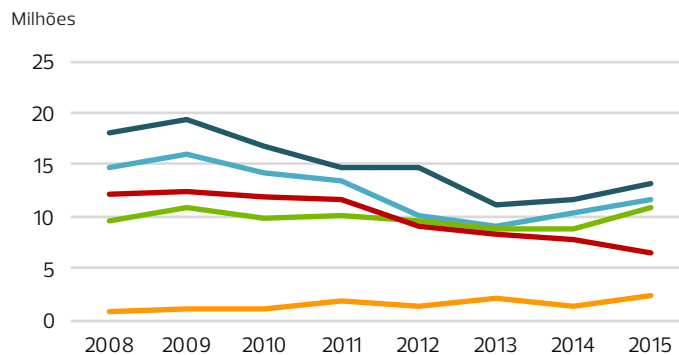
Oleiros

5 721
HABITANTES



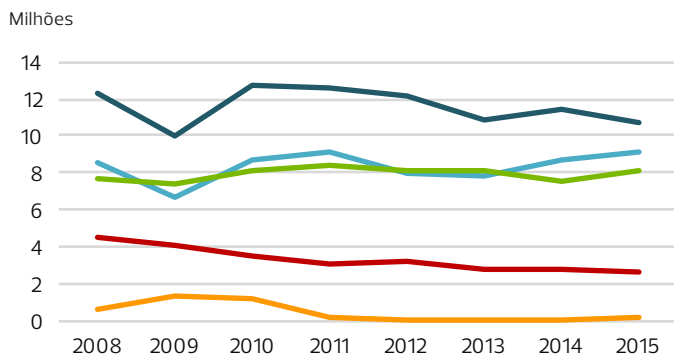
Penamacor

5 682
HABITANTES



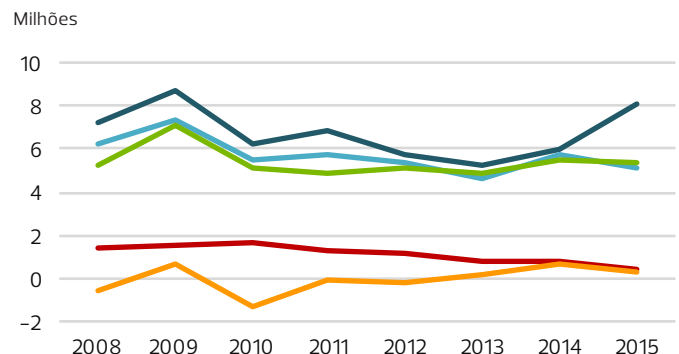
Sernancelhe

5 671
HABITANTES



Vila do Porto

5 552
HABITANTES



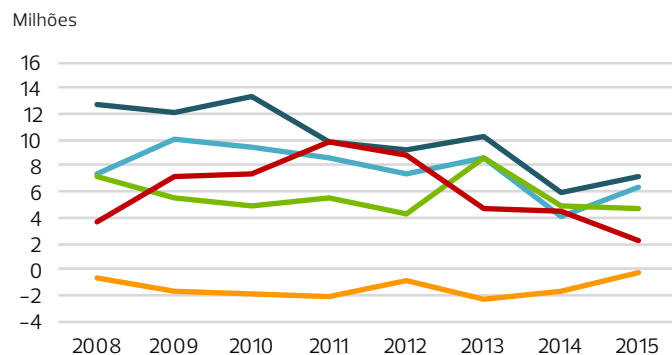
LEGENDA



Pequeno
<20 000 hab.

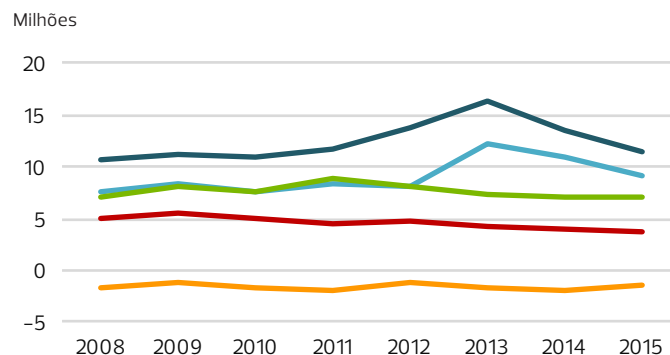
Porto Santo

5 483
HABITANTES



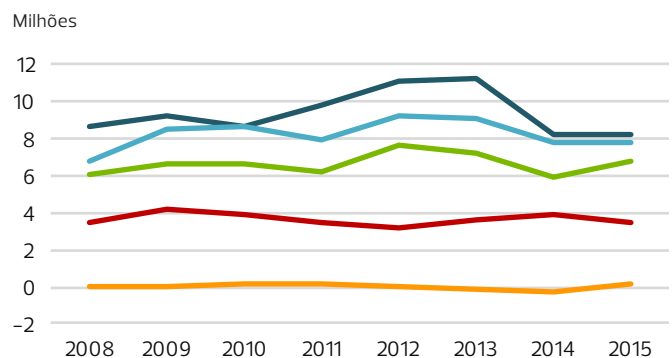
Aguiar da Beira

5 473
HABITANTES



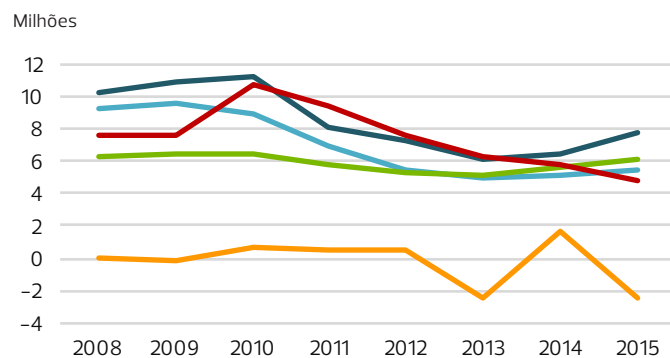
Golegã

5 465
HABITANTES



Velas

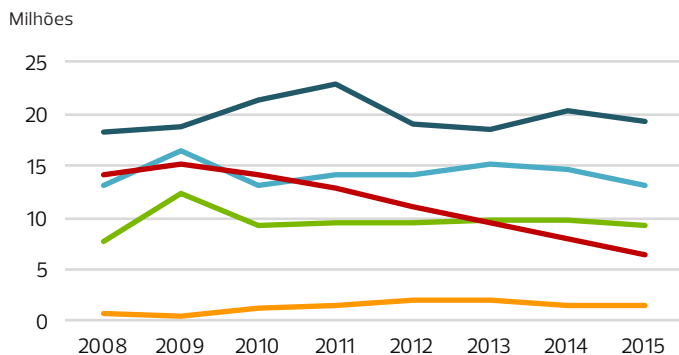
5 398
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

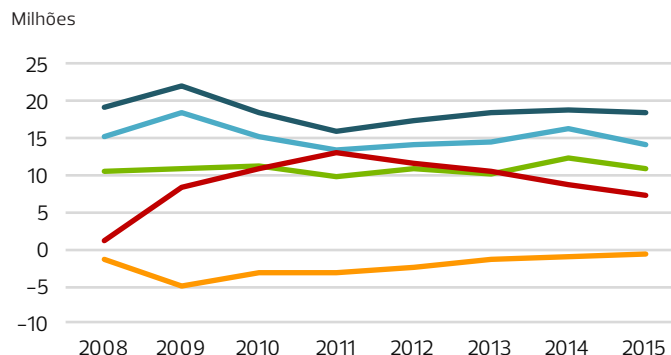
Ourique

5 389
HABITANTES



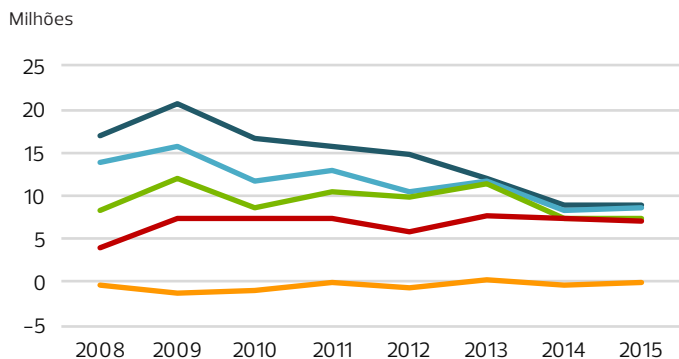
Vila do Bispo

5 258
HABITANTES



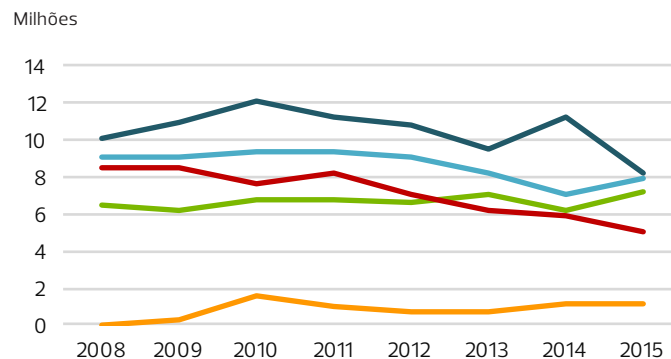
Meda

5 202
HABITANTES



Vila Nova de Paiva

5 176
HABITANTES



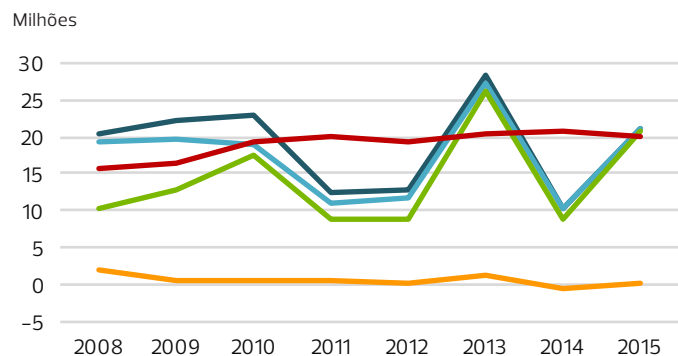
LEGENDA



Pequeno
<20 000 hab.

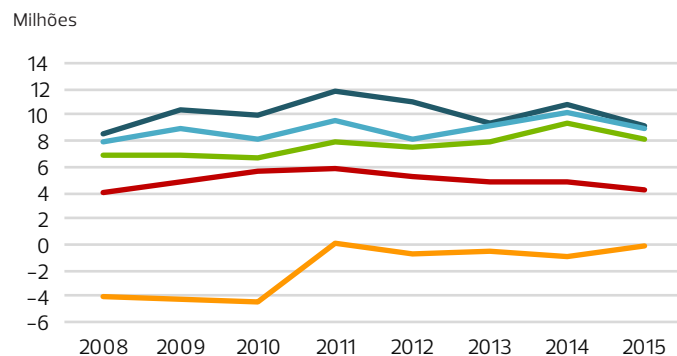
Alfândega da Fé

5 104
HABITANTES



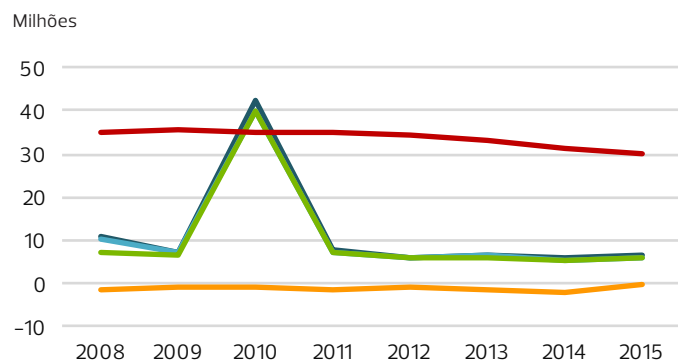
Sousel

5 074
HABITANTES



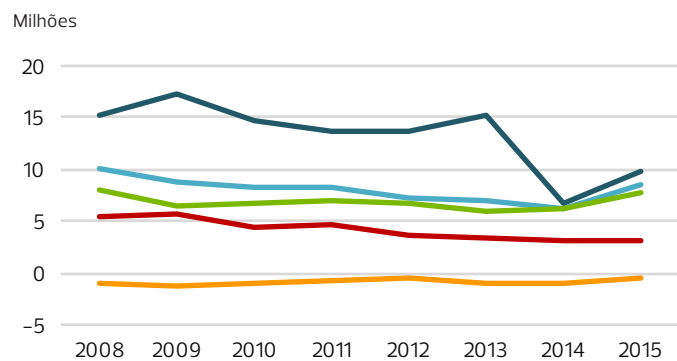
Fornos de Algodres

4 989
HABITANTES



Mora

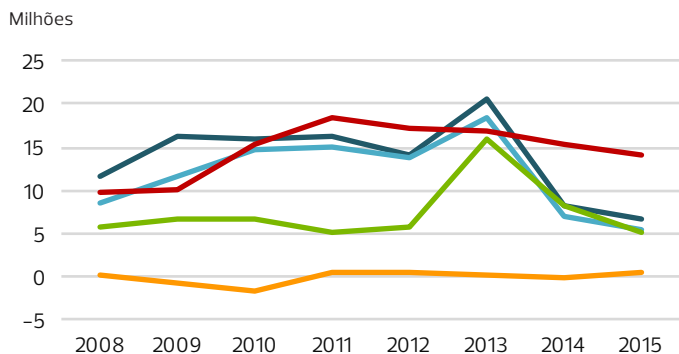
4 978
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

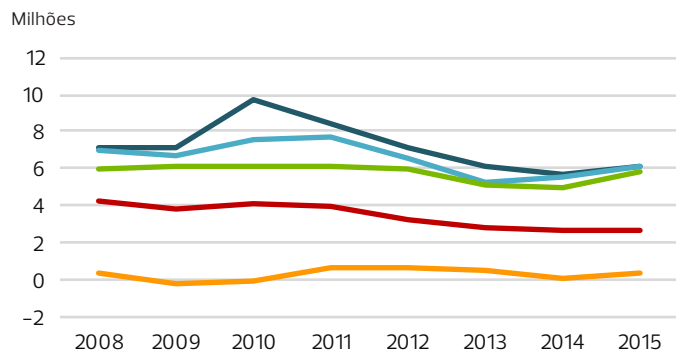
Nordeste

4 937
HABITANTES



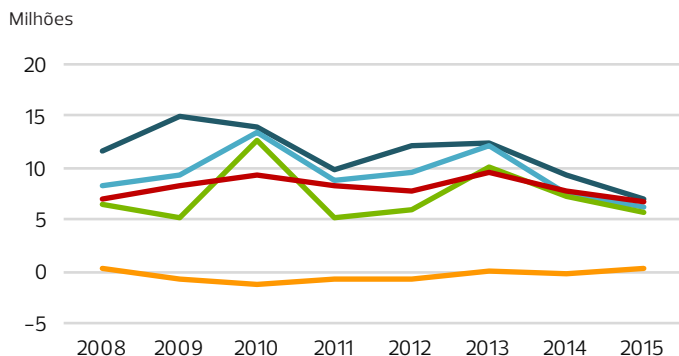
Cuba

4 878
HABITANTES



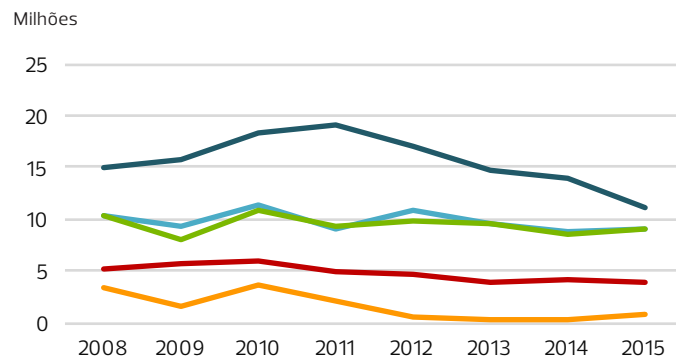
Lajes do Pico

4 711
HABITANTES



Vimioso

4 669
HABITANTES



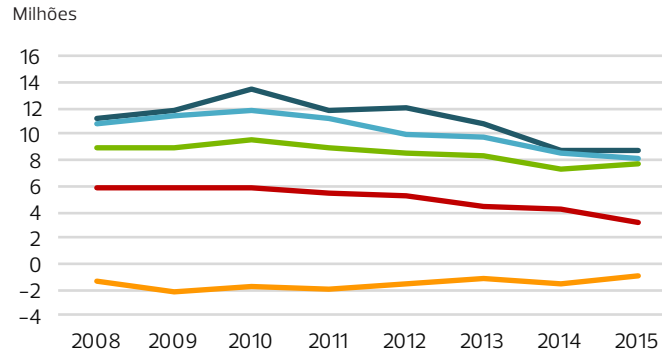
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

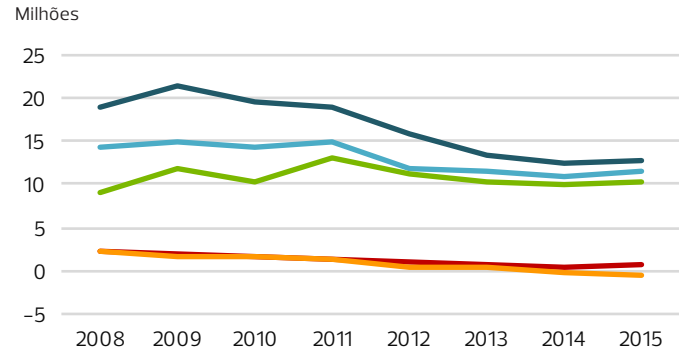
Avis

4 571
HABITANTES



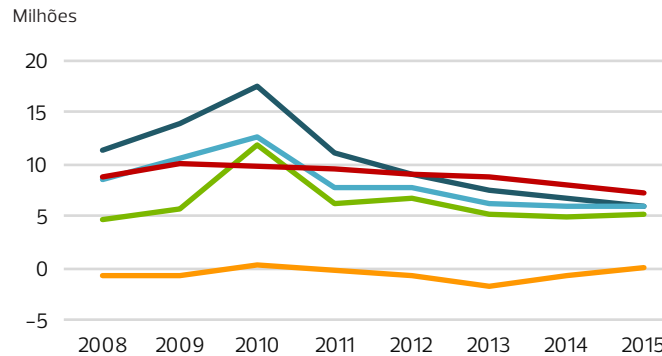
Pampilhosa da Serra

4 481
HABITANTES



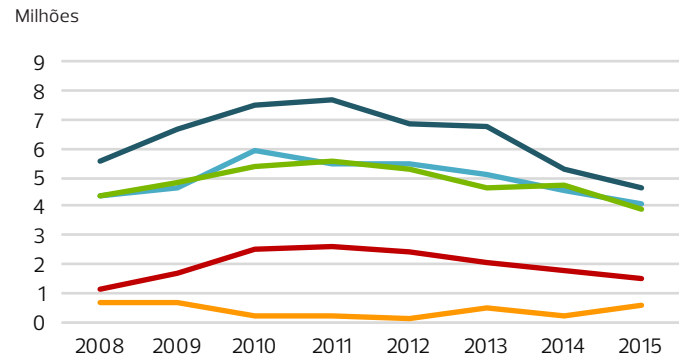
Mesão Frio

4 433
HABITANTES



Santa Cruz da Graciosa

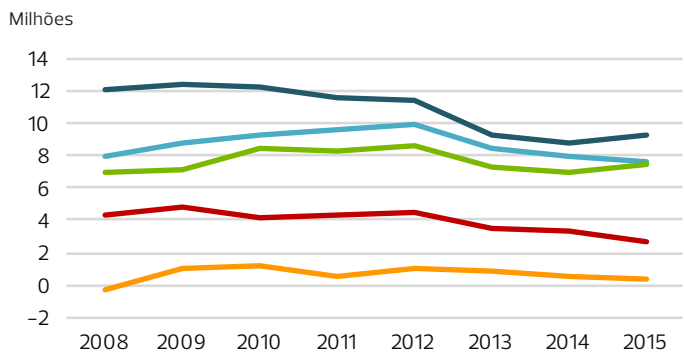
4 391
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

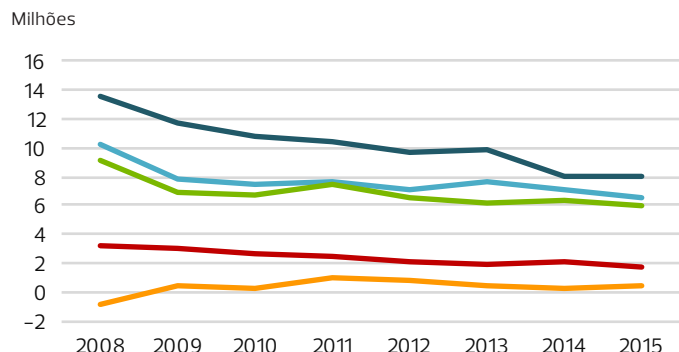
Góis

4 260
HABITANTES



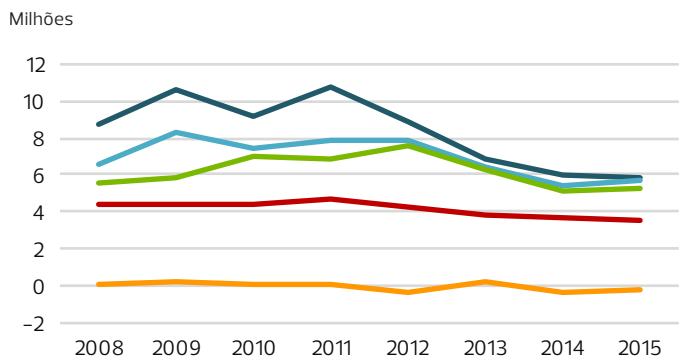
Gavião

4 132
HABITANTES



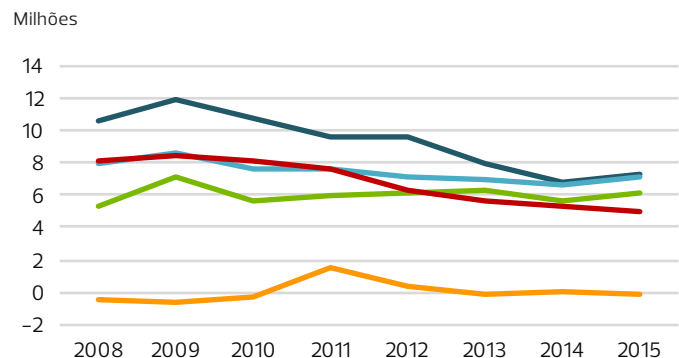
Constância

4 056
HABITANTES



Sardoal

3 939
HABITANTES



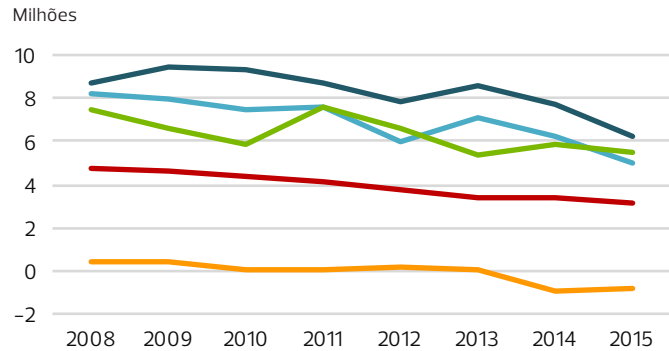
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

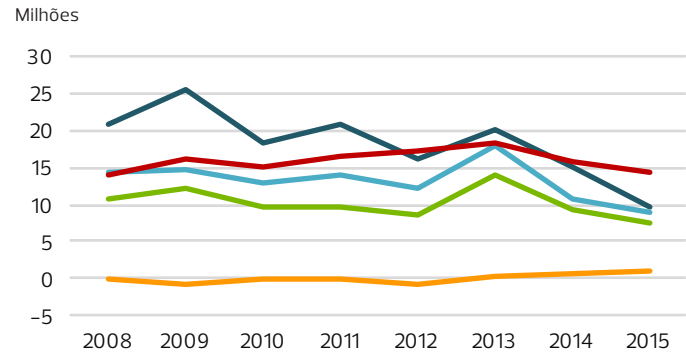
Pedrógão Grande

3 915
HABITANTES



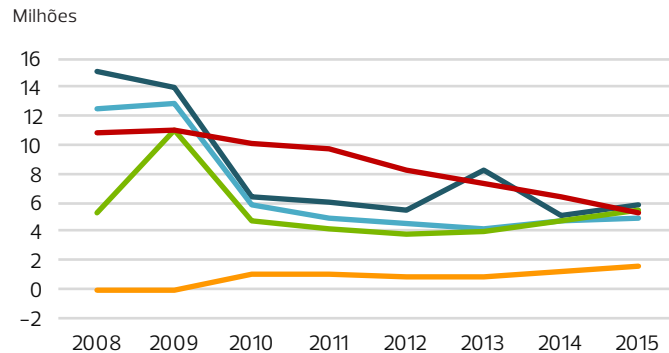
Freixo de Espada à Cinta

3 780
HABITANTES



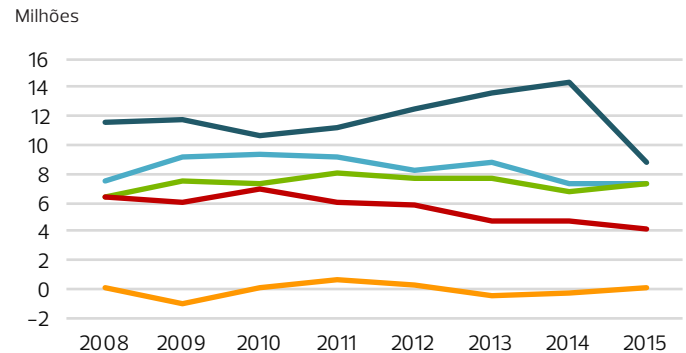
Calheta (R. A. A.)

3 773
HABITANTES



Crato

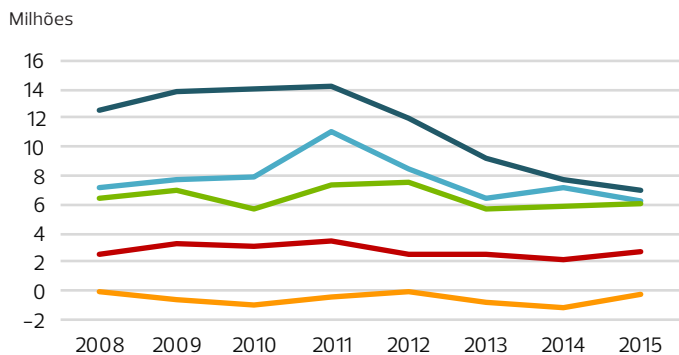
3 708
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

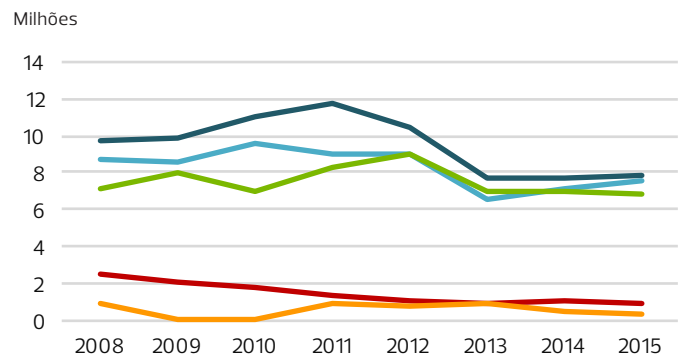
Alter do Chão

3 562
HABITANTES



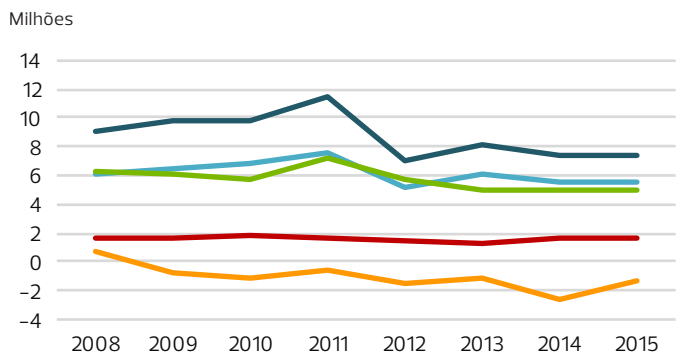
Vila Velha de Ródão

3 521
HABITANTES



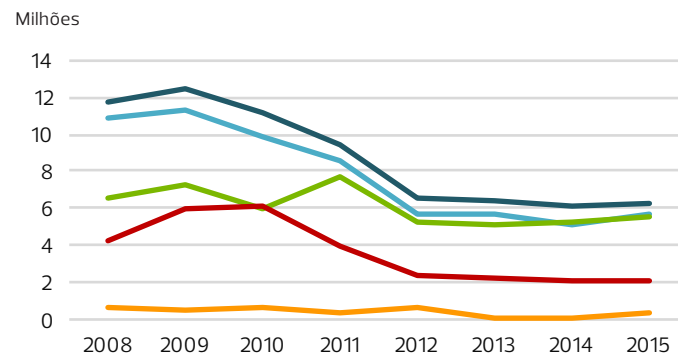
Marvão

3 512
HABITANTES



Vila de Rei

3 452
HABITANTES



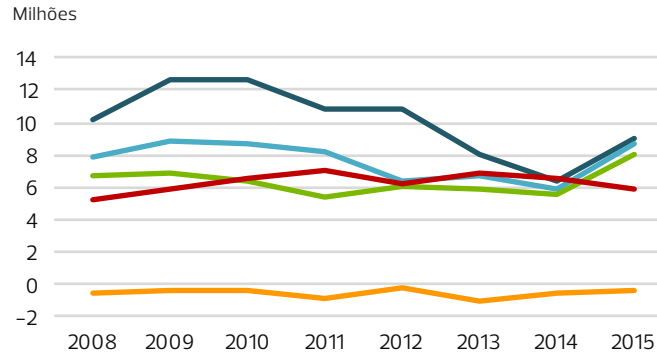
LEGENDA



Pequeno
<20 000 hab.

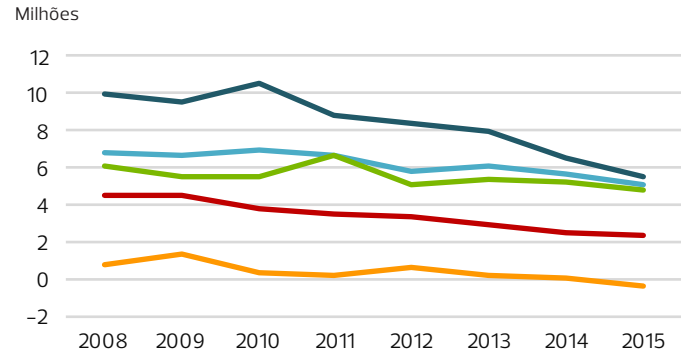
Manteigas

3 430
HABITANTES



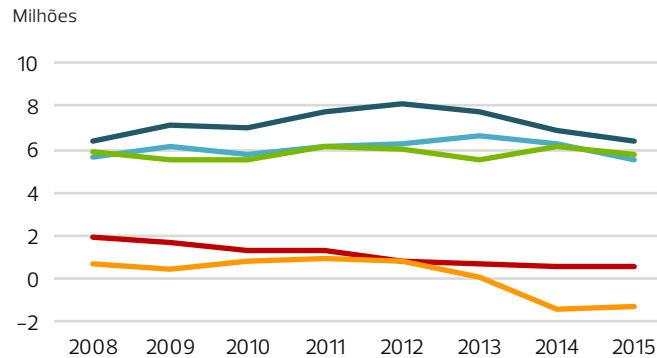
Fronteira

3 410
HABITANTES



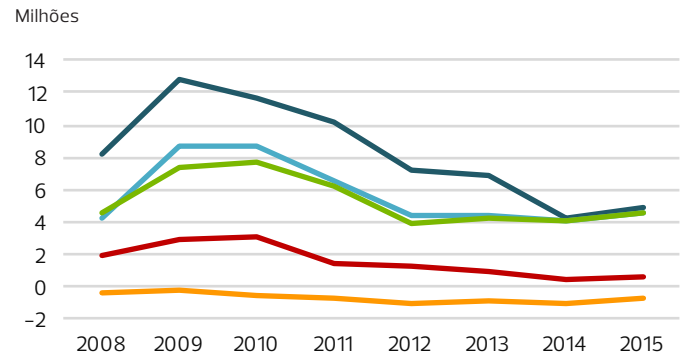
Castelo de Vide

3 407
HABITANTES



São Roque do Pico

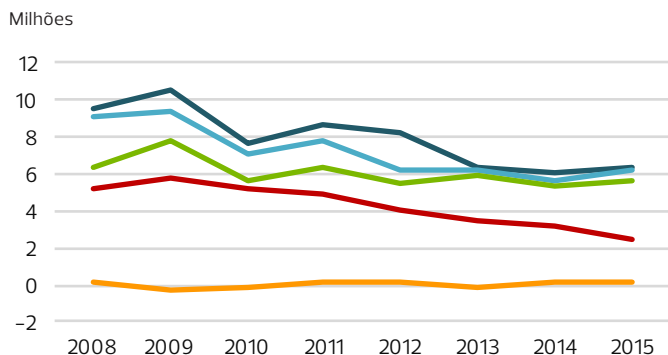
3 388
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

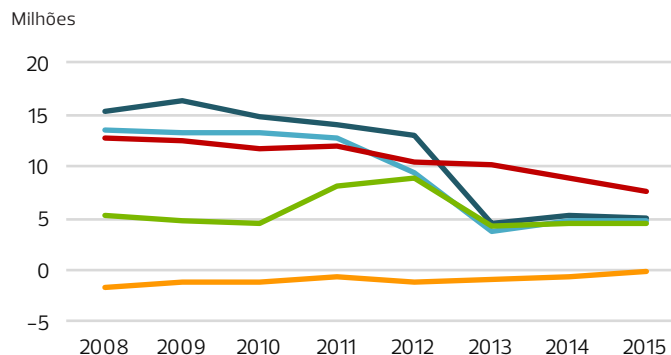
Monforte

3 329
HABITANTES



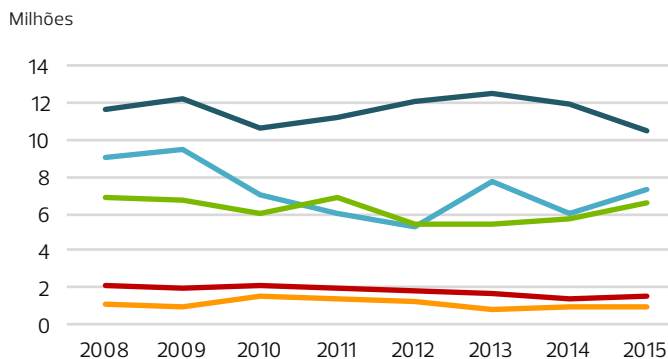
Castanheira de Pêra

3 191
HABITANTES



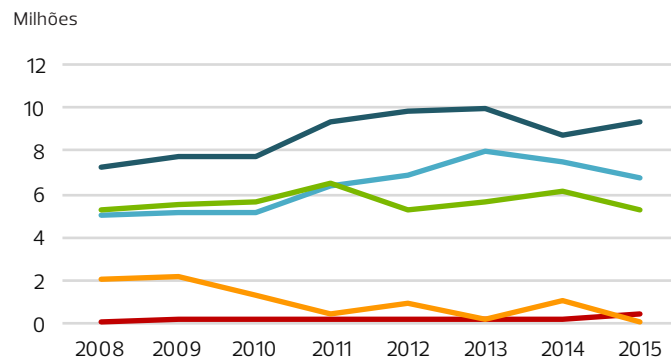
Arronches

3 165
HABITANTES



Penedono

2 952
HABITANTES



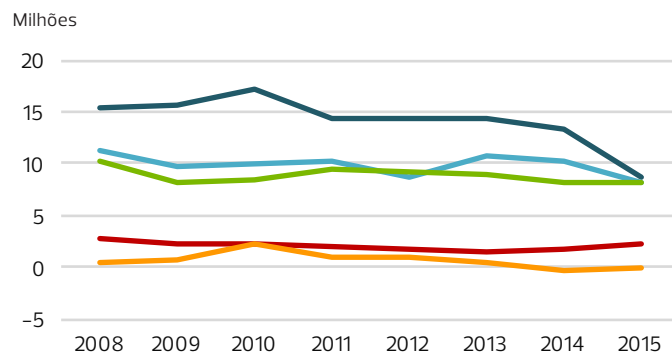
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

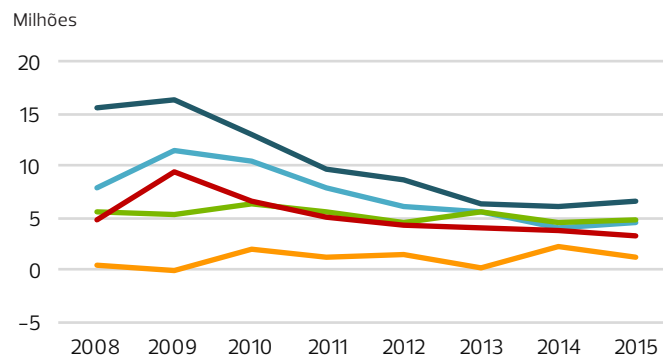
Alcoutim

2 917
HABITANTES



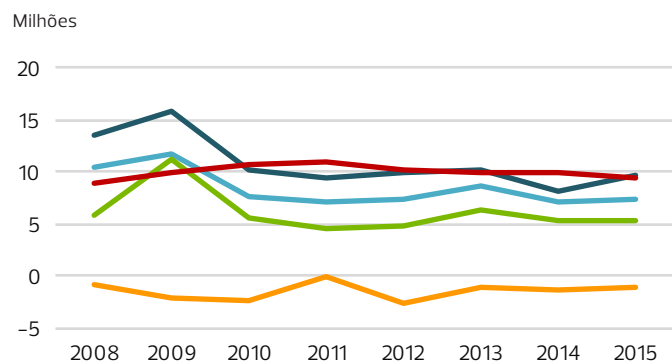
Porto Moniz

2 711
HABITANTES



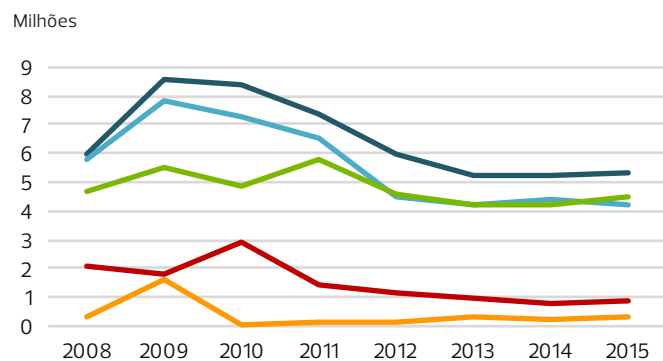
Mourão

2 663
HABITANTES



Alvito

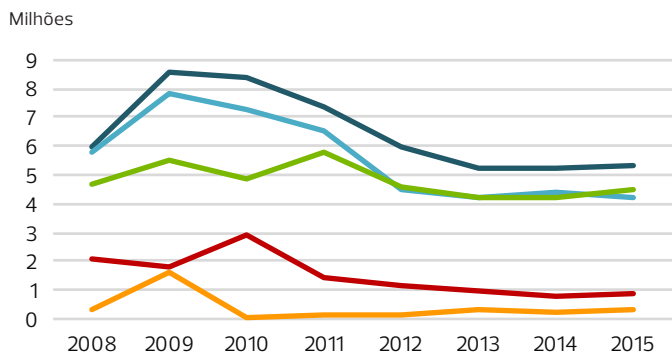
2 504
HABITANTES



Pequeno
<20 000 hab.

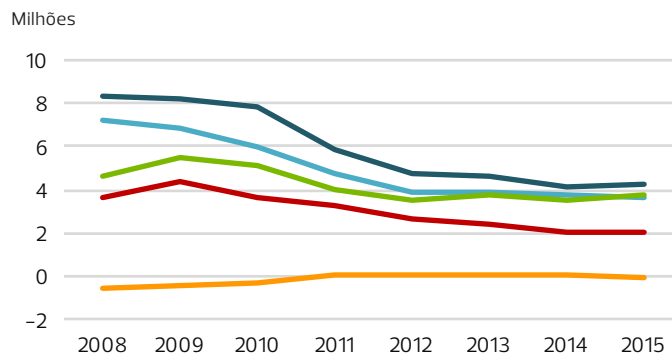
Santa Cruz das Flores

2 289
HABITANTES



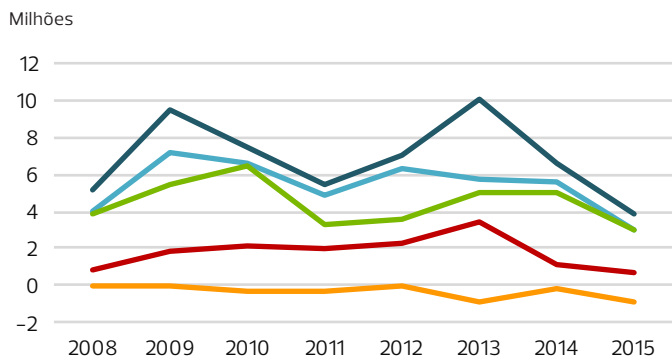
Barrancos

1 834
HABITANTES



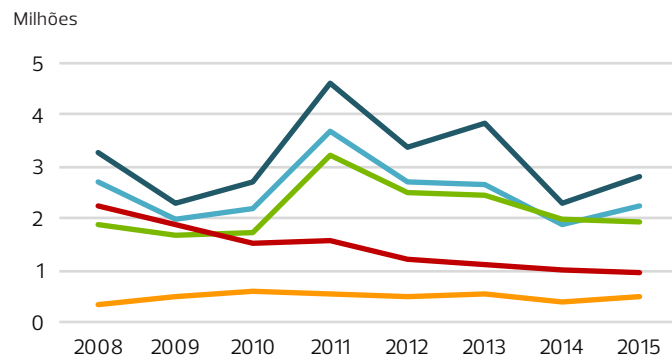
Lajes das Flores

1 504
HABITANTES



Corvo

430
HABITANTES



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado Líquido

Pequeno
<20 000 hab.

ESCLARECIMENTOS 1 E 2 E ERRATA 1 E 2

A elaboração do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses obriga a analisar milhares de valores, quer dos municípios, quer das empresas municipais e serviços municipalizados.

Reconhecendo-se o fator de risco que será a ocorrência de alguma falha na transposição dos valores dos mapas oficiais para a base de dados do Anuário, por metodologia ativam-se permanentemente, pontos de controlo desses mesmos valores relativamente à confrontação da sua coerência, aos montantes dos mapas de origem e à comparação com valores homólogos de anos anteriores, com especial acuidade relativamente aos montantes anormalmente variáveis tanto no sentido ascendente como no sentido inverso.

Apesar deste permanente controlo, houve falhas que não foram de imediato detetáveis, tendo no entanto, no contexto supra referido sido confirmadas já após a publicação do Anuário dando origem às erratas 1 e 2 e a alguns esclarecimentos adicionais solicitados por municípios.

Acrescerá referir que na sequência da divulgação do Anuário pelos órgãos de comunicação recebemos alguns pedidos de esclarecimento, que muito agradecemos pela franqueza da exposição dos mesmos, dos quais relevaram os seguintes esclarecimentos: esclarecimento 1, relativo à cobrança do IMT; e esclarecimento 2 sobre a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso.

1) Esclarecimento sobre o IMT

Da leitura ao texto sobre o IMT parece depreender-se que o IMT termina em 2018, o que não acontece pois já no Orçamento do Estado de 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, foram revogados os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 81.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, onde estava prevista a redução de um terço das taxas de IMT em 2016 e de dois terços em 2017, visando a extinção desta taxa, tendo este artigo sido posteriormente alterado pela Lei n.º 132/2015, de 04 de Setembro, alargando o prazo de extinção do IMT pela alteração da redução de um terço das taxas de IMT em 2017 e de dois terços em 2018.

Assim, o que pretendemos deste texto (pág. 96) não é mais que alertar para o peso deste imposto em alguns municípios e a dependência deste para a pagamento dos compromissos assumidos.

2) Esclarecimento sobre o LCPA

A metodologia defendida pelos autores do Anuário quanto à capacidade financeira dos municípios para cobrir despesas compromissadas, tem sido sempre, relacionar as mesmas com o volume de receitas liquidadas. Decorrente deste princípio nos consecutivos Anuários, têm-se identificado os municípios com diferença negativa entre as receitas liquidadas e os compromissos assumi-

dos, para o ano económico em apreço, traduzindo essa diferença as carências financeiras (défice) que se refletirão nas dificuldades posteriores de pagamento dos compromissos assumidos. Referimos este entendimento sempre que confrontamos despesa realizada com necessidades de pagamento e correspondente montante de receita liquidada no ano.

Anota-se que apesar de a LCPA ter como objetivo evitar que as entidades públicas assumam compromissos para além do montante da receita já cobrada indexando, em cada momento, a assunção de novo encargo ao saldo de tesouraria, sempre permite mediante relatório fundamentado e correspondente aprovação pelo executivo, indexar novo compromisso a montantes de receita a cobrar nos 3 meses posteriores ao momento do compromisso. Face à falta de informação sobre os momentos em que tal situação ocorre, esta possibilidade não é considerada pelo Anuário para efeitos de avaliação da boa saúde financeira dos municípios, pelo que apenas se comparam à data de 31 de Dezembro de cada ano, o volume de compromissos assumidos para o ano económico com o volume de receita liquidada nesse mesmo ano. Entendemos que no final de cada ano económico o volume de compromissos assumidos nunca deverá ser superior ao volume de receita liquidada, acrescida do saldo e tesouraria transitada de anos anteriores. Este entendimento é o que tem prevalecido e se tem ajustado aos dados fornecidos pelos diferentes relatórios inspectivos sobre a matéria em apreço.

Embora partindo de formas diferentes de analisar a mesma situação, ou seja se há ou não dificuldades futuras de pagamento, a avaliação de quais os municípios que se defrontarão com dificuldades futuras de pagamento tem coincidido entre o Anuário e fontes oficiais de informação similar. Contudo, anota-se que o referido nos *rankings* R17, R18, R18.A e R18.M que relacionam o montante compromissado com a receita liquidada não se pode concluir como sendo a listagem dos municípios que não cumprem com a LCPA, face às limitações de informação disponível, conforme referido supra, tendo-se referido inclusive no anuário, a propósito desta temática, na nota de rodapé 79 (pág. 118) que “Contudo, a LCPA implementada em 2012 pela Lei n.º 8 /2012 de 21 de fevereiro, exige que a assunção dos compromissos seja realizada em função da receita cobrada e não em

função da liquidada, sendo certo que os municípios poderiam sempre, fazendo uso de um artigo de exceção, sustentar compromissos com receita a receber, desde que comprovado esse direito. (...)”.

1. Errata sobre o Município de Santo Tirso

O grau de execução da receita liquidada pelo município de Santo Tirso foi de 91,6%, e não de 68,6% conforme referido no mapa R37 (pág. 161)

Assim, procedeu-se à retificação do ranking (R37) tendo sido retirado do mesmo o Município de Santo Tirso uma vez que não faz parte da lista dos 35 municípios com menor taxa de execução da receita cobrada em relação às receitas liquidadas.

2. Errata sobre o Número de Trabalhadores

De igual modo se retifica o número de trabalhadores por município, apresentado no anexo 1, face à omissão de uma linha do mapa de origem, dando origem um erro em cadeia que se verificou entre os municípios de Vila de Rei e de Vila Pouca de Aguiar, e que agora se corrige com a reposição dessa mesma linha.

Assim, o Anexo I apresentada na página 315 deve ter a seguinte leitura:

Anexo I: Dados Económicos e Financeiros dos Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2015

Unidade: euros

Tipo	Designação	Particip. Munic.	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice de Dívida Total	N.º de trab.	N.º de hab.
				Empréstimos	Outras			
SMSB	Viana do Alentejo	-	195 544	0	1 078 111	-	-	-
CM	M Viana do Castelo	-	4 442 188	21 588 230	9 326 307	76,1%	852	86 136
CM	P Vidigueira	-	-351 508	3 130 783	964 899	71,6%	204	5 654
CM	P Vieira do Minho	-	11 927	9 562 852	2 578 112	150,9%	136	12 292
CM	P Vila de Rei	-	291 239	1 621 693	438 981	47,9%	118	3 392
CM	P Vila do Bispo	-	-832 832	1 437 087	5 762 779	73,8%	232	5 206
CM	M Vila do Conde	-	2 291 351	44 252 780	4 415 790	116,9%	1 061	79 399
CM	P Vila do Porto	-	264 941	190 721	301 520	11,8%	96	5 652
EEM	SDMSA - Soc. Desenvolv. municipal ilha de Santa Maria	100%	-438 779	4 508 032	794 208	-	-	-
CM	P Vila Flor	-	416 557	1 778 165	1 142 489	36,3%	144	6 242
CM	G Vila Franca de Xira	-	-994 764	22 900 049	4 659 891	49,2%	790	140 614
SMAS	Vila Franca de Xira	-	2 163 540	0	2 137 060	-	-	-
CM	P Vila Franca do Campo	-	185 348	25 007 512	475 486	404,4%	92	11 300
EM	Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio	100%	Si	Si	Si	-	-	-
EM	VFC Empreendimentos	100%	-36 895	542 778	1 809 213	-	-	-
EM	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	100%	-341 722	0	160 738	-	-	-
SA	Atlântico Vila	-	-36 916	72 485	243 858	-	-	-
CM	P Vila Nova da Barquinha	-	496 295	3 912 596	525 095	74,7%	159	7 286
EM SA	CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial	94,3%	91	0	18 761	-	-	-
CM	P Vila Nova de Cerveira	-	602 642	5 352 087	1 453 717	65,7%	223	8 969
CM	G Vila Nova de Famalicão	-	2 092 754	23 307 328	13 446 532	57,4%	1 291	133 028
CM	P Vila Nova de Foz Côa	-	963 506	1 353 423	1 126 835	28,6%	162	6 792
EM	Fozcoinvest - Energia, Turismo e Serviços	92,3%	-87 894	0	16 638	-	-	-
CM	G Vila Nova de Gaia	-	33 838 519	117 107 013	69 148 800	181,6%	1 896	301 172
EM	Gaiurb - Urbanismo e Habitação	100%	34 575	3 252 551	3 530 240	-	-	-
EM SA	Águas e Parque Biológico de Gaia	100%	839 162	42 787 040	19 603 428	-	-	-
CM	P Vila Nova de Paiva	-	1 083 106	4 210 733	749 426	96,6%	118	4 909
CM	P Vila Nova de Poiares	-	549 885	14 259 500	3 725 303	345,4%	120	7 055
CM	P Vila Pouca de Aguiar	-	1 882 957	3 458 415	3 233 125	44,0%	219	12 430
CM	M Vila Real	-	2 274 690	15 476 955	2 218 347	78,2%	335	50 376
EM	EMARVR - EM de Água e Resíduos de Vila Real	100%	317 334	3 111 011	3 839 598	-	-	-
EM	VRS - Vila Real Social, Habitação e Transportes	100%	26 639	175 244	118 281	-	-	-
CM	P Vila Real de Santo António	-	-7 078 741	59 508 562	18 185 731	435,6%	362	19 077
EM SA	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	100%	-1 958 680	40 172 132	32 006 248	-	-	-
CM	P Vila Velha de Ródão	-	366 439	524 720	389 986	16,5%	115	3 282
CM	M Vila Verde	-	-3 601 183	17 803 420	5 114 301	112,6%	355	47 428
CM	P Vila Viçosa	-	-632 993	2 738 692	1 364 800	71,8%	143	7 987
CM	P Vimioso	-	844 738	3 395 655	647 999	56,2%	131	4 253

JOÃO CARVALHO

jbccarvalho@gmail.com

Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).
Professor na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Doutoramento em Ciências Empresarias, e agregação em Contabilidade pela Universidade do Minho.
Co-autor de diversos livros, entre os quais: «POCAL Comentado»; «POC-Educação Explicado»; «Casos práticos de Contabilidade Pública».
Membro do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA.
Membro do Comité da Normalização Contabilística Público da CNC, em representação das Escolas Superiores.

MARIA JOSÉ FERNANDES

mjfernandes@ipca.pt

Professora coordenadora principal da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).
Doutorada em Ciências Empresarias e agregada em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)
Leciona unidades curriculares na área da Contabilidade Pública e pós-graduação.
Autora de diversas publicações nacionais e internacionais, sendo a sua área de investigação a Contabilidade Pública.
Diretora do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA.

PEDRO CAMÕES

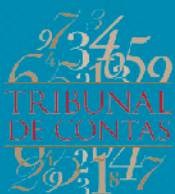
pedroc@eeg.uminho.pt

Professor auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
Doutorado em Administração Pública pela Universidade da Carolina do Sul, EUA.
Leciona unidades curriculares de Finanças Públicas e Finanças Locais ao nível da licenciatura, e Administração Autárquica ao nível da pós-graduação.
Autor de diversas publicações e comunicações nacionais e internacionais.
Investigador do Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP) da Universidade do Minho.
Atualmente desempenha as funções de Administrador da Universidade do Minho.

SUSANA JORGE

susjor@fe.uc.pt

Professora auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Doutorada em Contabilidade e Finanças, na especialidade de Contabilidade dos Governos Locais, pela Universidade de Birmingham, Inglaterra.
Leciona as unidades curriculares de Contabilidade Pública e Contabilidade Financeira, aos níveis de graduação e pós-graduação.
Autora de diversas publicações e comunicações nacionais e internacionais e editora do livro «*Implementing Reforms in Public Sector Accounting*».
Membro do Conselho Científico da rede internacional de investigação CIGAR – *Comparative International Governmental Accounting Research*.
Membro do Comité de Normalização Contabilística Público da CNC.



Centro de Investigação em
Contabilidade e Fiscalidade
Research Centre on Accounting and Taxation

Centro reconhecido pela **FCT**



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política